

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

ALANA ANDREIA PEREIRA

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER TRABALHADORA NEGRA E
NÃO NEGRA: A/O ASSISTENTE SOCIAL TRABALHADORA/OR ASSALARI-
ADA/O PELO ESTADO CAPITALISTA DIANTE DA MISÉRIA DO PATRIARCADO**

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO

2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

ALANA ANDREIA PEREIRA

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER TRABALHADORA NEGRA E
NÃO NEGRA: A/O ASSISTENTE SOCIAL TRABALHADORA/OR ASSALARI-
ADA/O PELO ESTADO CAPITALISTA DIANTE DA MISÉRIA DO PATRIARCADO**

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de DOUTORA em Serviço Social, sob orientação da Profa. Dra. Maria Beatriz Costa Abramides

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO

2022

AUTORIZAÇÃO

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Tese de Doutorado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura

Data

e-mail

Banca Examinadora

Pereira, Alana Andreia
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER TRABALHADORA
NEGRA E NÃO NEGRA: A/O ASSISTENTE SOCIAL
TRABALHADORA/OR ASSALARIADA/O PELO ESTADO
CAPITALISTA DIANTE DA MISÉRIA DO PATRIARCADO /
AlanaAndreia Pereira. -- São Paulo: [s.n.], 2022.
388p ; cm.

Orientador: Maria Beatriz Costa Abramides.
Dissertação (Mestrado)-- Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós
Graduados em Serviço Social.

1. Trabalhadora negra e não negra;. 2. Feminismo
marxista socialista. 3. Violência contra a mulher
trabalhadora. 4. Trabalho profissional em Serviço
Social. I. Abramides, Maria Beatriz Costa. II.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social.
III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — 88887.356795/2019-00.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — 88887.356795/2019-00.

Agradecimentos

Eis que recebo uma mensagem afetuosa e estimulante de minha orientadora e companheira Bia Abramides dizendo “...você terminou a tese”. Pensei: “De uma sensação de satisfação, passei por um segundo de silêncio físico e mental, nem mesmo cheguei à alegria, porque já pensei: E agora?”.

Caro leitor, você que não me conhece, talvez fique perplexo ao saber que vivo em agonia sem fim pelo futuro. Portanto, concluir esta tese é como transcender em todos os sentidos, pois provei por diversas vezes que, apesar de muito esforço, consigo viver o presente.

Considerando isso, meu primeiro agradecimento será para mim mesma, que depois de muita terapia, consegui avançar nos meus projetos e conquistas, reconhecendo meus limites, minhas possibilidades e minha contribuição.

Em segundo lugar, quero agradecer à Maria Beatriz Costa Abramides, a nossa Bia, que em meio a um turbilhão de emoções e momentos difíceis da vida em sociedade durante a pandemia da COVID-19, com isolamentos e trabalho extremamente precarizado, por horas em frente ao computador para lives e correções de trabalho, acabou atingindo um quadro crítico de saúde, além de enfrentar momentos de bastante dificuldade também com a saúde de membros de sua família. Apesar de tudo isso, esta mulher aguerrida se manteve firme na luta e na orientação desta pesquisa. É preciso ressaltar que na carreira acadêmica encontramos uma disputa de egos absurda, exigências fora da realidade e pessoas que infelizmente pecam demais por sua soberba. Mas pessoas como Bia fazem com que pessoas como eu (filha da classe trabalhadora) acreditem ser possível viver isso tudo e se manter coerente, firme e humilde.

Bia foi extremamente resistente ao enfrentar inúmeros textos escritos por mim que, além de polêmicos demais, também se permitiam viajar sem lembrar do compromisso com o retorno. Bia elaborou duras críticas, alertou para as críticas que eu sofreria na academia, acolheu meus momentos de crise, aconselhou minhas inseguranças em minhas “brigas” com alun@s, também fez elogios afetuosos, bateu e assoprou com maestria. Leu linha a linha e orientou linha a linha, desde a minha banca de qualificação no mestrado até o NEAM, como também agora. Obrigada Bia, meu sentimento por você é de admiração, amizade e respeito. Não teria nem iniciado essa pesquisa se não fosse com você.

À Cida e ao Seu Pereira, meus pais, por se permitirem me conhecer melhor, aprenderem a viver com essa militante feminista e comunista. Desajeitadamente, como tod@s as famílias,

fomos nos amando e nos odiando desde a minha infância; já adulta, percebo que vocês aprenderam a confiar (desconfiando) em minha capacidade, mais minha mãe que meu pai. Agradeço a vocês por estarem sempre lá quando eu preciso.

Às minh@s amig@s, companheir@s, crític@s e fontes de inspiração, problematizações, soluções e novos problemas. Corro risco de esquecer de alguém, mas sintam-se todes querides e admirades. À Miri, Thatá Alonso, Fábio Ramos, Beth Rossin, Mariana Pereira, Nath Nascimento, Bianca Nogueira Mattos, Roberta Rezende, Fernanda Carriel, Andréa Anitelli.

Aos companheiros de pós e amigues Ariana, Roberta Pereira, Eliana, Nath Brant, Allan, Iran, Aline, Maria, Fran, Camila, Jú do IF, Fábio, Tales, Graci, Jú (linda, diretamente de Sorocaba) e Rose (maravilhosa).

À Javier, por todas as danças, risadas e correções de espanhol. À Geraldine, sempre amiga, solidária, minha professora de Francês e seu companheiro Denis, parceiro também de pós.

Aos coletivos: Jacuba de Hortolândia, CTL oposição sindical da PM de Campinas, Intersindical vermelha, Treze de maio, MRT (Movimento Revolucionário dos Trabalhadores), Esquerda diário e Pão e rosas; agradeço por todos os minicursos, palestras e debates em que pude participar e fazer trocas importantíssimas para o meu processo de amadurecimento como pesquisadora e militante.

Aos trabalhadores/as da PUCSP, principalmente a Secretária do PEPG em Serviço Social, Andreia, por sua afetuosidade, seriedade e compromisso.

Às professoras e aos professores da PUCSP, principalmente, Raquel, Rosângela, Mazzeo.

À Raquel, por ser afetuosa comigo e por me acolher em momentos de fragilidade, por sua humanidade e sabedoria. Agradeço também por aceitar prontamente o convite para participar de minha banca de defesa de doutorado como professora examinadora titular.

Agradeço também à Rosângela, por todo acolhimento que me dedicou, conselhos, paciência e cuidado, mesmo em horários fora do seu expediente.

Ao Mazzeo, quero agradecer por suas aulas, que sempre me colocaram questões e me impulsionaram para ler e aprofundar, cada vez mais, as obras complexas e inestimáveis dos marxismos e de seus críticos; também por sua afetuosidade, acolhimento em momentos de luta enquanto representante discente, e por sua contribuição e posicionamentos em minha banca de qualificação. Espero ter atingido, ainda que minimamente, suas sugestões.

À Renata Gonçalves, professora titular da minha banca, que além de estar revolucionando os estudos de Serviço Social com relação à questão étnico-racial, contribui inenarravelmente ao superar os limites da profissão, buscando de forma inédita por autores que contribuam para a compreensão do Brasil em sua particularidade, capitalismo classista, racializado, sexista, misógino, LGBTQIA+fóbico e intergeracionalmentefóbico. Renata também é parte de minha banca de avaliação, ousou dizer que sem ela eu não teria chegado perto do que consegui produzir nesta tese sobre as trabalhadoras negras em condição de violência no Brasil.

À Profa. Rachel, que prontamente aceitou compor a banca de defesa. Estou certa de que suas contribuições serão inestimáveis. Agradeço imensamente.

À Mirla Cisne, que não pôde participar de minha banca de qualificação por questões pessoais, já que, assim como diversas mulheres no Brasil, trata-se de uma professora assalariada mulher-mãe. Infelizmente não contei com sua participação, ficando ela de me enviar suas considerações sobre o material. Agradeço por todo o esforço teórico que realiza para contribuir com a categoria sobre os estudos feministas, de diversidade, principalmente com relação aos estudos do materialismo francófono, apresentando uma leitura inovadora de seu feminismo materialista crítico. Ainda aguardo suas contribuições e críticas.

À Graziela Acquaviva, que prontamente aceitou compor a banca de qualificação, contribuindo com bastante seriedade e crítica produtiva para esta tese. Agradeço imensamente e espero ter atingido minimamente algumas das tarefas que me foram dadas, embora tenha a consciência de que a totalidade das indicações feitas culminariam em uma outra tese.

À Eliana Pereira da Silva, que das mais diversas formas me ensina com maestria os caminhos para ver as flores nascendo do impossível chão. Agradeço por todas as palavras de ordem, de luta e de afago, bem como por me inspirar a escrever e a concluir esta tese com seu trabalho, militância e vida. Obrigada por me dar a honra de ver minha tese avaliada por você, companheira.

À todes companheiros do NEAM, que desde 2014 discutem, interpretam, traduzem, me orientam e impulsionam, seja pelas gravações ou nas aulas que pude acompanhar. Agradeço também às caravanas de Campinas, Raquel Almeida, Nati, Beth Rossin, Juliana, Aline, dentre outras tantas, que se uniram a mim para participar do NEAM. Sem vocês este projeto não seria possível, tanto financeiramente — dividindo os custos das viagens —, quanto pelos debates inflamados que realizamos pelas estradas da vida.

À Thatá, por me aturar desde o ensino médio, amiga de longa data, engenheira mecânica feminista. Agradeço por sempre estar presente, por aprender a conviver com o meu jeito confuso e antissocial de ser (risos), por nunca desistir de mim e por sempre acreditar em mim.

À Biazita, que desde a graduação me ensina sobre a diversidade e a poesia como forma de suspensão da cotidianidade. Feminista aguerrida que me inspira. Cuidadosa, afetusa, musa do meu coração.

À Miri, por todas as farras, conversas, acolhidas, audioterapias (risos), enfim, você é aquela categoria de pessoa que a gente não entende como existe, a gente só ama.

À Mariana Pereira, por nunca me deixar esquecer que os aspectos individuais também importam, por sempre se fazer presente em meus momentos com carinho e cuidado.

À Dos Anjos (Maria dos Anjos), agradeço por partilhar toda a sua sabedoria, é uma mulher trabalhadora negra aguerrida que a cada história de vida que me conta, me inspira e me lembra de todas as condições objetivas da desigualdade deste tardo capitalismo que condicionam a vida violenta das trabalhadoras negras deste país, além de explicitar sua força e sabedoria para lançar mão de estratégias de sobrevivência. Ao ler Lélia Gonzalez e ouvir sobre sua afetuosidade e raízes com a sua comunidade, vejo efetivamente a mãe-preta e uma síntese da história da trabalhadora negra no Brasil.

Às corretoras de gramática e formatação desta tese Keiliane e Lia, da empresa Peneira Correções e Formatações, agradeço por todo apoio, correções e companheirismo.

Agradeço à **CAPES** pelo apoio e bolsa de estudos integral. Este estudo foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES). Código de financiamento: 88887.356795/2019-00.

RESUMO

PEREIRA, Alana Andreia. **Violência doméstica contra a mulher trabalhadora negra e não negra: a/o assistente social trabalhadora/or assalariada/o pelo Estado capitalista diante da miséria do patriarcado.** Tese (Doutorado em Serviço Social) — Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022.

As trabalhadoras negras guardam em si as contradições postas no sociometabolismo capitalista à brasileira por vivenciarem a exploração da força de trabalho e as mais diversas opressões. Ao compreender a heterogeneidade da classe trabalhadora, evidenciou-se que a trabalhadora negra condensa o turbilhão entre questão de classe, étnico-racial, relações sociais sexuais e intergeracionais, todas questões centralmente alienadas, no estrondo da particularidade brasileira. Ao falar em trabalhadoras negras, estudando teorias eugenistas e as críticas à branquitude realizadas pelas lutas antirracistas, diversos elementos foram se explicitando, por exemplo, no engodo do “ser branca” em relação ao “ser preta”, “ser negra”, “ser parda”. Privilegio o uso da categoria mulheres trabalhadoras negras e não negras, já que a particularidade brasileira ainda requer contornos para retratar essa população parda que se sente perdida e escamoteada, não apenas pelo racismo, como também pelas bancas de heteroidentificação e as características fenotípicas. Pesquisar a violência contra a mulher implica dar centralidade à trabalhadora negra como sujeito que ocupa o topo dos índices de mulheres em condição de violência perpetrada por homens, com os quais se relacionaram sexualmente, estas que são condenadas a vender sua força de trabalho como puderem para sobreviver, ou com alguma sorte e pitadas de “empoderamento”, viver. O percurso teórico compreendeu: do patriarcado da miséria aos moldes capitalistas à miséria do patriarcado em tempos neoliberais; e as formas como os feminismos chegam para o Serviço Social na quadra democrática e suas contribuições para o feminismo socialista marxista, principalmente o feminismo negro, o materialista, o feminismo da “teoria” da reprodução social e o socialista marxista. Além disso, foram trabalhadas categorias como ideologia e formas ideológicas burguesas, como as opressões, suas ideologias de enfrentamento à violência contra a mulher, no caso a ideologia “empoderamento”. Foi realizada ainda uma análise da política de assistência social; uma revisão do histórico sincretismo do Serviço Social e a inserção do “empoderamento” como estratégia de prática terapêutica. A partir disso, retorno para a atuação profissional do Serviço Social com trabalhadoras negras e não negras em condição de violência, destacando a categoria profissional como trabalhadoras/es assalariadas/os pelo Es-

tado capitalista, subsumidos realmente ao capital como assalariadas/os. Como resultados destaco a importância de aprofundar a categoria reprodução social desde as contribuições de Lise Vogel; e reconheço a centralidade da categoria trabalho, mas me afasto do feminismo materialista, ao passo que não trabalho com marcadores sociais determinantes, considerando a dialética como categoria imprescindível para as análises. Ficaram explícitas as carências de pesquisas coladas com a realidade para melhor direcionar as lutas e conquistas para a classe trabalhadora brasileira. Considerando não apenas para romper ciclos de violências por uma suposta “cultura de paz”, mas para construir políticas estruturantes atreladas às lutas com o horizonte da revolução social proposta pela luta anticapitalista mais radical, antirracista, antipatriarcal, antiheteronormativa. Por fim, permeio quais são os limites, as possibilidades e os desafios do trabalho profissional de assistentes sociais, perpassando pela crítica aos grupos de condicionalidades, artesanatos e respostas imediatas ao cotidiano profissional.

Palavras-chave: Trabalhadoras negras e não negras; Violência contra a mulher trabalhadora; Feminismo; Serviço Social; Trabalhadoras/es assalariadas/os pelo Estado capitalista; Ideologia.

ABSTRACT

Black working women carry within themselves the contradictions established by the Brazilian-style capitalist sociometabolism due to their experience of workforce exploitation and others most diverse oppressions. By understanding the heterogeneity of the working class, it has become evident that the black working women condenses the turmoil between class, ethnic-racial, sexual and intergenerational social relations, all centrally alienated issues, in the rumble of the Brazilian particularity. When talking about black working women, studying eugenic theories and the criticism of whiteness carried out by anti-racist struggles, several elements became explicit, for example, in the deception of “being white” in contrast to “being black”, “being ‘*negra*’” (term in portuguese), “being be *parda*” (term in portuguese). I prioritize the use of the category black and non-black working women, since the Brazilian particularity still requires nuances to portray this *parda* (term in portuguese) population that feels lost and concealed, not only by racism, but also by the hetero-identification stands and phenotypic characteristics. Researching violence against women implies giving centrality to the black working women as a subject that occupies the top of the indexes of women in conditions of violence perpetrated by men, with whom they have had sexual relations, which are condemned to sell their workforce as they can to survive, or with some luck and pinches of “empowerment”, to live. The theoretical course included: from the patriarchy of misery to capitalist molds, followed by the misery of patriarchy in neoliberal times; and the ways in which feminisms come to Social Work in the democratic court and their contributions to Marxist socialist feminism, especially the black feminism, the materialist feminism, the feminism from the “theory” of social reproduction and socialist Marxism. In addition, categories such as ideology and the bourgeois ideological way, such as oppressions, its ideologies of fighting violence against women (in this case the ideology “empowerment”), were discussed. An analysis of the social assistance policy was also carried out; a review of the historical syncretism of social work and the insertion of “empowerment” as a strategy of therapeutic practice. From this, I return to the professional performance of social work with black and non-black workers under conditions of violence, highlighting the professional category as salaried workers by the capitalist State, really subsumed to the capital as salaried workers. As a result, it is essential to highlight the importance of deepening the category of social reproduction from the contributions of Lise Vogel; and I also recognize the centrality of the work category, but distance myself from materialist feminism, while not working with determinant social markers, considering dialectics as an essential category for analysis.

The lack of research linked to reality was made explicit to better direct the struggles and achievements for the Brazilian working class. Considering not only to break cycles of violence for a supposed “culture of peace”, but to build structuring policies linked to struggles with the horizon of social revolution proposed by the most radical anti-capitalist, anti-racist, anti-patriarchal, anti-heteronormative struggle. Finally, I permeate what are the limits, possibilities and challenges of the professional work of social workers, passing through the criticism of conditional groups, crafts and immediate responses to the professional routine.

Key-words: Black and non-black working women; Violence against working women; Feminism; Social Work; Workers salaried by the capitalist State; Ideology.

RÉSUMÉ

Les travailleuses noires portent en elles les contradictions posées par le socio-métabolisme capitaliste brésilien, car elles souffrent de l'exploitation de la force de travail et des oppressions les plus diverses. En analysant l'hétérogénéité de la classe ouvrière, il est évident que la femme noire travailleuse est au centre des tensions, entre questions de classe, ethno-raciales, sociales, sexuelles et intergénérationnelles ; autant de questions qui sont centralement aliénées, dans le fracas étourdissant de la particularité brésilienne. En parlant des travailleuses noires, lorsque nous nous penchons sur les théories eugénistes et la critique de la blancheur faite par les luttes antiracistes, divers éléments sont mis en avant, tels que le leurre « d'être blanc » par rapport à « être noir », "être nègre", "être métis". Nous privilégierons donc l'utilisation de la catégorie femmes travailleuses noires et non noires, puisque dans le cas particulier du Brésil, nous avons encore besoin d'éléments pour dépeindre cette population métisse qui se sent perdue et cachée, non seulement à cause du racisme, mais aussi par les positions d'hétéro-identification et les caractéristiques phénotypiques. La recherche sur la violence à l'égard des femmes implique de donner une place centrale aux travailleuses noires en tant que sujets qui occupent le haut de l'index des femmes en situation de violence perpétrée par des hommes, avec lesquels elles ont eu une relation sexuelle. Ces dernières sont condamnées à vendre leur force de travail comme elles le peuvent pour survivre, ou avec un peu de chance et une pincée « d'empowerment », pour vivre. Notre cheminement théorique passe différentes thématiques : du patriarcat de la misère dans les moules capitalistes à la misère du patriarcat à l'époque néolibérale ; les voies par lesquelles les féminismes arrivent au Service Social dans la cour démocratique et leurs contributions au féminisme socialiste marxiste, principalement le féminisme noir, le féminisme matérialiste, le féminisme de la « théorie » de la reproduction sociale et le socialisme marxiste. Par ailleurs, nous avons aussi étudié des catégories telles que l'idéologie et les formes idéologiques bourgeoises, comme les oppressions, et leurs idéologies de lutte contre la violence à l'égard des femmes, en l'occurrence l'idéologie de « l'empowerment ». Nous avons également réalisé une analyse de la politique d'assistance sociale ainsi qu'une revue du syncrétisme historique du service social et de l'insertion de « l'empowerment » comme stratégie de pratique thérapeutique. A partir de là, nous sommes revenus sur la pratique professionnelle du service social auprès des travailleuses noires et non noires, vivant dans des conditions de violence, et nous avons mis en évidence la catégorie professionnelle en tant que travailleuses et travailleurs salariés par l'Etat capitaliste, et de fait asservis au capital en tant que salarié(e)s. En ce sens, nous

soulignons l'importance d'approfondir la catégorie de la reproduction sociale à partir des contributions de Lise Vogel et nous reconnaissons la centralité de la catégorie travail, mais nous avons fait le choix de nous distancier du féminisme matérialiste, au point de ne pas travailler avec des marqueurs de déterminants sociaux, considérant la dialectique comme une catégorie essentielle pour les analyses. La nécessité d'une recherche liée à la réalité pour mieux orienter les luttes et les conquêtes de la classe ouvrière brésilienne est devenue explicite. Il ne s'agit pas seulement de briser les cycles de violence pour une supposée « culture de la paix », mais il faut bel et bien construire des politiques structurantes visant à la révolution sociale, à partir de la lutte anticapitaliste, antiraciste, antipatriarcale, antihétéronormative. Enfin, nous nous attachons aux limites, possibilités et défis de l'action professionnelle des assistants de service social, en portant un regard critique sur les groupes de conditionnalités et les réponses immédiates au quotidien professionnel.

Mot-clés: Travailleuses noires et non noires ; Violence contre les travailleuses; Féminisme; Travail Social ; Travailleurs(euses) salarié(e)s par l'Etat capitaliste; Idéologie.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
AIETS	Associação Internacional de Escolas de Trabalho Social
ANAS	Associação Nacional dos Assistentes Sociais
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
APRE	Atelier Production Reproduction
ATP	Atividade Programada
BH	Belo Horizonte
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAC	Centro de Arte e Cultura
CADUN	Cadastro Único
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPs	Caixas de Aposentadoria e Pensões
CAs	Centros Acadêmicos
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEAD	Centro de Educação a Distância
CEIs	Centros de Educação Infantil
CEMARX	Centro de Estudos Marxistas
CENEAS	Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais
Centro POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CF	Constituição Federal
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde
CIES	Centro de Investigaciones Sociales

CLACSO	Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CM	Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNRS	Centre National de la Recherche Scientifique
COVID-19	Coronavirus Disease 2019
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselhos Regionais de Serviço Social
CRESS-SC	Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina
CTL	Coletivo Trabalhadores em Luta
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAs	Diretórios Acadêmicos
Datusus	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil
DF	Distrito Federal
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DOI	Digital Object Identifier
EBA	Escola de Belas Artes
EBES	Estado de Bem-Estar Social
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
ES	Espírito Santo
EUA	Estados Unidos da América
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FENAS	Federação Nacional dos Assistentes Sociais
FFC	Faculdade de Filosofia e Ciências
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FITS	Federação Internacional de Trabalho Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
GT	Grupo de Trabalho
IASSW	International Association of Schools of Social Work
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano

IF	Instituto Federal
IFSW	International Federation of Social Workers
IHGSP	Instituto de História e Geografia de São Paulo
INPS	Instituto Nacional da Previdência Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero e Intersexuais
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexuais, Assexuais e “+”
LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e “+”
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e “+”
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
LOPS	Lei Orgânica da Previdência Social
MCP	Movimento de Cultura Popular
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MPC	Modo de Produção Capitalista
MRT	Movimento Revolucionário dos Trabalhadores
MS	Mato Grosso do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MVCI	Mortes Violentas por Causa Indeterminada
NEAM	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamentos Marxistas
NECRIA	Núcleo de Estudos sobre Crianças e Adolescentes
NEP	Nova Política Econômica
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
ONDH	Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PcdoB	Partido Comunista do Brasil

PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PEP	Projeto Ético Político
PEPG	Programa de Estudos Pós-Graduados
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PFMT	Participação Feminina no Mercado de Trabalho
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAC	Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGAV	Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais
PSC	Partido Social Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
PUCSP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RET	Rede de Estudos do Trabalho
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
SM	Salário Mínimo
SP	São Paulo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TRS	Teoria da Reprodução Social
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFs	Unidades Federativas
UN	United Nations
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICEF	United Nations Children's Fund
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	24
PARTE 1. À REVELIA: UM POUCO DE HISTÓRIA A CONTRAPELO	33
CAPÍTULO 1. SUJEITA-OBJETO E OBJETO-SUJEITA: A MULHER EM CONDIÇÃO DE VIOLÊNCIA	35
1.1. ORIGENS DO PATRIARCADO E A MULHER NAS SOCIEDADES DE CLASSES	42
1.1.1. <i>Patriarcado nos moldes do capitalismo: do patriarcado da miséria à miséria do patriarcado</i>	<i>61</i>
1.2. ALGUNS ELEMENTOS DAS LUTAS FEMINISTAS PELO MUNDO	72
1.2.1. <i>A luta feminista e sua diversidade: o feminismo da teoria unitária, o da interseccionalidade, o feminismo materialista francófono</i>	<i>85</i>
1.2.2. <i>O feminismo da interseccionalidade: a importância do feminismo negro norte-americano</i>	<i>92</i>
1.2.3. <i>O feminismo materialista francófono: contribuições entre rebocos e fraturas</i>	<i>99</i>
1.2.4. <i>A “teoria” da reprodução social e suas expoentes: Lise Vogel, Tithi Bhattacharya, Cinzia Arruzza, Silvia Federici e Susan Ferguson.....</i>	<i>113</i>
1.3. UMA SÍNTESE: CATEGORIAS APREENDIDAS A PARTIR DA HISTÓRIA DA CONDIÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA AS TRABALHADORAS E TRABALHADORAS NEGRAS NO BRASIL.....	146
CAPÍTULO 2. "EMPODERAMENTO" E CAVIAR: NUNCA VI, NEM COMI, EU SÓ OUÇO FALAR	167
2.1. <i>A multifacetada ideologia “empoderamento”: principais tendências influentes no Brasil e suas origens</i>	<i>171</i>
2.2. <i>UMA BREVE HISTÓRIA DA POLÍTICA SOCIAL: DAS PROTOFORMAS AO KEYNESIANISMO.</i>	<i>177</i>
2.3. <i>PROPOSTA DE “ENFRENTAMENTO” E “EMPODERAMENTO”: A CAPITULAÇÃO DA IDEOLOGIA NEOLIBERAL DE CONTINUIDADE</i>	<i>196</i>
2.4. <i>POLÍTICA SOCIAL NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA</i>	<i>203</i>
2.5. <i>O MITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL</i>	<i>212</i>
2.5.1. <i>Do mito da assistência social ao mito da Política de assistência social na seguridade social.....</i>	<i>215</i>
CAPÍTULO 3. TENTATIVAS DE CAPTURA DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO PELO PROJETO SOCIETÁRIO NEOLIBERAL	225
3.1. <i>SINCRETISMO E SERVIÇO SOCIAL: UM CAMPO FÉRTIL PARA A IDEOLOGIA DE “EMPODERAMENTO”</i>	<i>230</i>
3.1.1. <i>O histórico do sincretismo no Serviço Social.....</i>	<i>233</i>
3.1.2. <i>Do projeto de ruptura ao projeto ético-político do Serviço Social.....</i>	<i>241</i>
3.1.3. <i>Modernidade e “pós modernidade”: a tendencial reiteração do histórico sincrético do Serviço Social</i>	<i>244</i>
3.1.4.1. <i>Os “diálogos freirianos” e o sincretismo do Serviço Social.....</i>	<i>256</i>
3.1.4.2. <i>Faleiros e o sincretismo: entre o novo estruturalismo e a ideologia “pós-moderna”</i>	<i>262</i>
PARTE 2. A CRÍTICA ÀS LUMINÁRIAS: PARA QUE VAGALUMES, BORBOLETAS E MARIPOSAS ENCONTREM A LUZ QUE TANTO BUSCAM, A LUA E AS ESTRELAS	269

CAPÍTULO 1. DE OBJETO A SUJEITO: A SUPEREXPLORAÇÃO DAS FILHAS NEGRAS E NÃO NEGRAS DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL.....	271
1.1. DESPROTEGIDAS: ESTADO CAPITALISTA, DIREITO CAPITALISTA E A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA.....	298
1.2. ALGUMAS AÇÕES DE “EMPODERAMENTO” E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	316
CAPÍTULO 2. A SUBSUNÇÃO REAL DAS/OS TRABALHADORAS/ES ASSALARIADAS/OS DO ESTADO CAPITALISTA AO CAPITAL: AS TENTATIVAS DE CAPTURA DO PROJETO PROFISSIONAL PELAS IDEOLOGIAS NEOLIBERAIS	320
2.1 TRABALHO EM SERVIÇOS DO ESTADO CAPITALISTA E A DESSUBJETIVAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA	320
2.2. SERVIÇOS E SERVIÇO SOCIAL: A POLÊMICA DA PRODUTIVIDADE E IMPRODUTIVIDADE ..	323
2.2.1. Estado capitalista e o/a trabalhador/a do Estado capitalista: o estranho caso da sociedade que pensa que não se socializa sem o Estado	348
CAPÍTULO 3. A/O ASSISTENTE SOCIAL TRABALHADORA/OR ASSALARIADA/O PELO ESTADO CAPITALISTA NO ATENDIMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA AS FILHAS DA CLASSE TRABALHADORA NEGRAS E NÃO NEGRAS.....	353
3.1. SERVIÇO SOCIAL NO ATENDIMENTO ÀS FILHAS DA CLASSE TRABALHADORA: CONSCIÊNCIA, ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E RESISTÊNCIA.....	359
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	363
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	373

INTRODUÇÃO

Mais um dia na pele da trabalhadora negra

*Ela não é branca,
Ela não é preta,
Ela não é parda.
Amarela que ela não é!
Mas o que ela é?
Mãe! Sou preta.
Não minha filha, não fale assim de você.
Não branca, não preta, não parda, não amarela, mas o que é?
Ela é um ser humano.
É, isso ela é.
Para as brancas ela é preta fedida, desde menina assim foi reduzida.
Para os pretos empossados de suas bancas ela não é preta, nem parda.
Os pretos dizem: Tira a blusa! Para provar ser parda.
Na cabeça, várias perguntas: até quando precisaremos tirar a roupa para provar o que somos?
Para os pardos..., afinal, o que é pardo?
O papel é pardo por ter tonalidade madeira.
Então, ela é cor de madeira? Madeira clara ou madeira escura?
Serve?
Cor de madeira...
Já foi mulata, já foi morena, nas mãos dos brancos foi fodida,
Pelo sinhô, pelos amigos, fodida.
Presente de rico para foda.
Mulata, morena, não pode mais ser,
Mas é,
Nas cabeças dos machos,
Nos cafofos dos machos,
Basta ela mostrar o seu gingado e corpo escultural.
Sua bunda, sua sina,
Sua cor, sua não cor, sua sina.
Ah! Ela é humana né?
É, ela é um ser humano.*

Anala Negra¹

A delimitação do objeto deste estudo foi um processo, considerando que esta pesquisadora ousou desafiar bases e consensos acadêmicos, sem obviamente deixar de trabalhar e reconhecer as contribuições mais relevantes que existem no Serviço Social hegemônico.

Parto do objeto de tese violência contra a mulher, estudando a violência de gênero, a violência doméstica contra a mulher, a violência intrafamiliar contra a mulher. Interessava, contudo, retratar o papel das mulheres brasileiras na luta de classes; na luta contra o feminicídio e a violência; por conquistas de acessos a direitos e políticas sociais; e nas lutas com horizonte

¹ Anala Negra é o pseudônimo utilizado pela autora desta tese para manifestar o seu “eu lírico”. Essa voz de trabalhadora negra será utilizada diversas vezes durante a tese para expressar poeticamente os sentimentos vividos durante a construção deste texto.

da revolução social, como também o seu espaço no interior da classe trabalhadora em sua heterogeneidade.

Ao falar do papel da mulher na luta de classes, esse conceito e identidade criado e universalizado como “ser mulher” foi se tornando cada vez mais insuficiente para delimitar o/a sujeito/a desta pesquisa, já que a classe nos une e o gênero nos divide. Em minha dissertação de mestrado já explicitava essa questão, que me levou a utilizar a categoria mulheres trabalhadoras.

Ao aprofundar os estudos acerca da condição de vida violenta das filhas da classe trabalhadora no Brasil, identifiquei que a mulher negra trabalhadora é a que ocupa o topo dos rankings de violência no país. Nesse sentido, priorizei o debate dando destaque para as mulheres trabalhadoras negras.

Nesse processo diversas inquietações foram suscitadas, como o debate da identidade negra, preta, parda e branca. Partindo da noção de que a identidade é construída a partir de diferenças que podem aproximar determinados segmentos da sociedade, podendo ainda transformar a realidade dos mesmos, trabalho com a identidade como ideologia, considerando que se trata de um pôr teleológico, que transforma a realidade.

No capitalismo, contudo, ao transformar diferenças em desigualdades e usufruir destas para agudizar a condição de exploração da classe trabalhadora via opressões, algumas identidades se tornam ideologias falsas fruto de uma falsa consciência da realidade.

Cabe demarcar desde já que a classe trabalhadora não é entendida aqui como identidade, já que sua base material não é uma diferença como cor de pele, fenótipos, orientação sexual, idade, sexo/gênero, sexualidade e diversidades; pelo contrário, é uma relação social de produção e exploração de indivíduos por indivíduos, base da sociedade contemporânea e superável como qualquer outro modo de produção.

O que faz de um indivíduo ser da classe trabalhadora é o fato de este não participar da riqueza socialmente produzida, de não ser detentor dos meios de produção, sobrando apenas a sua força de trabalho para ser vendida e explorada. Por outro lado, as diferenças de cor, fenótipos, étnicas, culturais, de sexo/gênero, sexualidades, diversidades são características e/ou conquistas da subjetividade humana, que no plano individual, a partir do processo de individuação burguês, permitiu que os sujeitos históricos pudessem vivenciar suas individualidades, anseios e desejos. Embora continuem limitados ao *status quo* burguês.

A ideologia, fruto da falsa consciência da realidade, que transforma diferenças em desigualdades e oprime certos segmentos sociais, gerou, por exemplo, o racismo pelo *defeito de*

cor no capitalismo brasileiro, assim como deu espaço para teorias de “embranqueamento”, eugenistas e suas antípodas na luta antirracista, surgindo a crítica ao branco como sinônimo de humano, universal, e com ela as teorias que tratam da branquitude.

Debates esses que estão em curso, que geraram a poesia que abriu esta introdução e que suscitaram as seguintes inquietações: somos todas pretas, somos todas negras e, além disso, quem são os pardos?

Considerando que na classe trabalhadora brasileira em sua heterogeneidade a maioria é negra (pretos e pardos) e que o estereótipo do branco está mais atrelado ao eurocentrismo, ou aos colonizadores, fica bastante complexo trabalhar com a noção de branco na classe trabalhadora brasileira. Isso não significa que não existam pessoas brancas na classe trabalhadora, mas que a maioria estaria entre o preto e o pardo.

Ser pardo no Brasil também não é bem definido, inclusive bastante questionável em bancas de heteroidentificação para concursos, o que me levou a optar por trabalhar com a ideia de não negros, ou seja, nem pardos, nem brancos, mas também oprimidos e explorados.

Escancaro assim uma das contradições centrais que fragmenta a classe trabalhadora quando o debate é sobre a questão étnico-racial, fazendo com que muitos nem mesmo consigam se autodeclarar pardos, ou prefiram não falar sobre, para não se sentir expostos.

Por este motivo, viso sintetizar meu objeto de pesquisa de forma talvez ousada demais, todavia, real e atual demais; trabalhando com a violência contra a mulher trabalhadora negra e não negra. Saliento que, em alguns momentos no texto, a categoria analítica aparecerá reduzida como: violência contra trabalhadoras negras e não negras, tanto pela crítica a essa mulher branca como universal, logo, mais humana que as demais; como também com o intuito de trazer as particularidades das mulheres negras, assim como em outros momentos a frase apenas aparecerá reduzida por uma forma textual sem maiores aprofundamentos.

A partir deste primeiro elemento que dará forma acadêmica ao texto, passo a participar o leitor do processo que culminou na elaboração desta tese.

Comecei este estudo acreditando que ele teria surgido a partir da interface entre docência em Serviço Social, atuação profissional e formação permanente como Assistente Social. Contudo, venho amadurecendo o tema de pesquisa desde a graduação, onde estudei a relação entre a família e a escola, refletindo a partir da minha experiência de extensão universitária em escolas pelo NECRIA (Núcleo de Estudos sobre Crianças e Adolescentes).

Na oportunidade, discuti de forma bastante idealista por uma visão democrata radical as possibilidades do que hoje entendo ser a ampliação da emancipação política — a partir do legado marxiano — e o papel dos Assistentes Sociais e estudantes da categoria nesse processo.

No mestrado, a minha dissertação apresentou a construção que foi possível até aquele momento. Dentre os limites que detectei, pude evidenciar que a categoria de Serviço Social não era homogênea e que, além do projeto profissional ético-político hegemônico, norteado pelo projeto societário comunista, há também uma constante disputa entre linhas progressistas, reformistas, conservadoras e neoconservadoras.

Em Marx e Engels (2012) temos a defesa da possibilidade histórica — concreta — de queda da sociedade aos moldes burgueses — o capitalismo e suas ideologias — em prol da ascensão dos interesses universais compreendidos na luta por acessos e garantias de igualdade humana para o proletariado, por isso não falo em qualquer emancipação, mas na emancipação humana. Em outras palavras, na realização dos interesses universais priorizando as necessidades ontológicas. O projeto societário comunista é o que traduz esses interesses.

Esses autores sintetizam uma tendência objetivamente determinada e uma vontade da classe trabalhadora organizada que é inevitável, devido à condição de barbárie a que a classe trabalhadora é condicionada cotidianamente para garantir condições irrisórias de vida.

O cerne da questão é que as sociedades de classes sempre apresentam alternativas que não rompem com sua organização em classes em detrimento dos interesses universais.

O projeto comunista nada mais é do que uma possibilidade concreta de superação do capitalismo. Assim como a luta antifeudal superou o feudalismo, também a luta anticapitalista deve superar o capitalismo.

A luta antifeudal superou não apenas as relações de produção servis, como também a organização do Estado monárquico por uma sociedade pautada pela liberdade, a igualdade e a fraternidade, ainda que o acesso aos direitos fosse limitado ao âmbito formal.

É inevitável, portanto, considerar que a luta anticapitalista, luta revolucionária, pode superar o capitalismo e suas contradições, mas, desta vez, o salto ontológico da humanidade deverá ser pela superação do capitalismo e de todas as formas de sociedades de classes, por uma sociedade justa e igualitária, pela emancipação humana com vistas à superação da sociedade de classes racializada, sexualizada, que normatiza as relações sociais de forma opressora.

Acrescento, entretanto, que sem o acerto de contas entre as diversas lutas progressistas e revolucionárias que defendem os interesses da classe trabalhadora, possibilitando o reconhecimento de sua heterogeneidade e da necessidade de entender a relação da exploração com as opressões, o limite da luta antineoliberal é justamente a ampliação da emancipação política.

Esta última só é possível a partir de muita luta organizada pela classe trabalhadora, em momentos de exceção e não de regra para o capital, sem esquecer ou incorrer em ilusões, já que são conquistas frágeis. Aspectos estes que o século XXI veio confirmar, não apenas no Brasil, como no mundo.

Atualmente, existe um numeroso grupo de assistentes sociais que se orientam por um projeto profissional capitulado por expressões ideológicas do projeto societário neoliberal, bem como por projetos que se alinham também aos interesses neoliberais, mas pelas vias do ultra-conservadorismo (PEREIRA, 2019). Estes últimos, frutos da irracionalidade que ganhou corpo no Brasil com traços neofascistas, racistas, sexistas e classistas.

Essas/es assistentes sociais trabalhadoras/es assalariados pelo Estado capitalista transitam entre politicismos², posturas liberais clássicas, orientações humanistas, perspectivas “pós-modernas”, neopositivistas, neoconservadoras, antineoliberais e/ou anticapitalistas abstratas — que não apresentam caminhos de superação do capital, nem sujeito revolucionário —, ficando nos limites das disputas mais imediatas pela ampliação da emancipação política, bem como de outras, das quais compartilho, que resistem pela superação dessa ordem societária e pela emancipação humana, norteada para a luta revolucionária que pressupõe a transição socialista e o comunismo como projeto societário.

Em outras palavras, que defendem o projeto ético-político hegemônico. Vale a ressalva de que a revolução é tarefa da classe trabalhadora organizada e não da profissão. Limites das defesas do projeto ético-político interpelam as/os profissionais das mais diversas formas, e embora sejam defesas imprescindíveis, árduos são os caminhos daqueles/as que o escolhem.

Atualmente, continuo fazendo estudos sociais das famílias, atendendo majoritariamente mulheres trabalhadoras, mães que pretendem acessar os Centros de Educação Infantil (CEIs) e famílias que já estão com suas crianças matriculadas no município de Jaguariúna.

Como é possível notar, apesar das antigas creches hoje possuírem projetos e planejamento pedagógico, a lógica de acesso, em grande medida, continua sendo pensada de forma

² O termo se refere a posturas que atribuem a transição socialista para o comunismo à esfera política, pelo Estado, também àqueles que reivindicam uma sociedade justa e igualitária, descrentes da possibilidade concreta da revolução.

assistencialista, seletiva e não universal, pelo uso de brechas³ existentes no PNE (Plano Nacional de Educação) vigente, embora diversas legislações preconizem o oposto.

O processo de doutoramento possibilitou leituras, escritas de artigos, orientações sem limitações de tempo — pelo compromisso da orientadora desta tese —, bem como participações em eventos, palestras, exposições de artigos, seminários, aulas também no curso de Sociologia da UNICAMP, sobre o marxismo e a polêmica brasileira que trata do dualismo entre arcaico e moderno, além de elementos do desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo, apresentados como modelos econômicos; experiências essas que possibilitaram ampliar inenarravelmente os horizontes.

Esta pesquisa foi realizada em um momento histórico bastante atípico para o mundo contemporâneo. Tempos de tardo capitalismo imperialista e neocolonizador, tempos de neoconservadorismo a pleno vapor, ultraconservadorismo. Tempos sombrios de desgovernos reacionários que sobem ao poder pelo esgarçamento dos projetos das chamadas “terceiras vias”⁴, que só fizeram minar a perspectiva da esquerda mais radical de forma oportunista a partir da queda do muro de Berlim com o fim do “socialismo real existente”, como se aquele fosse o fim do marxismo, da luta de classes e da perspectiva possível e concreta do projeto societário comunista.

No que tange ao Serviço Social contemporâneo, inúmeras posturas de leitura da realidade podem ser encontradas, o que levou à ruptura com a ideia romântica, bastante idealista, que persistia no imaginário desta assistente social.

³ Apesar de uma das metas do Plano Nacional de Educação de 2014 a 2024 ser a universalização da educação infantil, suprimindo todas as demandas de pré-escola, no que tange à educação infantil há a brecha para o não comprometimento em suprir 100% das solicitações de vaga para crianças até 4 anos e 11 meses. No PNE a meta 1 é “Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE” (PNE, 2014, p. 2). Ou seja, embora o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) garanta que a educação é direito da criança e dever do Estado, o PNE é utilizado para burlar o compromisso de garantia de 100% das vagas necessárias. Ocorre que os municípios que garantem ou ultrapassam os 50%, embora tenham listas de espera, como é o caso de Jaguariúna, ficam mais confortáveis em afirmar que garantir 100% é um desafio e um objetivo, mas que o município está de acordo com o plano, o que já seria considerado um avanço. BRASIL, Plano Nacional de Educação: PNE 2014-2024 linha de base. Brasil: MDS. INEP. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

⁴ Partidos comunistas e social-democratas que ao longo das investidas neoliberais sucumbiram ao projeto de conciliação de classes, abandonando perspectivas revolucionárias, o que em última instância reverberou em projetos neoliberais sob os mais diversos contornos. Para maiores informações consultar: ANTUNES, 2018; CASTELO, 2013. Em nosso texto aprofundamos essa temática nas páginas 160, 198 e 293.

Explicita-se que nos debates coletivos e nas lutas da vanguarda da categoria, quando entoamos a uma só voz que lutamos pela emancipação, enquanto falamos da emancipação humana, aprendi que outras(os) se referem a diversos outros direcionamentos que serão aprofundados ao longo desta tese.

Logo de início foi possível evidenciar que o “empoderamento feminino”, tema que surgiu em minha dissertação e que aqui aprofundo por ser apresentado como estratégia de atendimento às trabalhadoras negras e não negras em condição de violência, serve a uma lógica fundada no feminismo liberal, que reaparece na cena contemporânea atrelado ao projeto societário neoliberal que rege o tardo capitalismo na era do império do capital financeirizado.

O projeto liberal clássico, retomado pelos sicários neoliberais, aparece nas falas de assistentes sociais, principalmente na defesa da condição de cidadania, na indignação conformada com o direito burguês, bem como na forma de analisar solidarizando-se ou não com a condição de vida das mulheres trabalhadoras, majoritariamente negras, por elas/es atendidas.

Trazer para o debate narrativas que se distanciam do posicionamento hegemônico do Serviço Social, que aqui é defendido, foi um verdadeiro desafio, mesmo para aqueles considerados nas linhas progressistas que também compõem o posicionamento hegemônico. O que implicou na necessidade de fazer a autocrítica de que este era, também, uma contradição a ser superada, ou, ao menos, redimensionada, de modo que contribuísse com o processo de produção do material ora apresentado.

Como profissional da escuta qualificada, esse impasse provocou uma profunda autocrítica, reflexões e leituras.

Essa busca desaguou em três momentos: o primeiro, de buscar com outras companheiras, que participam do mesmo posicionamento ético, político e social, estratégias para compreender e superar a crise instaurada; um segundo, de ultrapassar o que chamei de romantismo com o exercício profissional do Serviço Social; e um terceiro, de delinear e aprofundar aspectos necessários para falar não apenas da violência doméstica contra a mulher trabalhadora, mas da mulher negra e do trabalho profissional que tem sido proposto a partir das diretrizes das políticas sociais.

Com o avanço nas pesquisas, leituras e experiências, percebi que essa pesquisa não seria de cunho empírico, mas requereria um grande esforço e muita disciplina para garantir um aprofundamento teórico que permitisse uma síntese da atuação profissional, da militância e dos horizontes que a orientam.

Para tanto, esbocei uma preocupação em traduzir como as/os/es assistentes sociais trabalhadoras/es assalariados pelo Estado capitalista se inserem e atuam nas políticas sociais, no caso, na política de assistência social, lidando com as condições de violência contra a mulher trabalhadora negra e não negra e, nesse processo, como transitam ou até adotam ideologias que são frutos da consciência falsa da realidade orquestrada pelos ideólogos do neoliberalismo.

Ora, afinal, uma das políticas, no âmbito da política social, em relação às medidas de atendimento à violência contra a mulher fica no limite da expressão ideológica do processo neoliberal neste momento contemporâneo. O que remete à importância de mostrar de que maneira na miséria do patriarcado aos moldes capitalistas na era neoliberal, as meninas, moças e mulheres trabalhadoras negras e não negras são as superexploradas.

O objetivo desta tese, partindo da atuação do Serviço Social com mulheres em condição de violência contra a mulher trabalhadora negra e não negra, é contribuir para o debate da construção de unidade crítica no direcionamento do PEP do Serviço Social, atingindo, assim, elementos que possam evidenciar a capacidade de contribuir para o debate da organização da classe trabalhadora internacional e o papel contra-hegemônico da categoria nesta luta, retomando os espaços de militância por fora das vias institucionais, sem obviamente abandonar tais espaços.

Nesse sentido, os seguintes objetivos específicos foram elencados após o processo enriquecedor de qualificação de doutorado: 1) Conhecer o debate do “empoderamento” adotado pelas perspectivas críticas no exercício profissional das/os assistentes sociais; 2) Problematicar a questão da ideologia e as principais “teorias do empoderamento” em voga, tanto nos movimentos sociais como na categoria profissional; 3) Aprofundar os estudos sobre a condição de vida das filhas da classe trabalhadora negra e não negra no Brasil; 4) Estudar a violência e a sua forma de expressão contra mulheres trabalhadoras negras e não negras; 5) Criticar as condições objetivas das/os trabalhadoras/es do Estado capitalista como obstáculos para o processo de formação de consciência crítica na defesa da emancipação humana como projeto societário comunista, bem como na defesa do PEP do Serviço Social; 6) Apresentar uma síntese que expresse a importância do direcionamento ético-político e social para a construção de resistências junto às filhas da classe trabalhadora e dos trabalhadores.

Na busca por apreender as categorias postas na realidade, o percurso histórico foi o ponto de partida, recuperando e discutindo com diversos autores categorias analíticas que contribuem para a compreensão da violência contra a mulher no Brasil.

Ao fazer esse percurso de sistematização analítica, além de chegar à compreensão de que as filhas da classe trabalhadora, independentemente da idade, nascem, amadurecem, envelhecem e morrem marcadas por diversas formas de exploração e opressão, também apreendi que as sujeitas dessa pesquisa são as mulheres trabalhadoras negras e não negras, considerando que, no Brasil, a questão étnico-racial está visceralmente atrelada a questões de classe, de sexo, de intergeracionalidade⁵ e de diversidades de sexo e sexualidades. Acredito ainda ser importante enfatizar que, assim como a questão étnico-racial no Brasil é o nó da “questão social”, também infiro que a vanguarda da classe trabalhadora brasileira que condensa um turbilhão de heterogeneidade são as mulheres trabalhadoras negras e não negras, por expressarem o estrondo entre questões de classe, gênero/sexo, raça, etnia, LGBTQIA+ e intergeracional.

Considerando a necessidade de aprofundar e desmistificar as categorias analíticas que orientariam este estudo, perpassei por diversas polêmicas que corroboraram para o que chamei de primeira parte da tese: *À Revelia: um pouco de história a contrapelo*. Os elementos trabalhados alicerçam a/o leitora/o para a compreensão da segunda parte da tese, já que neste segundo momento será analisada historicamente a condição de vida violenta das filhas da classe trabalhadora negra no Brasil.

A segunda parte foi como um retorno ao concreto pensado, buscando contribuir com a leitura da sociedade em sua dinâmica e estrutura, ou seja, destacando fragmentos da realidade em curso para problematizar as formas de atendimento e de luta contra a violência desferida às filhas da classe trabalhadora negras e não negras, e o trabalho profissional realizado com as mesmas. Para tanto, também foi feita uma subdivisão em três capítulos.

⁵ Ressalto que prefiro o uso do termo intergeracional e falo da opressão intergeracional ao invés de etarismo ou idadismo, por compreender que existe uma questão relacional com os demais aspectos de gênero/sexo, raça, etnia e de classe, quando falamos sobre a condição da trabalhadora negra no Brasil. Por isso, em diversos momentos do texto também utilizo o termo intergeracionalmentefóbicas para me referir às relações sociais que representam a fobia social que assola a vida dessas mulheres, não somente como uma discriminação ou preconceito, mas como um todo articulado que acarreta diversas desumanizações para as trabalhadoras negras idosas.

PARTE 1. À REVELIA: um pouco de história a contrapelo

Contradição, iluminismo e suspensão

No imediato te encanta, mas a essência te tira o ar.
 No primeiro momento balzaquiana,
 No segundo momento a filha renegada do iluminismo,
 No terceiro momento ainda embebida de contradição,
 Mas ainda muito revolucionária.
 Encanta e desencanta,
 Ao desencantar se encanta,
 Se encanta consigo mesma.
 Desagrada alguns e a outros encanta.
 Se toca e goza,
 Se abraça,
 Se acolhe,
 E escolhe se mostrar como é.

Anala Negra

Em primeiro lugar é preciso entender que o termo *à revelia*, utilizado no título da primeira parte da tese, é aqui empregado no sentido figurado, buscando referenciar, em poucas palavras, que ao contrário daqueles que recusam a história e a ciência, aqui tais elementos são norteadores.

A primeira parte da tese se fez necessária para apresentar as principais categorias analíticas em voga tanto no feminismo mais à esquerda quanto no Serviço Social. Trata-se de um percurso histórico e teórico-metodológico que servirá de norte para a compreensão da segunda parte do texto, momento em que analiso a condição de violência que assola as filhas da classe trabalhadora negras e não negras.

O capítulo 1 versou sobre a violência, a mulher na história, a mulher no Brasil e no mundo, o patriarcado, o patriarcado da miséria capitalista e a própria miséria do patriarcado em tempos neoliberais.

A partir desse processo foi possível traduzir que a preocupação desta pesquisa não está em tratar da violência, da violência contra a mulher, ou do “empoderamento” feminino, mas de tomar as coisas pela raiz. Ora, a raiz da questão das mulheres é a própria mulher. Contudo, não se trata de qualquer mulher, e sim daquelas que são signos da mulher em sua genericidade na sociedade capitalista, ou daquelas que são atingidas das mais diversas maneiras pelas formas de ser desse sociometabolismo, as filhas da classe trabalhadora. Ainda assim faltavam elementos, que só foram destacados quando analisei a fundo a história das mulheres trabalhadoras

escravizadas no Brasil, levando à compreensão de que a pesquisa tem por sujeitas as mulheres trabalhadoras negras e não negras.

O capítulo 2 foi dedicado a compreender quais são as formas ideológicas que buscam capturar as estratégias de sobrevivência e resistência voltadas para o atendimento das filhas da classe trabalhadora, dentre elas, foi aprofundado o estudo sobre o “empoderamento”, o “empoderamento” nas políticas sociais e na política de assistência social. O capítulo 3 abordou o histórico sincretismo que persiste no Serviço Social até a contemporaneidade, discutindo com autoras que já trabalharam a crítica àqueles(as) que defendem o “empoderamento” inserido como estratégia de intervenção do Serviço Social.

CAPÍTULO 1. SUJEITA-OBJETO E OBJETO-SUJEITA: A MULHER EM CONDIÇÃO DE VIOLÊNCIA

A violência, de forma geral, é reconhecida como todo e qualquer ato que afete negativamente a integridade da pessoa que foi submetida a uma situação e/ou condição — de forma mais prolongada — de violência, seja ela de ordem física, sexual, psíquica e/ou moral (SAFFIOTI, 2001; 2015). Destaca-se que as violências psíquica e moral podem se dar isoladamente, mas sempre se fazem presentes nas condições de violência física e sexual.

A violência contra a mulher trabalhadora negra e não negra é atravessada por diversas outras expressões ideológicas como as questões geracionais, que podem atingir as mais diversas formas e graus de subsunção destas mulheres aos autores/as de agressão.

O sociometabolismo capitalista classista, racializado, patriarcal, machista, sexista, misógino, hétero e cis normativo, neocolonial, apresenta-se embebido de relações de poder que oprimem e exploram, e o fazem de forma violenta, ainda que naturalizada via contratos sociais constitutivos desta sociedade como contratos de compra e venda de força de trabalho, contratos matrimoniais, contratos de propriedades, como propriedade de terras ou ausência de contratos, como falta de políticas públicas e sociais de inserção da população negra no Brasil desde 1888.

Essas formas de contrato são sobrevalorizadas; ainda que o assalariamento de determinado casal seja irrisório, que o casamento seja entre pessoas pobres e a propriedade destes seja um terreno pequeno em uma região periférica desvalorizada no mercado imobiliário. Essas relações são sobrevalorizadas ideologicamente por denotarem um status aparentemente “superior” de posse em relação aos que não possuem contratos. Estes últimos, extratos da classe trabalhadora que forma uma superpopulação relativa, flutuante ou estagnada, marginalizada.

Segundo Marx,

Todo trabalhador a integra durante o tempo em que está parcial ou inteiramente desocupado. Sem levarmos em conta as grandes formas, periodicamente recorrentes, que a mudança de fases do ciclo industrial lhe imprime, fazendo com que ela apareça ora de maneira aguda nas crises, ora de maneira crônica nos períodos de negócios fracos, a superpopulação relativa possui continuamente três formas: flutuante, latente e estagnada (MARX, 2013, p. 716).

O autor explica que a superpopulação relativa flutuante é aquela que vive ora repelida, ora atraída pelos postos das fábricas, manufaturas, fundições, minas ou centros da indústria moderna. A superpopulação relativa latente se refere à reserva de trabalhadores/as que fazem o fluxo do campo para as cidades quando atraídos pelo capital por melhores condições, renda e salários. Por último, temos a superpopulação relativa estagnada, que compreende um segmento

mais pauperizado, composto: pelos aptos ao trabalho com ocupação irregular; jovens (órfãos e filhos de indigentes) candidatos ao exército industrial de reserva e absorvidos como ativos em períodos prósperos; e aqueles que foram incapacitados para o trabalho, em geral, pelas próprias condições aviltantes de trabalho a que foram submetidos (MARX, 2013).

Esse esclarecimento implica na noção de que as relações sociais, independentemente do âmbito em que se deem, são estabelecidas de forma constitutivamente violenta no capitalismo. Como explicar então que essas formas de relações sociais de diferenças passam a ser desigualdades, considerando que:

“Em geral, a fúria da violência tem algo a ver com a destruição do “outro”, “diferente”, “estranho”, como que busca a purificação da sociedade, o exorcismo de dilemas difíceis, a sublimação do absurdo embutido nas formas de sociabilidade e nos jogos das forças sociais. [...] é um evento heurístico de excepcional significação” (IANNI, 2004, P. 168).

Não se pode emprestar de Ianni um conceito pronto de violência, uma ideia ou interpretação, o que para ele seria como simplificar algo bastante complexo. Trata-se de tomar sua complexidade e suas múltiplas determinações coletivas e individuais, na busca por uma síntese em perspectiva de totalidade, ou seja, decifrar não apenas a aparência fenomênica das violências, mas a violência enquanto categoria analítica do sociometabolismo capitalista.

No caso das sujeitas aqui abordadas, a violência surge das relações sociais racializadas, patriarcais, sexistas, classistas e fóbicas, que se universalizam como ideias de uma classe dominante e como ideologias para as demais, e se voltam contra as mulheres na forma da violência contra a mulher, capitulando-as inclusive a serem propagadoras ou até autoras de violência.

Ianni (2004) se debruça sobre a noção de cultura da violência para problematizá-la como expressão ideológica e aparente da realidade, e não para reafirmá-la enquanto essência. A cultura da violência é expressão do que ele chama de fábrica de violência, a partir das relações sociais envolvidas no jogo de forças político-econômicas.

As relações sociais, portanto, se estabelecem a partir de uma carga de formas, técnicas e práticas brutalmente violentas, das mais arcaicas às formas mais sofisticadas. Neste último caso, remeto às formas de alienação⁶ a que a classe trabalhadora é submetida e que a coloca em

⁶ A respeito da polêmica entre as categorias estranhamento e alienação, não é possível afirmar com base em Marx se há ou não diferença analítica. Contudo, para esta pesquisa, distinguir o estranhamento como momento anterior ao capitalismo é relevante, para enfatizar o momento em que o fenômeno do patriarcado é incorporado ao capitalismo de forma constitutiva, sob novos contornos, que são muito mais próximos da categoria alienação, no sentido de que se trata de um estranhamento numa era de fetiche por mercadorias, de tal modo que na aparência

uma condição análoga à bestialidade da reprodução do racismo, da violência contra a mulher, muitas das vezes, respectivamente, entre negras, negros, mulheres.

O branco, o Europeu, seria considerado civilizado, tecnológico, seria a razão propriamente dita, apresentada como sinônimo de humano; se universaliza ideologicamente como humano. Por outro lado, se não é branco, é negro, se é negro não seria tão humano assim, rementendo ao corpo, à emoção que seria negra, devendo ser controlada. O homem negro, assim como a mulher negra, capitulado pela ideologia do embranquecimento, buscaria no outro, reconhecido como branco, o humano universal, a redenção.

Afinal, que poder é esse que gera tais expressões contraditórias, como se desenvolve e se desdobra? Em Marx e Engels já haviam pistas, quando analisando o Estado capitalista, trataram das expressões fenomênicas da sociedade capitalista como a criação de entes que, externalizados, voltam-se contra a humanidade de forma a normatizá-la segundo as determinações da classe dominante.

[...] transformação dos poderes (relações) das pessoas em poderes das coisas [*sachliche*] por meio da divisão do trabalho também não pode ser abolida pelo fato de se banir da cabeça a sua representação geral, mas apenas pelo fato de os indivíduos submeterem de novo a si esses poderes das coisas e abolirem a divisão do trabalho. Isso não é possível sem a comunidade [*Gemeinschaft*] (MARX, ENGELS, 2010, p. 94).

O risco de se partir da cultura da violência, em alguns casos, é ficar nesse limite, tomando o fenômeno como essência, propondo respostas limitadas para uma análise também limitada. Isso quer dizer que, diferentemente das perspectivas que falam da violência com vistas a superá-la pela educação e pela mudança da cultura, prefiro lidar com as condições concretas da realidade.

Por isso, encontro eco em Ianni quando diz que,

À medida que se desenvolvem a ciência e a técnica, em seus usos crescentemente político-econômicos e socioculturais, desenvolvem-se as formas e as técnicas de violência. À medida que se desenvolvem as forças produtivas e as relações de produção próprias do capitalismo, desenvolvem-se as diversidades e as desigualdades, as formas de alienação, técnicas de dominação e lutas pela emancipação. Aprofundam-se, generalizam-se e multiplicam-se as contradições sociais (IANNI, 2004, p. 179).

O que não se reduz a economicismos, já que as lutas por formas menos desumanizantes de vida são devidamente reconhecidas como necessárias para a sobrevivência no plano da vida

se apresentam como algo totalmente descolado de bases concretas no sistema capitalista e de sua necessidade de acumulação, a partir da extração de valor e mais-valor do trabalho explorado da classe trabalhadora.

imediate, considerando ainda que possam contribuir para mudanças não apenas na cultura, ou na forma de se relacionar na esfera pública, mas também na esfera econômica, política e social, pela crítica à cisão entre público e privado.

Por outro lado, sem a compreensão da gênese da violência naturalizada e utilizada para os interesses burgueses, e, com ela, a noção da necessidade de superação do sociometabolismo de classes capitalista, só restará barbárie. Se hoje o debate é sobre a condição das mulheres trabalhadoras negras e não negras, amanhã pode deixar de ser, por certa inserção social desse grupo, mas esse sistema não resiste sem violência.

Em Ianni, encontra-se para além de uma explicação da gênese e das formas de violência, uma perspectiva revolucionária e a dialeticidade de seu pensamento colada na realidade junto à crítica da economia política marxiana, na qual a categoria violência é síntese porque

Revela o visível e o invisível, o objetivo e o subjetivo, no que se refere ao social, econômico, político e cultural, compreendendo o individual e o coletivo, a biografia e a história. Desdobra-se pervasivamente pelos poros da sociedade e do indivíduo. É um evento heurístico de excepcional significação, porque modifica as suas formas e técnicas, razões e convicções de conformidade com as configurações e os movimentos da sociedade, em escala nacional e mundial. Explicita nexos insondáveis da subjetividade de agentes e vítimas, em suas ilusões e obsessões, ao mesmo tempo que explicita modalidades inimagináveis e verdadeiros paroxismos de processos e estruturas de dominação e subordinação. Revela a alucinação escondida na alienação de indivíduos e coletividades. Nasce como técnica de poder, exercita-se também como modo de preservar e ampliar ou conquistar a propriedade, adquire desdobramentos psicológicos surpreendentes no que se refere aos agentes e às vítimas. Entra como elemento importante da cultura política com a qual se ordenam, modificam ou transformam as relações entre os donos do poder e os setores sociais subalternos, os governantes e a população, as elites e as massas (IANNI, 2004, p. 169).

A violência se espraia pelos poros da sociedade, é gerada e ao mesmo tempo se desenvolve nas relações sociais (poderes) coisificadas e reificadas na lógica do capital.

As relações sociais de sexo expressam essa alienação de forma central a partir de fenômenos diversos, tais como: a violência contra a mulher, seja ela violência no espaço doméstico, entendido aqui por domicílio, ou na família, compreendendo não apenas as relações consanguíneas, mas parentescos e pessoas próximas; como também a violência contra a mulher nas ruas, o estupro, o assédio, o assédio sexual no trabalho.

Em Saffioti (2001), o termo mais corrente para dar conta das muitas formas de expressão da violência, não apenas contra a mulher, é violência de gênero, que se refere aos casos de vítimas mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. Segundo a autora:

Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo este a necessidade de fazer uso da violência.

Nada impede, embora seja inusitado, que uma mulher pratique violência física contra seu marido/companheiro/namorado (SAFFIOTI, 2001, p. 1-2).

Existem os mais diversos termos, conceitos, categorias e polêmicas em torno da forma de se melhor evidenciar a violência contra a mulher, considerando que existe o machismo, que privilegia os homens, mas que não se restringe a eles, sendo reproduzido tanto por pessoas que aderem a normatividades como por aquelas que não aderem, ou seja, também pode ser reproduzido por mulheres e pessoas que não se identificam com binarismos de gênero/sexo. Exclui-se, por óbvio, o papel de vítima para os homens na violência contra a mulher, abrangendo mulheres trans⁷, cis⁸, queer⁹ etc., independentemente da idade.

A invisibilidade do controle que chega a tomar proporções violentas pode vir pela retórica do cuidado, da preocupação e da atenção com a mulher, que se torna uma perseguição para o/a companheiro/a que se vê preso no ciclo vicioso de posse e traição. Atualmente com os avanços tecnológicos existe a possibilidade de se fazer um controle de acessos nas redes sociais, conversas que expõem mulheres e homens, no entanto, pela perversidade da ideologia patriarcal machista, as mulheres tendem a ser as mais atingidas, ficando em silêncio, subsumidas, e/ou sofrendo mais violências quando se permitem questionar a postura de seus/as parceiros/as.

As relações sociais de sexo, parentalidade e/ou afetivas podem ser de proteção e/ou desproteção, elas são contraditórias, históricas e socialmente determinadas, de tal forma que anteriormente a posse das terras e ferramentas foi delineando certo poder relacional em privilégio do patriarca e que, hoje, não necessariamente a mulher se entende em condição de obediência à figura do parente, “homem da casa”, por vezes nem mesmo essa figura existe na família ou no domicílio, o que não a impede de reproduzir discursos, ensinamentos e certa obediência a essa forma de relação social machista. Sobre isso Saffioti reflete que

As mulheres como categoria social não têm, contudo, um projeto de dominação-exploração dos homens. E isto faz uma gigantesca diferença. Com relação a crianças e

⁷ A transexualidade diz respeito à identidade de gênero/sexo e não à orientação sexual, em outras palavras, essas pessoas não se identificam com o gênero/sexo que lhes foi atribuído socialmente em seu nascimento, por isso dizemos mulheres trans ou homens trans, mas na realidade, devem ser nomeados como mulheres e homens, independentemente de serem trans ou não.

⁸ O sufixo cis se refere à identidade de gênero/sexo e não à orientação sexual, por exemplo, no caso do termo cisgênero.

⁹ O termo foi extraído da língua inglesa, quando traduzido literalmente remete a “excêntrico”, mas, como termo da luta LGBTQIA+, ele se torna uma categoria incorporada para compreender pessoas que não se designam ou orientam pelo ‘padrão’ cis-heteronormativo — é uma construção crítica a adoção da orientação heterossexual como norma, o termo cis se refere a pessoas que se identificam com o sexo biológico que nasceram, o hétero remete aos heterossexuais, e o normativo está sendo utilizado no sentido de crítica a essa ‘norma’ —, seja no sentido do sexo biológico, de orientação sexual, ou pelas relações sociais sexuais entre dois ou mais parceiros/as, ou ainda, pessoas que não se sentem contempladas pelo mesmo ‘padrão’ por terem identidades de gênero/sexo ou orientação de gênero/sexo que não correspondem a esses ‘padrões’.

a adolescentes, também as mulheres podem desempenhar, por delegação, a função patriarcal. Efetivamente, isto ocorre com frequência. [...] mães, professoras, babás, para mencionar apenas alguns destes agentes, exercem a função do patriarca (SAFFIOTI, 2001, p. 116).

Na esteira de Saffioti (1997), muitas autoras diferenciam a violência doméstica da violência familiar, considerando aqui não apenas as formas da violência de gênero.

A retórica parece bastante assertiva, mas cabe uma ressalva com relação ao sujeito opressor, já que as relações de cada época correspondem às formas de organização de dadas sociedades, ou seja, a dominação-exploração de homens contra mulheres na sociedade de classes teve inúmeros contornos, mas de forma universal, a mulher serva respondia em maior medida ao Senhor feudal que a seus familiares homens; a mulher escravizada respondia ao Senhor de escravos; já no capitalismo a mulher tem seu sexo politizado e sua força de trabalho é explorada como se explora a água, como um recurso natural no âmbito do trabalho de reprodução social.

Os homens da classe trabalhadora no capitalismo passam a ter o livre acesso a essa força de trabalho feminina, beneficiam-se sim da opressão das mulheres no capitalismo muito mais que nas quadras históricas anteriores, mas o projeto de exploração que se vale gratuitamente e naturaliza a força de trabalho da mulher, tanto na reprodução social pela produção de valores de uso, no trabalho assalariado da reprodução social improdutivo ou indiretamente produtivo, quanto no trabalho assalariado que gera valor e mais-valor, é o projeto societário capitalista, portanto, é de homens burgueses, em maior medida brancos e europeus.

Em pesquisas anteriores, como em Pereira (2011, 2015), essas particularidades já apareceram. Em Pereira (2011) encontra-se uma análise sobre a família que, na realidade, é a família trabalhadora, na grande maioria negra e monoparental feminina, ou, melhor ainda, a mulher-mãe-trabalhadora. Em Pereira (2015) havia grande preocupação em não cair na segmentação das análises que separam meninas e moças até 18 anos, das adultas nos termos da lei burguesa, pois todas são mulheres, filhas da classe trabalhadora e tomadas por condições específicas da particularidade brasileira.

Embora as mulheres não sejam uma classe explorada, mas sim um grupo socialmente oprimido a partir de ideologias é preocupante o tratamento dado a parcela esmagadora de mulheres da classe trabalhadora.

Notadamente no Brasil, a questão étnico-racial é o nó da “questão social” (GONÇALVES, 2018), logo, falo da particularidade brasileira em que as mulheres racializadas compõem uma maioria da classe trabalhadora, bem maior que as mulheres não negras, o que

implica reconhecer que se trata da classe trabalhadora de conjunto, mas, mais precisamente, da condição das mulheres trabalhadoras negras que assola também em grande medida as trabalhadoras não negras.

A categoria analítica que foi abstraída desse estudo foi a *violência doméstica contra a mulher trabalhadora negra e não negra*, pois não se trata de qualquer violência, mas daquela que coloca a mulher trabalhadora em uma condição de vida determinada pelo processo de miséria do patriarcado classista racializado brasileiro. Não se trata também de qualquer agressor/a, trata-se de alguém que possui uma relação social íntima, de afetividade ou ainda, na maioria dos casos, é alguém com quem a mulher trabalhadora mantém, ou manteve, uma relação social de sexo. Assim, pretendo sinalizar a importância de se reconhecer o nível de relação, e o quão desumana é a ordem sociometabólica da miséria do patriarcado como expressão do capitalismo neoliberal.

Essa apresentação de capítulo está mais para uma tentativa de síntese do percurso que desembocou na necessidade de estudo do patriarcado, passando pelo patriarcado da miséria nos primórdios do capitalismo (mercantil) até o capitalismo monopolista, mas, diferentemente da maioria dos autores, busco referenciais teóricos que deem concretude às opressões das mulheres nas três formas conhecidas como sociedades de classes: a feudal, a escravista e a capitalista, não por entender o patriarcado como categoria transhistórica, e sim por pretender explicitar quais são as principais diferenças, continuidades e adaptações.

O que remete ao debate da mulher na sociedade de classes e à entrada da mulher no mercado de trabalho Francês e Inglês, bem como às formas hegemônicas de feminismos europeus e norte-americanos que, de alguma forma, influenciaram e influenciam o Brasil.

Aprofundando mais o debate passo a tratar da mulher brasileira e das formas de constituição do sociometabolismo capitalista à brasileira, chegando a discutir brevemente o Brasil colônia, o feminismo no Brasil, o feminismo negro e o movimento negro.

Esse debate ainda é bastante polêmico e cheio de controvérsias, por este motivo opto por abrir a tese com um capítulo sobre a perspectiva feminista e classista que aborda a história das filhas da classe trabalhadora negras e não negras, ainda muito pouco contada, evidenciando diversos aspectos ocultos na história da classe trabalhadora.

É evidente que a breve análise a seguir carece de aprofundamentos que poderiam muito bem serem desdobrados em uma outra tese que se restringisse a esse debate. Contudo, esse capítulo é auxiliar à minha tese de que no Brasil, ao tomar as coisas pela raiz, é preciso compreender que “questão social” é a luta de classes, ou seja, o embate entre a classe trabalhadora

e a classe dominante, como que no caso brasileiro, o nó está na questão étnico-racial, e que este nó é mais apertado e enforca mais as filhas negras da classe trabalhadora.

Em outras palavras, a história das mulheres trabalhadoras negras e não negras é a história da classe trabalhadora no Brasil, já que a condição da mulher trabalhadora negra nas mais diversas faixas etárias vai condensar as mazelas das expressões da “questão social”, permitindo análises com perspectiva de totalidade do nível de humanização do país e da particularidade constituída pela mundialização do capital.

1.1. Origens do patriarcado e a mulher nas sociedades de classes

As lutas antifeudais fortaleceram a classe burguesa, que defendia a liberdade civil e jurídica para todos. Essa máxima da bandeira da emancipação política, contudo, não compreendia a totalidade da humanidade, implicitamente restrita aos seres humanos, brancos e europeus do sexo masculino, quando proprietários.

Isso ficou evidente com a ascensão da burguesia como classe dominante que, através do seu processo de expansão sanguíneo, achou-se no direito de determinar que somente brancos eram desenvolvidos biologicamente e socialmente a ponto de serem seres humanos e que os direitos de liberdade civil e jurídica seriam gozados apenas pelos homens. A liberdade jurídica dependia do direito mediado pela noção de patriarcado.

De forma geral, muitos estudos identificam como ponto de partida para entender o patriarcado o célebre texto de Friedrich Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, originalmente publicado em 1884. Contudo, a obra tanto de Marx quanto de Engels, como as suas obras em conjunto, estavam sempre ponderando sobre a condição da mulher nas sociedades de classes, ainda que brevemente e carecendo de profundidade.

Marx (2012), já em 1845 e 1846, ao criticar Feuerbach e a “Crítica crítica” do pós-hegelianismo Alemão — notadamente Bruno e Edgar Bauer —, falou sobre a divisão social do trabalho que tentou dividir mecanicamente o trabalho material, concreto, objetivo, do trabalho espiritual, subjetivo, que ganha centralidade por complexificar as relações sociais de produção provocando estranhamentos, neuroses e antagonismos devido à possibilidade gerada de se imaginar uma consciência distinta da consciência da práxis existente, ou seja, a ideologia de que se poderia representar algo realmente sem representar algo real e existente. A partir disso, infere que:

Com a divisão do trabalho, na qual todas essas contradições estão dadas e que, por sua vez se baseia na *divisão natural do trabalho na família* e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição desigual, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; portanto, *está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família*, onde a mulher e os filhos são escravos do homem (MARX, 2012, p. 143-144, grifos meus).

Embora ambos os autores pequem ao não superarem a ideia de que a divisão social sexual do trabalho seria uma divisão natural, contribuem para o debate quando Marx afirma que a primeira forma de propriedade surge na família, carecendo de amplitude de elementos do movimento e da estrutura das relações sociais que implicam nas transformações da família, o que é encontrado em Engels (2010), já que o mesmo atrela a noção de propriedade privada à formação de excedente econômico.

O texto de Engels de 1884, assim como os escritos de Marx sobre família foram base para diversos avanços e aprofundamentos dos debates, já que, como homens de seu tempo, também se equivocaram e fizeram afirmações abstratas com relação a alguns debates. Contudo, é preciso reconhecer que de forma inédita brindaram a todos com a compreensão de que é na família que ocorre a primeira divisão do trabalho, a divisão sexual.

O capitalismo não é a única sociedade de classes que existiu, antes dela houve sociedades escravistas e feudais, que constantemente são referenciadas como bárbaras, enquanto o capitalismo seria civilizado; o que veio antes seria primitivo e selvagem.

Não obstante, segundo Marx (2013) e Engels (2010), o capitalismo é a pré-história da sociedade, no que tange às possibilidades concretas de desenvolvimento das capacidades humanas de auto-organização e distribuição das riquezas socialmente produzidas.

Engels (2010) buscou diferenciar os momentos de complexificação das sociedades pensando na propriedade privada, na família e no Estado em suas origens, pois é possível encontrar respostas nas formações que deram origem à forma vigente. Embora o macaco não possa explicar a anatomia humana, o humano pode explicar a anatomia do macaco (MARX, 1982).

O autor explica que nas sociedades que se organizavam de forma gentílica, ou em povos indígenas, não havia a possibilidade de inserir pessoas que não fizessem parte daquelas organizações. Em caso de guerras e disputas por territórios e recursos a única opção seria o aniquilamento dos povos vencidos, o que permite afirmar que não havia a possibilidade de escravidão, servidão ou classes sociais. Aquelas sociedades não eram primitivas, mas comunais.

Essas noções de selvageria, barbárie e civilização que interpelam Engels (2010) são resultado de um processo do sujeito em seu tempo histórico, assim como o entendimento de

que aquilo que o mesmo reconheceu como primeira divisão do trabalho não era algo social, mas natural.

Nas sociedades comunais, com os instrumentos e ferramentas de que dispunham, a princípio apenas o próprio corpo e posteriormente a pedra, o machado, a roda, estes sujeitos/as/es se organizavam para suprir da melhor forma possível suas necessidades.

Para a caça era necessário desbravar o território por dias e até meses, já para a coleta de frutos e raízes o tempo de trabalho de extração poderia ser menor, considerando que os povos costumavam estabelecer seus acampamentos próximos a água e recursos alimentícios; “em tais sociedades as mulheres eram responsáveis por mais de 60% da provisão dos víveres necessários ao grupo (LERNER, 1986). Enquanto a coleta é certa, acontecendo cotidianamente, a caça é incerta” (SAFFIOTI, 2015, p. 61). Existem registros de que até mesmo mulheres grávidas caçavam, o que derruba o argumento de que a força física ou capacidade intelectual teria sido o motivo dessa divisão (SAFFIOTI, 2015).

A partir da formação do excedente econômico de produção com a descoberta da agricultura e o cultivo de animais, abre-se a possibilidade de sedentarismo para os povos que já não precisavam mais racionar seus recursos e controlar a natalidade e a mortalidade de seus membros. Agora estava sobrando capacidade de trabalho, excedente econômico.

Ocorre que em algum dado momento histórico foi se constituindo uma ideia hegemônica de divisão social sexual do trabalho entre alguns povos e essa ideia foi tomando corpo e se tornando majoritária entre os povos. Os homens, cada vez mais possuidores dos meios de produção e assumindo posições determinantes na vida política. As mulheres, cada vez mais voltadas para o trabalho reprodutivo e doméstico.

Em Engels temos que:

Certas tribos mais adiantadas – os árias e os semitas, e talvez os turanianos – fizeram da domesticação e da criação do gado a sua principal ocupação. As tribos pastoras se destacaram do restante da massa dos bárbaros. Essa foi a *primeira grande divisão social do trabalho*. Essas tribos pastoris não só produziam víveres em maior quantidade como também em maior variedade do que o resto dos bárbaros. Tinham sobre eles a vantagem de possuir mais leite, laticínios e carnes; além disso, dispunham de peles, lã, couro de cabra, fios e tecidos, cuja quantidade aumentava à medida que aumentava a massa das matérias-primas. Isso tornou possível, pela primeira vez, o intercâmbio regular de produtos (ENGELS, 2010, p. 201, grifos do autor).

Engels tinha por foco teorizar sobre a família como unidade socioeconômica e, como homem, partícipe da alienação do momento histórico que viveu, hierarquizou as divisões sociais do trabalho, o que abre espaço para polêmicas, mas que de fato contribui ao pensar, neste momento, como uma das grandes divisões sociais do trabalho.

Com a sobra de recursos abre-se a possibilidade para o aumento populacional, o que gerou a complexificação das relações sociais e da forma de organização social, que se convencionou diferenciar pelos pais biológicos serem responsáveis por aqueles a quem deram à luz.

Em sociedades matriarcais ou poliândricas sabe-se que a paternidade não era central, mas para alguns povos essa hereditariedade paterna foi se tornando tão importante a ponto de se politizar o sexo da mulher, ou seja, limitá-la a um parceiro sexual para que se possa garantir a paternidade, logo a hereditariedade que garantirá a herança.

Em Engels (2010), encontra-se indícios de povos que a herança da mãe com seus instrumentos de trabalho doméstico e/ou de coleta iriam para as filhas — sexo feminino — e que os instrumentos de trabalho dos homens como de caça e pesca iriam para os filhos — sexo masculino.

Considerar elementos antropológicos implica numa série de formas de se organizar a herança, de tal modo que em algumas organizações as filhas mulheres não herdavam, recebiam apenas dotes. Além destas, haviam outras, em que filhas ou filhos herdavam desde que fossem considerados “legítimos”, ou seja, biológicos e/ou fruto da união socialmente reconhecida como legal.

Nos moldes do capital o trabalho excedente é explorado pela apropriação privada do valor e mais-valor, possibilitando, por consequência, farta quantidade de alimentos e recursos.

Essa análise, entretanto, não pode ser feita de modo simplista, já que o projeto de superexploração dos homens sobre as mulheres da forma como é conhecido se constituiu a partir do capitalismo.

De acordo com Engels (2010) a divisão do trabalho entre os povos pastores, dos povos agricultores, gera a divisão entre explorados e exploradores, por meio das trocas de produtos. Essa divisão incide também sobre a família.

O trabalho doméstico é considerado improdutivo, já o trabalho agrícola e de cultivo de animais é tido com grande valor social e econômico, por ser produtor direto de recursos.

Novamente em Engels, temos que:

[...] a emancipação da mulher e sua equiparação ao homem são e continuarão sendo impossíveis, enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. *A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção, e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas um tempo insignificante.* Essa condição só pode ser alcançada com a grande indústria moderna, que não apenas permite o trabalho da mulher em grande escala, mas até o exige, e tende cada vez mais a transformar o trabalho doméstico privado em uma indústria pública (ENGELS, 2010, p. 204, grifos meus).

Apesar de Engels dizer num primeiro momento que o trabalho doméstico é privado, no segundo momento ele reconhece que deveria ser realizado por meio de uma indústria pública.

O trabalho doméstico ou trabalho de reprodução social é crucial para a sociedade, sem ele a produção social não ocorre, por conseguinte, é de interesse geral. Logo, deve ser organizado de forma comunitária, pública e não falseado como algo privado.

Outro aspecto relevante é que ao falar de emancipação da mulher, por este excerto, Engels está tratando da emancipação política da mulher, que a partir da luta de classes, só se inicia pela garantia da liberdade civil pelo direito, em maior medida no século XX.

Nas sociedades feudais, assim como nas sociedades escravistas, o lugar da mulher estava totalmente atrelado à sua condição de classe, que era dada pelo nascimento ou pela guerra. “A riqueza aumentava com rapidez, mas sob a forma de riqueza individual; [...]. Um trabalho tão variado já não podia ser realizado por um só indivíduo e se produziu a *segunda grande divisão social do trabalho*: o artesanato se separou da agricultura” (ENGELS, 2010, p. 205, grifos do autor). Embora tenha ressalva em hierarquizar o processo de divisão social do trabalho, a separação do artesanato da agricultura, de fato, gerou um grande impacto na organização social.

Com o desenvolvimento tecnológico, que só foi possível a partir da descoberta da manipulação do ferro, tornando possível a agricultura com o arado e a produção artesanal com instrumentos mais duráveis, a produção passou a ser em larga escala.

A divisão do trabalho entre agricultura e ofícios manuais teve diversas implicações, para além das distinções entre exploradores e explorados, ricos e pobres, essa divisão do modo de produção implicou numa outra divisão social em classes entre livres e escravos/as. O que também reverberou nas relações sociais familiares.

A terra cultivada foi distribuída entre as famílias particulares, em princípio por tempo limitado, depois para sempre; a transição à propriedade privada completa foi-se realizando aos poucos, paralelamente à passagem do matrimônio *sindiásmico*¹⁰ à monogamia. A família individual¹¹ principiou a transformar-se na unidade econômica da sociedade (ENGELS, 2010, p. 206).

Assim, a ideia de propriedade privada vai se consolidando e complexificando as relações sociais.

¹⁰ As famílias ou matrimônios *sindiásmicos* eram uniões em grupos, podendo existir parceiros principais, não necessariamente por preferência por essa ou aquela pessoa, mas para a organização daquelas formas de união.

¹¹ Que também pode ser traduzida como família nuclear.

O constante crescimento da produção e, com ela, da produtividade do trabalho aumentou o valor da força de trabalho do homem; a escravidão, ainda em estado nascente e esporádico na fase anterior, converteu-se em elemento essencial do sistema social. Os escravos deixaram de ser meros auxiliares e eram levados às dezenas para trabalhar nos campos e nas oficinas (ENGELS, 2010, p. 205).

Nas sociedades escravistas é possível encontrar diversas formas de organização de origem egípcia, moura, apesar de serem mais conhecidas as de origem grega, devido à cultura eurocêntrica ter dominado o mundo ocidental (GONZALEZ, 2020), ficando mais conhecidos os feitos da Europa Medieval. Contudo, Blackburn (2003, p. 23) alerta que, apesar de serem “[...] muitas as características da Europa medieval que parecem antecipar a escravidão colonial do Novo Mundo; [...] é preciso cuidado para não sermos levados pelo já bem desenvolvido mito das origens a desdenhar a originalidade dessa escravidão”.

Blackburn é reconhecido por trazer elementos ímpares acerca das formas de escravidão aos moldes do capital, assim como Silvia Federici, porém, ao utilizarem o termo “Novo Mundo” para se referirem aos países invadidos e colonizados/expropriados, assim como às posturas eurocêntricas, desconsideram a existência dos povos originários ao referirem-se às invasões, saques, chacinas e acumulação de riqueza, via trabalho escravo, como processo de descoberta de um “Novo Mundo”, como se o “Velho Mundo” fosse a Europa, os “civilizados”.

Não obstante, Blackburn é uma das referências para fundamentar que a primeira aparição da escravidão ocorreu em sociedades anteriores ao capitalismo, porém, as causas que a geraram não possuem o mesmo conteúdo da escravidão dos colonizadores das Américas. Embora ambas tenham utilizado a religião como forma de se justificar e que algumas das causas da escravidão nas colônias já pudessem ser encontradas na Europa Medieval, não se pode dizer o mesmo no movimento inverso, ou seja, no chamado “Novo Mundo” as características se desenvolvem de uma forma bastante diversa.

As pessoas escravizadas, de forma geral, não tinham estatuto do que se convencionou como poder, nem direito político, nem econômico, ficavam a serviço dos interesses daqueles que eram das famílias dominantes, possuidoras. As mulheres escravizadas serviam das mais diversas formas e eram subjugadas, mas em algumas realidades podiam ter suas famílias, seus espaços de vivência (ENGELS, 2010; GONZALEZ, 2020).

A escravidão anterior ao capitalismo, no entanto, não pode ser vista como mais ou menos pior que a escravidão realizada para a acumulação originária capitalista. Mas, em termos de tentativas de desumanizar, a escravização dos povos no capitalismo, em total descompasso com os avanços científicos, tecnológicos e filosóficos da época foi realizada de forma sicária,

uma vez que, como será aprofundado adiante, deu-se sob justificativas metafísicas, falsamente biológicas, portanto, eugênicas.

Todo esse processo fez ruir as formas de organização social comunal, voltadas para atender aos interesses gerais, passando, paulatinamente, a se restringir a atender aos interesses daqueles que detêm o poder econômico e político.

Alianças começam a ser estabelecidas entre relações de povos com relações consanguíneas, são criados diversos aparatos e cargos militares, conselhos e assembleias do povo, ou seja, a guerra deixa de ser exceção e passa a ser a regra.

As guerras de rapina aumentavam o poder do supremo chefe militar e também dos chefes inferiores; a eleição habitual dos seus sucessores nas mesmas famílias, sobretudo a partir da introdução do direito paterno, passou gradualmente a ser sucessão hereditária tolerada em princípio, em seguida exigida, e finalmente usurpada; com isso, foram assentados os alicerces da monarquia e da nobreza hereditária. Dessa forma, os órgãos da constituição gentílica foram sendo arrancados de suas raízes populares[...] de uma organização de tribos para a livre regulamentação de seus próprios assuntos, fez-se uma organização para o saque e a opressão dos vizinhos; e, correspondentemente, seus órgãos deixaram de ser instrumentos da vontade do povo, convertendo-se em órgãos independentes, para dominar e oprimir o seu próprio povo (ENGELS, 2010, p. 207).

A complexificação das sociedades de classes leva ao desenvolvimento em alguns países do feudalismo, modelo em que os senhores feudais são a figura detentora de grandes extensões de terras e que, a partir do trabalho servil, obtêm excedente de produção como impostos pelo uso e cultivo da terra.

A servidão se desenvolveu na Europa entre os séculos V e VII, em resposta ao desmoronamento do sistema escravagista sobre o qual se havia edificado a economia da Roma Imperial. Foi o resultado de dois fenômenos relacionados entre si. Por volta do século IV, nos territórios romanos e nos novos Estados germânicos, os senhores de terra se viram obrigados a conceder aos escravos o direito a possuir uma parcela de terra e uma família própria, com a finalidade de conter, assim, suas rebeliões e evitar sua fuga para o “mato”, onde comunidades autogovernadas começavam a organizar-se às margens do Império (FEDERICI, 2017, p. 47).

A partir do século X as terras conquistadas passam por um processo necessário à reprodução das relações sociais feudais. Os camponeses livres eram atraídos pela oferta de terra em troca de aluguéis ou serviços, ao invés do pagamento em corveia, também com isenções de impostos por tempo determinado.

As instituições eram tão importantes para a conquista quanto as mudanças no modo de produção, já que possibilitavam a assimilação cultural forçada com a construção de igrejas, mosteiros, cidades muradas e universidades (BLACKBURN, 2003).

Nesse processo de ruína do escravagismo e ascensão do feudalismo, os servos não são posse dos senhores.

Cabe reconhecer que, embora suas vidas dependessem do *bel* prazer dos senhores, agora eles conseguiam: acessar os meios para sua reprodução; não ser trocados, pois estavam atrelados à terra que cultivavam. As punições por crimes poderiam ser a expulsão das terras e a morte. Ademais, eles ainda tinham suas casas e famílias, além de diminuir as punições, a separação das famílias e os tratamentos animais, como queimaduras, coleiras.

Aqueles que apresentavam resistência ao regime de agricultura sedentária, às normas culturais e religiosas da Cristandade latina, bem como ao regime étnico, corporal e sexual dominante, de acordo com Blackburn (2003), eram submetidos a condições análogas à escravidão ou eram expulsos.

Outro aspecto importante é a figura idealizada que se constituía do cavaleiro, o desbravador, o conquistador, como se fosse um verdadeiro herói de seu povo, quando na realidade se tratavam de homens treinados para perseguir, aprisionar, assassinar e saquear, eram mercenários e estupradores.

Acerca da condição das mulheres servas deste período, Federici considera que:

[...] as servas eram menos dependentes de seus parentes de sexo masculino, se diferenciavam menos deles física, social e psicologicamente e *estavam menos subordinadas a suas necessidades do que logo estariam as mulheres “livres” na sociedade capitalista* (FEDERICI, 2017, p. 51, grifos meus).

Na servidão, prevalecia a autoridade do senhor feudal. Em alguns feudos os senhores reivindicavam, por exemplo, o direito da primeira noite com a mulher que se casava, direito à noite de núpcias.

A limitação da autoridade dos servos homens sobre suas parentas também pode ser identificada no fato de que as mulheres trabalhavam nas terras e podiam dispor de sua produção. As mulheres viviam em cooperação, o que garantia a sua sociabilidade, além disso, as relações coletivas se sobrepunham aos familiares. Segundo Federici,

As mulheres trabalhavam nos campos, além de criar os filhos, cozinhar, lavar, fiar e manter a horta; suas atividades domésticas *não* eram desvalorizadas e *não* supunham relações sociais diferentes das dos homens, tal como ocorreria em breve na economia monetária, quando o trabalho doméstico deixou de ser visto como um verdadeiro trabalho (FEDERICI, 2017, p. 52-53, grifos meus).

As mulheres se solidarizavam, o que garantia resistência, ainda que a Igreja garantisse o direito do marido a cometer violência contra sua companheira.

As experiências dos feudos dependiam do uso da força, haja vista que as experiências camponesas garantiram um potencial político e ideológico, que deu vazão a movimentos de reivindicação que entoavam que “a terra é de quem a trabalha” (FEDERICI, 2017).

As mulheres, mais uma vez, perderam, pois a terra era entregue aos homens e passada entre a linhagem masculina. Se antes ainda existiam casos de mulheres herdeiras, agora, ainda que houvesse uma filha para herdar a terra, essa era passada para um homem de parentesco mais próximo ao patriarca, como sobrinhos. Esse fato fez com que as mulheres camponesas tomassem a frente do movimento de êxodo do campo em fins do século XIII (FEDERICI, 2017).

Esse é um marco para o conhecido patriarcado da miséria, pois, com o êxodo do campo, as mulheres se tornam contingentes numerosos nas cidades. A essas mulheres eram destinadas vagas nos trabalhos mal pagos, como servas, fiandeiras, prostitutas etc.

Entretanto, de acordo com Federici,

[...] a vida nos centros urbanos, entre a parte mais combativa da população medieval, dava-lhes uma nova autonomia social. As leis das cidades não libertavam as mulheres; poucas podiam arcar com os custos da “liberdade cidadã”, como eram chamados os privilégios ligados à vida na cidade. Porém, na cidade, a subordinação das mulheres à tutela masculina era menor, pois agora podiam viver sozinhas ou como chefes de família com seus filhos, ou podiam formar novas comunidades, frequentemente compartilhando moradia com outras mulheres. Embora geralmente fossem os membros mais pobres da sociedade urbana, com o tempo as mulheres ganharam acesso a muitas ocupações que posteriormente seriam consideradas trabalhos masculinos. [...]. Algumas guildas, incluindo a da indústria da seda eram controladas por elas; em outras a porcentagem de trabalho feminino era tão alta quanto a dos homens (FEDERICI, 2017, p. 63-64).

Essas questões geraram inúmeras medidas que seriam dispositivos de exclusão e supressão e que foram sendo alterados de acordo com as necessidades políticas e econômicas dos senhores em diversos momentos, como nos Concílios de Latrão o Terceiro, em 1179, e o Quarto, em 1215, em que as diretrizes teriam sido as mais violentas, mas que, por fim, se tornavam menos acirradas pela necessidade de superar e incluir o maior número de adeptos possível.

Dentre essas diretrizes a de maior relevância — por ter sido o início da ruína do regime feudal — foi a substituição dos serviços laborais por um pagamento em dinheiro.

Não obstante, nesse processo, havia campanhas de perseguição contra aqueles que eram considerados “desviados”, que eram: pessoas que fugiam da heteronormatividade, judeus — considerados escravos, posse do rei, como responsáveis pela morte de Cristo, que dificilmente se converteriam —, leprosos, hereges, mulheres sem homem que respondesse por elas, fossem

elas mulheres servis, nobres, viúvas, virgens, velhas, jovens, prostitutas ou que desprezassem os homens (BLACKBURN, 2003).

A perseguição aos Judeus era realizada por formas particulares, infelizmente não houve tempo para aprofundar o debate sobre a condição das mulheres judias da época, já que a *comunidade judaica era cobrada de impostos arbitrários pagos em dinheiro*, os judeus eram proibidos de possuir escravos cristãos com raras exceções, era exigido deles que usassem roupas com marcas para reconhecê-los e que vivessem em áreas demarcadas. Outro povo que, embora sob condições distintas, também foi alvo de maior perseguição foi o *muçulmano*, que geralmente era cobrado *com impostos especiais pagos com trabalho*¹² (BLACKBURN, 2003, grifos meus). No século XIV, apesar de toda a opressão sexual, social, cultural, étnica, racial e religiosa que pudesse atacar as mulheres, também foram registradas experiências de mulheres professoras, médicas e cirurgiãs. Essas experiências de independência feminina geraram na virada do século reações misóginas, incluindo sermões disciplinares por parte da Igreja (FEDERICI, 2017).

As relações com os colonizados, ou com povos não-cristãos, vítimas desse processo de expansão sanguíneo, foram tanto por meio da força, como também a partir de negociações, conciliações de interesses.

Esses tratamentos distintos geraram mais contradições entre as classes, principalmente no interior da classe trabalhadora da época, ao transformar suas diferenças em desigualdades, garantindo determinados privilégios para alguns povos colonizados em detrimento de outros, mas sempre em benefício do colonizador.

Isso fica melhor caracterizado em Blackburn (2003, p. 66) quando fala sobre uma lei conhecida como “*exception of Irishry*” feita pelos colonizadores (ingleses) da Irlanda: “a pena pela morte de um irlandês seria diferente e mais leve do que pela morte de um inglês – e num destes casos a pena, uma multa de 70 *shillings*, foi paga ao senhor da vítima”.

Havia uma intolerância religiosa, étnica, racial, cultural e sexual muito crescente que, no século XV, provocou diversas ações para garantir a homogeneização das relações sociais de produção, religiosas, culturais, étnicas, sexuais, tanto que levaram ao aparecimento do preconceito por sangue, que teria sua gênese na diferenciação entre aqueles que eram livres e não livres, que se desdobrou na condição de servos que, embora fossem servos e não escravos, “não tinham o sangue livre”.

¹² O itálico se deve à distinção que já naquelas sociedades eram feitas com os povos muçulmanos que sempre eram vistos como atrelados e destinados ao trabalho, que naquelas realidades era visto como degradante.

Em Toledo, o conselho da cidade promulgou leis em 1449 estipulando que a *limpeza de sangre* era um pré-requisito para ocupantes de cargos públicos. A categoria “sangue impuro” tinha sem dúvida um conteúdo principalmente racial e nacional, embora bastardos de ascendência cristã espanhola também fossem impedidos de ocupar esses cargos. A pressão para estabelecer a *limpeza de sangre* veio principalmente de espanhóis plebeus, que a usaram contra o que viam como uma aliança entre aristocratas e *conversos* (BLACKBURN, 2003, p. 67, grifos do autor).

Esse processo foi permeado de resistências, revoltas, mas essas diferenças sociais, econômicas, culturais, étnicas, sexuais, racistas e religiosas dividiam cada vez mais os movimentos de oposição. Essas histórias, por exemplo, dificilmente trazem a condição de vida das mulheres; de forma geral, é apresentada a história aos olhos do homem (no sentido sexual) e do colonizador.

Os últimos lastros de escravidão na Inglaterra foram suprimidos em meados do século XV, a partir da Peste Bubônica — mais conhecida pelo nome racista de Peste Negra, a pandemia dizimou a Europa no século XIV —, das Revoltas Camponesas e das Guerras das Rosas — que foi uma série de lutas dinásticas pelo trono da Inglaterra, o que também fortaleceu as massas para enfraquecer os regimes de servidão e fortalecer o mercado nascente e as exigências de estado.

Esse processo se desdobrou de formas diversas: na Inglaterra o campesinato garante sua liberdade, enquanto que a maior parte da terra continuou nas mãos dos senhores de servos que agora eram os senhores de terras, que empregavam meeiros e trabalhadores assalariados para trabalhar suas propriedades.

Na França, por exemplo, os camponeses conquistaram a liberdade e um contingente expressivo conquistou terras, o que dividiu as classes do capitalismo nascente pela mediação da terra, “Criou-se um campesinato independente e dono da terra, permitindo o surgimento de alguns ricos *laboreus* e uma massa de pequenos proprietários, lado a lado com a aristocracia senhorial” (BLACKBURN, 2003, p. 76).

A forma da servidão nunca foi totalmente suprida, mas surge e se realiza entre os séculos XV e XVI, segundo Blackburn (2003, p. 76), como “um capitalismo agrário”, com o surgimento do mercado de bens de consumo e meios de produção, do “trabalho livre” assalariado, o que amplia a renda da terra e o mercado interno.

A condição de vida dos/as trabalhadores/as, contudo, é assolada pelos altos custos de vida e as restrições para acesso às guildas e à terra. As/os trabalhadoras/es se depararam com a necessidade de realizar certo controle do número de filhos que poderiam sustentar, restringindo-se a casar e ter filhos em idade mais adulta. Os jovens eram disciplinados à abstinência sexual,

o sexo era destinado à procriação. Fatos que levaram os pobres a práticas como infanticídio, abortos e sexo anal. Com a queda do número de pessoas, foi realizado certo controle medieval de natalidade.

Nas colônias, para Federici (2017), as mulheres escravas nunca foram tratadas como iguais, elas recebiam menos alimento, estavam suscetíveis a sofrer violência sexual dos senhores e também eram vítimas de violência física e humilhação sexual. Além de terem seus filhos arrancados de seus braços sempre e quando o senhor decidisse.

Segundo Federici,

O destino das mulheres na Europa e dos ameríndios e africanos nas colônias estavam tão conectados que suas influências foram recíprocas. A caça às bruxas e as acusações de adoração ao demônio foram levadas à América para romper as resistências das populações locais, justificando assim a colonização e o tráfico de escravos ante os olhos do mundo (FEDERICI, 2017, p. 357).

O genocídio de mulheres trabalhadoras, indígenas, negras e negros escravizados estava totalmente ligado. A falsa consciência, ou melhor, ideologia, acerca da realidade criada em *prol* da expansão capitalista da época, propagava a ideologia da bruxaria e do racismo. No caso das mulheres, conforme traduzido acima, definidas das mais diversas formas como adoradoras do diabo, sempre que fossem contra a ordem imposta.

No caso das negras e negros traficados e escravizados, transformados em diabos ou adoradores de demônios. Populações inteiras africanas eram rotuladas pelos ingleses como influenciadas pelo diabo.

A figura do demônio estava constantemente retratada como desejo e potência sexual fora do considerado normal pelo catolicismo. Já a população indígena foi alvo das tentativas de catecismo europeias, quando apresentavam resistência, eram também dizimados sob a desculpa de que eram canibais e/ou adoradores de demônios (FEDERICI, 2017)¹³. Tal associação remeteu às negras e aos negros figuras exageradamente sexualizadas — no sentido da politização do sexo —, ou seja, eram vistos como bruxas e demônios.

A definição da negritude e da feminilidade como marcas da bestialidade e da irracionalidade correspondia à exclusão das mulheres na Europa — assim como das mulheres e dos homens nas colônias — do contrato social implícito no salário, com a consequente naturalização de sua exploração (FEDERICI, 2017, p. 360).

A exclusão das mulheres na Europa e das mulheres e homens nas colônias é retratada de forma correspondente pela autora, embora seja um grande mérito de Federici relacionar esses

¹³ A experiência pan-andina foi uma das maiores formas de resistência à colonização da época, marcando a associação entre povos até mesmo inimigos, mas que se reconheceram como índios do Perú e da Bolívia.

elementos como correlacionados para a garantia da acumulação originária do capital naquele período. Acredito que seja crucial considerar que, enquanto na Europa se justificava a caça às bruxas e toda a violência contra os hereges aos próprios europeus, aqui os europeus dominavam e não precisavam justificar a ninguém, o que abre brechas para maiores níveis de atrocidades.

A condição de vida da classe trabalhadora europeia, assim como a condição das mulheres europeias, só foi menos violenta e com melhores acessos a partir da superexploração orquestrada nas colônias, violências essas justificadas para o deleite dos “europeus de bem” — no sentido de que seguiam os ditames da Igreja e do Estado capitalista. Nas colônias a vala é cavada de forma mais profunda.

Concordo com as análises de Federici (2017) quando avalia que neste cenário o diabo mais parecia servo de Deus, já que a luta contra ele trouxe ordem e reafirmou a figura desta divindade católica como soberana.

Ao abrir caminho para a ciência metafísica, logo Deus se esvai e deixa que a forma da ciência burguesa reine soberana. O Estado capitalista assume a postura de juízo, identificando crimes e punindo. A bruxaria e as crenças diabólicas foram remetidas a falácias e ao imaginário do povo irracional.

Mas, ao se assustar, a burguesia torna a lançar mão de armas sobrenaturais, como no caso das mulheres trabalhadoras em luta na Comuna de Paris que eram acusadas de serem incendiárias. Este mito foi criado para justificar o extermínio de mulheres trabalhadoras pelo simples fato de estarem na rua ou caminharem pelas ruas com baldes¹⁴. Da caça às bruxas na Europa ao racismo,

De fato, no século XVIII, a bruxa estava se convertendo em uma praticante africana do *obeah*, um ritual que os colonos temiam e demonizavam por considerá-lo uma incitação à rebelião. No entanto, a abolição da escravidão não pressupõe a desaparecimento da caça às bruxas do repertório da burguesia. Pelo contrário, a expansão global do capitalismo, por meio da colonização e da cristianização, assegurou que esta perseguição fosse implantada no corpo das sociedades colonizadas e, com o tempo, posta em prática pelas comunidades subjugadas em seu próprio nome e contra seus próprios membros (FEDERICI, 2017, p. 414).

¹⁴ As *pétroleuses* foram mulheres trabalhadoras que lutavam junto aos homens trabalhadores na Comuna de Paris, eram as mulheres *communards*, uma das formas de luta era encher baldes com querosene e atear fogo em lugares estratégicos. A burguesia parisiense da época, contudo, criou o mito das *pétroleuses* para que toda e qualquer mulher trabalhadora pudesse ser perseguida e exterminada, identificando-as por suas vestes de trabalhadora e por estarem carregando consigo algo como um balde.

No capitalismo não houve ruptura, mas acentuação do patriarcado aos moldes do capital e do racismo, que é reinventado para sustentação do projeto de extermínio e dominação nas colônias.

A “sodomia” (sexo anal), o infanticídio e o aborto se tornaram crimes; o sexo fora do casamento e que não era voltado para a procriação eram heresias. FEDERICI (2017, grifos meus) infere que esse processo é traduzido como *politização do sexo*, tendo início no século IV, quando o cristianismo foi adotado como religião estatal, sendo intensificado no século XII com um verdadeiro catecismo sexual.

Os movimentos milenaristas e heréticos compostos por prostitutas, padres afastados do sacerdócio e trabalhadores urbanos e rurais representaram tentativas conscientes antifeudais em busca de uma nova forma de sociabilidade.

A ameaça que as doutrinas sexuais dos hereges representavam para a ortodoxia também deve ser levada em conta no contexto dos esforços realizados pela Igreja para estabelecer um controle sobre o matrimônio e a sexualidade que lhe permitia colocar a todos – do imperador até o mais pobre camponês – sob seu escrutínio disciplinar (FEDERICI, 2017, p. 79).

A Igreja, com o aval do Estado capitalista, identificava como sagrado evitar mulheres e o sexo, a sexualidade era motivo de vergonha, a homossexualidade foi condenada pela primeira vez.

Federici (2017) elucida, contudo, que no século XII a politização da sexualidade chega ao auge, quando além da Igreja fiscalizar os dormitórios das famílias, a sexualidade se tornara uma questão de Estado.

Os hereges, em oposição a essas investidas, defendiam que Deus está em todos, sendo impossível qualquer ser humano pecar. Mulheres e homens hereges viviam juntos livremente sem serem casados e havia comunidades de mulheres. Entre os hereges as mulheres podiam ministrar sacramentos e ascender dentro da ordem.

As mulheres na Alta Idade Média controlavam suas gestações através de poções para esterilidade. A Igreja era clemente e misericordiosa com as mulheres pobres, já que não tinham condições de sustentar muitos filhos. Fato este que mudou drasticamente na Europa com a peste bubônica e a queda brusca do contingente populacional, que ameaçou a estabilidade econômica e social.

Entre os séculos XIV e XV as intervenções estatais foram intensificadas, culminando na total desmobilização dos movimentos que surgiram na luta antifeudal. A política sexual sob os ditames estatais na França, por exemplo, descriminalizou o estupro de mulheres pobres, o

que para os homens representou uma espécie de “consolo”, já que não conseguiam se casar por suas condições financeiras ou por serem jovens — nos casos de jovens de famílias ricas.

O estupro coletivo neste período era comum e as mulheres vítimas dessas ações tinham sua reputação destruída. Além disso, a prostituição foi institucionalizada, gerida pelo Estado como medida de contenção da juventude do sexo masculino.

De acordo com as pesquisas de Federici,

A legalização do estupro criou um clima intensamente misógino que degradou todas as mulheres, qualquer que fosse sua classe. Também insensibilizou a população frente à violência contra as mulheres, preparando o terreno para a caça às bruxas que começaria nesse mesmo período. Os primeiros julgamentos por bruxaria ocorreram no final do século XIV; pela primeira vez, a Inquisição registrou a existência de uma heresia e de uma seita de adoradores do demônio completamente feminina (FEDERICI, 2017, p. 104).

A política sexual foi forjada por uma aliança entre cristianismo e Estado capitalista em prol da desarticulação da classe trabalhadora. *Esse processo de inferiorização e violência contra as mulheres da classe trabalhadora deu origem ao que chamo de patriarcado da miséria, composto pela feminização da pobreza e feminização da violência, já que as filhas da classe trabalhadora se veem na condição de explorada do explorado.*

Se anteriormente as mulheres conseguiam se organizar e serem solidárias umas com as outras, se organizando e até atingindo espaços de trabalho que garantissem sua subsistência, a partir deste momento essas relações sociais vão ruindo.

O resultado destas políticas, que duraram duzentos anos [...], foi a escravização das mulheres à procriação. [...] *a partir de agora seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado*: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista. [...] o corpo feminino foi transformado em instrumento para a reprodução do trabalho e para a expansão da força de trabalho, tratado como uma máquina natural de criação [...] (FEDERICI, 2017, p. 178, grifos meus).

A autora lança luz e sintetiza todo um processo de politização do sexo, e propriamente do corpo da mulher a serviço da sociedade sem sua anuência.

Esse processo se inicia a partir da necessidade de aumentar a produção, gerando a necessidade do aumento de pessoas aptas ao trabalho, que se inicia antes do capitalismo, no cultivo da terra em locais que desenvolveram as relações sociais de produção servis, incluindo aqui a noção de prioridade pelo “filho varão” e de “mulher seca” quando era considerada “incapaz” de “dar um filho homem” para dar continuidade ao legado da família. Isso historicamente foi se desenvolvendo de acordo com a classe social, pela necessidade patriarcal da passagem da

herança para filhos homens e/ou mesmo sem a herança, para dar continuidade ao ofício realizado pelo pai — caso dos artesãos.

Essa politização sexual faz com que a sociedade se volte para a noção de procriação, reduzindo a mulher a um ato que, a depender de sua classe, implicará em outros serviços não pagos.

No caso das mulheres da classe trabalhadora, estas são forçadas a procriar filhas e filhos para o Estado capitalista, em grande medida, para repor os contingentes de trabalhadores e controlar os valores de salários pela quantidade de força de trabalho disponível no mercado. Em contrapartida, a recusa das mulheres a se tornarem mulher-mãe, ao casamento em seus ritos formais e ao trabalho doméstico como sua obrigação, pode e deve ser considerado uma forma de resistência a essa exploração.

A família é uma unidade econômica fundamental para a sociedade capitalista, tanto que na Inglaterra do século XVII, as mulheres solteiras raramente eram admitidas como aprendizes das guildas mercantis, o passe de entrada era pelo casamento, garantindo a mulher além do direito de entrada na guilda pelas mãos de um homem, direitos e privilégios de seu marido. Em caso de viuvez, herdava o negócio e poderia dirigi-lo.

No mesmo século eram encontradas mulheres agiotas, proprietárias de papelarias e navios, vendedoras de livros, donas de lojas e fornecedoras de roupas para o exército da marinha (SAFFIOTI, 2013).

Na França as condições também eram favoráveis para as mulheres quando eram casadas com comerciantes para exercer atividades comerciais, mas eram tidas como incapazes se o assunto era o trabalho em outras áreas; destinadas à vida “ociosa” do trabalho doméstico, necessitando sempre da tutela de algum homem, fosse ele o pai, o avô ou o marido. Como uma criança hoje necessita de um responsável legal, a mulher não podia responder por si.

Conjuntamente com esse processo temos a desvalorização do trabalho feminino, no qual todo e qualquer trabalho realizado por mulheres foi e é considerado não trabalho, como se não possuísse valor. Ainda que as mulheres realizassem os mesmos trabalhos que seus maridos, por exemplo, confeccionando sapatos em casa, o marido era considerado trabalhador e recebia o salário por seu trabalho e por aquilo que a mulher havia produzido.

“A felicidade pessoal da mulher [não negra, seguindo o padrão eurocêntrico], tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento. Através dele é que se consolidava sua posição social e se garantia sua estabilidade ou prosperidade econômica” (SAFFIOTI, 2013, p. 63, adições minhas).

A ideologia do casamento como passaporte para a emancipação propaga-se até a contemporaneidade no imaginário das meninas, moças e mulheres da classe trabalhadora, muitas padecem à espera de um “príncipe”.

Afinal, ainda hoje, uma das principais formas de enriquecer é pela herança, que pressupõe que a mulher seja da classe dominante ou que tenha parentes dessa classe, ou ainda, que se case com alguém rico ou que possa lhe oferecer, minimamente, boas condições de vida e se possível “ficar em casa”, sem trabalhar assalariadamente.

Diferentemente da realidade atual, aquelas mulheres não possuíam capacidade civil, como também não se podia falar em independência econômica das mesmas, excetuadas algumas condições específicas como as casadas e viúvas de comerciantes, as francesas e as inglesas.

De acordo com as pesquisas de Federici, a desarticulação da classe trabalhadora no período se tornava cada vez mais aguda, pois,

[...] a discriminação sofrida pelas mulheres como mão de obra remunerada esteve diretamente relacionada à sua função como trabalhadoras não assalariadas do lar. Dessa forma, podemos relacionar a proibição da prostituição e a expulsão das mulheres do espaço de trabalho organizado com a aparição da figura da dona de casa e da redefinição da família como lugar para a produção da força de trabalho. [...] A resposta aqui é que um importante fator de desvalorização do trabalho feminino foi a campanha levada a cabo por artesãos, a partir do final do século XV, com o propósito de excluir as trabalhadoras de suas oficinas, supostamente para protegerem-se dos ataques dos comerciantes capitalistas que empregavam mulheres a preços menores (FEDERICI, 2017, p. 188).

Essa relação de controle se torna mais complexa a partir da noção de propriedade privada instaurada em sua forma mais fortalecida, na sociedade dos indivíduos individualistas. Restringir o sexo da mulher ao aspecto reprodutivo com apenas um parceiro e a poligamia para os homens obviamente encontrou resistência. Paulatinamente essa relação social sexual vai se revelando na sua forma violenta em que o patriarca é proprietário da mulher e dos filhos.

Para Federici (2017), esse processo teria fundado uma nova divisão sexual do trabalho. Neste ponto discordo da autora, pois como exposto acima, outras sociedades organizaram suas relações sociais de trabalho de formas diversas, o que implicou em algumas dessas sociedades o desenvolvimento do patriarcado que se tornou hegemônico antes mesmo do surgimento do “capitalismo agrário” (BLACKBURN, 2003). A perda da terra ocorre a partir do enfraquecimento do sistema feudal, que ocorreu de formas distintas nos países que passaram pelo regime feudal.

Todavia, nesse processo de transição entre feudalismo e capitalismo é possível identificar um novo contrato sexual que acirra a condição de vida das mulheres, conforme elementos

socio-históricos aqui expostos, mas o faz considerando as condições objetivas de vida das mulheres em suas realidades, ou seja, de acordo com seu país, cultura, etnia, classe.

Para as mulheres da classe dominante, condensa-se um estereótipo de mulher branca que é submissa, religiosa, recatada, pura, “boa mãe”, fértil, casta e religiosa, em alguns tempos-espacos se exige que seja culta, em outros lhe proíbem a leitura de determinados livros.

Para as mulheres da classe trabalhadora, além dessas exigências, ainda pesa sob seus ombros o trabalho doméstico ou de reprodução social e o trabalho assalariado. Neste contexto, o trabalho das mulheres, considerado como não trabalho, é tido como um recurso natural como a água e o ar. Cabe concordar, por consequência, que há uma busca por tornar ontológico o acesso ao corpo da mulher como bem comum, uma busca por tornar natural.

Como bem sintetizou Saffioti, “[...] A mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar riqueza social” (SAFFIOTI, 2013, p. 61).

A inferiorização de tudo aquilo que é construído como feminino advém desse processo, que valoriza o trabalho historicamente instituído, via patriarcado, como destinado aos homens por gerar excedente e não valoriza o trabalho reprodutivo destinado às mulheres, por não gerar valor diretamente, reverberando em todo e qualquer trabalho realizado por mulheres na sociedade capitalista como trabalho desvalorizado.

Embora o valor da força de trabalho necessária para a produção seja o mesmo, o salário da mulher é menor para o mesmo trabalho realizado por um homem com a mesma função, assim como são definidas áreas “femininas” que terão menores remunerações, normalmente atreladas a serviços e/ou profissões que não geram valor e mais-valor diretamente.

Examinar as origens do patriarcado pelo viés feminista classista, antirracista e anti-LGBTQIA+fóbico exige aprofundar o debate acerca das mudanças imputadas à condição de vida dos sujeitos do sexo feminino, a partir da acumulação de excedente, que denotou uma posição social para as mulheres e um papel específico na (re)produção da força de trabalho — no sentido de papel reprodutivo.

Considero essas noções como centrais para essa tese: a propriedade privada guarda a possibilidade concreta de construção social igualitária respeitando as diferenças, crenças e desejos, ou seja, a sua antípoda, a ideia de propriedade comunal, que permite pensar a possibilidade concreta de superação da ordem societária capitalista e das sociedades de classes.

A partir da superação das relações sociais de produção alienadas, bem como das relações sociais sexuais alienadas, como também das relações sociais racializadas, as culturas e construções sociais que desumanizam, que limitam as capacidades humanas, considero também a possibilidade concreta de constituir uma relação social de produção livre por trabalhadores/as livremente associados/as.

Segundo Marx e Engels (MARX, 2013; ENGELS, 2010), essas construções sociais não teriam sido possíveis sem que, antes, houvesse a transição da ideia de propriedade voltada para o interesse de todos, ou propriedade geral, universal, para propriedade privada, assim como a ideia de escravidão que deu ao trabalho uma conotação pejorativa, mais desonrosa que o estupro, o assassinato, o saque e a guerra realizados pelos “heróis de guerra europeus”, abrindo caminhos a partir da noção de individualização entre as famílias, chegando à individualização entre os indivíduos.

Se, a partir da noção de propriedade privada, desenvolvem-se formas de aumentar o acúmulo para aumentar o poder de alguns/as/es sujeitos/as/es sobre outros, como detentores de recursos necessários para a vida, cabe também inferir que essa noção se fez necessária à superação das trocas de produtos para suprir necessidades, pautadas pelo valor de uso, para dar lugar à troca de produtos pautada pelo valor de troca, momento em que o produto se torna mercadoria, ou seja, que o preço da mercadoria é determinado a partir de aspectos socioeconômicos e não pelo valor do trabalho socialmente necessário para sua produção.

Esse debate é central para este estudo por se tratar justamente de um momento em que superada a noção de servo e a noção de escravo, a burguesia precisa criar a noção de igualdade entre os indivíduos que prometeu para revolucionar o sistema social. Contudo, como classe dominante ela precisa extrair valor e mais-valor de forma livremente vendida, via força de trabalho trocada por salário, assim surge o trabalhador/a livre para vender sua força de trabalho, mas não para comprar aquilo que deseja ou necessita, surgindo com esse contrato social a relação social de produção alienada, explorada. Alienação esta que desumaniza o humano e humaniza a coisa, coisifica o humano e reifica as relações sociais, dentre elas, as relações sociais sexuais.

É com a afirmação de que as relações sociais das mais diversas, como de produção, de sexo e de parentalidade, são centralmente alienadas que inicio a retomada sócio-histórica que dará corpo concreto a essa constatação, que desde já apresento.

A partir do surgimento de uma nova ordem patriarcal por meio da apropriação originária dos homens sobre o trabalho feminino se desenvolve e se ressignifica segundo as necessidades

do capital de manutenção e controle da classe trabalhadora. Aspectos estes que passo agora a tratar.

1.1.1. Patriarcado nos moldes do capitalismo: do patriarcado da miséria à miséria do patriarcado

O patriarcado é uma categoria apropriada pelas mais diversas perspectivas feministas que pretendem criticar o projeto de perpetuação da hegemonia do macho, do homem, do patriarca, ou ainda do privilégio do marido.

Como demonstrado acima, ao longo dos séculos de predomínio do sistema feudal na Europa e com o desenvolvimento dos burgos, a mulher passa por um processo de expulsão ou restrições de acessos aos trabalhos diretamente vinculados ao sistema produtivo, provocando até mesmo levantes de homens contra a empregabilidade de mulheres trabalhadoras pelo excesso de força de trabalho, entendendo que elas estavam roubando seus espaços e rebaixando seus ganhos.

“O modo de produção capitalista [...] lança mão de tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços” (SAFFIOTI, 2013, p. 66). Ideologias essas cimentadas tanto pela via das ideologias de inferiorização da mulher em privilégio do homem como ser “completo” e supremo, como também por certa criação da figura da mulher-mãe, que deveria se ocupar não só de procriar, mas de criar os filhos/as. A marginalização do trabalho feminino do sistema produtivo é um elemento inédito da sociedade capitalista nascente.

Além de sua inferiorização justificada como “natural”, agora também passa a se justificar por supostas incapacidades físicas e mentais. “A mulher faz, portanto, a figura do elemento obstrutor do desenvolvimento social, quando, na verdade, é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher” (SAFFIOTI, 2013, p. 66).

Essa ideologia se agiganta principalmente entre a pequena burguesia em ascensão, o que desperta no trabalhador o mesmo desejo de atingir o status socioeconômico de poder “deixar sua esposa em casa”, no entanto, entre a grande massa de trabalhadoras essa não era a realidade, já que cada moeda recebida fazia diferença e em geral era entregue nas mãos do marido.

A marginalização do trabalho produtivo da mulher ocorrida nos marcos da primeira revolução industrial que desenvolveu a tecnologia de produção em fábrica, com instrumentos e meios de produção já não pertencentes ao trabalhador, foi também bastante volúvel neste perí-

odo, haja vista que havendo a necessidade de baratear os salários e os custos da força de trabalho, recorrera-se prontamente à inserção do trabalho produtivo feminino. Além disso, a maquinaria possibilitou o aumento da exploração do trabalho infantil.

O poder das ideologias, fruto das ideias da classe dominante, transformadas à sua maneira, pode ser visto também nos séculos XIX e XX em países como Inglaterra e França, nos quais os homens se viam ameaçados com a entrada das mulheres no mercado de trabalho.

As pesquisas de Saffioti (2013) sobre o século XX ajudam a caracterizar a agudização desse movimento de marginalização do trabalho feminino, considerando que de 1943 a 1944 as mulheres atingiram cerca de 50% da ocupação dos cargos da força de trabalho inglesa.

Com o exaurimento de recursos durante a Segunda Guerra Mundial e as baixas de homens da classe trabalhadora, as mulheres se viram forçadas a aceitar ao menos o trabalho produtivo em tempo parcial na Inglaterra.

Marx (2013) analisou a condição de inserção do trabalho infantil e feminino necessário ao projeto de acumulação e expansão capitalista com a segunda revolução industrial que trouxe, principalmente, o advento das máquinas.

Se antes havia uma remuneração para o “chefe de família” que deveria custear o mínimo necessário para sua sobrevivência, mas que nem mesmo a isso chegava, a partir dessa mudança nas relações de produção esse salário familiar que era pago ao homem-pai-trabalhador passa a ser dividido entre os membros da família (MARX, 2013). Permitindo a desvalorização do salário para a criança por ser incapaz de realizar determinadas atividades, assim como da mulher, não por ela ser ontologicamente incapaz, mas por ser desacreditada socialmente como uma sujeita histórica capaz.

Em síntese, a mulher é a explorada do explorado na sociedade capitalista, sendo óbvio que sua condição de vida e inserção social é brutalmente violada. Infiro junto a Saffioti (2013, p. 73) que “Seria ilusório, todavia, pensar-se que a maior exploração de que é alvo a mulher reverte em benefício do homem”.

A classe trabalhadora sempre perde, perde menos, perde mais, mas sempre sai perdendo, pois o valor do trabalho social necessário para a produção é o mesmo, seja ele realizado por uma mulher ou por um homem. Logo, o valor da força de trabalho feminina e masculina gera o mesmo valor e mais-valor para o capital.

Os eventos de inferiorização do feminino explicitam as formas do capitalismo classista patriarcal de explorar as mulheres trabalhadoras, capturando, inclusive, homens e mulheres da

classe trabalhadora pelo antifeminismo proletário, que defende que o trabalho masculino deve ter prioridade ao feminino sob a suposta justificativa de que o homem seria arrimo de família.

O que me leva a tangenciar um outro debate fulcral, ainda dentro dos elementos patriarcais, mais precisamente, no que se refere aos efeitos da *politização do sexo da mulher sobre todes*¹⁵ os sujeitos sociais, já que nas sociedades de classes, as sexualidades foram tomadas pelo espraçamento da noção de propriedade privada, em que a mulher sofria e era alvo em todas as esferas da vida. Os homens também sofreram, ainda que de forma bastante distinta e talvez mais dirimida, pois sofreram os efeitos de sociedades que não permitiam a realização dos sujeitos, cerceando seus desejos. Obviamente, esses sofrimentos tomam novos contornos no capitalismo com a possibilidade de pensar enquanto indivíduo. A partir da lógica patriarcal anterior ao capitalismo e de capitalismo originário, contudo, é que surge esse cerceamento à sexualidade, que vieram no bojo das investidas contra as mulheres: os movimentos hereges, as bruxas e as lutas antifeudais. Mas que neste sistema se aprimora com o uso da religião e da igreja que determinam, a partir do casamento monogâmico, que o sexo deve ser somente para reprodução e demonizam qualquer outra orientação que não seja a da heteronormatividade.

A partir da imposição da heterossexualidade como padrão, naturalizada por uma determinação biológica, cria-se uma hierarquização das sexualidades que está circunscrita pela relação de dominação chamada de heterossexismo (NOGUEIRA, 2018).

A falsa ideologia do binarismo sexual que diferencia e opõe homens a mulheres, heterossexuais a homossexuais, limita as sexualidades e tenta jogar para baixo do tapete a homossexualidade que, obviamente, sempre fez parte das sociedades, por não existirem formas ontologicamente determinadas de se viver a sexualidade. Homens e mulheres são construções sociais, determinações biológicas que foram historicamente necessárias para o controle de natalidade e a politização da sexualidade com a Igreja e o Estado capitalista doutrinando os dormitórios dos trabalhadores.

As igrejas e as comunidades eram as definidoras do que era aceito ou não como sexo. Com a complexificação das relações sociais de produção, o modo de ser burguês vai se expressando como ideias burguesas. Sendo a burguesia a classe dominante, suas ideias também são

¹⁵ Todes é uma das muitas marcas de gênero que estão surgindo na língua portuguesa devido à militância que se dedica a transformar as relações a partir da linguagem e a cultura contra a normatividade de gênero, sexo e sexualidades. Pela perspectiva aqui adotada, esta é uma importante frente de luta. Embora a transformação social, livre de qualquer forma de exploração e opressão, seja possível de ser construída somente a partir da sociedade comunista, essas expressões fortalecem os movimentos sociais e auxiliam o debate crítico a se expressar de forma linguisticamente coerente com o que defende.

as dominantes. Nestes termos, o binarismo de gênero/sexo e a heteronormatividade vão sendo instituídos sob a sanção do Estado capitalista.

O heterossexismo, entretanto, desenvolve-se no capitalismo, a partir dos elementos do patriarcado. Ao extrapolar a noção de controle das sexualidades, ele “[...] organiza o modo pelo qual homens e mulheres vivem a sua sexualidade e, portanto, é um dos pilares fundamentais das relações patriarcais de gênero” (NOGUEIRA, 2018, p. 37), ou melhor dizendo, patriarcais de sexo.

Vivenciar as diversas formas de sexualidades é desafiar essas construções sociais e a própria base estrutural que as sustenta, o capitalismo. Aqueles que desafiam tais “padrões” de sexo e sexualidade são alvos de discriminações e preconceitos, como homofobia¹⁶, lesbofobia¹⁷, bifobia¹⁸ e LGBTQIA+fobia. Esses preconceitos e discriminações se manifestam violentamente na vida cotidiana, não só de pessoas LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersexo, Assexual e “+” — símbolo que representa a diversidade de outras identidades sexuais, como as pessoas Pansexuais), termo que busca abarcar todas essas forças de opressão por orientação sexual e sexo, mas também de qualquer pessoa que corresponderia aos olhos dos agressores a esses estereótipos. Isso pode ser constatado também nos casos de estupros de mulheres lésbicas, bissexuais, como também estupros e agressões físicas a jovens.

Sobre a transfobia, Nogueira faz uma contribuição importantíssima ao enfatizar que as construções sociais de que se nutre o heterossexismo:

[...] também impactam a emergência da transfobia, que, embora seja decorrente da não aceitação da identidade de gênero das pessoas trans, e não necessariamente sua orientação sexual, tem como fundamento os desdobramentos do sexismo (NOGUEIRA, 2018, p. 38).

Homens e mulheres trans, gays, lésbicas e assim como as diversas outras formas de se viver o sexo e a sexualidade foram reprimidas, perseguidas e execradas historicamente no capitalismo.

Esses eventos foram reflexo de mais um processo da assim chamada “acumulação primitiva”, que se reinventa em cada época segundo as necessidades do capital (MARX, 2013),

¹⁶ Na homofobia se desenvolve a cultura do machismo, que remete ao homem o estereótipo do macho e inferioriza todos aqueles que não correspondem a essas determinações.

¹⁷ A lesbofobia carrega justamente o peso do controle e da negação da sexualidade da mulher, que no senso comum se expressa como a impossibilidade de duas mulheres manterem relações sociais sexuais sem a presença de um homem.

¹⁸ Na bifobia também as mulheres mais uma vez sofrem com o peso da negação de seu direito ao seu corpo, sexo e sexualidade. Isso pode ser constatado nas correntes frases machistas que dizem que a mulher bissexual não esteve com um “homem de verdade”.

além de demonstrar as formas de destruição da classe trabalhadora que nunca deixaram de fazer parte da agenda do sistema capitalista.

As estratégias de fragmentação da classe trabalhadora, a partir do uso de sua heterogeneidade, são históricas e precisam ser combatidas. É preciso concordar que deve haver uma maior disposição de homens brancos e negros para o debate feminista, brancos e brancas para o debate de classe e raça/etnia, cis e héteros para o debate LGBTQIA+, para abdicar de seus privilégios sociais e se colocar em movimento contra todas as formas de opressão numa luta pela derrubada do capitalismo e conquistas para a classe trabalhadora.

Tendo em vista que a organização das políticas sociais serve aos propósitos da classe trabalhadora, mas também do mercado de trabalho desde meados dos séculos XIX e XX, principalmente nos serviços ofertados pelo Estado capitalista para atrair as mulheres para o mercado de trabalho, como em restaurantes e escolas maternais, passados os períodos de dificuldades, os empregadores se recusavam a manter os trabalhos em tempo parcial, exigindo o período integral e várias escolas maternais foram fechadas.

Além das reduções de serviços voltados para a socialização do trabalho doméstico e cuidado dos filhos/as, havia a ideologia de que em períodos de ausência de vagas para todos, o homem deveria ser privilegiado (SAFFIOTI, 2013).

Flora Tristan, Marx e Engels foram contemporâneos na luta contra as investidas de desarticulação da classe trabalhadora. Flora falava da importância dos proletários do mundo se unirem independentemente do sexo em seus escritos, e antes mesmo de Marx ou Engels, entendia que a mulher trabalhadora era a explorada do explorado. Conforme Marx e Engels analisaram, a entrada da mulher no trabalho industrial era algo incontornável e o problema era o capital que lançava mão daquilo que necessitava para rebaixar os salários e aumentar seus lucros, o que os levou a argumentar contra o antifeminismo proletário em diversos momentos de suas obras (TRISTÁN, 2015; MARX, 2013; ENGELS, 2010a; MARX, ENGELS, 2009; GOLDMAN, 2014).

Analisando a condição da trabalhadora da Inglaterra, em 1844, Engels (2010a) se viu interpelado pelas condições objetivas-subjetivas a que eram submetidas as mulheres e crianças nas fábricas. Seria impossível ignorar as mulheres grávidas adoecendo por excesso de trabalho e mutilações, chegando a ter seus filhos na própria fábrica, já que não se ausentavam por medo de perder seus salários, nem mesmo para garantir o aleitamento materno.

O abandono dos filhos/as era incontornável para tentar garantir os salários, considerando que ambos os pais estavam trabalhando cerca de 12 a 13 horas por dia.

Goldman (2014), analisando Engels por esta mesma obra, criticou sua incapacidade de ir além da condenação daquelas condições. O autor acreditava que seria uma parte do processo inevitável do desenvolvimento capitalista que viria a destruir a família.

Ainda como homens de seu tempo, avançaram um pouco mais em suas contribuições acerca da condição de vida das mulheres trabalhadoras na obra *A ideologia alemã*, de 1845-1846. Embora não tenham conseguido apresentar estratégias práticas, apresentaram um discurso tático de unidade de classe e combate ao capital, importantíssimo até mesmo para o momento contemporâneo em que o machismo dentro dos partidos e movimentos populares continua a marginalizar os debates acerca das condições das filhas trabalhadoras negras e não negras.

Mais tarde, além de textos de Engels, houve ainda contribuições inestimáveis de August Bebel, que foi um dos fundadores do Partido Social-Democrata Alemão, e Clara Zetkin, militante do movimento operário alemão e internacional, uma das fundadoras do Partido Operário Alemão e líder do Movimento Internacional das Mulheres, tanto na elaboração de ideias como na construção de estratégias de combate ao antifeminismo proletário (GOLDMAN, 2014).

Com Clara Zetkin a discussão, embora seja menos conhecida, ganhou os contornos de primeiras elaborações para considerar a heterogeneidade da classe trabalhadora quanto ao sexo, bem como o fato de a classe dividir as mulheres. De acordo com as pesquisas de Goldman,

[...] Zetkin foi a primeira a situar a opressão às mulheres dentro de uma compreensão mais sutil de classe. Essencialmente, postulou uma “questão da mulher” diferente para cada classe na sociedade capitalista. Mulheres da classe alta se preocupavam principalmente com a liberdade de administrar sua propriedade privada. Mulheres de classe média, com educação formal, buscavam treinamento e oportunidades de emprego ou, nas palavras de Zetkin, “competição sem obstáculos entre homens e mulheres”. Mulheres proletárias, forçadas a trabalhar para complementar a renda de suas famílias, defendiam seus interesses unindo-se aos homens para lutar por melhores condições de trabalho para ambos os sexos (GOLDMAN, 2014, p. 63).

A depender do modo de produção, o trabalho se dará sob condições socialmente determinadas, portanto, nos momentos de marginalização, as mulheres da classe trabalhadora trabalham realizando os serviços que ninguém quer realizar, tanto tarefas domésticas quanto cuidando de crianças, sempre suprimindo a necessidade socialmente criada de ócio para as camadas mais abastadas da sociedade, principalmente para a mulher da classe dominante que se via totalmente relegada ao ócio naquele período, já que não podia trabalhar, muitas não podiam estudar, com exceção de aspectos vinculados “ao lar”, à religião e à literatura que escapasse de censuras patriarcais. Ela também tinha sua vida política cerceada pelo pai e depois pelo marido.

A sindicalização das mulheres foi bastante fraca até fins da década de 1920 nos EUA, aproximadamente 3 milhões, já a organização das mulheres burguesas se dava por clubes, que

na mesma época chegou a contar com 24 a 28 milhões de participantes de um clube que reivindicava os direitos das mulheres junto aos congressistas. No caso das mulheres francesas a sindicalização foi mais fraca ainda (SAFFIOTI, 2013).

Com relação à sindicalização feminina na experiência do “socialismo real existente” da URSS, a quantidade foi considerada por Saffioti como pequena. Segundo a mesma,

Comparando-se o movimento de organização sindical das mulheres do Ocidente com o mesmo fenômeno na URSS, verifica-se quão pequena foi a sindicalização feminina no chamado mundo livre. Em 1929, quando as mulheres representavam 33,3% da força de trabalho efetiva da URSS, era de 29,7% a percentagem de membros femininos dos sindicatos. Em 1932, 83,3% de todas as trabalhadoras pertenciam a sindicatos (SAFFIOTI, 2013, 101).

Páginas adiante do mesmo livro, repleto de análises brilhantes de Saffioti (2013), contudo, a autora reconhece que ainda que houvesse muitas contradições durante o processo de construção do socialismo na URSS, há que se reconhecer que a mulher nunca esteve tão livre quanto naquela realidade.

A análise baseada no dado quantitativo feita por Saffioti, entretanto, chamou atenção principalmente pela ausência de elementos sócio-históricos que considerassem as discrepâncias entre a Europa Ocidental e a Europa Oriental, bem como da América do Norte e dos EUA. No caso da URSS, antes mesmo da Revolução de 1917 apresentava a realidade de um país campestre e que possuía uma arquitetura patriarcal forjada aos moldes do Tzarismo.

Segundo estudos de Trotsky (1985) e Goldman (2014) a URSS surge como um país totalmente empobrecido devido aos esforços de guerra, campestre e patriarcal com a figura do Tzar, com uma população que possuía diversas línguas e dialetos, em que principalmente as mulheres possuíam baixa escolaridade. Ou seja, embora a vanguarda tenha trazido um aparato extremamente avançado para construir uma transição social, não haviam condições subjetivas e objetivas de se sustentar a revolução, o que levou aos retrocessos ainda com Lênin quanto à retomada de técnicas capitalistas econômicas e no modo de produção, que foi intensificada após a ascensão de Stalin.

Na URSS, no imediato pós-revolução, houve o retorno dos exércitos vermelhos para um país destruído e majoritariamente campestre, a despeito de legislações bastante avançadas para garantir a liberdade das mulheres, sexual, familiar e doméstica.

A vida colidiu com as legislações, pois o país não dispunha de recursos financeiros suficientes para sua reconstrução, além de os bolcheviques estarem enfrentando revoltas camponesas, considerando que quanto mais distante mais difícil era criar e manter aquele novo regime com a fome batendo à porta.

As famílias camponesas eram ao estilo patriarcal, que possuía um *domokhoziain*, o chefe da casa, sendo que o filho mais velho normalmente era o sucessor. A mulher só se tornava chefe da casa se fosse viúva e sem filhos homens adultos, e mesmo assim seus direitos e poderes eram limitados. A mulher não era proprietária da casa, das terras, somente de seus bens pessoais, exceto nos casos de dotes. Quanto mais rica a família maior era o poder econômico e político do *domokhoziain*, a(s) propriedade(s) era(m) considerada(s) propriedade(s) da família, mas as mulheres da família não tinham direitos iguais aos homens. Havia vários casais com filhos vivendo sob o mesmo teto. As solteiras tinham direito ao dote, que poderia ser além de seu enxoval, animais e dinheiro em espécie, já as casadas, quando divorciadas consensualmente, voltavam a viver com a família e na casa em que nasceram. Já os divórcios não consensuais por parte das mulheres implicavam no sustento dessa por parte dos ex-maridos, independentemente dela ter filhos/as.

Dentre as medidas discutidas, foi adotada uma Nova Política Econômica (NEP) no X Congresso do Partido em 1921, que a princípio seria algo pontual para aumentar a produção agrícola e restaurar a parca indústria que existia, na qual “O governo substituiria a prática de confisco [de grãos e produtos produzidos pelo campesinato] por um imposto fixo em espécie e permitiria aos camponeses comercializar o excedente” (GOLDMAN, 2014, p. 110). Tal medida recriou a possibilidade de mercado que rapidamente se desenvolveu, fazendo com que a legislação fosse sendo adaptada para dar conta daquela realidade.

Na esfera da produção industrial a NEP permitia a apropriação privada dos produtos pelas empresas estatais, permitia o arrendamento de empresas estatais. Posteriormente as rações foram substituídas por salários pagos diretamente pelos gestores das empresas, e mais adiante os serviços que eram totalmente públicos e gratuitos como refeitórios e creches passaram a cobrar em espécie.

Neste contexto é que se instaura, além do mercado, as indústrias e outros mecanismos capitalistas, a concorrência entre homens e mulheres pelas vagas nas indústrias. Em uma sociedade com uma vanguarda extremamente avançada as condições objetivas implicaram retrocessos, por isso concordo com autores como ABRAMIDES (2019) e NETTO (2012) de que se

tratou da mais importante experiência de “socialismo real existente” e não socialismo propriamente. É necessário fazer a autocrítica qualificada e aprender com a experiência para avançar. Segundo o próprio Lênin (2019), a revolução e a construção do período de transição que é o socialismo para a passagem ao comunismo é um período de décadas e talvez até séculos.

Em meados de 1925 na URSS,

As mulheres, subitamente removidas da mineração, metalúrgica e gráfica, retornaram à indústria alimentícia, têxtil e de costura, os tradicionais e mal remunerados bastiões do trabalho feminino. As mulheres sofreram demissões em todas as indústrias devido a sua falta de especialização, mas os cortes mais agudos foram nas indústrias em que haviam entrado pela primeira vez durante os anos da guerra (GOLDMAN, 2014, 164).

Com o Plano Quinquenal de 1927-1928 a condição de acesso ao mercado de trabalho para mulheres aumentou, inclusive nas áreas majoritariamente ocupadas por homens, como a mineração. Havia uma esperança de finalmente libertar a mulher da dependência econômica, mas o número de filhos, as separações e a divisão das rendas familiares entre as primeiras, segundas esposas, ainda fazia com que os custos dos filhos/as recaíssem sobre as costas das mulheres.

Qual é a lição que podemos tirar destes elementos? Que as mulheres sempre trabalharam, independentemente do espaço a que foram relegadas ou que escolhem estar, é evidente; também está explícito que o patriarcado não surge com o capitalismo e que também não será superado única e exclusivamente com uma “fórmula mágica”, ainda que essa seja orquestrada nos marcos da revolução social comunista. Há que se considerar que as mudanças nas relações sociais não se dão a partir de determinações pelo alto, mas somente a partir de transformações nas formas socialmente construídas de relações sociais.

Além disso, Marx (2013) já havia ensinado que sem que haja condições objetivas de sobrevivência como alimento, vestimentas e outros recursos, é impossível exigir determinados níveis de suspensão da cotidianidade, ainda que seja da pessoa mais revolucionária, ou de *todes* e de qualquer grupo ou sujeito histórico.

Apesar dessas particularidades, vale comparar os números de mulheres absorvidas pelo mercado de trabalho em relação às sindicalizadas na década de 20 na URSS, pois,

Até 1921, as mulheres constituíam uma porcentagem crescente da força de trabalho industrial na Rússia. Em 1901, 26% de todos os trabalhadores na produção eram mulheres; em 1914, esse número havia crescido para 32%; em 1917, 40%; e no fim da guerra civil, em 1920, era 46%. Em 1921, 1.360.310 (45%) entre os 3.010.000 filiados a sindicatos no país eram mulheres (GOLDMAN, 2014, p. 150).

Os dados da particularidade vivenciada no país levam a uma reflexão oposta, pois, apesar do país vivenciar um processo de reconstrução, de uma indústria fraca, de um país majoritariamente camponês, as mulheres trabalhadoras adentraram em grande número os espaços sindicais.

Sobre isso Goldman contribui ao analisar a história das mulheres no processo revolucionário soviético, inferindo que:

Não é de se surpreender que, dado o caráter esmagadoramente camponês do país e sua experiência relativamente recente com a industrialização, os teóricos soviéticos se interessem principalmente na transformação da família de uma sociedade camponesa para uma sociedade industrial (GOLDMAN, 2014, p. 65).

As pesquisas realizadas por Saffioti (2013) na década de 70 comprovaram que já em meados dos anos 50 e 60, do século XX, houve um aumento do trabalho feminino das mulheres casadas na população economicamente ativa, sendo aproximadamente 38,6% no Canadá, e quase 50% no final dos anos 60; 31% em 1955 nos Estados Unidos da América (EUA).

A ideia, contudo, era de sempre atrelar o trabalho produtivo e/ou assalariado da mulher a uma perspectiva de complementaridade e status social elevado para as que não precisassem trabalhar assalariadamente.

Nos EUA deste período poucas mulheres se profissionalizavam, mesmo que em carreiras consideradas “femininas” como enfermagem, Serviço Social etc. Não havia estímulos, considerando que mesmo com a formação profissional, a prioridade era o emprego dos homens. Quando no mesmo cargo, as mulheres recebiam menos e os homens sempre poderiam fazer carreira, eram e ainda hoje são sempre privilegiados.

O trabalho doméstico não ser remunerado é uma forma de se expressar a subtração do custo da reprodução do trabalhador de seu próprio salário. Essa relação vai se tornando cada vez mais aviltante para as mulheres, que passam a ser vistas como superpopulação relativa latente¹⁹, já que no pós-Segunda Revolução Industrial as mulheres foram entrando para o mercado de trabalho, o que a princípio impactou no salário dos homens, pois, a partir daquele momento, não só era necessário como possível o casal trabalhar para aumentar a renda familiar, como também era possível o acesso ao trabalho para o caso das mulheres com filhos que precisavam garantir sozinhas a subsistência familiar. Ao longo dos anos cada país delineou, de acordo com seus interesses econômicos, as políticas sociais de serviços voltados para suprir os

¹⁹ Segundo Marx (2013), a superpopulação latente é um extrato da classe trabalhadora que está em desemprego ou na informalidade a postos para ocupar uma posição no mercado formal.

custos da maternidade e dirimir os prejuízos da mulher quando se tornasse mãe, sempre com a prioridade do interesse econômico e político do mercado, e não social.

Prova disso é que, mesmo com a garantia de licença maternidade na França em estudos realizados nos anos de 2014 e 2015, as mulheres gozavam apenas de período parcial quando tinham o interesse de construir uma carreira, pois o afastamento da mulher por um longo período prejudicava o seu retorno e sempre lhe colocava em desiguais condições aos homens, o que implicava na desigualdade de salários (PEREIRA, 2015).

As mulheres trabalhadoras, ainda que à margem do trabalho produtivo, trabalham, como já pontuado acima. O trabalho é para a mulher assim como para o homem uma categoria ontológica.

Diferentemente da experiência do “socialismo real existente” na atual Rússia em que os serviços de socialização do trabalho doméstico e do cuidado das crianças foram garantidos com fins de libertar a mulher dos grilhões das sociedades de classes, na sociedade capitalista esses serviços majoritariamente insuficientes são ofertados com a intenção inversa: não apenas não pretendem libertar a mulher da ideologia patriarcal, como a transformam à sua maneira, segundo a sua necessidade já caracterizada historicamente acima.

O casamento monogâmico é um exemplo dessas formas, pois, utilizando a religião e o catolicismo, as famílias extensas, conhecidas como patriarcais, foram paulatinamente diluídas em pequenos núcleos, desvinculando a posse da figura do patriarca para permitir aos homens a ideologia do livre acesso aos corpos das mulheres, desejosos não só dos corpos, mas das construções objetivas-subjetivas mais íntimas, como se fossem um “recurso natural”.

Além disso, as mulheres trabalhadoras se veem inferiorizadas e seu trabalho desvalorizado mesmo que trabalhem assalariadamente. A princípio, o valor vai para as mãos do marido, e somente a partir de muitas lutas feministas classistas, liberais e dos movimentos de mulheres negras, as mulheres chegaram a acessar o direito de gerir seus bens e recursos e a votar. Embora a luta tenha sido das mulheres, somente as mulheres da classe dominante e alfabetizadas puderam gozar de tal cidadania.

Como busquei evidenciar, a inserção das mulheres no mercado de trabalho sempre se dá para contribuir com a queda dos salários, aumentando o contingente da classe trabalhadora latente, bem como para promover uma relação de concorrência com os homens, fazendo com que ocorram subdivisões no mundo do trabalho e no interior da classe trabalhadora na sociedade capitalista classista, patriarcal, racista e LGBTQIA+fóbica, delegando setores de reprodução

social às mulheres com as piores remunerações e setores que geram valor e mais-valor para os homens, com as melhores remunerações.

Essa, contudo, não é apenas uma forma de superexploração das mulheres trabalhadoras. Aproximando a questão, esses elementos também podem ser identificados nas condições desiguais pela racialização das pessoas, o que implica na condição da superexploração da mulher trabalhadora negra.

1.2. Alguns elementos das lutas feministas pelo mundo

Conforme busquei demonstrar no item anterior, na gênese das sociedades de classes se desenvolve a noção de propriedade privada do excedente econômico.

Essa noção de propriedade privada não incide apenas no modo de produção, já que este é construído por meio das relações sociais de produção. Tais elementos e noções se espalham por todas as formas de relações sociais dos sujeitos. É no plano das relações sociais que as/os sujeitas/os — sujeitos — transformam a natureza a seu modo e para as suas necessidades, assim como se transformam ao se relacionar.

Por isso, partir de uma análise concreta objetivo-subjetiva da realidade implica partir daquilo que é ontológico para os seres em sociedade, como trabalhar, que é categoria central para a humanidade.

Tudo é trabalho, no sentido de que todas as nossas ações implicam um valor necessário para produzir um produto, o que necessita do emprego de força de trabalho para se realizar. É por este motivo que as análises levam Marx e Engels (2012) já no Manifesto do Partido Comunista a concluir que as relações sociais são histórica e socialmente determinadas.

Tais relações ganham contornos segundo determinações de cada época, o que os leva a atrelar a condição de inferiorização da mulher na família e na sociedade ao modo de produção, buscando entender de que modo esse trabalho reprodutivo serve à lógica por eles estudada, o capital.

Como o patriarcado não surge no capitalismo, mas é por ele absorvido e transformado à sua necessidade, não há divergências entre o Engels no Manifesto de 1848 junto a Marx e o Engels de 1884, mas sim uma constatação, ainda que bastante marginal, em suas obras de que não só a família monogâmica deriva dessa nova noção de propriedade privada, como também deriva da forma mais avançada que as sociedades de classes puderam produzir, a relação social de produção capitalista.

Saffioti (2013) adensa o debate ao referir que é preciso considerar não apenas o fator “dominação”, que pode ocorrer também por idade e não necessariamente ser econômico ou pejorativo, como o fato de os mais velhos terem mais conhecimento para passar para os mais novos.

Por outro lado, nem sempre este recurso é utilizado no sentido de humanizar os seres em desenvolvimento, independentemente da idade, podendo, muitas vezes, ser utilizado como forma de se sobrepor ao outro, seja este outro/a mais jovem ou mais velho.

Independentemente disso, a centralidade em aspectos ontológicos da humanidade faz com que Marx e Engels remontem suas análises ao trabalho e suas formas nas sociedades socialmente determinadas, não sendo trabalhado por eles com profundidade as neuroses que essas formas de relações sociais estranhadas e alienadas podem reverberar.

Ainda que discorde da ruptura feita entre Marx e Engels, bem como da cobrança de que os autores tratassem a fundo de debates que não se propuseram a fazer, é fulcral a contribuição de Saffioti (2013), ao chamar atenção para formas de “dominação” extraeconômicas, tanto é que na parte 3 de seu livro a autora busca estudar contribuições da Psicanálise. Discordo, contudo, que existam relações extraeconômicas, já que o sociometabolismo do capital atinge a humanidade em todas as suas formas de relações sociais, mesmo daqueles que buscam viver isolados, ou em comunidades indígenas. O capitalismo os alcança e até os ataca.

Além disso, pondero que uma coisa é admitir que existam elementos que não necessariamente se sustentem apenas por submissão econômica, já que, por exemplo, existem mulheres com rendas superiores aos companheiros, sendo independentes economicamente, mas dependentes deles em sua constituição subjetiva. É o caso de muitas que ainda hoje acreditam que casamento é para sempre, que não conseguem viver sem manter relações afetivas com homens.

Outra coisa é derivar este aspecto de uma base mais subjetiva como dominação e poder (SAFFIOTI, 2013; SAFFIOTI, 2015), categorias que sem profundos delineamentos concretos se apresentam esvaziadas do conteúdo político que as sustentem, e que deixam de contribuir para com o debate crítico das gêneses das neuroses (re)criadas por essa sociedade alienada, ou seja, intimamente atrelada à condição econômica — no sentido das relações sociais de produções alienadas se espalhando nas demais formas de relações sociais.

Com isso, vale explicar que não se trata de culpar um “ente” capitalismo, como se estivesse falando de uma abstração caótica da realidade, mas das relações sociais que foram criadas

e desenvolvidas a partir das revoluções burguesas, e que a partir da necessidade das ideias dominantes se apresentam como ideias falsamente universais, intensificando as formas de exploração e espoliação da classe trabalhadora.

Criando neuroses ao lançar mão do patriarcado, criando o patriarcado da miséria e hoje a própria miséria da ideia de patriarcado em sobrevida, como também a ideologia do racismo pela cor da pele, assim o capitalismo é reinventado e autoafirmado.

A partir do movimento da realidade, essas estratégias de superexploração junto às conquistas, via luta de classes, de acesso à emancipação política, acabam reproduzindo neuroses na sociedade contemporânea.

O campo econômico também não é uma abstração caótica da realidade, ou somente condições de renda e de independência econômica, mas representa o espaço da luta de classes, *locus* em que se resolveu historicamente e que poderá se resolver a necessidade de a humanidade retornar à primazia daquilo que é ontológico, humano, de se humanizar e não mais de tomar a coisa como humanizada e reificar as relações sociais.

A partir desses apontamentos, é possível compreender quais caminhos levam a críticas massivas às posturas que reivindicam a centralidade da questão de classe.

Segundo algumas dessas perspectivas, reivindicar a centralidade de classe pelo aspecto ontológico da categoria trabalho seria uma forma de hierarquizar as opressões. Contrariamente a esse entendimento, não se trata de hierarquizar, mas de reconhecer a estratégia revolucionária classista como única proposta prática, de base ontológica, já que implica a superação da exploração da classe trabalhadora, portanto, até hoje, é o único projeto revolucionário que possui uma proposta com capacidade de articular a unidade da classe trabalhadora.

Diferente das opressões que compõem estruturas de base ideológica, falsamente orquestradas para as necessidades do capital, a exploração de uma classe por outra não é ideologia, é concreta, apresentando em sua dialeticidade estrutura e dinâmica, ou síntese objetiva-subjetiva.

A exploração, contudo, só pode ser superada com a superação do capitalismo. Já as opressões, ideologias articuladas ao capitalismo servindo também de estruturas para a ampliação das formas de exploração, não necessariamente são intoleráveis ao capital.

No caso das mulheres e das crianças trabalhadoras exploradas, assim como Marx (2013) e Engels (2010a) — falando sobre o proletariado na Inglaterra — analisaram que ao capital interessa a força de trabalho como mercadoria primeira para extrair valor e mais-valor. A princípio, o valor extraído é o mesmo, pouco importa se esse trabalho é realizado por uma criança, por uma mulher, ou por um homem.

Contudo, a forma como a mercadoria força de trabalho é assalariada pode ser manipulada aumentando os lucros do capitalista, por exemplo, quando este se vale de aspectos do patriarcado e da racialização de sujeitos para rebaixar os salários. Assim como também pode ser feito com idosos, adolescentes e crianças, pagando menores salários por meio de “projetos sociais”, alegando inclusive que estes possuem menos capacidades que um indivíduo adulto, ou seja, aspectos intergeracionais.

Essas e outras polêmicas não surgiram das cabeças das teóricas e acadêmicas, mas no interior da luta de classes, bem como no processo de construção da própria luta feminista, que se dividiu em diversas vertentes.

As primeiras lutas por reconhecimento político e social para as mulheres na sociedade capitalista ocorreram nos cânones das revoluções burguesas.

Na Revolução Francesa, em 1789, momento em que a burguesia, preocupada em acabar com o regime feudal, votou na Assembleia Constituinte Francesa os Direitos do Homem e do Cidadão, Olympe de Gouges, consciente de que os privilégios masculinos não seriam superados sem luta, propôs a Declaração dos Direitos da Mulher, acabando por este motivo enforcada.

Afinal, a ruptura proposta pela burguesia que garantiria a liberdade jurídica e civil previa a superação dos privilégios feudais e não os masculinos, ou seja, não era contra o patriarcado, e se fosse, talvez a revolução nem mesmo tivesse ocorrido pela falta de apoio.

Esse aviso categórico abafa as estratégias práticas de conquista da emancipação política para as mulheres, mas não as silencia. Considerando o momento desfavorável para a ação política prática, as mulheres continuam a construir resistência, via jornais e clubes, que disseminavam suas ideias progressistas. Essa foi a gênese do feminismo radical.

Com a ascensão das ideias socialistas utópicas de Saint-Simon, Owen e Fourier, também ressurgem as ideias feministas. Devido aos momentos de efervescência de reivindicações da liberdade do proletariado, diversos movimentos foram se apresentando,

O jornal *La Femme Libre*, surgido em 1832, lança em seu primeiro número um apelo de inspiração saint-simoniana às mulheres, *incitando-as a reivindicar seus direitos*, aproveitando o momento histórico em que o proletariado reclama sua libertação. Eugénie Niboyet, entusiasmada com a teoria de Fourier, funda, em Lyon, em 1833, *Le Conseiller de Femmes*, através do qual lutará tenazmente pela libertação das mulheres em 1848. Os discípulos de Fourier, contudo, acabam por moderar seu feminismo, [...] (SAFFIOTI, 2013, p. 162, grifos meus).

Que o momento se mostrou favorável a reivindicações por liberdade é fato, contudo, a inspiração do movimento feminista era muito mais liberal na luta por direitos do que as socialistas utópicas de Saint-Simon.

A efervescência desses debates se deu em reação a inúmeras contradições liberais.

Dentre as críticas mais conhecidas estava a socialista Flora Tristan (2015), que reivindicava a união proletária reconhecendo a heterogeneidade da classe trabalhadora, composta por homens e mulheres, antes mesmo de Marx e Engels.

Flora era visionária, odiada pela burguesia e pelo proletariado masculino. Embora não existam muitos registros das aproximações teóricas entre Marx, Engels e Flora, sabe-se que passaram uma parte da vida vivendo em Paris nos mesmos anos e que tinham conhecidos em comum. Além disso, em um dos capítulos dos *Grundrisse*, Engels se dedica a defender Flora das críticas dos pós-hegelianos (MARX, ENGELS, 2011a).

Cabe considerar, ainda, que apesar de Flora estar além de seu tempo, seus escritos explicitam o quanto os autores socialistas utópicos a influenciavam, já que a autora criticava o antifeminismo proletário, identificava a classe trabalhadora como sujeito revolucionário, mas não se limitava ao projeto revolucionário comunista, por vezes elucubrando sobre suas utopias.

Marx e Engels fundam o socialismo e comunismo com base científica e superam as teorias utópicas, por apresentarem o fruto da síntese do movimento proletário. Além disso, tangenciam as questões da mulher, sem ignorar as contradições da classe trabalhadora proletária masculina, que se enveredava para um antifeminismo proletário devido à entrada das mulheres no mercado de trabalho.

Inúmeras mulheres das mais diversas perspectivas, contudo, fizeram parte desta história. Em 1848, após o decreto de sufrágio universal francês excluir as mulheres de seus direitos de voto, diversos foram os documentos redigidos como forma de repúdio à decisão que adotava a mulher como cidadã de segunda classe, ou não cidadã.

Para além do sufrágio universal das mulheres, discutia-se, também, os baixos salários, a jornada de trabalho extensa demais.

Neste interim, surgem, também, os primeiros movimentos operários dirigidos por mulheres como as Oficinas nacionais e municipais, centralmente em Paris, sob direção de Désirée Gay, delegada da oficina de costura. Outra experiência a ser lembrada foi a de Pauline Roland e Jeanne Deroin, que tentaram subordinar a luta feminista à luta proletária. Ambas as estratégias não geraram conquistas²⁰ (SAFFIOTI, 2013). Em fins do século XIX as francesas conquistam o direito de testemunhar, mas as mulheres ainda não poderiam exercer profissões como as que eram formadas como doutoras em Direito. Entre 1900 e 1932 muitas propostas foram feitas ao

²⁰ Para facilitar o entendimento, por uma tradução livre para o português, o título seria: Reivindicação dos direitos das mulheres.

Congresso, aprovadas em algumas instâncias e recusadas nas instâncias superiores. Somente em 1944 as mulheres francesas se tornaram eleitoras e poderiam ser eleitas.

Na Inglaterra o primeiro livro sobre o debate foi *Vindication of the rights of women* escrito por Mary Wollstonecraft, em 1792. Para a época a autora defendia elementos bastante revolucionários, como o acesso para as mulheres às escolas frequentadas pelos homens, visando a capacitar as mulheres para sua independência.

Contudo, nenhuma organização surgiu imediatamente a essa publicação na Inglaterra, embora o livro tenha ganhado traduções imediatamente para publicação em francês e alemão.

A reforma eleitoral inglesa foi em 1832 e concedia o direito de voto a homens adultos não só da classe dominante como aos estratos médios, aos pequenos proprietários rurais e aos rendeiros. Em 1835 as restrições dos direitos das mulheres foram aumentadas, proibindo não apenas que a mulher elege-se, como também que fosse eleita para cargos administrativos.

No século XIX, na Inglaterra, os movimentos de mulheres se dividiam majoritariamente entre: as mulheres operárias que lutavam por melhores condições de trabalho, algumas que até se pronunciavam de forma antifeminista, reproduzindo o discurso antifeminista operário de que a posição da mulher é naturalmente inferior à do homem; do outro lado, as feministas radicais reivindicando a igualdade entre os sexos.

A dificuldade de acesso das mulheres militantes feministas aos espaços de fala e disputa política era tamanha que, por exemplo, a primeira reivindicação oficial de direito ao voto para as mulheres inglesas foi feita ao Parlamento Inglês por Stuart Mill.

Mill, entretanto, não se solidarizava efetivamente com as pautas feministas das trabalhadoras, muito menos das mulheres trabalhadoras negras. Defendia que a desigualdade entre os sexos impedia o progresso da humanidade. Em se tratando de um autor liberal, acreditava que a liberdade da mulher de reger seus bens, propriedades e atingir a condição de cidadã burguesa seria imprescindível para a humanidade avançar. Notadamente, Stuart Mill defendia a emancipação política, ou civil e jurídica da mulher burguesa.

Em fins do século XIX surge o tímido movimento sufragista inglês, ganhando amplitude somente no século XX, pela via da institucionalização criada pela família Pankhurst, nomeada Woman's Social and Political Union.²¹

²¹ Por uma tradução livre de minha autoria, seria União Social e Política de Mulheres.

Essa instituição forjou alianças com o partido trabalhista inglês e conseguiu pressionar dirigentes antifeministas do Partido Liberal. Além disso, a organização se fez presente em debates e marchas por melhores condições de vida, trabalho e emprego das mulheres trabalhadoras.

A Primeira Guerra Mundial abriu vagas de trabalho anteriormente masculinas para as mulheres trabalhadoras. Em 1914, na Inglaterra, os efeitos da guerra tiram o foco das lutas pelos direitos das mulheres, que só vão atingir o direito ao voto em 1918 com o final da guerra, mas somente para as mulheres proprietárias e com mais de 30 anos, enquanto que para os homens seria acima de 21 anos e contemplando diversas classes sociais. Essas restrições classistas só foram rompidas em 1928 com o direito ao voto para homens e mulheres independente da classe social e acima dos 21 anos.

O debate contra a opressão patriarcal capitalista é feito desde a gênese desse modo de produção, mas saiu da esfera privada de forma inegável apenas com a segunda onda feminista, ganhando novos contornos políticos. O feminismo de segunda onda, vale demarcar, foi um movimento que teve início com ativistas feministas na década de 60 e se espalhou pelo mundo.

A questão central para o feminismo da segunda onda foi a liberdade sexual, pauta essa que ficou bastante comprometida devido às influências neste período do feminismo radical que, distante de fazer uma crítica ao capitalismo, corrobora com ele ao defender as questões das mulheres independentemente da classe, ou seja, desconsiderando as contradições e antagonismos sociais da ordem sociometabólica do capital.

A segunda onda acabou corroborando com as lutas de maio de 68²², que simbolizou uma mobilização da juventude em prol da Liberdade. O feminismo radical se aproxima perfeitamente do feminismo liberal, considerando que sua radicalidade se limita aos interesses das mulheres burguesas e que suas conquistas, embora tenham sido importantíssimas de forma universal para as mulheres no mundo, implicaram em diversos limites reais de acesso para as mulheres em suas particularidades de classe, raça/etnia, gênero/sexo, sexualidades, diversidades e geracionalidade.

Contudo, abriu espaço para discussões como orientação sexual e identidade de sexo, o que contribui para pensar essas questões quanto à heterogeneidade da classe trabalhadora. O

²² Maio de 68 foi mais do que um mês marcado por insurgências de movimentos sociais a partir do fortalecimento da cultura jovem e da busca por romper com paradigmas, buscando a renovação de valores. Foi muito além disso, marcando o período por levantes de contestação, como os movimentos contestatórios à guerra imperialista no Vietnã, como também a grande greve operária que eclodiu em Paris, influenciando as lutas contra as ditaduras e o imperialismo na América Latina. Ou seja, o movimento que surgiu na França se espalhou pelo mundo e foi permeado tanto por pautas liberais quanto pautas da classe trabalhadora.

patriarcado é tão presente no capitalismo que a discussão da mulher trans e do homem trans, ainda hoje, carece de maiores delineamentos, necessitando de estudos que não se restrinjam a suas formas de inserção no mercado de trabalho ou formas de inserção por consumo, mas que coloquem esses sujeitos/es não como objeto, mas como sujeito de sua história, assim como no caso de todas as demais formas de viver livremente a sua sexualidade e subjetividade.

Embora siglas possam ajudar no reconhecimento e nas identidades dessas mulheres, homens trans e/ou sujeites, e das diversas formas de se viver o sexo e a sexualidade, hoje o debate parece estar girando mais em torno das siglas que dos sujeitos, a ONU utiliza LGBTI e apesar de ser uma instituição de características altamente questionáveis, com fortes tendências a apoiar as investidas norte-americanas e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), muitos adotam sem questionar essa nomenclatura como a mais “correta”.

De forma oposta, prefiro pecar pelo excesso a deixar de contemplar qualquer sujeita/o/e histórico, preferindo a sigla LGBTQIA+²³, ou LGBTQIAP+²⁴, ou ainda LGBTQIAPN+²⁵. Outra contradição que consiste na não “aceitação” da identidade de gênero das pessoas trans, bem como da orientação sexual e a própria inferiorização e desvalorização do feminino na sociedade capitalista remete ao guarda-chuva teórico dos “liberalismos”, hoje, neoliberalismos.

Ponderar mais detidamente sobre esses aspectos é crucial. Os estudos de Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) tem muito a contribuir para a luta antineoliberal, pela unidade de setores progressistas, como quando dizem que, basicamente, é possível adotar uma divisão dos “liberalismos” em duas perspectivas em disputa: o reacionarismo sexual e o liberalismo sexual.

Apresentadas como normas atemporais, o “neotradicionalismo” se expressa via autoritarismo sexual modernizado para responder à realidade contemporânea, já o liberalismo sexual ganhou espaço com a derrocada dos projetos encampados pelos movimentos sociais de maio de 68²⁶ pelo mundo, insurgências largamente compostas pela segunda onda feminista. O liberalismo sexual, nas palavras de Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, p. 69), busca “[...] normatizar formas de sexo que no passado foram tabus no interior de uma zona expandida de

²³ A sigla significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersexo, Assexual e “+” — símbolo que representa a diversidade de outras identidades sexuais, como as pessoas Pansexuais.

²⁴ Essa sigla, além de contemplar Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, também busca contemplar com a letra P as pessoas Pan/Poli.

²⁵ Já essa sigla, além de contemplar as pessoas citadas no rodapé 23 e 24, busca também dar maior destaque aos não-binários, adicionando a letra N seguida do sinal de “+”.

²⁶ Idem rodapé 19.

regulação estatal e de *maneira favorável ao capital que incentiva o individualismo, a vida doméstica e o consumo de mercadorias*” (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p. 69, grifos meus).

O modo de produção capitalista “aceita” mulheres e homens trans na sociedade capitalista, mas os “aceita”, assim como todas as pessoas LGBTQIA+, os conformando à sua maneira, formal, quando pela emancipação política reconhecem crimes por preconceito e discriminação, ou quando no caso da questão trans garantem o uso do nome social, o direito a realizar procedimentos de transgenitalização e outros. Em contrapartida, não se move um dedo contra a estrutura social — sociometabolismo capitalista — que perpetua a transfobia, homofobia, enfim, a LGBTQIA+fobia.

Isso é identificável, por exemplo, na perpetuação do papel da família na reprodução social que não é, em nenhum momento, desafiado, como se fosse algo que remete exclusivamente ao plano privado, via de regra, camuflando a necessidade de discussão da família monogâmica como dispositivo de reprodução da força de trabalho, desvalorização do trabalho doméstico e exploração das filhas da classe trabalhadora, ao não pagar por essa força de trabalho e dela usufruir ao expropriar a riqueza produzida pela classe trabalhadora.

A normalidade capitalista, entretanto, é notoriamente priorizada ao se difundir a exigência de uma postura de “normalidade gay”. Isso implica na [...] aceitação de pessoas gays “sensatas”, “corretas”, para legitimar projetos imperialistas e neocoloniais (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p. 72-73).

O resultado é que hoje os movimentos de libertação sexual estão presos entre a cruz e a espada: um lado quer entregar mulheres e pessoas LGBTQIA+ à dominação religiosa e patriarcal, enquanto o outro nos serviria em uma travessa para a predação direta do capital. [...]. Lutamos *para libertar a sexualidade não apenas das formas de família procriadora e normativa, mas também das restrições de gênero, classe e raça e das deformações do estatismo e do consumismo* (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p. 73, grifos meus).

As lutas contra a LGBTQIA+fobia tiveram conquistas importantíssimas, via lutas legítimas contra a opressão das sexualidades e o heterossexismo, entretanto, o que é preciso destacar é a condição diferenciada como, por exemplo, os gays da classe dominante e alguns extratos da classe média que se beneficiam dos direitos conquistados, que não são acessados ou são acessados insuficientemente pelos gays da classe trabalhadora. Piores ainda são as condições de opressão de gays, lésbicas, entre outros como pessoas *queer* da classe trabalhadora e de grupos étnico-raciais discriminados.

A liberdade individual, fundada sob o horizonte de assegurar a propriedade privada, coloca-se formalmente contra as opressões, mas na prática se esquia ao remeter tais questões ao âmbito privado, desconsiderando o caráter opressor interessante ao capitalismo.

O papel do colonialismo na difusão do padrão de sexualidade “moderna” é determinante para se compreender a cultura de massa que se desenvolve, bem como os aparatos legais estatais que negam o direito da mulher sobre seu corpo, culpabilizando-as por serem alvo de violências ao não utilizarem de mecanismos mais efetivos para coibi-la, ou a negação do direito de viver a sexualidade e a diversidade sexual.

Nesse sentido, os crimes por heresias, destinados mais precisamente à classe trabalhadora, e os de bruxaria, notadamente de perseguição às mulheres trabalhadoras, assim como a criminalização das práticas das mulheres controlarem sua contracepção, medicinas alternativas, os abortos, ou os infanticídios, assim como a diversidade sexual que era tratada como “sodomia” e promiscuidade, apesar de carregarem o ranço do conservadorismo do cristianismo, agora ganham novos contornos.

A luta revolucionária impõe a postura de crítica a todas as formas de capitulação.

No caso do neoliberalismo progressista, temos como objetivo separar a massa das mulheres da classe trabalhadora, de imigrantes e de grupos étnicos minoritários das feministas do Faça Acontecer, de antirracistas meritocráticos, de anti-homofóbicos e de cúmplices do capitalismo verde e da diversidade corporativa [...]. No que diz respeito ao capitalismo reacionário, temos como objetivo separar as comunidades da classe trabalhadora das forças que promovem o militarismo, a xenofobia e o etnonacionalismo, que se apresentam enganosamente como defensoras do “homem comum”, ao mesmo tempo que, às escondidas, promovem a plutocracia. Nossa estratégia é atrair frações da classe trabalhadora desses dois blocos pró-capitalistas. Dessa forma, buscamos construir uma força anticapitalista ampla e poderosa o suficiente para transformar a sociedade (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p. 94).

Profundamente coerente é o chamado das autoras por grupos verdadeiramente comprometidos com as lutas anticapitalistas, considerando que, na era neoliberal, a realidade é apresentada como fragmentos de fragmentos, fazendo ganhar corpo as ideologias “pós-modernistas”²⁷ na busca por justificar toda essa miséria da razão burguesa. Os pesos e as medidas para

²⁷ Não há uma pós-modernidade, mas um guarda-chuva composto por teorias, expressões artísticas, políticas, culturais que comungam da perspectiva de que a modernidade teria chegado ao fim. Com a queda do muro de Berlim e do fim do “socialismo real existente” na Rússia, essas posturas entendem o capitalismo como ápice da vida em sociedade. A partir destas ideologias, diversas formas de compreensão da realidade foram produzidas sem críticas ao sistema capitalista, mas criticando as teorias macro-estruturais dos marcos do iluminismo. Partindo da ideologia de fim da história, estes postulados partem de fragmentos da realidade para realizarem suas análises, chegando a conclusões fragmentadas e soluções ainda mais pontuais e parciais.

cada sujeito vão se apresentando de forma individual, pois trata-se da era da barbárie, das desilusões e da miséria da ideologia patriarcal, pois, mesmo desacreditada e em declínio, continua a ser entoada junto ao Estado capitalista como forma de regular as relações sociais de sexo e de produção, como um verdadeiro culto ao irracionalismo e ao ultraconservadorismo.

Cabe considerar, entretanto, que há um limite nessa unidade, que infelizmente não cabe 99% da população contra 1% dos mais ricos do mundo.

A classe trabalhadora é aquela que vive e sobrevive do trabalho, composta por trabalhadores e trabalhadoras produtivos e improdutivos, trabalhadoras domésticas assalariadas ou não, negras e negros, não negras e não negros, povos originários, extratos de classes com melhores remunerações e até mesmo pessoas que desconheçam a escassez de recursos.

A classe trabalhadora de conjunto é o sujeito revolucionário, que tem por projeto de sociedade aquele que implica retirar o capitalismo não só do centro, mas da cena, em prol da realização das necessidades da humanidade, colocando o projeto socialista e comunista como possibilidade concreta de ser realizado por um/uma sujeito/a, ou melhores por sujeitos de classe socialmente determinada, o projeto de transformação social da classe trabalhadora assalariada.

A crítica que pretende superar tais ideologias tem uma tarefa árdua, que tem suas primeiras expressões concretas na experiência da URSS, que buscou coletivizar os meios de produção e os produtos por uma experiência de Estado socialista e também buscou contribuir para a liberdade da mulher por meio de legislações que não só não discriminavam os sexos, mas propunham soluções práticas para a vida da mulher, liberando-a do trabalho doméstico e reprodutivo para adentrar o trabalho industrial, incentivando a escolarização, legalizando o aborto e o divórcio.

A derrocada do projeto revolucionário de Lênin, Nadezhda Krupskaya, Alexandra Kolontai, Natalia Sedova, entre tantas outras e tantos outros se deu a partir da morte de Lênin, mais precisamente a partir das medidas implantadas por Stalin.

Havia disputa de ideias no partido bolchevique, alas mais comunistas e alas mais socialdemocratas, de acordo com o que Lênin chamava de centralismo político, cabendo certa pluralidade no debate do partido. Se Stalin era ou não um deturpador de tudo aquilo que se havia construído por pura falta de caráter, se havia ou não disputas e sectarismos entre Trotsky e Lênin não é o ponto central, ou seja, a crítica não pode ser moral ao Stalinismo, mas concreta e explícita a partir das legislações que retomavam a família monogâmica, ampliando a retomada

das políticas do modo de produção capitalista²⁸. Se é das relações sociais que emergem as transformações sociais que dão novos delineamentos subjetivos ao ser social, processadas de forma abstrata e devolvidas como concreto pensado na forma de categorias que orientam a vida em sociedade, construir relações sociais mais humanizadas requer um modo de produção voltado para as necessidades da humanidade, hoje com recursos abundantes, tecnológicos e naturais, apesar do descaso ecológico do capitalismo.

Essas condições existem mundialmente, mas a particularidade de cada país vai mostrar a abundância para uns em detrimento de outros no capitalismo, por isso, para além de condições concretas para revolução e rupturas com as ideologias burguesas pela crítica, é preciso a construção das condições subjetivas²⁹ que não são tarefa de uma única geração, mas, conforme Lênin (2019), é um período revolucionário que se desdobrará em séculos de superação. Superar a ideologia patriarcal, portanto, não pode ser tarefa posterior à revolução comunista, nem mesmo pode ser garantida nas experiências das revoluções socialistas que aspiram construir um processo para o comunismo, mas também não existem indícios de que o capitalismo e seus dirigentes estivessem dispostos, em algum momento de sua história, a tolerar tal superação.

Isso evidencia o quão gritante é a necessidade de discutir no interior dos movimentos todas as formas de opressão em vigor no capitalismo e que possam surgir, se fortalecer ou serem inseridas e superadas via tolerância pela inserção de consumo ou no mercado de trabalho. Tal fato explicita a necessidade de aprofundar os debates no interior dos feminismos progressistas.

Nas pesquisas de Andrea D'Atri acerca das perspectivas que se fizeram presentes na conceituação da categoria patriarcado, pode-se encontrar as seguintes tendências:

[...] as feministas radicais – que concebem a sociedade dividida em classes sexuais –, a base dessa opressão da classe das mulheres se encontra na apropriação e no controle de sua capacidade reprodutiva, por parte da classe sexual dominante dos homens. Para as feministas materialistas – para as quais mulheres e homens constituem duas classes sociais antagônicas –, o modo de produção capitalista coexiste com o modo de produção doméstico, no qual a classe dos homens explora o trabalho não remunerado da classe das mulheres e se apropria de seu produto. Por sua vez, as socialistas também elaboraram sua conceituação do patriarcado e da opressão das mulheres e – baseando-

²⁸ Ainda sobre os retrocessos do Stalinismo, é importante citar: o abandono da revolução permanente prevista por Marx e reiterada por Trotsky; a postura de abdicar do internacionalismo revolucionário na defesa do socialismo em um só país; o apoio aos créditos de guerra. Elementos estes que dão concretude ao que foi o Stalinismo e como ainda hoje se manifesta nos posicionamentos de militantes que defendem o socialismo de Estado, recusando inclusive críticas às experiências existentes e as propostas internacionalistas.

²⁹ As condições subjetivas se referem precisamente ao nível de humanização da sociedade, por exemplo, preferindo aquilo que é imprescindível aos sujeitos sociais e não ao acúmulo do capital. Trata-se do aprofundamento da crítica contra as ideologias em prol da superação do racismo, do sexismo, da misoginia, da exploração de classe, culminando na construção e no fortalecimento da unidade entre os movimentos sociais, partidos e organizações de esquerda de projetos coletivos que coadunem com o projeto societário comunista.

se no método do materialismo histórico e nas elaborações de Marx e Engels – estabeleceram suas origens nas primeiras sociedades de classes – entendendo estas em função da propriedade privada e dos meios de produção, com as classes dominantes, exploradas, e, por outro lado, as classes exploradas. Também destacaram sua intrincada relação com o modo de produção capitalista, no qual o trabalho doméstico cumpre um papel fundamental na reprodução gratuita da força de trabalho (D’ATRI, 2017a, p. 80-81).

Sobre a perspectiva feminista radical, em Arruzza temos que,

[...] afirmou-se em primeiro lugar nos Estados Unidos, em finais dos anos setenta do século passado. As várias teóricas que se referem ao feminismo partilham entre si, além das diferenças, a reivindicação contida no próprio nome. Trata-se de confrontar diretamente a <<raiz>> da condição de opressão das mulheres, de olhar de frente o patriarcado, entendido como sistema autônomo de opressão por parte dos homens, e de nele identificar o inimigo principal, distinguindo-se assim, quer do feminismo liberal quer do socialista. Para tal, as mulheres deviam munir-se de uma interpretação própria do mundo, recusando todas as teorias existentes, fruto da supremacia masculina, e desenvolver uma política própria que coloque no centro os interesses das mulheres no seu antagonismo com os interesses dos homens (ARRUZZA, 2010, p. 107).

O problema está posto, mas fica ainda mais complexo dividido entre feminismo liberal e feminismo neoliberal, como também no feminismo socialista utópico³⁰. Esse duplo caráter se desenvolveu a partir da busca do feminismo radical em se distinguir tanto do feminismo socialista marxiano quanto do feminismo liberal. A perspectiva socialista marxista é intrínseca a todos os momentos desta tese, já que é a perspectiva aqui adotada. Defende que em Marx e Engels havia sim uma defesa feminista, contrária ao antifeminismo operário, que não foi aprofundada senão conforme a necessidade de tratar daquilo que era centralmente usufruído pelo capital, já que este era o tema central da obra da vida de Marx.

A perspectiva feminista materialista, dentro da quadra progressista, é uma das mais relevantes para este estudo, considerando o impacto dos trabalhos de Mirla Cisne no Serviço Social, por apresentar a proposta de trazer as relações sociais de sexo para o interior das relações sociais de classe.

As teóricas da reprodução social também não podem ser entendidas como influenciadas por uma mesma vertente, mas por estudiosas e militantes aguerridas que se dividem entre: feminismo socialista marxista, tendo como expoente Vogel; feminismo radical socialista utópico — delimitação esta sob minha responsabilidade — de Silvia Federici; feminismo unitário de Young e Arruzza; feminismo antineoliberal de Fraser; feminismo socialista utópico e antineoliberal de Susan Ferguson.

³⁰ A palavra utópico é aqui empregada justamente para diferenciar o socialismo inventado na cabeça de alguns teóricos e experimentado em alguns cantos do mundo, daquele que tem base científica. No primeiro caso, trata-se de vertentes como as de Saint Simon, Owen. No segundo caso, o socialismo científico é concretamente possível de ser realizável internacionalmente se orientado pela Teoria Social de Marx.

Acerca da “teoria da reprodução social”, parece ser desde já importante demarcar que aqui é entendida e incorporada como categoria social construída a partir da obra marxiana, e que, a priori, com os estudos de Vogel, corresponde a uma categoria analítica extremamente útil do feminismo socialista marxista³¹. As tentativas de delinear as vertentes feministas nem sempre são felizes, embora entenda-se que sejam necessárias para estudar as diferenças e implicações nas formas das categorias utilizadas por cada postura, considerando que as perspectivas feministas radicais e que algumas perspectivas feministas pós-estruturalistas ou sob influência pós-estruturalista nunca deram descanso ao feminismo que se atrela, de alguma forma, ao marxismo ou a algum postulado marxista.

Arruzza (2017) complementa ao dizer que muitas confusões são feitas entre o feminismo socialista, o feminismo marxista e o feminismo materialista, uma forma de distinguir seria dizer que o feminismo socialista é uma designação que, no mundo anglófono, tem sido aplicada a um conjunto maior de teorias feministas do que apenas o feminismo marxista, incluindo também aquelas que desenvolveram uma teoria do patriarcado e tentaram combiná-la com a análise marxista do capitalismo.

Outra perspectiva que costuma não aparecer nas análises feministas hegemônicas e que aqui ganha destaque é o feminismo negro, que surge com maior protagonismo e registros também nos EUA na década de 70, nos embalos da segunda onda feminista.

A partir dessa primeira apresentação dos debates dentro do feminismo progressista é que pretendo agora aprofundar tais características, respondendo ou ao menos contribuindo para responder às indagações acerca da unidade de luta a ser construída e defendida.

1.2.1. A luta feminista e sua diversidade: o feminismo da teoria unitária, o da interseccionalidade, o feminismo materialista francófono

As contribuições da década de 60 foram extremamente frutíferas para o avanço nos estudos sobre a mulher. As feministas radicais ficaram assim conhecidas por estarem bastante preocupadas em denunciar as condições a que as mulheres eram submetidas. De acordo com estudos de Saffioti (2015), essa perspectiva foi falsamente atrelada a estudos weberianos devido ao uso do termo dominação.

³¹ Debate este que iniciei no artigo: PEREIRA, A.A. “Teoria” da reprodução social em debate: uma análise a partir do feminismo marxista socialista. Cadernos Cemarx, Campinas, SP, Ed. Especial, jan. 2022. Disponível em DOI: <<https://doi.org/10.20396/cemarx.v15in.esp.15998>>. Aqui pretendo apresentar a questão de forma mais aprofundada, ainda que sem a intenção de esgotar a questão.

Essa influência, contudo, pode ser encontrada no pensamento feminista francês de Comber e Haicault de 1984, quando as autoras situaram a dominação no campo político e a exploração no terreno econômico, explicitando assim uma abordagem funcionalista (SAFFIOTI, 2015).

Para entender o avanço de perspectivas descoladas do marxismo, e até críticas a ele, é preciso compreender que tais teóricas viveram um período de desilusões com o projeto socialista a partir do que seria, na verdade, a desilusão com o “socialismo real existente”, ou seja, com as medidas stalinistas e todas as retomadas de princípios capitalistas no bojo de uma sociedade que buscou construir no plano da realidade, sem as condições econômicas, culturais e sociais necessárias para galgar o projeto socialista, culminando em 1989 na queda do Muro de Berlim. Essa lembrança é importante para demarcar que em 1989 morre o projeto de “socialismo real existente” e não a Teoria Social de Marx ou o projeto socialista comunista científico.

Sobre isso Arruzza contribui ao dizer que:

A despeito de prosperar por um curto período, entre fins dos anos 1960 e 1970, o feminismo marxista, não obstante, passou por uma grande crise nos anos 1980, sob a pressão da literatura feminista que se desenvolveu, em grande medida, em antagonismo a uma “caricatura de Marx”, caracterizada por um determinismo, um materialismo vulgar, categorias cegas ao sexo, e por um reducionismo econômico (GIMENEZ, 2005, p. 11). A adoção na literatura feminista socialista de teorias de sistemas duplos, e depois triplos, que em suas várias formas e derivações ainda influencia fortemente uma porção significativa da literatura feminista materialista atual, não ajudou a confrontar e revisar de maneira adequada a teoria marxista tradicional (ARRUZA, 2018).

Christine Delphy, francesa, ficou conhecida como a fundadora do feminismo materialista, e junto das italianas Alisa Del Re e Mariarosa Della Costa, expoentes do feminismo operário italiano, desenvolveram teses sobre o trabalho doméstico realizado na família.

Estas autoras atribuíam um sentido produtivo marxista ao falar em exploração do trabalho reprodutivo desempenhado pelas mulheres na família. Contrariando algumas leituras marxistas, que identificam o trabalho produtivo somente como aquele que transforma a natureza diretamente, defendiam que o trabalho doméstico produz mercadorias, portanto, que produz valor.

Embora tenham corroborado da mesma crítica, obviamente suas análises trilharam caminhos opostos, centralmente, enquanto o feminismo operário defendia que o maior beneficiário dessa exploração seria o capital, as feministas materialistas defendiam que seria a “classe” masculina, representada na figura de um parente do sexo masculino como pai, irmão ou o marido.

O trabalho reprodutivo, contudo, de fato, não produz valor e mais-valor, pelo menos não diretamente, mas contribui para a garantia da reprodução social; logo, para a manutenção das forças produtivas, mais precisamente da força de trabalho, mercadoria primeira para o modo de produção capitalista.

Apesar de Marx (2013) reconhecer em *O Capital* que no valor da força de trabalho está compreendido tanto o valor das mercadorias necessárias à reprodução como roupas, comida e habitação, a análise careceu de maiores delineamentos e profundidade, complementados sagazmente por Arruzza quando aprofunda a questão, sinalizando que faltou “[...] ter em consideração um valor posterior, o do trabalho doméstico necessário para que o operário possa desfrutar destas mercadorias” (2010, p. 98-99), assim como é para trabalhadoras e trabalhadores em geral, não apenas à figura do operário.

De forma mais atual, e buscando também contribuir, lembro de formações em coletivos de educação popular, como o Jacuba de Hortolândia³² e o 13 de Maio³³, que articulam na região metropolitana de Campinas o curso *Como Funciona a Sociedade*, espaços esses que ensinam por meio de dinâmicas que os produtos não se levam sozinhos, que num processo produtivo de sapato não se cola a sola, costura o couro ou pesponta, mas é preciso uma/um trabalhadora/or que fará o processo, por exemplo, a trabalhadora cola a sola ao sapato, a trabalhadora com suas mãos, braços e pernas, com seu corpo, costura o couro do sapato.

Ou seja, não se trata de uma mão, mas de força de trabalho produzindo valor de uso. Da mesma forma é preciso demarcar que, se as/os trabalhadoras/es precisam de roupa, de comida e habitação, sendo este, em linhas gerais, um trabalho não assalariado e improdutivo, é realizado por uma trabalhadora que lava e passa as roupas, ou melhor, a trabalhadora lava, tempera, cozinha os alimentos, no uso não apenas de suas mãos, mas de sua força de trabalho.

A diferença aqui está no interesse do trabalho produtivo que gera valor e mais-valor para o capital diretamente, convertido em valor de troca, a partir da dialética interna e externa que envolve o que é a mercadoria.

³² Trata-se do Coletivo de Educação Popular Jabuca que organizava o antigo CAC — Centro de Arte e Cultura de Hortolândia — que ficava no bairro Rosolem. Espaço este que havia sido ocupado e revitalizado pelos militantes e educandos e que foi abruptamente fechado pela Secretaria de Cultura do Município para ser utilizado como Centro de Educação Infantil. Atualmente o município não conta com nenhum espaço de cultura municipal.

³³ O 13 de Maio NEP — Núcleo de Educação Popular — é uma entidade constituída no bojo do ressurgimento dos movimentos sociais, no início dos anos oitenta, ainda na ditadura militar, que vem desenvolvendo o trabalho de formação política, com viés anticapitalista, inicialmente em São Paulo e posteriormente em vários pontos do Brasil, por meio de centenas de educadores por ela formados.

Delphy, embora tenha analisado a questão para defender o valor produtivo no trabalho reprodutivo, foi uma das primeiras a lançar luz sobre esse aspecto, trazendo para o debate o que nomeou de “modo de produção doméstico”. É importante também lembrar de Danielle Chabaud-Rychter com a categoria “trabalho doméstico” (Kergoat, 2018; 2009).

Além dessas influências, houve também a psicanálise e seus desdobramentos que buscavam romper com a centralidade do debate da produção, ressaltando o caráter político do sexo e da sexualidade. No interior dos movimentos sociais haviam muitas divergências e até posições políticas distintas, por exemplo, no feminismo radical que buscava se desvencilhar tanto do feminismo socialista quanto do feminismo liberal, por compreender que representavam formas masculinas de interpretação do mundo.

A teoria que defende que patriarcado é um sistema distinto do capitalismo, que seria outro sistema, foi inicialmente desenvolvida em 1979 por Heidi Hartmann em um artigo nomeado *The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism*³⁴, ficando conhecida como teoria dos dois sistemas (ARRUZZA, 2010).

Hartmann (1978) entende que as categorias marxistas são *sex blind*, ou seja, cegas em relação ao sexo, para a autora, o capitalismo cria hierarquias internas à força de trabalho, mas as leis de desenvolvimento capitalistas não determinariam quem estaria destinado a ocupar os lugares nessas hierarquias. Destarte, defende que o conceito de classe é insuficiente para explicar como as hierarquias são constituídas.

A autora denota autonomia relativa ao que chama de sistema patriarcal, busca romper com a noção de estrutura universal capaz de ler tanto a historicidade quanto as transformações patriarcais. Para a mesma, tanto o sistema capitalista quanto o sistema patriarcal teriam leis específicas e responderiam a lógicas internas.

Para Hartmann (1978), contudo, é possível produzir uma teoria unificada que proporcione um casamento feliz, capaz de interpretar ambos os sistemas sem que nenhum seja reduzido em relação ao outro.

Estudiosas marxistas e socialistas se debruçaram sobre as teorias dos dois sistemas, como Michèle Barret que, de acordo com suas críticas (ARRUZZA, 2010), apesar de tentar romper com essa dualidade, acabou referendando-a em alguns momentos ao tentar demonstrar o papel da ideologia na construção da economia.

³⁴ Em uma tradução livre para o português o título seria: *O casamento infeliz entre marxismo e feminismo*.

Johanna Brenner e Maria Ramas, algumas das críticas de Barret, chegaram à conclusão de que se tratava na realidade de um sistema unitário. Além dessas, a primeira a falar nomeadamente na teoria do sistema unitário foi Iris Young. Debates esses que foram apropriados, aprofundados e defendidos por Cinzia Arruzza (2010; 2017).

Nas palavras de Arruzza,

Ao apoiar esta posição, Brenner e Ramas insistiram na importância da biologia na divisão sexual do trabalho que teve lugar no decurso do desenvolvimento capitalista do século XIX. O papel reprodutivo das mulheres, a falta de sistemas adequados de contracepção e a ausência de alternativas à amamentação entrariam em contradição com a plena participação na vida produtiva da fábrica. [...] esta combinação entre um fator biológico e um determinado tipo de desenvolvimento econômico teria dado origem à opressão específica das mulheres sob o capitalismo, baseada no sistema doméstico familiar (ARRUZZA, 2010, p. 133).

Em sua réplica, Barret, de acordo com Arruzza (2010), teria dito que as respostas às limitações biológicas sempre são sociais, seja para a mulher burguesa que resolve a questão do aleitamento materno com as amas de leite, seja para a mulher operária, cuja resposta foi a sua marginalização da vida produtiva.

Brenner e Ramas trazem elementos concretos da condição de vida das mulheres trabalhadoras e limitações biologicamente intrínsecas às mulheres que explicitam a tese, da qual corroboro, que, *embora o patriarcado não tenha surgido com e no capitalismo, este último o incorpora à sua maneira e de acordo com a sua necessidade* (ARRUZZA, 2010, grifos meus).

Arruzza (2010) ficou conhecida por ser defensora da teoria unitária, em alguns casos tal teoria foi até equivocadamente reconhecida como de sua autoria.

Cinzia Arruzza foi bastante influenciada em seu livro *Feminismo e marxismo entre casamentos e divórcios*, publicado pela primeira vez em 1983, por Nancy Fraser e Iris Young, vivendo um contexto em que o feminismo estava sob forte influência do pós-estruturalismo e de Michael Foucault.

Iris Young (1992[1981]), por sua vez, merece o destaque por ter sido a primeira a falar que o marxismo e o feminismo merecem uma teoria unitária, segundo a autora,

[...] a teoria do sistema dual não pode reparar o infeliz matrimônio [casamento] entre marxismo e feminismo. Há boas razões para acreditar que a situação da mulher não está condicionada por dois sistemas distintos de relações sociais que tenham estruturas, dinâmicas e histórias distintas. Mas, o marxismo feminista não pode se contentar com o mero “matrimônio” de duas teorias – marxismo e feminismo – que reflitam dois sistemas: o capitalismo e o patriarcado. Pelo contrário, o projeto do feminismo socialista deve desenvolver uma teoria única, aproveitando o melhor do marxismo e do feminismo radical, para compreender o patriarcado capitalista como um sistema,

no qual a opressão da mulher é um atributo central³⁵ (YOUNG, 1992, p. 1, tradução minha).

Ao invés do feminismo radical, acrescento, mais assertivo seria aproveitar o melhor do feminismo negro, considerando que o movimento condensa diversas expressões de exploração e opressão.

Young, assim como Hartmann, critica as posturas feministas radicais, dentre as questões levantadas, critica o patriarcado sendo interpretado como fenômeno psicológico e cultural, a-histórico e carecendo de materialidade. Diferente de Hartmann, contudo, Young não entende patriarcado e capitalismo como dois sistemas com interesses e lógicas distintas.

Esses debates levam Arruzza (2010) a discordar não apenas da existência de dois sistemas, como também a concordar com Young que o casamento entre feminismo e marxismo por conveniência também não seria uma feliz opção, como também a união por uma pretensa identidade de sexo/gênero inviabiliza a unidade com o movimento de trabalhadores.

Arruzza avança ao concluir que a relação entre capitalismo e patriarcado deve ser abordada com a complexidade que exige, por suas palavras:

Contrariamente às teorias que pensam a relação entre homens e mulheres em termos de exploração, o patriarcado como forma de organização de uma parte da produção cessou há algum tempo as suas funções: o que se mantinha foi superado pelo capitalismo. O processo foi, e é, tudo menos linear. O capitalismo, por um lado, cortou os laços econômicos fundados no patriarcado e, por outro, conservou e utilizou de diversas formas as relações de poder e a ideologia patriarcal. Desagregou a família enquanto unidade produtiva, mas utilizou-a e transformou-a profundamente para garantir o trabalho reprodutivo da força de trabalho (ARRUZZA, 2010, p. 135-136).

Ao retirar o trabalho produtivo do interior da família, exceto para casos de agricultura familiar, o capitalismo fabril resolve a necessidade burguesa de aumentar a produção para aumentar sua acumulação, gerando valor e mais-valor de forma intensificada pelas jornadas de trabalho. Em contrapartida, encontra um problema quando necessita incorporar mais força de trabalho, já que requisitou, a partir da politização do sexo da mulher, que realizasse o trabalho doméstico e/ou trabalho reprodutivo.

³⁵ No texto original em espanhol: [...] la teoría del sistema dual no puede reparar el infeliz matrimonio del marxismo y el feminismo. Hay buenas razones para creer que la situación de la mujer no está condicionada por dos sistemas distintos de relaciones sociales que tienen estructuras, dinámicas e historias distintas. Es más, el marxismo feminista no puede contentarse con un mero “matrimonio” de dos teorías – marxismo y feminismo – que reflejan dos sistemas: el capitalismo y el patriarcado. Por el contrario, el proyecto del feminismo socialista debe ser el desarrollar una teoría única, aprovechando lo mejor del marxismo e del feminismo radical, para comprender el patriarcado capitalista como un sistema en el cual la opresión de la mujer es un atributo central (YOUNG, 1992, p. 1).

Os resquícios do patriarcado pré-capitalista, incorporados às ideias do capitalismo, tornam-se ideologias ao passo que transformam a realidade. Nesse sentido, o patriarcado no capitalismo é uma ideologia em termos marxianos, o que implicou, ainda que brevemente, nas críticas marxianas a essa incorporação.

Nesse sentido, é importante retomar em Marx a ideia de que a propriedade privada aos moldes capitalistas também vigora na família. De acordo com seus escritos em 1845-1846, a propriedade privada no capitalismo

[...] corresponde já à definição dos economistas modernos, segundo a qual a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho alheia. Além do mais, divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas – numa é dito com relação à própria atividade aquilo que, noutra, é dito com relação ao produto da atividade (2012, p. 144).

Isso explicita que o capitalismo se beneficia da ideologia patriarcal para fins de exploração e superexploração ao criar hierarquias no interior da classe trabalhadora, transformando diferenças em desigualdades.

Nesse sentido, prefiro assim como Mészáros (2011) nomear o capitalismo de sociometabolismo ao invés de sistema, já que não se trata de uma simples estrutura, ou pior, uma divisão entre estrutura e superestrutura que compõe um sistema, mas um modo de produção da vida que é social e historicamente constituído a partir das relações sociais de produção, partindo do método materialista histórico dialético em sua ortodoxia, no sentido de que a categoria trabalho possui prioridade por ser ontológica ao gênero humano — ou seja, trabalhamos independentemente da lógica social vigente.

Arruzza, contudo, estava preocupada em demonstrar que para uma perspectiva que pretenda transformar essa realidade, seria mais interessante pensar na lógica da teoria *queer*, por suas palavras:

A teoria *queer* quer desconstruir o gênero, tal como o socialismo quer desconstruir a classe, [...]. A partir do caráter comum transformador e desconstrutivista é possível equacionar uma combinação de socialismo e desconstrução capaz de atacar conjuntamente a injustiça econômica do reconhecimento. Esta combinação é tanto mais necessária, quanto a opressão de gênero e a racial não são redutíveis a uma ou outra forma de injustiça, mas antes são constituídas por ambas (ARRUZZA, 2010, p. 129-130).

A autora contribui ao trazer para o debate tanto a questão de classe, quanto de raça e de sexo/gênero, mas sob nítida influência pós-estruturalista, ao falar em desconstrutivismo, desconstruir para reconstruir; independentemente disso, também se equivoca quando identifica que o socialismo quer **desconstruir** a classe. Talvez essa possa ser melhor entendida como uma

prioridade na luta sindical e operária, ou para o socialismo utópico, que está no interior da luta de classes. Não obstante, o socialismo marxista, e sua postura feminista, pretende **destruir** a sociedade capitalista e todas as suas formas de opressão.

Outro aspecto seria seu interesse em criticar as perspectivas que equivocadamente entendem o gênero/sexo como classe ou a classe como gênero. Ao fazê-lo, acaba incorrendo na pulverização das relações sociais, da luta de classes, como também reduz o debate ao pretender superar as opressões no limite das injustiças econômicas.

Associo as influências pós-estruturalistas a seus escritos da década de 1980, em que utilizava conceitos como “desconstrutivista”, ou ainda desconstruir gênero e desconstruir classe, já que em *Feminismo para 99%*, tanto ela quanto as demais autoras do livro apresentam uma perspectiva mais fortalecida para a luta anticapitalista, embora fiquem no limite da crítica e luta antineoliberal ao mistificarem o/a/es sujeito/a/es revolucionário/a/es ao falar em 99%, e não na classe trabalhadora assalariada.

Outra influência que desembocou em severas críticas a Arruzza foi o feminismo negro, embora a autora não tenha aprofundado na época a questão de raça/etnia, utilizando a categoria interseccionalidade para falar das relações sociais de classe, gênero/sexo e raça.

Para participar o leitor do processo de maturação da história feminista e da dialeticidade entre essas estruturas, no próximo item será abordado o conceito de interseccionalidade, gênese, polêmicas e principais autoras que o utilizaram. A partir deste aprofundamento, será possível fazer um movimento de retorno, compreendendo as críticas a Arruzza, suas defesas e contribuições mais contemporâneas.

Apesar de abrir o debate neste item com diversas autoras, é Cinzia Arruzza que ganha destaque pelo rigor analítico e histórico de suas obras. Ademais, saliento que este percurso de ir e vir se faz necessário, considerando que a teoria unitária não é adotada e defendida somente por autoras marxistas, como também pelo feminismo autonomista de Silvia Federici, que didaticamente será analisada junto a outro subitem, quando falando sobre a “teoria” da reprodução social, já que, de forma mais contemporânea, a autora se insere neste debate e utiliza o termo e categoria reprodução social.

1.2.2. O feminismo da interseccionalidade: a importância do feminismo negro norte-americano³⁶

³⁶ A crítica aqui se refere ao uso da interseccionalidade para compreender as relações sociais de raça-etnia, gênero-sexo e classe como adições, elementos interseccionados e não dinâmicos e relacionais com dinâmicas particulares em cada país, continente, considerando as particularidades sócio-históricas.

Destacada feminista socialista negra, uma das mais conhecidas e que contemporaneamente é também alvo de articulações e leituras equivocadas que tentam descolá-la de sua perspectiva revolucionária socialista, Ângela Davis é um dos centros da polêmica sobre interseccionalidade.

Na obra de Ângela Davis, recentemente traduzida para o português, publicada pela editora Boitempo *Mulheres, cultura e política*, a autora nos brinda com o processo de ruptura das mulheres afro-americanas com o movimento feminista americano, que as teria rechaçado pelo racismo e por não inserir suas pautas na luta pelos direitos das mulheres brancas burguesas e de classe média.

Em 1895, cem mulheres negras se reuniram em Boston sob a liderança de Josephine St. Pierre Ruffin para pensar uma organização nacional de mulheres negras (DAVIS, 2017).

O avanço no processo de consciência pode ser vislumbrado nos discursos proferidos pelas militantes deste movimento que, a princípio, posicionaram-se contra o racismo e na defesa das mulheres e dos homens negros. Mais adiante, discursaram que, na contrapartida das defesas de suas irmãs brancas, elas idealizavam um movimento de mulheres, dirigido por mulheres, aberto a todas as mulheres, em *prol* das lutas da humanidade, sem limites de cor. Colocaram-se como linha de frente, propuseram-se a não alienar, nem afastar, mas unir (LERNER, Gerda *apud* DAVIS, 2017, p. 15-16).

A proposta deste movimento de mulheres negras é tão atual que faz arrepiar. As análises de Davis explicitam que as reivindicações das mulheres negras convergiam com os interesses das demais mulheres da classe trabalhadora, a preocupação era o “pão” e não o voto.

Diferente das necessidades das mulheres brancas burguesas e de camadas médias, a pauta das mulheres da classe trabalhadora da época era composta por: salários mais altos, melhores condições de trabalho e fim do risco de linchamento.

Entretanto, com o tempo, foram compreendendo a importância do voto enquanto um instrumento possível para a luta de classes. É neste exato contexto que Davis reflete sobre o “empoderamento” como um processo do coletivo de mulheres afro-americanas. Segundo Davis,

[...] quando refletimos sobre o processo de empoderamento das mulheres afro-americanas, nossas estratégias mais eficazes continuam sendo aquelas guiadas pelo princípio adotado pelas mulheres negras do movimento associativo. Precisamos nos esforçar para “*erguer-nos enquanto subimos*”. Em outras palavras, devemos subir de modo a garantir que todas as nossas irmãs, independentemente da classe social, assim como todos os nossos irmãos, subam conosco (DAVIS, 2017, p. 17, grifos meus).

A autora enfatiza como princípio “*erguer-nos enquanto subimos*” no processo de “empoderamento”, pois avalia que o que está no centro da questão é a vinculação do movimento de mulheres afro-americanas às lutas progressistas mais cruciais, aqui entendidas como lutas mais imediatas da classe trabalhadora.

Milhões de mulheres estão hoje preocupadas com empregos, condições de trabalho, salários mais altos e violência racista. Elas estão preocupadas com o fechamento de fábricas, com falta de moradia e com a legislação migratória repressiva. Estão preocupadas com a homofobia, o idadismo³⁷ e a discriminação contra pessoas com deficiência. Estamos preocupadas com a Nicarágua e a África do Sul. [...] Essas são *algumas das questões que devem ser incluídas na luta geral pelos direitos das mulheres, caso exista um compromisso sério com o empoderamento daquelas mulheres que têm sido historicamente submetidas à invisibilidade. Essas são algumas das questões que devemos considerar se queremos erguer-nos enquanto subimos* (DAVIS, 2017, p. 17, grifos meus).

As contribuições de Davis são tamanhas para a compreensão e a militância na luta de classes, com destaque para a condição das mulheres trabalhadoras negras e não negras norte-americanas.

Neste mesmo contexto, mais precisamente entre 1974 e 1979 em Boston, havia um coletivo de mulheres negras e lésbicas chamado de Coletivo Combahee River³⁸. Esse coletivo surge da busca de mulheres negras aguerridas por falarem de suas condições de vida, não encontrando eco nem no movimento negro, que tratava majoritariamente da condição de vida dos homens negros; nem nos movimentos operário e socialista, que estavam centrados na questão de classe; e nem no movimento feminista, que não tratava das diferenças entre as condições de vida entre as mulheres negras e não negras, sendo tomados por posturas eurocêntricas, assim como o movimento operário da época.

O movimento deve ser considerado um marco para as lutas contra as formas de opressão, apesar de entenderem essas relações sociais de opressão como interseccionadas, já que em um de seus manifestos (2019) utilizaram esse termo e propuseram políticas de coalisão de interesses progressistas, pelo compromisso contra a opressão racial, sexual, heterossexual e de classe.

³⁷ Idadismo é uma tradução para o português do termo em inglês *ageism*, que se refere a atitudes preconceituosas e discriminatórias.

³⁸ Importante citar que tomei conhecimento da existência e representatividade deste coletivo a partir dos estudos da Prof.^a Dr.^a Renata Gonçalves em ATP — Atividade Programada ministrada pela mesma no Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUCSP, com a organização da Prof.^a Maria Beatriz Costa Abramides e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento Marxista — NEAM, do qual tenho a honra de participar como pesquisadora. O NEAM, assim como a Prof.^a Renata faz nos espaços por onde passa, está buscando fomentar o debate da questão étnico-racial atrelada ao debate de classe, gênero/sexo e sexualidades no interior das disciplinas dos cursos de Serviço Social em todos os níveis.

Sobre este último aspecto, inclusive, falavam sobre a condição das mulheres negras trabalhadoras. As militantes falavam em sistemas de opressão interligados, pensando a classe como indissociável do sexo.

O termo interseccionalidade surge, portanto, no interior do movimento de mulheres negras norte-americanas e merece ser tratado em um item à parte, já que é símbolo de um processo de reivindicações de pautas particulares a mulheres e homens negros da classe trabalhadora, indo contra e escancarando a crítica aos movimentos operários, movimentos negros e movimento de mulheres brancas que não lhes davam ouvidos, nem espaço.

Notadamente, a autocritica demorou para ser realizada, mas se encontra em processo e formulação pela perspectiva feminista socialista marxista, assim como por diversos coletivos e partidos de orientação socialista, comunista e revolucionária. No Brasil, contemporaneamente, diversos coletivos explicitam em suas bandeiras de luta tais questões, como o Movimento Revolucionário dos Trabalhadores (MRT), os textos publicados pelo Esquerda Diário — jornal online —, além do movimento Polo Socialista, que tem sido construído desde meados de 2020 tanto pelas organizações já citadas como por outras como o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados).

Ainda sobre os textos da década de 80, Arruzza (2010) trabalhou adotando ao seu debate o conceito interseccionalidade.

Na esteira do Coletivo Combahee River da década de 70 nos EUA, que já havia explicitado a interseccionalidade como um conceito que surge no interior dos movimentos, tratando da interseccionalidade entre as questões de gênero/sexo, raça e classe, é Kimberlé Williams Crenshaw quem publiciza, aprofunda e defende o termo a partir dos anos 80 no interior das lutas antirracistas e de mulheres negras nos EUA.

Crenshaw é uma militante feminista do movimento negro norte-americano, esse fato é determinante não só para compreender Crenshaw, como Ângela Davis (2017), que também defende que as opressões sejam tomadas em conjunto, mas em pé de igualdade, afirmando que raça, gênero e classe estão em intersecção.

Crenshaw, formada em Direito, desde a década de 80 escreve sobre a interseccionalidade e as lutas por direitos para a população negra. Em 1982 escreveu o artigo: *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a black feminist theory and antiracist politics*³⁹.

³⁹ Por uma tradução livre seria: *Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma teoria feminista negra e as políticas antirracistas*.

O título já explicita que, ao estudar as análises que falam exclusivamente de gênero ou exclusivamente de raça, pretende propor a intersecção necessária entre ambas, demonstrando como essas análises beneficiam determinados grupos privilegiados e apagam as mulheres negras e as suas demandas (CRENSHAW, 1983).

O texto de Crenshaw de 1983 contribui em grande medida ao chamar atenção para a questão da mulher negra tanto dos movimentos feministas, principalmente o feminismo antirracista, assim como do movimento negro, demonstrando como as políticas antirracistas precisavam abarcar as necessidades postas pelas condições de vida dessas mulheres.

Notadamente, havia uma busca por acesso a políticas sociais que considerassem as particularidades dessas mulheres negras, ou seja, discutir os limites e até a falta de consideração das mulheres negras na emancipação política, isto é, insuficiências na emancipação civil e jurídica das mulheres negras.

Se naquele momento a questão de classe não foi colocada, em outros textos a autora insere o debate da classe, mas de forma sempre incipiente e marginal. Em 2002, Crenshaw define e defende a interseccionalidade, buscando diferenciá-la das demais formas de compreender a realidade que falam em sistemas múltiplos, ao dizer que:

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A autora entende classe, gênero/sexo, raça e etnia como formas de opressão, e mais, como sistemas distintos que se interseccionam, construindo sistemas discriminatórios, ou seja, trabalha com a ideia de que existem sistemas de opressão que se interseccionam, criando novos sistemas de opressão. Além disso, diz que não somente a interseccionalidade lida com a explicação das formas de opressão, como elas se relacionam. Faz tais análises na busca por criticar formas de ações e políticas que “desempoderam”.

A interseccionalidade representa uma expressão de pautas legítimas da classe trabalhadora, notadamente, das mulheres negras, mas além de criar sistemas que se transformam em

mais sistemas, num movimento interminável de criação de sistemas, limita-se a reivindicar políticas e ações de “empoderamento”, que na atual conjuntura se transfiguram em inserção no mercado de trabalho, transferências de renda e empréstimos para mulheres se tornarem aspirantes a empreendedoras, condicionando uma maioria dessas como endividadas e até falidas.

A interseccionalidade está mais para feminismo liberal e neoliberal, a depender do autor que incorpora essa noção, que para uma postura que se proponha a superar o capitalismo. Além disso, embora cite a classe, prende-se à interdependência das relações de gênero/sexo e raça.

Ocorre que a crítica à interseccionalidade está na diluição da questão de classe como mais uma forma de opressão, e não como base fundamental para a compreensão da exploração do modo de produção da sociedade capitalista.

Em última análise, o problema deste conceito é que, ao diluir a questão de classe, prioriza o particular em detrimento do universal, ou seja, a autora permite inverter as questões, o que dá margem a pensar que as lutas identitaristas possuem capacidade e estratégia revolucionária por si mesmas, podendo cada opressão ser totalmente superada individualmente.

Em segundo lugar, Crenshaw é bastante tomada em suas análises por sua formação em Direito, que a leva a acreditar piamente que levar as lutas para o interior do corpo jurídico, ou seja, judicializar as questões seja uma das melhores formas de lidar com as opressões, o que não se reverbera no plano da realidade, considerando as inúmeras perdas quando se toma o direito burguês não como meio, mas como fim.

Em Crenshaw (2002) há uma tentativa de amplitude do debate, ao trabalhar com conceitos como interseccionalidade estrutural, que remeteria à posição de mulheres negras na intersecção entre gênero e raça, que considera uma série de vulnerabilidades a que as mulheres negras são expostas, numa lógica violenta estrutural.

A autora fala também em interseccionalidade política, que seria a intersecção entre políticas feministas e antirracistas para pôr fim à violência contra as mulheres negras. Mas a questão de classe, embora seja reconhecida como existente, não é aprofundada.

Arruzza, na década de 80, utilizou em seus escritos o termo interseccionalidade e foi bastante criticada pelas feministas materialistas francófonas, assim como Crenshaw. Em entrevista recente, Arruzza (MARCELINO; TORRE, 2020) diz que entende a interseccionalidade não como uma teoria, mas como um campo, na esteira das contribuições sobre o debate por Patrícia Hill Collins, ou seja, trata-se de uma abordagem e não de uma teoria. Alerta, entretanto, para o fato de existirem várias tendências dentro deste campo.

Segundo Arruzza (MARCELINO; TORRE, 2020), Ângela Davis se reivindica como teórica da interseccionalidade, mas, diferente de outras teóricas desta linha, traz uma robusta crítica ao capitalismo em suas análises.

Arruzza também agrega quando avalia que esse ponto é central, porém, para ela, essa argumentação é melhor retratada pela teoria da reprodução social. Reconhece, entretanto, a grande contribuição do feminismo negro ao evidenciar o papel crucial da questão racial para compreensão dos distintos tipos de subjetividades e experiências subjetivas, destacando a ideia heterogênea do que significa ser mulher.

De forma mais contundente, Arruzza explica que:

O problema está no nível da teoria. Então, em outras palavras, que tipo de explicação do capitalismo temos? Eu quero dar um exemplo. Na introdução da teoria da interseccionalidade de Hill Collins, em um de seus livros recentes com outro teórico da interseccionalidade, tratam em algum momento do microcrédito. Em primeiro lugar, eles dão uma descrição bastante diferenciada e sofisticada da interseccionalidade, levando em consideração as várias diferenças internas e também abordagens desafiadoras e críticas da interseccionalidade que tendem a pensar que raça, gênero e classe são basicamente eixos autônomos que se cruzam, e eles têm uma concepção muito mais sofisticada e nuançada da constituição interna desses vários eixos. Mas o que acontece quando discutem o microcrédito (há um capítulo sobre o qual eles apresentam o microcrédito como abordagem, método e solução de interseccionalidade)? Eles levam em consideração a complexidade da situação das mulheres racializadas no mundo pós-colonial e assim por diante. Claro, você pode escrever isso, mas apenas se tiver uma teoria melhor do capitalismo e de como funciona a acumulação capitalista. Porque a falta desse entendimento pode levar você a pensar que uma maior financeirização e criação de mais dívidas ajudarão e emanciparão essas mulheres se elas realmente tiverem de fato a oportunidade de criar seus próprios pequenos negócios (MARCELINO; TORRE, 2020, p. 157-158).

A citação é um pouco grande, mas o exemplo dado pela autora vale mais que mil palavras. Além do microcrédito não resolver a questão socioeconômica, a piora, na medida em que financeiriza suas vidas, endividando-as.

Se um termo é tão controverso e está muito mais enveredado para a perspectiva neoliberal de inserção social, ainda que de forma progressista, cabe criticá-lo teórico e praticamente, ou seja, não apenas no âmbito acadêmico, mas problematizando junto aos coletivos progressistas que se veem assolados por tentativas de capturas ideológicas neoliberais.

Portanto, problematizar qual é o projeto societário que orienta determinada categoria ou projeto coletivo é central. Além disso, na interseccionalidade não há relação dialética, mas a sobreposição e interposição de opressões.

Ao desconsiderar as fronteiras de classes, a interseccionalidade dá margens ao entendimento, por exemplo, de que Michele Obama (ex-primeira dama, primeira mulher negra a ocupar esse lugar nos EUA de 2009 a 2017) ou Condoleezza Rice (ex-Secretária de Estado no

governo de George Bush entre 2005 e 2009) estariam do mesmo lado que as lutas das mulheres trabalhadoras por serem mulheres negras.

Condoleezza Rice participou de um dos governos mais sanguinários da história em matéria de opressão de povos historicamente explorados e oprimidos, por guerras e por medidas contra esses países, como governo imperialista hegemônico a nível mundial.

A história mostra em sua dialeticidade que Michele Obama fez parte ativamente do governo imperialista norte-americano, que em momento algum diminuiu a repressão sobre negras e negros nos EUA. Isso não significa dizer que somente mulheres da classe trabalhadora podem compor a luta, mas que a questão de raça não pode ser tomada de forma agregadora sem definir quem está ao lado de quem na luta revolucionária.

Expoente da crítica ferrenha tanto da teoria unitária quanto da teoria da interseccionalidade é o feminismo materialista francófono, o qual passo a dialogar mais detidamente agora.

O feminismo materialista francófono criticou ferrenhamente Arruzza, tendo por cerne polemizar se existe um ou mais sistemas e de que forma eles se relacionam.

Em contraposição ao feminismo da interseccionalidade que fala para mulheres negras, o feminismo materialista de Delphy, Kergoat e Falquet fala para a realidade francesa, preocupa-se com a luta pela igualdade entre a classe de mulheres e a classe de homens. Por sua artéria materialista, de forma mais contemporânea, além de falar em duplos e triplos sistemas, fala da consubstancialidade e coextensividade ou imbricação entre determinantes sociais — tidos de forma universal — como a classe, o sexo e sexualidades, raça/etnia, considerando as demais formas de opressão como marcadores sociais.

1.2.3. O feminismo materialista francófono: contribuições entre rebocos e fraturas

Além das teóricas da perspectiva unitária e da teoria da interseccionalidade, como venho apresentando, em um embate direto com essas perspectivas que atualmente é reinserido nos debates brasileiros e também no Serviço Social brasileiro por Mirla Cisne, é a perspectiva feminista materialista francófona, que partindo dos estudos de Christine Delphy, dentre outros da década de 70, vai contribuir em maior medida a partir da década de 80, ancorada nas contribuições de Danièle Kergoat e, mais recentemente, também contemplada em Juliet Falquet (2008).

Kergoat em seus textos iniciais ainda falava em patriarcado e se aproximava bastante da teoria dos sistemas duplos, o que a fez considerar a existência de uma classe de mulheres antagônica a uma classe de homens.

Para Kergoat (2009), entre os anos 1960 e 1970 havia uma obrigatoriedade em seguir referências marxistas. Sua crítica está principalmente centrada no foco dos debates na questão de classe e do trabalho produtivo.

Nesse sentido, considera que grandes avanços puderam ser conquistados quando tal obrigatoriedade foi afastada como a discussão que aproxima o trabalho doméstico ao trabalho profissional, podendo assim atingir a categoria divisão social sexual do trabalho, que se apresenta corriqueiramente de forma mais reduzida como divisão sexual do trabalho.

Um dos estudos mais antigos de sua autoria indicados para leitura de sua obra foi o texto *Ouvriers=ouvrières?, Critiques de l'économie politique*⁴⁰, publicado pela primeira vez em francês em 1978.

Além de se preocupar em retratar as condições de trabalho das mulheres, Kergoat buscava demonstrar a heterogeneidade e contradições no interior da classe operária geradas pela desigual condição entre os sexos. Por seus estudos empíricos comprovou que, embora naquelas experiências as mulheres produzissem mais e com melhor qualidade que os homens, viam-se em condições restritivas para mudança de cargos e melhores salários, assim como para o acesso à qualificação profissional.

Defendeu que o conceito de superexploração era insuficiente para dar conta daquela realidade. Em suas palavras:

[...] o conceito de superexploração torna-se insuficiente para dar conta da realidade, pois os fenômenos de discriminação não são apenas quantitativos, mas também qualitativos (os movimentos de desqualificação/sobre qualificação não são mais ou menos fortes segundo os sexos, eles vão em sentidos diferentes): *a divisão técnica e social do trabalho se justapõe estritamente à divisão sexual do trabalho*. Logo, esta análise necessita, no plano metodológico, que toda e qualquer abordagem do trabalho feminino seja feita em conjunto com a análise do estatuto e do lugar das mulheres no universo da reprodução: tempo de trabalho assalariado e tempo de trabalho doméstico, aprendizagem social pela menina do papel de futura mulher e desqualificação feminina, etc., devem ser analisados simultaneamente (KERGOAT, 2009, p. 36, grifos da autora).

As análises revelam que a questão da mulher no mercado de trabalho e da inferiorização do trabalho feminino possuem lastros muito mais complexos que remontam a toda a condição de vida a que meninas, moças e mulheres filhas da classe trabalhadora são submetidas. De modo

⁴⁰ Primeira publicação: *Critiques de l'économie politique*, nova série, n. 5, outubro-dezembro de 1978, p. 65-97. O título em português é "Operários=operárias? Proposições para uma articulação teórica de duas variáveis: sexo e classe social. Disponível em: <https://soscorpo.org/wp-content/uploads/Lutar_DizemElas_Ed_SOS_Corpo.pdf>. Acesso em 12 out. 2021.

inverso, os meninos, moços e homens tiram de suas vivências condições de maiores possibilidades tanto para a vida política, quanto econômica, cultural e social.

Naquele momento a autora ainda trabalhava com a ideia de que capitalismo e patriarcado — noção que veio a abandonar — revezariam-se como formas de exploração e dominação das mulheres, constituindo um sistema integrado que compreende uma complexificação tamanha que barra as possibilidades de mobilidade social das mulheres operárias.

Em 1984, Kergoat (2009) junto a Delphy analisam que a ruína da família, enquanto entidade natural e biológica, está no momento em que este âmbito passa a ser pensado como lugar de trabalho. O que anteriormente era pensado somente em termos de trabalho produtivo, naquele momento passava a ser pensado como categoria trabalho assalariado e as diversas formas de exercer atividades remuneradas. As autoras buscavam contribuir para a superação da ideia do trabalhador masculino, qualificado e branco.

Os estudos e as aproximações entre as teóricas e militantes feministas materialistas francófonas ganharam contornos determinantes com a institucionalização de suas ações pela criação da APRE — Oficina de Produção e Reprodução (em francês APRE — *Atelier Production Reproduction*) — e do CNRS — Centro Nacional de Pesquisa Científica (em francês CNRS — *Centre National de Recherche Scientifique*) —, regulamentadas a partir de 1985, instituições que organizaram o evento internacional em 1987 em Paris chamado “Relações sociais de sexo: problemáticas, metodologias, campos de análise”. Além disso, foram feitas publicações dos estudos provenientes desses espaços.

Os estudos feministas, assim como os movimentos feministas, não eram bem aceitos, mesmo na academia, o que levou muitas estudiosas a repensarem o termo feminista, que equivocadamente era entendido como mulheres contra homens, ou uma disputa pelo fim do patriarcado em prol da instituição do matriarcado — que nem foi cientificamente comprovado ter existido, e que geralmente é confundido com as sociedades matrilineares⁴¹.

Kergoat (2009) contribui ao questionar esses movimentos sobre o motivo pelo qual deixaram de interrogar e reinterrogar a sociedade do salário acerca do não assalariamento do trabalho doméstico, preferindo falar em “duplas jornadas”, “acúmulo de funções”, colocando o trabalho doméstico como um apêndice do trabalho assalariado.

⁴¹ Sociedades em que a mulher se relaciona com parceiros e companheiros livremente, assim, suas filhas e filhos possuem garantias para identificar a mãe pelo nascimento. Definir a paternidade não é central, há uma socialização muito maior do cuidado e educação das crianças.

Esse desprezo pelos debates do trabalho doméstico e privilégio dos trabalhos assalariados levaram a discutir iguais condições de trabalho assalariado, trabalho em tempo integral e parcial, reduzindo o debate das relações sociais de sexo ao acesso a políticas de cidadania e igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

Ou seja, mais uma vez, ganham espaço as perspectivas que restringem o debate da luta de classes e das condições de vida das filhas da classe trabalhadora ao acesso à liberdade civil e jurídica da emancipação política.

Kergoat analisa de forma bastante coerente que tais prejuízos

[...] efeitos conjugados do desemprego em massa e das “novas formas de emprego”, do crescimento do neoliberalismo, do declínio numérico da classe operária tradicional, da queda do Muro de Berlim, com suas consequências políticas e ideológicas – o esvaziamento da análise em termos de relações sociais acima da lógica econômica não poupou nenhum setor das Ciências Sociais (KERGOAT, 2009, p. 70).

Embora o período fosse incompatível com formas estratégicas práticas, e que as leituras mais progressistas estivessem iniciando um processo que se alastra até a contemporaneidade de descrédito de teorias macroestruturais, a perspectiva feminista francófona resistiu no plano teórico e político, teorizando que a divisão sexual do trabalho é socialmente construída de forma sexuada como resultado das relações sociais, mais precisamente nas relações sociais de sexo, tendo por características que as mulheres são relegadas à esfera reprodutiva e os homens à produtiva, combinada à função social dos homens de ocupar espaços de forte valor social agregado, tais como: o âmbito político, o religioso e o militar.

Isso leva a estudiosa a contribuir com a luta anticapitalista quando conclui que a prioridade por entender as condições de vida das mulheres como construções sociais emanadas das relações sociais de sexo consiste em compreender que esta é tão mutável, ou melhor, transformável, quanto as outras formas de divisão social do trabalho. Por suas palavras, explica que:

Assim, problematizar em termos de divisão sexual do trabalho não remete a um pensamento determinista; ao contrário, trata-se de pensar a dialética entre invariantes e variações, pois, se supõe trazer à tona os fenômenos da reprodução social, esse raciocínio implica estudar ao mesmo tempo seus deslocamentos e rupturas, bem como a emergência de novas configurações que tendem a questionar a própria existência dessa divisão (KERGOAT, 2009, p. 68).

As contribuições do feminismo materialista francófono são inestimáveis para o avanço dos debates, bem como das lutas políticas e disputas de narrativas dentro dos movimentos feministas.

Diferente do que se pensa quando se questiona a gênese do movimento feminista, Kergoat (2009) afirma que ele não surge com a questão do aborto, mas com a tomada de

consciência da opressão específica da mulher evidenciada por uma massa de trabalho realizada gratuitamente, considerada invisível e natural, por amor ou por dever, aspectos estes já comprovados historicamente também nesta pesquisa.

Segundo a pesquisa que construí até este momento, não se pode falar em feminismo, mas sim em feminismos. Muitos foram os levantes de resistência de mulheres ao longo da história como sinalizado a partir de Vogel, Federici, Schwarcz, Saffioti, Gonzalez, Gonçalves e outras. Mas no capitalismo é indiscutível que a classe divide as mulheres, ficando explícita a contradição de classe, coexistindo tanto movimentos de mulheres por melhores condições de trabalho — como a revolta das tecelãs em 1824, que fecharam as portas da fábrica de tecido Pawtucket em Rhode Island nos EUA, fazendo a primeira greve de mulheres na história dos EUA —, por melhores condições de vida — como a revolta das mulheres por pão e leite na antiga Rússia Czarista — como também a luta por acesso à emancipação política para atingir a liberdade civil e jurídica que era gozada apenas pelos homens, mais precisamente construídas pelas francesas e inglesas em fins do século XIX e início do século XX.

Dentre os feminismos, o materialista francófono ganha inúmeras adeptas por trabalhar com o conceito de relações sociais de sexo, publicado em verbete do Dicionário Crítico Feminista, no qual Kergoat refere que:

A relação social é, em princípio, uma tensão que atravessa o campo social. Não é alguma coisa passível de reificação. Essa tensão produz certos fenômenos sociais e, em torno do que neles está em jogo, constituem-se grupos de interesses antagônicos. Em nosso caso, trata-se do grupo social homens e do grupo social mulheres, os quais não são em nada passíveis de serem confundidos com a dupla categorização biologizante machos-fêmeas. Esses grupos estão em tensão permanente em torno de uma questão: o trabalho e suas divisões (KERGOAT, 2009, p. 71).

Afirmar que a relação social atravessa o campo social causa certa estranheza, considerando que são as relações sociais entre sujeitos sociais que constituem uma sociedade.

De fato, as relações sociais no capitalismo se encontram tensionadas a partir daquilo que é ontológico do ser social, o trabalho que, uma vez alienado, volta-se contra a/o sujeita/o que o produziu de forma fantasmagórica a ponto de a/o mesma/o não se reconhecer no produto de seu trabalho, a partir da abstração do trabalho em trabalho coletivo, enquanto trabalho socialmente produzido.

O trabalho assalariado, explorado, quando na qualidade de trabalho produtivo gera valor e mais-valor, o que implica na exploração da classe trabalhadora pela classe burguesa. Essa relação antagônica entre classes é socialmente construída e historicamente datada.

Homens e mulheres são construções sociais fruto das relações sociais, grupos diferentes que a partir do patriarcado tem suas condições de diferenças não apenas biológicas, mas sociais, transformadas em formas de desigualdade, remetendo à mulher a inferioridade.

Embora a mulher se encontre na condição de inferiorizada em relação à condição privilegiada do homem, isso não as/os faz de grupos dicotômicos e com interesses antagônicos em essência, mas somente na aparência das relações sociais de produção reificadas.

Kergoat não só desconsidera o processo de consolidação do patriarcado em cada sociedade de classe, como pinça das relações sociais o grupo dos homens e o grupo das mulheres para afirmar uma disputa por trabalho e suas divisões, que remete por essência à concorrência instaurada na classe trabalhadora independente do sexo, e que é usurpada pelo capitalismo como melhor lhe convém.

Assim, Kergoat cria uma relação social de sexo de certa forma autonomizada em relação às demais relações sociais, como se houvesse uma forma de dividir essas relações sociais em relações sociais de produção, relações sociais de sexo, relações sociais racializadas, ainda que a localize no interior das relações sociais.

Obviamente que a autora se localiza, assim como se define no feminismo materialista, tomando uma noção enviesada denotada ao marxismo que lê a sociedade dividindo-a entre estrutura e superestrutura. Além disso, se minhas conjecturas estão corretas, segundo a perspectiva marxiana, Kergoat o faz se baseando em uma interpretação equivocada de relações sociais e de relações sociais de produção.

Há aqui uma polêmica bastante complexa, mas que penso poder ser resolvida a partir dos estudos de Marx em sua crítica ao pós-hegelianismo, mais precisamente aqui a crítica ao materialismo feuerbachiano. Obviamente não tenho a intenção de esgotar o debate, mas de lançar luz a elementos que possam contribuir para o debate feminista classista comunista, antirracista, antipatriarcal, antissexista e antiLGBTQIA+fóbico com o qual corroboro.

As análises que passo a fazer agora não devem ser novidade para muitos teóricos que conhecem profundamente a obra marxiana, mas para muitas feministas, marxistas, como também para profissionais do Serviço Social e áreas afins, esse debate contribuirá de forma inovadora para seus processos reflexivos.

Segundo Marx:

A “concepção” [teórica] feuerbachiana do mundo sensível limita-se [O sensível (V.M.)], limita-se por um lado, à mera contemplação deste último e, por outro lado, à mera sensação; ele diz “o homem” em vez de os “homens históricos reais”. “O homem é, na realidade, ‘o alemão’” (MARX, 2012, p. 136).

Em Kergoat também há um apagamento do mundo em privilégio do sensível, fazendo com que ela tome “a mulher” em vez de tomar “as mulheres históricas reais”. Essa mulher da qual fala, portanto, é uma caricatura, “a francesa”. Em um primeiro momento isso não seria um problema, já que decifrar o local também pode levar a desvelar elementos universais, mas tudo depende do caminho analítico adotado.

O problema fica mais evidente quando Kergoat fragmenta o mundo em céu e terra, dizendo que:

O conteúdo da expressão “relações sociais de sexo” é controverso. Para tornar precisos os termos, lembremos que o idioma francês tem a vantagem de propor duas palavras: *rapport* e *relation*. Uma e outra recobrem dois níveis de apreensão da sexualização do social (tornar o social sexuado) (KERGOAT, 2009, p. 72).

Primeiramente o que ela vê como vantagem na língua, na verdade, conforma perfeitamente com a sua forma francesa de interpretar a realidade francesa sensível como realidade do mundo real. Em segundo lugar, parece óbvio, mas carece de pontuar que não se torna o social sexuado, ele é sexuado e só aparentemente assexuado, pois as relações sociais são permeadas por relações sociais de sexo, quer queiram as perspectivas conservadoras e repletas de tabus ou não.

Ainda em Kergoat,

A noção de *rapport* social aborda a tensão antagônica que se desenrola, em particular, em torno da questão da divisão sexual do trabalho e que termina na criação de grupos sociais com interesses contraditórios. A denominação *relations* sociais remete às relações concretas que os grupos e indivíduos mantêm. Assim as formas sociais “casal” e “família”, que podemos observar em nossas sociedades, são ao mesmo tempo expressão das relações (*rappports*) sociais configuradas por um sistema patriarcal e também espaços de interação social que vão, eles mesmos, recriar o social e dinamizar parcialmente o processo de sexualização do social (KERGOAT, 2009, p. 72).

A preocupação em comprovar a existência de um sistema patriarcal autônomo ao sistema capitalista a faz concluir, por meio de sua contemplação do mundo sensível, que as relações sociais entre os sujeitos reais sociais são um âmbito e que o “*rapport*” seria a expressão sintética das determinações forjadas a partir dos antagonismos entre as duas classes por ela criadas, “classe de mulheres” e “classe de homens”, no interior das “*relations*” sociais da divisão sexual do trabalho. Essa síntese, “*rapport*” social, recria o social e redinamiza o processo de sexualização social.

Não obstante, é nas relações sociais reais, concretas, objetivas-subjetivas que se constituem as determinações sociais que implicam valores, crenças, a moral e a ética, mas as

questões subjetivas não formam uma nuvem no céu da sociedade ou de uma estrutura que pela chuva recria o social e redinamiza o processo de sexualização.

Embora a metáfora pareça didática, compromete a noção de que as relações sociais em si são objetivas-subjetivas e que as/os sujeitas/os sociais fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, dependem de condições concretas, subjetivas-objetivas.

Concordo que o debate não seja de ordem epistemológica, mas de ordem política, porém, a problemática de tomar a parte como um todo se evidencia ainda mais quando Kergoat fundamenta que:

Trata-se: 1) de compreender historicamente como as relações sociais tomaram corpo nas instituições e legislações (o casal, a família, a filiação, o trabalho, o Código Civil etc.) que têm por função cristalizar tudo, legitimando o estado das relações de força entre os grupos num momento dado (Scott, 1990); e 2) expor as novas tensões geradas na sociedade, procurando compreender como elas deslocam as questões e permitem potencialmente deslegitimar as regras, normas e representações que apresentam como grupos “naturais” os grupos sociais constituídos em torno dessas questões. Em síntese, é poder pensar a utopia enquanto se analisa o fundamento social (KERGOAT, 2009, p. 72).

Compreender historicamente as questões, em Kergoat, remete às questões que partem do capitalismo e não da humanidade pensada universalmente. Ocorre que o capitalismo é apenas uma forma socialmente determinada, forjada a partir da mudança do modo de produção. A autora pinça a sociedade contemporânea, trabalha com a noção de continuidade de um sistema de opressão da classe de mulheres pela classe de homens, que agora seria composta por grupos de sexo não mais “imutáveis”, partindo do pressuposto de que anteriormente essas relações seriam estáticas e imutáveis. Assim como Feuerbach, que

Para remover essas coisas, ele tem, portanto, que buscar refúgio numa dupla contemplação: uma contemplação profana, que capta somente o que é “palpável”, e uma contemplação mais elevada, filosófica, que capta a “verdadeira essência” das coisas. Ele não vê como o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada imediatamente por toda a eternidade e sempre igual a si mesma, mas o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveram sua indústria e seu comércio e modificaram sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas (MARX, 2012, p. 136-137).

Em 2006, contudo, Kergoat (2010) avança em suas conjecturas por buscar contemplar as particularidades em seus estudos. O problema é que esse despertar entra em contradição com a sua consciência e seu sentimento a partir de sua forma de ler o mundo sensível. É assim que a autora passa a defender uma dinâmica de consubstancialidade entre as relações sociais de sexo, classe e raça. Assim como Feuerbach, a autora parece que “[...] na *contemplação* do

mundo sensível, ele [ela] se choca necessariamente com coisas que contradizem sua consciência e seu sentimento, que perturbam a harmonia, por ele pressuposta, de todas as partes do mundo sensível e sobretudo do homem com a natureza” (MARX, 2012, p. 136). Ao ser interpelada, a autora responde que:

Desde os anos de 1970-1980 mobilizo os conceitos de consubstancialidade e coextensividade para procurar compreender de maneira não mecânica as práticas sociais de homens e mulheres frente à divisão social do trabalho em sua tripla dimensão: de classe, de gênero e origem (Norte/Sul). Tais práticas não se deixam apreender por noções geométricas como *imbricação*, *adição*, *intersecção* e *multiposicionalidade* – elas são móveis, ambíguas e ambivalentes. No entanto, não basta afirmar que compreendemos a sociedade em termos de relações sociais – é preciso antes definir tais relações, e suas propriedades (KERGOAT, 2010, p. 93, grifos meus).

Em primeiro lugar, a palavra *imbricação* aparece destacada no texto por ser criticada por Kergoat como noção geométrica, na mesma linha de interseccionalidade, já para Mirla Cisne e Silvana M.M. Santos (2018), que participam do feminismo materialista, como também outras estudiosas brasileiras como Andrea Alves⁴², *imbricação* seria um termo capaz de contemplar tanto consubstancialidade quanto coextensividade.

Essas questões que lhes interpelam não surgem a esmo, mas de movimentos de mulheres negras, mais detidamente mulheres negras dos EUA nas décadas de 1970 e 1980, que explicitavam a necessidade de se reconhecer e aprofundar o debate da questão de classe, considerando a questão de raça e de sexo/gênero, em alguns casos, como visto em Crenshaw, mais sexo/gênero e raça do que classe. Fato é que Kergoat responde em sua perspectiva com críticas ao conceito de interseccionalidade.

Uma relação social e uma relação antagônica entre dois grupos sociais, instaurada em torno de uma disputa [*enjeu*]. E uma relação de produção material e ideal: [...]. Tomemos o paradoxo das relações sociais de sexo: simultaneamente a melhora da situação da mulher, em particular no mercado de trabalho, ocorre a persistência, as vezes mesmo a intensificação, da divisão sexual do trabalho. “Tudo muda, mas tudo permanece igual”. Esse paradoxo me parece bastante ilustrativo dos impasses que um tipo de pensamento que segmenta as relações sociais, que os considera isoladamente, enfrenta. A minha tese, no entanto, é: as relações sociais são *consubstanciais*; *elas formam um nó* que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são *coextensivas*: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se coproduzem mutuamente (KERGOAT, 2010, p. 94, grifos meus).

⁴² ALVES, Andrea M. Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Revista n. 132. São Paulo: Cortez Editora, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/4BsYkfms3cs63MHs6pWsYBC/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

Kergoat analisa as diferenças entre as/os sujeitas/os sociais a partir de sua perspectiva analítica da realidade francesa, em que a questão não é analisada pela perspectiva do colonizado, mas do colonizador, portanto, interpelam-lhe as expressões da questão social a partir das condições de vida das mulheres imigrantes que ocupam cargos que as/os francesas/es não querem ocupar, com baixos salários, também lhe preocupando a persistência das desigualdades sociais entre homens e mulheres não apenas no interior da divisão sexual do trabalho, mas nas formas como estas se reverberam na sociedade.

Além da crítica à interseccionalidade, preocupa-lhe também fazer a crítica à “teoria única”, de apenas um sistema, que ela entende que reduziria o debate a apenas uma relação social. Por suas palavras, com relação à participação da mulher no mercado de trabalho,

[...] isso não representa nenhuma aporia ou contradição interna às relações sociais de sexo, mas aponta para o fato de que o capitalismo tem necessidade de uma mão-de-obra flexível, que empenhe cada vez mais sua subjetividade: o trabalho doméstico assumido pelas mulheres libera os homens e, para as mulheres de alta renda, há a possibilidade de externalização do trabalho doméstico para outras mulheres. Assim, não se pode argumentar no âmbito de uma única relação social. O suposto paradoxo aponta para a *imbricação*, na própria gênese da divisão sexual do trabalho produtivo e reprodutivo, de diferentes relações sociais, e de relações sociais que não podem ser abordadas da mesma maneira (KERGOAT, 2010, p. 94, grifos meus).

Que cada uma dessas formas de expropriação da qual o capitalismo lança mão possua um conteúdo diverso é bastante coerente, e mais, particular a cada país, o que implica referendar que uma “teoria única” ou um sistema único não resolve a questão, mas a segmentação em sistemas também não o faz. Ademais, destaco que em 2010 o texto de Kergoat apresenta o uso de *imbricação* como sinônimo de consubstancialidade e coextensividade.

Na continuidade a autora mais uma vez pretende resolver a questão criando duas relações sociais em níveis distintos. Ao analisar a teoria unitária e a proposta interseccional diz:

Essa ilusão vem do fato de que tanto especialistas como leigos frequentemente *misturam dois níveis distintos de realidade, o das relações intersubjetivas e o das relações sociais*. As relações intersubjetivas são próprias dos indivíduos concretos entre os quais se estabelecem. As relações sociais, por sua vez, são abstratas e opõem grupos sociais em torno de uma disputa. A distinção entre relação intersubjetiva e relação social permite compreender que, se a situação mudou de fato em matéria de relações intersubjetivas entre os sexos e nos casais, as relações sociais, porém, continuam a operar e a se manifestar sob suas três formas canônicas: exploração, dominação e opressão [...] (KERGOAT, 2010, p. 95-96, grifos meus).

Contudo, sua forma de leitura da realidade, por contemplação do sensível, também não resolve a questão, pois o debate que segmenta as relações sociais de forma unilateral, ou que acredite que é no plano teórico ou do abstrato das “*rapport*” sociais que as questões possam ser

resolvidas, embora constata alguns elementos, apenas expõe os limites da emancipação política das mulheres na sociedade capitalista, na qual, por mais avançadas que possam ser as legislações e garantias legais para proteger as mulheres, efetivamente, no plano concreto e real das relações sociais entre indivíduos, as questões podem mudar em casos específicos, mas não implicam na transformação da realidade do ser social.

O problema, mais uma vez, parece estar na própria crença na emancipação política, que deve ser conquistada para todos os grupos sociais nos limites das reivindicações imediatas da luta de classes, entretanto, que não podem se reduzir a esse âmbito, ou seja, o horizonte deve ser a emancipação humana.

Isso implica bater de frente com o sociometabolismo capitalista, transformando o modo de produção, para que assim a sociedade possa se transformar paulatinamente por meio de formas de relações sociais humanamente construídas, ou seja, em que a humanidade, e aquilo que lhe é ontológico, seja central, e não a necessidade de acúmulo e manutenção de um sociometabolismo, o que indica a importância de retornar a Young (1992) e Arruzza (2017) para destrinchar a crítica ao feminismo materialista e outras feministas adeptas das teorias dos sistemas.

[...] teorias de sistemas duplos permitiram à teoria marxista das relações econômicas e sociais permanecerem basicamente inalteradas, uma vez que, assumiu-se que as categorias marxistas são cegas ao sexo, requereu-se apenas a adição de uma teoria das relações de gênero à teoria marxista (ARRUZZA, 2017, p. 43).

Ou seja, a solução não está em criar uma teoria de relações sociais de sexo coextensiva e consubstanciada às demais relações sociais em resposta a teorias “masculinas”, como as categorias marxianas que seriam cegas para o sexo. Pelo contrário, as categorias marxianas dizem respeito a uma leitura universal da sociedade capitalista e foi esse o compromisso da teoria social de Marx.

Aprofundar o debate das questões de gênero/sexo, raça/etnia, contudo, não pode ser entendido como um sistema ou vários sistemas elencando como principais classe, gênero/sexo e raça/etnia, mas implica compreender as particularidades de cada país que perpassam por elementos também universais que não são constitutivos do capitalismo no sentido de serem imutáveis, ou não superáveis no capitalismo, mas que dificilmente o capitalismo abrirá mão de utilizar tais formas de opressão em prol dos interesses de perpetuação do sociometabolismo do capital, podendo incorporar a raça, a etnia, a não normatividade sexual e a intergeracionalidade.

Na esteira de Danièle Kergoat, Jules Falquet parece estar dando continuidade e atualidade tanto à perspectiva feminista materialista francófona, quanto à noção de “*relations (rapport)*” sociais de sexo e sexualidade, como também à coextensividade e consubstancialidade.

Se em Kergoat houvesse dúvidas quanto à crítica aqui circunscrita, em que associo elementos da crítica marxiana ao materialismo feuerbachiano e ao feminismo materialista francófono que lê o mundo como França, incorrendo também em aspectos eurocêntricos, assim como Feuerbach leu o mundo como Alemanha, com Falquet isso se explicita. Primeiro a autora evidencia suas ressalvas, ao dizer que: “A globalização neoliberal é para mim a ocasião de constatar as insuficiências gritantes de três grandes correntes de análise às quais me ligo: o materialismo histórico, o feminismo radical e o anti-imperialismo-anticolonialismo” (FALQUET, 2008, p. 122).

Em um segundo momento, Falquet identifica que:

[...] as classes e o salariado são modificados pela nova gestão da mobilidade da mão-de-obra, ou seja, por políticas migratórias cada vez mais restritiva organizada em torno de uma redefinição do racismo e produtoras de diversas categorias precarizadas. Todavia, não conseguem abarcar plenamente um fenômeno concomitante: o fato de que uma considerável proporção da migração é feminina (FALQUET, 2008, p. 127).

Falquet se contrapõe às perspectivas otimistas com a globalização, destacando aspectos do que chamou de: “[...] fosso vertiginoso das desigualdades e da exploração de sexo, de classe, de “raça” e Norte-Sul” (FALQUET, 2008, p. 123). Problematisa aspectos interessantes como o fato de o trabalho feminino estar entre o trabalho assalariado e o trabalho gratuito como “trabalho desvalorizado”, já que seria um trabalho não totalmente gratuito, mas que também não é “corretamente” remunerado e que não se tornou plenamente “proletário”.

Na continuidade toma estudos sobre os efeitos do fim do *Welfare State*, dos “sistemas socialistas” e do pacto socialdemocrata na Europa sobre as mulheres, a partir do deslocamento de uma sobrecarga de trabalho do setor privado para a família para constatar que esses teriam implicado na

[...] maneira como as mulheres dos países industrializados e as mulheres privilegiadas dos países do Sul tenham sido levadas a também empurrar este trabalho para outras pessoas, principalmente mulheres imigrantes (ilegais ou não), como oferta em bandeja de prata pelas políticas migratórias e sociais dos diferentes Estados, tanto importadores como exportadores de mão-de-obra (WALBY, 1997; MARCHAND & SISSON RUNYAN, 2000). De fato, não se trata somente de constatar que as mulheres são margem de manobra [...], mas de saber *como o sexo, a “raça” e a classe são mobilizadas e reorganizadas para construir uma nova divisão social do trabalho ao nível da família, de cada Estado e do conjunto do globo* (FALQUET, 2008, p. 128, grifos da autora).

O que a autora chama de nova divisão social do trabalho, partindo da análise de que a sobrecarga de trabalho doméstico e de reprodução social está sendo terceirizada por algumas mulheres de países aqui entendidos como imperialistas, e por mulheres da classe dominante de países dependentes, é uma realidade sob outros contornos no Brasil desde o Brasil Colônia, que implica na permanência aqui de relações sociais racializadas que denotam às mulheres trabalhadoras negras, em grande maioria, a realização desse trabalho doméstico mal pago e em sua família não pago, até a contemporaneidade.

Trata-se, portanto, no máximo de uma nova divisão do trabalho na França e em países que foram colonizadores. Talvez o conceito possa ser útil também para a condição de outras mulheres imigrantes, que tenham sofrido por uma imigração forçada ou não, mas para as mulheres brasileiras não.

Aqui não se pode falar apenas em imigração, o que por si só já demanda diversos contornos complexos, mas no sequestro para escravização de inúmeras etnias africanas.

Partindo da ideia de que existe um sistema à parte do sistema capitalista, que perpassa pela escravidão, pela servidão, até o capitalismo, Falquet busca em outras autoras elementos que a leva a refletir que o Estado e a lei “[...] privam de direitos e de cidadania as categorias da população destinadas ao *care* – da escravidão à servidão sob contrato, até hoje” (FALQUET, 2008, p.129) e conclui dizendo que lhe interessa ver “[...] como esses discursos se juntam na emergência de um novo modelo pós-social-democrata que se busca legitimar” (FALQUET, 2008, p. 129).

Explicita que o que lhe preocupa são os cantos de sereias que reduzem as soluções a dois projetos, em ambos os casos a igualdade entre homens e mulheres estaria pressuposta, seriam eles:

Um dirigido pelo Estados Unidos com inúmeros apoios internacionais, nos mergulha numa perspectiva de guerra sem fim conduzida por aqueles que, em outro trabalho, denominei “homens em armas” [...]. O outro futuro não encontra dificuldades para se apresentar como sedutor. Trata-se do projeto social-democrata “europeu” de semipleno emprego, de igualdade entre homens e mulheres e de cidadania ampliada e participativa, profundamente reorganizado para também permitir mais lucros (FALQUET, 2008, p. 135-136).

Falquet faz uma leitura progressista da realidade para países que incorporam em grande medida o trabalho de imigrantes para realizar as atividades indesejadas, mas se equivoca ao denotar tais questões muito mais a uma contradição entre “homens em armas” e “mulheres de serviço” que propriamente ao sociometabolismo do capital.

Dos dois projetos identificados por Falquet, assim como o *Welfare State* não chegou ao Brasil, o pleno-emprego parcial, da forma por ela descrita, não chegará, já o projeto neoliberal norte-americano é uma realidade, não uma possibilidade.

Entendo as contribuições de Falquet como limitadas, tanto por uma leitura de contemplação sensível da realidade, na mesma linha de Kergoat, quanto por colocar mais uma vez em oposição os marxistas que priorizam de alguma forma a classe, dizendo que: “[...] não é sucumbindo ao canto das sereias daquelas e daqueles que preconizam a lutar ‘contra uma única relação’ que obteremos vitórias significativas” (FALQUET, 2008, p. 137). Concordo que lutar para superar uma única opressão — no caso, a exploração de classe — não seja o caminho para superar todas as opressões, mas excluir do debate e continuar redigindo e criando sistemas à parte também não é o caminho.

Quanto à consubstancialidade e coextensividade, embora

A noção de consubstancialidade tem o mérito de dar uma perspectiva dinâmica à maneira pela qual todas essas relações conjuntamente formam um sistema. Para usar uma metáfora, se, em seus inícios, a teoria da interseccionalidade pensava algumas vezes essa interação como geométrica ou mecânica, a teoria da consubstancialidade, por sua vez, a pensa como uma interação semelhante à de uma reação de elementos químicos, combinando-se de forma a dar lugar a uma nova substância. Essa abordagem leva em conta e analisa a exploração de classe e atribui a ela um papel crucial (ARRUZZA, 2017, p. 44-45).

Por outro lado, também concordo quando Arruzza critica a consubstancialidade defendida por Kergoat e Falquet ao dizer que:

[...] a insistência na coformação e consubstancialidade dessas relações sociais, animadas pela recusa a atribuir um papel determinante à exploração de classe, em um olhar mais detido, acaba reproduzindo um jogo incessante de relações. O que ela deixa de explicar é a lógica determinante e tal interação entre esses elementos químicos – isto é, o porquê, antes de tudo, esse tipo de interação ocorre. Mais ainda, não é claro como a perspectiva da consubstancialidade pode escapar da multiplicação infinita de sistemas de opressão que ela condena na interseccionalidade (ARRUZZA, 2017, p. 45).

Tais elementos aproximam muito mais a teoria unitária da postura aqui defendida que as teorias dos sistemas, ou do feminismo materialista.

Contudo, falar que existe apenas um sistema, criar um novo feminismo nomeado como feminismo da reprodução social, assim como uma “teoria” da reprodução social, não parece ser a melhor maneira de resolver a questão das filhas da classe trabalhadora negras e não negras, assim como de homens e mulheres no geral que se beneficiariam do nível de humanidade atingido a partir das garantias de liberdade das trabalhadoras.

A “teoria” da reprodução social e suas expoentes ressurgem na contemporaneidade em meio a essas polêmicas como saída para a esquerda crítica revolucionária. Nesse sentido é que, ao conhecer a teoria da reprodução social de Susan Ferguson, suscitou-se diversos estranhamentos.

É crucial ir mais a fundo e buscar a referência originária da teoria da reprodução social, compreendida nos escritos de Lise Vogel, perpassando por outras autoras contemporâneas a Ferguson como Tithi Bhattacharya e Silvia Federici, que parecem ter mais elementos para contribuir.

1.2.4. A “teoria” da reprodução social e suas expoentes: Lise Vogel, Tithi Bhattacharya, Cinzia Arruzza, Silvia Federici e Susan Ferguson

Recupero, a partir de agora, algumas análises das principais autoras da teoria da reprodução social com o objetivo não de realizar uma análise imanente de seus trabalhos, mas de torná-los mais conhecidos no Serviço Social, assim como de trazer para o debate aqui realizado, acerca da violência doméstica contra a mulher trabalhadora negra e não negra, categorias analíticas que possam auxiliar no processo de interpretação da realidade, disputas por políticas sociais no plano mais imediato e, também, para a superação da sociedade capitalista no interior da luta de classes.

É necessário ponderar que existem duas grandes posições dentro da teoria da reprodução social: todas defendem que há apenas um sistema, o capitalista, na esteira da teoria unitária; mas as autoras se dividem entre feministas marxistas e feministas autonomistas.

Dentre as marxistas podem ser elencadas inúmeras divergências quanto ao caminho para a revolução e a sociedade almejada; as expoentes dividem-se entre marxistas alinhadas ao projeto societário comunista como Bhattacharya e Arruzza, e outras que defendem um processo revolucionário por meio de construções de formas comunitárias de relações sociais mais humanizadas, como Susan Ferguson informou em uma de suas palestras⁴³.

As autonomistas entendem que é possível uma revolução por mulheres autônomas, por fora das organizações de classe e de identidades. De acordo com este postulado, as autônomas

⁴³ Para maiores informações, vide: *Susan Ferguson: Make live or make die? Capitalism, social reproduction and pandemic*. Palestra proferida para o Seminario de Investigación Social, UBA, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p_RAYPIYAg4>. Acesso em: nov. 2021.

devem construir a revolução primeiro em suas famílias, a partir de espaços de reprodução social, com vistas a superar a sociedade capitalista, perspectiva essa circunscrita por Federici (2019).

O feminismo autonomista de Federici, por exemplo, defende a construção de organizações em comunidades à margem do capitalismo, que devem se reinventar a partir de conteúdos antropológicos negligenciados ao longo da história, o que mais a aproxima de algumas experiências frustradas de socialistas utópicos como Robert Owen, Charles Fourier e Saint-Simon, autores que no século XIX representaram uma primeira fase do pensamento socialista, que idealizavam um modelo de sociedade ideal, mais justa e igualitária, chegando a organizar experiências em comunidades com alguns grupos de pessoas.

No socialismo utópico havia uma esperança e aposta na mudança de consciências dos/as sujeitos/as, em busca da sociedade ideal a partir do cooperativismo, do trabalho coletivo e da igualdade social. Nestes termos é que a ideia do *Comum* parece reinventar a mesma utopia, no sentido de que defendem processos de mudança de consciência a partir da construção de organizações comunitárias com igualdade social e cooperativismo, com a diferença de que fazem severas críticas ao comunismo enquanto projeto societário, que para eles teria sido superado ao não se realizar efetivamente nas experiências existentes pelo mundo.

Ellen Wood (2017) contribui para a desmistificação dessas sociedades idealizadas, explicita as contradições postas entre a luta contra a exploração da classe trabalhadora e as opressões, também sobre projetos societários e as formas de que o capitalismo se utiliza para se reinventar e desacreditar, por exemplo, o projeto societário comunista.

Aqui vale a pena sinalizar que Ellen Wood (2017) não é uma estudiosa profunda das questões das opressões e lutas feministas, luta negra, e que foi bastante criticada por sua postura de defender que o capital não vê sexo, ou racializa a força de trabalho propriamente dita, mas se vale da racialização e do sexo para rebaixar o valor pago em salários para mulheres, homens negros e mulheres negras. Partindo disso, a autora explica como se dá o processo de divisão na sociedade capitalista entre a esfera pública e privada, que permite que determinadas contradições e opressões se realizem num certo plano “extraeconômico”, notadamente o âmbito falsamente privado, enquanto que na esfera pública tais posturas seriam repelidas via legislações e discursos morais.

A partir dessa divisão, a autora entende que algumas opressões podem ser superadas no sentido de serem toleradas pelo capital, como as formas de inserção da população LGBTQIA+

na sociedade capitalista pelo consumo individual e pela noção de que devem respeitar os espaços públicos, ou seja, a lésbica tem que ser uma pessoa prudente e, com isso, discriminam ou repelem de forma “discreta” o beijo lésbico, gay e outras formas de trocas entre grupos que não correspondam à heteronormatividade.

O tal plano “extraeconômico” é uma crítica a essa aparente cisão criada no sociometabolismo capitalista, justamente para poder criar uma “democracia política”, ou seja, que exclui o aspecto econômico, que não democratiza os acessos econômicos.

Wood (2017) busca sintetizar as perspectivas que se recusam a contemplar a centralidade da luta de classes, ou seja, que as opressões se desenvolvem e se retroalimentam dentro das relações sociais capitalistas, de modo que falar em opressões não remete a um plano “extraeconômico”, mas ao plano econômico e social da luta de classes.

Nas palavras de Wood,

Embora o capitalismo possa usar e faça uso ideológico e econômico da opressão de gênero, essa opressão não tem um status privilegiado na estrutura do capitalismo. Ele poderia sobreviver à erradicação de todas as opressões específicas das mulheres, na condição de mulheres — *embora não pudesse, por definição, sobreviver à erradicação da exploração de classe. Isso não quer dizer que o capitalismo tenha passado a considerar a liberação das mulheres necessária ou inevitável. Mas significa que não há necessidade estrutural específica de opressão de gênero no capitalismo, nem mesmo uma forte disposição sistêmica para ela* (WOOD, 2011, p. 232, grifos meus).

A polêmica entre trabalho produtivo e improdutivo ainda hoje gera os mais diversos posicionamentos. Marx (1978), no capítulo Inédito, resolve a questão ao dizer que todo trabalho poderá ser produtivo a depender da forma como o trabalho se relaciona com o capitalismo, ou seja, sob qual perspectiva esse trabalho é realizado para o capital.

Se a cantora lírica canta para encher os bolsos da gravadora que vende diversos discos, a partir de uma só gravação de seu canto é produtivo. Se a mesma cantora canta em troca de um salário, e ao fazê-lo enche os bolsos de seu empregador com o consumo da plateia e o preço dos ingressos do show, então não é produtivo o seu trabalho, não gera valor e mais-valor, embora ela seja trabalhadora assalariada. Já uma cantora que apenas canta não é uma trabalhadora produtiva, embora possa receber alguns trocados ou até um valor pago por uma contratação.

Contrariando tal perspectiva, assim como Silvia Federici, também Selma James, Dalla Costa e outras, tomam categorias do marxismo com o objetivo, contudo, de provar que o trabalho doméstico é produtivo, acusando o marxismo de negar tal produtividade.

Chegam a acusar que considerar o trabalho doméstico como improdutivo é uma forma de desvalorizá-lo em relação ao trabalho fabril, produtor de mercadorias. Embora Federici atualmente reconheça que:

[...] poucos escritores políticos descreveram, sem fazer concessões, como o fez Marx, a brutalidade do sistema capitalista – por fora da escravidão –, e ele deve ser valorizado por isso. Particularmente impressionante é sua denúncia da barbaridade da exploração do trabalho infantil, sem paralelo na literatura marxista. Mas, apesar de sua eloquência, suas considerações são mais descritivas do que analíticas, e chama a atenção a ausência da discussão sobre as questões de gênero (FEDERICI, 2019, p. 193).

Para Federici, apesar de Marx tratar das formas como o emprego nas fábricas de mulheres e crianças afetaram as lutas dos trabalhadores, teria faltado trabalhar aspectos das relações entre homens e mulheres e os debates que teriam motivado suas organizações junto à classe trabalhadora. Além disso, infere, por sua leitura da obra marxiana que:

Por outro lado, temos vários comentários moralistas, tais como que o trabalho fabril degradava o “caráter moral” das mulheres ao promover condutas “promíscuas” e as fazia descuidar de seus deveres maternos. Quase nunca as mulheres são retratadas como atorazes capazes de lutar por si mesmas (FEDERICI, 2019, p. 193).

Entretanto, Federici (2019) reconhece que Marx tratou de políticas de gênero em sua obra, assim como as defendia em sua atuação política como secretário da Primeira Internacional, em que se opunha às tentativas de excluir as mulheres do trabalho fabril.

Sinaliza, por diversas vezes, que essas expressões em Marx são limitadas e bastante ausentes. Como quando cita Marx, em *O capital*, sobre a força de trabalho consumida todos os dias no processo de trabalho e (re)produzida constantemente ser tão essencial quanto “a limpeza das máquinas”, considerando que é o meio de produção mais precioso para o capitalista, o trabalhador.

Federici vai ainda mais a fundo no discurso pela moral em detrimento do político quando diz que

Na tentativa de explicar a cegueira de Marx sobre a onipresença do trabalho reprodutivo, que devia se desdobrar diariamente sob seus olhos em sua própria casa, enfatizei em ensaios anteriores sua ausência nas casas proletárias na época em que ele escreve, uma vez que a fábrica empregava a família inteira do momento em que o sol nascia até ele se pôr. O próprio Marx sugere esta conclusão quando, citando um médico enviado pelo governo inglês para avaliar o estado de saúde dos distritos industriais, observou que o fechamento dos moinhos de algodão causados pela Guerra de Secessão americana tinha pelo menos um benefício (FEDERICI, 2019, p. 203).

Chega a conclusões que denotam a Marx um discurso machista, quando diz que:

Sem dúvida, parte da resposta é que, como os economistas políticos clássicos, Marx não considerava as tarefas domésticas como um tipo de trabalho historicamente determinado, com uma história social específica, *mas como uma força natural e uma vocação feminina*, um dos produtos dessa grande “despensa” que a terra é para nós, como argumentou (FEDERICI, 2019, p. 204, grifos meus).

Lança mão, ademais, de aspectos polêmicos da obra do autor, desconsiderando Marx como um homem de seu tempo, quando diz que:

Assim, a prostituta é negada como trabalhadora e é relegada a um exemplo da degradação da mulher, sendo retratada apenas como pertencente “aos últimos restos da superpopulação”, o “lumpemproletariado” (MARX, 1990, p. 797), que em *O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte* é descrito como “a escória de todas as classes” (MARX, 1968, p. 75) (FEDERICI, 2019, p. 201).

Para além de desconsiderar o autor em seu espaço-tempo, a junção dessas duas passagens retiradas de obras distintas é bastante questionável. Em diversas ponderações Federici pode ser coerente, mas peca ao remeter seu discurso ao apelo moral invés de político.

A categoria superpopulação delineia melhor aquele momento histórico de ausência de organização coletiva das trabalhadoras do sexo, que de qualquer forma é uma relação social diferente da mulher que se vê em condição de prostituída.

Ademais, em *O dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*, quando Marx fala em escória de todas as classes não está se referindo à sua forma de pensar essas pessoas, não é um juízo de moral do autor, mas à condição a que tais sujeitos/as são subsumidos realmente ao capital, ou seja, é a forma como o sociometabolismo trata trabalhadores/as na reserva e estagnados/as.

Assim como as trabalhadoras negras e não negras quando tratadas como “donas de casa” ou “do lar” fazem parte da superpopulação flutuante⁴⁴, nem por isso deixam de ser partícipes da classe trabalhadora, realizando o trabalho de reprodução social não assalariadamente. Já as trabalhadoras sexuais podem ser entendidas como superpopulação estagnada ou flutuante, pois, a depender de níveis de escolaridade e estereótipos aceitos pelas empresas e pelo capital, podem também fazer parte da superpopulação flutuante.

Federici (2017) acredita que se diferencia de Karl Marx ao trabalhar com o conceito de acumulação primitiva, que se expressa a todo momento que a classe dominante necessita retonar suas taxas de lucro. Ocorre que essa conjectura nada tem de inédita.

A autora apresenta uma leitura equivocada do conceito de acumulação primitiva em Marx e o que acredita ser uma definição sua, na realidade, está totalmente de acordo com a

⁴⁴ Para rever a análise das categorias superpopulação relativa, flutuante e estagnada, o leitor deve retonar ao início do capítulo 1 na página 101.

crítica marxiana à “assim chamada acumulação primitiva”, assim chamada porque assim a chamam os capitalistas quando querem justificar as riquezas acumuladas e herdadas por gerações.

Conforme Marx, existiu uma acumulação originária sangrenta que é revisitada, sob formas mais atuais, a todo momento em que a burguesia necessita retomar suas taxas de lucro.

Em Marx (2013), no Capítulo 24 da obra *O capital, livro I*, por outro lado, encontra-se a defesa da inexistência da “assim chamada” acumulação primitiva — termo cunhado pela burguesia —, que justificava o seu acúmulo de riquezas como produzido por aqueles que economizaram e trabalharam arduamente para acumular, denotando aos demais a figura de preguiçosos, por isso destinados a vender sua força de trabalho.

Marx explica que se existe uma acumulação primitiva, esta é, na verdade, o processo realizado pela burguesia imperialista *sempre e quando* se faz necessário para ela aumentar a extração de valor e de mais-valor dos países de capitalismo periférico.

Sendo assim, a mesma forma de acumulação de capital que fortaleceu a burguesia para derrubar de vez as monarquias e o feudalismo como modelos econômicos, impondo o capitalismo e garantindo uma acumulação originária — ou seja, via expansão e expropriação, saques e extermínio dos povos originários da África, da América-latina e da Ásia —, ainda hoje é orquestrada pela classe dominante imperialista.

A acumulação pode ser vista como primitiva não para ressaltar um contexto de surgimento do capitalismo como primitivo, mas para destacar a violência primitiva, nada civilizada que foi e é utilizada pelo projeto de dominação global, hoje, neoliberal, da burguesia imperialista.

Outras diferenças entre Federici e Marx estão na forma de entender o trabalho produtivo e improdutivo para o capital. De acordo com Federici,

Sim, um teórico tão poderoso e historicamente orientado como Marx *deveria ter percebido* que o trabalho doméstico, apesar de ter aparecido como uma atividade do passado, que satisfazia puramente “necessidades naturais”, sua forma era na realidade uma forma de trabalho historicamente específica, produto da separação entre produção e reprodução, trabalho remunerado e não remunerado, que nunca existiram em sociedades pré-capitalistas ou sociedades não reguladas pela lei do valor de troca. Depois de ter advertido contra a mistificação produzida pela relação salarial, *deveria ter visto que*, desde a sua criação, o capitalismo subordina atividades reprodutivas — na forma de trabalho feminino não remunerado — à produção de força de trabalho e, consequentemente, o trabalho não remunerado que os capitalistas extraem dos trabalhadores é muito mais conspícuo do que o extraído durante a jornada de trabalho remunerado, pois inclui as tarefas domésticas não remuneradas das mulheres, reduzidas inclusive a um mínimo (FEDERICI, 2019, p. 205-206, grifos meus).

O que a leva a indagar junto a Cleaver, se “O silêncio de Marx sobre o trabalho doméstico foi por que, como se sugeriu, ele ‘não considerava que as forças sociais fossem capazes de

conduzir o trabalho doméstico em uma direção revolucionária (Cleaver, 2000)?” (FEDERICI, 2019, p. 204). Interroga-se ainda sobre a abertura da

[...] possibilidade de que ele manteve reservas sobre a questão das tarefas domésticas porque temia que a atenção dada a esse trabalho fizesse o jogo das organizações de trabalhadores e dos reformistas burgueses que glorificavam o trabalho doméstico para excluir as mulheres do trabalho fabril. Mas, nos anos 1850 e 1860, as tarefas domésticas e a família já estavam há décadas no centro de uma discussão acalorada [...] (FEDERICI, 2019, p. 205).

Concluindo que:

Devemos concluir, portanto, que seu desinteresse pelo trabalho doméstico tem raízes mais profundas, decorrentes tanto da naturalização como da desvalorização desse, o que, aparentemente, o tornou – em comparação com o trabalho industrial – uma forma arcaica que em breve seria superada pelo progresso da industrialização. Seja como for, a consequência da falta de teorização de Marx sobre o trabalho doméstico é que sua explicação da exploração capitalista e sua concepção de comunismo ignoram a atividade mais difundida do planeta e uma das principais causas das divisões dentro da classe trabalhadora (FEDERICI, 2019, p. 206).

Federici contribui inenarravelmente com a história não contada das mulheres e suas lutas, mas falta-lhe dialeticidade e perspectiva de totalidade. Marx analisa o capital a partir da perspectiva da classe trabalhadora de sua época, o proletariado fabril, já a autora analisa da perspectiva feminista a crítica autonomista, na qual há a defesa de que as mulheres podem se organizar autonomamente, primeiro contra os homens de sua família e depois na luta anticapitalista.

Que elas podem se organizar na luta anticapitalista autonomamente e moverem-se contra as opressões imediatas sofridas no âmbito familiar não há dúvidas, mas fazer a revolução em casa contra companheiros e filhos é bastante distante da organização da classe trabalhadora no nível necessário para atingir uma revolução política com alma social, que supere o capitalismo e as sociedades de classes enquanto formas de sociometabolismo.

Sobre a teoria da revolução em Marx e o debate das opressões, Federici avalia que:

Seja como for, a consequência da falta de teorização de Marx sobre o trabalho doméstico é que sua explicação da exploração capitalista e sua concepção de comunismo ignoram a atividade mais difundida do planeta e uma das principais causas das divisões dentro da classe trabalhadora. Há um paralelo aqui com o lugar da “raça” na obra de Marx. Embora reconhecesse que “o trabalho dos brancos não pode emancipar-se onde o trabalho dos negros é escravizado” (MARX, 1990, p. 414), não deu muito espaço em suas análises ao trabalho escravo e ao uso do racismo para reforçar e naturalizar uma forma de exploração mais intensa. Seu trabalho, portanto, não podia desafiar a ilusão – dominante no movimento socialista – de que o homem branco assalariado representava os interesses de toda a classe trabalhadora – uma mistificação que, no século XX, levou lutadores anticoloniais a concluir que o marxismo era irrelevante para sua luta (FEDERICI, 2019, p. 206).

O capital ignora o trabalho de reprodução social destinado a (re)produzir o trabalhador para o usufruto de sua força de trabalho ao remunerar por um suposto salário familiar, ou seja, a exploração da trabalhadora em condição de trabalhadora doméstica não remunerada estaria contida para o capital no salário do trabalhador/a assalariado/a da família.

Marx, embebido da efervescência de seu tempo histórico, escreveu o que o movimento proletário de sua época transbordava; acreditavam que fariam a revolução. Desta experiência, é preciso se ater ao fato de que o autor não se equivocou ao considerar que a revolução é uma tarefa da classe trabalhadora. Na época, a classe em questão era a classe proletária, que em sua organização e liderança era composta hegemonicamente pelo proletariado fabril, por homens brancos e antifeministas.

O autor recebe severas críticas, que entendem que o mesmo se equivocou ao acreditar que o proletariado de sua época faria a revolução. Se cabe apontar erros, estes foram dos movimentos da classe trabalhadora e seus partidos políticos, posicionamentos estes que, apesar de terem ganhado força por um longo encaixo, encontravam resistências no interior dos partidos.

Federici faz uma leitura equivocada da obra marxiana ao analisar que:

[...] ao contrário da antecipação de Marx, a acumulação originária tornou-se um processo permanente também coloca em questão sua concepção sobre a relação necessária entre capitalismo e comunismo. Ela invalidou a visão de Marx sobre a *história em termos de estágios*, em que o capitalismo é retratado como o purgatório que precisamos habitar enfrentando o mundo da liberdade e o papel libertador da industrialização. O surgimento do ecofeminismo, que conectou a desvalorização das mulheres e da reprodução por parte de Marx com sua visão de que a missão histórica da humanidade é o domínio da natureza, fortaleceu nossa posição. As ecofeministas demonstraram que existe uma conexão profunda entre o desdém das tarefas domésticas, a desvalorização da natureza e a idealização do que a indústria e a tecnologia humana produzem (FEDERICI, 2019, p. 210-211, grifos meus).

Este excerto expressa que a autora ainda não superou os intérpretes pós-estruturalistas de Marx, embebidos principalmente da influência althusseriana da obra marxiana que surge na França e implicou em deturpações da obra marxiana como a leitura do capitalismo como etapa para atingir o comunismo. A autora ainda especula que:

Foi-nos dito que, nos últimos anos de sua vida, Marx reconsiderou sua perspectiva histórica e, ao ler sobre as comunidades igualitárias e matrilineares do nordeste da América, começou a reconsiderar sua idealização do desenvolvimento industrial e capitalista e valorizar a força das mulheres (FEDERICI, 2019, p. 211).

Há a análise de um Marx com “olhar prometeico” (FEDERICI, 2019, p. 212), que acreditaria que a tecnologia industrial tinha um papel emancipador, assim critica marxistas que denotam tal poder ao desenvolvimento da tecnologia digital. Ocorre que o autor entende o avanço

tecnológico como saltos ontológicos do ser social, avanços da humanidade que sanam ou ajudam a sanar necessidades socialmente postas. O papel da tecnologia, portanto, é de mediação para novos saltos ontológicos e não emancipar propriamente. Esse papel é da classe trabalhadora organizada.

Embora esse debate já tenha sido pontuado quando abordei as diferenças entre Federici e Marx, aqui a perspectiva autonomista deve ser um pouco mais aprofundada. Para as autonomistas o trabalho do lar é exploração da mesma forma que o trabalho fabril, afirmando inclusive que se trataria de um trabalho produtivo, no sentido de produzir valor.

Movidas pela necessidade de provar para os socialistas que discutir o trabalho doméstico, que por eles era considerado retrógrado, era crucial que, na esteira do que já havia sido defendido por Flora Tristán (2019), as mulheres que exercessem os trabalhos domésticos em suas casas e que não fossem remuneradas também fossem classe trabalhadora.

Para Federici, contudo,

Do ponto de vista prático, confirmou que, como mulheres, não precisaríamos nos unir aos homens da fábrica para fazer parte da classe trabalhadora e realizar uma luta anticapitalista. Poderíamos lutar autonomamente, começando com o nosso próprio trabalho em casa, como o “centro nervoso” da produção de força de trabalho. *E a nossa luta tinha que ser travada primeiro contra os homens das nossas famílias, uma vez que, através dos salários dos homens, do casamento e da ideologia do amor, o capitalismo permitiu que os homens dirigissem nosso trabalho não remunerado e disciplinassem nosso tempo e espaço* (FEDERICI, 2019, p. 209-210, grifos meus).

A leitura da obra de Federici peca por certa unilateralidade, não propositadamente, mas pela autora ser impelida a responder com uma história das mulheres a um contexto que só conta a história dos homens, o que é utilizado pela cultura do patriarcado, machismo, como formas de entender a mulher como indivíduo de segundo escalão social, ou até como não humanos, desumanizando a mulher.

A postura anticapitalista adotada pela autora não está completamente equivocada, na medida que historicamente tanto sua obra e luta, como as das feministas materialistas, como também das teóricas unitárias, feministas socialistas e até as feministas radicais abriram um espaço para que as mulheres pudessem se organizar e lutar, ainda que tais lutas pudessem ser contraditórias quanto à perspectiva de classe. Se hoje não somos guilhotinadas por falar em justiça para as mulheres e justiça reprodutiva, devemos a essas lutadoras.

Por conseguinte, é verdade que se possa realizar greves como mulheres, greves no trabalho doméstico, greves de sexo, mas não é verdade que se possa superar o capitalismo ou fazer cócegas nas relações sociais capitalistas com mobilizações autônomas no trabalho doméstico.

Também discordo que a força de trabalho seja produzida no “lar” como “centro nervoso”. Por outro lado, é fato que existe sim uma luta cotidiana contra as diversas formas de opressão, no caso, a opressão de gênero/sexo, travadas no interior de todas instituições — e não apenas na família — por mulheres, homens e demais formas de se orientar como pessoas *queer*.

Federici (2019b) é expoente, portanto, da luta de uma unidade feminista e ecofeminista, trabalha com a ideia do *bem viver*, ou seja, da defesa de que sejam retomadas experiências campesinas, de povos indígenas e povos cujos estudos antropológicos podem contribuir para a revolução a partir da unidade do comum, buscando enfatizar a importância da terra para plantar, da natureza para a humanidade, retomada daquilo que para muitos povos indígenas e suas organizações, assim como para movimentos como o Movimento dos Sem Terra (MST) e outros que vivem resistindo ao capitalismo, podem ensinar.

A ideia do *comum*, unidade e construção política do *comum* é importante e pode, de fato, contribuir no processo educativo da população em geral, permitindo com bastante otimismo alguns avanços quanto à importância das pautas ecológicas e da luta feminista. Mais otimista ainda seria a visão de que tal contribuição fortaleceria a luta anticapitalista, mas construir comunidades dentro do capitalismo não as permite escapar do sociometabolismo do capital.

Infelizmente, tal projeto societário *comum* não orienta para a superação efetiva da sociedade capitalista, mas para fugas possíveis para alguns que não necessitam sobreviver de sua força de trabalho, considerando que no Brasil, por exemplo, a luta do MST é marcada por assassinatos de lideranças e comunidades assentadas.

A teoria social do capitalismo marxiana se orienta pelo método analítico materialista histórico crítico dialético e pelo horizonte revolucionário comunista.

Na linha analítica marxiana não há sociedade no mundo, desde o século XIX, que não tenha sido e que, ainda hoje, não seja tocada de alguma forma pelo capitalismo, considerando sua forma de expansão devastadora e as formas de comércio internacional entre os países, ainda que, a rigor, o país possa não se identificar como capitalista. A mundialização do capitalismo neoliberal e o imperialismo fazem da exportação e importação um comércio de mercadorias, ou seja, é regido pelo capitalismo.

Esse processo de acumulação relativa se inicia com a afluência de recursos da América, provocando uma nova divisão internacional do trabalho que culminou em uma forma de fragmentação da classe trabalhadora mundial. O que para a classe trabalhadora europeia garantiu determinadas formas de acessos menos precarizados, para as Américas significou a justificativa

da escravidão e do genocídio da classe trabalhadora, principalmente negras, negros e povos originários indígenas.

Assim, o racismo se desenvolve a partir da escravidão aos moldes do capital, e não o contrário. No Brasil, com o trabalho “livre” assalariado, houve uma complexificação da sociedade, a população nativa não negra e os imigrantes europeus acessaram oportunidades de trabalho, já o segmento de negras e negros ficou com postos de trabalho inferiores ou rejeitados por aqueles.

Lise Vogel em 1985 publicou *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory*⁴⁵, recentemente, em 2013, o livro foi reeditado e conta com uma introdução escrita por David McNally e Susan Ferguson. O livro abre — parece ter aberto — as portas para o retorno à obra marxiana entre as feministas, ainda em busca dos caminhos para libertar a mulher da opressão patriarcal capitalista, mas não se trata apenas disso, trata-se de um momento de ampliar o debate para contemplar no interior da luta de classes todas as formas de opressão a que a heterogeneidade da classe trabalhadora é submetida.

Recuperando os debates sobre trabalho doméstico, trabalho reprodutivo e a questão da reprodução da força de trabalho realizado na década de 1970, Vogel recupera a obra marxiana para discutir o conceito do qual é fundadora, mais conhecido como Teoria da Reprodução Social — TRS. A atualidade de suas contribuições para o feminismo marxista contemporâneo, assim como para todas as formas de movimentos de mulheres internacional é inquestionável.

Por uma perspectiva marxiana, Vogel, entretanto, parte de Marx em *O capital* para fundamentar que a noção de trabalho produtivo não deriva de uma questão moral, por um não reconhecimento da importância do trabalho reprodutivo da força de trabalho, mas que o trabalho doméstico é improdutivo por não ser controlado diretamente por um capitalista, o que implicaria a medida de valor do trabalho pelo tempo socialmente necessário para a produção.

O trabalho doméstico não é controlado diretamente por um capitalista devido à forma de organização do modo de produção capitalista dividir-se idealmente entre esfera pública e privada. Wood sobre essa cisão entre público e privado diz que:

Se casos tão diversos têm em comum uma unidade de poder econômico e político que dá aos direitos políticos um valor especial, a desvalorização dos bens políticos no capitalismo se baseia na separação entre o econômico e o político. O *status* dos bens políticos há de ser reduzido pela autonomia da esfera econômica, pela independência da exploração capitalista em relação à execução de funções públicas, pela existência

⁴⁵ Em uma tradução livre seria *O marxismo e a opressão às mulheres: em direção a uma teoria unitária*.

de uma esfera separada e puramente “política” distinta da “economia”, que torna possível pela primeira vez uma “democracia” apenas política, sem as implicações econômicas e sociais associadas à antiga democracia grega.

Dito de outra forma, a separação entre o político e o econômico no capitalismo significa separar a vida comunitária da organização da produção. [...] no capitalismo, a vida política é separada da organização da exploração. Ao mesmo tempo, o capitalismo também reúne produção e apropriação numa unidade inseparável (WOOD, 2011, p. 235).

Em Marx (2013, 1978), a princípio, não apenas o trabalho doméstico que está fora do controle direto do capital não é produtivo, como também todo o trabalho reprodutivo que reproduz a força de trabalho. Vogel faz uma leitura crítica e marxista da obra de Engels e Marx, assinalando que, embora suas obras explicitem algumas simplificações e naturalizações como homens de seu tempo, em Marx ela encontra as premissas teóricas necessárias à compreensão do funcionamento da reprodução no capitalismo, que está intimamente atrelado a toda a estrutura de produção social.

Vogel (2013) contribui ao problematizar que com relação ao trabalho reprodutivo, o capital se beneficia duplamente, tanto ao incorporá-lo na forma assalariada, obtendo um aumento na massa de valor e mais-valor acumulado, como também se vale do trabalho reprodutivo realizado na esfera privada não remunerado, ainda que este último não seja por ele controlado diretamente.

Considerando que o trabalho reprodutivo produz valor de uso e não valor de troca, Vogel define por se concentrar na categoria analítica marxiana “consumo individual”, que se refere ao consumo de produtos como meio de subsistência, diferente do “consumo produtivo”, que consome produtos como meios para realização do trabalho, ou seja, são forças produtivas.

Em Marx (2013) o consumo individual aparece tanto com relação ao/à trabalhador/a assalariado/a, como quando falamos dos membros da família por ele sustentados que não trabalham assalariadamente, mas somente no limite do interesse do capitalista, ou seja, considera o consumo individual para analisar a importância da garantia de sobrevivência do trabalhador/a para que retorne ao trabalho no dia seguinte, já que a ausência do trabalhador/a implicará em perdas na garantia de produção para consumo produtivo.

Se, contudo, mais de um membro da família passa a vender sua força de trabalho por salário, aumentando o volume de recurso em salário, em contrapartida, aumenta também a quantidade de trabalho excedente explorado na forma de valor e mais-valor pelo capitalista. Além disso, será necessário um gasto maior em mercado e recursos para agilizar a reprodução social da vida, já que esse trabalhador agora tem menos tempo disponível para cuidar de suas necessidades individuais.

Analisando o consumo individual em Marx, Vogel (2013, p. 181) entende que foi pouco aprofundado, faltando elementos sobre as formas efetivas de trabalho envolvidas no consumo individual. Segundo a autora, dentro do trabalho necessário há o pagamento de valor necessário para subsistência na forma de salário, mas há também um segundo componente que é o trabalho não assalariado (VOGEL, 2013, p. 150).

Vogel aprofunda sua argumentação ao inferir que o trabalho doméstico como componente do trabalho necessário é um momento específico do capitalismo que não possui, por exemplo, uma designação fixa de gênero (VOGEL, 2013, p. 192).

A autora ainda evidencia de forma bastante contundente e atual que não apenas o capital se vale do trabalho reprodutivo para garantir força de trabalho futura no caso de crianças como futuros trabalhadores, como mulheres trabalhadoras não assalariadas ou também informais, ou idosos não incapazes, mantendo assim um exército industrial de reserva, como também se beneficia da migração forçosa por trabalhadoras e trabalhadores em busca de melhores condições de vida. Por isso, segundo Vogel (2013, p. 147), a família não pode ser considerada como único lugar de reprodução da força de trabalho.

As análises de Vogel avançam bastante neste ponto, na esteira das abordagens marxistas, em relação à compreensão da classe trabalhadora como um sujeito histórico revolucionário que não condena ao limbo nenhuma fração da classe trabalhadora, entendendo-a tanto como trabalhadores assalariados de ambos os sexos em exercício ou trabalhando não remuneradamente pelo trabalho doméstico e de reprodução social, como também os trabalhadores aposentados, e os trabalhadores em potencial e futuros, ou seja, a força de trabalho assalariada passada, presente, futura e em potencial (VOGEL, 2013, p. 166).

A obra de Lise Vogel é fundamental para os estudos do feminismo socialista marxista e entendo como imprescindível, ou seja, para ontem, a necessidade de tradução para diversas línguas para que a autora seja lida a partir de suas palavras, já que as interpretações contemporâneas de seu trabalho, em algumas perspectivas, têm levado a posturas mais antineoliberais que revolucionárias, conforme o método materialista histórico e dialético preza.

Essa retomada da obra de Vogel ocorre com uma nova onda do movimento de mulheres no plano internacional, ficando mais conhecida e fortalecida a partir da publicação do livro *Social reproduction theory: remapping class, recentering oppression*⁴⁶, de Tithi Bhattacharya de 2017.

⁴⁶ Por uma tradução livre: Teoria da reprodução social: remapeando a classe e recentralizando a opressão.

Bhattacharya (2017; 2019) parte da crítica a posturas incoerentes dentro dos movimentos marxistas, principalmente por posturas sexistas enfrentadas tanto por ela como por diversas outras feministas marxistas que buscaram por espaços que corroborassem com a teoria social de Marx pensando que encontrariam pessoas, principalmente homens, com posturas mais avançadas e contrários às opressões de gênero.

Concordo com a autora que, dentro desses movimentos e partidos, existiu e ainda existe essa busca e cobrança das mulheres por posturas críticas e contrárias à opressão de gênero/sexo. Posturas essas que muitas vezes caem até mesmo em um idealismo de que o fato de conhecer a crítica faça dos homens, e até das mulheres, mais ou menos alienados ou desalienados. Contudo, não existe desalienação dentro do capitalismo, e como partícipes desta sociedade contraditória, os indivíduos expressam suas contradições.

Nas palavras de Bhattacharya,

[...] se somos revolucionários sérios e não pregadores irracionais de dogmas, há dois aspectos mutualmente contraditórios da história marxista com os quais temos que lidar. O primeiro é o prejuízo causado em nome do marxismo à causa revolucionária da justiça de gênero e o segundo é como o *modelo* marxista, a despeito dos muitos tropeços históricos em seu nome, permanece sendo a melhor maneira de entender a opressão sob o capitalismo e, portanto, fornece pistas de como acabar com ela (BHATTACHARYA, 2019, p. 102).

Essa crítica que aparece não apenas em Bhattacharya, como em diversas autoras da Teoria da Reprodução Social (TRS), independentemente de sua vertente, parece carecer de delineamentos, pois toma a parte pelo todo ao falar do antifeminismo proletário sem falar das resistências dentro dos coletivos. Sem falar, por exemplo, dos avanços já sinalizados neste texto a partir da experiência do “socialismo real existente” com contribuições de Alexandra Kollontai, Nadezhda Krupskaya, Natália Sedova, Lênin e Trotsky na URSS, Clara Zetkin na Alemanha e Rosa Luxemburgo no contexto polaco-alemão.

As críticas feministas às ausências em Marx, nos marxistas etapistas e em marxistas das mais diversas perspectivas teóricas críticas, muitas delas coerentes, parece que deixam escapar e em muitos poucos casos tangenciam a experiência do “socialismo real existente”. Conforme sinalizo, uma das mais valorosas experiências que pouco foi aprofundada, principalmente a partir da queda do muro de Berlim, marco histórico que causou uma desilusão geral com o socialismo, mas que não deveria ser capaz de abafar a riqueza histórica, política, cultural e social desta experiência.

Os (des)feitos de Josef Stalin parecem ofuscar de forma gritante as demais contribuições do “socialismo real existente” e não deveriam, pois a revolução não se resumiu a um único

dirigente, nem mesmo a Lênin e/ou a Trotsky, mas ao conjunto da classe trabalhadora da época, em sua maioria campesina e ao partido bolchevique.

O movimento de stalinização se deu a partir do momento de ascensão de Josef Stalin e seus apoiadores — importante destacar que dentro do partido bolchevique, embora houvesse o partido menchevique que seria mais socialdemocrata, haviam perspectivas distintas, ainda que de acordo com determinados elementos de centralismo democrático.

Stalin, contudo, ganha a fama, já que não apenas assume a liderança do partido bolchevique, mas também se torna governante, a partir de 1920, da União Soviética. Esse processo está muito bem historicizado no livro já trabalhado neste texto de Wendy Goldman (2014), que explica detidamente como se deu o processo de retomada da família e do cerceamento político das condições de vida das mulheres a partir da ascensão de Stalin.

As influências desse modo de se entender o socialismo stalinista ficaram conhecidas como o socialismo de um só Estado, na contramão das leituras marxianas, leninistas e trotskistas de que o socialismo é um projeto internacional, assim como influenciaram fortemente os partidos comunistas pelo mundo, notadamente a partir da II Internacional Comunista que, não sem resistência, acabaram tomando diversos espaços por uma leitura de revolução etapista, na qual seria necessário desenvolver as forças produtivas e a indústria no país para que a classe proletária pudesse surgir, insurgir e fazer a revolução.

Outro aspecto a ser considerado, para que não se retire daqui apenas uma postura de defesa da experiência, mas também de crítica e autocrítica necessária, pode ser encontrado na história de luta de Alexandra Kollontai, feminista socialista e bolchevique, que foi a primeira e única mulher a compor o Comitê do Partido Central.

Kollontai foi Comissária do Povo para o Bem-estar social já no governo da União Soviética e que, a partir de sua entrada para a Oposição Operária mais à esquerda dentro do partido bolchevique, por se preocupar e fazer a crítica à burocratização, ao elitismo e à ênfase na produção a partir da comprovadamente equivocada Nova Política Econômica — NEP de Lênin —, enfrentou condenações de Lênin e, em 1922, foi banida por Stalin para um cargo diplomático sem grande destaque em Oslo (BOTTOMORE, 1988).

A experiência, riquíssima, contudo, ou é ignorada ou é tomada por conjunto com os partidos comunistas stalinizados, por exemplo em Ferguson (2019; 2020) e Ferguson e McNally (2019), com raras exceções como Vogel, que destacou o que foi alcançado na Revolução Russa e também Bhattacharya, embora esta última tenha apenas citado a revolução em pé de igualdade com a revolução francesa.

Vale aprofundar as diferenças entre essas revoluções, principalmente acerca da Revolução Russa. Por outro lado, é importantíssimo o excerto no qual Bhattacharya reconhece que o sujeito revolucionário continua sendo a classe trabalhadora e que seu maior impacto está na luta na esfera produtiva. De acordo com a autora,

Porque não é verdade que a classe trabalhadora não pode *lutar* na esfera da reprodução. Mas é verdade, no entanto, que ela só pode *vencer* o sistema na esfera da produção. Algumas das maiores lutas da história da classe trabalhadora começaram fora da esfera da produção. As duas revoluções mais significativas do mundo moderno, a francesa e a russa, começaram como revoltas por pão, lideradas por mulheres (BHATTACHARYA, 2019, p. 110).

Apesar desse primeiro ponto de discordância e de crítica à crítica da reprodução social ao marxismo, é preciso reconhecer as diversas contribuições para a discussão feminista que se compromete com o entendimento da necessidade do debate da condição das mulheres nos partidos e movimentos classistas, marxistas, socialistas, comunistas.

Bhattacharya (2017), por exemplo, escreve sobre a condição de vida das mulheres norte-americanas, dá destaque para as mulheres trabalhadoras e mulheres não brancas. Entender a particularidade que interpela a autora faz total diferença, já que sua luta ao mesmo tempo que se reivindica revolucionária fala bastante contra o neoliberalismo, quando falando sobre a falta da saúde pública nos EUA, a falta de justiça reprodutiva e não apenas direitos reprodutivos, o que implica uma luta por conquistas que envolvem a redução direta dos lucros do capital e que a autora analisa brilhantemente.

Por sua síntese materialista histórica e dialética no seguinte excerto,

A percepção mais importante da teoria da reprodução social é que o capitalismo é um sistema unitário que pode integrar com êxito, ainda que desigualmente, a esfera da reprodução e a esfera da produção. Mudanças em uma esfera, então, reverberam na outra. Salários baixos e cortes neoliberais no trabalho podem produzir despejos e violência doméstica no lar (BHATTACHARYA, 2019, p. 104).

Neste ínterim, afirma que essa relação necessária entre produção de mercadorias e reprodução da força de trabalho é condição sem a qual essas mercadorias não podem ser produzidas, aspecto que não é tão convincente, considerando que o sociometabolismo do capital, assim como a experiência da União Soviética, já experimentou outras formas de lidar com o trabalho doméstico por meio de tecnologias, bem como com todos os trabalhos da esfera reprodutiva a partir de outras instituições que não sejam a família, como creches, escolas, restaurantes, lavanderias, serviços que permitem a terceirização do trabalho de reprodução social, majoritariamente realizado por mulheres.

A autora não atrela o trabalho reprodutivo ao âmbito doméstico. Na esteira de Vogel, discute que o trabalho necessário para a reprodução dessa força de trabalho é realizado no âmbito doméstico sim, majoritariamente por mulher, assim como parte desse trabalho é realizado em instituições como escolas por professoras, em hospitais por enfermeiras, áreas e cargos que são majoritariamente ocupadas por mulheres (BHATTACHARYA, 2017).

Bhattacharya lança um alerta bastante relevante quando diz que:

Neste momento da crise neoliberal em particular, o gênero está sendo usado como arma da luta de classes pelo capital. A persistente defesa do estupro por figuras notáveis, o grave ataque aos direitos reprodutivos e a crescente transfobia são todos resultados das várias tentativas do capitalismo de resolver a crise econômica com ataques às vidas da classe trabalhadora tanto no trabalho quanto no lar (BHATTACHARYA, 2019, p. 111).

Fala também contra o feminismo neoliberal que propõe a superação da aparente estagnação dos avanços das pautas de gênero a partir do aumento de mulheres empresárias. Por fim, fala da importância da luta de classes atrelada com as pautas das identidades oprimidas sem se preocupar em “ganhar discussões”, mas em construir unidade tanto na economia formal quanto fora dela, tanto no lar como no trabalho (BHATTACHARYA, 2019).

A autora faz análises concretas de situações concretas, enfatiza a importância das lutas em unidade com a classe trabalhadora de conjunto, mas as questões que a interpelam na luta antineoliberal, quando atreladas à ideia de um feminismo para os 99%, abrem brechas para capitulação da luta anticapitalista pelas ideologias neoliberais.

Além das contribuições de Bhattacharya, também é preciso aprofundar os estudos nas análises de Cinzia Arruzza, principalmente sobre sua leitura de distinção entre a reprodução social no marxismo e a reprodução social para o feminismo marxista, por suas palavras:

O termo reprodução social, na tradição marxista, normalmente indica o processo de reprodução de uma sociedade em sua totalidade [...]. Na tradição feminista, entretanto, reprodução social significa algo mais preciso: a manutenção e reprodução da vida, em nível diário e geracional. Neste contexto, reprodução social designa a forma na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado: por exemplo, preparo da comida, educação dos jovens, cuidado dos idosos e doentes, assim como as questões domésticas e todo caminho até as questões de sexualidade... (ARRUZZA, 2015, p. 55).

Preocupa a Arruzza ampliar o termo trabalho doméstico dentro da quadra do feminismo-marxista, ou seja, aquele que entende que não há produção de valor e mais-valor no trabalho doméstico, nem mesmo valor de troca, existindo somente valor de uso.

O conceito de reprodução social, inferido junto a Arruzza, amplia o debate já que condensa inúmeras tarefas, atividades, como trabalhos de cuidados que vão muito além do trabalho

doméstico, tanto por não se restringir ao espaço físico doméstico, quanto por abarcar necessidades diversas.

Embora possa ser compreendida a relação material e dialética que reside na reprodução social enquanto categoria analítica, há uma questão a ser pontuada sobre os trabalhos das autoras que reivindicam a existência de uma “teoria” da reprodução social, pois, de forma geral, há uma tendência a transformar tudo em reprodução social.

O capítulo Inédito de Marx (1978) contribui bastante para o entendimento de que no século XIX já havia a necessidade de estudar as formas de subsunção do trabalho ao capital, ao problematizar se o trabalho é assalariado, se é produtivo ou improdutivo; não por um caráter moral, mas no entendimento de como é possível construir estratégias de luta contra o capitalismo que, de fato, balancem as estruturas do capital local e internacionalmente.

Hoje, essas relações sociais se complexificam ainda mais com as terceirizações, por exemplo, das trabalhadoras domésticas assalariadas que em residências não geram valor e mais valor, mas na indústria, assim como cozinheiras industriais, agregam valor à massa produzida, ou seja, cabe avaliar os casos e as formas de controle do capital sobre aquele determinado trabalho.

Vogel (2013) e outras autoras da TRS, como Martha Giménez (2019), reconhecem como Wood que para o capitalismo, *a priori*, não há diferença entre a força de trabalho de uma criança, mulher, negras, negros, não negros ou negros e homens, notadamente por seu interesse ser abstrair empregos concretos, explorando o valor e mais-valor via trabalho excedente. Entretanto, apenas Ellen Wood foi execrada por considerar tais elementos, por exemplo Susan Ferguson, quando diz que:

A manutenção do poder social capitalista, assim, articula-se com as buscas por maneiras de regular a reprodução social no geral, e as capacidades biofísicas das mulheres de reproduzir a próxima geração, no particular. Isso não é um argumento funcionalista: a necessidade que o capital tem da reprodução social do trabalho não precisa da forma familiar e da opressão das mulheres (no sentido de causar o seu vir a ser). *Em um nível, o capital é agnóstico sobre como “obtem” o trabalho que explora.* Assim, outras formas de reprodução social (campos de trabalho forçado, escravidão, migração, prisões) estão disponíveis a ele, ou podem ser imaginadas. Mas a existência das necessidades do capital explica porque uma instituição altamente efetiva— o âmbito doméstico privatizado — é alardeada e reforçada (através de uma legislação machista, sistemas educacionais, práticas de seguridade social, por exemplo), e, desse modo, enraizada nas sociedades capitalistas (por mais que se tenha herdado práticas das sociedades pré-capitalistas e as remoldado ao longo do tempo). *É essa relação essencial entre as necessidades produtivas e reprodutivas da formação social capitalista, e não um impulso patriarcal transhistórica, portanto, que torna a opressão das mulheres possível e provável sob o capitalismo* (FERGUSON, 2019, p. 229-230, grifos meus).

Por minha leitura, Wood (2017) não acredita que o capitalismo possa tolerar e até superar a opressão de gênero/sexo, raça e outras, assim como no pensamento de Ferguson, que parece bastante próximo da leitura de Wood quanto à crítica à forma como o capital se apropria do patriarcado e se vale dele. O modo de produção capitalista é agnóstico quanto ao “portador/a” da força de trabalho, pouco lhe importa se é homem, mulher, criança, bem como suas condições de vida são irrelevantes, exceto para garantir que este/a “portador/a” se apresente ao trabalho no dia seguinte e consiga produzir, ou que outro esteja na porta da empresa aguardando para substituí-lo.

O capitalismo criou o racismo por cor da pele e incorporou o patriarcado à sua maneira, mas o capitalismo é um sociometabolismo que se transforma também mediante as pressões feitas na luta de classes pela classe trabalhadora.

Logo, embora minha visão de sujeito social, de meu tempo, seja limitada pelas condições objetivas que vivo, não posso ignorar o movimento da história de superações e retomadas de perspectivas reacionárias a todo momento no capitalismo, sempre mediados pela luta de classes, a serviço dos interesses e necessidades de avanço e acúmulo de capital.

Dentre as críticas de Wood está a interpretação de Arruzza, que a coloca no mesmo barco dos teóricos marxistas que permanecem ligados à ideia de hierarquias entre exploração como principal e opressões depois. Arruzza se refere ao antifeminismo operário já enfrentado por Marx e Engels, como também ao movimento stalinista que capitulou boa parte dos partidos comunistas no mundo, o que não é nitidamente colocado, nem explicado por Arruzza, incorrendo na desconsideração de importantes contribuições de Wood.

Não é à toa essa crítica, há necessidade de autocrítica no interior dos movimentos e partidos comunistas, conforme sinalizado acima. Por outro lado, quando se considera a diferença fulcral entre as teóricas contemporâneas da reprodução social e o feminismo socialista marxista, é preciso compreender a categoria ontologia, o trabalho como elemento central e ontológico intrínseco à humanidade, para se entender o motivo da defesa da centralidade da classe trabalhadora como sujeito revolucionário e para a superação do sociometabolismo capitalista, considerando a classe de conjunto.

Assim como Vogel inferiu, a classe trabalhadora envolve tanto trabalhadoras e trabalhadores assalariados, quanto crianças como futuros trabalhadores, como trabalhadores/as do passado — os idosos —, enfim, presente, passado, futuro, exército industrial de reserva e, agrego também, os sobrantes.

A categoria trabalho é prioridade por ser ontológica. Trabalhamos tanto em âmbitos produtivos, gerando valor e mais valor, como em âmbitos improdutivos, pelo menos diretamente improdutivos, e mais, trabalhamos independentemente da forma socialmente organizada para dar conta da subsistência, seja uma sociedade de classes, como nas sociedades comunais e o que se pretende realizar como sociedade comunista, sem desconsiderar as contradições que persistirão e que poderão vir a existir.

Já o trabalho explorado e o assalariado são socialmente determinados, são da sociedade capitalista. As opressões também são socialmente determinadas neste espaço-tempo das sociedades de classes e do capital, são fruto de ideias, ideologias.

O marxismo, assim como o feminismo socialista marxista, pretende superar a exploração do trabalho, o trabalho assalariado, assim como as demais ideologias do capitalismo, mas não o trabalho. Pretende superar as opressões que são formas ideológicas forjadas a partir de consciências falseadas da realidade, que criaram a necessidade de oprimir, no caso do capitalismo, partindo das necessidades do capital e não da humanidade.

Arruzza e Bhattacharya, portanto, baseadas nos elementos elencados acima, se aproximam mais do feminismo socialista marxista, principalmente por entenderem a teoria social de Marx do capital por seu método analítico, por sua leitura do capital a partir do movimento proletário de sua época, bem como por sua base e processo revolucionário estarem mais próximas do que preconiza o projeto societário comunista, além de entenderem que existe somente um sistema, ou estrutura, o capitalismo.

Outras autoras se afastam mais do feminismo socialista marxista. É o caso do feminismo autonomista e anticapitalista de Silvia Federici. A autora entra no debate disputando a reprodução social enquanto categoria e não como uma teoria, é considerada autonomista justamente pela crítica que faz ao marxismo e às vertentes feministas, bem como por entender que o espaço de reprodução social, de forma autônoma, é o *locus* de construção da revolução da mesma forma como o fabril.

Federici (2019a), assim como Mezzadri (2019), contudo, contribuem quando fazem a crítica à existência da “teoria” da reprodução social. Defendem a importância da reprodução social enquanto categoria analítica, mas criticam a ideia de tomar uma categoria como teoria, já que não seria uma forma de identificação política. Além disso, referem que partir do ponto de vista da realidade da reprodução social não é o mesmo que adotar uma postura marxista radical em termos gerais.

Outra autora que reivindica a “teoria” da reprodução social é Susan Ferguson, talvez menos conhecida que as demais autoras, professora associada da Wilfrid Laurier University, Waterloo, Ontario, Canadá. Em suas produções recentes busca construir a Teoria da Reprodução Social — TRS —, partindo da crítica à teoria da interseccionalidade do feminismo negro, bem como da crítica às teorias de duplos e triplos sistemas das feministas materialistas⁴⁷, considerando contribuições da teoria unitária, mas baseando suas análises nos estudos de Lise Vogel, mais precisamente o livro *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*⁴⁸.

A autora escreve junto a David McNally a introdução deste livro de Lise Vogel para sua reedição em 2013 em inglês, momento em que explicitam tanto a relevância da obra quanto críticas e aspectos que discordam de Vogel. Diferente do livro de Vogel, o texto introdutório já se encontra traduzido para o português.

Ferguson e McNally (2017) fazem um esforço introdutório buscando sintetizar debates contemporâneos à obra de Vogel e o solo não auspicioso que sua obra encontra com o avanço da perspectiva neoliberal nas décadas de 70 e 80. Entendem como necessária “A noção de que as próprias categorias do marxismo podem ser reimaginadas através de uma lente feminista, e uma análise das relações de gênero integrada em uma ‘teoria das relações de produção’ abrangente” (FERGUSON; MCNALLY 2017, p. 30).

Vogel (2013), ao retomar Engels, critica ambiguidades por ela sinalizadas, mas aponta sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* como fonte da teoria da reprodução social.

Dentre as discordâncias estão o fato de Engels tomar a divisão sexual do trabalho como natural; falar em matriarcado originário, que abre espaço para entender que a partir dos meios de produção ocorre um processo evolutivo e automático até a família monogâmica, assim também a luta proletária, como sua revolução, a destruirão; concentrar-se na propriedade e não na exploração como objeto da luta de classes; dar ênfase aos direitos democráticos como estratégia, reforçando problemas entre revolução socialista e liberdade da mulher como questões distintas.

As críticas são coerentes e assertivas. Ao recuperar as ideias de Engels no mesmo livro, conforme feito no início deste capítulo, embora seja possível destacar diversos elementos

⁴⁷ As vertentes do feminismo negro e feminismo materialista já foram amplamente trabalhadas nos subitens anteriores deste mesmo capítulo.

⁴⁸ Por uma tradição livre para o português: Marxismo e opressão às mulheres: por uma teoria unitária.

essenciais à compreensão da relação entre modo de produção e reprodução social, é preciso atentar-se para o fato de que não é uma obra que toma por objeto a reprodução social, como a crítica parece desejar, tratando-se muito mais de um comentário a estudos antropológicos.

Assim como Vogel, considero importante analisar de forma mais detida os modos de incorporação do patriarcado ao capitalismo, aprofundando mais o debate do que o realizado em Engels, já que, ao falar da propriedade privada se expressando nas relações sociais, pode dar a entender que o patriarcado é *transhistórico*.

Além disso, há em Engels a falta de elementos de conjuntura e processos de luta de classes, disputas políticas no interior dos movimentos e dos partidos que aparentemente influenciaram muito da história do desdobramento da perspectiva socialista com o “socialismo real existente”, provocando desilusões também no interior do feminismo socialista marxista, por exemplo, em relação à facilitação do divórcio e do casamento da União Soviética em seus primeiros anos com Lênin e Alexandra Kollontai, que se mostrou um fiasco para mulheres que não tinham métodos de contracepção e que dependiam dos patriarcas para acessar meios de trabalho e recursos na vida campesina.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração é que, embora seja crucial erguer-nos enquanto subimos, considerando a luta contra todas as formas de opressão como fulcral e em unidade com a luta contra a exploração de classe, é importante ter a noção de que as opressões devem ser questionadas e articuladas como estratégias de superação da barbárie capitalista desde já (ou melhor, ontem).

Por outro lado, isso não quer dizer que tal superação vá se dar no capitalismo, nem mesmo que as opressões terminam onde começa a revolução socialista, ou seja, no momento de tomada do poder, ou nas suas primeiras décadas e até séculos, mas trata-se de relações sociais que podem ser concretamente superadas a partir da retomada daquilo que é ontológico e central para a humanidade, o próprio humano e não o capital, ou a propriedade privada.

Só assim, livre da exploração, é que é possível superar as opressões que conhecemos, assim será possível concretamente falar que é comunismo, ainda que outras formas contraditórias possam ser desenvolvidas desde as novas formas de produção e relações sociais. Não há utopias e ilusões aqui, mas possibilidades concretas, forjadas historicamente a partir das relações sociais.

Ferguson possui também o livro publicado em inglês em 2020, *Women and work: feminism, labour and social reproduction*⁴⁹. Publicado e, no mesmo ano, traduzido para o espanhol como *Mujeres y trabajo: Feminismo, trabajo y reproducción social*⁵⁰. Neste livro, a autora recupera a obra de Vogel e contribui ao colocar a luta contra a opressão no centro da luta contra o capital, articulando a relação sistêmica entre as opressões e a exploração.

Para Ferguson existem três correntes no pensamento feminista, são elas: o feminismo da igualdade, que luta por acesso ao trabalho, cultura e educação, defendendo a importância da igualdade entre homens e mulheres, tanto jurídica, quanto civil, autoras e militantes como Mary Wollstonecrafty e Olimpes de Gouges compondo esta vertente; o feminismo de igualdade crítico, aqui se enquadraria o feminismo socialista, que diferencia entre Flora Tristán como representante do início de um feminismo socialista moral como racial-humanista, conhecido como socialismo utópico e de outro lado identifica um feminismo socialista científico que teria Anna Wheeler e William Thompson como precursores; e o feminismo da reprodução social.

Por suas análises, o feminismo socialista se dividiria entre duas abordagens, uma moral (racial-humanista) e a outra científica (política-econômica). Explica a importância dessa distinção para que se compreenda a divergência entre as prioridades políticas sobre a questão da mulher.

A primeira abordagem [moral, racional-humanista] vê as mulheres não remuneradas pelo trabalho doméstico como essencial, mas irrelevante para o funcionamento do capital; relações de poder patriarcal existem fora do capitalismo, o que significa que a luta contra elas só pode ser adicional contra o capitalismo. O feminismo é, portanto, uma “luta especial” (para usar a linguagem comunista partidária de uma era posterior) que pode ser realizada simultaneamente com ou subsumida à luta de “classe” de outrora⁵¹ (FERGUSON, 2020, p. 41, tradução minha).

A segunda abordagem é vista pela autora como basilar para o desenvolvimento de sua nova vertente, o feminismo da reprodução social, portanto, beberia de uma fração do feminismo socialista para criar seu movimento. Segundo Ferguson,

A abordagem político-econômica de Wheeler e Thompson, por outro lado, apresenta a possibilidade de que “lutas especiais” sejam ao mesmo tempo anticapitalistas. A luta

⁴⁹ Em uma tradução livre seria Mulheres e trabalho: feminismo, trabalho e reprodução social.

⁵⁰ Para um estudo mais aprofundado e crítico sobre esse livro de Susan Ferguson indico os trabalhos, livros e artigos de Josefina L. Martínez, tais como o livro MARTÍNEZ, J.L., BURGUEÑO, C.L. Patriarcado y capitalismo: feminismo, classe y diversidad. Estado espanhol: Akai, Afondo, 2019.

⁵¹ Pelo texto original em inglês: The first approach sees women’s unpaid domestic work as essential but irrelevant to the workings of capital; patriarchal power relations exist outside capitalism, which means that the struggle against them can only be *in addition to* the struggle Against capitalism. Feminism is thus a “special struggle” (to use Communist Party language of a later era) that can be either carried out contemporaneously with or subsumed to the erstwhile “class” struggle.

contra a opressão das mulheres não é opcional nem contingente. Não deve ser posta de lado se o capitalismo em si deve ser transformado⁵² (FERGUSON, 2020, p. 41).

Ferguson, notadamente, identifica talvez um dos maiores equívocos de algumas correntes dos partidos comunistas que se desenvolveram em diversos países a partir da derrocada da experiência da União Soviética que se inicia mais precisamente em meados de 1920. No Brasil, por exemplo, essa tendência etapista surge ainda na década de 60 e é preciso fazer autocrítica, já que ainda hoje existem militantes que fazem essa defesa equivocada.

Contudo, essas são expressões da leitura do movimento contraditório da sociedade, bem como expressam a contradição e formas de capitulação das lutas revolucionárias no interior da luta de classes, ainda que seja uma defesa que tenha surgido no interior de perspectivas progressistas.

Outro aspecto relevante é que tal contradição já fora sinalizada por Kollontai, Krupskaya, e até mesmo por Lise Vogel, feminista socialista referência basilar de Ferguson, e nem por isso tais autoras abandonaram os movimentos, partidos e a própria luta pela revolução socialista, muito menos buscaram criar movimentos sociais no plano teórico e acadêmico para reunir pessoas solidárias a melhores condições de vida e acessos para as mulheres.

Outras autoras mais contemporâneas que aprofundam esses aspectos da obra de Rosa Luxemburgo são Ângela Davis, Heleieth Saffioti, Ellen Meiksins Wood, Andrea D'Atri e diversos coletivos feministas socialistas que se organizam por fora do âmbito acadêmico, embora possuam membros com algum vínculo acadêmico. Contudo, para Ferguson, somente Kollontai e Clara Zetkin teriam se posicionado contrárias a essas posturas nos partidos comunitários e movimentos operários.

Aspecto que desperta a atenção é que em Ferguson a história de Vogel, por exemplo, como militante socialista e feminista socialista não aparece. Vogel (1983) foi atuante no interior da Associação Internacional de Trabalhadores para criar espaços específicos para as mulheres e para as questões das mulheres no interior das organizações socialistas, como parte de sua luta para que o movimento operário adotasse e incorporasse em sua luta o debate das opressões e as pautas contra as opressões na luta anticapitalista.

⁵² O texto original em inglês: Wheeler's and Thompson's political-economic approach, on the other hand, introduces the possibility that "special struggles" are at one and the same time anti-capitalist struggles. The struggle against women's oppression is neither optional nor contingent. It must not be sidelined if capitalism itself is to be transformed.

Contrariando a possibilidade de disputa entre as diversas correntes e formas de se analisar a obra marxiana e suas contribuições dentro do feminismo socialista e do próprio socialismo enquanto projeto revolucionário da classe trabalhadora, Ferguson encontra em Wheeler e Thompson uma crítica ao feminismo socialista utópico, do qual parte para criar o feminismo da reprodução social.

O livro de William Thompson e Anna Wheeler, *Appeal of the Half the human race, women, Against the pretensions of the Other half, men*, que por uma tradução livre seria *Apelo de uma metade da raça humana, as mulheres, contra as pretensões da outra metade, os homens*, publicado em 1825, é retomado por Ferguson, por entender que ao criticarem aqueles que concebem as mulheres como responsáveis pelas tarefas domésticas e cuidados de crianças analisando em termos de uma carga desigual o trabalho doméstico em relação ao trabalho fabril ou produtivo, os autores estariam esboçando “[...] as premissas de uma crítica política-econômica do trabalho doméstico das mulheres. [...] eles revelaram a relação contraditória de tal trabalho com o típico trabalho capitalista ‘produtivo’, estabelecendo as bases conceituais do feminismo da reprodução social⁵³” (FERGUSON, 2020, p. 41, tradução minha).

Em Ferguson, as análises do feminismo socialista aparecem realmente bastante truncadas, a autora salta de Flora Tristan para Engels e compara a obra de Engels (2010) com August Bebel, que é reconhecido por uma postura crítica mais atrelada à social democracia de sua época.

Além disso, faz severas críticas a Engels, partindo da ideia de que o autor teria uma postura dualista entre opressão e exploração, na qual a opressão ficaria postergada a uma luta em um momento indefinido.

Dentre as perspectivas que tomam o feminismo socialista por algumas correntes que se enveredaram por uma postura de hierarquização entre exploração e opressões, Ferguson é a autora que mais se apoia na ideia de tomar uma corrente pelo todo, apontando justamente que a solução está em criar um novo feminismo, o feminismo da reprodução social.

A autora não diferencia as diversas correntes socialdemocratas, anarquistas, socialistas, do marxismo, dos marxistas, do stalinismo, como também das diversas divergências e convergências existentes nos pensamentos do feminismo socialista de Flora Tristán, Marx, Engels,

⁵³ No texto original em inglês: “Wheeler and Thompson departed from the rational-humanist critique that conceives of women’s responsibility for housework and childcare in terms of the unequal burden it places on them and instead sketched the premises of a political-economic critique of women’s domestic labour. In the process, they revealed the contradictory relation of such labour to capitalistically ‘productive’ labour, laying the conceptual foundation of *social reproduction feminism*.”

Kollontai, Krupskaya, Natalia Sedova, Clara Zetkin, Lênin, Trotsky e outros como o marxismo de Franz Fanon.

Não é preciso ir longe para entender o que é centralismo democrático no interior dos movimentos. Em Bhattacharya (2019) conforme explicitado acima, se encontra a defesa da “teoria” da reprodução social, mas se encontra também a postura socialista revolucionária enquanto projeto social revolucionário, quando informa que é possível lutar pelas mais diversas formas dentro do trabalho reprodutivo, mas só é possível *vencer* o capital, com vistas a superá-lo, na esfera produtiva. Ou seja, a autora está centralmente atrelada às mesmas defesas que aqui comungo.

Contudo, reprodução social é um conceito ou, na linha marxiana, uma categoria analítica que, além de Bhattacharya tratar como “teoria”, une-se à defesa de um feminismo para os 99% da população em um livro com Nancy Fraser e Cinzia Arruzza.

O livro é um dos frutos valiosos que surgiram a partir do *Black lives matter*⁵⁴. O movimento surgiu em 2013, com uma onda de protestos contra a absolvição de George Zimmerman, acusado de matar o adolescente negro Trayvon Martin. Assim surgiu a #BlackLivesMatter, que por uma tradução livre significa que vidas negras importam, de mobilização virtual, o movimento ganhou as ruas em conjunto com movimentos antirracistas e ativistas como Alicia Garza, representando a aliança nacional de trabalhadoras domésticas norte americanas, Partisse Cullors do movimento contra a violência policial em Los Angeles, e Opal Tometi da aliança negra pela imigração justa.

Atualmente o movimento se agiganta e se coloca contra a supremacia branca, na busca por construir poderes locais para contrapor a violência contra as comunidades negras tanto pelo Estado capitalista como por sua política.

A unidade de esquerda com solidariedade e compromisso de luta contra todas as formas de opressão é imprescindível e também é central aqui, embora não seja central para o capitalismo; por isso é insuficiente, já que não se trata somente de resistir, mas de superar o capital.

O livro *Feminismo para os 99%* veio sintetizar ideias importantíssimas e contribuições riquíssimas para se pensar a unidade entre as lutas contra as opressões dentro do capitalismo, com propostas anticapitalistas, com as quais corroboro, mas, ao convocar 99% da população, as autoras simplesmente diluem o conteúdo de classe, como se este fosse um aspecto menos

⁵⁴ Para conhecer a história do movimento indico uma leitura já publicada em português pela editora elefante: TAYLOR, KEEANGA-YAMAHTTA. #VIDASNEGRASIMPORTAM e a libertação negra. São Paulo: Elefante, 2020.

relevante para o momento, como se agora fosse mais importante discutir as opressões no sistema capitalista e fruto desse sistema, e não a superação do sistema em si.

No sentido da convocação e da falta de sujeito revolucionário para esse projeto que as autoras reivindicam, acredito que se abre muito mais uma brecha para o que tantas vezes já vivenciamos, como capturas aparentemente progressistas que muito mais conservam que avançam nos interesses da classe trabalhadora e dos oprimidos, que avançam quando fazem conciliações com governos menos neoliberalizantes, menos desumanizantes.

Nancy Fraser (2002) é uma teórica e ativista extremamente importante para a luta das mulheres, assim como diversas lutas por justiça social, cultura e políticas redistributivas nos EUA. A sua perspectiva teórica não é marxista, nem seu direcionamento ético-político é socialista. A autora contribui analiticamente sobre diversos temas e tem claramente uma postura antineoliberal, o que faz com que muitas de suas defesas comunguem com as que aqui defendo, contudo, o limite das alianças se explicita, por exemplo, quando Fraser trata Joe Biden como “neoliberal progressista”.

Fraser em entrevista à Boitempo⁵⁵ explicita que suas preocupações em compor o texto do *Feminismo para os 99%* é bastante pontual, trata-se de construir uma unidade contra a reeleição de Trump. Nos EUA os candidatos à presidência são eleitos por estados, posteriormente há uma eleição nacional entre os eleitos, o que faz com que as eleições se deem de forma bastante fragmentada e com diversas disputas de poder político e interesses diversos que acabam pulverizando aspectos universais como a classe em questões mais particulares e singulares entre os municípios.

Fala do Cinturão da Ferrugem, como eleitores de Trump que não estariam abertos para esse diálogo, mas diz que apela por uma estratégia populista de esquerda que poderia unir talvez algumas frações da classe trabalhadora que poderiam atingir alguns eleitores desse Cinturão (FRASER, 2019). Preocupa-se, portanto, com a derrubada do governo de Trump no interior das estratégias eleitoreiras do Estado capitalista. Me pergunto, tudo é válido para derrubar apenas um dos palhaços do circo? Trocando o palhaço pelo atirador de facas?

No Brasil as eleições presidenciais se aproximam, devendo ocorrer em 2022, e as mesmas unidades de conciliação começam a se levantar entre os partidos pela disputa eleitoral por dentro das eleições burguesas, na lógica burguesa e a serviço do circo da democracia restritiva

⁵⁵ FRASER, Nancy. Nancy Fraser: um feminismo que visa libertar todas as mulheres deve ser anticapitalista. Publicado em Blog da Boitempo, nov. 2019. Disponível em: < <https://blogdaboitempo.com.br/2019/11/25/nancy-fraser-um-feminismo-que-visa-libertar-todas-as-mulheres-deve-ser-anticapitalista/>>. Acesso em 30 out. 2021.

do sociometabolismo do capital. Para derrubar Bolsonaro um grande número de coletivos, movimentos sociais, militantes e ativistas, ainda que tampem o nariz e olhem para o lado, votarão em Luís Inácio Lula da Silva, o mesmo não se podendo dizer em caso de outro nome assumir a candidatura pelo PT.

Óbvio está, contudo, que a unidade entre Bhattacharya, Fraser e Arruzza só pode se articular até determinado limite, afinal se movimentam por lutas por políticas públicas, direitos civis e jurídicos no interior da sociedade capitalista, que embora sejam imprescindíveis, não atingem as bases do capital, exceto em alguns períodos em que a luta de classes consiga ampliar suas conquistas e assim fazer cócegas nos lucros do grande capital, pois para bater de frente com o capital a questão da exploração é sim central.

Isso não quer dizer que haja uma hierarquia, ou que a minha postura de compreensão de que a exploração é central, assim como a de Bhattacharya (2019), faça alguma diferença, pois para mim tanto o trabalho produtivo quanto improdutivo são relevantes para a reprodução da sociedade. Isso é óbvio, porque penso a partir das necessidades da humanidade e não do capital, mas se compreendo que o sociometabolismo do capital barra as conquistas das mulheres, mais ainda as das mulheres trabalhadoras negras e não negras, como também dos trabalhadores, da população LGBTQIA+, devo buscar aquilo que é importante para o sociometabolismo capitalista se manter em movimento por essência, não apenas para incomodar, mas para gerar a ruptura e paralisação de suas estruturas.

Para isso é preciso revelar aquilo que é mais determinante para a continuidade da produção, que não é o/a trabalhador/a que detém a força de trabalho, mas a força de trabalho em si. Se seu “hospedeiro” está saudável ou não, bem vestido ou não, bem alimentado ou não, pouco importa ao capital, desde que, em caso de sua morte, outras “mãos” possam assumir aquela função produtiva. Em outras palavras, não se trata de uma questão moral, mas sim política, econômica e cultural que implica nas formas como a alienação do trabalhador assalariado e principalmente do trabalho produtivo no interior do modo de produção capitalista se espraia e implica nas demais formas de relações sociais existentes.

Em artigo mais recentemente traduzido para o português e publicado nos Cadernos Cemarx⁵⁶ e também pelo Coletivo Movimento (2019), Susan Ferguson propõe uma ontologia integrativa entre feminismo interseccional e feminismo da reprodução social. No decorrer do artigo, explicita-se que se trata de o feminismo da reprodução social engolir e digerir o

⁵⁶ Artigo originalmente publicado em *Historical Materialism*, v. 24, n. 2, 2016, com tradução publicada no Cadernos Cemarx. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/article/view/2938/2225>.

interseccional, considerando que a princípio se propunha a integrar. A perspectiva da reprodução social de Ferguson não abre mão de nada por este “casamento”.

As críticas à interseccionalidade feitas por Ferguson (2019), contudo, são primorosas e bastante coerentes, embora eu entenda que se trate de um conceito de interseccionalidade defendido, difuso e coerente com algumas perspectivas de lutas por acesso a direitos no interior do movimento de mulheres negras, principalmente, das estadunidenses.

Se quando lendo o seu livro em inglês algumas dúvidas me tomaram com relação às críticas que faria, unidades e limites com suas contribuições, por este texto as dúvidas foram superadas.

Ferguson (2019) parte do entendimento marxiano do capitalismo com o qual corroboro, ao recuperar em Marx (2013) que: “Capitalismo” como uma simples abstração não existe “realmente” (FERGUSON, 2019, p. 226). E atualiza e adensa ao dizer que:

Há apenas o capitalismo racializado, patriarcal, no qual a classe é concebida como uma unidade de relações diversas que produzem não apenas lucro ou capital, mas o *capitalismo*. Apesar de podermos (e precisarmos) pensar sobre relações discretas para entender a diferença, elas são distintas apenas abstratamente, no pensamento. Uma teoria integrativa é incompleta a menos que ela se mova dessa abstração para nomear a lógica social que informa a unidade existente, concreta, dessas relações (FERGUSON, 2019, p. 226-227).

Busca criar a tão sonhada unidade entre as “esquerdas” a partir da construção da solidariedade entre as pautas comuns, ressaltando que o feminismo da reprodução social, como parte das “teorias” da reprodução social, avança

Ao considerar o **trabalho como corporificado**, como uma **prática espacialmente localizada sustentando a reprodução da totalidade social**, o feminismo da reprodução social oferece uma concepção teoricamente rica do trabalho como uma unidade diversa. É diversa em sua natureza generificada, racializada, sexualizada (e assim por diante). Mas o **trabalho (re) produtivo (ou atividade humana prática)** é também um momento *unificador*, na medida em que todo corpo que trabalha, diversamente constituído, participa na reprodução de uma realidade social compartilhada, e é uma expressão desse todo social (FERGUSON, 2019, p. 235, *grifos da autora, grifos meus*).

Aqui, ao utilizar a categoria trabalho, entende que está ampliando o conceito marxiano para trabalho como (re)produtivo e como atividade humana prática. A crítica não é no sentido dogmático, mas na leitura e interpretação dos textos de Marx e Engels que utiliza como base para criar o conceito de *trabalho ampliado*.

Por suas palavras, no núcleo do feminismo da reprodução social está

[...] a concepção de trabalho como amplamente produtivo – criador não apenas de valores econômicos, mas da sociedade (e, portanto, da *vida*) mesma. [...] Esse não é o

“trabalho” como tem sido entendido pela economia *mainstream* e pelo marxismo vulgar. É, na verdade, a “atividade humana prática” que cria todas as coisas, práticas, pessoas, relações e ideias que constituem a totalidade social mais ampla – aquilo que Marx e Engels identificaram como “a primeira premissa de toda a história humana” (MARX, 1964, p. 111; MARX e ENGELS, 1932) (FERGUSON, 2019, p. 228).

O problema aqui está na forma como a autora interpreta a obra dos autores ou na forma como se utiliza dos textos para provar suas teorias. Os textos citados são *Manuscritos econômicos filosóficos de 1844* (MARX, 2010b) e *A ideologia alemã* (MARX; ENGELS, 2009).

No texto de 1844, justamente na página citada pela autora, Marx está falando sim do trabalho enquanto categoria ontológica que quando estranhado, ou alienado (MARX, 2013) na forma de trabalho assalariado, é totalmente alienado da sua forma ontológica, ou seja, deixa de poder ser meio de objetivação humana, justamente por estar subsumido ao capital (MARX, 18XX; MARX, 2013). Para evitar equívocos para o leitor, vou ao texto:

A *formação* dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história do mundo até aqui. [...] o comerciante de minerais vê apenas o valor mercantil, mas não a beleza e a natureza peculiar do mineral; ele não tem sentido mineralógico algum; portanto, a objetivação da essência humana, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, é necessária tanto para fazer *humanos* os *sentidos* do homem quanto para criar *sentido humano* correspondente à riqueza inteira do ser humano natural. [...] Na *indústria material, comum* (-que justamente se apreende tanto como uma parte daquele movimento universal, quanto se pode fazer dela, mesma uma parte *particular* da indústria, **já que toda a atividade humana até agora era trabalho**, portanto, indústria, atividade estranhada de si mesma -) temos diante de nós as *forças essenciais objetivadas* do homem sob a forma de *objetos sensíveis, estranhos, úteis*, sob a forma do estranhamento (MARX, 2010b, p. 110-111, *grifos do autor, grifos meus*).

Faço a mesma tarefa de pesquisa no texto de Marx e Engels citado, quando dizem que é o trabalho que diferencia os indivíduos dos demais animais,

Ao produzirem os seus meios de subsistência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material [...]. Trata-se já, isto sim, de uma forma determinada da atividade desses indivíduos, de uma forma determinada de exteriorizarem [...] a sua vida, de um determinado *modo de vida* dos mesmos. Como exteriorizam [...] a sua vida, assim os indivíduos o são. **Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, com o que produzem e também com o como produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção** (MARX, ENGELS, 2009, p. 24-25, *grifos dos autores, grifos meus*).

Tais excertos exprimem que os autores estavam preocupados em comprovar que os indivíduos são e só poderão ser resultado das relações sociais que estabelecem. Considerando que a classe trabalhadora passa a maior parte de seu tempo vendendo sua força de trabalho, se permitindo alienar do trabalho que deveria ser sua forma de se objetivar no mundo, tais indivíduos só poderão ser alienados e alienantes, com exceções que configuram a luta de classes

em prol da superação dessas condições de produzir, pois a partir de formas de se produzir mais humanizadas e voltada para a humanidade, o que abre também a possibilidade de condições humanizadas de superação das opressões, por uma sociedade humanamente emancipada com problemas outros que o capitalismo não conhece.

Diferente de tais conjecturas, Ferguson diz que:

Marx também inicia com uma concepção compreensiva de trabalho ou “da atividade humana prática” em sua tal atividade é sempre, e em todos os lugares, enraizada no social – “toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo *no interior e através de uma forma determinada de sociedade*” (MARX, 1973, p. 29) – ele avança na exploração da socialidade sistêmica de apenas uma forma de trabalho, aquele realizado para o capital. Observando a relação essencial desse último com o capital, ele ignora em grande medida o papel do trabalho reprodutivo no interior da reprodução total do capital, tratando-o como uma consequência natural do “impulso do trabalhador para sua autopreservação e propagação” (MARX, 1976, p. 275; p. 716). *A rica diversidade do trabalho e dos corpos que trabalham é, desse modo, marginalizada na teoria de Marx sobre o capitalismo*. O feminismo da reprodução social restaura essa diversidade, desenvolvendo o aparato conceitual para compreender o trabalho como uma experiência diferenciada-mas-compartilhada, uma unidade diversa, concreta (FERGUSON, 2019, p. 230-231).

O equívoco da autora está na compreensão de que Marx faz uma teoria sobre o capitalismo. Não se trata de uma forma de teorizar o capital no plano das ideias, mas busca nos autores do liberalismo clássico compreender a economia política clássica e, assim, oferecer a crítica à economia política, ao capitalismo em suas formas de relações sociais de produção e demais formas de sociabilidade que se desdobram no interior desse sociometabolismo, portanto, estando de alguma forma ou totalmente controladas, ou subsumidas a esse sociometabolismo.

Nesse sentido, não é Marx quem abandona uma concepção compreensiva de trabalho, mas a humanidade de conjunto que abandona essa ideia, principalmente a classe trabalhadora que cotidianamente se encontra dessubjetivada, seja ela trabalhadora produtiva ou improdutivo. Há uma tendência de subsunção de todo trabalho assalariado à lógica gerencialista que coloca a produtividade e intensificação do trabalho como central. Sobre isso, os próprios estudos do Serviço Social sobre serviços contribuem para pensar os trabalhos realizados para cuidados, ou melhor, para reprodução social, que geram valores de uso e que podem tanto ser produtivos quanto improdutivos a depender do espaço ocupacional em que está inserido.

O feminismo da reprodução social só poderia restaurar essa diversidade se fizesse a revolução social que superasse o capital. Marx e Engels, como apontado acima, não reduzem sua visão de trabalho enquanto categoria ontológica e forma de objetivação dos sujeitos sociais, mas sim as relações sociais de produção no modo de vida social de produção capitalista.

Retomar o artigo de Ferguson e McNally⁵⁷ se faz extremamente relevante para compreender, portanto, que estavam preocupados em fazer uma análise relacional e integrativa, o que faz sentido quando se consideram as contribuições teóricas anteriores. Tal posição os leva a buscar no método hegeliano uma forma de desconstruir e reconstruir o todo, citando a seguinte passagem da obra do autor:

No melhor sentido de si [desconstruir e dialeticamente reconstruir], é uma análise relacional e integrativa que precisa de um método desconstrutivo para apresentar o processo de mediação. Ela pode tanto desmontar como remontar (de modo não agregado) um evento ou experiência dentro de um contexto mais amplo usando uma teoria materialista de consciência, cultura e política (HEGEL, 1977 *apud* FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 54).

Ferguson e McNally não fazem a opção pela dialética hegeliana ao invés da dialética marxista à toa, aqui temos dois estudiosos muito bem fundamentados em suas referências, do contrário pode-se evidenciar um equívoco metodológico. Me parece lógico que a dialética hegeliana seja mais funcional à perspectiva supracitada, já que não se trata de um idealismo vulgar, mas de estudos concretos que buscam nas múltiplas determinações da realidade dar concretude à condição de opressão das mulheres, mas, no processo de abstração, o objeto se perde e a busca pela construção da teoria da reprodução social se torna o pseudo-objeto, descendo à terra com o objetivo de desconstruir e dialeticamente reconstruir.

E seguem concluindo que:

Ao propor que nenhuma categoria de experiência social deixa de estar inflexionada, refratada e constituída dentro e através de outras, essa perspectiva entende o todo social sempre como uma (frequentemente antagonista) unidade de diferenças. Ao fazê-lo, ela pode servir tanto às mediações diferenciada da vida social *quanto* à sua complexa unidade, a própria tarefa que Marx descreveu quando ele defendeu compreender o concreto como “a concentração de muitas determinações” e, portanto, “a unidade do diverso” (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 54).

A passagem de Marx a que se referem talvez fique melhor compreendida quando pensada não como um concentrado, um conjunto de múltiplas determinações, mas como a síntese de múltiplas determinações. No primeiro momento a aparência se revela como concreto, que a partir de um processo de abstração permite que, ao retornar à realidade, se atinja o concreto pensado ou a síntese de múltiplas determinações por categorias universais. Nesse sentido, a reprodução social é muito mais uma categoria do que teoria. Categoria essa extremamente útil ao marxismo e ao feminismo marxista socialista a quem se filia.

⁵⁷ FERGUSON, S., MCNALLY, D. Capital, força de trabalho e relações de gênero. Tradução de Maíra Silva, revisão técnica de Mariana Luppi. Artigo originalmente publicado em 2013 como introdução à reedição do livro *Marxism and the Oppression of Women*, de Lise Vogel. *Revista Outubro*. Nov 2017.

Para tratar o debate de forma mais aprofundada, recorro ao estudo das diferenças entre os métodos de Marx e Hegel,

O sistema capitalista de relações de produção constitui uma TOTALIDADE, isto é, uma unidade abrangente que, por isso mesmo, deve ser examinada e apresentada como um todo interligado. Além disso, a pesquisa empírica e a análise dos dados empíricos específicos devem preceder à apresentação da totalidade. *O movimento dialético próprio das categorias ao mesmo tempo objetivas e subjetivas de valor, dinheiro e capital deve ser uma característica do objeto sob investigação e não o resultado de um esquema metodológico imposto de fora.* Marx faz ressaltar a diferença entre o seu modo de lidar com as relações e os fatos empíricos e o procedimento de Hegel que, como ele já afirmara em sua *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, primeiro desenvolve um esquema de categorias em sua *Wissenschaft der Logik* (Ciência da lógica) e, em seguida, apresenta as instituições sociais, como a família, a sociedade civil, o Estado e suas estruturas internas em conformidade abstrata com esse esquema prévio. De acordo com Marx, a única exposição dialética adequada de um objeto de investigação é aquela que é *sensível à individualidade dinâmica e estrutural do objeto* (BOTOMORE, 1988, p. 282, grifos meus).

Quando as autoras da reprodução social defendem que se trata de uma teoria, ou de um campo teórico, elas estão indo contra o próprio movimento dialético das categorias analíticas em Marx. Marx, no Capital Livro 2 (2014), obtém a categoria reprodução social em relação ao seu objeto de análise, o capital como pseudossujeito, já que o capital é uma abstração a partir das relações sociais de produção. Preocupa o autor discutir a produção de capital e a reprodução de capital, assim como no processo de reprodução social interessa a circulação das mercadorias e os processos de valorização do valor.

Nesse sentido, a produção e reprodução da mercadoria força de trabalho pode ser entendida como: a produção é o espaço que consome produtivamente a força de trabalho; e a reprodução é o processo que reproduz a relação social de produção, ou seja, o contrato entre capitalista e trabalhador/a. Este/a último/a não é em si reproduzido, mas, através do salário, é reproduzida sua força de trabalho para dar continuidade a essa relação social de produção, na qual o trabalhador/a se mantém na mesma condição de dispor apenas de sua força de trabalho para vender (MARX, 2014).

Se os estudos acerca da categoria reprodução social marxiana pretendem recuperá-la e ampliá-la, assim como o fez Vogel, é central pensar essa relação social no interior da produção, no trabalho necessário e no consumo individual, notadamente determinada dentro da lógica do capital. Sendo assim, a categoria reprodução social está ancorada em relações sociais de trabalho doméstico e reprodutivo que geram valor de uso e que não estão totalmente controladas pelo capital, mas são partícipes da alienação capitalista.

O movimento dialético das próprias categorias que são ao mesmo tempo objetivas e subjetivas, por exemplo, de valor, dinheiro, capital, assim como produção e reprodução social, devem ser características do objeto de investigação e não o resultado de um esquema metodológico imposto de fora.

Nesse sentido, é possível considerar que a reprodução social proposta pelo feminismo unitário, feminismo antineoliberal e feminismo marxista socialista, seria uma categoria e não uma teoria, já que o objeto a ser estudado não é a categoria ou a pseudo-teoria da reprodução social, mas o pseudo-objeto é a opressão de gênero/sexo patriarcal aos moldes do capital e o pseudossujeito é *a condição de vida das mulheres oprimidas na sociedade capitalista*; o sujeito em si são as mulheres.

O sujeito não é um objeto, mas sujeito de sua história e não pode desaparecer na teorização ou no movimento de abstração. No caso, o sujeito histórico revolucionário e pseudossujeito é a classe trabalhadora em sua heterogeneidade, com destaque para as mulheres trabalhadoras negras e não negras nesse interior de classe como sujeito, sendo a reprodução social uma categoria a ser aprofundada para o estudo que pretende superar as opressões e explorações de classe, superando o sociometabolismo capitalista.

A partir do estudo das mais diversas vertentes feministas que foram possíveis de serem pesquisadas, dentro da quadra democrática e crítica revolucionária ou minimamente antineoliberal e anticapitalista, é que categorias analíticas foram elencadas como essenciais por condensarem aspectos determinantes das condições de vida das trabalhadoras negras e não negras, tocando-as e/ou envolvendo-as no invólucro místico das opressões e da exploração no sociometabolismo capitalista.

No próximo item, sob essas orientações é que serão efetivamente selecionadas as categorias que estão postas na realidade dessas trabalhadoras no Brasil e que enfrentam a condição de violência contra a mulher.

1.3. Uma síntese: categorias apreendidas a partir da história da condição de violência contra as trabalhadoras e trabalhadoras negras no Brasil

A burguesia se autopromoveu, é a classe que defende a ideologia — no sentido marxiano como realidade falseada, oposta à crítica como consciência verdadeira — igualitária entre indivíduos, o que a faz produzir teorias que tornam naturais aspectos criados a partir de suas necessidades enquanto classe dominante. As opressões, portanto, são viscerais ao

sociometabolismo capitalista, são ideologias — no sentido marxiano — forjadas no interior de outras ideologias, dentre elas a opressão de raça, também a opressão de gênero/sexo, dentre outras que existem ou que podem surgir da mesma forma.

Por este motivo, encontro em Marx e Engels bases para compreender o movimento do real por sua estrutura e dinâmica, buscando elementos tanto do capitalismo, quanto das relações sociais patriarcais aos moldes ideologicamente opressores do capitalismo, compreendendo a importância do trabalho reprodutivo para a reprodução da força de trabalho, assim como para a vida em sociedade, um trabalho humanamente necessário, mas não necessariamente imprescindível ao capital. Parece que a questão é mais complexa em seus complexos, assim como busco, desde uma perspectiva marxista, reivindicar junto às autoras/es e aos militantes que no Brasil a questão étnico racial é o nó entre enovelamentos ideológicos opressores de raça/etnia, gênero/sexo, intergeracional e a exploração de classe.

O nó no pescoço das filhas da classe trabalhadora, principalmente das trabalhadoras negras, enforca mais, se não chega a enforcar, aperta mais, machuca mais, tanto subjetivamente, na unidade entre subjetividade-objetividade, quanto na violência física que também implica em questões subjetivas e psicológicas, considerando que sempre existem implicações físicas, concretas, ainda que em casos de violência psicológica.

Pelos limites deste trabalho, proposta e estudos, contudo, não pretendo cindir a violência, afinal, não é meu objetivo trabalhar com o impacto subjetivo-objetivo da violência na construção psíquica das mulheres, nem mesmo tenho formação suficiente para tal empreitada. Não se trata também de economicismos, muito menos uma postura extraeconômica. Pelo contrário, a violência não é uma patologia, embora possa ser infringida a e por pessoas adoecidas; a violência, antes, é social, econômica, política e cultural, forjada no interior das relações sociais.

Se, conforme venho afirmando, o sociometabolismo capitalista carrega ranços das sociedades de classes pré-capitalistas, como a propriedade privada e o patriarcado, carregando as formas violentas de manutenção dessas formações sociais e moldando à sua maneira no interior do que toma para si como privado, para controlar como modo de produção capitalista, então não restam dúvidas de que a violência não está propriamente nos indivíduos, mas é relacional, é constitutiva e constituinte das relações sociais.

Se, contudo, é o sociometabolismo que é violento e que, portanto, seu conteúdo vai se produzindo e reproduzindo, renovando essa forma social violenta, então somente a superação do capital pode não propriamente dar fim subitamente às opressões, mas sim às relações sociais

que geram a exploração, o que abriria a possibilidade concreta de construção de uma sociedade livre e humanamente emancipada.

Tal síntese teórica implica reconhecer que discutir formas de enfrentamento à violência contra as filhas da classe trabalhadora negras e não negras é um debate fulcral para o Brasil para ontem e deverá contribuir para a construção subjetiva deste projeto revolucionário.

A contribuição que aqui pretendo deixar tem finalidade e orientação ético-política e teórico-prática para a perspectiva de projeto revolucionário socialista que, no imediato, compreende a importância das lutas por políticas estruturantes contra as opressões, como as opressões que se evidenciam a partir das diversas histórias de mulheres trabalhadoras negras e não-negras em condição de violência, o que me leva a apreender as mediações construídas pelos mesmos autores e autoras que não são dogmáticos, mas ortodoxos quanto ao método que aplica a Teoria Social de Marx, o método materialista histórico dialético. Ressaltando que, assim como Marx não se dizia marxista ao criticar seu cunhado Paul Lafarge, também entendo que não é a forma como nomeamos o método que importa, ou como nos reivindicamos que importa, mas o conteúdo e compromisso revolucionário com a classe trabalhadora.

Quando digo que o método é ortodoxo, me refiro ao fato de que a leitura marxista socialista da realidade se coloca três tarefas centrais: o uso do método analítico, buscando por mediações entre pressupostos materialistas em um movimento dialético; a crítica da economia política, crítica ao sociometabolismo capitalista e suas expressões; e a orientação a uma teoria revolucionária, reconhecendo que Marx não errou em acreditar que o sujeito revolucionário poderia não ser aquela classe proletária, mas que continua sendo a classe trabalhadora.

Neste último ponto é que se encontra uma das grandes polêmicas para o método em Marx, em que posturas se reivindicam marxistas, mas entendem que Marx estaria errado ao denotar ao proletariado, classe trabalhadora de sua época, a tarefa da revolução. Dentre esses teóricos e/ou militantes existem adeptos tanto das teorias do “comum” e “bem viver”, quanto do socialismo a partir da ampliação do Estado capitalista, por uma suposta conquista da essência deste ente; existem também aqueles que falam em um socialismo de Estado, defendendo em grande parte a experiência do “socialismo real existente” de Stalin; em outra vertente, na qual me insiro, se pensa a revolução no plano internacional como forma de superação da exploração de classe, o que pode abrir possibilidade concreta para superação das formas opressivas que essa sociedade conhece.

Com isso, não estou dizendo que as opressões só serão superadas depois da emancipação humana e, por isso, a questão de classe vem primeiro, muito pelo contrário, acredito que o

debate das opressões e as lutas por sua superação, superando a ideologia imposta a partir da realidade falseada, seja pauta para ontem e que deva ser discutida e reivindicada nos espaços como sindicatos e movimentos sociais; o que não dá é achar que esse é o limite, ou que o sociometabolismo do capital vai ser mais humanizado porque a unidade solidária em oposição ao neoliberalismo está reivindicando.

As opressões, portanto, não são sistemas distintos, ou estruturas, nem mesmo podem ser reduzidas ao entendimento de um único sistema, mas do sociometabolismo capitalista que se assenta e se vale de formas de relações sociais reificadas para dar conta da reprodução social — no sentido de reprodução e circulação de capital marxiano.

Tais formas de relações sociais reificadas criam e se retroalimentam cotidianamente na forma de ideologias, no sentido marxiano (MARX, ENGELS, 2009), ideias produzidas a partir da falsa consciência do real que se tornam ideologias ao transformarem a realidade à sua maneira e se voltarem contra a humanidade de forma fantasmagórica.

Isso me leva a abrir parênteses para explicar que assim como Iasi⁵⁸, passo a preferir — não que exclua seu uso e utilidade analítica — o uso de ideologia marxiana invés do termo na forma ampliada por Lukács, considerando que no interior dos coletivos e movimentos sociais o conceito lukácsiano fragiliza a disputa contra as perspectivas socialdemocratas anticapitalistas, que na verdade seriam antineoliberais.

Tal perspectiva pode realizar leituras a partir de consciências verdadeiras da realidade, conforme venho apontando, contudo, caem no conto da conciliação, do menos pior em prol de migalhas menos aviltantes, o que os leva a corroborar com respostas que não ultrapassam o reformismo, portanto, partem de consciência verdadeira e geram ideologia falsa.

Considerando que o real é síntese de múltiplas determinações e unidade de contrários, se no sociometabolismo do capital não foi possível superar realmente as opressões, ao menos é preciso reconhecer que no interior da luta de classes a burguesia teve que atender ainda que idealmente — civil e juridicamente — pela inserção a partir da “democracia política” das pautas contra as opressões. Assim como ocorre com as reivindicações da classe trabalhadora de conjunto, como também no interior da luta de classes em momentos históricos mais auspiciosos, a classe trabalhadora não conquista apenas direitos pela “democracia política”, como também pelo plano efetivo político-econômico.

⁵⁸ IASI.M. O que é ideologia para Marx? Curso online pela TV Boitempo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Rfp4LUNtUnQ>>. Acesso em 10 out. 2021.

O problema é que no movimento da história está comprovado que toda e qualquer conquista neste sociometabolismo é transitória e tende a ser perdida pela classe trabalhadora quando desorganizada frente à classe dominante, que não mede esforços para isso.

Entretanto, é no sociometabolismo do capital que se amplia, por exemplo, a ideia de igualdade concreta entre indivíduos, sendo respeitadas as suas diferenças, pelo menos no plano político e abstrato das ideias.

É possível superar o neoliberalismo, assim como é possível dirimir e reposicionar ideologias e algumas formas de opressões, mas não é possível superar o capital sem a luta organizada na paralisação da produção, tomada dos meios de produção, do Estado capitalista e sua imediata supressão pelo Estado socialista, com uma produção social organizada a partir da livre associação dos trabalhadores, de instituições públicas que permitam a socialização dos custos e cuidados com as crianças, a retirada de todas as formas de politização do útero e do sexo da mulher, educação econômica, política, social, sexual e cultural com vistas a atingir a emancipação humana.

Em Marx a revolução só pode se dar sob condições objetivas e subjetivas para um projeto revolucionário, contudo, em nenhum momento o autor admite recuos ou o uso de estratégias de conciliação de classes; o que se admite são conquistas progressistas no interior da luta de classes. Por consequência, ser marxista implica tanto na defesa da teoria social revolucionária sem melindres, com um sujeito revolucionário bem definido, que seria a classe trabalhadora assalariada, ou conforme Antunes (2009) a classe que vive do trabalho, cabendo unidade com aqueles que defendem que o sujeito revolucionário é o operariado, o/a trabalhador/a fabril, também as/os trabalhadoras/es produtivos, ou seja, conforme Marx nos Grundrisse ou Manuscritos de 1857-1858 (MARX, ENGELS, 2011a), aqueles indivíduos organizados como classe trabalhadora, em unidade com *todes* trabalhadores produtivos ou improdutivos, ou organizados por interesses de classe comuns, por possuírem interesses comuns.

Destarte, recupero algumas polêmicas, mas agora buscando uma síntese entre as categorias analíticas que parecem contribuir para o desvendar do local com vistas ao universal, ou seja, a condição de violência doméstica, familiar, intrafamiliar, de gênero, urbana, rural, ou melhor, as violências como expressões da violência capitalista contra as filhas da classe trabalhadora brasileira.

Reprodução social, como disposto linhas acima, é uma categoria analítica de extrema relevância que permite desnudar os usos feitos pelo capital do trabalho doméstico e reprodutivo

quando gerando valor de uso, de forma não assalariada ou assalariada, mas que não se encontram no interior dos processos produtivos de geração, acumulação e circulação de valor e mais-valor, ao menos de forma direta; como também aquele que no interior do trabalho produtivo incide indiretamente sobre o valor e o mais-valor, como as trabalhadoras da limpeza, cozinheiras, assistentes sociais na empresa.

O patriarcado não é transhistórico, notadamente, a categoria reprodução social está para demarcar como o capitalismo se apropria do patriarcado, o transforma à sua maneira em patriarcado da miséria e, na cena neoliberal, o reformula como miséria da própria noção de patriarcado, ou miséria da razão patriarcal, irracional, neoconservadora, neofascista, ultraconservadora, em síntese, tardo capitalista.

Relações (*rapport*) sociais de sexo, conceito feminista materialista francófono sob as influências do pós-estruturalismo, incorre na falsa cisão metodológica entre superestrutura e estrutura, em prejuízo da compreensão marxiana do sociometabolismo capitalista, além de estar muito mais atrelado ao antineoliberalismo de Juliet Falquet, que vive um contexto de construção de um “pós-estado de bem estar social”. Tais fatos colocam esse conceito, assim como consubstancialidade e coextensividade, bastante distanteda leitura marxiana da realidade, como da particularidade brasileira, o que me leva a buscar pelos motivos que levaram Mirla Cisne, estudiosa bastante aprofundada no debate materialista francófono, não apenas defender o uso de relação social de sexo e sexualidade explicando tal conceito a partir do conceito de relações (*rapport*) social de sexo e sexualidade materialista francófono, como também a trazer o conceito para o interior da luta de classes, inferindo que a categoria trabalho é prioridade ontológica, fato este que a diferencia das feministas materialistas francófonas.

Cisne (2014; 2014b) insiste que não há uma hierarquia entre as opressões e a exploração, mas sim a prioridade ontológica da questão de classe como possibilidade de conciliação das demais lutas anticapitalistas. Me parece bastante coerente a análise da autora quando diz que,

Apesar de reconhecermos a multiplicidade dos sujeitos inseridos em uma mesma classe, não queremos isolá-los em suas “identidades”. Ao contrário, precisamos perceber o sujeito classe trabalhadora, em sua totalidade, o que exige desvelar suas particularidades e singularidades. A classe como determinação central não pode secundarizar os demais elementos estruturantes desse sujeito, da mesma forma que tais elementos não podem subtrair a classe. Daí nossa insistência em perceber as relações entre classe, “raça” /etnia e as “relações sociais de sexo” como uma unidade dialética que determina o sujeito totalizante: a classe trabalhadora (CISNE, 2014^a, p. 30-31).

Em outros momentos de meus processos de estudo⁵⁹ adotei tanto conceitos como relações (*rapport*) sociais de sexo e sexualidade quanto coextensividade e consubstancialidade, momento em que acreditava que entre gênero e relações sociais de sexo (compreendendo o debate das sexualidades desde a perspectiva feminista materialista), preferia relações sociais de sexo e sexualidades por trazer a classe como central, pois “[...] busca representar a mediação das relações sociais de classes sociais com as demais relações sociais, propondo-se à inserção do debate das opressões entendidas de forma entrelaçada” (PEREIRA, 2019a).

A interseccionalidade de Crenshaw, que muitas vezes é lida como uma categoria marxista e que é utilizada por marxistas socialistas como Ângela Davis, surge pelas lutas das trabalhadoras negras norte americanas como crítica ao feminismo radical, liberal, feminismo branco e eurocêntrico, nos anos 1980, como também em crítica ao movimento negro que não se abria ao debate da condição de vida das mulheres negras e ao movimento operário que era antifeminista, tanto quanto a questões das mulheres negras quanto não-negras.

Conforme já discorrido, o conceito de interseccionalidade não se apresenta e não pode representar a síntese da multiplicidade da qual falo, principalmente por não entender as opressões como formas geométricas ou matemáticas a serem ou não interseccionadas, como também não entendo a exploração como ideologia, dominação, mas como relação social de produção alienada.

Nesse sentido, a alienação fruto de uma sociedade cuja sociabilidade é alienada em suas bases ontológicas tenderá a se expressar nas demais formas de relações sociais, como as de gênero/sexo e diferenças étnicas e de cor da pele, de forma alienada, tomando-as por desigualdades. A alienação da qual todos estamos embebidos, suspensos em determinados momentos, não é superável individualmente, nem coletivamente no capitalismo. No capitalismo não existem sujeitos desalienados; por mais progressistas que sejamos, somos partícipes da sociedade.

Estudos como o de Barroso (2018), no entanto, contra argumentam que dar centralidade à questão de classe em relação às demais opressões poderia gerar fragmentações que impossibilitariam a apreensão com perspectiva de totalidade. A autora concorda que é impossível superar as opressões de conjunto sob a lógica do capital, porém, por suas palavras:

[...] acredita-se que afirmar o significado sócio histórico das relações de raça e sexo/gênero também como contradições centrais na reprodução do modo de produção capitalista não significa, em absoluto, negar ou secundarizar a condição determinativa

⁵⁹ PEREIRA, A. A. A imbricação das relações sociais de classe, sexo, “raça”/etnia e LGBTQIA+: debates necessários acerca das lutas antcapitalistas. In: ABRAMIDES, M.B.C. (Org.). *Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos*. São Paulo: EDUC, 2021.

do papel da classe. Ao contrário, refere-se à necessidade de conferir substância material aos modos de ser e reproduzir da própria determinação de classe. Disso decorre que, ao apreendermos como se materializam as relações sociais de produção e reprodução no capitalismo, estamos levando em conta os processos concretos de que se vale a existência dessa forma social, de onde entendemos serem imprescindíveis as determinações de sexo/gênero e de raça, articulando, na perspectiva de totalidade, as determinações de classe (BARROSO, 2018, p. 460).

Contra-argumentando Barroso, a totalidade é uma perspectiva, ou seja, é um momento do processo real destacado para analisar, relação essa que implica tomar como ponto de partida o sujeito/a ou sujeito a ser pesquisado enquanto pseudossujeito que se apresenta não como um todo, mas como partes, por exemplo, no objeto: mulher trabalhadora negra afro-latino-americana em condição de violência doméstica contra a mulher; a sujeita é a mulher que é da classe trabalhadora, brasileira, é negra; enfim, ser esta mulher envolve ao mesmo tempo uma síntese de particularidades, mas o fato de ser negra não implica que ao mesmo tempo ela viva a condição de trabalhadora que a mulher trabalhadora não-negra vive no Brasil ou, ainda, que uma mulher trabalhadora que viva na Inglaterra, ou seja, as particularidades são essenciais, mas também existem aspectos universais, como compreender as opressões e a exploração da classe trabalhadora.

A síntese que retorna do processo de abstração para o concreto pensado, para o real, com contribuições teórico-práticas e estratégias é a perspectiva de totalidade, em outras palavras, o cuidado com essa categoria está em não tomar a totalidade como uma abstração caótica da realidade que cabe tudo e ao mesmo tempo não fala de ninguém, ou que não diferencia as questões no interior das contradições, ou seja, se esquece do sujeito revolucionário, toma por objeto o sujeito e não fala com ela/ele e *todes*; fazendo isso, oculta-se o caráter ideológico da opressão e o caráter de exploração da relação social de classe.

Ainda em Cisne, por um texto mais recente, a perspectiva materialista, ainda que feminista, sobressalta a proposta dialética que defendeu em textos anteriores. A autora faz uma crítica coerente à interseccionalidade, reconhecendo assim sua importância para determinadas lutas das mulheres negras norte-americanas, mas acredita que a consubstancialidade e coextensividade correspondam melhor ao materialismo histórico dialético. De acordo com Cisne: “[...] tanto por não compreender as relações sociais estruturantes (sexo, raça e classe) em uma perspectiva geométrica, como por considerá-las de forma indissociável” (CISNE, 2011, p. 5-6).

Acerca dos conceitos consubstancialidade e coextensividade, Arruzza (2017) faz uma crítica contundente ao dizer que tratam o debate como substâncias químicas que unidas formam uma nova substância e que, ao mesmo tempo, não exprimem exatamente ou concretamente de

que substância estão falando, ou seja, essa síntese de substâncias químicas não é elaborada. Além disso, tratam de uma certa “estrutura” fechada em três elementos: sexo, raça e classe.

Nas palavras de Cisne,

A escolha dessas três relações não é aleatória, tampouco, desconsidera a existência de outros *marcadores sociais* em termos de diferenças sociais, a exemplo de *geração e religião*. Todavia, as desigualdades sociais, permeadas por grupos/classes antagônicos que estabelecem exploração de um sobre outro, necessariamente, são entrelaçadas por classe, sexo e raça, posto que são relações atravessadas pela divisão e exploração do trabalho.

Assim, na perspectiva da consubstancialidade/coextensividade nenhuma análise sobre as desigualdades pode prescindir dessas três relações sociais como estruturantes dos sistemas de explorações e opressões, ainda que possam ter mediações com outros marcadores, embora, sem relativizá-los ao ponto de estabelecer o mesmo estatuto teórico para relações diferenciadas (CISNE, 2017, p. 6, grifos meus).

Parece óbvio, mas é imprescindível ressaltar que a diversidade não deve ser simplesmente tolerada, mas respeitada, compreendida; sua gênese está nas diferenças. O que deve ser combatido é a desigualdade, que transforma diferenças em desigualdades. A exploração, contudo, não é fruto de uma diferença que se torna desigualdade, mas da desigualdade econômica e social que é naturalizada como “diferença”.

Considere o exemplo mais recente, em que a religião, o racismo contra negros e imigrantes, assim como o patriarcado, o sexismo, o imperialismo e o neocolonialismo, forjaram e permitiram ocorrer: no caso, falo da invasão do Afeganistão em 2001 pelo país da luz nacionalista hollywoodiana, os EUA do Norte sob a presidência de George W. Bush Filho.

Em 2001, Laura Bush, primeira dama, ex-professora e ex-bibliotecária até discursou para referendar a invasão, e no jornal *Estadão do Brasil* ela aparece como “mais liberal que o marido”. Pela reportagem:

[...] ela é mais liberal do que ele na questão do aborto, por exemplo –, Laura Bush foi mobilizada pela Casa Branca para denunciar o tratamento bárbaro das mulheres afegãs sob o regime do Taleban [...] “Por causa de nossos ganhos militares recente em várias partes do Afeganistão, as mulheres não são mais prisioneiras em suas próprias casas” [disse Laura Bush], “A luta contra o terrorismo é também uma luta pelos direitos e pela dignidade das mulheres”, disse a sra. Bush (AGENCIA ESTADO, 2001, online)⁶⁰.

Pela forma como a postura da primeira dama é exaltada até parece que ela foi ao Afeganistão, que lutou junto aos exércitos por essas mulheres. Toda a invasão foi matematicamente calculada, inclusive, estimava-se que os gastos girariam em torno de 2 trilhões de dólares em

⁶⁰ AGENCIA ESTADO. Laura Bush vai à luta pelas mulheres afegãs. *Estadão*, 19 nov. 2001. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,laura-bush-vai-a-luta-pelas-mulheres-afegas,20011119p29161>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

20 anos de guerra. Hoje, alguns estudos citados por Joe Biden em discurso indicam que o gasto pode ter sido menor, cerca de 1 trilhão de dólares, mas ainda assim, parece que deixou de compensar tal pagamento pelo povo americano. De acordo com Joe Biden, em discurso oral em inglês,

Depois de mais de US\$ 2 trilhões gastos no Afeganistão, um custo que os pesquisadores da Brown University estimaram seria de mais de US\$ 300 milhões por dia durante 20 anos no Afeganistão – por duas décadas – sim, o povo americano deveria ouvir isso: US\$ 300 milhões por dia durante duas décadas. Se você pegar o número de US\$ 1 trilhão, como muitos dizem, ainda são US\$ 150 milhões por dia, por duas décadas. E o que perdemos como consequência em termos de oportunidades? Recusei-me a continuar em uma guerra que não estava mais a serviço do interesse nacional vital de nosso povo. E, acima de tudo, depois de 800.000 americanos servindo no Afeganistão – eu viajei por todo o país –, serviço corajoso e honrado; depois de 20.744 soldados e mulheres americanos feridos e a perda de 2.461 militares americanos, incluindo 13 vidas perdidas apenas esta semana, recusei-me a abrir outra década de guerra no Afeganistão. Temos sido uma nação em guerra por muito tempo. Se você tem 20 anos hoje, nunca conheceu uma América em paz⁶¹ (BIDEN *Apud* BENTO, 2021, online)⁶².

Esse governo, que conta ainda com uma vice-presidente mulher, a Sra. Kamala Harris, promoveu uma das maiores atrocidades do século XXI ao retirarem suas tropas sem nenhuma organização junto à população, deixaram a população servida em uma bandeja de ouro a ser retomada pelo Talibã que, prontamente, no dia seguinte já havia retomado o poder político do país, porque econômico não se pode dizer que deixaram de ter, ou melhor, de dividir com os norte-americanos. As mulheres, meninas e moças foram retiradas abruptamente das escolas, e retornaram à política do véu.

Não sem apresentarem resistência, ainda que sob forte repressão, no dia 04 de setembro de 2021 mulheres afegãs protestaram por um lugar no governo talibã e pelo direito de trabalhar e estudar; por outro lado, sem nenhuma repressão, em 12 de setembro de 2021 mulheres vinculadas a escolas religiosas (as madrassas) saíram em defesa de Cabul, o Emirado Islâmico, e protestaram contra a influência ocidental, aprovando o fato de não ter sido permitida nenhuma mulher nos altos cargos do governo (BENTO, 2021, online).

⁶¹ A reprodução do discurso em inglês em vídeo pode ser acessada em: DEMOCRACY NOW! Biden defends ending “Forever war” in Afghanistan & criticizes using war as tool for nation-building. 01 set. 2021. Disponível em: <https://www.democracynow.org/2021/9/1/biden_afghanistan>. Acesso em 11 nov. 2021. Uma análise progressista e de crítica, mais profunda da questão, já é possível encontrar em: BENTO, B. Da guerra no Afeganistão à guerra feminista. *Blog da Boitempo*. 12 out. 2021. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2021/10/12/da-guerra-no-afeganistao-a-guerra-feminista/>>. Acesso em: 28 out. 2021.; GONÇALVES, B.A. Feminismos pós-coloniais e a crise afegã: o retorno à política do véu e o orientalismo gendrado. *Blog da Boitempo*. 18 out. 2021. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2021/10/18/feminismos-pos-coloniais-e-a-crise-afega-o-retorno-a-politica-do-veu-e-o-orientalismo-gendrado/>>. Acesso em 28 out. 2021.

⁶² Idem.

A partir desse exemplo, questiono: existem opressões determinantes de forma universal e outros marcadores? Ou existem aspectos universais e singulares que, na síntese particular, expressam ao mesmo tempo a síntese da particularidade de cada país? Não cabe aqui aprofundar as análises de tal particularidade, mas utilizar o exemplo para a crítica que vem sendo cunhada. Contudo, infiro junto a Wood, por uma análise feita em meados de 2003 na primeira edição do livro,

Certos bens extraeconômicos simplesmente não são compatíveis com o capitalismo e, portanto, não pretendo comentá-los. Estou convencida, por exemplo, de que o capitalismo não é capaz de garantir a paz mundial. Para mim, parece axiomático que a lógica expansionista, competitiva e exploradora da acumulação capitalista no contexto do sistema nação-Estado deve, mais cedo ou mais tarde, se desestabilizar, e que o capitalismo – ou, neste momento, sua força organizadora mais aventureira e agressiva, o governo dos Estados Unidos – é, e continuará a ser no futuro previsível, a maior ameaça à paz mundial (WOOD, 2011, p. 228).

Na nota de rodapé 2 da página 228 do livro publicado em 2011, a autora diz que em alguns momentos pensou em retirar essa afirmação, mas ao continuar constatando, historicamente, a agressividade aventureira norte americana, referendou mais uma vez tais apontamentos.

Os Estados Unidos interferem por uma postura falsamente diplomática nos conflitos mundiais, seja de forma direta como indireta. Outro exemplo é a guerra entre Rússia e Ucrânia iniciada em 2022, com conflitos que se arrastam desde 2014 a partir da quebra do compromisso firmado pelo Tratado de Varsóvia entre a União Soviética e países correlatos contra o pacto das Organizações do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) que pretendiam explorar o leste europeu. Ocorre que a Ucrânia mantinha relações tanto com a Rússia quanto com a OTAN; mais recentemente sob novo governo, a Ucrânia teria se vinculado mais à OTAN, o que levou esses países a guerrear, a partir da intervenção dos EUA por meio da OTAN.

A partir dessas análises é que me permito discordar humildemente destas estruturas analíticas engessadas, que diferenciam ideologias opressoras entre determinantes e marcadores sociais, considerando a diversidade de formas opressoras que já foram e que podem vir a ser utilizadas pelo capitalismo para oprimir.

A crítica ao feminismo materialista também não pode deixar passar a questão da consideração da geracionalidade como não determinante. No Brasil que vivo, a mulher é oprimida, a trabalhadora não-negra é explorada e oprimida, a mulher trabalhadora negra é superexplorada e oprimida, muitas das vezes super oprimida, mais a mulher idosa negra trabalhadora que chega hoje aos seus 60 anos, ainda que nas “melhores” condições da “democracia política” ofertadas

para ela, morando em uma residência bastante simples e de infraestrutura arriscada em alguma ocupação, ou endividada por programas de habitação, ou pagando aluguéis com sua aposentadoria, ou em casas cedidas. Essa síntese opressora não pode ser hierarquizada.

Essas mulheres negras idosas, em geral, estão sozinhas, ou contam com filhos e parentes; elas têm suas necessidades de saúde bastante descuidadas devido à demora para agendamento de consultas e exames no SUS e à falta de recursos para pagar um plano de saúde que, no mínimo, levaria sua aposentadoria mensalmente para fazer dela sócia dessa comunidade.

Ela ainda enfrenta no SUS as burocracias para acessar os atendimentos e medicamentos; quando não tem aposentadoria, depende de transferências de renda, venda de pães caseiros, “mesadas” de filhos, cestas de alimentos da comunidade, da Secretaria de Assistência Social ou da igreja. Essas mulheres negras não vivem a “melhor idade”, mas as dores de uma vida limpando casas e banheiros; quando muito, elas conseguem ir ao Centro de idosos de suas cidades. Elas mal conseguem dançar e caminham com dificuldade, devido ao excesso de lesões por atividades laborais de limpeza e produção de alimentos — reprodução social terceirizada.

Cabe ainda citar as inúmeras condições aviltantes e perigosas a que são submetidas as crianças negras pela insuficiência de políticas públicas e direitos sociais, combinadas em exploração de classe e opressão de raça/etnia e gênero/sexo.

Nesse sentido é que retomo a categoria enovelamento em Saffioti, que, para além de estar mais atrelada à perspectiva marxiana quanto à dialeticidade do método, entende que as relações sociais de opressão e exploração estão enoveladas em um nó de contradições.

A autora, já na década de 70, apontava para as contradições vivenciadas pelas mulheres negras, mas inicialmente as categorias *nó* e *enovelamento* das contradições só aparecerão no texto sobre novas perspectivas metodológicas no livro *A mulher em seis tempos*, em 1991, de Maria Aparecida de Moraes Silva⁶³, aparecendo de forma mais profunda no posfácio do livro *Mulher brasileira é assim*, de 1994, mas atingindo elaborações mais concisas em *Gênero, patriarcado e violência*, em 2015.

No texto de 1994 encontrei tanto elementos que tenho acordo, quanto elementos que geraram certa estranheza, como quando Saffioti abre o posfácio buscando conceituar gênero a partir da crítica à biologização dos debates que parecia ter sido superada na década de 80 e afirma que,

⁶³ Para um estudo mais aprofundado sobre a obra de Saffioti: SAFFIOTI, H. Novas perspectivas metodológica de investigação das relações de gênero. In: MORAES SILVA, M.A. de. *Mulher em seis tempos*: seminário temático II. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, 1991.

Todas as atividades humanas são mediadas pela cultura, pois é graças a este verdadeiro arsenal de signos e símbolos que aquelas atividades adquirem sentido e os seres humanos tornam-se capazes de se comunicar. Desta sorte, ao nível da sociedade, não existem fenômenos naturais (SAFFIOTI, 1994, p. 271).

Desde uma postura marxiana, pelo contrário, entendo que todas as atividades humanas são a princípio trabalho, todas elas mediadas por trabalho, como forma de interação dos indivíduos com a natureza. Graças ao trabalho que transformamos a natureza, e ao fazê-lo nos transformamos e assim sucessivamente.

Tudo que envolve a atividade humana é trabalho, pois os indivíduos transformam a realidade segundo a sua necessidade e à sua maneira; no sociometabolismo capitalista, a própria indústria é resultado do desenvolvimento tecnológico e produtivo do trabalho humano, embora seja o trabalho assalariado alienado. A indústria é produto do trabalho e também é meio para realização do trabalho (MARX, 2010b).

A cultura é uma expressão categórica de síntese de signos e símbolos, valores e crenças determinadas pelas relações sociais, é um arsenal que contribui para a compreensão da realidade, mas, não é ela quem dá sentido e faz com que os seres humanos sejam capazes de se comunicar, mas sim o trabalho, já que para desenvolver trabalhos em comunidade é preciso desenvolver a comunicação para explicar, definir estratégias e organizar.

O próprio som que se ouve a princípio na natureza, o barulho das árvores ao vento, ganha sentido único para a humanidade pela forma como ela ouve; por outro lado, a interação com a natureza dos indivíduos batendo uma pedra em uma superfície, por exemplo, é trabalho que vem a ser tanto o barulho da produção de uma machadinha quanto um som para confraternizar naquela comunidade (MARX, 2010b).

Por outro lado, Saffioti contribui ao pensar gênero como um conceito para se contrapor a posturas conservadoras que se colocam contrárias às conquistas por lutas políticas pela igualdade social entre mulheres e homens. Enfatiza que não se trata de falar sobre igualdade fora do campo social, nem mesmo de negar diferenças, mas, para ela, trata-se de concebê-las como fruto da convivência social mediada “pela cultura” (SAFFIOTI, 1994, p.272), o que para mim seria centralmente mediado pelo trabalho.

Embora a cultura, a política, a economia e a ética sejam determinantes mediações para a forma das relações sociais se organizarem, ontologicamente determinante é o trabalho. Continua sendo o trabalho, basta considerar que, a despeito da vontade geral de não trabalhar de forma subsumida ao capital, vontade da maioria da sociedade, a classe trabalhadora tem que

trabalhar. Somos obrigados a vender nossa força de trabalho cotidianamente por um sociometabolismo que se reproduz nos (re)colocando, dia após dia, naquele mesmo posto de trabalho, com uma ou outra exceção. Logo, grande parte da nossa vida não é apenas atravessada, mas é alienada à revelia de nossa vontade pelo trabalho alienado.

Assim, cultura, política, economia e ética estão intimamente atreladas e em constante movimento e transformação; já a relação social de produção que exprime a relação basilar da sociedade, que é mutável a partir do próprio processo de trabalho, quando trabalhadores decidirem não mais se permitirem vender sua força de trabalho, é mutável, mas depende da mobilização de classe e da transformação social, implicando em transformações nas demais esferas.

Não é que transformações de outras esferas não possam implicar em mudanças no modo de produção, trata-se de um movimento dialético, mas implica reconhecer que se o sociometabolismo se baseia na alienação daquilo que é central na vida da humanidade, infelizmente esse sociometabolismo continua desumanizante e desumano.

Outro aspecto importante em Saffioti (1994) é sua crítica àqueles que consideram que apenas a diferença pode ser utilizada para armadilhas, já que a igualdade também pode ser utilizada, como o debate da identidade, que é extremamente importante para que as mulheres negras possam se sentir realizadas com cabelos ondulados, cachos e crespos, ou com as curvas e bundas, como experimentar aspectos culturais diversos e afro-latino-americanos, descolocando e fazendo crítica a padrões de beleza e à ditadura da beleza eurocêntrica.

Por outro lado, bastante diferente é a forma impositiva que indivíduos ou correntes de movimentos podem apresentar quando exigem que a/o negra/o se vista e use seu cabelo de acordo com o que a cultura afro preza, ou interfira nas escolhas religiosas etc., ou ainda proponha medidas, ações e políticas antineoliberais, ou até neoliberais de inserção social pelo consumo e endividamento, indo contra as necessidades humanas e a própria postura crítica necessária para lutas no interior da luta de classes.

Não cabe aqui fazer uma análise imanente da postura crítica de Saffioti e suas escolhas analíticas, mas parece importante destacar que existem diversas questões das quais divirjo da autora em seus últimos textos —como quando toma a cultura como categoria central ao invés do trabalho (SAFFIOTI, 1994) —, embora reconheça que, por caminhos distintos, ela faz contribuições ímpares para discutir a condição de vida das mulheres trabalhadoras brasileiras negras e não-negras. Por exemplo, quando infere que “[...] o sujeito constituído de gênero o é também em classe social e em raça/etnia. [...] em vez de ser unificado, é múltiplo, sendo mais contraditório que dividido” (SAFFIOTI, 1994, p. 273).

Ao contrário do feminismo materialista francófono e brasileiro, que propõe camisas-de-força ao catalogar as relações sociais como marcadores sociais mais ou menos relevantes, conceitos como gênero, assim como o nó e o enovelamento em Saffioti (1994), possuem caráter substantivo e adjetivo.

Gênero é substantivo por designar categorias sociais e é adjetivo por qualificar as expressões, carecendo também de patriarcado enquanto conceito explicativo, pois remete historicamente à desigualdade social entre homens e mulheres.

A miséria do patriarcado, por exemplo, ao contrário de tratar o patriarcado de forma transhistórica ou a-histórica, busca determinar o espaço-tempo em que o patriarcado se expressa sob as características da ideologia neoliberal no capitalismo, gerando e tentando naturalizar desigualdades entre homens e mulheres.

De modo oposto, como aparece na crítica de Saffioti a Judith Butler

Há, todavia, autores, que prescindem do gênero enquanto designante de substância, encarando-o *exclusivamente como uma relação entre sujeitos socialmente construídos em contextos históricos determinados*. “Como um fenômeno contextual e mutável, o gênero não denota um ser substantivo, mas um relativo ponto de convergência entre configurações de relações, cultural e historicamente específicas” (BUTTLER, 1990, p. 10). O conceito humanista de gênero enquanto atributo de uma pessoa não serve como ponto de partida para uma concepção relacional, na qual tanto a pessoa quanto o gênero são fruto do contexto histórico que os constrói (SAFFIOTI, 1994, p. 275, grifos meus).

Gênero é uma categoria analítica que, a despeito de toda a crítica a suas origens acadêmicas, ou para desvincular o debate das lutas feministas, busca sintetizar uma multiplicidade diversa e contraditória de relações sociais, cujo sexo possui um caráter expressivo, já que advém daquelas formas de propriedade privada patriarcais que, no capitalismo, apresentam-se na noção falseada de posse de alguns indivíduos sobre outros, posse de corpos, de úteros, aspirando determinar até a imaginação, já que para muitos, por ciúmes, pensar em outros também é traição.

Portanto, não é necessariamente uma categoria mediativa posta na realidade, mas é fruto do processo de abstração que se apresenta na forma de mediação entre singular e universal, se explicitando como categoria útil para compreender as diversas particularidades.

Entretanto, concordo que desfazer o gênero enquanto conceito e o combate à normatividades também é necessário no movimento contemporâneo de atingir a/o/es “todes”.

Se gênero sozinho não diz muito sobre o sujeito e suas condições objetivas, algumas autoras tem buscado dar novos contornos analíticos que digam mais explicitamente de que se

trata, como em trabalhos de Judith Butler (SAFFIOTI, 1994), o que infelizmente não será possível aqui aprofundar.

Ao discutir com teóricas mais propensas a adensar o debate sobre a esfera da cultura, Saffioti faz seu processo de abstração, mas parece ter certa dificuldade no retorno ao concreto pensado em certos momentos, o que não invalida nenhuma de suas contribuições, apenas implica em fazer debates mais aprofundados, pois no momento de síntese ela não tripudia em dizer que,

Este objetivo de relações sociais igualitárias de gênero, todavia, não apresenta viabilidade se não se desfizer o nó formado pelas três contradições básicas. Isto significa lutar por uma sociedade sem contradições entre categorias de gênero e entre categorias étnico-raciais, assim como entre classes, o que é distinto de perseguir a meta de uma ordem societária sem gênero, sem relações interétnicas, sem classes. A superação das atuais contradições é representada por um outro estágio de desenvolvimento que, eventualmente, desse lugar a outras contradições, mas que também pudesse permitir uma convivência mais humana entre os diferentes (SAFFIOTI, 1994, p. 278).

Defende, portanto, que não é possível fazer a análise da sociedade brasileira apenas pelo classismo, ou pelo patriarcado ou apenas pelo racismo, mas em um nó, como aspectos relacionais. O nó, pelo menos do Brasil Colônia até a contemporaneidade, “[...] formado por três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo mais gênero mais classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão” (SAFFIOTI, 2015, p. 122).

Essas contradições formam esse sistema social que estrutura a nossa sociedade em momentos distintos, considerando o desenvolvimento da sociedade em questão. Considerando o avanço da luta de classes, os contornos serão distintos, cabendo considerar que um dia chegaremos a não precisar mais discutir as condições de vida, por exemplo, das empregadas domésticas.

Em Saffioti encontro maior amparo para as afirmações que faço, quando a autora diz que: “Se é fácil pensar as desigualdades e as diferenças qualitativas e, por conseguinte, pensar a reconversão das primeiras nas segundas, o mesmo não ocorre com as desigualdades e diferenças quantitativamente definidas” (SAFFIOTI, 1994, p. 278)

Por outro lado, quando retorna a Marx para falar da possibilidade concreta de superação do nó, partindo da socialização de recursos e acessos nas relações sociais para atingir a qualidade nas relações sociais, entende que as experiências tenham sido “gigantescos fracassos” (SAFFIOTI, 1994, p. 278). Mais uma vez vale a crítica de que a autora pouco aprofundou em

sua obra, talvez por não ter acessado materiais mais adensados acerca da experiência do “socialismo real existente” da União Soviética.

Talvez por este motivo a autora persista ao final do texto na posição analítica restrita à esfera da cultura, como *falologocêntrica*, e finalize com a capitulação de seu trabalho riquíssimo pela desilusão com a revolução e o remédio da conciliação, dizendo que,

Há diferenciações através das quais as mulheres se submetem ao poder (*phallus*) e à razão (*logos*) dos homens. Não o fazem, contudo, passivamente. [...]. Dada a multiplicidade do sujeito social constituído em gênero, raça/etnia e classe – situa-se fora de cogitação a união da totalidade de uma categoria ou classe. Não resta senão o caminho das alianças entre desiguais, fenômeno contingente e efêmero, mas sempre renovável, para se tentar construir uma sociedade menos iníqua e mais propiciadora do desenvolvimento pleno das potencialidades de cada um: homem ou mulher, branco ou negro, mais ou menos abastado (SAFFIOTI, 1994, p. 281).

Infelizmente, não há possibilidade de desenvolvimento pleno enquanto sujeitos objetivados no sociometabolismo do capital, não há desalienação enquanto o trabalho for alienado e explorado. Pode sim existirem formas marginais menos desumanizantes atendendo a alguns extratos de classes, mas a classe trabalhadora, principalmente negra, e a população indígena, continuará desumanizada.

As contradições sociais se exprimem em um nó composto por opressões e relações sociais de exploração. Opressões não são meras formas expressas culturalmente, mas ideologias, algo muito mais complexo, profundo e difícil de ser superado, pois uma mulher não é duplamente ou triplamente discriminada, não são questões quantificáveis, mas qualificáveis. Nesse sentido, Saffioti é assertiva ao dizer que o que importa é “[...] analisar estas contradições na condição de fundidas ou enoveladas ou enlaçadas em um nó. Não se trata da figura do nó górdio nem apertado, mas do nó *frouxo*, deixando mobilidade para cada uma de suas componentes” (SAFFIOTI, 2015, p. 133, grifos meus).

A questão de classe no nó frouxo pode aparecer como possibilidade de unidade da classe trabalhadora por serem trabalhadoras não-negras, trabalhadoras negras, trabalhadoras e trabalhadores indígenas, ciganas/os, jovens e idosos/as, na terra, na indústria, nos serviços, ou em domicílio próprio, sujeites da classe trabalhadora.

Por consequência, prefiro o uso da categoria relações sociais de sexo, ou relações de gênero, sexo/gênero, a utilizar o termo/conceito genealogicamente atrelado ao feminismo materialista francófono que fala sobre relações (*rapport*) sociais de sexo e sexualidades, assim como também não utilizo mais coextensividade e consubstancialidade.

Não por considerar que essas contradições atuem isoladamente e livremente, e sim por elas apresentarem quando enoveladas uma dinâmica “[...] especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória. [...] De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos [...]” (SAFFIOTI, 2015, p. 133).

O nó é frouxo, porque é uma categoria que busca sintetizar a multiplicidade das relações sociais embebidas por determinações. Embora a autora fale em estrutura, superestrutura, rompe com a lógica do pós-estruturalismo e funcionalismo, ao colocar que não há nada fixo e imutável enquanto estrutura do capital, que cada país terá particularidades diversas. Portanto, é uma categoria válida para a leitura do real enquanto síntese de múltiplas determinações, unidade do diverso.

Mirla Cisne em 2014 não se equivocou ao tentar atrelar as relações sociais ao debate que coloca a questão de classe não como prioridade, nem hierarquicamente como superior, mas sim como central, pela possibilidade concreta de unificar as pautas comuns a classe trabalhadora de conjunto, ou seja, reconhecer as pautas e lutar por elas considerando a heterogeneidade da classe trabalhadora, mas buscou a fundamentação teórica necessária em uma vertente que não corresponde às suas aspirações daquele momento.

No caso das mulheres trabalhadoras negras há relações sociais de sexo racializadas, patriarcais, sexistas, classistas e intergeracionais.

Cabe, portanto, considerar o capitalismo não como uma expressão abstrata, uma estrutura, um sistema caótico, mas um sociometabolismo patriarcal, racista, machista, classista, LGBTQIA+fóbico.

A ortodoxia no método marxiano — não dogmática — implica, por exemplo, ressaltar a brilhante análise de Renata Gonçalves acerca da condição nó brasileiro. Infiro junto a Gonçalves (2018) que no Brasil a questão étnico-racial é o nó da “questão social”. Em outras palavras, entendo que não há relação social no Brasil que não esteja de alguma forma tocada pela questão étnico-racial, principalmente quando falamos do mito da democracia racial.

Aqui a desigualdade social teve por base na acumulação capitalista originária a exploração da força de trabalho de corpos de mulheres e homens sequestrados da África e aqui escravizados, classe trabalhadora essa que na condição de trabalhadoras/es “livres” alienados, já se inicia relegada ao limbo, ao “não lugar” de superpopulação relativa estagnada, pois nem mesmo puderam entrar na disputa por empregos com os imigrantes por ser da “cor da pele errada”; mulheres e homens ex-escravizadas/os que quando inseridos no mercado de trabalho,

entram como primeiro precariado da classe trabalhadora brasileira, por isso, a raça/etnia é o nó no Brasil.

Diferentemente das políticas sociais criticadas na Prússia por Marx, ou das políticas sociais inglesas, que ora culpabilizavam o povo pela pobreza, ora a gestão pública, ora o assistencialismo e a caridade, aqui culpavam e culpam a classe trabalhadora latente e estagnada desde antes da abolição em 1888 pelo *defeito de cor*, envolvendo as mais grotescas justificativas, conforme sinalizei, darwinistas sociais, eugênicas, higienistas.

Ainda sobre o enovelamento e o nó, iniciei um processo de reflexão coletiva junto a mulheres feministas comunistas militantes da cidade de Campinas, que me levaram a questionar a própria dinâmica do nó, uma vez que compararam a interseccionalidade, já que se trata de um novelo com uma linha que no emaranhado das expressões da “questão social” se enovelam e formam um nó. O questionamento foi ainda mais a fundo quando problematizando a ruptura com esses processos a partir de um nó frouxo que deve ser desfeito, desenrolado, desemaranhado.

Esse processo rememorou meus tempos de graduação, lembrando de um momento bastante ímpar em que a professora Yolanda Guerra ofertou um minicurso sobre a categoria dialética. Naquele curso ela utilizou a música *Como uma onda no mar*⁶⁴, interpretada na voz de Lulu Santos.

De forma bastante didática, utilizando da ludicidade, Guerra explicou esse movimento “Como uma onda no mar” e a contradição no curso da história a partir das frases “Nada do que foi será, de novo, do jeito que já foi um dia. Tudo passa, tudo sempre passará [...]”. Outro trecho emblemático da música sobre a contradição é: “Tudo que se vê não é, igual ao que a gente viu há um segundo. Tudo muda o tempo todo, no mundo”.

É refletindo sobre as categorias analíticas aqui expostas que se propõe a explicar a forma como as relações sociais capitalistas são racializadas e sexualizadas, que existem questões de classe, de gênero/sexo, de raça/etnia. Temos a consubstancialidade e coextensividade, ou a imbricação pelo feminismo materialista (francófono e de Mirla Cisne); de outro lado temos o nó, ou enovelamento de Heleieth Saffioti.

Embora o enovelamento se apresente com maior dialeticidade, ao recusar compreender as opressões e exploração como substâncias ou formas geométricas — no caso da interseccionalidade —, faz a analogia com um nó, que refutando as teorias dos sistemas, não remete a

⁶⁴ Lulu Santos. Como uma onda no mar. Disponível em: < <https://www.vagalume.com.br/lulu-santos/como-uma-onda-no-mar.html> >. Acesso em 28 Abr. 2022.

pensar em novos diferentes que se emaranham formando um nó, mas no mesmo novo que ao ser solto de uma ponta a outra se enrola e gera nós; ainda assim, carece da dialética e estrutura quanto ao movimento da história e ao próprio processo da forma como se pode desfazer o nó.

Essas angústias podem orientar para uma melhor tradução do problema, uma proposta de síntese que analisa tais questões no caso brasileiro: questão de classe, questão étnico-racial, questão de sexo, sexualidade e normatividades, questão intergeracional que, como uma onda no mar da mundialização do capital, se encontra por um fenômeno como um estrondo, na língua Tupi, *pororoca*, fenômeno em que águas de mares e rios de densidades, temperaturas, tonalidades e velocidades diferentes se encontram.

Se no Brasil o nó da “questão social” é a questão étnico-racial, no estrondo (*pororoca*), ao subir e descer, as marés produzem correntes em formato circular, os redemoinhos. Quando estes provocam pressão para baixo ocorrem os turbilhões que puxam tudo que está à sua volta. *Nesse sentido, o turbilhão produzido no estrondo brasileiro entre questão de classe, sexo/gênero e raça é a questão étnico racial.*

A escolha por pensar essas questões como águas é proposital, considerando que o sociometabolismo capitalista é o único sistema; não são substâncias diferentes, mas também não são um mesmo novo, ou aspectos simples de se mensurar pela matemática e geometria.

O *estrondo* brasileiro entre exploração de classe e opressões forma o *turbilhão* pela questão étnico racial que tudo toca e arrasta para o racismo e é encoberto pelo mito da democracia racial. Constitui-se por classes racializadas e sexualizadas. Opressões e exploração não são águas iguais, mas se encontram e se desencontram com o estrondo entre mares e rios, ou imperialismo na era neoliberal e a forma particular de cada país ser atingida e vivenciar as expressões da “questão social”.

Nesse estrondo também as relações sociais são alienadas, logo, as relações sociais de sexo, raça/etnia, intergeracionais e religiosas, cabendo aqui diversas outras formas de opressão que possam existir, todas formas são centralmente alienadas.

No Brasil, assoladas pelo estrondo das relações sociais alienadas e o turbilhão da questão étnico-racial, as filhas da classe trabalhadora negra e não negra nas diversas idades viverão formas diversas de violência, dentre elas a violência doméstica contra a mulher. Sujeitas essas que serão alvo das análises e sínteses para contribuir com o trabalho social e trabalho profissional do Serviço Social na segunda parte da tese.

Antes, faz-se necessário atrelar ainda mais o debate às formas contemporâneas de enfrentamento à violência contra a mulher e lutas por igualdade sexual e antirracistas. Escolhi,

não aleatoriamente, o termo “empoderamento” para traduzir as formas de capitulação das mulheres por meios que, sem os devidos cuidados e contornos, remete a propostas neoliberais, à culpabilização individual e a formas de solução individuais.

CAPÍTULO 2. “EMPODERAMENTO” E CAVIAR: NUNCA VI, NEM COMI, EU SÓ OUÇO FALAR

“Empoderamento” e caviar: só conheço de nome

*...Mas você sabe o que é empoderar?
Nunca vi, nem comi, eu só ouço falar*

*Empoderamento é coisa de rico, só que se consome
Na mesa de poucos, fartura adoidado
Mas se olha pro lado depara com a fome, violência, exploração e opressão.
Sou mais militância, resistência coletiva e revolução
Pois na classe trabalhadora organizada é o que mais se consome
Por isso, se alguém vier me perguntar
O que é “empoderar”, só conheço de nome...
Anala Negra
(Paródia com algumas paráfrases da música Caviar de Zeca Pagodinho)*

Primeiramente é preciso justificar o subtítulo como enredo da conversa que farei a seguir. Após aproximadamente quatro anos de estudo e reflexão, fora os demais anos de pesquisa, acredito que seja importante tratar o termo “empoderamento” com certa ressalva.

O “empoderamento” negro que surge na década de 80 na luta feminista negra norte-americana, que lutou e luta por direitos civis e jurídicos, além da própria (re)tomada da mulher negra enquanto mulher, enquanto identidade, buscando superar todo preconceito e opressão, lutando por superar todas as investidas contra sua humanidade, por suas formas, por sua beleza, por sua capacidade e intelecto, merece todo respeito e destaque.

Essa forma de pensar o conceito de “empoderar” a mulher negra é extremamente relevante para nós mulheres negras nos entendermos em nossas condições de vida, acessos, quando surge no Brasil e em diversas outras partes do mundo, países ex-colônias, com uma maioria de mulheres negras que sofrem com o racismo nosso de cada dia, deve ser tratada com parcimônia, já que tem sido capaz de fomentar rupturas com diversos estereótipos do entendimento universal do humano como eurocêntrico, branco, civilizado e heteronormativo.

Mas quando o termo “empoderamento” é desprendido desses aspectos singulares e particulares ao grupo ideologicamente oprimido, comprometido com o fortalecimento de sujeitos negras e negros, como também dos povos originários, toma uma forma própria e retorna neoliberalizantes ou de um anticapitalismo mais limitado a lutas antineoliberais que, em último grau e mais alarmante, em termos de perdas para tais grupos, pode se voltar ainda como identitarismos. Identitarismos são defesas de uma identidade transhistórica, ou seja, que desconsideram

os elementos relacionais de dada sociedade, ou ainda, a identidade é retratada como algo místico, por fora de análises de conjuntura que façam a crítica ao sociometabolismo vigente e como a identidade é relacional e usurpada por essa ordem ao transformar diferenças em desigualdades.

O “empoderamento” é, de fato, um termo no mínimo polissêmico contemporaneamente que tem sido proferido como fórmula mágica para diversas questões. O debate aqui, contudo, não é epistemológico, mas sim ético-político, teórico-prático. O “empoderamento” é mesmo um termo em disputa? Infelizmente, devo ponderar desde já que, à revelia dos movimentos sociais, trata-se de uma representação ideológica neoliberal de dar poder (abstrato) para sujeitos concretos, históricos e que precisam tanto de condições objetivas quanto subjetivas para dar conta da barbárie que vivenciam. O mero subjetivismo que aparece em alguns discursos esvaziados de estratégias, ou nas políticas sociais, não respondem a essa exigência nem individualmente, nem coletivamente.

A partir das pesquisas de revisão sobre o tema, compreende-se que alguns autores defendem o uso do termo “empoderamento” descolando-o da noção de indivíduo, propondo “empoderar” grupos e atingir formas coletivas de lutas anticapitalistas via protagonismo civil e participação social nas políticas sociais (GOHN, 2004; BERTH, 2019), pretendendo tensionar o Estado capitalista para que as políticas sociais e os serviços sociais atendam, de fato, a todos em suas necessidades.

A consequência da resposta imediata é que “toda reação humana ao seu meio ambiente socioeconômico, sob certas circunstâncias, pode se tornar ideologia” (LUKÁCS, 2013, p. 336). Toda ideologia pode tanto ser falsa, respondendo a uma inversão da realidade, que toma o *ethos* burguês e não a ontologia como direcionamento analítico, quanto pode ser verdadeira, correspondendo não à forma de pensar de uma classe, mas sim da humanidade em geral, no sentido universal.

Ainda que a forma da consciência possa ser ontológica, portanto, verdadeira, nada garante que a resposta prática para a questão será verdadeiramente a solução, podendo muito mais servir para dirimir os efeitos encontrados. A exemplo do próprio “empoderamento”, embora surja no interior de movimentos sociais comprometidos com a luta contra as opressões, fato este que os faz tomados por uma consciência verdadeira de que a opressão é uma ideologia capitalista, não necessariamente os conduz a lutas anticapitalistas pelo fim do capital, mas podem colocá-los a serviço da lógica da perpetuação do capital ao reivindicarem a ilusão de um

Estado capitalista, como expressão do próprio sistema que, ilusoriamente ou temporariamente, se apresentaria menos desumanizante.

As origens e os desdobramentos deste processo podem continuar visíveis ou serem ocultadas. Fato é que a partir do momento em que os conflitos sociais demandam respostas, implicam ações humanas imediatas. A necessidade da classe dominante de manutenção de seus interesses sociais pode gerar, em dadas condições sócio-históricas, conciliações de classes via políticas sociais socialdemocratas, liberais ou neoliberais que devolvem o problema como um aspecto individual. No Brasil, por exemplo, a população negra foi e é constantemente culpabilizada pelos efeitos das desigualdades sociais que a acometem, pelo preconceito por certo *defeito de cor*.

Entretanto, essas respostas surgem apenas a partir de ameaças imediatas de superação do *status quo*.

Essa totalidade é a respectiva sociedade como complexo contraditório que, nas práxis humanas, constitui o objeto e simultaneamente a única base real da sua ação. Esses dois aspectos reais da totalidade – reais porque não são meramente objetos do espelhamento da realidade, mas porque precipuamente desempenham papéis distintos no complexo desses atos, enquanto fundamentos da práxis – naturalmente constituem, no plano puramente objetivo, em todos os sentidos, uma unidade indivisível, de tal modo que, somente em decorrência de suas distintas funções nos complexos dos pores teleológicos, eles se transformam em componentes que atuam autonomamente (LUKÁCS, 2013, p. 336).

As ideologias atuam autonomamente, em grande medida por reificações, entretanto, todas elas possuem base material, portanto, real, embora na imediatez se apresentem totalmente naturalizadas com a justificativa do “sempre foi assim e assim sempre será”.

As contradições presentes no debate do “empoderamento” me interpelaram a princípio pelos usos da Economia Política para justificar as políticas sociais focalizadas; em um segundo momento, busquei por sua gênese, encontrando-a em movimentos sociais, em maior medida, o uso do termo no movimento negro, introduzido por diversas teóricas como a destacada professora aguerrida, feminista e militante Ângela Davis.

Em Davis não há dúvidas de que “empoderamento” não é apenas sinônimo de fortalecimento, mas talvez, muito mais, um sinônimo de um fortalecimento coletivo, unidade, por um projeto de liberdade universal, portanto, visceralmente comprometido com todas as lutas contra todas as formas de opressão, tendo a certeza de que essas são formas de se erguer pela emancipação política, subindo juntos, rumo ao alcance da construção de uma nova ordem social.

A despeito das mais diversas polêmicas sobre Davis, se é feminista marxista ou feminista socialista, fato é que sua leitura da obra de Marx é coerente, que sua militância é reconhecida historicamente e que se encontra na quadra progressista mais crítica, embora em alguns momentos suas obras e imagem apareçam associadas a perspectivas passíveis de larga crítica. Mas isso ocorre com os mais diversos autores, ainda mais nessa quadra histórica que *todes* resolvem dar as mãos pelo medo maior de continuidade de desgovernos ultraconservadores, irracionalistas e neofascistas pelo mundo.

Não obstante, quando a ideologia “empoderamento” aparece capitulada pelo projeto neoliberal, ela é falsa, pois apesar de se valer de uma base real, de uma necessidade que surge a partir de conflitos sociais, as respostas orquestradas, assim como seus resultados, são falsas. Lukács amplia o conceito de ideologia marxiano. Se em Marx e Engels (2010) toda crítica atingia uma leitura e resposta verdadeira para dada realidade, humana e universal por ser fruto das ideias da classe trabalhadora, aquela que mais sofre com as mazelas sociais; toda ideologia, por outro lado, era fruto de uma consciência falsa da realidade, a consciência da classe dominante de sua época que corresponde a seus interesses falsamente universais. De forma distinta e também bastante coerente com os impulsos da realidade contemporânea, Lukács explicar que:

[...] verdade ou falsidade ainda não fazem de um ponto de vista uma ideologia. Nem um ponto de vista individualmente verdadeiro ou falso, nem uma hipótese, teoria etc., científica verdadeira ou falsa constituem em si e por si só uma ideologia: eles podem vir a tornar-se uma ideologia, como vimos. *Eles podem se converter em ideologia só depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos.* Não é difícil perceber isso no plano histórico (LUKÁCS, 2013, p. 337, grifos meus).

Davis utiliza o termo “empoderamento” para defender a importância de ascender sem deixar ninguém para trás, o que implica a luta imbricada entre classe, “raça/etnia”, sexo e questão LGBTQIA+.

Entretanto, os primeiros lampejos do que possibilitou o ganho da cena pela ideologia falsa do “empoderamento” nos movimentos sociais já se expressavam nos escritos de Davis, quando temia pela falta de unidade e defendia que

[...] devemos começar a fundir esse duplo legado a fim de criar um *continuum* único, que represente de modo sólido as aspirações de todas as mulheres da nossa sociedade. Devemos começar a criar um movimento de mulher revolucionário e multirracial, que aborde com seriedade as principais questões que afetam as mulheres pobres e trabalhadoras. Para mobilizar tal potencial, devemos desenvolver ainda mais aqueles setores do movimento que estão se ocupando dos problemas que atingem as mulheres pobres e da classe trabalhadora, como empregos, equidade de salários, licença-maternidade, remunerada, creches com subvenção federal, abortos subsidiados e proteção

contra esterilizações forçadas. Mulheres de todas as raças e classes se beneficiarão enormemente de uma abordagem como essa (DAVIS, 2017, p. 18).

Com pesar, o que está ganhando a cena é necessariamente aquilo que mais temia Davis já nos anos 80. A fragmentação da classe trabalhadora, ressaltando as diferenças e diferenciando, afastando, às vezes remendando retalhos por conciliações politicistas sempre justificáveis pelo acesso à emancipação política, que não garante realmente acesso algum.

A luta antirracista, como foi citado anteriormente, possui um leque de vertentes regidas pelos mais diversos projetos societários, o que fez com que elementos centrais como “empoderamento”, que outrora foram utilizados para fortalecer coletivamente e universalmente a classe trabalhadora, bem como trabalhadoras/es negras/os no âmbito da luta de classes, por ampliações da emancipação política para negras e negros, como também para fortalecer as lutas pela emancipação humana, hoje ganhassem novos contornos. Preocupantes para aqueles que estão comprometidos com a construção da unidade da esquerda e a primazia da radicalidade na luta de classes, hoje, bastante abafadas devido ao longo processo de prioridade por lutas pela via institucional.

A ideologia do “empoderamento” que se apresenta nas políticas de combate à pobreza é inspirada nos escritos de Amartya Sen, renomado ideólogo neoliberal. Para tratar dessa discussão com o devido teor, faz-se imprescindível retomar primeiro a história da política social, o que posteriormente abrirá espaço para debater de forma mais aprofundada junto ao leitor. Não se trata, contudo, de uma análise imanente da política social, nem mesmo da obra do referido autor, mas, da busca por aspectos que forneçam as devidas fundamentações à crítica aqui pretendida.

2.1. A multifacetada ideologia “empoderamento”: principais tendências influentes no Brasil e suas origens

“*Empower*”, que significa dar poder, estimular a capacidade, dar habilidade a algo ou a alguém, é uma adaptação possível na língua inglesa que permite transformar substantivo em verbo (*verbing*), já na língua portuguesa há o neologismo que resulta na tradução do termo para “empoderamento” ou o verbo “empoderar” (BERTH, 2019).

Entretanto, a primeira vez que se utilizou tal termo no inglês *empowerment* foi em 1977, por Julian Rappaport. O sociólogo defendia que a autonomia de alguns grupos só seria possível

a partir do momento em que tais oprimidos fossem capacitados, podendo assim ter liberdade e controle sobre suas escolhas (BERTH, 2019).

O livro *Empoderamento: feminismos plurais* de Joice Berth, sob coordenação de Djamila Ribeiro, lançado em 2019, teve sua primeira versão rapidamente esgotada no Brasil. Nele são encontradas diversas definições de “empoderamento” que a autora vai costurando, buscando retalho por retalho defender o caráter progressista do termo.

Rappaport, citado na obra de Berth, contudo, se distancia bastante do que objetiva e motiva Berth. O autor se vale de propostas individualistas, de melhorias individuais, embebido de uma postura identitarista que escamoteia a classe trabalhadora em guetos. Por seu discurso, recuperar histórias e narrativas ajuda a entender as influências na identidade e no desenvolvimento de cada indivíduo. Essa prática de ouvir essas pessoas, ampliar e dar valor a suas histórias, segundo ele, ajuda essas pessoas a se descobrir, criar novas histórias e *desenvolver atividades possíveis* (RAPAPORT, 1995, grifos meus).

As narrativas podem fortalecer e contribuir para a construção do processo de consciência, mas utilizá-la, como meio e fim em si mesmo, recai na crítica à ideologia já feita acima. Ou seja, narrar em si pode fortalecer os sujeitos em seu processo de reconhecimento e lutas mais imediatas, assim como aproximar e criar pautas em grupos e comunidades, mas o autor acaba priorizando o individual.

Maria da Glória Gohn (2004) é outra autora que defende o caráter progressista no “empoderamento”; aponta que no Brasil na década de 80 havia a tendência à organização fora do Estado, sendo a autonomia uma noção a ser defendida. Embora houvesse o direcionamento de lideranças, o que configurava relativa autonomia, essa participação social era vista como possibilidade de construção de contra-hegemonia ao poder dominante e ao regime político. Ideia já criticada quando falei sobre a impossibilidade de um Estado capitalista social.

Neste contexto surgem também os “novos movimentos sociais”, que retiram as bases de luta dos sindicatos e desarticulam as lutas dos trabalhadores em face de lutas de extrema importância, mas que em algumas vertentes incorrem em posturas extremas e equivocadas *identitaristas*. A autocrítica à ala da esquerda brasileira que não reconhecia a questão étnico racial já foi feita no texto, seguindo a linha de Clovis Moura, na esteira também das análises de Góes e Correia (2015), já que no interior da luta de classes, e ainda que encontrando resistência nos espaços, uma vertente bastante rígida de alguns representantes de partidos de esquerda e sindicatos priorizavam a classe de forma abrupta, recusando-se discutir as opressões.

Em fins da década de 80 e nos anos 90 pudemos acompanhar um processo de priorização das lutas por cidadania, dos direitos e deveres em prol da construção de uma sociedade democrática, em prejuízo da noção de autonomia e participação social (GOHN, 2004). A luta por direitos civis incorpora também a luta pelos direitos sociais, com isso temos também a busca pela responsabilização dos sujeitos, sendo a participação social entendida como um dever e não mais como um direito.

O cidadão é justamente a ideia da construção da partição social legitimada somente pela via legal, ou seja, o cidadão é aquele emancipado politicamente. Os direitos, por consequência, são garantidos em matéria imediata aos sujeitos que estão aptos a acessar serviços, direitos e políticas sociais, enquanto que, na realidade, essas ofertas deixam a desejar e são marcadamente reproduzidas na lógica das insuficiências em acessos e disponibilização de recursos efetivos. Caberia ao cidadão lutar por sua efetivação, o que já pressupõe que tais leis foram feitas para não serem reproduzidas em qualidade para as cidadãs e para os cidadãos.

Nessa esteira, há o ganho da cena pelas ações de “empoderamento” no “terceiro setor”. Sobre essas ações de “empoderamento”, Gohn (2004) sinaliza que o “empoderamento de comunidade” se refere aos

Processos que tenham a capacidade de gerar processos de desenvolvimento autossustentável, com a mediação de agentes externos – os novos educadores sociais – atores fundamentais na organização e no desenvolvimento dos projetos. O novo processo tem ocorrido, predominantemente, sem articulações políticas mais amplas, principalmente com partidos políticos ou sindicatos (GOHN, 2004, p. 23).

Tal proposta visa a construção do “protagonismo” das comunidades de forma, aparentemente independentes ou articuladas a partidos políticos e sindicatos, o que por si só já indica tal mecanismo como forma de cooptação dos interesses da classe trabalhadora, sob o cabresto dos jogos político partidários, ou melhor, dos partidos burgueses dentro das disputas eleitorais burguesas — priorizam muito mais os interesses do partido que daqueles que deveriam representar. Analisando com maior profundidade tal mobilização, ao passo que parece articular, desmobiliza, já que não supera o âmbito do particular e das necessidades imediatas, que não devem ser negligenciadas, mas que não podem ser o horizonte final das lutas.

Ademais, vale ressaltar o distanciamento dessas mobilizações dos movimentos sociais que possuem pautas amplas e melhor delineadas, pois, ainda que tais organizações comunitárias possam lograr êxito nas tarefas imediatas que se propõem, perdem bastante em conteúdo, como uma pauta unificada e objetiva quando deixam para depois ou desconsideram as lutas maiores

— como direitos sociais, trabalhistas, previdenciários, em privilégio e somente considerando a iluminação do bairro, praças e parques, asfalto etc.

Já o “empoderamento”, pensado na lógica do indivíduo:

[...] o significado da categoria “*empowerment*” ou empoderamento [...], não tem caráter universal. [...] referindo-se ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades – no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social); como poderá referir-se a ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos, atenção pessoal etc., em sistemas precários, que não contribuem para organizá-los – porque os atendem individualmente numa ciranda interminável de projetos de ações sociais assistenciais (GOHN, 2004, p. 23).

Aqui está expresso o limite das ações de “empoderamento” que, sendo mais críticas à realidade social, incorrem nos equívocos de reduzir a “questão social”, entendida como embate entre capital-trabalho, a um problema social a ser solucionado via “protagonismo” dos indivíduos que, uma vez “empoderados”, devem ser capazes de agir por si mesmos.

Ainda que autoras como Berth (2019) reivindicuem o termo para lutas anticapitalistas, o que predomina sobre este termo é no máximo o discurso liberal, com pautas liberais por lutas democráticas capitalistas, logo, restritas a garantias somente civis e jurídicas, incorrendo em uma proposta mais antineoliberal que anticapitalista.

Ressalta-se o caráter ideológico falso do “empoderamento”, fruto de uma lógica invertida, numa sociedade invertida, que produz discursos e propostas também invertidas, ainda que fruto de uma análise coerente e aguerrida como as análises de Berth, desembocando numa resposta falseada, esvaziada enquanto projeto anticapitalista.

Berth (2019) reconhece certa inversão da lógica desta forma de sociabilidade, mas, ao invés de invertê-la de modo a atender aos preceitos ontológicos da genericidade humana, pretende subvertê-la. Esse seria o anticapitalismo do qual fala.

Isso pode ser notado quando a autora critica a pauta central do MST (Movimento dos Sem Terra), que é a luta pela terra, a luta pela reforma agrária, dizendo que:

Trata-se de uma visão individualista devido a sua identificação com o opressor, sem a consciência de si mesmo enquanto pessoa, enquanto membro de uma classe oprimida. Não é com o objetivo de serem livres que desejam a reforma agrária, mas sim para adquirir uma terra e, desse modo, converterem-se em proprietários, ou, mais precisamente, em patrões de outros trabalhadores. Isso ilustra a afirmação segundo a qual, durante a fase inicial da luta, os oprimidos encontram no opressor seu “tipo de homem” (BERTH, 2019, p. 22).

Concordo que a luta pela terra é uma disputa, mas trata-se de uma luta individual, de um grupo, que também é coletiva, por representar anseios de meios de trabalho para a classe trabalhadora. A luta pela reforma agrária é uma luta pela socialização da terra, socialização da propriedade privada e não por sua extinção, portanto, trata-se de uma luta anticapitalista que não supera os limites do capital. Entretanto, não se trata de uma luta individualista, ou que esteja focada na figura de se tornar opressor. Pelo contrário, o MST, por exemplo, luta pela socialização da terra, pela produção consciente, coletiva e a educação popular; ainda que dentro da lógica do capital, busca escapar e criticar a agroindústria, o grande latifúndio etc.

Embora a socialização da terra em forma de cooperativas de pequenos produtores não resolva a questão fulcral do sociometabolismo, falar em reforma agrária na particularidade brasileira e lutar por ela, considerando as já citadas históricas expropriações e insuficiências de políticas públicas para a inclusão de negras e negros, seria na verdade uma luta por dirimir as injustiças sociais de uma classe trabalhadora e de uma sociedade racializada.

É importante enfatizar que a autora não fala do MST em si, mas critica a luta pela reforma agrária, num país como o Brasil, um dos maiores em extensão e que não teve reforma agrária. Além do lastro escravagista que serve de fundamento para o racismo até a contemporaneidade, é impensável desconsiderar a luta pela reforma agrária, considerando que até mesmo países como os Estados Unidos fizeram reforma agrária. Tratar da reforma agrária é mexer em um vespeiro que sobrevive até a contemporaneidade, inclusive com a famosa bancada ruralista.

Com essa crítica, é possível imaginar como a autora pensa o comunismo, já que a nossa luta é pela conquista e socialização da riqueza socialmente produzida. Não se deseja ser capitalista, burguês, mas revolucionar o modo de produção e assim, revolucionar a própria vida.

Berth, entretanto, defende que:

[...] absorver o significado atual de poder pressupõe que estejamos assentados passivamente em suas mais variadas falhas sistêmicas. Daí parte a necessidade de questionar continuamente de que poder estamos falando e quais os possíveis caminhos de trabalho social empregaremos, no sentido não de inverter a lógica atual, mas de subvertê-la (BERTH, 2019, p 22).

O sistema capitalista não possui falhas em si, as falhas se apresentam como tal sob a justificativa manipulatória de que é possível reformar tal sistema. Berth parece querer ver humanização no capitalismo. A inversão da lógica atual é necessária para que possamos subvertê-la, tomar as coisas pela raiz, ou seja, retomar o humano-genérico é indispensável para que se possa subverter a lógica das opressões, superando não apenas o classismo da sociedade capitalista, como também o racismo, o patriarcado, o sexismo e a LGBTQIA+fobia.

Subversão que se apresenta no imediato, sem projeto societário, remete às estratégias utópicas anarquistas ou às conciliações da socialdemocracia, ou ainda ao projeto liberal, projeto neoliberal, que, de qualquer forma, continuam sendo projetos da classe dominante — de um coletivo — orientada por estes projetos societários.

Berth corrobora com as defesas de Patrícia Hill Collins sobre a importância da autodefinição, autoavaliação, para desconstruir estereótipos e reconstruir imagens, estratégias de libertação individual pela emancipação coletiva. Concordo com essa importância, mas discordo de algumas posturas de Collins, por exemplo, quando defende a inserção da mulher negra pelo microcrédito.

Em Berth, contudo, há uma luta por aprendizagem que supera a ideia dos acessos restritos a profissões de baixa renda, reivindicando universidades de qualidade e cursos de interesse dos sujeitos, como engenharias, medicina, e não designer de sobancelha. Mas limita a capacidade dessa luta de subversão.

Iasi (2012) exemplifica a questão ao relatar que trabalhando com educadores sociais e militantes de esquerda, que, por mais críticos que sejam e por mais relevantes que sejam suas lutas, no limite de suas análises no horizonte revolucionário incorrem em práxis progressistas, identificadas com o que seria fruto do projeto liberal em sua essência.

Ocorre que a questão da consciência e da consciência de classe não é tão simples assim, não se trata de messianismos gerados pela força da vontade de dar poder, ou de construir e reconstruir narrativas a partir da realidade dos sujeitos. Aqui se expressa a ilusão que toma parte daqueles que movem lutas anticapitalistas, ficando entre o reformismo e o politicismo⁶⁵.

O processo de tomada de consciência individual, assim como o coletivo, pode incorrer tanto em práxis revolucionárias, quanto reformistas ou conformistas. O que, de maneira geral, faz a diferença, são situações revolucionárias que colocam o sujeito da classe trabalhadora no embate direto com as bases que sustentam o capital.

Nos termos da ideologia lukacsiana (LUKÁCS, 2013), todo pôr teleológico só pode ser assim considerado quando compreende a realidade que deseja intervir e, a partir do conhecimento, transforma a realidade. O “empoderamento”, portanto, enquanto estratégia é ideologia,

⁶⁵ Entendemos por reformismo não apenas a realização de reformas, ou grupos que defendam as reformas como meios para reduzir as desigualdades sociais, como também aqueles que apontam melhoras crescentes a partir de reformas feitas gradualmente e cumulativamente pelo Estado. Por politicismo compreendemos a atribuição do processo de transição socialista para o comunismo à dimensão política realizada pela via do Estado, como também àqueles capitulados por falsas consciências — ideologias —, fundamentando-se em leituras subjetivistas pelo “olhar”, tomando a aparência como realidade, ou em última instância os que refutam a perspectividade de totalidade, a luta de classes e reivindicam uma sociedade mais justa e igualitária.

falsa, mas é ideologia, em grande medida. Surge a partir de uma leitura equivocada da sociedade, propõe-se a corrigir falhas do sistema, luta pela emancipação política ou pela humanização do capital e por políticas antineoliberais.

A consciência é algo mais complexo, é forjada nas relações sociais que são construídas pelos sujeitos, às quais os mesmos são submetidos. Ao vivenciar uma sociedade de relações sociais alienadas, estes se tornam partícipes da alienação⁶⁶, embora possam atingir o nível crítico de consciência com relação às opressões reproduzidas nas sociedades de classes. Saber, meramente, não faz de alguém subversivo e/ou revolucionário, podendo até fazer destes sujeitos sábios conformados.

Afinal, nem todas as ações forjadas com vistas à práxis revolucionária de fato lograram tal êxito (VÁZQUEZ, 2011), uma vez que a práxis revolucionária envolve não apenas a consciência como forma de subversão, mas deve contar com condições sócio-históricas que se dão ou não no movimento material e dialético da história.

Passo agora a tratar da política social que é largamente utilizada para a estratégia de “empoderamento”, antes mesmo de existir tal conceito. A gênese das protoformas de política social, assim como muitas das formas contemporâneas políticas sociais, são estratégias de combater a pobreza e culpabilizar a classe trabalhadora por tal condição.

2.2. Uma breve história da política social: das protoformas ao Keynesianismo

As responsabilidades sociais pré-capitalistas se dedicavam a manter a ordem social e eram punitivas com os que eram considerados “vagabundos”. Essas ações caritativas e filantrópicas podem ser identificadas como protoformas de políticas sociais. As leis inglesas foram seminais nesse sentido, tais como: o Estatuto dos Trabalhadores de 1349; o Estatuto dos Artesãos de 1563; A Lei dos pobres elisabetana de 1531, sucedida pela de 1601; a Lei de Domicílio de 1662 e a Nova Lei dos pobres de 1834.

As *Poor Laws*, na Inglaterra, foram algumas das primeiras expressões de políticas repressivas e que culpabilizavam a classe trabalhadora, que criavam e operacionalizavam as

⁶⁶ Conforme explicitado logo na primeira nota de rodapé, entendendo que o fenômeno da alienação é constitutivo do modo de produção capitalista (MPC), o fim da alienação está atrelado ao fim do capitalismo, superando o seu MPC. Por conseguinte, somente em uma sociedade emancipada haverá a possibilidade de desalienação no trabalho, com o fim da exploração do trabalho, pela produção de trabalhadores(as) livremente associados, produzindo a partir das necessidades sociais e não das do capital de manter suas taxas de lucro e acumulação.

Workhouses, pensadas justamente nesse contexto entre a repressão, o entendimento de que falta assistência ou de que tem assistência demais ao povo.

O Ato 43 Elisabetano teria perdurado 3 séculos, chamando a igreja a contribuir para salvar os pobres. Todo um aparato burocrático e caro foi orquestrado para que pedidos de benefício fossem protocolados e analisados. Ao analisarem os efeitos da política, em meados de 1834, concluíram que aquilo que fora pensado como “política de enfrentamento” do pauperismo o fortalecia, tendo em vista o aumento da população vivendo em condição de extrema pobreza (MARX, 2010c).

Se a assistência fortalece o pauperismo, concluíram que o problema era individual e definiram por reprimir e esconder aquele mal via Casas de trabalho, as *Workhouses*, onde comida e abrigo eram ofertados em troca de trabalho. Esse trabalho escravo regulamentado foi uma das primeiras formas de política higienista.

As políticas sociais desde sua origem, com raras exceções, foram pensadas para disciplinar e punir os pobres, eternizando-os naquelas condições de vida. As raras exceções mencionadas, como legislações trabalhistas, fixação de salário mínimo e jornada de trabalho conquistadas ainda no século XIX, não se deram senão por meio da luta de classes, por concessões arrancadas da burguesia em favor do controle da classe trabalhadora.

O pauperismo, pela perspectiva capitalista, seria alicerçado em uma falta de vontade dos pobres, ou à falta de sentimento cristão dos ricos (MARX, 2010c). Como Tonet analisa,

[...] com certeza, essa crítica pode ser estendida à ciência social burguesa até hoje. Pois, afinal, o que faz essa ciência senão atribuir os males sociais ora à imperfeição humana, ora à falta de recursos, a falhas administrativas, à falta de vontade política, à insensibilidade do governo e/ou das classes dominantes, à indolência dos próprios pobres, à falta de educação, a políticas sociais equivocadas, à falta de assistência (TONET, 2010, p. 14).

Para tratar da política de assistência social é preciso recorrer à crítica ao assistencialismo e ao reformismo, feitas por Marx (2010c) na obra *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano”*. Se o leitor pensa que é de hoje que a classe trabalhadora é literalmente ludibriada pelo papel do Estado, está muito enganado, embora em outras condições e por uma outra forma de Estado. O Estado Prussiano, regido por um monarca, cobrava a caridade da igreja, esta, por sua vez, recorria ao bom senso dos ricos para realizar a caridade pela igreja e ações filantrópicas.

Na Inglaterra, vivia-se um momento de capitalismo já industrializado e desenvolvido frente aos demais países, caminhando junto, em larga escala, aumentava o número do contingente da superpopulação relativa em pauperismo. Os embriões do que hoje se apresenta modernizado, tecnificado e absurdamente burocratizado como política de assistência social no Estado capitalista, naquela época, entre os séculos XVII e XIX, já insurgiam como formas de contenção da classe trabalhadora.

O prussiano que escreveu o artigo publicado em agosto de 1844 no *Avante!* (*Vorwärts!*) foi Arnald Ruge. Ruge acreditava que a revolta dos tecelões silesianos fora encarada como mero problema local e administrativo pelo rei, por falta de intelecto político, ou seja, afirmava que o caráter atrasado da sociedade alemã limitava os cidadãos a um caráter não político de análise, o que impedia a sociedade alemã de compreender as implicações universais daquele acontecimento singular.

O problema é que, ao dar à política o caráter de universalidade, deduz que aos trabalhadores faltava cidadania para lidar com essas questões, segundo os preceitos democráticos burgueses, nos termos da superação das sociedades pré-capitalistas, portanto, civilizados da democracia burguesa.

O nobre leitor pode se questionar neste momento, mas o que tem o atraso da Prússia com a particularidade brasileira? Assim como no Brasil, a burguesia alemã também não liderava transformações, preferindo forjar alianças junto aos latifundiários. Ocorre que algumas das perspectivas desenvolvimentistas também partiam do pressuposto de que o atraso brasileiro limitaria as capacidades analíticas da população quanto aos acontecimentos singulares que aqui ocorriam em relação à perspectiva mais universal, por exemplo, na questão da escravidão.

Essa perspectiva desqualifica o pensamento das nações não “desenvolvidas” — países de capitalismo não central, ou de capitalismo periférico, dependentes — como não político. A escravidão ter durado quatro séculos, contudo, não dizia respeito a uma mera mentalidade arcaica, ou ao atraso econômico do país, mas aos interesses expropriadores ingleses e do projeto de expansão capitalista imperialista, pelas garantias do acúmulo de riquezas, pela estratégia da primeira de muitas das “assim chamadas acumulações primitivas”, formas de acumulação sobre as costas das antigas colônias, notadamente indígenas, negras e negros, que se modernizam para serem “ética” e “moralmente” aceitas — obviamente, segundo o *ethos* burguês.

No *ethos* burguês, encontra-se o homem branco, europeu, com liberdade jurídica e civil, universalizado como humano, ideologicamente também, criando o outro, povos assassinados, escravizados, saqueados, por não atingirem tal grau de civilidade, bruxas, povos promíscuos,

preguiçosos, vagabundos e pelo *defeito de cor*. O branco era a síntese do humano, do moderno; as colônias, povos originários, negras e negros eram selvagens, arcaicos.

Partir do intelecto político, contudo, segundo Marx (2010c), é tomar a forma de pensar burguesa como única e atemporal para responder aos males, os quais ela mesma gera. Em outras palavras, os males sociais são apresentados como naturais da sociedade, porque são naturalmente gerados a partir do modo de produção burguês. Trata-se, porém, de uma falsa ontologia, pois a sociedade não é um ente abstrato e atemporal, ela é a expressão de um conjunto de elementos que a estrutura. Destarte, a sociedade da qual falamos é a sociedade nos moldes burgueses, mutáveis e superáveis.

Não questionar o intelecto político, a racionalidade burguesa e a sociedade burguesa, implica a impossibilidade de encontrar o fundamento gerador dos males sociais. Marx (2010c) revela que o Estado é a sociedade civil — sociedade burguesa — apresentada de modo falso por uma cisão entre o público e o privado.

O Estado, portanto, é a expressão da sociedade burguesa, é sua forma de controlar, de administrar os seus interesses. Pela forma jurídica se expressa tudo aquilo que é de interesse universal desta sociedade, ora, se é uma sociedade burguesa, o interesse universal é o da burguesia, consequentemente, não é verdadeiramente universal. Logo, tudo aquilo que foge ao nomeado como público — que é de interesse burguês —, como a propriedade privada, é apresentado segmentado, como esfera da vida privada.

Sobre essa esfera privada, diz formalmente o que é permitido e o que não é, mas inviabiliza-se a intervenção neste âmbito pelo próprio motivo que gerou a necessidade de construção destas leis, qual seja, a segurança. Para garantir a segurança da liberdade nos termos burgueses — *de viver lado a lado e não com o outro* — legisla-se, mas, pela própria garantia da liberdade, nega-se a segurança para a classe trabalhadora de, por exemplo, controlar salários, ou melhor, controlar os meios de produção. Em contrapartida, sob a desculpa de que não se pode cercear as liberdades, permite-se o uso da propriedade privada dos meios de produção para controlar a sociedade.

A obviedade desta relação culmina naquilo que aparece na forma escamoteada e pela lógica invertida da “sociedade civil”, melhor definida como sociedade burguesa, que cria o seu Estado como forma de regulação desta sociedade. Se é a sociedade burguesa que cria o Estado, como poderia a criatura se voltar contra seu criador?

O Estado capitalista é assim apresentado como regulador dos interesses de todos os indivíduos, organiza e administra a sociedade burguesa, como se a estivesse administrando para

os civis — independentemente de sua classe social. O que não fecha essa equação, se existisse um Estado “regulador”, seria justamente o fato de esse Estado desconsiderar as desigualdades sociais ao formular seus mecanismos de controle.

Refletindo mais a fundo, percebe-se que se essa criatura é forjada pela leitura do intelecto político, ou melhor, aos moldes burgueses, a função desta criatura se limita também ao político, não podendo incidir no social sem chancelar a necessidade de sua própria destruição.

O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa entre a vida pública e privada, [...] exatamente lá onde começa a vida civil e o seu trabalho, cessa o seu poder. [...] Se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência de sua administração, teria que acabar com a atual vida privada (MARX, 2010c, p. 60-61).

A não compreensão da forma política do Estado deu margem a perspectivas reformistas como as de Kautsky (LÊNIN, 2019; 2007) e Proudhon (MARX, 1985), que argumentaram que haveria a possibilidade de conquistar esse Estado capitalista, manter sua forma e mudar seu conteúdo, colocando-o a serviço dos interesses de todos, inclusos os ditos “oprimidos”.

Mas não há possibilidade concreta de superação dos males sociais pelo Estado capitalista, e tal impossibilidade se dá justamente pelo fundamento do qual emana a abstração Estado ser também aquele que gera os males sociais, a própria base constitutiva do capitalismo, seu modo de produção e sua forma expropriadora e acumuladora de priorizar a propriedade privada por um falso fundamento ontológico, naturalizado, em detrimento da própria humanidade. Na Inglaterra do século XIX já se respondia a essas questões:

[...] o intelecto político inglês atribui os males sociais ora à política dos partidos adversários, ora à falta ou ao excesso de assistência social, ora à própria lei de assistência aos pobres, ora aos próprios trabalhadores pela sua falta de educação ou indolência, ora à falta de recursos para atender às necessidades de uma população que cresce mais do que os bens produzidos. Em consequência dessas concepções, a política social inglesa oscilou, nos últimos 300 anos, entre o assistencialismo e a repressão, sob as mais diversas formas (TONET, 2010, p. 13).

As semelhanças com as justificativas para as políticas contemporâneas chegam a indignar. As formas se modernizam e são apresentadas sob novas vestes, mas o conteúdo visceral reformista das políticas de combate à pobreza, bem como da política de assistência social, emerge da mesma essência alienada, por mais desenvolvido que o Estado capitalista seja.

As políticas sociais surgem como resposta da burguesia pelo Estado capitalista — seu representante às expressões da “questão social” —, entendida como embate entre capital e tra-

balho —, a partir da Revolução Industrial, por consequência da passagem do pauperismo absoluto⁶⁷ para o pauperismo relativo⁶⁸, momento em que a luta de classes causa a necessidade do desenvolvimento da intervenção estatal.

Enquanto as protoformas de políticas sociais foram retardatárias do desenvolvimento do livre mercado, ou se dedicavam a manter a ordem, fixando a força de trabalho de modo a dificultar a mobilidade social, por meio do pagamento de um recurso àqueles que fossem mal remunerados e/ou estivessem desempregados — valor calculado com base no preço do pão —, a Nova Lei dos Pobres, de 1834, vinha para estimular a livre circulação de força de trabalho funcional ao livre mercado, para tanto, destrói o direito anterior assegurado em lei, já que este permitia certo poder de barganha aos trabalhadores, e institui o trabalho como única fonte de renda (BEHRING, BOSCHETTI, 2011).

Ações de proteção social foram tratadas como de responsabilidade da caridade e da filantropia. Assim, a ideia de liberdade individual e competitividade foi injetada nas veias da classe trabalhadora.

Analisando as “assim chamadas estratégias social-liberais, desenvolvimentistas”⁶⁹ dos governos FHC, de 1994 a 2002, e PT, de 2003 a 2016, Temer e Bolsonaro — embora este último não fora o peão de ouro escolhido pela burguesia, por sua destacada instabilidade —, poderiam e deveriam ser esperados como mais do mesmo, considerando que “O imperativo da liberdade e competitividade na compra e venda da força de trabalho fez com que o capitalismo regredisse mesmo em relação a essas formas restritivas de “proteção assistencial” à população pobre” (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 50).

⁶⁷ Pauperismo absoluto é uma categoria marxiana que se refere à classe trabalhadora expulsa do mercado de trabalho, que constitui a superpopulação relativa, mais precisamente, em suas camadas flutuantes e estagnadas, sendo aqueles que sobrevivem sem salários ou com salários miseráveis. Cabe sinalizar que, na atual conjuntura de capitalismo em decomposição, em que o projeto neoliberal busca se reestruturar para dar continuidade ao imperialismo, ocorre um processo de iminência da pauperização absoluta na vida da classe trabalhadora, considerando os ataques e destruições dos direitos trabalhistas, ajustes e mais ajustes fiscais que retiram a cada dia mais recursos das políticas sociais. Nesse sentido, essa categoria também se aplica à superpopulação relativa latente (MARX, 2013).

⁶⁸ Pauperismo relativo é uma categoria marxiana que se refere ao processo de aumento progressivo do valor e mais-valor extraído da força de trabalho, em relação a um rebaixamento também progressivo do acesso dos trabalhadores à riqueza por eles produzida. Em outras palavras, trata-se do alargamento do abismo, já existente, entre o trabalho necessário — que paga o salário do trabalhador em suas primeiras horas de jornada — e o trabalho excedente — da jornada excedente —, cujo valor não é pago ao trabalhador e sim apropriado pelo capitalista na forma de valor e mais-valor. Portanto, mesmo que o/a trabalhador/a receba um salário que lhe permita condições dignas de acesso à saúde, educação, alimentação e lazer, com um elevado poder aquisitivo, a relação supracitada implica na apropriação cada vez menor pelo trabalhador/a do valor por ele/a produzido (MARX, 2013).

⁶⁹ Idem nota de rodapé 21 na página 84.

Essa argumentação casa perfeitamente com o problema colocado, não é mesmo? Pois bem, o detalhe que não se pode deixar fugir é que as autoras fazem tal análise quando falando sobre a transição da Lei *Speenhamland* para a Nova Lei dos Pobres. Ocorre que assim como a “questão social” de 1830 é a mesma que a dos anos 2021, ainda que apresentada sob novos contornos, considerando aqui avanços para a classe trabalhadora e retrocessos, assim também é a necessidade de estimular a liberdade e a competitividade na classe trabalhadora, tendo como resposta do capital em decomposição imperialista o recrudescimento das também restritas “proteções assistenciais” existentes — transferências de renda, insuficiências das políticas públicas estruturais e atendimentos psicossociais com foco no indivíduo ou em práticas terapêuticas.

Antes negavam o acesso ao pão, hoje negam inúmeros direitos como trabalho e saúde pela não vacinação imediata da população contra a COVID-19, uma necropolítica, priorizando o acesso ao consumo pelas transferências de renda, crédito, microcrédito, que também possibilitaram à classe trabalhadora certo poder de barganha, o que também enfureceu as “patroas”, que ficaram sem as suas “empregadas domésticas”.

Aqui cabe um parêntese com relação ao conceito necropolítica e à forma como o utilizo com certas ressalvas. Necropolítica é um conceito de Achille Mbembe (2016) que está “na moda”. Aqui faço o uso do termo com ressalvas críticas, já que o autor nomeia uma tendência política dentro da ordem sociometabólica do capital de poder sobre a vida e a morte dos sujeitos, com um projeto notadamente de genocídio da classe trabalhadora sempre e quando necessário aos interesses do capital, ou seja, sempre que a superpopulação estagnada e latente diminui ou aumenta expressivamente. A questão é regular à oferta da mercadoria primeira do capital, a força de trabalho.

Não obstante, o autor deixa lacunas no que tange a análise imanente da necropolítica, já que critica as análises foucaultianas de poder como forma de dominação por biopolítica e biopoder, que para essa perspectiva remeteria ao domínio sobre quem vive, enquanto que pela análise de Mbembe seria o domínio sobre quem morre, ou seja, o autor não supera a perspectiva foucaultiana de biopoder e microfísica, apenas discorda e propõe uma inversão.

A análise imanente da questão, contudo, deve se propor a compreender a necropolítica como um poder, não como forma de domínio e formas de se aumentar o domínio do “oprimido” contra o “opressor”, mas de gênese desse poder, sua função social e das formas de superação dessa lógica. Nesse sentido é que entendo a gênese desse poder como o controle social exercido a partir das bases constitutivas da sociedade capitalista que são o classismo, o patriarcado, o

racismo e o heterossexismo, com aplicabilidades sociais direcionadas para sustentar, por exemplo, a própria necropolítica, ou seja, medidas de controle da vida da classe trabalhadora para garantir o giro da economia pela superexploração da classe trabalhadora de formas distintas no uso das opressões.

Para fechar os parênteses, cito o caso da polêmica da PEC das domésticas⁷⁰ que determinava os direitos trabalhistas das empregadas domésticas, trabalhadoras do lar de terceiros, no Brasil, majoritariamente mulheres negras. Ou, ainda, pela necropolítica recentemente orquestrada pelos governos estaduais ao considerarem durante a pandemia o trabalho das empregadas domésticas como serviço essencial⁷¹, considerando que esse é um ranço do escravismo no Brasil, ser considerado natural e muito menos essencial em qualquer outro momento.

Na segunda metade do século XIX, na Inglaterra, entretanto, com esse recrudescimento da “proteção assistencial”, somado a jornadas de trabalho extenuantes, bem como à ampliação da extração de mais-valor relativo⁷² em relação ao mais-valor absoluto⁷³, o que aumentou o número de desempregados e diminuiu os salários, pela grande oferta de força de trabalho latente, levou à organização da classe trabalhadora em si, ou seja, com pauta única pela redução das jornadas de trabalho e aumento salarial condizente com os mínimos necessários para a sua reprodução social.

As legislações fabris foram tomadas como papel do Estado capitalista, sendo esta uma grande conquista da classe trabalhadora, o que não muda o fato de o Estado capitalista ter seu poder limitado justamente onde ele começa, no privado, com a definição da jornada de trabalho

⁷⁰ FURNO, J. Bolsonaro e a PEC das domésticas: O Brasil servil de novo. Brasil de fato. Publicado em: 26 Set. 2018. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/26/bolsonaro-e-a-pec-das-domesticas-o-brasil-servil-de-novo>>. Acesso em: 06 de outubro de 2020.

⁷¹ SOBREIRA, V. Sindicato critica estados que incluíram domésticas em serviço essencial na quarentena. Brasil de fato. Publicado em: 25 Mai. 2020. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/25/sindicato-critica-estados-que-incluram-domesticas-em-servico-essencial-na-quarentena>>. Acesso em: 06 Out. 2020.

⁷² Em Marx (2013) essa categoria se refere ao uso de maquinário e tecnologias para produzir mais em menos tempo, intensificação do processo de trabalho. Ocorre uma redução do investimento em capital variável pela prioridade do capital constante, provocando reduções de jornadas de trabalho, redução do trabalho necessário e o aumento do trabalho excedente. Outra característica desse processo é o barateamento das mercadorias produzidas, já que são produzidas em menor tempo, sendo visível também a inserção da classe trabalhadora como consumidora. Pode ocorrer também o aumento dos postos de trabalho com jornadas reduzidas e salários reduzidos, visando ao rebaixamento ainda maior dos salários. Além desses aspectos, podem ser vistos também outros, da chamada “acumulação flexível” na interpretação de Harvey (2005) do mundo do trabalho contemporâneo.

⁷³ A categoria mais-valor absoluto se refere ao processo em que a classe trabalhadora forçosamente aceita o aumento da jornada de trabalho em prol do aumento da produtividade. Nesse processo, o trabalhador vende sua força de trabalho por um salário pago pelo trabalho necessário, realizado nas suas primeiras horas de trabalho, e pela apropriação do capitalista do trabalho excedente, realizado nas demais horas de trabalho MARX (2013).

em 10 horas por dia, a princípio garantida somente para alguns, passando a ser ampliada somente a partir de diversos mecanismos da luta de classes entre meados do século XIX até meados de 1930, período este marcado pelo liberalismo.

Expoentes do projeto societário liberal clássico, Adam Smith e David Ricardo desenvolveram vários estudos sobre o modo de produção capitalista, contudo, os autores não se preocupavam somente com o aspecto econômico da sociedade burguesa, como também com a sua capacidade de resposta ao conteúdo filosófico do ser social. Preocupavam-se, portanto, com a garantia da harmonia social e acreditavam que o bem-estar geral seria atingido paulatinamente pelo livre mercado e pela concorrência entre os indivíduos.

Consideravam que cada indivíduo agia de acordo com o seu interesse econômico e, ao fazê-lo em coletivo, ampliariam o bem-estar coletivo, cabendo ao mercado a autorregulação dessas relações econômicas e sociais, o que só poderia se realizar com a não intervenção do Estado; ao Estado capitalista liberal, tido como um mal necessário, cabia legislar sob que circunstâncias o mercado ampliaria o bem-estar dos indivíduos.

A primeira equação que chama a atenção como tendo resultado zero para a classe trabalhadora é o fato de a intervenção estatal ser mínima. Ora, se o Estado capitalista não pode interferir nas coisas do livre mercado, isso quer dizer que não pode interferir nos negócios da burguesia com a classe trabalhadora. Claro, isso nós já apontamos acima, o Estado capitalista, liberal ou não, é o balcão de negócios da burguesia, defendendo seus interesses. Mas, então, quais são os termos em que esse Estado capitalista liberal poderá intervir?

[...] o Estado não devia intervir na regulação das relações de trabalho nem deveria se preocupar com o atendimento das necessidades sociais. Mas, paradoxalmente, podia e devia agir firmemente para garantir os interesses liberais de estabelecimento do mercado livre na sociedade civil [...] (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 61).

O Estado capitalista inglês, e depois o norte-americano, não mediram esforços para estabelecer o livre mercado com e no Brasil, estabelecendo diversos mecanismos, como de transferência de riquezas, agregando valor em seu processo de acumulação e expansão global.

O desenvolvimento das políticas sociais, tendo em vista o que mencionamos anteriormente, dar-se-á em cada país segundo as suas particularidades. Nos países de capitalismo central, os resultados dos saques das colônias, do mercado escravo etc., ofertaram condições para que buscassem por estratégias de superação do pauperismo nestes países. Em outras palavras, o Estado de bem-estar social e a oferta de políticas sociais de qualidade dos países de capitalismo central foram construídas sobre o sangue das colônias. No capitalismo, bem como pelo Estado capitalista, não há espaço para um “Estado social”.

Embora respeite a postura de autoras como Behring e Boschetti (2011), quando afirmam uma mudança da natureza do Estado liberal para o Estado social na passagem do século XIX para o século XX — e que seja um fato que, por meio da luta de classes, foram logradas muitas conquistas legislativas para a classe trabalhadora e ampliações da emancipação política para diversos povos oprimidos —, é preciso ter a clareza de que não se trata de uma mudança de essência, pois essa essência não é disputável, já que não rompe com os fundamentos do capital.

A forma Estado capitalista é uma abstração política daquilo que fundamenta o capital. Nesse sentido, a sua forma é moldada ao intelecto político e a sua essência, sua base de sustentação concreta é o modo de produção capitalista, forjado pelo contrato de exploração da força de trabalho. O seu conteúdo, portanto, não é modificável, não é passível de ser conquistado. Superar o Estado capitalista só é possível pela superação da ordem social que o sustenta, por uma revolução social com alma política.

Incorporar demandas da classe trabalhadora não faz do Estado capitalista, da burguesia e do próprio MPC (Modo de Produção Capitalista) menos desumanizantes, apenas demonstra qual é a medida de medo das revoltas por direitos sociais e políticas estruturantes tomarem corpo em uma pauta unificada maior pela revolução comunista. Quando o Estado capitalista liberal fez concessões à classe trabalhadora, o que estava em jogo eram os pressupostos do projeto societário liberal, e não o capitalismo ou o fato de o Estado ser capitalista.

A luta de classes e as conquistas da classe trabalhadora de ampliação dos direitos civis para todos os indivíduos, como o direito ao voto e os direitos sociais, não é prova da existência de um Estado social, mas da falência das ideias de Adam Smith e David Ricardo de que a autorregulação do livre mercado garantiria o bem-estar geral.

O assim chamado “estado social” não é um estado regulador entre as classes sociais, que reconhece e incorpora os interesses da classe trabalhadora pura e simplesmente, assim como os interesses da burguesia. Ele é o chamado pacto social com a classe trabalhadora pela garantia dos interesses burgueses. Isso deve ficar claro.

Antes que se levantem questionamentos quanto a esse posicionamento, acerca da luta de classes no interior do Estado capitalista, me pauto junto a Mota *et al* pelo seguinte argumento:

[...] as políticas de seguridade social⁷⁴, nas quais se inclui a de Assistência Social, só podem ser consideradas produto histórico das lutas dos trabalhadores na medida em que respondam a necessidades inspiradas em princípios e valores socializados pelo campo do trabalho e reconhecidos pelo Estado (MOTA *et al*, 2010, p. 181).

Por fora das necessárias articulações com políticas de direito ao trabalho, de regulação salarial segundo o DIEESE, pelo valor da cesta básica, saúde, educação, habitação, segurança alimentar, lazer, superação de opressões por raça e gênero/sexo, condições de trabalho e segurança na velhice ou coberturas para casos de morte, acidentes, casos de adoecimento e gravidez, não há uma política social de assistência social e política de seguridade social, mas sim um assistencialismo regulamentado e operacionalizado pelo Estado capitalista em *prol* da manutenção das condições de extração de valor e mais-valor, garantindo a exploração aviltante da classe trabalhadora.

Essa insuficiência do projeto societário liberal fez com que a burguesia se mobilizasse pela construção de outro projeto societário que pudesse melhor comportar a sua gestão da desigualdade social, sem alterar sua capacidade de aumentar as taxas de lucro e acumulação de capital.

Inicia-se um processo de monopolização de capitais a partir da fusão entre capital financeiro e industrial, afinal, para aumentar os lucros e acabar com a concorrência no capitalismo é necessário injetar sempre um maior acúmulo de riquezas. Os bancos ofertavam empréstimos que garantiam o crescimento de certas empresas por setores e uma parceria, que gerou o que ficou conhecido como capital financeiro. Essa expansão ficava cada vez mais marcada por sua antítese, o pauperismo.

Na busca por aumentar as taxas de lucro o capitalismo se reinventa, sendo possível identificar suas fases como: “[...] o capitalismo concorrencial (século XIX), o imperialismo clássico (fins do século XIX até a Segunda Guerra Mundial) e o capitalismo tardio (pós-1945 até os dias de hoje)” (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 69), ou melhor tardo capitalismo, na junção entre capitalismo e barbárie.

A heterodoxia liberal foi resultado de processos econômicos, políticos, sociais e culturais. Na cena internacional, em 1917, ocorre a Revolução Russa e se inicia o processo do que ficou conhecido como “socialismo real existente”. O fascismo também se coloca como possibilidade em disputa. A classe trabalhadora, nos demais países — não de forma universal, nem

⁷⁴ Vale enfatizar que no Brasil o termo seguridade social foi cunhado somente a partir de 1988, ganhando espaço a partir da Constituição Federal datada deste ano. No contexto britânico, assim como em outros Estados que conheceram o Welfare State o termo utilizado era social security, que no Brasil foi traduzido como segurança social a partir do documento Plano Beveridge, em 1943 (BEHRING, BOSCHETTI, 2011).

igualitária —, ocupa espaços no parlamento, acessa direitos civis e direitos sociais, e o fordismo surge no cenário produtivo. Ressalta-se aqui que as negras e os negros foram os últimos povos a acessar ainda hoje restritamente a tal emancipação política — liberdade civil e jurídica.

Os limites do liberalismo clássico, com sua utopia de mercado autorregulador, revelaram-se de forma incontestável pelas guerras e pela crise de 1929 a 1932, período conhecido como da Grande Depressão. O *crash* da Bolsa de Nova Iorque, que consistiu na ruptura de uma bolha no mercado financeiro, em que os valores das ações das empresas atingiram valores máximos, e desconfiados, os acionistas colocaram grandes volumes à venda. Com a falta de compradores para aqueles montantes, o valor nominal das ações foi caindo, de forma que também os valores das empresas foram sendo impactados e seus rendimentos.

Com a falta dos investimentos dos acionistas, as empresas ficam sem recursos, o que inicia um processo de demissão em massa. Concomitante a esse processo, há também uma crise de superprodução, principalmente agrícola. Sem empregos a população deixa de consumir.

Assim a roda do capital ameaçou parar. Será? A crise

[...] precisa ser compreendida por dentro dos ciclos longos de expansão e depressão, superando-se, dessa forma, a tendência dos economistas de articular as crises aos detonadores imediatos, que em geral são catalisadores da depressão, mas não sua causa. Segundo Mandel, o período de expansão notabiliza-se pelo crescimento da composição orgânica do capital, pelo aumento da taxa de mais-valia (o que pressupõe o recuo do movimento operário) e pela possível baixa dos preços das matérias-primas. Essa situação cria seus próprios obstáculos: com a redução do exército industrial de reserva, tende a se ampliar a resistência do movimento operário, baixando a taxa de mais-valia. Há uma generalização da revolução tecnológica, que está na base de todo ciclo de expansão, diminuindo os superlucros extraídos do diferencial de produtividade do trabalho (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 69-70).

A crise para a classe trabalhadora é momento de crescimento da composição orgânica do capital, é o mesmo de ampliar a extração de mais-valor para aumentar as taxas de lucro. A discussão do valor do salário, desemprego e queda no consumo tem que ser ultrapassada enquanto expressões fenomênicas, para que pela lei do valor possamos apreender as mediações postas na realidade.

O valor é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário à produção. No capitalismo, a força de trabalho é a mercadoria primeira, por ser consumida no processo produtivo e não se deteriorar com o tempo, já que ao capitalista importa a força de trabalho e não o sujeito que a vende. Essa relação social de produção, ao consumir a força de trabalho no processo produtivo, gera um produto, e este produto detém o trabalho abstrato, abstraído do sujeito que trabalha e incorporado não mais a um produto, mas à mercadoria.

O trabalho abstrato é o grande problema nessa equação, ele é o trabalho coletivo necessário à produção. Ocorre que, nesse processo, o valor da força de trabalho necessária à produção não é paga ao/a trabalhador/a. O seu salário é calculado sobre o valor necessário para sua subsistência, pago, em geral, pela primeira hora de trabalho; as demais horas são revertidas em mais-valor, expropriado da/o trabalhadora/o pelo empregador/a.

As disputas pelo aumento salarial giram em torno de fazer a sua hora/trabalho ser valorizada de acordo com o que vale de fato. Para o capitalista, quanto menor é o salário, maior é o trabalho excedente e não pago ao trabalhador, revertido em mais-valor. A centralidade do debate do consumo para os capitalistas reside justamente no fato de o mais-valor só se realizar na venda da mercadora para o seu destino final, o consumidor.

A crise da classe trabalhadora, portanto, é diferente da crise do capital — da burguesia e sua forma de sociabilidade. A crise para a classe trabalhadora é causada justamente pelas medidas de recrudescimento, salários baixos, contingente altíssimo de superpopulação latente — o que garante a queda dos salários —, desemprego e pauperismo. A superabundância, por outro lado, é um período de bonança em que a classe trabalhadora “perde menos, embora sempre perca”. O excesso de produção de mercadorias foi fulcral para estourar a crise de 1929, não havia consumidor suficiente. A queda tendencial da taxa de lucro provoca a crise para a burguesia, que ocorre quando:

Há uma estagnação do emprego e da produtividade, o que gera uma forte capacidade ociosa na indústria. Com isso, configura-se uma superabundância de capitais e a queda do consumo, inviabilizando o processo de realização da mais-valia. Assim, as soluções para a crise de 1929-1932, [...] se darão no sentido de reativar o emprego e o consumo, *daí a importância do fundo público e da guerra* (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 70, grifos meus).

Ao fundo público se recorre para reduzir os efeitos da crise, mas o fundo público deveria ser voltado para serviços públicos, e não para pagar as contas da burguesia industrial e bancária. Ora, quem paga a conta mais uma vez é a classe trabalhadora através dos impostos, já que é a maioria na sociedade. A liberdade burguesa garante, pelo Estado capitalista e direito burguês, a impossibilidade falsa de se taxar as grandes riquezas.

As guerras são extremamente funcionais ao capital, servindo de escoamento para as mercadorias abarrotadas, bem como para movimentar o mercado de armas, além disso, servem para a expropriação das riquezas dos países invadidos, estupradas/os pelos exércitos e saqueadas/os.

A crise requeria medidas interventivas. Se a burguesia não quer lançar mão de seus recursos, ela destina essa função ao Estado capitalista, figura falsamente reguladora que, por acaso, é o responsável pela administração dos recursos, dentre eles o do fundo público.

Segundo Behring e Boschetti (2011), as experiências seminais do que veio a ser o *Welfare State* (Estado de bem-estar social) podem ser identificadas a partir de 1883 pela implantação do seguro social obrigatório, seguro saúde na Alemanha de Otto Von Bismarck, voltado para proteger os incapazes para o trabalho ou desempregados.

O seguro social de Bismarck era um modelo contributivo, não universal, sendo restrito somente àqueles que contribuíram e seus familiares, o que lhe remete a característica de seguro privado; o montante das prestações é proporcional às contribuições efetuadas. Cobria principalmente e, em alguns outros países em que foi implantado, cobria somente, riscos de doença, velhice e desemprego. No modelo bismarkiano, a gestão era realizada por empregadores e empregados, os valores eram divididos em caixas diferenciadas para cada ocasião, como caixas para aposentadoria, seguro-saúde etc. (BEHRING, BOSCHETTI, 2011).

Na época alguns economistas foram consultados, mas foi a perspectiva keynesiana, vale dizer, nem mais, nem menos liberal que as anteriores, a propor medidas de intervenção do Estado capitalista com o dinheiro público, e não dos capitalistas, para pagar as contas dos capitalistas, visando não o bem-estar da sociedade, mas a manutenção das taxas de lucro capitalistas. Tais elaborações podem ser consideradas políticas sociais de caráter não contributivo.

A política social do período pós-crise de 29 e, principalmente, do período posterior à Segunda Guerra Mundial, em 1945, versará segundo as determinações de John Maynard Keynes e o que ficou conhecido como Keynesianismo. O Keynesianismo é a base do Estado de bem-estar social ou *Welfare State*.

Preocupado em reativar a produção, Keynes problematiza os pressupostos da autorregulação do livre mercado e, em certos períodos visando exclusivamente amortecer a crise, e não a evitar, e somente nestes períodos, propõe que o Estado — por ele tratado como neutro e regulador — intervenha na economia.

É importante destacar que para Keynes o Estado mais parece um grande “fundo público”, uma poupança que deve entrar em ação sempre e quando o mercado não conseguir manter a taxa de lucro por si mesmo e a crise der sinais de proximidade. O keynesianismo parece mais uma prova de que as crises não são exceção, mas regras da sociedade capitalista, formas de o capitalismo se reestruturar e modernizar seus mecanismos de extração e acumulação.

Para elevar a demanda global e controlar a tendencial queda da taxa de lucros, o Keynesianismo propõe:

[...] a planificação indicativa da economia, na perspectiva de evitar os riscos das amplas flutuações periódicas; a intervenção na relação capital/trabalho através da política salarial e do “controle de preços”; a distribuição de subsídios; a política fiscal; a oferta de crédito combinada a uma política de juros; e as políticas sociais. Dessa política econômica resultaria um déficit sistemático no orçamento. Nas fases de prosperidade, ao contrário, o Estado deve manter uma política tributária alta, formando um superávit, que deve ser utilizado para o pagamento das dívidas públicas e para a formação de um fundo de reserva a ser investido nos períodos de depressão (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 86).

Nos períodos de crise do capital, portanto, o Estado capitalista faz “investimentos” na indústria, garantindo que a burguesia não retirasse seus recursos da indústria preferindo o mercado financeiro como rentistas. Já nos períodos de bonança, o Estado deve tributar a sociedade para garantir recursos para pagar a dívida pública e conter as crises. Mas, qual é o papel da classe trabalhadora no keynesianismo?

Em momentos de crise, a classe trabalhadora paga por ela, mas também paga ao ser furtada pela extração de valor e mais-valor de sua força de trabalho pelo trabalho excedente, não pago pelo burguês, ou seja, paga incontáveis vezes pelas crises intrínsecas ao capital. Isso sem considerar os custos das privatizações, que, em tempos de crise, por exemplo, com o sucateamento da já sucateada política de saúde para países que a possuem, a saúde e a educação pública pagam uma quarta vez.

Outro elemento que não se pode negligenciar é a diferença da classe trabalhadora de um país de capitalismo central para a particularidade das antigas colônias, periferias dos centros capitalistas, neocolonizadas pela dependência econômica, que possuem dívidas públicas, dívidas externas, que vendem suas riquezas, privatizando-as a preço de banana enquanto reduzem impostos para a entrada de capital estrangeiro em seus territórios. Como é o caso da particularidade brasileira.

Ademais, para países de capitalismo periférico parece que as crises, que seriam exceções para Keynes, são a regra. No caso brasileiro, nem bem disseram que o mercado interno estava sofrendo os efeitos da crise de 2008, crise hipotecária dos EUA, agora paga-se pela crise sanitária e morre pela necropolítica bolsonarista em prol dos interesses imperialistas internacionais.

Fechando o parêntese acima, após a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo entra em sua fase monopolista, tempo de tardo capitalismo, maduro. Enquanto os países de capitalismo central conheciam os efeitos do *Welfare State* — período conhecido como “anos de ouro”, anos gloriosos —, 30 anos que tiveram seu fim na década de 60, os países de capitalismo periférico

sofriam os efeitos do imperialismo, neocolonialismo e se organizavam para resistir, resistência essa contida via ditaduras militares.

O *Welfare State* foi ganhando contornos a partir das alianças que eram estabelecidas entre as organizações da classe trabalhadora e da classe dominante. A partir das análises de Behring e Boschetti (2011), a experiência inicial e mais contundente desta perspectiva foi a inglesa, pelo Plano Beveridge, que previa:

1) Responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado a fim de manter elevado nível de emprego; prestação pública de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação; e um conjunto de serviços sociais pessoais; 2) universalidade dos serviços sociais; e 3) implantação de uma “rede de segurança” de serviços de assistência social (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 94).

Na prática, esse plano simbolizou o agrupamento de diversas estratégias já existentes de seguro social, que ampliadas são somadas a outras medidas relativas a acidente de trabalho, abono salarial etc. Cada país adaptou ou transportou esses modelos de formas particulares, alguns autores tentaram fazer tipologias — das quais não corroboro —, mas o que importa salientar é que esses modelos transitam entre a característica central, ser assistencial ou contributiva.

Acompanhando esse processo de injeção de recursos do fundo público na indústria, ocorre a reestruturação produtiva que adota o fordismo como melhor tecnologia produtiva, forjando a combinação entre keynesianismo no plano econômico e fordismo na produção.

O Fordismo foi um modelo implantado na indústria automotiva em 1914 por Henry Ford a partir das tendências tecnológicas tayloristas e de Fayol, que, a partir do controle de tempo de produção pelos movimentos necessários para produzir, bem como estratégias de gestão e monitoramento de fluxos de informações, garantiam uma maior produtividade em menos tempo.

No Fordismo, contudo, essas ideias vêm acompanhadas do estímulo ao consumo em massa pelos trabalhadores. Harvey (2005, p. 121) analisou esse processo como fundador de “[...] uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista”. A contratação de assistentes sociais em 1916 por Ford teria sido uma das estratégias para controlar, monitorar e padronizar as rotinas dos trabalhadores, de forma que estes fossem os mais regrados possível, para garantir alta produtividade e que também aderissem ao consumo daquilo que produziam.

Com a elevação da condição de vida da classe trabalhadora dos países de capitalismo central pela garantia do pleno emprego, eleva-se também o seu padrão de consumo. Surge um novo *ethos* da sociedade burguesa, o de estímulo ao consumismo de massas.

As concessões feitas pela burguesia à classe trabalhadora custaram o posicionamento mais radical do movimento operário nestes países, que acessaram conquistas imediatas e reformas na forma de direitos sociais garantidos via política social, como formas de salários indiretos com os recursos do fundo público.

Sobre essa atitude imediatista e corporativista do operariado da época, Behring e Boschetti enfatizam que:

A condução desse pacto pelos grandes partidos social-democratas construídos desde fins do século XIX, com seu projeto de reforma do capitalismo e não de revolução, também tempera o ambiente sindical e operário nesse período. E, por fim, tem-se o forte isolamento da esquerda revolucionária, para o que em muito contribuíram os destinos do socialismo real existente, da chamada III Internacional e a Guerra Fria. Segmentos inteiros da classe trabalhadora perdem sua identidade com o projeto socialista, sobretudo após 1956, quando são conhecidos os crimes de Stálin, na então União Soviética (Anderson, 1976) (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 89).

O ideário liberal fora desacreditado, dando espaço à resolução da crise pelo *Welfare State*, mas também este último, em fins dos anos 70, com a que ficou conhecida como crise do preço do barril de petróleo (“crise do petróleo”), sinaliza limites quanto à possibilidade de expansão do capitalismo e do Estado capitalista em manter os planos propostos. Desta relação, surge o projeto societário neoliberal como forma de contestação ao Estado de bem-estar social. A crítica, resumidamente, seria que:

[...] o déficit estatal é intrinsecamente negativo para a economia, pois absorve a poupança nacional e diminui as taxas de investimento, levando a propor a redução do déficit para aumentar o investimento privado. Outro argumento é que a intervenção estatal na regulação das relações de trabalho também é negativa, pois impede o crescimento econômico e a criação de empregos. Para os neoliberais, a proteção social garantida pelo Estado social, por meio de políticas redistributivas, é perniciosa para o desenvolvimento econômico, pois aumenta o consumo e diminui a poupança da população (Navarro, 1998) (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 126).

A crítica rasa neoliberal às políticas estruturantes costuma dizer que “o Estado toma o nosso dinheiro, a nossa poupança, porque não acredita na nossa capacidade de nos organizarmos financeiramente para comprar todos os serviços que precisamos”, também diz que “pagamos duas vezes para sustentar a corrupção, ao pagarmos pela saúde pública e pelo plano de saúde”. Os artifícios para ludibriar o trabalhador e justificar a mercantilização dos serviços são diversos. O que nos parece central e aparece melhor sintetizado em Maranhão é que:

Essa dinâmica civilizatória – saturada de situações históricas muito peculiares à época e que se limitou a um número reduzido de países centrais – parece não fazer mais parte da lógica de reprodução do capitalismo contemporâneo. Algo mudou na suposta “face humana” do capital, que tanto seduziu os revisionistas e reformistas da esquerda trabalhista europeia (MARANHÃO, 2010, p. 115).

A partir dos anos 70, os ciclos expansionistas do capitalismo acenam para os limites do pacto keynesianismo-fordismo, entrando em um período de estagnação. Para retomar os altos padrões de lucros, o capital inicia uma nova fase predatória, mais um episódio *da assim chamada acumulação primitiva* cíclica e estrutural das crises endêmicas do capitalismo, que, a meu ver, piora mais ainda a vida de filhas/os da classe trabalhadora nos países periféricos do grande capital ao adotar o projeto neoliberal e receituário das organizações (BIRD, BID, FMI, Banco Mundial) por uma adesão forçosa a esse projeto societário de capitalismo também pelos países periféricos.

Os EUA saem da Segunda Guerra Mundial fortalecidos economicamente e militarmente, obviamente, por ser um dos principais, e na época o maior produtor e fornecedor de arsenal bélico do mundo. A riqueza, que consagrou os EUA como líder mundial imperialista, foi sugada gota a gota de sangue e, a cada nova construção de conflitos geradores de guerras, o mesmo país lucra e sempre está envolvido nas negociações “diplomáticas”.

Com a desculpa de se preocupar com a paz mundial, assume para si a forma política do Estado capitalista imperialista (global), apresentando-se pronto ao serviço militar como exército burguês do mundo, alistando para estar na frente de batalha as “cucarachas” — como eles nos chamam. Parece assombroso, mas necessário indagarmos: Com que direito tal país se coloca como exército opressor a nível mundial? Definindo a cada medida a vida da população global.

O “direito burguês” — abstração de uma falsa realidade, forma jurídica garantida pelos mecanismos do Estado capitalista — é chancelado diariamente ao permitir a continuidade do reformismo em detrimento da perspectiva radical e revolucionária.

O que remete à categoria da *transferência de valor como intercâmbio desigual*⁷⁵, já que crises são criadas para recompor a capacidade de manutenção das altas taxas de lucros e, por esses mecanismos, forçam

[...] a transferência de fundos públicos ou domésticos para as mãos das empresas transacionais. A cada nova crise financeira, o receituário do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial é empreendido pelos Estados nacionais com maior energia, liberalizando a economia dos países, reforçando a dependência financeira através da

⁷⁵ Categoria essa já trabalhada no mesmo texto anteriormente, mais precisamente sobre as contribuições da teoria marxista da dependência com Luce, Rui Mauro Marini, Vânia Bambirra e outros.

dívida interna e externa (com a ajuda de juros extorsivos), limitando os investimentos governamentais no serviços público, privatizando os bens, serviços e fundos públicos, desenvolvendo novas formas de *investimentos externos diretos* e concentrando nas mãos das transnacionais uma grande quantidade de capital que antes era de domínio coletivo (MARANHÃO, 2010, p 117).

Desta forma, cobram o pagamento de dívidas que já nem tem mais razão de ser ao passo que cobram juros exorbitantes que eles mesmos estipularam por seus bancos, compram empresas estatais e *commodities* como a soja, no caso brasileiro, que carrega em sua produção um custo não cobrado pelo desperdício do recurso natural mais desejado atualmente a nível global: a água. Assim, além de liberarem

[...] fundos públicos para serem reinvestidos no circuito privado de mercadorias. No interior desse processo também foram desenvolvendo mecanismos que possibilitaram a liberação, a baixo custo, da mercadoria mais importante para o processo de valorização do capital: a força de trabalho (MARANHÃO, 2010, p. 118).

Os EUA ainda hoje é o principal país de capitalismo central, em concorrência e guerra declara⁷⁶ à China, mais precisamente, desde a 75ª Conferência da ONU, realizada em 22 de setembro de 2020 na sede da ONU em Nova Iorque. O capital na era imperialista sob as diretrizes do projeto societário neoliberal não possui pátria, e a China se torna cada vez mais poderosa e central para o poder dos Tigres Asiáticos. A guerra de interesses se coloca na agenda, talvez pela via militar ou somente pelas estratégias mentiras de campanha.

Fato é que o capital se movimenta da noite para o dia para países que oferecem as melhores condições de produção, com os menores custos. Nesse sentido é que Maranhão (2010) salienta a importância para o capital da ampliação de uma superpopulação relativa a nível global, visando o rebaixamento dos salários.

O trabalho precário⁷⁷ toma sua face mais destrutiva no tardo capitalismo, na era da financeirização capitalista, de combinações entre extração de mais-valia absoluta e relativa, com mecanismos de aceleração do tempo de capital de giro, combinado à expulsão, incorporação e (re)criação da superpopulação relativa globalmente, com o rebaixamento salarial nas mãos das transnacionais, assim se comprovando a validade da *lei geral de acumulação* (MARX, 2013).

⁷⁶ Para maiores informações, vide declaração de Trump na última conferência da ONU: SEGALLA, V. Esvaziada pela covid, Assembleia da ONU vira palco de bravatas e mentiras de campanha. Brasil de fato. São Paulo: Brasil de Fato. Publicado em: 25 Set. 2020. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/25/esvaziada-pela-covid-assembleia-da-onu-vira-palco-de-bravatas-e-mentiras-de-campanha>>. Acesso em 22 Out. 2020.

⁷⁷ O trabalho precário é o trabalho assalariado, na medida em que no capitalismo a força de trabalho é a mercadoria primeira e que passa a ser comercializada entre trabalhador(a) e burguês (empregador), se precariza a relação social que deveria ser ontologicamente a forma de objetivação de homens e mulheres em sociedade (MARX, 2013).

Destruir a noção de emprego estável, em que o/a trabalhador/a passava a vida praticamente dentro da mesma fábrica, é crucial para a ideologia do/a trabalhador/a proativo, empreendedor. Para tanto, destruir os direitos sociais operacionalizados via políticas estruturantes é crucial. Um exemplo mais recente no Brasil de destruição dos estatutos jurídicos do trabalho precário é a proposta bolsonarista da Carteira de Trabalho Verde e Amarela, que se colocaria como alternativa à contratação via CLT, para garantir que empregador/a e trabalhador/a negociem livremente seus contratos e principalmente os salários, já que pela CLT só é possível a contratação em período integral por um salário mínimo.

Continuando a retomada histórica, tendendo a comentar aspectos da realidade brasileira que são interpelados por particularidades de outros países, como também tendências e leis universais do capital, respondo agora as provocações iniciais acerca da ideologia “empoderamento” na política social de combate à pobreza.

2.3. Proposta de “enfrentamento” e “empoderamento”: a capitulação da ideologia neoliberal de continuidade

Amartya Kumar Sen foi professor das melhores universidades, dentre elas Oxford, Cambridge e, atualmente, está em Harvard. Em Bengali, na Índia, o professor teria assistido a morte de milhões de pessoas provocada pela falta de alimentos, tais acontecimentos impulsio-nariam o autor a pesquisar as condições dos países que seriam “subdesenvolvidos”⁷⁸, visando a construção de respostas por reformas sociais, por meio de políticas socioeconômicas que corrigissem a pobreza. Nestes termos é que o leitor pode perceber de largada que a preocupação do professor é corrigir a pobreza, sem eliminá-la, dentro da quadra histórica do sociometabo-lismo vigente, sendo este o capitalismo.

O tema principal que lhe gerou um grande reconhecimento foi a teoria da escolha social e economia de bem-estar, que lhe proporcionou participar da construção do cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 1999.

⁷⁸ As aspas foram colocadas para remeter a questão à crítica das teorias de subdesenvolvimento já trabalhado no início do capítulo, momento em que evidenciamos a intencionalidade de fazer com que as periferias dos grandes centros capitalistas adotem receitas das grandes organizações mundiais para desenvolver o país. Ocorre que a noção da existência do imperialismo e da lógica de extração de mais-valia dos países periféricos mostra-nos que essa possibilidade de o mundo atingir a igualdade de bens e acessos pelo capitalismo não passam de escritos dos ideólogos contemporâneos da burguesia.

Analisar o pensamento de Sen requer compreender que se trata de um intelectual construído para nortear ações de perpetuação do capitalismo, buscado “corrigir” contradições, noções econômicas que não questionam o capitalismo, muito menos suas formas de opressão e exploração.

O autor se volta para uma preocupação com a inclusão da ética na economia moderna — falsa por ser fundamentada em ideologias falsas. Tal teoria chegou a ganhar tanta importância que até mesmo o Banco Mundial e as principais agências de fomento internacional a utilizam para formular suas receitas de superação do “subdesenvolvimento”.

Adam Smith é uma das fontes que embasam as formulações do autor. No que tange à teoria da escolha social, as formulações podem ser conferidas no livro “Sobre ética e economia”.

Aqui cabe aprofundar um parêntese. Lukács em sua ontologia ao trabalhar o idealismo revela, e José Paulo Netto⁷⁹ reitera, que é preciso diferenciar o ideólogo, figura representada aqui por Smith, do sicário, aqui apresentado como Amartya Kumar Sen. É importante lembrar que Sen *assistiu* a população indiana vivenciar condições de pobreza, como um indiano, mas tal fato não faz dele autoridade inquestionável, é preciso ressaltar o lugar de classe do autor e sua identidade de classe.

Neoliberal e fiel representante do que ficou conhecido como social-liberalismo (CASTELO, 2013), Sen deturpa e ilude, mas não nega em momento algum seu entendimento de que a liberdade privada deve ter centralidade no momento de ofertar oportunidades no mercado competitivo, ou seja, a solução para ele é o mercado, mas as oportunidades devem ser mais “humanizadas”, pela oferta dos ativos educação e saúde básicas. Destarte, o autor entende que as liberdades estariam garantidas, já que se estaria garantindo as possibilidades de escolha a partir da garantia de deixar de ser analfabeto e de acesso básico à saúde.

Marx e Engels (2009) elucidam que o ideólogo é aquele intelectual que constrói uma conceituação sobre a sociedade e a apresenta como leitura de mundo, não resultando tal análise da vida social, mas de uma imagem que representa uma falsa consciência, que expressa verdadeiramente o modelo de vida entendido pelo autor, portanto, é um conhecimento falso na medida em que não corresponde ao ser social. Em outras palavras, trata-se de uma leitura falsa da realidade a partir de uma perspectiva de classe que não corresponde aos interesses gerais da

⁷⁹ NETTO, J.P. Curso Livre Lukács. Ideologia e política no último Lukács | José Paulo Netto e Ronaldo Fortes. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=jWCjQVptv7w&t=7514s>>. Consultado em 17 Abr. 2020.

humanidade com a intencionalidade de realizar uma leitura que corresponda à realidade — e aos interesses gerais.

O sicário, entretanto, é aquele que retoma uma teoria falsa e a apresenta fora de seu espaço sócio-histórico como verdade, ainda que tais elementos já tenham se mostrado infundados. Ou seja, cria uma falsa ideia para fundamentar seus interesses privados — no caso, interesses de classe pela manutenção do capital.

Na ordem do capital, o economicista político “caridoso” se propõe a olhar para a pobreza e resolver o problema constitutivo de tal sociabilidade com política social focalista, portanto, não só retoma Adam Smith, como critica o welfarismo⁸⁰, e apresenta o que, para ele, seria um equilíbrio de ambas as ações como solução, um modelo híbrido entre mercado competitivo e assistencialismo, uma falsa ideologia inventada para justificar “ações de enfrentamento” ao não desenvolvimento social das periferias do capital, como também para a não inserção social ou a inserção precarizada de grande parte da classe trabalhadora.

Nestes termos, identificar em Sen um simples voluntarismo seria um grande equívoco, embora produza ideias a partir de uma vontade, tais ideias não correspondem à realidade (falso conhecimento). Além de ultrapassar a vontade ao transformar realidades pontuais, que embora não transformem o mundo, transforma aspectos pontuais e continentais, considerando que essa ideologia foi e é implantada em vários países periféricos segundo as orientações das principais agências de fomento internacional.

No Brasil foram implantadas políticas sociais de transferência de renda, somadas à obrigatoriedade de acesso básico à educação e saúde como condicionalidade para as famílias participantes. Essas ações expressaram uma redução da condição de miséria da classe trabalhadora, embora não resolvam nem superem a pobreza. Nos termos de Lukács (2013), as teorias senianas se transformam em veículo teórico e prático, ao fazerem isso, determinam destinos episódicos e interferem nos destinos do mundo globalizado. Tornam-se, portanto, ideologias falsas, haja vista que o grande capital se fez presente e, mais uma vez, mostrou como se articula, rompendo com os governos petistas das conciliações de classes, que se propuseram a executar o seu projeto, mas que não levaram a cabo todas as suas propostas sanguinárias, ataques mais profundos de continuidade orquestrados por Temer e, agora, Bolsonaro.

⁸⁰ Aqui nos referimos ao *Welfare State*, ou Estado-providência, ou Estado de Bem Estar Social, ou ainda Keynesianismo, modelo de Estado capitalista social-democrata que coloca o Estado como promotor social e organizador da economia.

Luana de Souza Siqueira (2011) é referência nos estudos sobre políticas de combate à pobreza. A partir de suas contribuições e revisões feitas dos textos de Sen, nota-se que o autor, partindo dos estudos de Aristóteles, preocupa-se com o *sentido da vida* e com a *forma como vivemos*.

Ele reivindica uma economia mais cordial com as motivações dos seres humanos. Vale lembrar que tal preocupação está direcionada aos interesses individuais privados de cada cidadão e não às motivações humano-genéricas, aos aspectos ontológicos, pois se trata de um teórico que defende a exacerbação do individualismo, que busca corrigir certos “problemas” deste esgarçamento gerado a partir — não exclusivamente — da chamada “desarmonia” na sociedade capitalista. Interessa-lhe, por consequência, harmonizar o máximo possível dentro da lógica do capital; em última instância, seu interesse é a produtividade econômica, manter e melhorar o giro da roda do capital.

Amartya Sen defende que o economicismo⁸¹ — chamado por ele de economia de engenharia — deveria considerar as motivações humanas de forma aprofundada, sem o uso de termos entendidos por ele como “nebulosos”, generalistas, como “boa vontade” e “sentimentos morais”.

O autor requisita a leitura do sujeito em sua individualidade. Busca provar que a produtividade da economia teria sido comprometida pela falta do conteúdo ético, perdendo de vista aspectos do comportamento humano, sendo preciso incorporar certas regras que considerem essas questões. No atual contexto do capitalismo em decomposição, as estratégias gerencialistas aos moldes do Toyotismo se fazem dominantes, voltam-se para entender aspectos do comportamento humano e utilizar desse conhecimento para melhorar a produtividade e motivação dos trabalhadores. Esses aspectos exemplificam como a ética burguesa se manifesta, propondo-se a explorar, em alguns períodos históricos, de forma mais ética, motivacional, voltada para as necessidades das/os trabalhadoras/es, de forma manipulatória tão aviltante quanto extenuante.

Sen defende que é plausível uma pessoa se deixar reger por questões que extrapolem o seu autointeresse, argumentando que nem tudo que é feito é para sanar aspirações próprias, que

⁸¹ O economicismo é fruto das formas reificadas de leitura da sociedade, do céu à terra, invertendo a realidade ao intelecto burguês. O processo de coisificação é elemento central para essas produções abstratas da realidade travestidas de concretude, pois as coisas aparecem personificadas no imediato da sociabilidade. As argumentações dão mais importância e relevo para a saúde do mercado que para a saúde dos indivíduos e da reprodução do humano-genérico. O mais importante é se o mercado está bem ou mal, aquecido ou esfriado, do que se a classe trabalhadora tem fome, se tem teto, se tem saúde, educação, se tem principalmente o direito ao trabalho, acesso ao trabalho com segurança, salários altos e estabilidade, requerendo ainda suportes para os casos de adoecimentos e velhice.

as coisas se tornam valiosas a partir do momento em que lhe atribuímos valor, por consequência, a pessoa não poderia ter sua felicidade somente a partir de realizações materiais, mas a partir de um conjunto de elementos de valoração e justiça distributiva mais amplos e complexos.

Pelas palavras de Sen, é nítido que sua preocupação em manter a produtividade é central, quando diz que:

[...] não estou afirmando que a abordagem não ética da economia tem de ser improdutiva. Mas gostaria de mostrar que *a economia*, como ela emergiu, *pode tornar-se mais produtiva se der uma atenção maior e mais explícita às considerações éticas que moldam o comportamento e o juízo humanos. Não é meu intuito descartar o que foi ou está sendo alcançado*, e sim, inquestionavelmente, *exigir mais* (SEN, 2010, p. 25, grifos meus).

Se Sen possui boas intenções ou não, isso pouco diz sobre aquilo que o fundamenta e os resultados obtidos a partir de intervenções na realidade, baseadas em suas construções. O fato é que, mais ou menos humanizado, mais ou menos avançado, Sen representa, na verdade, as propostas de conciliação da classe burguesa, que são infladas ou esvaziadas de recursos de acordo com a necessidade de controlar e manipular a classe trabalhadora.

Se a luta de classes estiver mais acirrada, essas políticas são “reavivadas”, ampliadas, se a classe trabalhadora se desarticula, se silencia, as mesmas políticas vão se tornando ainda mais sucateadas. O que, por fim, representa a capacidade do projeto societário burguês de se adaptar para expandir e perpetuar o capitalismo como sistema vigente, e a classe dominante com seus privilégios.

Esse intelecto político espraia o individualismo exacerbado e a desumanização, não por uma mera referência mística ou imediatista, com a figura do burguês malvado e avarento. Trata-se de uma construção objetivo-subjetiva que emana do sociometabolismo em contexto de dessubjetivação⁸². A dessubjetivação é a expressão da violência que reside na base constitutiva capitalista, considerando a espoliação da classe trabalhadora necessária à acumulação.

Este projeto reformista é tão desumanizador quanto qualquer outro que compactue com a perpetuação do capital como formação social, à medida em que se utiliza do discurso ético para retirar o foco economicista das análises e termina por cair na culpabilização dos sujeitos

⁸² A dessubjetivação é uma categoria que ganha melhor contorno em Giovani Alves (2011; 2008), refere-se a um duplo processo de objetivação e dessubjetivação do trabalho no capitalismo, momento em que o homem passa a ser objeto da tecnologia e não o contrário. Na dessubjetivação do trabalho ocorre a captura das subjetividades das/os trabalhadoras, como resultado da aplicação dessas técnicas e tecnologias é não apenas o controle dos corpos para obter a força de trabalho, mas da consciência, visando condicionar mais ainda a vida do trabalho não a um tempo de vida livre, mas ao trabalho em tempo integral. O debate que aprofunda essa categoria pode ser encontrado nesta tese a partir da página 288 no terceiro capítulo.

por suas condições de “carência de capacidades” a serem desenvolvidas. Portanto, Sen aqui é entendido como construto teórico reformista neoliberal.

O postulado seniano se remete a conquistas individuais focalizadas, quando fala que pode funcionar bem em alguns países manter rendas baixas e garantias de serviços pelo Estado, ele não fala em acesso universal a todas as instâncias e necessidades, mas de garantias mínimas, sem vistas a políticas estruturantes, universais; desfocando da renda para as pessoas e garantias de acesso ao mercado e ao consumo, entendidos por Sen como oferta de possibilidades para a escolha, garantindo a “liberdade” de desenvolver sua capacidade para tentar acessar o mercado segundo a sua habilidade para auferir renda. Tanto que não há questionamentos quanto às disparidades de recursos entre os países, os imperialistas e os neocolonizados.

Segundo o autor, a renda

[...] é uma magnitude homogênea, ao passo que as capacidades são diversas [...]. Além disso, comparações interpessoais de renda real não nos fornecem uma base para comparações interpessoais nem ao menos de utilidade (embora esse hiato muitas vezes seja desconsiderado na economia do bem-estar aplicada, recorrendo-se à imposição de suposições totalmente arbitrárias) (SEN, 2000, p. 133).

O direito ao trabalho é uma luta legítima da classe trabalhadora, embora seja uma luta dentro dos limites da sociedade capitalista. Sen, contudo, não fala sobre a garantia desse acesso, mas de se “ensinar a pescar” ao invés de “dar o peixe”; em outras palavras, propõe garantir as condições para que você tenha a chance de exercer a sua capacidade e, se for “capaz”, acessará.

Afinal, por seu *discurso meritocrático*: “O êxito de uma pessoa não pode ser julgado exclusivamente em termos de seu bem-estar” (SEN, 1999, p. 56), mas por sua “condição de agente”, já que “A liberdade pode ser valorizada não meramente porque auxilia a realização, mas também em razão de sua própria importância, extrapolando o valor do resultado realmente alcançado” (SEN, 1999, p. 76).

A ideia explicitada é bastante útil à ética burguesa, uma vez que o sujeito precisaria “ser”, “ter” e “fazer” para atingir seus objetivos pelo mercado; e o mercado, e a burguesia? Ao trabalhador toda a responsabilidade por sua condição de vida, por seu infortúnio e a possibilidade de ser “incapaz” frente ao mercado. O mercado por essas teorias é aparentemente o novo Deus, que tudo sabe, tudo vê e que não se deve criticar.

Para Sen, a pobreza não pode ser reduzida ao sinônimo de baixa renda, sendo algo mais complexo referido a uma condição de privação de capacidades básicas como o nível de acesso

a bens e serviços, por tais explanações o autor ficou conhecido por entender a pobreza multidimensionalmente.

A multidimensão da pobreza estaria atrelada a um processo de “privações de capacidades”, tais como: o analfabetismo, as doenças, a miserabilidade, o acesso limitado ao crédito e aos serviços, a falta de participação social e política. Condições essas de insuficiência de acessos que impediriam a superação da condição de pobreza (SEN, 2000).

O fator renda obviamente não é excluído de sua análise, entendido como uma perspectiva sensata (SEN, 2000, p.109), uma vez que é um dos principais fatores indutores a essa condição, sendo que a ausência de renda também levaria à privação de capacidades de uma pessoa.

O princípio do movimento da associação das mulheres afro-americanas de *erguer-nos enquanto subimos*, notadamente explicita a quão ínfima é essa proposta, pois assim como o desemprego preocupava e preocupa as mulheres afro-americanas, também preocupa as latino-americanas, afro-latino-americanas e as trabalhadoras brasileiras. Embora muitas mulheres latino-americanas possam estar ainda hoje voltadas para o trabalho doméstico, ou trabalhos informais e em tempos parciais, em cargos que requerem um baixo nível educacional, essas são expressões de como as mulheres trabalhadoras ainda são as mais superexploradas pela dependência socioeconômica, seja para acessar mínimas ou melhores condições para ela e os filhos. Segundo Davis (2017, p. 19), “De fato, o pré-requisito mais importante para o “empoderamento” é a possibilidade de obter um sustento adequado”.

O “empoderamento” em Sen não poderia aparecer de outra forma, senão como uma estratégia de combate à pobreza. Segundo ele, os sujeitos fracassados no mercado perdem autoestima e se “desempoderam”, ou seja, deixam de desejar coisas que outros mais “empoderados” desejam por pensarem que tais coisas lhes seriam inatingíveis. “Empoderar”, por conseguinte, seria revigorar esse desejo, essa confiança que os outros tem de que podem conseguir coisas que almejam” (SEN *apud* SIQUEIRA, 2011).

Para o autor, os fracassados são aqueles que adequam seus desejos às suas possibilidades, adotando essa forma para enfrentar as desigualdades sociais. Não é estranho porque tais ações preveem um claro limite de uma inserção subalterna e subalternizante, uma vez que o “empoderado”, atingindo tal condição no momento em que deixa de ser analfabeto, possuiria condições de se expressar e participar da vida política.

As condições de estar nos espaços não mudariam, ou seja, as pessoas continuariam trabalhando exaustivamente sem poderem exercer seus direitos de participação, embora elas o tivessem. Essas pessoas “empoderadas” teriam, no máximo, acesso a cursos técnicos e formas

sucateadas de educação, o que dificilmente faria delas conhecedoras o suficiente dessa sociedade para quererem transformá-la, visto que as condições de “empoderamento” são individuais e não coletivas — por mais que defendam e queria fazer delas coletivas. A consciência para si continuaria tão distante quanto é na contemporaneidade.

No Brasil, o “empoderamento” também aparece como um conceito multifacetado, sendo seu conteúdo disputado por diversas perspectivas, o que, contudo, não muda o aspecto ideológico que o “empoderamento” representa na contemporaneidade. O “empoderamento” é uma ideologia de capitulação da classe trabalhadora pelo projeto societário neoliberal.

Sem caviar, nem classe trabalhadora “empoderada”, embora hoje esteja com ensino superior e até pós-graduada fora do Brasil, trabalho assalariadamente para garantir minha sobrevivência, mulher negra, filha da classe trabalhadora que *vai sê dotora*, para orgulho de minha família preta (parte de pai) e de minha família imigrante cabocla (parte de mãe). Continuo não sabendo, não comendo e só ouvindo falar do tal “empoderamento” tanto individual quanto nos coletivos que faço parte.

A política social na particularidade brasileira, enviesada por essas diretrizes, é o próximo elemento a ser tratado historicamente, ainda que brevemente, demarcando as insuficiências de tais propostas e demonstrando que não é de hoje que a mulher trabalhadora negra e não negra sofre com a violência institucional do Estado capitalista, violador e invisibilizador das mais diversas formas de opressão, pelos descasos e a fragmentação dos serviços ofertados à população.

2.4. Política Social na particularidade brasileira

Parto de uma leitura da política social brasileira como uma mulher negra de meu tempo, que não consegue descolar o racismo arraigado em cada medida e em cada insuficiência. O Brasil, invadido em 1500, só foi contar com a ideia de colonização via fundação de instituições de saber com a vinda de Dom João VI de Portugal e da família real em 1808, ou seja, aproximadamente 300 anos depois. Empreitada essa interrompida com o retorno da família para Portugal, e que só fora retomada pelo filho, Dom Pedro, em 1838 com o primeiro Instituto Histórico e Geográfico no Rio de Janeiro.

A partir desse momento, porém, certas diferenças regionais e mesmo profissionais começaram a ser percebidas. Primeiramente com o fortalecimento da produção cafeeira durante a década de 50 e a concomitante mudança do eixo econômico do país —

da Região Nordeste para a Sudeste –, ocorre uma paralela diversificação entre as várias instituições científicas. Ou seja, os estabelecimentos situados nas cercanias dos novos centros econômicos do país foram progressivamente mais bem aquinhoados do que os demais (SCHWARCZ, 2005, p. 21).

Esse movimento de mudança do eixo econômico do país diz muito dos preconceitos regionais do Brasil racializado, enquanto reflexo da abolição em 1888. Considerando que uma maioria de engenhos de açúcar estavam no Nordeste, percebe-se quais foram as condições de expropriação e abandono que até a contemporaneidade são vivenciadas por negros e negras vivendo no nordeste brasileiro, mais ainda, nos confins deste nordeste.

Essas primeiras instituições estabeleceram-se no Rio de Janeiro e em Salvador, mas, com certo vínculo maior com o monarca D. Pedro II, São Paulo despontava no Segundo Reinado, fortemente favorecida pelas plantações de café, o novo ouro brasileiro.

As perspectivas desses *homens de ciência* foram estudadas por Lília W. Schwarcz (2005), a partir de revistas que suscitavam os principais debates da época. A autora chama-os de elite intelectual ilustrada, formada por diversos seguimentos, no que se refere aos seus interesses e defesas. Esses intelectuais profissionais, juristas, médicos, tomaram para si a responsabilidade de buscar legitimar e respaldar cientificamente suas posições, além de buscarem adaptar teorias, em sua maioria eurocêntricas, à realidade nacional, para desenvolver o país, criar aqui uma civilização aos moldes europeus. Em São Paulo, adotava-se modelos liberais de análise; no Recife, o modelo era o social-darwinismo de Haeckel e Spencer, ou darwinismo social; na medicina, o instituto Manguinhos liderado por Oswaldo Cruz se destacava.

Além de um novo regime político em construção, havia ainda o impasse da “[...] conservação de uma hierarquia social arraigada que opunha elites de proprietários rurais a uma grande massa de escravos e uma diminuta classe média urbana” (SCHWARCZ, 2005, p. 23), esta última, majoritariamente não negra — branca — e descendentes de imigrantes ou imigrantes.

O darwinismo social influenciou esses intelectuais das piores formas possíveis, desde a eugenia, ao higienismo racista, até “as almas de boa fé”, como Gilberto Freyre, que criou o mito da democracia racial. Outras influências foram o evolucionismo social, o positivismo e o naturalismo.

Schwarcz (2005) avalia que havia uma confusão entre profissão como um sacerdócio e o uso das teorias de forma indiscriminada, ou sem os devidos distanciamentos entre as análises

da sociedade, da economia, da política e da cultura, por um emaranhado de teorias entre biologia, naturalismo e estudos da sociedade, em outras palavras, “[...] a frágil delimitação das áreas do saber” (SCHWARCZ, 2005, p. 31).

Para a visão eurocêntrica, o humano é o branco, civilizado. O Oriente em meados do século XIX despertava curiosidade, já o Brasil era tido como uma “nação degenerada de raças mistas”, ou “nação destinada ao fracasso devido à miscigenação”. Distante de generalizações, minimamente é preciso reconhecer que havia uma leitura pessimista quanto ao futuro do Brasil, como modelo do atraso e da ausência em virtude de sua composição étnica e racial.

O histórico de proteção social no Brasil surgiu somente em 1888, pós-abolição, que estranhamente se dedicou a inserir e resguardar alguns trabalhadores ativos, não retirando o peso das correntes de ex-escravizadas e ex-escravizados, assim como de toda a população com alguma “marca” pelo *defeito de cor*. Pós-proclamação da República, é possível encontrar, por exemplo, a criação de uma caixa de socorro para trabalhadores públicos. Em 1889, os direitos de férias e pensão foram conquistados por trabalhadores da Imprensa Nacional e os ferroviários, estendendo-se aos trabalhadores do Ministério da Fazenda no ano seguinte.

Em 1891 houve uma tentativa frustrada de regulamentação do trabalho infantil; em 1892, o direito à pensão é conquistado pelos trabalhadores da Marinha; a partir de 1903 começam a surgir organizações dos trabalhadores urbanos e rurais, como sindicatos, que só serão reconhecidos em 1907; embora não tenha sido respeitada, houve a redução legal da jornada de trabalho para 12 horas diárias; os acidentes de trabalho começaram a ser regulamentados em 1919, mas respondiam a uma lógica repressiva e de culpabilização.

Neste interim, início dos anos 90, a intelectualidade ilustrada nacional dava os primeiros sinais do fracasso da abominável ideologia do branqueamento, a partir dos estudos do IHGSP (Instituto de História e Geografia de São Paulo), que previa que a partir da ação civilizatória por um grupo branco de colonizadores a raça negra seria suprimida. Mas, em outras regiões, como na Faculdade de Medicina da Bahia e na Escola de Direito de Recife, refletia-se

[...] com temor sobre o futuro mestiço do país. Tal posição não era estranha ao contexto em que se anunciava. Afinal, era essa mesma elite paulista que assumia para si a tarefa de promover uma imigração europeia condicionada por leis restritivas à entrada de populações negras e amarelas, que previa o final desses grupos “selvagens que se tornaram degenerados” Dos indígenas, pouco se espera, dos negros e mestiços menos ainda” era o que afirmava um ensaio escrito em 1906 sobre o problema da mão-de-obra no país, reproduzindo inquietações presentes naquele momento (SCHWARCZ, 2005, p. 96).

Excetuando alguns setores privilegiados, os trabalhadores, de uma forma geral, eram obrigados no Brasil a vender sua força de trabalho de forma aviltante, sem garantias e sem proteções sociais neste período. Além dos trabalhadores não eleitos, que compunham o exército industrial de reservas ou a superpopulação latente, havia o *problema do negro*, a superpopulação estagnada, impossibilitada de sequer concorrer a um cargo na indústria, o que fica evidente pela expressão dos intelectuais ilustrados feita acima.

Em fins do século XIX, surgiu no Brasil o direito criminal que em meados de 1913 se nutria de caracterizações racistas que, ainda hoje, são encontradas nas investidas da violência policial e no genocídio da população negra⁸³.

Seja por um traço, seja pela delimitação de muitos detalhes, o fato é que, para esse tipo de teoria, nas características físicas de um povo é que se conheciam e reconheciam a criminalidade, a loucura, as potencialidades e os fracassos de um país. [...] “Uma nação mestiça é uma nação invadida por criminosos”, dizia o artigo de Laurindo Leão, buscando fazer a ligação entre tais teorias e a realidade nacional. “Somos o que somos será porque sejamos uma sub-raça, um país de mestiços, uma fusão de elementos étnicos inferiores ou porque sejamos uma nacionalidade em vias de formação o que explica o estado de delinquência social do povo brasileiro? (RAFDR, 1919: 54), perguntava o prof. Joaquim Pimenta resumindo inquietações que pareciam comuns a toda a escola (SCHWARCZ, 2005, p. 121).

Deste período, 1919, aparecem os primeiros estudos referendando a importância de higienizar o país e educar a população para corrigir a natureza do homem e aperfeiçoá-lo. Ocorre que tal higienização se sucedeu por medidas políticas sociais abruptas quanto à habitação e condições de vida da classe trabalhadora de conjunto, o que pode ser observado pelas pesquisas de Schwarcz:

O *Brazil Medico* abre suas páginas, nas primeiras décadas do século, para a entrada maciça de artigos na área de higiene pública e saneamento. Os alvos são inúmeros: as igrejas, as escolas, os portos, os cemitérios, os locais públicos, as casas de moradia. Os hábitos deveriam ser moralizados, orientando-se os costumes alimentares e higiênicos, controlando-se o desvio e evitando-se a “degeneração”. Condenam-se casos de “perversão sexual”, assim como disciplinam-se as práticas sexuais. Com relação à prostituição, as medidas são reveladoras: “impossibilitados de extinguir o meretrício é necessário regulamentá-lo já que não se abandona o doente, por não se poder aplicar um tratamento radical que arriscaria a destruição do organismo ...” (BM, 1917:180). Da sociedade, entendida enquanto um imenso hospital, esperava-se a passividade absoluta.

Eram os médicos que planejavam reformas urbanas, dividiam a população entre doentes e sãos, ou administravam remédios em alta escala. É essa a época das “grandes vacinações”, que passam a ser ministradas em nome do bem geral da nação, a despeito das tensões que essa prática acabava gerando (SCHWARCZ, 2005, p. 166).

⁸³ FERNANDES, F.G. Barbárie e direitos humanos: as execuções sumárias e desaparecimentos forçados de maio (2006) em São Paulo. Para um estudo mais aprofundado vide a tese de doutoramento da mesma autora.

Conforme citado por Gonçalves (2018), esses estudos vieram em boa hora, pois havia um interesse comercial em embelezar as cidades, tais como São Paulo, e essas propostas vieram a ganhar status de ciência para fundamentar a expulsão e destruição de cortiços e o doutrinamento da vida dos trabalhadores, da superpopulação estagnada, sobrevivendo de trabalhos informais, como as mulheres negras e suas famílias, por medidas sanitárias.

Esses atos médicos provocaram a revolta da classe trabalhadora, que se via invadida e controlada em todas as formas possíveis e imagináveis, fiscalização das residências, educação sanitária, e vacinas compulsórias, o que em 9 de novembro de 1904 culminou na Revolta da Vacina.

Os discursos médicos higienistas defendiam que a doença explicava o fracasso da nação, o racismo aparece neste momento, em que tais “homens de ciência” afirmariam que as doenças teriam vinda da África, pela população escravizada ou pela Europa e Ásia com a importação da força de trabalho imigrante. Já o enfraquecimento biológico nacional seria culpa da miscigenação racial. Schwarcz (2005, p. 169) sintetiza que “[...] no Brasil, a questão da higiene aparece associada à pobreza e uma população mestiça e negra”.

Estranhamente, ou realista demais, é a provocativa análise de Schwarcz (2005) quando fala da primazia da antropologia imediatista que fazia sucesso por aqui, em detrimento da história, privilegiando tratar do contexto político e social imediato. Parece que pouco avançou o país no século XXI nesse sentido, já que ainda que por linhas mais progressistas, prefira-se militar por políticos conciliadores ao invés de retomar o passado e pensar em um novo futuro.

Esse retrocesso ético-político não é ao acaso, afinal, este é o país em que historiadores paulistas trataram o fenômeno do bandeirantismo como uma empreitada heroica.

Os historiadores paulistas foram os responsáveis pela valorização e popularização da figura do bandeirante, introduzindo uma interpretação ainda presente na historiografia oficial. Nesta se estabelece uma relação entre a atitude valente e laboriosa daqueles primeiros aventureiros e um suposto perfil do estado e de sua trajetória vitoriosa (SCHWARCZ, 2005, p. 97).

Em 1923, os artigos da intelectualidade ilustrada começavam a ampliar as ideias e projetos eugênicos, como artigos que referiam a importância de lutar pela “regeneração somática de nossa Raça como condição indeclinável de nossa sobrevivência política entre as nações” (GMB, 1923, p.32 *apud* SCHWARCZ, 2005, p. 158). Falava-se sobre o ressurgimento da raça, preceitos elementares de higiene, dentre as propostas defendiam a inclusão da educação física como atividade que impulsionaria a perfeição humana, outras posturas, tão bizarras quanto,

defendiam que se impossibilitasse casamento entre pessoas que tivessem algum vício ou doença transmissíveis, como a tuberculose, o alcoolismo.

Renato Kehl⁸⁴, acompanhando avidamente políticas sociais de esterilização em Nova Jersey, prontamente, em 1921, propôs esterilização da população brasileira “descartável”, doentes, promíscuos, viciados, loucos, vagabundos, mais precisamente uma maioria negra. Segundo os estudos de Schwarcz,

[...] o prof. Renato Kehl representava um setor forte da escola, que se afastava da visão positiva sobre a mistura racial e via o país enquanto uma república desmoralizada e carente de “homens validos” (apud Stepan, 1991:158). Para esses cientistas, familiarizados com os projetos eugenistas alemães e em especial com a política restritiva adotada nos EUA, que culminou com a aprovação da lei de imigração de 1924, não existiria outra saída para o país senão aquela que previsse medidas mais radicais de controle da população. 28 Projetos como esse, que postulavam a esterilização de certos grupos humanos, apesar de não terem sido implementados no Brasil, foram aprovados em outros países que adotavam modelos eugênicos de atuação. Segundo Stepan, as primeiras leis de esterilização eugênica foram introduzidas no cantão de Vaud na Suíça em 1928, na Dinamarca em 1929, e nos Estados Unidos em 1919. Entre 1930 e 1940, mais de 8 mil dinamarqueses teriam sido esterilizados em função de suas “anormalidades físicas e sexuais”. Com relação aos Estados Unidos, afirma o autor que já no final dos anos 1920, 24 estados aprovaram leis de esterilização. Entre 1907 e o final da Segunda Guerra Mundial chegaria a 70 mil o número de indivíduos esterilizados, incidindo as leis sobretudo sobre a população pobre e frequentemente Negra (SCHWARCZ, 2005, p. 172).

Talvez o mito da democracia racial no Brasil se ancore em recusas como essa, a medidas de política social absurdamente desumanizantes. Embora não tenhamos sido castradas, fomos mortas e continuamos sendo mortas e vivenciando a violência do sociometabolismo capitalista. Se isso não é violência contra a mulher trabalhadora negra e não negra, o que seria? Não é violência de rua, não é violência doméstica, não é violência familiar ou intrafamiliar, nem mesmo violência de gênero, é o Estado capitalista fazendo uso do patriarcado para politizar os úteros, assim como hoje impede o aborto seguro e legal pelo SUS e criminaliza mulheres trabalhadoras quando são flagradas em condições pós-abortivas.

Havia neste momento uma declarada perseguição, já que se constatava que o Brasil era um país aborígine, africano e mestiço, que seriam obstáculos para o desenvolvimento nacional.

Falar da adoção das teorias raciais no Brasil implica pensar sobre um modelo que incorporou o que serviu e esqueceu o que não se ajustava. No Brasil, evolucionismo combina com darwinismo social, como se fosse possível falar em “evolução humana”, porém diferenciando as raças; negar a civilização aos negros e mestiços, sem citar os efeitos da miscigenação já avançada. Expulsar “a parte gangrenada” e garantir que o futuro da nação era “branco e ocidental” (SCHWARCZ, 2005, p. 178).

⁸⁴ Para um estudo aprofundado sobre o racismo e a eugenia em Renato Kehl, indico Weber Goes em diversas produções, como: GÓES, W.L. *Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro*: a proposta de povo em Renato Kehl. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) UNESP, FFC, 2015, 276f.

Ainda dentro da lógica de enaltecer algumas carreiras em prejuízo de outras, de marginalizar e ignorar um conjunto de mulheres e homens negros nos trabalhos informais, em 1923 foi criada a Lei Eloy Chaves que instituiu a forma contributiva das CAPs (Caixas de Aposentadoria e Pensões) para alguns setores de interesse econômico do grande capital expropriador, como os de transporte, e para garantir as exportações, como ferroviários e marítimos.

Segundo Behring e Boschetti, essas categorias eram estratégicas, pois,

Naquele momento, o Brasil tinha uma economia basicamente fundada na monocultura do café voltada para a exportação – eis aqui a base da nossa heteronomia –, produto responsável por cerca de 70% do PIB nacional. Por isso os direitos trabalhistas e previdenciários foram reconhecidos para aquelas categorias de trabalhadores inseridas diretamente nesse processo de produção e circulação de mercadorias. Uma maior diversificação da economia brasileira viria apenas após a crise de 1929-1932 – que paralisou o comércio de café e a economia brasileira – e a chamada Revolução de 30. As CAPs foram as formas originárias da previdência social brasileira, junto com os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), sendo o dos funcionários públicos o primeiro a ser fundado, em 1926. Por fim, em 1927 foi aprovado o famoso Código de Menores, de conteúdo claramente punitivo da chamada delinquência juvenil, orientação que só veio a se modificar substancialmente em 1990, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 80).

Considerando as políticas sociais para os trabalhadores produtivos da época, majoritariamente imigrantes e não negros, contra necropolíticas contra negras e negros ávidos para o trabalho como meio de sobrevivência, é óbvio que o governo da época não enfrentava a “questão social”, mas buscava contorná-la, assumindo posturas extremamente autoritárias e ditatoriais quanto ao controle das pandemias e da saúde pública. Contudo, somente a partir de 1930, pela saúde à classe trabalhadora, começam a ser conquistadas certas formas de inserção social, ainda que de forma a estratificar a classe trabalhadora, entre os eleitos imigrantes não negros para a indústria em atividades de extremo interesse comercial, já que a saúde era dividida entre medicina previdenciária, para os contribuintes e suas famílias, e a saúde pública, que se reduzia a campanhas de imunização e estratégias que garantiam controles de pandemias.

A assistência social no Brasil possui uma gênese incerta, podendo ser notada uma maior centralização das ações a partir de 1942, com ações federais voltadas para as famílias dos Pracinhas à serviço da Segunda Guerra Mundial, atendidas pela Legião Brasileira de Assistência (LBA).

A constituição de 1937 destaca a necessidade de o Estado reconhecer as categorias de trabalhadores e em 1943 ocorre a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Inspirada na *Carta del Lavoro* do fascismo de Mussolini, a CLT reconheceu as categorias de trabalhadores e vin-

culou os sindicatos ao Ministério do Trabalho, eventos estes que selaram “[...] o modelo corporativista e fragmentado do reconhecimento dos direitos no Brasil [...]” (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 108).

De 1943 a 1945 vale destacar que o país vivia a Era Vargas, que, embora flertasse com o nazifascismo, cede às investidas norte-americanas e se alia aos mesmos na guerra em 1942. Após 15 anos de Varguismo, temos um contexto de instabilidade. Embora o país já contasse com uma base industrial, ainda era fortemente agroexportador; nesta conjuntura o movimento operário também estava maduro, o que culminou na conquista da legalidade do Partido Comunista, pela Constituição de 1946.

De 46 a 64 ocorre a intensificação das lutas de classes no país, culminando no golpe de 64, que instaurou a ditadura civil militar de 20 anos no Brasil. Segundo Behring e Boschetti (2011), a expansão da política social no Brasil neste período foi lenta e seletiva, as autoras citam a morosidade e a instabilidade governamental como características que fizeram, por exemplo, com que a LOPS (Lei Orgânica da Previdência Social) e a lei da previdência rural, que datam do final da Era Vargas, só fossem aprovadas no Congresso em 60 e 63.

Durante a ditadura civil militar o Brasil viveu a unificação das previdências sociais, formando o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que retirou de uma vez por todas a previdência das mãos dos trabalhadores. Em 1967, os acidentes de trabalho passam para a gestão do INPS; em 1971 a previdência é ampliada para os trabalhadores rurais com taxaço somente sobre os produtores; em 1972 ocorre a cobertura das empregadas domésticas; em 1973, dos jogadores de futebol e autônomos; em 1978, dos ambulantes; e, em 1974, cria-se a Renda Mensal vitalícia para os idosos pobres que pagava meio salário mínimo da época para quem tivesse contribuído ao menos por 1 ano com a previdência.

Se no período da ditadura militar a lentidão e a seletividade eram características da expansão da política social no Brasil, hoje vemos que esses contornos se repetem. O período que se seguiu com a redemocratização, na década de 1980, ficou conhecido pelas conquistas de regulamentações para a classe trabalhadora, e como década “perdida para a economia”, ou para a burguesia.

Não apenas no Brasil, mas na América Latina, os anos 80 foram marcados por dificuldades de formulação de políticas econômicas de impacto nos investimentos e na distribuição de renda, o que levou ao endividamento externo, a princípio com taxas de juros zero, operacionalizadas pelo interesse norte-americano de atingir a hegemonia do dólar, o que rapidamente

se transformou em crescentes e fraudulentas taxas de juros, já que são fixadas ao bel-prazer dos credores.

Estrangulada, a economia latino-americana entendeu que possuía apenas três saídas: cortar gastos públicos — leia-se direitos sociais — e políticas sociais, via de regra, serviços sociais; vender títulos do Tesouro a juros interessantes; ou imprimir dinheiro. No Brasil, optou-se pela emissão de títulos da dívida.

De uma inflação anual de 91,2%, em 1981, o Brasil foi para 217,9% em 1985, o que gerou um aprofundamento das características brasileiras, ou seja, empobrecimento, desempregos, sucateamento dos serviços sociais públicos etc. Essa crise pelo endividamento foi a forma encontrada pelos centros capitalistas de fazer a periferia pagar por sua crise de estagnação, que foi solucionada via reestruturação industrial e financeira (BEHRING, BOSCHETTI, 2011).

Na década seguinte, anos 90, temos que as conquistas da classe trabalhadora, desde sua implantação, já são capituladas pela ótica internacional do projeto neoliberal, que por meio das agências financeiras multilaterais forçam a inversão de tais conquistas para uma ótica focalista, privatista e de sucateamento.

É fundamental sinalizar que todas as garantias legais para a classe trabalhadora no mundo foram conquistadas por meio de períodos de muita luta de classes, assim também ocorreu no Brasil. Alguns países, notadamente de capitalismo central, puderam gozar dos direitos sociais e civis adquiridos. Enquanto que no Brasil, sob influência de imigrantes que conheciam em maior profundidade as ideias anarquistas e socialistas, as lutas foram se desenvolvendo e se fortalecendo. No entanto, a característica fulcral da proteção social aqui é a não garantia efetiva do direito — garantias somente formais — e a insuficiência.

A proteção social que chegou a funcionar de forma mais efetiva foi um conjunto de propostas atreladas ao trabalho formal, pela via contributiva, para garantir acessos aos trabalhadores e suas famílias; as demais propostas, como as que se voltaram para crianças e adolescentes ou eram punitivas⁸⁵, ou não funcionaram efetivamente.

⁸⁵ Ressaltamos que não pretendemos fazer uma crítica autofágica, mas não poderíamos deixar de destacar os limites das legislações vigentes. Embora reconheçamos os gigantescos avanços entre os Códigos de Menores e o Estatuto da Criança e do Adolescente, acreditamos que este já chega em descompasso por ainda possuir um tratamento maior e mais delineado da parte que trata das formas de punição, do que das partes que tratam da proteção e dos direitos das crianças e adolescentes. Para além de acreditarmos que não se enfrenta a violência somente com garantias formais — emancipação política —, enfatizamos que no ECA ainda persiste a dimensão da Lei em conflito com a criança e a/o adolescente da classe trabalhadora (PEREIRA, 2014).

Com isso não queremos desqualificar ou desconsiderar as lutas e conquistas importantíssimas que essas legislações significaram, mas sim explicitar a face limitada da emancipação política e das promessas de cidadania, que significaram naquele período

[...] a consolidação de direitos sociais e trabalhistas e a oferta de serviços públicos, ao mesmo tempo em que foram responsáveis pelo reconhecimento da necessidade de proteção social dos trabalhadores, também possibilitaram o surgimento de ideologias que defendiam a possibilidade de compatibilizar capitalismo, bem-estar e democracia, lastro político da social-democracia [...] (MOTA, 2010, p. 27).

Se antes havia um lastro, hoje essa ideologia se apresenta como única via possível para se atingir melhores condições de acesso e consumo pela classe trabalhadora, ao propagar a impossibilidade de superação do capitalismo devido a desilusões e à perda dos paradigmas do fordismo-keynesianismo, do *Welfare State* e do “socialismo real existente”, culminando no apassivamento atual da classe trabalhadora nas lutas por suas pautas.

A inserção do neoliberalismo no Brasil, a partir da década de 90, significou uma contrarreforma do Estado capitalista, no que tange àquelas conquistas legais recentes da classe trabalhadora.

2.5. O mito da assistência social

Em meados de 2006 e 2008, Ana Elizabeth Mota (2010) já afirmava a incontestante existência da desigualdade social como intrínseca ao sistema capitalista, não sendo mais necessário quantificar as disparidades para provar sua existência, mas examiná-las no desenvolvimento histórico do capitalismo.

Arantes (1994), na década de 90, sinalizou com um jogo de palavras um processo que ele chamou de brasilianização do mundo, o que se comprova cada vez mais, por exemplo, pelo estudo da ONU em relatório publicado em 2020⁸⁶, no qual afirmam que a desigualdade de renda aumentou na maior parte dos países de capitalismo central, como em alguns países nórdicos, como também na Alemanha e em muitos países do Leste Europeu, e em outros com renda mediana, incluindo até mesmo China e Índia — países considerados por terem atingido bons níveis de acúmulo de riquezas nas últimas décadas.

⁸⁶ O texto original está em inglês, sendo por nós traduzido para essa análise. O original pode ser consultado em: <<https://www.un.org/development/desa/dspd/world-social-report/2020-2.html>>.

Os países que tiveram a desigualdade social acirrada desde a década de 90 são a morada de 71% da população mundial. O estudo informa, por consequência, que tal desigualdade não é universal (ONU, 2020).

Partindo deste mesmo estudo, podemos inferir que está ocorrendo um processo de redução da desigualdade econômica entre os países, não no sentido de reduzir a desigualdade social no interior dos países e no mundo, mas de que os países mais ricos que puderam gozar dos efeitos de políticas de pleno emprego, proteção social e distribuição de renda, efeito das políticas de Estado de bem-estar social, hoje conhecem os efeitos do neoliberalismo e enfrentam o pauperismo em seus países.

Longe de haver algum tipo de equalização, o estudo (ONU, 2020) aponta que a riqueza está cada vez mais concentrada, demonstrando que houve um aumento na parcela de renda que vai para o 1% mais rico em 59 países dos 100 com dados publicados entre 1990 e 2015. Por outro lado, dos países que também apresentaram dados neste período, 40% dos mais pobres receberam menos de 25% da renda.

Esses dados reforçam o argumento de que o capital é global, nesse sentido, ele pode tanto beneficiar alguns países, assegurando melhores condições de vida para a classe trabalhadora destes, como pode distribuir o pauperismo, para dar ares de melhores condições de vida para a classe trabalhadora da periferia do capital, contendo-a, ou para acumular e concentrar mais ainda a riqueza.

Embora haja um aumento na distribuição do pauperismo no mundo, em algumas regiões do globo a desigualdade social continua aviltante, como quando, no mesmo relatório, há a comparação entre a renda média da população da América do Norte ser 16 vezes maior que a das pessoas na África Subsaariana.

A melhor caracterização da miséria do patriarcado neoliberal pode ser encontrada em estudos como os realizados pela ONU Mulheres (2020), que aqui se faz indispensável para pontuar que a pobreza tem rosto de mulher trabalhadora e da periferia do capital.

Esses dados levam a corroborar com as análises de Mota quando diz que:

Ora, em 1848, nas barricadas de Paris, a demanda primeira era o *direito ao trabalho*. Eis porque estou convencida de que já estava posta, em meados do século XIX, a raiz da questão que iria desafiar a todos, na entrada do século XXI: *a necessária tendência do modo de produção capitalista de criar uma superpopulação de trabalhadores e, ao mesmo tempo, impedi-los de ter acesso ao trabalho e à riqueza socialmente produzida* (MOTA, 2010, p. 26, grifos da autora).

Essa população ora fica a cargo do Estado capitalista, em momentos de força da classe trabalhadora nas trincheiras das lutas sociais, ora o Estado capitalista se desresponsabiliza, destinando essa população à caridade ou à filantropia.

No Brasil, as políticas sociais estão sendo enveredadas a um processo de refilantropização, com a retirada cada vez maior dos recursos do fundo público dos serviços sociais.

Na contemporaneidade também se obriga a classe trabalhadora a viver exclusivamente dos soldos de sua força de trabalho, ou de transferências de renda, que, com toda certeza, não foram calculadas a partir do preço do pão, muito menos do arroz — principal alimento da/o brasileira/o —, mas por um salário mínimo fixado nos termos da Economia Política, no caso brasileiro, aquilo que o patrão está disposto a pagar. O Brasil de Fato ajudou nessa conta:

Como a maior parte do Auxílio Emergencial é gasto com a compra de alimentos, e a inflação dos alimentos é de 20%, isto significa, numa equação matemática e na vida real, que a inflação “comeu”, corroeu, 20% de seu valor de compra. Por isto, aplicando a regra simples da porcentagem, o poder de compra dos R\$ 600,00 no início da pandemia, perde R\$ 120,00 e hoje é de só R\$ 480,00. E os R\$ 300,00, que o governo quer de hora em diante, já começa valendo míseros R\$ 240,00. Façamos só a conta do arroz. Em março, no início da pandemia no Brasil, com R\$ 600,00 era possível comprar 57 pacotes de arroz contendo 5 Kg. Hoje compra apenas 24 pacotes. No arroz a inflação foi muito maior do que 20%⁸⁷.

Considerando que a intenção de Jair Bolsonaro⁸⁸ era de liberar um valor menor que este vigente para o auxílio emergencial, agora é possível compreender qual foi a estratégia adotada para rebaixar os valores e retornar, por meio de impostos, o dinheiro aos cofres públicos.

A maioria dos beneficiários do auxílio emergencial, assim como das pessoas atendidas pelas políticas sociais de assistência social brasileira são mulheres, mulheres-mães-trabalhadoras negras e não negras. Isso permite inferir, mais uma vez, que o auxílio emergencial não acessou, necessariamente, pessoas que se viram em condição de pobreza, mas mulheres trabalhadoras que já viviam em condição de violações de direitos, de violências e que com a pandemia se viram privadas de realizar os trabalhos informais que lhes garantiam algum sustento.

⁸⁷ GÖRGEN, F. S. A. Artigo | R\$ 600,00 já é R\$ 480,00: A covid mata milhares de brasileiros, sobretudo idosos; a fome poderá matar outros milhares, sobretudo crianças. Publicado em: 08 Set. 2020. Opinião: Fome à Espreita. Porto Alegre (RS): Brasil de Fato, 2020. Disponível em: < <https://www.brasildefatores.com.br/2020/09/08/artigo-r-600-00-ja-e-r-480-00>>. Acesso em: 16 Out. 2020.

⁸⁸ Presidente do Brasil eleito em 2018 para cumprir mandato até 2022, candidatou-se pelo PSL (Partido Social Liberal) e rompeu com o partido durante o mandato. Em julho de 2022, ainda sem partido, o presidente pretende se reeleger. A figura em questão é um político de carreira polêmica, marcada por corrupções e posicionamentos ultraconservadores. Aproveitando-se da desilusão gerada pelo petismo no Brasil, Bolsonaro fez sua campanha valendo-se do discurso da Família de “bem”, do racismo, sexismo, com características protofascistas como ex-militar e entusiasta da ditadura civil-militar brasileira pós-golpe de 1964.

Afinal, como poderia uma família sobreviver com um salário mínimo vigente, ou com os valores das transferências de renda? A equação que não bate quando o DIEESE⁸⁹ informa o salário mínimo, segundo o valor da cesta básica, que deveria ser de R\$ 4.383,20, em março de 2020, e o salário mínimo real estar fixado em R\$1.045,00, bem como o valor do auxílio emergencial durante a pandemia ser de R\$ 1.200,00 para famílias de mulheres com filhos em desemprego e beneficiários do Programa Bolsa Família e R\$ 600,00 para trabalhadores informais e outros desempregados ou sem comprovação de renda, enquanto que o pacote de 5kg de arroz chega a custar, no segundo semestre de 2020, R\$ 40,00⁹⁰.

Essa síntese contemporânea remete a realizar o caminho de retorno agora para a gênese da assistência social como política social de seguridade social brasileira.

2.5.1. Do mito da assistência social ao mito da política de assistência social na seguridade social

Na Constituição de 1988 foi promulgado o tripé da seguridade social brasileira, formado pela previdência social, saúde e assistência social. A ideia de que a legislação garantiria a ruptura da assistência social com o assistencialismo fez, e faz até hoje, muitos autores defenderem ativamente o que se operacionalizou no Brasil como política pública de direito. Contrariando essa análise, acredito que por fora das conquistas estruturantes de trabalho, salários e regulamentações trabalhistas, além de uma saúde, transporte e educação públicas de qualidade, não há possibilidade de se orquestrar uma política de assistência, mas sim mais do velho assistencialismo, agora modernizado aos interesses do neoliberalismo.

No Brasil, em 1988, optou-se por uma política de seguridade social ao invés de seguir a tradição beveridgiana. Ainda assim, nos primeiros anos de vigência da constituição, Mota (2010) constatou que havia uma centralidade em torno da previdência social, portanto, da lógica contributiva em detrimento das políticas de cunho universal, dentro da seguridade social, a saúde e a assistência.

⁸⁹ Segundo o DIEESE, o salário mínimo nominal que em dezembro de 2019 estava em R\$ 998,00, para garantir acessos mínimos para as famílias brasileiras (salário mínimo necessário) deveria ser de R\$ 4.342,57. Já em março de 2020 o salário mínimo estava em R\$ 1.045,00, e o salário mínimo necessário era de R\$ 4.383,20. DIEESE. Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. Salário mínimo nominal e necessário. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salariominimo.html>>. Consultado em 17 Abr. 2020.

⁹⁰ CIRILLO, B. Arroz chega a custar R\$ 40, e setor diz que preço deve continuar em alta... Economia Uol. Publicado em 08 Set. 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/08/preco-do-arroz-dispara.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 06 Out. 2020.

A perspectiva de universalidade minimamente das políticas de seguridade social, ainda que tenha sido garantida na Constituição de 88, jamais atingiu o tom de universal, tanto em matéria de organização, como de administração e de financiamento. Em meados dos anos 2000, contudo, Mota avaliou que estaria ocorrendo um movimento inverso que agora centralizava as ações na política de assistência social, com a característica de política estruturadora e não mediadora de acessos também às demais políticas e direitos, como é o caso do trabalho.

Esse fenômeno tem articulação direta com a denominada *crise da sociedade salarial*. Nestes termos, com os novos arranjos decorrentes das transformações no mundo do trabalho, ou seja, com a precarização das relações de trabalho, as terceirizações, a crescente informalidade, o aumento da composição orgânica do capital, representado no movimento no qual o componente do trabalho vivo, aquilo que Marx chamou de capital variável, seja cada vez menor em função do capital constante; a expulsão da fábrica e a eliminação dos postos de trabalho, o desemprego estrutural, o trabalho assalariado e protegido transforma-se em peça de museu (SITCOVSKY, 2010, p. 153).

Ao invés de acesso a trabalho com salários corrigidos, segundo a necessidade de poder aquisitivo para se viver com qualidade de vida no Brasil, a crescente pauperização relativa foi tratada como caso de assistência social em conformidade com as transferências de renda como políticas de combate à pobreza.

Essa ideia não surge a esmo, “Em tal contexto, um dos instrumentos de repolitização da política, como parte da *pedagogia da hegemonia*, consistiu em definir este segmento de classe como ‘excluídos’ e os programas de Assistência Social como estratégias de inclusão” (MOTA, 2010, p. 141).

A síntese deste projeto é o mito da assistência social, cujo cerne é o papel que ela assume naquela conjuntura, circunscrito da seguinte forma,

Instala-se uma fase na qual a Assistência Social, mais do que uma política de proteção social, se constitui num mito social. Menos por sua capacidade de intervenção direta e imediata, particularmente através dos programas de transferência de renda que têm impactos no aumento do consumo e no acesso aos mínimos sociais de subsistência para a população pobre, e mais pela sua condição de ideologia e prática política, robustecidas no plano superestrutural pelo apagamento do lugar que a precarização do trabalho e o aumento da superpopulação relativa tem no processo de reprodução social (MOTA, 2010, p. 141).

Assim, tais “incluídos” são facilmente capitulados pela proposta conciliadora de classes, o que contribuiu, no caso brasileiro, para acirramento do apassivamento da esquerda, uma vez que contribui para a despolitização das pautas imediatas e mediatas de luta da classe trabalha-

dora, além de transferir para o indivíduo a culpa, ou tratando-o como “vítima da falta de oportunidade”, retirando de cena a contradição que está implícita na exploração da classe trabalhadora e na necessidade do capital de abastecimento da superpopulação relativa.

As transferências de renda, ainda de forma irrisória, inserem essa superpopulação no que tange ao acesso ao consumo. Ainda que por baixo, sabe-se que grande parte dessas famílias complementam suas rendas com o Programa Bolsa Família ou com o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A ideia de inserção pelo consumo, assim como a ampliação das possibilidades para a classe trabalhadora como um todo, cria novos nichos de mercado,

[...] na caça frenética pela recomposição da taxa de lucro, repercutiu diretamente na mercantilização dos serviços sociais, da qual, a educação, a saúde e o sistema previdenciário são emblemáticos. Este último possui uma particularidade que o diferencia dos demais; nos referimos à constituição de fundos de pensão privados como um dos espaços privilegiados do capital financeiro (SITCOVSKY, 2010, p. 152).

Pode parecer maçante, mas é importante destacar que embora a LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) seja de 1993, o esboço mais detalhado de como deveria ser pensada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi lançado somente em 2004. A reconhecida necessidade de se operacionalizar políticas estruturantes como sistemas únicos de nível nacional e universal gerou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) em 2005, que, em sinceridade, não nos parece efetivamente pensado para esse fim, mas muito mais uma cópia do SUS (Sistema Único de Saúde).

Essa crítica se deve principalmente às divisões entre serviços de atendimento básico e serviços de atendimento especial. O caráter assistencialista que tanto se buscou romper, na cotidianidade do exercício profissional, revela-se como “mais do mesmo”.

O caráter conservador do SUAS se escancara com a sua proposta de centralidade da família na política de assistência social, pois implica em denotar à proteção social o reforço da questão de gênero/sexo.

Ao falarem em família no Brasil, leia-se: mulher-mãe-trabalhadora, majoritariamente negras. Esta é a que será convocada, responsabilizada, culpabilizada e que, assim, deverá se “empoderar” — no bom português, deverá se virar sozinha — para superar tal condição.

A essas mulheres são exigidas atividades no êxito e desenvolvimento dos programas de assistência social que têm a renda mínima como benefício. Seus saberes, *competências de gênero* e capacidade de trabalho são disponibilizados e seu tempo é de usufruto gratuito por parte do Estado (DUQUE-ARRAZOLA, 2010, p. 244).

Propõe-se uma pirâmide, cuja base é a família, ou melhor, a mulher-mãe-trabalhadora negra e não negra, estando o Estado capitalista e o mercado mais ao topo da pirâmide para intervir somente em momentos de suposta “falha”. Trata-se, portanto, de um modelo de proteção social *familista*⁹¹.

O familismo é justamente esse aumento de carga nas costas dessas mulheres-mãe-trabalhadoras, que além de já estarem em uma sociedade classista, patriarcal, machista, racista e heterossexista, ainda lidam com mais esse instrumento de ampliação da desigualdade de sexo/gênero. Sim, embora as legislações tenham avançado, a estrutura social não avançou. O problema está em construir formas jurídicas para reformar a sociedade capitalista, ignorando a necessidade de construir uma outra ordem societária de bases igualitárias para que se possa absorver valores mais igualitários de produção, transformando objetivamente a base econômica e social, obtendo condições subjetivas, culturais e políticas que correspondam aos interesses ontológicos. Enquanto isso não ocorrer o filho/a continuará sendo o filho/a “da mãe”.

A PNAS coloca a matricialidade sociofamiliar como princípio de suas ações, principalmente para as ações da proteção social básica, que foi pensada para fortalecer vínculos familiares e comunitários, de cariz preventivo, devendo “potencializar” o papel preventivo da família.

De acordo com a PNAS, a família possui a função social de “prover a proteção e a socialização dos seus membros; converter-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; identidade grupal [...]” (BRASIL, 2004, p. 35). Reforça-se o papel social da família aos moldes burgueses, ou seja, no caso da classe trabalhadora, para reproduzir seres capazes de vender sua força de trabalho.

As pesquisas de Duque-Arrazola comprovaram que,

[...] o uso e usufruto gratuito dos *tempos sociais femininos* pelo Estado, mediante suas políticas sociais, se configuram como uma nova forma de opressão-exploração das mulheres e de sua capacidade ou da sua força de trabalho, na medida em que esse uso dos *tempos sociais sexuais* e da capacidade de trabalho das mulheres garante a implementação de políticas sociais públicas a baixo custo, no processo estatal de produção e reprodução das condições de reprodução ampliada do capital. Nesse sentido, podemos dizer que a *valorização* do sujeito feminino como partícipe da política de assistência social é uma *forma de reificação* do trabalho doméstico da reprodução, reproduzido e simbolizado como um *não-trabalho* e sem valor (DUQUE-ARRAZOLA, 2010, p. 245).

Assim, além do trabalho doméstico das mulheres-mães-trabalhadoras e das filhas da classe trabalhadora já ser invisibilizado e desvalorizado, ser considerado aquele que não gera

⁹¹ Para maiores informações: MIOTO, R.C.T. CAMPOS, M.S. CARLOTO, C.M. (Orgs.). Familismo, direito e cidadania: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

valor e mais-valor diretamente, agora ele ainda é incorporado à estratégia de enfrentamento da pobreza via política sociais. Nessa relação, a mulher-mãe-trabalhadora além de ser mais uma vez explorada, ainda é oprimida e culpabilizada, ao se tomar as opressões estruturais de classe, raça, gênero/sexo e sexualidades como aspectos da singularidade de cada “família”.

Na proteção social básica realizada pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRASs) é possível identificar que muitos dos serviços continuaram muito mais a fiscalizar e servir de via de comunicação entre o governo federal e as famílias receptoras das transferências de renda, ou ainda, como intermediadores do acesso aos benefícios eventuais, ou, com sorte, servindo de muro de lamentações para a classe trabalhadora, já que dificilmente se consegue construir perspectivas de superação de níveis de consciência individualmente ou de forma grupal sem as devidas mediações necessárias, ou seja, sem trabalho, sem salário, sem acesso à educação, saúde e outras políticas estruturantes.

A proteção especial, ironicamente, seria para aqueles que estariam em maior vulnerabilidade, mas o que de fato caracteriza uma família em vulnerabilidade? Para quem já atuou na política de assistência social e a estuda há mais de 10 anos, como é o caso desta pesquisadora que vos fala, não há dúvidas de que houve uma intenção de se ofertar mais espaços com a equipe técnica para famílias que estão com alguma condição de violência intrafamiliar, descartadas situações de violência de rua e a própria violência que, se não gera, amplia e aprofunda todas as outras, que surge com a cisão da sociedade em classes e se aprofunda com a exploração da classe trabalhadora e as formas ideológicas de opressão.

A média complexidade se destina a famílias que estão com alguma condição de violência intrafamiliar, mas que não possuem vínculos rompidos, ou seja, contextos em que, em sua maioria, há a convivência com o/a agressor/a, ou a iminência de o/a agressor/a acessar aquela família, ou ainda, oferta-se atendimento para casos que já estiveram em condição de violência e que hoje vivem com resquícios daquela condição.

Na alta complexidade os vínculos familiares estão rompidos, o que pressupõe que, na falta da comunidade, o Estado capitalista deva se apresentar — resalto que não concordo com essa ordem de responsabilidades entre família, comunidade e Estado. O Estado capitalista se apresenta na forma de serviços extremamente seletivos, que muito mais dificultam a entrada destas e destes trabalhadores nesses espaços, do que garantem algum acesso, tendo em vista que as restrições desconsideram em gênero, número e grau as características da classe trabalhadora, por exemplo, em situação de rua.

Essas/es são as/os trabalhadoras/es que compõem a superpopulação relativa e/ou estagnada, que já nem saem mais em busca de empregos, ou que se recusam a se submeter a condições aviltantes de vida. Trabalham à sua maneira nos faróis dos principais centros comerciais das cidades e dependem da filantropia para receber as esmolas, pois, para receber o vale do Bom Prado⁹², eles precisam entrar no serviço, para entrar eles não podem estar sob nenhum efeito de substâncias psicoativas, nem mesmo portar qualquer substância, entre outras exigências como documentação, cadastro no serviço e CADUN (Cadastro Único).

Os abrigos também participam das mesmas condições restritivas, seletivas, por exemplo, não permitem abrigar famílias inteiras, mas somente os adultos, o que faz com que muitas mulheres-mães tentem se esconder e esconder seus filhos/as para que não sejam levados para acolhimento em instituições para crianças e adolescentes, o que provavelmente acarretará em mecanismos de burocratização extremos para que essa mulher volte a minimamente visitar essa criança.

Adicionemos a isso a desresponsabilização estatal, precarização do trabalho via “parcerias” com Organizações Sociais sob a fiscalização e gestão dos CRASs e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREASs) como apoio técnico. Ainda de acordo com os estudos de Sitcovsky,

A quase inexistência de unidades públicas de assistência social nos municípios, somada a sua frágil capilaridade no país, conduziu à reedição, ou melhor, à persistência de traços caritativos e filantrópicos. Porém, desta feita, sobre o invólucro da política de *parcerias, do solidarismo e do voluntariado moderno*. Na verdade, sob o desígnio de *novas bases para a relação entre o Estado e a sociedade civil*, o velho se recompõe e assume nova roupagem (SITCOVSKY, 2010, p. 163, grifos do autor).

Há nitidamente uma remontagem da mesma peça com novos atores e produção modernizada, não foi a primeira vez e não foi a última, mas espero que encontre o seu fim prontamente. Considerando a crítica de Marx (2010c), mais uma vez, acerca da crítica à ideologia de que o Estado capitalista é a expressão dos interesses da sociedade civil, como se a sociedade civil representasse a todos os cidadãos, formalmente, aqueles que adquirem o *status* de cidadão deveriam ter seus interesses regulados pelo Estado, não fosse este o Estado capitalista, forma política da sociedade burguesa.

Em contrapartida, a ideologia da sociedade civil é bastante funcional à desresponsabilização do Estado capitalista pelas garantias efetivas dos direitos sancionados. É por essa via que

⁹² Programa do governo do Estado de São Paulo, que garante uma refeição por meio de um vale fornecido, por exemplo, no município de Campinas, pela equipe técnica do Centro POP (Centro de Referência Especializado para pessoas em situação de rua).

o Estado tem realizado grande parte de suas ações, reduzindo os custos pela terceirização dos serviços, financiando ou cofinanciando instituições do “terceiro setor”, pessoas jurídicas, de interesse público, movida pela “ação solidária” dos cidadãos.

As análises que sustentam esta perspectiva têm partido, na grande maioria das vezes, das transformações ocorridas no âmbito do Estado. Tais análises operam uma fratura entre o econômico, o político e o social. Fratura esta que sustenta a tese da existência de um *terceiro setor*. Mas estas vão além e constroem a ideia de uma nova sociedade civil, esvaziada dos interesses de classe e preta de altruísmo, solidariedade: a esfera por excelência da colaboração entre as classes, ou melhor, entre os indivíduos, pois as classes sociais foram dissolvidas nestas análises e nem mesmo comparecem como elementos constitutivos da realidade (SITCOVSKY, 2010, p. 164, grifos do autor).

Nestes termos é que o político é remetido ao Estado capitalista, o econômico ao livre mercado e o social é descaradamente transferido para a chamada sociedade civil, na realidade, para o extrato da sociedade burguesa que paga impostos e algumas organizações, já que grandes empresas e fortunas não são taxadas.

O termo *terceiro setor* não poderia ter surgido em um país mais neoliberal que os EUA, na defesa do associativismo civil e voluntariado, marcados por um sentimento liberal clássico, mas tendo por base o postulado do individualismo exacerbado, em nossa opinião neoliberal de inspiração hayekiana (HAYEK, 2010). Acreditam que a intervenção do Estado capitalista gera a servidão, os indivíduos preguiçosos se tornariam ainda mais preguiçosos e estagnados na condição de beneficiários do Estado capitalista. A solução para esta perspectiva é o livre mercado, entretanto, o toque *humanista-cristão* faz com que a tal “sociedade civil” se sinta na obrigatoriedade de ser filantrópica e solidária.

“No Brasil o termo *terceiro setor* está muito próximo a outras duas expressões: *o público, porém privado* (Rubens César Fernandes) e *o público não-estatal* (Bresser Pereira). Ao que tudo indica, o termo foi introduzido no Brasil pela Fundação Roberto Marinho (Ioschpe, 1997 *apud* Montaña, 2002)” (SITCOVSKY, 2010, p. 165, grifos do autor). A polissemia da entrada do termo *terceiro setor* no Brasil nos lembra do tema a ser aprofundado no próximo capítulo, acerca do “*empowerment*” e a ideologia do “empoderamento”, bem como sua entrada no Brasil e a polissemia que o ronda. Nos parece evidente que as estratégias norte-americanas, que não sejam para compor e recompor sua condição de hegemonia no imperialismo, são mais do que furadas, esse navio já naufragou, então por que a insistência nas cópias?

A análise que defende que durante a ditadura civil militar do pós-64 houve uma fratura entre “sociedade civil” e Estado capitalista não se sustenta, já que este Estado capitalista ditatorial militar respondeu assiduamente aos interesses do grande capital, haja vista que o golpe

de 64 não foi apenas militar, mas civil, por meio da aliança militar com a burguesia nacional, como uma contrarrevolução preventiva.

A crise da ditadura civil-militar, a partir da metade da década de 70, se construiu pela luta de classes no interior da sociedade burguesa brasileira, momento em que as ideias da classe dominante se viram confrontadas pelo que veio a ser o programa democrático popular, mas que surgiu embebido de conteúdo revolucionário socialista pela formação do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A despeito das defesas de que há uma ausência de “Estado” no Brasil, ou a necessidade de se “ampliar” a participação neste “Estado”, o que precisa ser destacado é que: 1) o Estado é burguês, na particularidade brasileira, é o Estado capitalista periférico, o que pressupõe uma estrutura classista, patriarcal, machista, racista e heterossexista, garantida nesta forma política, ou seja, por mais que façamos posicionamentos contra-hegemônicos no interior desta forma política, não há possibilidade da transformação da essência do Estado, pois ele é burguês; 2) essas defesas servem em grande medida para cancelar as diretrizes das agências multilaterais.

Por todos esses elementos sinalizados até este momento, e, retomando o início deste excursus, quando Marx (2010c) alertava sobre o papel da assistência social ainda no século XIX e do Estado burguês, bem como refletindo sobre toda a crítica de Trotsky, Lênin e do próprio Sitcovsky, assim como Mota, Behring e Boschetti, não restam dúvidas de que assim como o capital apresenta o pauperismo como um aspecto da natureza desta sociedade, em tempos de acirramento da luta de classes em que os interesses do capital estão em jogo, a assistência social é reavivada com louvor pelos mesmos para camuflar, ainda que mal e porcamente, os efeitos da extração desenfreada de valor e mais-valor da classe trabalhadora.

O sociometabolismo capitalista apresenta como natural não apenas o pauperismo, como também são naturalizadas as ideologias que aprisionam determinados grupos a essa condição violenta de ausências, insuficiências, no Brasil, negras e negros, mais ainda as mulheres negras, caricaturadas na cena nacional e mundial como recurso natural para a sociedade dividindo-as, conforme bem conceituou Lélia Gonzalez (2019), entre: mães-pretas, mulatas exportação e negas ativas, todas reprimidas, já que ao se casarem com uma mulher negra, os homens querem a mucama, responsável pela reprodução social da casa e da vida sexual do parceiro ou parceira.

Nestes termos é que lutar pela política de assistência social parece inversamente proporcional à luta da classe trabalhadora. É óbvio e ululante que não se pretende acabar com a política de assistência social e destinar um contingente da classe trabalhadora à miséria e à fome, conforme tem ocorrido a partir do desgoverno Bolsonaro com a Ministra Damares.

Contudo, assim como não há conteúdo emancipatório humano no Estado capitalista, bem como não há nas políticas sociais realizadas nesta lógica, também não há na política de assistência social, apesar da luta realizada pelos trabalhadores sociais que movem uma postura contra-hegemônica indispensável no interior das instituições.

Não há pessimismo nessas colocações, mas o esclarecimento quanto aos limites da emancipação política que já estão dados, e o direcionamento de que, por fora da articulação das lutas por políticas estruturantes, a luta pela política da assistência social é necessariamente oposta ao projeto societário revolucionário.

Estou convencida de que não podemos ver na miséria somente miséria, mas a miséria do capital e não da humanidade, nesse sentido é que acredito que essa miséria do capital, miséria do patriarcado, miséria da racialização da vida, das diferenças como desigualdades e nichos de mercado, também acaba por ser a chave de organização da classe trabalhadora, que ao considerar sua heterogeneidade, grupos sociais e necessidades, pode construir a estratégia coletiva por uma sociedade humanamente emancipada.

Não obstante, analisando o governo de Jair Bolsonaro, com relação à política de assistência social tivemos várias expressões de que a retirada de direitos sociais, desta vez, não será abafada com mais política de assistência social nos moldes acima citados, mas com propostas ultraconservadoras, como o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que se propõe a retomar os princípios e a moral da família cristã brasileira, somada à estratégia de sucateamento dos espaços institucionais de participação social, da desarticulação das organizações das/os trabalhadoras/es e da transferência de renda como meio de controle, apassivamento e ganho de votos para 2022 junto aos mais pauperizados.

Trata-se de um constructo totalmente articulado por um projeto ultraconservador, com características notoriamente fascistas e reacionárias, para além da decomposição de toda a arquitetura que, ainda que não de forma universal, já havia sido implementada a muito custo, com lutas sociais, ombro a ombro.

No cenário atual, o *familismo* que já era alvo de crítica na política de assistência social dos anos mistificadores dos governos PT, que a negavam sob a justificativa de estarem “empoderando” as mulheres da classe trabalhadora pelo estímulo ao consumo, agora usa estas vestes de bom grado para justificar o enquadramento das famílias em caixinhas, como prerrogativa para que encontrem uma oportunidade no mercado.

Esses foram os elementos que paulatinamente interpelaram esta autora, perante a necessidade de criticar as propostas de enfrentamento à violência contra a trabalhadora negra e não negra.

Dentre as estratégias de enfrentamento, uma das que mais incomodam a perspectiva da esquerda mais radical é a estratégia de “empoderamento”.

Eliana Pereira da Silva (2020) teve a oportunidade de pesquisar a realidade das mulheres negras de diversos coletivos da Zona Sul de São Paulo. Em suas palavras, ainda que seja necessário ressaltar a importância do autocuidado para a consciência e para o engajamento em lutas coletivas mais amplas,

Os enfrentamentos e as denúncias sobre as diferentes formas de violência e objetificação das mulheres é realizada, sobretudo, a partir da produção e mediação com arte: poesia, artes plásticas, grafite, contos, entre outros. [...] O desafio e as contradições do nosso tempo são desafios para as novas gerações que precisam se manter alertas sobre *os perigos que envolvem ficarmos presos ao debate do empoderamento* sem trazer luz sobre outros tipos de relações, inclusive sobre a ideia de uma falsa liberdade [...] (SILVA, 2020, p. 224, grifos meus).

Ou seja, as formas de capitulação das estratégias de “empoderamento” com vistas a traduzir autocuidado como a liberdade possível — falsa liberdade — para as mulheres negras são alvo de preocupação, conforme alerta a autora.

No movimento de participar o/a leitor/a das angústias, análises e pesquisas acerca da condição de violência vivenciada pelas filhas negras e não negras da classe trabalhadora, passo agora a analisar como esse debate chega ao Serviço Social historicamente.

O que foi apresentado ao Serviço Social e, como hoje, esses/as trabalhadores/as assalariados/as do Estado capitalista enfrentam não apenas as contradições vivenciadas por essas mulheres em atendimento, como também lidam com as contradições e disputas teórico-práticas e ético-políticas dentro da categoria profissional, entre avanços e retrocessos, e como também lidam com o gerencialismo e a dessubjetivação do trabalho nos serviços do Estado capitalista, terceirizados ou diretamente operacionalizados.

CAPÍTULO 3. TENTATIVAS DE CAPTURA DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO PELO PROJETO SOCIETÁRIO NEOLIBERAL

A atuação do Serviço Social, distante de romantizações, deve considerar que “É preciso ensinar ao povo [à classe trabalhadora] *horrorizar-se* consigo mesmo, para insuflar-lhe *coragem*” (MARX, 2010, p. 36, grifos do autor). Marx se vale desta frase em um momento de crítica à sociedade alemã, no entanto, remete ao exercício profissional que se propõe não a ensinar propriamente, mas a construir elementos junto aos atendidos que reverberem em suas ações. Em outras palavras, o trabalho com a consciência não é acolhedor por ajudar a alguém, mas por provocar reflexões acerca das mais diversas contradições da sociedade. Não somente indignar, mas ir além, à medida em que o processo de consciência permita, superando a filosofia e exercendo a filosofia das práxis, ou seja, contribuindo para a organização coletiva em prol das lutas imediatas e mediatas da classe trabalhadora.

A contramão disto pode ser encontrada em Amartya Sen, teórico do projeto neoliberal voltado para a conciliação de classes, expoente da economia política representando a “terceira via”. Destaca-se a defesa de que a contradição desta sociedade pode ser amenizada se as ofertas de *oportunidade* respeitarem a *liberdade privada*, o que para ele seria respeitar as capacidades e anseios de cada indivíduo.

A solução para amenizar a desigualdade social estaria no mercado competitivo, desde que todos tenham acesso à educação básica e à saúde básica. O autor chama isso de humanizar as oportunidades e a competitividade, que para ele seria necessária e inevitável ao bom andamento do mercado.

De acordo com este postulado, as políticas sociais estariam totalmente voltadas para a renda, e não para a garantia de oportunidades. As tais garantias de oportunidades estão atreladas às diretrizes para os países de “Terceiro Mundo” ditadas tanto pelo Banco Mundial, como pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e pelas principais agências internacionais de orientação neoliberal. Assim, o autor recomenda que para obter trabalhadores/as mais motivados, é preciso ofertar melhores acessos a oportunidades mínimas e focalizadas.

Tais teorias possuem um apelo tão grande para as lutas imediatas da classe trabalhadora que, não aleatoriamente, identifica-se certo flerte do Trabalho Social e Serviço Social com as teorias senianas, como nos escritos da FITS (Federação Internacional de Trabalho Social)⁹³ em

⁹³ A Federação Internacional de Assistentes Sociais (FITS) foi fundada em 1928 em Paris, tendo seu exercício interrompido pela Segunda Guerra Mundial. Em 1950, também em Paris, na Conferência Internacional de Bem-

2001, que assim divulgava o constructo teórico-metodológico do Trabalho Social a nível global:

A metodologia do trabalho social apoia-se num conjunto de conhecimentos empíricos e resultantes de investigação e de avaliação de experiências práticas, incluindo conhecimentos específicos, inerentes a determinantes contextos locais. O trabalho social tem em conta a complexidade das interações entre os seres humanos e o meio que os rodeia e a capacidade destes, apesar de afetados por isso, de estarem preparados para as modificarem incluindo os fatores de âmbito biopsicossocial. O exercício desta profissão apoia-se em teorias de desenvolvimento de comportamento humano e ainda de sistemas sociais para analisar situações complexas e proporcionar transformações a nível individual, organizacional, social e cultural. (FITS, 2000, p. 1).

De inspiração funcionalista sistêmica, priorizando o conhecimento empírico, acaba por tomar por base uma fundamentação teórica psicologizante pelas teorias do desenvolvimento humano e comportamental. Embora no Brasil e na América-latina tenha ocorrido um movimento de ruptura com o humanismo cristão e funcionalismo sistêmico, muitos trabalhadores sociais e/ou Assistentes Sociais ainda se orientam por essas perspectivas.

Contudo, uma coisa é existirem grupos de assistentes sociais e trabalhadores sociais a nível global que se orientem por estes postulados, outra coisa é uma organização representativa da categoria a nível internacional passar a mensagem de que há consenso nessa definição. Há disputa entre vertentes. O que não retira, todavia, a evidência de que Amartya Sen inspira muitas/os trabalhadoras/es sociais ou assistentes sociais pelo mundo.

Como todo projeto coletivo é orientado a algum projeto societário, essa inspiração seniana representa uma das tentativas de capitulação do projeto profissional mundial do Serviço Social pelo projeto societário neoliberal em detrimento do projeto societário revolucionário.

Essa pesquisa proporcionou o contato com outras formas de consciência crítica, forjadas por sua história e trajetória por meio de leituras de livros, artigos e teses do Serviço Social, como também por participações em eventos, como: o XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), no ano de 2018; o XXII Seminário Latino Americano de Trabajo Social, na cidade de Bogotá em 2018, a IX Jornada Internacional de Políticas Públicas, na

estar social, definiu-se por sua reabertura. Retomando suas atividades somente em 1956, em Munique. A FITS atualmente representa como instância máxima 129 países membros, subdividindo-se em cinco regiões: 1-África, 2-Ásia e Pacífico, 3-Europa, 4-América Latina e Caribe e 5-América do Norte (EUA e Canadá). O objetivo central da federação é o fortalecimento da justiça social, dos direitos humanos, assim como do desenvolvimento social, promovendo o trabalho social. Dedicar-se ainda a atingir melhores modelos de práticas e a cooperação internacional da categoria. Para maiores informações acesse: CFESS na Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS). CFESS. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/cfess-na-fits#:~:text=CFESS%20%2D%20Conselho%20Federal%20de%20Servi%C3%A7o%20Social&text=A%20origem%20da%20Federa%C3%A7%C3%A3o%20Internacional,Permanent%20Secretariat%20of%20Social%20Workers>>. Acesso em 22 Set. 2020.

UFMA em 2019, e o 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 2019; momentos em que foi possível estabelecer diálogos com trabalhadoras/es assistentes sociais da área. Isso ocorre muito e não deve ser desprezado como muitas perspectivas sectárias prezam. É preciso conhecer, respeitar a construção do sujeito em sua trajetória, para então buscar elementos que permitam o debate e a construção de superação de níveis de consciência.

Marx e Engels contribuem no processo reflexivo sobre esses elementos pelo livro *A ideologia Alemã*, fruto de um encontro que provocou um avanço teórico-metodológico em ambos e uma primeira aproximação de Marx com os elementos da Economia Política que, anos depois, seriam fundamentais para a produção de suas obras mais célebres e aprofundadas. A partir dos estudos e da perspectiva aqui adotada,

[...] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou se representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, com base no processo real da vida, apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos [. *Reflexe*] e ecos ideológicos desse processo de vida (MARX, ENGELS, 2009, p. 31).

Esse coletivo representa uma síntese possível do processo real da vida de seu tempo histórico.

Nestes termos é que o “empoderamento”, assim como a “oportunidade”, são frutos da aparência imediata que se autonomiza e retorna de forma estranhada para os sujeitos, retorna na forma de ideologia, partindo de uma consciência invertida, que gera uma noção invertida da realidade, em que a lógica do individualismo e da concorrência reduzem o sujeito à condição de concorrente, que havendo interesse e capacidades poderá acessar conteúdos e “oportunidades” que o “empoderem” para que assim talvez acesse condições cada vez menos piores de vida. Mas, se

A consciência [*das Bewusste*] nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente [*das bewusste Sein*], e o ser dos homens é o seu processo real da vida. Se em toda a ideologia os homens e as suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, é porque esse fenômeno deriva do seu processo histórico de vida da mesma maneira que a inversão dos objetos na retina deriva do seu processo diretamente físico de vida (MARX, ENGELS, 2009, p. 31, grifos meus).

Essa relação é marcada pela ideia da ajuda, do favor, da esperança e que, invertidas sob essa ótica manipulatória, estimulam a busca e a gratidão por acessar o trabalho assalariado.

A partir da elaboração do contrato violento do trabalho assalariado, pelas necessidades postas para o/a trabalhador/a, na concretude de sua vida cotidiana, o empregador aparece como uma “mão estendida”, uma esperança de dias melhores, o que gera esse sentimento de gratidão por se colocar em exploração. Isso se confirma pelos discursos neoliberais defendendo que a

gratidão aos empresários é legítima por eles decidirem investir seus recursos na produção e gerarem empregos, pois, segundo esta perspectiva, os burgueses poderiam investir no mercado financeiro para evitarem “dores de cabeça”.

Quanto mais unilateral, isto é, quanto mais perfeito é o intelecto político, tanto mais ele crê na onipotência da vontade e tanto mais é cego frente aos limites naturais e espirituais da vontade e, conseqüentemente, tanto mais é incapaz de descobrir a fonte dos males sociais (MARX, 2010c, p. 62).

As ideias da classe dominante e de seus ideólogos podem realmente se voltar, em alguns raros casos, para essa tentativa de humanizar o capitalismo, compreendendo-o como a melhor forma de sociabilidade possível, assim como foi com Adam Smith.

Diferente da época de Adam Smith, século XVIII, entretanto, hoje está mais que evidente que os custos de manutenção do capitalismo são violentos e deletérios, não só para a classe trabalhadora que sustenta a base social desse modo de produção, como também para o planeta e para a própria forma de sociabilidade. Cada vez mais a violência, o individualismo, a própria ideia de competitividade faz desumanizar a humanidade enquanto humaniza as coisas e destrói o mundo. Em outras palavras, coisificam as relações e reificam e justificam suas ações por reificações.

Por essa razão, a pura representação daquele que cria parece estar acima da sua realização material, o criador acima daquilo que ele criou. [...] O traço comum reside metodologicamente na destruição idealizada dos complexos dinâmico-concretos, em cuja interação está fundado o ser social, o que faz surgir uma falsa polarização: de um lado, uma subjetividade criativa abstrata (logo, transcendente); do outro lado, uma conexão mecanicista igualmente abstrata entre “coisas” (muitas vezes apenas: reificações). A manifestação mais clara de que os dois extremos se completam encontra-se em concepções de mundo dos séculos XVII e XVIII, baseadas de modo mecanicista na necessidade, mas dos quais faz parte também um criador abstrato do mundo, que deu corda uma vez para sempre nesse “relógio universal”] (LUKÁCS, 2013, p. 396).

Por este motivo, problematizar e combater essa lógica que traz o mundo aos moldes burgueses é crucial. Embora obviamente não seja papel de uma profissão transformar uma sociedade, o Serviço Social pode e deve se colocar criticamente a favor e participar das lutas imediatas e mediatas da classe trabalhadora, o que inclui a revolução pelo projeto societário comunista — disputa entre classes, de projetos societários pela hegemonia.

Atualmente, regido pelo projeto neoliberal como aquele que corresponde aos interesses universais, esse sociometabolismo obscurece a relação social do trabalho que cria valor e mais-

valor pela transformação da natureza, assim como atinge as práxis de segunda ordem⁹⁴, relação essa que só pode ser estabelecida e bem sucedida quando a força de trabalho é consumida no processo de produção, e realizada na venda do produto final. Portanto, há um sistema estabelecido, não só econômico, como político, social e cultural.

Desta feita, ao se colocar com aparente autonomia, a ideologia de manipulação esconde a estrutura social criada pelo ser social equivocado, invertido. Marx e Engels explicam de forma mais contundente esse processo:

A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média as ideias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. *As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal [ideell] das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias do seu domínio.* Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, *é evidente que o fazem em toda a sua extensão e, portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias do seu tempo; que, portanto, as suas ideias são as ideias dominantes* (MARX, ENGELS, 2009, p. 67, grifos meus).

Na sociedade burguesa o sol do universal se põe e as mariposas se veem impelidas a voar para a lâmpada do privado (LUKÁCS *apud* COTRIM, 2009, p. 263).

Essa lógica contraditória naturaliza a desigualdade social, em outras palavras e mais profundamente, naturaliza a “questão social” e elementos constitutivos como a miséria do patriarcado, o racismo e a LGBTQIA+fobia, que são cada vez menos questionados com o horizonte de sua possibilidade concreta de superação em unidade, como pressuposto para uma construção social de liberdade universal, que negue as opressões, discriminações e desigualdades sociais.

Contrariando esses preceitos, a concorrência impera nestes tempos de barbárie, espaço-tempo em que o individualismo exacerbado se apresenta capitulando até mesmo coletivos críticos, norteados por projetos societários que ofertam a “*oportunidade humanizada*” e outras formas “*empoderadoras*”, predestinando o indivíduo a superar todas as adversidades, que são fruto da estrutura social, a partir de suas próprias “forças”, individualmente. Esse isolamento

⁹⁴ Essa categoria marxiana corresponde a toda e qualquer atividade humana que não transforma a natureza, mas que surge a partir das necessidades geradas pelo processo de complexificação das sociedades e do modo de produção capitalista, pois são necessidades criadas no processo de produção de valor. Tais atividades podem ou não agregar valor ao processo de produção de capital, embora adquiram, de maneira geral, a forma mercantil, como por exemplo, do trabalho assalariado. Ensinar, atuar, cantar, orientar são atividades de práxis de segunda ordem.

gera críticas moralistas, fragmentações e, ao mesmo tempo, o esfacelamento daqueles que sobrevivem e vivem do trabalho em tempos de capitalismo em decomposição.

Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida [55] em que têm de travar uma luta comum contra uma outra classe; fora disso, contrapõem-se de novo hostilmente uns aos outros, na concorrência. Por outro lado, a classe autonomiza-se, face aos indivíduos, pelo que estes encontram já predestinadas as suas condições de vida e, com esta, o seu desenvolvimento pessoal; estão subsumidos a ela. É esse mesmo fenómeno que a subsunção de cada um dos indivíduos à divisão do trabalho, e só pode ser eliminada por meio da superação da propriedade privada e do próprio trabalho (MARX, ENGELS, 2009, p. 93-94, grifos meus).

O desafio posto, não para uma profissão, mas para a classe trabalhadora, portanto, é atingir a unidade de classe se reconhecendo para si. À profissão contudo, cabe posicionar-se enquanto sujeito político coletivo, o que requer não apenas compreender a perspectiva de classe, que é central por sua capacidade de coalisão de interesses e prioridade ontológica, mas requer compreender também e com igual rigor as contradições existentes no interior das classes, constitutivas das sociedades de classes e que no capitalismo ganham contornos atualizados, sendo elas a questão do racismo, da miséria do patriarcado — que se justifica na irracionalidade do neoconservadorismo em tempos neoliberais — e da questão LGBTQIA+.

O processo de pesquisa realizado até este momento buscou garantir elementos que agora se farão presentes nos diálogos com a história da profissão, bem como na compreensão dos espaços sócio-ocupacionais em que se inserem as/os assistentes sociais como trabalhadoras/es assalariadas/os do Estado capitalista, atuando na política de assistência social com mulheres trabalhadoras em condição de violência doméstica.

3.1. Sincretismo e Serviço Social: um campo fértil para a ideologia de “empoderamento”

Os fundamentos do Serviço Social são formados por um conjunto de dimensões, intimamente atreladas à história. As dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica estão hoje hegemonicamente baseadas na perspectiva teórica social crítico-dialética marxista, voltadas para o trabalho na interface entre Serviço Social e sociedade.

O Serviço Social é construído por mediações que só podem ser compreendidas no movimento da sociedade, que é histórico, datado, o que permite traduzir a profissão como inserida na divisão sócio-técnica-sexual e racial do trabalho, respondendo a demandas, direcionada por seu projeto ético político no horizonte de um outro projeto societário.

Tal método trabalha tanto com a reprodução da vida material quanto com a reprodução da subjetividade, partindo do modo de produção capitalista, culminando em uma análise substanciada da reprodução social. Em outros termos, trata-se de uma análise que preza pela unidade objetividade-subjetividade de reprodução da vida em sociedade, que é regida há aproximadamente 500 anos pelo capitalismo, sistema este que se expressa nas mais diversas formas de relações sociais, explicitando a sua forma alienada de sociabilidade (TONET, 2018; IASI, 2005).

“O processo de reprodução da totalidade das relações sociais é complexo e contém a possibilidade do novo, do diverso, do contraditório, da mudança” (YAZBEK, 2018, p. 49). Dentro da perspectiva de totalidade, são múltiplas as mediações envolvendo relações sociais no âmbito social, político, religioso, cultural, relações sociais de sexo, raça/etnia, intergeracionais, LGBTQIA+, entre outras.

O Serviço Social, convocado a atuar com expressões, fruto de uma mesma totalidade, posiciona-se teórico e praticamente ao realizar suas intervenções. “Trata-se, pois, de uma totalidade em permanente movimento e reelaboração, na qual o mesmo movimento que cria as condições para a reprodução da sociedade de classes cria e recria os conflitos resultantes dessa relação e as possibilidades de sua superação” (YAZBEK, 2018, p. 49).

Face ao exposto, a necessidade social da profissão é resultado desta síntese que demanda um profissional para atuar a partir das expressões da “questão social”, tendo a política social como mediação fundamental para o seu exercício profissional (YAZBEK, 2018).

A sua intervenção é demandada pelas instituições com propostas de superações de questões imediatas trazidas pela população, como fome, falta de documentos, falta de acesso a direitos sociais, violência, mas em última instância seus atendimentos devem atingir tanto o objetivo do/a trabalhador/a atendido/a, quanto as perspectivas institucionais, mediando tal relação social, que existem pela necessidade de manutenção do controle social.

A história da profissão está permeada por diversos postulados e disputas teórico-metodológicas, o que implica elencar pontos centrais da história do Serviço Social para compreender quais influências teóricas estão dando espaço às teorias de “empoderamento” no trabalho do Serviço Social e qual é a importância de recusá-las.

O percurso aqui escolhido versará sobre o sincretismo na profissão, tendo como expressão a influência “pós-moderna”, bem como a influência das teorias de “empoderamento”, que devem ser verificadas e refutadas. Tais perspectivas podem contribuir em determinadas medidas, mas, é preciso considerar que são fruto de formas de sociologia, ou seja, de fragmentações

das ciências sociais que se pretendem difundir como novas hermenêuticas para uma “nova quadra social”.

O sincretismo nos parece ser o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. O sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social (NETTO, 2011, p. 92).

Não se trata de negligenciar as brilhantes contribuições das mais diversas matrizes teóricas, apenas de assinalar a importância de se ter a preocupação em compreender o autor em seu espaço-tempo e processo, ou seja, o período em que o mesmo realizou sua contribuição textual, sua intencionalidade e o projeto ético-político e societário que o orienta.

Yazbek recorre a Coutinho para argumentar sobre o pluralismo e o ecletismo, inferindo que:

[...] o pluralismo é fenômeno social e político que caracteriza o mundo burguês e, no terreno do conhecimento, é, em síntese, “sinônimo de abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia, considerando que essa posição, ao nos advertir para nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessária ao próprio desenvolvimento de nossa posição e, de modo geral, da ciência” (COUTINHO, 1999, p. 5). O pluralismo supõe o debate de ideias e implica um modo de convivência entre correntes de pensamento, pois reconhece, aceita a existência de diferentes opiniões e pensamentos. *É muito diferente do ecletismo, que concilia vários estilos diferentes e até antagônicos para uma mesma explicação.* Assim, a necessária abertura para o diferente não pode significar a aceitação de qualquer coisa, sendo eclética aquela posição que não segue sistema algum, buscando elementos em diversas teorias, escolhendo cada uma a parte que parece mais próxima do que se pretende defender (YAZBEK, 2018, p. 51, grifos meus).

A postura eclética associa determinadas abordagens que nivelam, por exemplo, o marxismo e o positivismo a uma mesma base, sendo tal proposta descabida, já que pelo método hermenêutico, gestado a partir da Teoria Social de Marx na crítica e tradução do sistema capitalista, visa-se a superação do sistema capitalista, perspectiva oposta ao positivismo, que visa sua manutenção. Se a perspectiva de totalidade é crucial para o método em Marx orientado à razão ontológica, cabe indagar: é possível articular pluralmente conteúdos ecléticos e irracionais? Nas próximas linhas ficará evidente que no Serviço Social a incorporação das teorias “pós-modernas” e de “empoderamento” acabam por desaguar em neoconservadorismo.

Partindo das perspectivas “pós-modernas” que se reivindicam “crítica” ou de oposição, há a preocupação com certa transição paradigmática, como a perspectiva de Boaventura de Sousa Santos, que não coaduna com os princípios do projeto ético-político do Serviço Social que está atrelado ao projeto societário comunista, tendo como primazia a ontologia do ser social.

Recoloca-se aqui um velho debate que por estes autores é apresentado como “novo”, o debate da razão e intuição. Essa afirmação será aqui destrinchada e fundamentada, visando atingir elementos cruciais sobre o método, que permitam evidenciar em quais termos o conceito e as teorias de “empoderamento” devem ser criticados e refutados no atendimento às mulheres trabalhadoras em condição de violência doméstica.

O percurso argumentativo será iniciado com uma breve retomada histórica da profissão atrelada à reprodução social da vida, respondendo às exigências da realidade social de acordo com suas escolhas e inserções sociais. Há um item dedicado ao processo de formação e consolidação do projeto de ruptura e do projeto ético-político do Serviço Social.

Posteriormente, será realizado o debate da modernidade e pós-modernidade, a partir das análises de Yazbek, Netto e Ivo Tonet, perpassando por um excursão criticando a “pós-modernidade” de oposição de Boaventura de Sousa Santos, apontada por Yazbek (2018) como uma das tendências teórico-metodológicas em voga no Serviço Social, que será aqui criticada a partir das análises de José Paulo Netto, buscando defender o horizonte do projeto ético-político do Serviço Social e obviamente do projeto societário a que se vincula, pela emancipação humana.

3.1.1. O histórico do sincretismo no Serviço Social

É na década de 1930, a partir do acirramento das expressões da “questão social”, que surge a demanda por um profissional de coerção e controle, legitimado via pacto entre Estado, empresariado e Igreja Católica. Neste processo, inicia-se uma busca por distinguir a profissão de suas protoformas marcadas por atividades filantrópicas.

Netto sinaliza que este processo possui quatro níveis, sendo eles:

Primeiro, o cuidado sempre mais visível, em recorrer às contribuições do pensamento que vinham com a chancela das ciências sociais. Segundo, o empenho em generalizar uma sistemática orgânica para a formação profissional. Terceiro, o esforço para produzir uma documentação própria. E, quarto, a vinculação crescente das intervenções a formas de organização institucionais e públicas. A confluência destes vetores, posta a demanda nas refrações da “questão social”, materializou, com esta, o duplo dinamismo, referido anteriormente, que estatui o Serviço Social como profissão (NETTO, 2011, p. 99).

Netto é bastante coerente ao afirmar que apesar de ser criado um novo perfil profissional, devido à nova forma de inserção sócio-ocupacional, pouco se alterou com relação à prática interventiva. A validação profissional continuou ancorada na eficácia assistencialista, manipulando aspectos empíricos e readequando a organização da vida cotidiana, de tal forma que

os resultados das intervenções não foram capazes de superar e diferenciar as práticas profissionais de suas protoformas (NETTO, 2011).

Yazbek (2018) contribui de modo bastante diretivo ao identificar as principais tendências que orientaram a gênese da profissão, falando sobre o pensamento doutrinário que refere o entendimento da questão social como problema de ordem moral, devendo o Serviço Social atuar sobre valores e comportamentos, com enfoque individualista, psicologizante e moralizador.

Fundamentada principalmente pela encíclica *Rerum Novarum*, a doutrina defendia o direito natural, sendo assim a desigualdade social seria naturalizada e necessária aos olhos de Deus. O ideário franco-belga, tomismo e neotomismo foram as bases para a formação dos primeiros Assistentes Sociais.

Ressalta-se que estas bases conservadoras que geram a emergência da profissão são antimodernas, portanto, cabe diferenciá-las, pois elas vinham em desencontro aos interesses da modernização capitalista. Entretanto, ao se ver caindo no esquecimento, o pensamento doutrinário passa a se adaptar aos interesses da ordem moderna capitalista, gerando o conservadorismo moderno.

O conservadorismo moderno é fruto do iluminismo e de suas revoluções, teria segundo Mannheim (*apud* YAZBEK, 2018, p. 54-55) características capitalistas, racionalistas e modernas, diferente do conservadorismo tradicional, periférico ao capitalismo, pautado pelo irracionalismo. Por irracionalismo Barroco é preciso ao dizer que:

Dissemina o pessimismo, o anti-humanismo, o individualismo e desvaloriza a verdade objetiva, dissimulando as contradições sociais e naturalizando suas consequências. O irracionalismo e o conservadorismo encontram condições favoráveis para se desenvolver em momentos de crise social (BARROCO *apud* YAZBEK, 2018, p. 55).

Assim, a profissão se desenvolve pelo humanismo cristão embebida por certa razão burguesa que, em dados momentos históricos de crise, é suscetível a investidas do irracionalismo.

A partir do aumento de demandas por parte da classe trabalhadora brasileira, mais precisamente nos anos 40, o Estado capitalista passou a ser mais interventivo via políticas sociais, sendo a/o Assistente Social chamada/o a atuar nesta realidade. Este o fez baseado numa junção entre o humanismo cristão e a sociologia positivista.

Embora Netto (2011) enfatize que o Serviço Social é um histórico receptor dos saberes especializados das ciências sociais, orientando-se por diversas tendências teóricas na formação profissional, com maior destaque para a extração positivista funcionalista, essa relação vulnerabiliza a categoria por atrofiar sua capacidade crítica, bem como por condicionar, em grande medida, as intervenções profissionais aos movimentos institucionais que adotavam as posturas positivistas por certo estatuto de “cientificidade”.

O positivismo é a fundamentação teórica da sociedade capitalista, surge no iluminismo no século XVIII, a partir do discurso utópico revolucionário burguês, que de revolucionário se transforma em regulador pela harmonia e manutenção da sociedade burguesa.

Segundo Netto, essa relação sem verificações de validade com as ciências sociais e as exigências institucionais impulsionou a consolidação do praticismo no trabalho profissional. Tais fatos geraram certo “sistema de saber de segundo grau” (NETTO, 2011, p. 146), proveniente da junção de subsídios teóricos para a atuação profissional, selecionados segundo a necessidade interventiva.

Esse sistema de saberes de segundo grau sempre foi acompanhado do sincretismo ideológico conservador, voltado para restaurar (tradicional) ou modernizar (de inspiração iluminista, favorável ao capitalismo). Revelou-se como um agregado assimétrico, impassível de se apresentar como síntese, mas sim, acúmulo revelado como conteúdo sincrético. Segundo Netto (2011, p. 147) “o ecletismo é o sincretismo do Serviço Social no nível do seu (de segundo grau) sistema de saber”.

O sincretismo do Serviço Social pode ser visto em diversos influxos que acometeram a categoria, dentre eles, é possível resgatar nos anos 1940 a relação entre a vertente franco-belga de orientação neotomista e o funcionalismo norte-americano, produtos de ideologias tão distintas que quando associadas gera estranheza, embora Netto (2011) refira que houve uma simbiose entre elas e que esta não seria a primeira expressão de sincretismo na categoria, nem mesmo seria a última.

No Serviço Social brasileiro houve a ampla inserção do positivismo funcionalista a partir dos anos 1960, com a perspectiva profissional do ajustamento e da manipulação de análises e diagnósticos que ofertassem ações eficientes às demandas imediatas, por consequência, promovendo a crescente burocratização das atividades (YAZBEK, 2018).

Ainda na década de 1960, não só no Brasil, mas nos países latino-americanos, foi difundido o modelo econômico desenvolvimentista, com isso novas exigências foram postas à

categoria profissional, emergindo o Movimento de Reconceituação Latino-americano. Obviamente, o sincretismo também se fez presente com o desenvolvimento de comunidade, e também com o movimento de reconceitualização.

Assim como outros países de capitalismo periférico, o Brasil começa a ser acionado por agências internacionais com propostas e soluções para romper com a condição de “subdesenvolvimento”.

O receituário se propunha também a erradicar um suposto perigo do socialismo nesses países, o que, de acordo com Netto (2015) a partir de análises de Florestan Fernandes (2006), representou um processo de contrarrevoluções preventivas. Essas investidas não passaram de sucessivos golpes de Estado como resposta imperialista de hegemonia norte-americana aos movimentos sociais e nacionais de libertação.

Na cena brasileira, a contrarrevolução foi expressa pelo golpe civil-burguês militar de 1964, que iniciou o que Netto (2015), também concordando com Florestan Fernandes, chamou de ciclo autocrático burguês, tendo seu ápice em meados de 68 e declínio em 1978.

Esse processo é crucial para o Serviço Social brasileiro compreender seu movimento na história, pois, em meio ao ciclo autocrático burguês, altamente excludente e repressivo, é difundido um novo espaço sócio-ocupacional para a profissão, agora ocupando cargos em instituições do Estado, principalmente o Instituto Nacional da Previdência Social, a partir da unificação dos institutos de aposentadorias e pensões.

Essa nova demanda promove o reconhecimento do Assistente Social como profissional, trazendo novas demandas que requerem repensar a formação profissional, perpassando por questionamentos referentes ao fazer interventivo, método, utilidade e direcionamento das ações. Esses foram os elementos que despertaram a necessidade de estudar coletivamente a partir de encontros que levantavam e problematizavam a necessidade de produção de novas orientações para a nova realidade profissional.

Dentre estes encontros cabe citar o encontro em Araxá, que foi permeado pelo tradicionalismo da profissão, tendo relevância por ter sido o momento em que se dá o apontamento da necessidade de teorização do Serviço Social para embasar e melhor definir as ações voltadas para as exigências do contexto desenvolvimentista que promove a burocratização da atuação profissional.

Teresópolis, em 1970, significou a cristalização do Serviço Social moderno com o encontro da proposta positivista como horizonte teórico-metodológico para pensar a atuação profissional, pensando as ações no âmbito micro das intervenções cotidianas com vistas a

contribuir com o âmbito macro do desenvolvimentismo em um contexto de industrialização pesada do Brasil.

Em 1978, em Sumaré e, em 1984, em Alto da Boa Vista, ocorreram mais dois seminários da categoria que expressaram o entendimento de que os elementos do Serviço Social tradicional ainda seriam base de atuação do Serviço Social, o que representou, em última instância, o distanciamento da perspectiva modernizadora para o avanço do que ficou conhecido como perspectiva de reatualização do conservadorismo.

Tal perspectiva é fruto da resistência ao processo de laicização, negando o novo alinhamento ao positivismo, priorizando o subjetivismo emanado de atuações psicologizantes do Serviço Social de ajuda psicossocial. Em outras palavras, houve o deslocamento do pensamento positivista, cujo cerne era a compreensão para manter o foco do pensamento para a explicação, para “ajudar” a população. Analogamente a isso, Netto (2015) reforça que os valores de horizonte do Serviço Social tradicional são cristãos, regressando ao que existia de mais conservador, reforçando o âmbito individual deslocado das determinações de classes.

Essa concepção de retomada do “tradicionalismo” das protoformas, entretanto, ainda teve que lidar com a conjuntura do desenvolvimentismo, tendo uma ideologia reformista conservadora. Sumaré e Alto da Boa Vista, por consequência, representaram um tradicionalismo apresentado sob vestes de moderno, visto que a conjuntura e as demandas de institucionalização do Serviço Social lhe conferem atribuições que necessariamente fortalecem a perspectiva modernizadora.

Durante o mesmo cenário brasileiro, entre insurgências e obscurecimentos, surge a intenção de ruptura com o conservadorismo na profissão. Ainda na década de 60, posto que esta foi marcada por esboços de intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional, temos o momento reconhecido como gênese de pressupostos do Projeto Ético Político da profissão.

Considerado como marco histórico do projeto de ruptura da categoria, o Método de BH foi formulado na primeira metade dos anos 1970. Influenciada pelo Movimento de Reconceitualização Latino-americano que teve início nos anos 1960 e, a partir do processo de formação profissional, a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais o desenvolve de forma inovadora frente às demais propostas existentes na profissão — conforme já citadas acima, propostas de viés conservador, ou funcionalistas, ou de retomada do neotomismo, todas estas embebidas de sincretismo.

Devido à especificidade deste trabalho, os processos dessas experiências não serão aprofundados, mas cabe aqui ressaltar que a proposta recusa assepsias e que a intenção de

ruptura com o tradicionalismo foi ali explicitada, embora apresente problemas que expressam o esvaziamento de conteúdos quanto ao entendimento do método crítico-dialético e aspectos de legitimidade das lutas de classes, evidenciando o simplismo crítico e teórico; carências de entendimento do projeto socialista; bem como o uso da experimentação para embasar as análises.

Esses aspectos são provenientes de leitores de Marx que foram chamados de ‘marxismos sem Marx’, ou vulgarizações. Essa questão acaba por demarcar mais uma expressão do sincretismo na categoria, além da retomada do fatalismo mecanicista ou do voluntarismo idealista por outros grupos mais alinhados aos seminários supracitados (NETTO, 2015).

Netto (2015), entretanto, chama atenção para alguns elementos nucleares e avançados atingidos pela categoria no processo de construção do método de BH, sendo eles: a referência à realidade, à criatividade, à globalização, bem como a projeção da relação indissociável para a atuação profissional da dimensão política, teórica e interventiva.

Neste período, a direção do conjunto CFAS/CRAS (Conselho Federal de Assistentes Social e Conselhos Regionais de Assistentes Sociais) estava composta por um corpo dirigente hegemonicamente conservador, vertente esta que se expressava nos congressos da categoria. As eleições eram por método antidemocrático, feitas de forma indireta, por meio de indicação dos diretores dos Conselhos Regionais (ABRAMIDES, 2019).

Abramides nos oferta riqueza de detalhes deste processo, resgatando que:

As militantes sindicais assistentes sociais estabeleceram uma intervenção política planejada no sentido de articular e incentivar profissionais a disputarem as eleições dos CRAS regionais, incluída a luta pela democratização dos conselhos que culminou com eleições diretas para o CFAS, em 1987. Portanto, a luta pela democratização do conjunto CFAS/CRAS não se efetivou de maneira pulverizada, mas foi resultado de uma articulação do setor militante de esquerda da categoria organizada, por meio da CENEAS/ANAS, para uma ação consequente nos conselhos profissionais na luta pela hegemonia da *direção sociopolítica do projeto profissional* (ABRAMIDES, 2019, p. 111, grifos da autora).

O fortalecimento com expressão pública e coletiva da intenção hegemônica de ruptura com o conservadorismo ocorre no III CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais), de 1979. Vale elucidar que a articulação necessária para tal feito somente foi possível devido a inserção de Assistentes Sociais na luta mais ampla da classe trabalhadora, com o chamado “novo sindicalismo”⁹⁵ de lutas pela base, autônomo, independente e conjuntamente com os

⁹⁵ O novo sindicalismo foi um projeto reconhecido como um sindicalismo de lutas, classista e de massa. Tal processo foi construído a partir dos avanços dos níveis de consciência dos/as trabalhadores/as organizados frente

movimentos sociais classistas. Essa cena foi marcada pelo reconhecimento da categoria como trabalhadoras/es assalariadas/os e, como tal, inscritos na divisão sócio-técnica-sexual e racial do trabalho.

O amadurecimento teórico supracitado teve como produção acadêmica pioneira, com aprofundamento no legado marxiano, a obra de Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho, livro este considerado como marco do processo de ruptura profissional com o conservadorismo, intitulado *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. Esse clássico influencia a categoria profissional há aproximadamente 37 anos, permanecendo atual em suas análises acerca das leis gerais do capitalismo, bem como seus impactos nos países de capitalismo periférico e a importância destes debates para a atuação profissional crítica.

Considerado como avanço para alguns, os produtos daquele amadurecimento teórico também foram alvo de críticas, que ainda hoje surgem a partir de alguns grupos⁹⁶. As acusações, no geral, referem-se a certo ‘teoricismo’, remetendo aqueles avanços, daquela época, somente aos espaços universitários. O projeto de ruptura, vale elucidar, fez emergir a crítica aos direcionamentos do tradicionalismo, crítica esta possibilitada pela apropriação de um novo acúmulo teórico e inserções nas lutas de classe, fatos que deram origem a uma avançada dimensão teórico-metodológica e ético-política, surgindo a preocupação com o adensamento teórico da categoria.

Para além de se tratar de uma forma de leitura ontológica da realidade plasmada, a partir de um método que prima pela perspectiva de totalidade, trata-se de um arcabouço que se diferencia das chamadas “ciências sociais” que, na fragmentação dos saberes cria sociologias diversas para tratar de fenômenos particulares, além de criar métodos, paradigmas e argumentos comprometidos com a linearidade, pensamentos forjados para encaixar a sociedade, sociologias estas que, em sua fragmentação filosófica miserável, desconsideram elementos

às greves e mobilizações entre os anos 70 e 80 no Brasil. As conquistas forjaram a “[...] ampliação de sindicalizados e de entidades combativas, luta pela conquista de liberdade e autonomia sindical, construção da nova estrutura sindical por ramo de atividade econômica e quebra do corporativismo [...]” (ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p. 29 apud ABRAMIDES, 2019, p. 88). Esse processo perdurou de fins de 70 até meados dos anos 80 e culminou na fundação da CUT em 1983 (ABRAMIDES, 2019).

⁹⁶ Refiro-me, por exemplo, às 23 teses pela Reforma do Serviço Social brasileiro, formuladas por Edson Marques de Oliveira. Para uma análise crítica sobre essa expressão neoconservadora na categoria vide: dos SANTOS, A.J., et al. Apontamentos críticos sobre “As 23 teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro”. Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 739-762, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/23054>>. Acesso em 06 Ago. 2020.

fundantes, como o que para eles seria mais do trato da “economia”, “antropologia”, “psicologia” etc.

O marxismo, em contrapartida, preocupa-se justamente em trabalhar no sentido oposto, busca as mediações na realidade, retira as categorias de seu objeto, dentre outras coisas. Trata-se de uma Teoria Social crítica, que possui um método analítico dialético-crítico, preocupado com a apreensão da essência no movimento entre sua estrutura e dinâmica, tratando do eterno ir e vir dos elementos com perspectiva de totalidade.

Na esteira da sociologia e da busca por produzir um saber específico do Serviço Social, a profissão persiste em carregar ranços do pensamento conservador. Netto (2011) alerta que romper com esse lastro, entretanto, não significa romper com o sincretismo do exercício profissional, tendo em vista as demandas da existência da profissão, bem como sua inserção na divisão sócio-técnica-sexual e racial do trabalho. Em Netto, temos que:

[...] a ultrapassagem do sincretismo teórico – que se expressa no viés do ecletismo – no Serviço Social, conectada à superação do seu lastro no pensamento conservador, é projeto que não erradica o sincretismo da fenomenalidade do seu exercício profissional. Todavia, a superação do ecletismo teórico implica a interdição de qualquer pretensão do Serviço Social de posicionar-se como um sistema original de saber como portador de uma teoria particular referenciada à sua intervenção prático-profissional.

Para o passado mais próximo, cenário de um relevante processo de renovação do Serviço Social, indicam que a superação do sincretismo ideológico e teórico só é uma alternativa viável se, além de cortar com o seu travejamento original e tradicional, cancelar-se uma pretensão teórico-metodológica própria e autônoma. A experiência mostrou que, mantida esta – e com ela, sub-repticiamente, as incidências da tradição positivista (neopositivista) –, a renovação do Serviço Social reitera o ecletismo (NETTO, 2011, p. 150).

A defesa de um saber exclusivo e autônomo da categoria, portanto, é fruto da influência das ciências sociais fragmentadas, que criam sociologias e mais sociologias na busca por referendar estudos e posicionamentos diversos. Neste sentido, concordo com Netto que buscar por um saber, ou por um “sistema” teórico-metodológico próprio e autônomo, levaria à propagação do ecletismo na profissão.

A história dos fundamentos do Serviço Social, como vimos acima, foi marcada pela intenção de ruptura com suas protoformas, posteriormente com teorias conservadoras ou modernizadoras, reformistas e as de base positivista. Notadamente o ecletismo permeou este processo de forma inevitável, mas a superação do sincretismo teórico e ideológico é uma possibilidade que se evidencia desde a década de 80 no Brasil, com a aproximação do Serviço Social à teoria social crítica de Marx e das lutas junto à classe trabalhadora. Isso ficará mais

evidente nas próximas linhas, discutindo as bases sócio-históricas que materializam e dão visibilidade ao Projeto ético-político do Serviço Social.

3.1.2. Do projeto de ruptura ao projeto ético-político do Serviço Social

O projeto de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social não logrou êxito apenas ao negar o neotomismo, considerando os estudos de Abramides, que indicam que:

O projeto de ruptura do Serviço Social Brasileiro se configura por expressar as bases teórico-políticas do PEP, como terceira tendência da renovação do Serviço Social, e se manifesta de forma distinta nos diversos períodos em sua gênese, evolução e consolidação (NETTO, 1991^a). Apesar de diversos matizes, presentes em sua distensão, algumas características centrais o identificam: a) a análise da vida social em sua totalidade; b) a percepção da profissão na divisão sociotécnica do trabalho; c) o legado marxiano e a tradição marxista como referenciais teóricos de interpretação e transformação da sociedade de classes; f) sua direção sociopolítica (ABRAMIDES, 2019, p. 86).

A gênese e evolução do projeto de ruptura acompanhou um processo de ressurgimento das lutas sociais de massa de fins da década de 70 até fins da década de 80, tais como o já citado “novo sindicalismo”, tendo o operariado do ABC paulista como vanguarda. Para além das conquistas para os setores assalariados em geral, houve também muitas conquistas na área das políticas sociais, entendidas agora como políticas públicas de direito.

Abramides (2019) analisa brilhantemente que, embora a década de 80 seja entendida como economicamente perdida, para a classe trabalhadora foi um momento de fortalecimento, tendo em vista o ressurgimento e ampliação das organizações de representatividade da classe, não apenas nas conquistas trabalhistas e sindicais, como também na área da educação, habitação, e nas lutas do campo com a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) em prol da realização da reforma agrária. Com relação aos assistentes sociais,

Cabe, porém, ressaltar, que diferentemente dos desvios militantistas, no âmbito profissional do período anterior, fortemente influenciado pelo movimento de reconceitualização, esse momento se caracteriza por uma ação desenvolvida na esfera do trabalho profissional. A militância política das assistentes sociais ocorre fundamentalmente nos sindicatos da categoria, nas associações de servidores públicos municipais, estaduais e federais, e na relação com os movimentos sociais. Os docentes de Serviço Social têm sua militância política nas universidades e na ABESS, e um grupo significativo de profissionais atua partidariamente, de forma majoritária, no Partido dos Trabalhadores (PT), [...] (ABRAMIDES, 2019, p. 90).

A vinculação das assistentes sociais aos setores partidários se deu massivamente junto ao PT, mas houve representatividade no Partido Comunista Brasileiro (PCB), no Partido Comunista do Brasil (PcdoB), também no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), entre outros partidos da ala progressista da época.

Nos conselhos regionais e federal neste período havia o anseio por cumprir com o compromisso de revisão dos códigos de ética profissional, que até 1986 se pautavam por uma falsa neutralidade, de perspectiva conservadora, com fortes traços neotomistas, positivistas, de visão abstrata de homem, defendendo a “pessoa humana” de forma generalista, encobrindo, em última instância, a “Questão Social” e suas expressões.

Embora não tenha ofertado sustentação teórica para a compreensão de seus fundamentos, é imprescindível reconhecer que o Código de Ética de 86 apresentou a ruptura político-ideológica com o neotomismo e tais visões, além de vincular o projeto profissional ao projeto societário emancipador (ABRAMIDES, 2019; BARROCO, 2010).

Essas lacunas foram sanadas a partir de avanços teórico-filosóficos que culminaram na construção coletiva do Código de Ética de 1993, momento em que foi explicitada a dimensão teleológica da profissão, ou seja, sua finalidade social, bem como sua direção social ontológica, direcionada para a emancipação humana. Em 1996, outros hiatos foram abordados na revisão das Diretrizes Curriculares da profissão.

Apesar da década de 90 datar várias conquistas para a classe trabalhadora, e por consequência também para o Serviço Social, tal período deu início a uma avalanche destrutiva⁹⁷ com a chegada do neoliberalismo ao Brasil a partir de Collor e sua consolidação com FHC (Fernando Henrique Cardoso). Com exceção do MST, que continuou autônomo e diretivo, o movimento sindical se coloca em posição defensiva, assim como os campos progressistas, apresentando um *giro reformista*.

Ainda hoje, vale pontuar, Assistentes Sociais reproduzem posturas e defesas neoliberais, neoconservadoras⁹⁸, ultraconservadoras e até reacionárias, fato este que não deveria causar espanto, uma vez que a gênese da profissão foi o berço do conservadorismo e que a profissão

⁹⁷ Segundo Abramides (2019, p.91), “O esmagamento da divergência política, do direito à diversidade de ideias, esteve presente no processo de burocratização stalinista nos países pós-capitalistas do leste europeu, bem como, no período mais recente, a partir da década de 1990, no interior do sindicalismo cutista”.

⁹⁸ Para além de expressões neoconservadoras acadêmicas, já pontuadas na nota de rodapé 14, temos ainda que citar o fato de termos visto Assistentes Sociais apoiadores da candidatura de Jair Bolsonaro para a presidência durante as eleições de 2018, contrariando todas as diretrizes e valores da profissão. Foi identificada também a dificuldade na escolha de um candidato, gerando manifestações por parte das organizações da categoria, como o CRESS-SC que produziu um material voltado para provocar os Assistentes Sociais a relembrem seus princípios,

expressa diversos posicionamentos políticos segundo o movimento da história em curso, suas trajetórias de vida e inserções sociais. Embora hegemonicamente, desde a década de 90, a categoria esteja se posicionando frente a esses desafios contra o neoliberalismo e em defesa dos direitos sociais conquistados.

Abramides (2019) oportunamente sinaliza que um dos desafios enfrentados pela categoria profissional foi no momento de ascensão do PT à presidência com Lula, pois, conforme citado acima, grande parte dos dirigentes da categoria profissional estavam sob a influência deste partido, que passou a privilegiar as lutas institucionais em detrimento das lutas junto às organizações independentes, ou fora do Estado capitalista, que representavam a classe trabalhadora. Tal governo, de 2003 a 2010, deu continuidade ao projeto neoliberal. Abramides refere ainda que:

Neste momento reafirmamos a autonomia e independência de nossas entidades representativas, como foram construídas e atuaram em relação a todos os governos e partidos, e, juntamente com os movimentos sociais, nos opusemos ao neoliberalismo. [...] Do ponto de vista da organização sindical, decidimos por unanimidade pela construção e inserção da categoria profissional nos ramos de atividade econômica ou por contratação, desde o final dos anos 1980, embora tenhamos muitos desafios, posto que esta transitoriedade sindical permanece inconclusa, conforme amplamente debatida, e um setor da categoria, apesar da deliberação unânime congresso, criou a FENAS e recriou sindicatos de categoria pelo país (ABRAMIDES, 2019, p. 260-261).

A organização sindical, não só para o Serviço Social, mas para toda a classe trabalhadora, agudiza essa realidade de desarticulação, com o afastamento de muitos assistentes sociais dos sindicatos por ramo de atividade. Os elementos que podem ser ressaltados como fatores que agudizam esse cenário serão trabalhados nas próximas páginas, pois, nitidamente, trata-se de efeitos de estratégias de destruição da força de trabalho existente, uma necropolítica que se desdobra nas mais variadas esferas da vida, tanto socioeconômica, cultural, quanto política.

O PEP foi consolidado por meio de muita luta, estudo e articulação política das Assistentes Sociais, para além de todo esse aparato sócio-histórico. Não se pode deixar de reforçar que a visibilidade do PEP também está na produção de conhecimento da profissão, no seu acúmulo legal com leis e resoluções e em suas instâncias político-organizativas, hoje representadas pelo conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social),

valores e diretrizes, antes de escolherem o seu candidato. O material está disponível em: <<http://cress-sc.org.br/2018/09/11/e-assistente-social-e-nao-sabe-em-quem-votar-que-tal-conferir-os-principios-eticos-de-sua-profissao-antes-de-escolher-o-a-melhor-candidato-a/>>. Acesso em 04 Ago. 2020.

ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), bem como pelo movimento estudantil representado pelos CAs e DAs (Centros e Diretórios Acadêmicos) e a ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social).

A sua materialidade está em um arcabouço sócio-histórico, que expressa princípios e valores ético-políticos, manifesta-se nas lutas e posicionamentos políticos da categoria, está fundamentado no legado marxiano e por seu acúmulo teórico-metodológico, e na crítica radical ao capital, à sociedade capitalista e suas formas de reger o mundo.

Os projetos profissionais apresentam a “autoimagem” (NETTO, 1999) da profissão a partir do momento em que valores, princípios e diretrizes expressos nas ações profissionais são sintetizados, representando um coletivo que se vê representado por aquela direção sociopolítica.

Os fundamentos do Serviço Social estão visceralmente marcados pelos processos sócio-históricos vivenciados pelas profissionais. A problematização que se segue se faz necessária pelo momento histórico atual na esfera da cultura e as investidas do que chamam de “pós-modernidade”, e que no plano teórico se reivindicam como teorias “pós-modernas”. A realidade, portanto, interpela a explicitar a partir de agora em quais termos refuto as teorias “pós-modernas”, bem como a postura analítica fenomênica que as orienta.

3.1.3. Modernidade e “pós modernidade”: a tendencial reiteração do histórico sincrético do Serviço Social

“Que tempos são estes em que temos de defender o óbvio?”⁹⁹ A frase de Brecht se faz cada vez mais presente em momentos de crise. Em tempos sombrios, o ultraconservadorismo e o irracionalismo fazem a vez.

A crítica às teorias da “pós-modernidade” que se seguirão partem de indagações geradas a partir de estudos sobre o ganho de espaço da tendência “pós-moderna” no Serviço Social. Cenário histórico de recusa às teorias sociais modernas, do que fora alertado como levante neconservador, atualmente ganha espaço como ultraconservadorismo, com terreno fértil para o irracionalismo. Sobre o ultraconservadorismo,

Esse termo está sendo cunhado para destacar o ganho da cena política por grupos de extrema-direita. Entretanto, deve-se enfatizar que a vitória de Bolsonaro e, por trás

⁹⁹ Para um panorama mais exemplificado acerca da violência contemporânea orquestrada por irracionalismos e o ultraconservadorismo, vide: Carta Capital, Por que é preciso afirmar o óbvio? Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/por-que-e-preciso-afirmar-o-obvio/>>. Consultado em: 09 Dez. 2019.

dele, todo um aparato de extrema-direita ultraconservador são uma estratégia do que já se conhece como neoliberalismo, que agora necessita realizar seus cortes na carne dos trabalhadores brasileiros, promovendo a agudização do que foi protagonizado por Temer. A conjuntura exige alguns delineamentos, pois não se trata somente de um momento de ajustes econômicos na periferia do capital, mas de uma crise global de contrarrevolução burguesa neoliberal, logo, os ajustes de austeridade tendem a ser agravados (PEREIRA, 2019, p. 614-615).

Na busca por orientações que embasem a resistência ao ultraconservadorismo e suas expressões, a razão ontológica se expressa como a que mais coaduna com as proposituras aqui defendidas.

O movimento de apreensão das mediações postas na realidade visa a (re)construção das mediações acerca da racionalidade burguesa e da necessária retomada de categorias centrais de análise na defesa do projeto societário justo e igualitário, comunista. Hoje, todo cuidado é pouco para delinear o que seria tal sociedade. Pela razão ontológica só é possível tal sociedade com a superação do modo de produção capitalista, pois o trabalho nunca deixou de ser categoria central para a humanidade.

Para uma compreensão categórica dessas afirmações, as argumentações de Tonet (2018) explicitam a crítica à razão fenomênica em benefício da razão ontológica. O autor vai retirando alguns mantos das teorias “pós-modernistas” ao defender as proximidades de tal postulado com argumentações kantianas e neokantianas, orientadas pela razão fenomênica.

O autor informa que não é novidade a burguesia lançar mão e dar vazão à fundamentação teórica que lhe convém, pois desde o momento em que ocupou o posto de classe dominante:

À burguesia, independente de intencionalidade explícita, não interessa o conhecimento da realidade social até a sua máxima profundidade. E quando falamos em profundidade máxima, não fazemos referência a algo vago e obscuro, mas àquele nível que permite demonstrar o caráter radicalmente histórico e social da realidade social. Esse nível não pode interessar à burguesia porque permite desvendar os mecanismos essenciais da produção e reprodução da forma atual da sociabilidade, marcada pela exploração do homem pelo homem, pela desigualdade social, com todas as suas consequências e da qual depende sua própria (da burguesia) existência (TONET, 2018, p. 53).

Para facilitar o entendimento, Tonet (2016, p. 7) refere que se trata de um “[...] conhecimento, de uma aparência lógica impecavelmente correta, mas ontologicamente falsa, que permite reproduzir a ordem social burguesa”.

Nestes termos é que Harvey (2005) sabidamente pontuou que a “pós-modernidade” não surge ao acaso, ou por uma ideia bem-intencionada, seja a vertente de celebração ou de oposição (que se reivindica “crítica”); tais abordagens estão intimamente relacionadas com a necessidade da ordem capitalista de acumulação flexível. Em Marx temos que:

A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas. A teoria é capaz de se apoderar das massas tão logo demonstra ad hominem, e demonstra ad hominem tão logo se torna radical. Ser radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem (MARX, 2010, p. 151).

Assim se encontra a razão ontológica, nas raízes de mulheres e homens que são propriamente uma sociedade comunal de mulheres e homens trabalhadoras/es, que trabalham para suprir suas próprias necessidades e avançar tecnologicamente sobre essas demandas. Se agarrar a coisa pela raiz, no modo de produção capitalista encontra-se a alienação da/o trabalhadora/or, pois as relações sociais se desdobram por e para a produção e reprodução da vida.

Para trabalhadores(as) de países na periferia do capitalismo o golpe é muito mais forte, fazendo com que não seja possível vislumbrar os confins a que podem chegar as valas de trabalhadores jogados como batatas podres e inúteis em prol da manutenção da acumulação capitalista que, necessariamente, gera a superpopulação relativa.

Para uma possível síntese sobre os diversos dilemas aqui levantados sobre o sincretismo no Serviço Social, refletindo sobre a performática quadra “pós-moderna”, bem como sobre o ganho de espaço das teorias de “empoderamento”, para retomar a crítica às ações de “enfrentamento” a violência doméstica contra a mulher e o trabalho profissional das/os assistentes sociais, faz-se necessário fazer uma digressão que garanta a compreensão da forma da sociedade capitalista, sua estrutura-e-supra-estrutura e suas instituições, ou formas que dela fazem parte.

Partindo da inferência de Tonet (2018) que, ao falar em “pós-modernidade”, a qualifica como uma racionalidade de continuidade e não de ruptura com a lógica da razão fenomênica — padrão moderno centrado na subjetividade —, uma vez que ambos trabalham com a concepção fragmentária da realidade, a perspectiva de que a modernidade ainda está em curso, assim como a crítica à razão fenomênica são revalidadas.

Nesse sentido, a partir das condições de vida e vivências que determinam a consciência é que se delineiam as relações sociais, que consistem em: considerar que a realidade objetiva independe da consciência; e compreender o trabalho como momento fulcral. Tendo em vista que a subjetividade humana é imensuravelmente ampla, a razão nada mais é que apenas um de seus momentos, traduzido aqui de forma mais restritiva como a faculdade de realizar juízos.

Os questionamentos sobre o que é o real e qual método deve nortear o conhecimento, e quais seriam os padrões científicos a serem adotados, foram e são temáticas que inquietam a maioria dos grandes pensadores.

No mundo feudal, a produção material foi escrava; no mundo grego e no medieval, servil, sendo classes opostas respectivamente a dos senhores e a dos nobres. As classes se apresentavam como leis naturais e explicitavam a noção de imutabilidade. “Desta realidade do mundo objetivo, grego e medieval, deriva a característica predominantemente metafísica, idealista e ético-política e/ou ético-religiosa do conhecimento” (TONET, 2018, p. 25).

Neste contexto, a elaboração de conhecimento tinha por foco a organização e direção da polis, cuja prioridade era da comunidade sobre o indivíduo e a centralidade era objetiva, tendo por valores universais e imutáveis a verdade, o bem, a justiça, entre outros, como o belo.

Esse padrão de conhecimento tomava a essência como algo imutável. Para Aristóteles e Tomás de Aquino, a verdade não era construída pelo sujeito, mas estava guardada no próprio ser ou no objeto. Defendia-se, portanto, que para alcançar a essência — que para eles era imutável — era preciso desvelar a aparência, ou os elementos empíricos. Destarte, seria possível atingir a episteme, que diferente do conhecimento *doxa*, que era uma mera opinião, seria o conhecimento científico (TONET, 2018, p. 27).

Essa sociedade que tinha os interesses da comunidade como prioridade em detrimento dos individuais passa por um processo de individuação a partir do desenvolvimento do capitalismo, pois tal sistema exige indivíduos “livres”, no sentido de poderem assumir suas responsabilidades e contratos, como exercer a compra e a venda da força de trabalho. Com a complexificação das relações sociais de trabalho, as exigências e noções de liberdade se alteram e se tornam mais complexas, o que revela uma sociedade moderna, que se inicia com o fim do mundo grego-medieval e ascensão da burguesia, durando até a atualidade e que, provavelmente, perdurará até o fim do sistema capitalista.

Esse movimento de um mundo finito para outro infinito terá forte impacto no método científico moderno, pois tratou-se de uma forma de individuação bastante particular ao capitalismo, processo em que “o ser humano singular se torna o eixo da vida social, sendo o interesse comum subsumido ao interesse individual [...] processos de individuação individualista.” (TONET, 2018, p. 33), no qual apenas a aparência das coisas poderia ser apreendida, em que não há hierarquia, há um constante movimento, resistência à transcendência por meio da valorização da realidade imanente (TONET, 2018).

A noção de que os homens são sujeitos ativos que, a partir de suas intervenções, transformam as coisas a seu favor é incentivada, transformando o mundo natural. O mundo social seria resultado deste processo, pois a história dos homens se difere da história da natureza, embora se relacionem. Essa consciência dos homens resultou na compreensão de que:

[...] o homem só poderia ter uma atividade accidental, não podendo intervir para modificá-la radicalmente. E, como a economia era a expressão desta natureza (a luta de cada um para satisfazer as suas necessidades básicas), suas categorias fundamentais também teriam um caráter de naturalidade natural. O resultado disso foi que a ação humana, na medida em que era constituidora da sociedade, teria sua expressão, propriamente dita, apenas no âmbito da subjetividade, ou seja, no âmbito da política, do direito, dos valores, da educação, da arte, da filosofia, etc. não no âmbito da estrutura fundamental, vale dizer, da economia. As leis da economia não seriam leis históricas, mas naturais e, por isso mesmo, tão imodificáveis como aquelas que regem o envolver da natureza (TONET, 2018, p. 35).

Para intervir neste novo mundo, exigia-se uma nova forma de produzir conhecimento, à qual não interessava a busca pela essência, mas o estudo de tudo aquilo que pudesse ser medido e quantificado. A preocupação girava mais em torno de responder se seria possível ou não construir um conhecimento universal.

Essa forma de conhecer as coisas incorre no reducionismo da realidade, sendo o real entendido como somente o que for possível captar pelos sentidos a partir da realidade empírica, sendo os dados empíricos apreendidos pelos sentidos.

O reducionismo, portanto, seria justamente colocar os sentidos como única mediação entre subjetividade e objetividade, revelando somente aquilo que é pertinente ao singular e ao parcial. Já que não há a preocupação e nem o interesse em trabalhar com a categoria totalidade, privilegiam colher fragmentos da realidade.

Os pensadores exponenciais do período de ascensão burguesa foram Bacon, Descartes e Kant. Cada qual influenciado por sua realidade e período, trabalharam de formas diferentes em busca de responder a indagações acerca do conhecimento universal.

Bacon viveu entre os séculos XVI e XVII na Inglaterra, berço do capitalismo, portanto, sob forte influência da experimentação e verificação, trabalhou sob a perspectiva do empirismo.

Descartes passou pelos mesmos séculos, mas em uma França que carecia de desenvolvimento capitalista, ainda muito presa ao mundo medieval. Norteou-se pelo racionalismo, que prioriza a razão à sensibilidade, sob a justificativa de que os sentidos podem enganar.

Kant viveu entre os séculos XVIII e XIX na Alemanha, que embora já estivesse bastante influenciada pelo capitalismo, ainda operava o sistema de forma bastante insuficiente. Refutou o conhecimento especulativo tradicional e afirmou que nem empirismo ou racionalismo poderiam responder com o conhecimento da verdade e universal.

Para Kant, o conhecimento deve ter base empírica e, ao mesmo tempo, validade universal. Parte em suas análises do mesmo ponto que o racionalismo e o empirismo, refuta a ideia de que o método especulativo tradicional seria um caminho adequado à produção de conhecimento

científico, concordando que sem recorrer aos dados empíricos não se produz conhecimento verdadeiro (TONET, 2018).

De acordo com Tonet (2018), Kant conclui que só se pode conhecer as coisas como elas são para nós e não como elas são em si mesmas, ou seja, só é possível conhecer a aparência e não a essência. Kant chega a tais conclusões por meio de seu método hipotético-indutivo. Segundo Tonet, trata-se de uma superação tanto do empirismo como do racionalismo, pois

O conhecimento não é simplesmente a colheita de dados a partir dos quais e sobre os quais a razão trabalharia para lhes imprimir uma forma. A própria razão, partindo das suas estruturas – as formas da sensibilidade e as categorias do entendimento produzem interrogações, hipóteses. Serão então, os dados colhidos pelos sentidos que terão a tarefa de corroborar ou não essas hipóteses. [...]. Nada poderia enfatizar mais a centralidade do sujeito. É a subjetividade que cria o mundo. Não, evidentemente, na sua estrutura física, mas na forma que ele tem para nós. Tanto os elementos singulares, as sensações, quanto os elementos gerais, a universalidade, são produtos do sujeito (TONET, 2018, p. 42).

A síntese deste contexto foi o reconhecimento de que existiriam duas verdades, a científica, que se posiciona admitindo que não existe verdade definitiva, e a religiosa, que teria o direito de se pronunciar com verdades absolutas por ser a interlocutora de Deus na terra.

Para essas perspectivas, claramente não ontológicas, o indivíduo singular é o produtor do conhecimento. Embora reconheçam que a sua produção seja realizada coletivamente, ignoram a mediação das classes sociais e, portanto, de grupos com interesses diversos em relações sociais. Por desconsiderarem mediações particulares, como as classes sociais e outras particularidades, apresentam a razão como algo congênito e o conhecimento como algo construído teoricamente. Evidencia-se, aqui, a perspectiva gnosiológica, em que o sujeito é central e a subjetividade é priorizada. Postulado regido por uma razão fenomênica.

Nestes termos é que questiono até que ponto as teorias “pós-modernas”, tanto da celebração quanto a que se reivindica “crítica” de oposição — propondo a superação do paradigma moderno e daquilo que dele faz parte —, distanciam-se das bases modernas positivistas. Tonet (2016, p. 8) contribui com esta indagação dizendo que “[...] o chamado pensamento pós-moderno nada mais é que a razão moderna posta sob outra forma e em outro momento histórico social. Afinal, ambos operam a partir dos mesmos fundamentos: os dados empíricos, fenomênicos”.

A título de exemplo, chamam a atenção as semelhanças entre razão moderna e “pós-moderna” no trato da verdade, pois:

[...] a dissolução da ideia de verdade pelo chamado pensamento pós-moderno nada mais é do que o resultado da “constatação” de que a “realidade”, que, para os modernos (Kant e os neokantianos) ainda poderia adquirir uma certa unidade, já é, atualmente, uma infinidade de fragmentos aleatórios, que jamais poderão ser unificados (TONET, 2016, p. 9).

Ao que parece, a questão da polêmica “razão/intuição” foi recolocada (YASBEK, 2018, p. 77) por um movimento intelectual heterogêneo, de tal forma que se fala em “pós-modernismos”.

[...] há teorias pós-modernas, que têm alguns traços comuns: a) a tendência a suprimir a distinção clássica entre aparência e essência e a supressão entre ciência, arte e saberes não científicos; b) a recusa da categoria totalidade; c) a semiologização da realidade social, que implica no privilégio à dimensão simbólica da realidade e seus signos. Em suas formulações encontramos ainda profundo ecletismo e relativismo (COUTINHO *apud* YASBEK, 2018, p. 74).

Os autores que não compreendem os limites do liberalismo clássico, para o liberalismo dedicado à linearidade da sociedade burguesa pela perspectiva do contrato social padecem, obviamente, de tomar pela raiz a história para compreender que a burguesia foi uma classe revolucionária e que os pressupostos de transição das propostas do liberalismo clássico só foram definidos (mesmo para os burgueses) quando estes tomaram o lugar de classe dominante, uma vez que somente a emancipação política poderia ser realizada na ordem capitalista.

Desconsiderar isso é ignorar as bases que sustentam as desigualdades sociais, ou seja, a “questão social” que continua a mesma, proveniente da exploração do trabalho de uma classe pela outra. Cabe considerar os novos contornos da contemporaneidade que, sem níveis de hierarquia, devem ser tão combatidos quanto a lógica classista desta sociedade. Trata-se do preâmbulo das lutas contra a sociedade classista, patriarcal, machista, racista e LGBTQIA+fóbica.

Ora, cabe aqui ponderar que, se houve um “erro” na proposta emancipadora burguesa, o problema estaria nos pensadores e não no mundo moderno, posto que estes vislumbraram a utopia da mão invisível do mercado e a de que a igualdade, a liberdade e a fraternidade poderiam reinar num sistema que pressupunha a exploração de classes como prerrogativa para sua sobrevivência.

Não obstante, Adam Smith e David Ricardo foram pensadores de sua época e contribuíram muito para os estudos da crítica da economia política. Contudo, reviver tais preceitos de forma sorrateira seria muito mais postura de um ideólogo do que de autores comprometidos com as lutas anticapitalistas.

O guarda-chuva da pós-modernidade se permite lançar mão de argumentos de diversos autores, das mais diversas vertentes, interpretando-os sob o seu crivo, desconsiderando as obras

em sua totalidade e recortando-as “sociologicamente”, argumentações falsas sobre interpretações simplistas e equivocadas, por exemplo, do marxismo.

Esse pensamento pós-moderno questiona e nivela os paradigmas marxistas e positivistas. [...] A abordagem pós-moderna dirige sua crítica à razão, afirmando-a como instrumento de repressão e padronização. Propõe a superação das utopias, denuncia a administração e o disciplinamento da vida, recusa a abrangências das teorias sociais com suas análises totalizadoras e ontológicas sustentadas pela razão e reitera a importância do fragmento, do intuitivo, do efêmero e do microssocial (em si mesmos), restaurando o pensamento conservador e antimoderno (YASBEK, 2018, p. 76).

Os recortes permitidos pelas ciências sociais e a absorção das tendências sem o devido critério denotam ao Serviço Social a reiteração de sua tendência sincrética, que parece ser muito presente também em algumas vertentes das ciências sociais. Em outras palavras, pode-se dizer que o Serviço Social não é a única área a ser acometida pelo sincretismo.

Sem ter a pretensão de fechar as arestas aqui abertas, mas apenas contribuir com estudos em andamento da categoria, na busca por romper com o sincretismo em seus fundamentos, considerando que as demandas interventivas continuarão requisitando tal sincretismo aos profissionais, e que tal ruptura se faz necessária para o horizonte do Projeto Ético-Político da categoria, é que ressalto os limites do pluralismo na profissão, pois recorrer a contribuições de outras perspectivas é totalmente válido, mas isso só pode ser realizado a partir de um trabalho exaustivamente analítico envolvendo o entendimento do autor, suas escolhas metodológicas, o seu tempo histórico e qual projeto de sociedade e projeto ético o orienta.

Esses elementos parecem cruciais para o Serviço Social ancorar-se ou não em determinadas conjecturas, tendo em vista que

[...] do ponto de vista das referências teórico-metodológicas, a questão se coloca para a profissão já no início da década de 1990 é o confronto com a denominada “crise” dos modelos analíticos, explicativos nas ciências sociais, que buscam captar o que está acontecendo no fim de século e as grandes transformações que alcançam múltiplos aspectos da vida social. No mundo do conhecimento começam as interferências, não sem conflitos, do denominado pensamento pós-moderno, notadamente em sua versão neoconservadora (NETTO *apud* YAZBEK, 2018, p. 76).

A inferência plausível, a partir desses elementos, é que somente a razão ontológica é capaz de orientar o pensamento crítico e que o tempo presente é a modernidade, ainda que sob novos contornos.

Analisar a realidade tomando a essência, a partir de sua estrutura e dinâmica no movimento, ressaltando as determinações contemporâneas para reivindicar tanto a luta pela emancipação humana, quanto por aspectos óbvios como direitos sociais e a prioridade por políticas

sociais estruturantes, foi e continua sendo central, reconhecida hoje como uma luta contra a sociedade classista, patriarcal, machista, racista e LGBTQIA+fóbica.

Defesas essas incansavelmente feitas por Netto (2015) que, analisando o pós-64, bem como quando falando sobre o capitalismo monopolista (2011), como em tantos outros trabalhos, alerta que a “questão social” contemporânea é a mesma que insurge em meados de 1830 na Inglaterra, sendo sua gênese a relação social contraditória de exploração do indivíduo pelo indivíduo, proveniente do acirramento da luta de classes e da organização da classe operária da época. Obviamente, expressada sob novos e antigos contornos.

Traduzir elementos contemporâneos desta realidade contribui para a compreensão de como as ideologias são difundidas, bem como que a violência doméstica contra a mulher trabalhadora é continuidade, não é exceção, e requer uma luta em unidade classista indubitavelmente maior do que as limitadas teorias e políticas de “enfrentamento” e “empoderamento” propõem.

Contribui, também, para pensar formas de sobrevivência e resistência a serem apropriadas pelo Serviço Social para se fortalecer e contrapor as imposições feitas pelas vias institucionais que, orientadas pela razão fenomênica e sincretismos aos moldes do Estado capitalista, buscam capturar o projeto ético-político da categoria, retirando seu horizonte de luta pelo projeto comunista e impondo o projeto neoliberal como “fim da história”.

De acordo com análises “pós-modernistas”, trata-se de uma sociedade que convive com o iminente fim do mundo do trabalho, mas o que se encontra efetivamente é a extensão da precarização industrial para os setores de serviços e a necessária retomada do capital industrial para a perpetuação do MPC, fato este que impacta e engessa cada vez mais os profissionais que se encontram isolados dos espaços de luta por fora do Estado capitalista.

Por ser irrefutável a centralidade do trabalho e das relações de produção, é que cabe considerar que

[...] o mundo como produto da práxis humana, na qual, sem nenhum desmerecimento e diminuição da subjetividade, a objetividade é o polo regente. Porque, apreendendo a conexão entre o momento da materialidade e o momento da subjetividade, constata-se as possibilidades e os limites postos à emancipação humana pela sociabilidade capitalista. E porque lhe permite ver que há fundamentos para a construção de uma autêntica comunidade humana e que estes fundamentos implicam a conexão entre o momento da materialidade – vale dizer, uma forma de produção da riqueza, via trabalho associado, que, ela mesma é a forma mais livre possível de transformação da natureza – e o momento da emancipação humana, ou seja, da liberdade posta no nível mais elevado possível para o ser humano. Que, somente uma forma efetivamente livre de trabalho pode dar suporte à autêntica liberdade humana (TONET, 2016, p. 12-13).

Assim, quando Marx (*apud* TONET, 2016, p. 13) diz que o desenvolvimento humano depende da redução da jornada de trabalho e do fim do trabalhador assalariado, toca necessariamente no cerne desta pesquisa, tanto no aspecto do trabalho profissional, que como partícipe do mundo do trabalho tem suas relações sociais de produção cada vez mais desumanizadas, alienadas, como também se expressando de modo deletério nas “soluções” propostas para a condição de vida das filhas da classe trabalhadora e da violência a que são submetidas nesta miserabilidade patriarcal chamada de sociedade do capital.

Ignorar ou não dar a devida importância às enormes mudanças que o mundo sofreu nessas últimas décadas é índice seguro de estreiteza mental. Por outro lado, tomar como base as manifestações fenomênicas dessas mudanças para afirmar ou a incompletude e os extravios da modernidade ou a transformação radical do mundo e, portanto, a obsolescência de todas as perspectivas abertas pelo mundo moderno é candidatar-se a uma compreensão superficial dessa realidade. E, com isso, contribuir para a reprodução dessa mesma ordem social. Mas, não há como iludir-se. As formas da razão, que levam a um ou outro tipo de compreensão não são meros produtos da subjetividade. Não são simples elaborações que emanam da cabeça dos pensadores. São, ainda quando isto é negado, o mundo traduzido e interpretado pela cabeça do ser humano, como assevera Marx no Posfácio à segunda edição alemã de *O Capital*. E têm consequências políticas e sociais da mais alta importância (TONET, 2016, p. 13-14).

É irrefutável que “a racionalidade é sempre histórica e socialmente determinada” (TONET, 2016, p. 13). A escolha metodológica determina não apenas um mero percurso, mas uma postura ético-política e de classe.

A emancipação humana pressupõe a “livre associação de produtores livres”, mas isto não ocorre ao acaso, é preciso antes a superação de contradições como a subsunção do trabalho ao capital, mediando o trabalho pelo valor de uso e não pelo valor de troca, gerando abundância para todos, promovendo o desenvolvimento dos sujeitos e não do capital, socializando a riqueza socialmente produzida em que o indivíduo oferta a capacidade de trabalho que pode e recebe de acordo com a sua necessidade (IASI, 2005, p. 191).

Face ao exposto, explicita-se a relação contraditória que implica a atuação profissional do Assistente Social e a contra-hegemonia de seu Projeto Ético-Político, pressupondo que o Assistente Social é chamado para trabalhar na lógica da cidadania do Estado capitalista.

A forma cidadania é fruto de uma elaboração entre forma política e jurídica, emanada da relação social geradora da forma-mercadoria (MASCARO, 2013) que culmina no “direito a desigualdade”, pressupondo a igualdade formal. Esta formulação também é conhecida como emancipação política, momento em que, como pontuado acima, a burguesia se mostrou incapaz de promover uma sociedade sem o Estado, posto que “ao organizar o poder político e a econo-

mia, por intermédio das diferentes instituições, o Estado expressa, hegemonicamente, os interesses das classes dominantes, o que determina que as classes economicamente dominantes também o são politicamente” (ABRAMIDES, 2019, p. 78).

Esse Estado capitalista (de democracia para uma classe) é fundamental para o projeto de dominação capitalista. A sua extinção, contudo, não é obra para um coletivo, ou uma profissão, mas será obra do proletariado em luta (como possibilidade histórica).

Tal relação de transição implica a tese marxiana da necessidade imperativa de tomada do poder político do Estado pelo proletariado como algo imprescindível, que surge a partir do momento de tomada de consciência do caráter de classe do Estado capitalista. Criado e forjado aos moldes burgueses, só poderá ser diluído na transição socialista, com a destruição não apenas do Estado burguês como também da sociedade de classes, pela construção da sociedade de produtores livres para se associar.

Neste sentido é que considerar que o Serviço Social é demandado institucionalmente por elementos sincréticos não impede que a categoria em seus posicionamentos possa construir estratégias de intenção de ruptura com o histórico sincrético que a assombra.

Desta feita, o debate do “enfrentamento” da violência doméstica contra a mulher trabalhadora a partir de estratégias e políticas de “empoderamento” no trabalho profissional do Serviço Social não foi uma escolha ao acaso, mas corresponde a problematizações contemporâneas que ainda não foram superadas, embora as diretrizes para essa superação, partindo da recusa de se defender um “saber específico” da profissão, já tenham sido sinalizadas.

Oportunamente o debate sobre o “empoderamento” se fez necessário a partir do cotidiano profissional e das discussões com Assistentes Sociais atuantes nos serviços diretamente com as/os trabalhadoras/es, considerando que o “empoderamento” é apresentado como nova estratégia, que embora seja mais uma expressão ideológica das investidas de capitulação da classe trabalhadora pelo projeto societário neoliberal está na “moda”, na boca das assistentes sociais e profissionais sem os devidos crivos e considerações. O que mais uma vez remete ao sincretismo da profissão.

3.1.4. Influências do “empoderamento” no Serviço Social: expressões do histórico sincrético da profissão

O serviço social e o trabalho social latino-americano aprofundaram seus estudos para a fundamentação teórico-metodológica a partir do movimento de reconceituação, mas, em cada

país, a perspectiva progressista se delineou segundo as condições sócio-históricas encontradas. No Brasil, defende-se hegemonicamente o direcionamento ético-político e social do projeto ético-político, orientados para a luta por um projeto societário comunista, em prol da emancipação humana.

Páginas atrás falei da publicação da FITS, em 2000, que definia o trabalho social (e/ou o serviço social) com inspiração seniana, metodologicamente funcionalista-sistêmica e psicologizante, servindo, em última instância, ao projeto neoliberal, assim como Amartya Sen.

Essa definição, entretanto, encontrou resistência de trabalhadoras/es e/ou assistentes sociais de muitos países, que por meio de suas organizações se fizeram ouvir, principalmente nos países da América Latina, que por sua representação regional expressaram sua insatisfação. O CFESS fez parte dessa luta em união com a representação regional da FITS. Juntos, realizaram um trabalho estratégico árduo de tentativas de colocar na pauta das reuniões internacionais da categoria a necessidade de rediscutir tal definição, de forma que todos os países se vissem representados ou que a construção fosse a mais generalista possível (CFESS, 2011).

A FITS e a AIETS organizaram um GT mundial de revisão em 2006, mas a resistência a alterações mais uma vez se expressou, nunca se reunindo, de acordo com informações do representante, o Prof. Dr. José Paulo Netto. Devido a essa experiência frustrada, o CFESS e a presidência regional da FITS para América Latina e Caribe definiram por tomar a frente no início da discussão e formularam algumas definições da profissão de forma mais genérica.

Após a revisão ser pautada em inúmeros encontros, e mesmo sem ser discutida, a seguinte definição foi aprovada na Assembleia Geral IFSW e pela Assembleia Geral IASSW em julho de 2014, como definição global da profissão:

O serviço social é uma profissão baseada na prática e uma disciplina acadêmica que *promove a mudança e o desenvolvimento social, a coesão social e o empoderamento e a libertação das pessoas*. Princípios de justiça social, direitos humanos, responsabilidade coletiva e respeito pelas diversidades são centrais para o trabalho social. Apoiado em teorias de serviço social, ciências sociais, humanidades e conhecimento indígena, o serviço social envolve pessoas e estruturas para enfrentar os desafios da vida e melhorar o bem-estar. A definição acima pode ser ampliada em nível nacional e/ou regional (FITS, 2014, p. 1).

Embora tenham sido incorporados mais valores e princípios que expressem, por exemplo, a perspectiva do Serviço Social brasileiro, e aponte para a importância do debate das opressões e das lutas dos grupos minoritários, a definição continua com o direcionamento funcionalista-sistêmico e psicologizante de inspiração seniana. Se apresenta sob velhas vestes, que, para

muitos, apresentam-se como inovadoras, como a ideologia do “empoderamento”, que também faz parte das teorias de Amartya Sen.

A ideologia do “empoderamento”, que se expressa com tamanha força no trabalho social e *Social Work* mundial, também aparece no Serviço Social brasileiro. Para compreender esse processo, é preciso analisar mais detidamente algumas pesquisas e autores expoentes da ideologia do “empoderamento” no Serviço Social brasileiro.

Para este momento do trabalho trago reflexões feitas a partir de aproximações com a dissertação de mestrado *“O fetiche do ‘empoderamento’: do ‘conceito’ ideológico ao projeto político-econômico”* de Ivy Ana de Carvalho, em 2013, mais precisamente com o capítulo 4, momento em que a autora analisa a inserção do termo “empoderamento” no Serviço Social, trazendo um estudo sobre os principais autores que tem grande influência neste debate.

Além disso, por meio de pesquisas documentais nos Anais de eventos do último Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) que ocorreu em 2018, momento do qual pude participar presencialmente, fazendo ainda uma observação participante nas apresentações dos trabalhos aqui utilizados.

Nos Anais foram encontrados três trabalhos com a temática do “empoderamento”, sendo eles: *“A ‘democracia de cooptação’ no Brasil e a incidência do empoderamento no serviço social”*, de Ivy Ana de Carvalho; *“O empowerment e o serviço social: o ‘canto da sereia’ no debate sobre as estratégias e táticas profissionais”*, de Luciana Gonçalves Pereira de Paula; *“Diálogos freirianos sobre politicidade e empoderamento: o contexto da ocupação comuna 17 de abril em fortaleza”*, de Virginia Marcia Assunção Viana.

Luciana G.P. de Paula e Ivy Ana de Carvalho correspondem claramente a uma perspectiva de crítica marxista ao capital e ao “empoderamento”, já Virginia M.A. Viana esboça a postura crítica humanista cristã sob vestes mais modernas, a partir do postulado metodológico dialógico na esteira de Paulo Freire que, embora tenha sido um grande pensador e defensor da educação, ficou entre a fenomenologia e o Weberianismo.

3.1.4.1. Os “diálogos freirianos” e o sincretismo do Serviço Social

Parto da dissertação de mestrado de Ivy Ana de Carvalho, dada a profundidade e dedicação com que revisou os principais textos sobre a temática do “empoderamento”.

A autora inicia analisando Paulo Freire e suas contribuições, referindo que a preocupação central de Freire é fortalecer os oprimidos, sendo que o termo “empoderamento” aparecerá

somente em uma de suas obras, “Medo e Ousadia: o cotidiano do professor”. Neste livro, escrito em meados da década de 1980 em coautoria com Ira Shor, o uso do termo aparece. Freire teria sido influenciado por Shor para o termo aparecer na obra, ainda que Freire fizesse questão de esboçar suas ressalvas e temores com relação aos usos e entendimentos do conceito de “empoderamento”.

Carvalho (2013) recorre a estudiosos das Pedagogias escritas por Freire, como “Pedagogia do Oprimido”, da década de 1970, e “Pedagogia da Esperança”, da década de 1980, para tratar das críticas proferidas ao autor na década de 1970, respondidas pelo mesmo na década de 1980. Dentre elas, as críticas da tradição marxista quanto ao uso do conceito “oprimido”, preferido por Freire à categoria classes sociais, bem como a categoria exploração, que aparece em seus textos sem as devidas conjecturas analíticas quanto ao modo de produção capitalista.

Paulo Freire foi pioneiro nos estudos das relações de poder, fundamentado em vertentes existencialistas, antropológicas, hegelianas, marxistas, bem como pela Teologia da Libertação (referencial cristão). O autor apresenta uma síntese sincrética entre esses elementos pelo método de prática libertadora, apresentando o sujeito como central para tal projeto libertador.

Em sua defesa, Freire (*apud* CARVALHO, 2013, p. 141) dizia que pretendia trazer o indivíduo ao debate, e não tratá-lo como mero reflexo das estruturas socioeconômicas. Entretanto, realizar tais ressalvas não requer, a nosso ver, obscurecer categorias analíticas centrais da modernidade, pelo contrário, requer reconhecer que a luta de classes é propulsora da história. Nesse sentido, cabe inferir que o uso de tais categorias remete ao reconhecimento de que as classes sociais, a exploração em que se baseia o modo de produção capitalista, são centrais para compreender a questão da consciência, tanto no âmbito singular, quanto universal, como também no particular, remetendo às particularidades de classes sociais e momentos históricos que vivenciam.

Acerca da incorporação do conceito de “empoderamento”, logo no prefácio do livro “Medo e ousadia: o cotidiano do professor”, Shor explica que a preservação do termo ocorreu pela riqueza que a palavra compreenderia, definindo “*empowerment*” como “[...] dar poder ao sujeito, ativar a potencialidade criativa, desenvolver o potencial criativo do sujeito e dinamizar sua potencialidade (FREIRE e SHOR, 1986, p. 10 *apud* CARVALHO, 2013, p. 142).

No entanto, Freire, no capítulo quatro do livro, questiona-se sobre o que motivaria tanto os estadunidenses a preservar o uso do conceito “*empowerment*”. O autor argumenta que cursos e saberes podem sim aumentar o poder dos alunos, mas refere temer a expressão justamente por

alguns entenderem o “*empowerment*” como uma prática que por si só ativaria o potencial criativo dos alunos, de modo a fazê-los independentes do professor. Para Freire, isso seria insuficiente à finalidade de transformação social, pois não acredita em processos de autolibertação, inferindo que estes poderiam gerar perspectivas individualistas da liberdade e do “*empowerment*” (CARVALHO, 2013).

Paulo Freire se mostra bastante preocupado com as perspectivas individualistas que influenciam o conceito de “*empowerment*”, ele e Shor debatem sobre métodos estadunidenses e o papel ideológico das propostas de autoajuda e autoaperfeiçoamento tão em voga neste país.

A partir disso, Freire aponta que se trata de um “*empowerment*” de classe social, ou seja, não remete a algo individual, comunitário ou puramente social, mas a algo ligado aos saberes da classe trabalhadora, sendo um processo político de libertação das classes dominadas (FREIRE, 1986, p. 72 *apud* CARVALHO, 2013).

Infiro, junto a Carvalho (2013), que Freire tenta distanciar o conceito de sua origem liberal-conservadora que guarda o postulado de “empoderar” os pobres. Baseados neste entendimento é que alguns autores, analisados no capítulo anterior, defendem que o autor teria “res-significado empoderamento”.

Ana Maria Freire, viúva de Paulo Freire, teria se pronunciado com relação a isso, dizendo que:

[...] o empoderamento nunca foi uma questão para Paulo. *Ele jamais escreveu sobre isso e talvez nunca respondesse diretamente sobre esse conceito.* Porque Paulo tinha um certo receio de dizer “eu tenho poder”, pois isso estava na base da verticalidade das relações, na base do mando. Para Paulo, qualquer decisão era uma decisão com o outro. “Decidir com” é escutar o outro, refletir sobre ele. Paulo preferia trabalhar com o desvelamento da realidade, com o processo por qual o indivíduo passa para se tornar crítico, optando por uma posição a favor ou contra algo. Com isso o diálogo pode se instaurar e é possível construir um “ser mais”. Isso é muito diferente do empoderamento. *O empoderamento é individualista, uma criação do neoliberalismo. E devemos ter cuidado com a falácia do empoderamento, pois, no processo de nossa libertação, devemos criar a nossa autonomia.* Mas ninguém é livre ou autônomo sozinho, então devemos procurar, também, a libertação e autonomia do outro, dando-lhe condições de ser sujeito da história (FREIRE, A, s/d *apud* CARVALHO, 2013, p. 145, grifos meus).

Ana Maria Freire evidencia o que já havia dito Paulo Freire, que o “*empoderamento*” possui forte tendência ao individualismo por ser “criação” do neoliberalismo e perspectivas conservadoras liberais.

Ainda assim, o sincretismo do autor o fez tentar adaptar a palavra quando dialogando com Shor, o que o levou a falar em “*empowerment* de classe social”. Tal tentativa de “ressignificar” caiu nas graças de diversos movimentos sociais e grupos mais à esquerda brasileira, mas também da direita.

A polêmica em torno do debate do conceito de “*empowerment*” em Freire se agrava quando seus seguidores recortam suas ressalvas ao termo e deixam de problematizar a tentativa freiriana de dar ao termo um sentido classista, o que acaba por direcioná-los a perspectivas de “empoderamento” que atendem aos defensores de postulados individualistas e liberais.

Carvalho (2013) chama atenção ainda para certa aproximação do ecletismo freiriano ao campo “pós-moderno”. A autora enfatiza que:

[...] temos por suposto que Paulo Freire com sua perspectiva de análise eclética, ao questionar categorias fundamentais do marxismo, tal como a de classes sociais, acaba afinando suas indagações às feitas pelo campo pós-moderno, embora não compactue com essa corrente teórica. Com isso, ainda que não mencione em seus estudos argumentos centrais da análise pós-moderna, passa a servir de referência para autores que bebem deste heterogêneo campo. Logo, sendo o pós-modernismo uma corrente teórica a embasar o debate do “empoderamento”, observamos que aspectos das apreensões de Paulo Freire fundem-se a características do referido campo. Dentre estes, a centralidade ocupada pela categoria “oprimido” ao invés de classe social, a não menção direta ao capitalismo, bem como às relações de poder assentadas na contradição de classe (CARVALHO, 2013, p. 145-146).

Carvalho (2013) enfatiza, e tenho acordo, que a categoria classe social em Freire parece muito mais próxima à concepção Weberiana que a Marxista, quando Weber delineia que classe social é “[...] o conjunto de indivíduos que partilham determinada posição no mercado” (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010, p. 84 *apud* CARVALHO, 2013, p. 146).

Ao falar sobre classe social, Freire não entende que o processo de sua constituição se dê a partir das condições objetivas da classe trabalhadora, mas por um conjunto de indivíduos. A determinação que os une seria sua posição no mercado, como se ele estivesse vislumbrando uma pirâmide social. Esses elementos permitem considerar que as reificações dessa lógica invertida levaram Freire a incorporar certas ideologias falsas e conhecimentos falsos que o levaram a desconsiderar os elementos sócio-históricos que determinam as condições objetivas de mediação da classe trabalhadora.

O lodoso campo do “pós-modernismo” se permite incorporar e adequar conteúdos à revelia de seus criadores e, muitas das vezes, o fazem sem o devido aprofundamento, cuidado e trato dos conceitos e teorias, e, embora para alguns Freire seja considerado como um pioneiro

do “pós-modernismo”, acredito que ele se aproxime muito mais da teologia da libertação¹⁰⁰, como um bom teórico do humanismo cristão. E que suas produções sejam incorporadas a estudos das mais diversas perspectivas teóricas, como também suas estratégias e táticas de intervenção podem servir inclusive para a atuação do Serviço Social, considerando que o que é central para o trabalho profissional é o conteúdo e não necessariamente a forma.

Paulo Freire foi um importante pensador, um professor brilhante da linha humanista e um grande militante. Nesse processo, o autor fez importantes contribuições, suscitou mobilizações junto aos movimentos sociais da classe trabalhadora, posicionou-se contra a ditadura civil-militar no Brasil e contra as ditaduras na América Latina. Fez problematizações acerca da relevância, por exemplo, da educação popular, dos conteúdos dos saberes populares, como também da denúncia ao autoritarismo presente nas relações entre educador e educando.

O autor não poderia ser reconhecido como revolucionário no sentido da luta pelo socialismo e comunismo, pois sempre se indagou sobre disputas no limite da condição de cidadania — emancipação política —, incorporando algumas categorias marxianas à sua maneira de compreender. Tal feito deixou fortes traços positivistas, por ter defesas muito mais dialógicas que dialéticas, desconsiderando a centralidade da história.

Malgrado de tudo, adquirir conteúdo crítico, por si só, ainda que coletivamente construído, não garante sujeitos críticos e revolucionários, ou ainda, pode até formar sujeitos críticos, mas a transformação social depende de um projeto societário da classe trabalhadora que, como está aqui sendo delineado, pode ou não se entender como classe para si e definir não pelo conformismo, mas pela necessária transição de sistema social.

No Serviço Social os diálogos freirianos são facilmente introjetados, como tratado acima neste mesmo capítulo; o sincretismo é um traço com o qual o Serviço Social ainda não conseguiu romper. Para esboçar a atualidade deste debate, na defesa das teorias freirianas e das teorias de “empoderamento”, Virgínia Márcia Assunção Viana, professora da Universidade Estadual do Ceará com formação em Serviço Social, redigiu o referido artigo para o ENPESS 2018. No trabalho, a autora retrata a experiência de quatrocentas famílias que em conjunto com

¹⁰⁰ A Teologia da Libertação é fruto de uma preocupação em auxiliar a população pobre e oprimida na luta por seus direitos, por meio de uma análise crítica da realidade social. Surge dentro da Igreja Católica na década de 1960. Contrariando a hierarquia do catolicismo, seus adeptos promovem críticas que colidem com os interesses estatais e econômicos. Para maiores informações vide: Camilo, R.A.L., A teologia da libertação no Brasil: das formulações iniciais de sua doutrina aos desafios da atualidade. Anais do II Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais da UFG. Disponível em: <<https://www.cidadelivre.org.br/index.php/biblioteca/send/31-teologia-da-libertacao/54-a-teologia-da-libertacao-no-brasil-das-formulacoes-iniciais-de-sua-doutrina-aos-novos-desafios-da-atualidade>>. Consultado em: 17 Abr. 2020. Um estudo mais aprofundado é encontrado em LÖWY, Michael. A guerra dos deuses: religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.

movimentos como campo-cidade com MST, MCP (Movimento de Cultura Popular) e Unidade Classista enfrentaram o desafio da especulação imobiliária de Fortaleza na luta por moradia.

A experiência ficou conhecida como Ocupação Comuna 17 de abril, em Fortaleza, de 2010 a 2014. A autora entendeu este processo como de resistência e formação política a partir do diálogo entre Freire e Shor, ressaltando a defesa da educação como um ato político (VIANA, 2018).

A partir de debates freirianos, a autora explica que politicidade e “empoderamento” estão circunscritos no resgate da “[...] capacidade e potencialidade da busca da liberdade e libertação humana, de ‘ser-mais’, bem como em uma [...] necessidade ontológica de na busca pela libertação construirmos uma leitura do mundo com perguntas e dúvidas, problematizando e dialogando sobre os ‘quefazeres’” (VIANA, 2018, p. 2).

Nestes termos é que entende que o sentido da vida social pode se dar pela transformação social, democracia, participação e esperança. A esperança, para a autora, seria no sentido de rupturas de “situações limites” pelos atos-limites (VIANA, 2018).

Através desses atos-limites a fronteira entre “o ser e o ser mais” se transpõe, e pode ampliar a liberdade dos oprimidos e fazê-los descobrir o “inédito-viável”; que é o inédito, o sonho utópico existente, mas que só será possível a partir da práxis libertadora, quando através da reflexão-ação se extinguirem as situações limites que nos limitam a “ser menos” (VIANA, 2018, p. 2).

Reconhece junto a Freire, entretanto, que “empoderar” individualmente não seria suficiente para a compreensão política e transformação social, já que a liberdade seria um ato social (VIANA, 2018).

Viana (2018) garante um esboço contemporâneo da voz corrente de grande parte das/os assistentes sociais contemporâneos, que ao se depararem com limites concretos para o trabalho profissional e sua proposta de trabalhar pela organização e mobilização das/os trabalhadoras/os atendidos, seja por seu bairro, pela escola, ou por questões da cidade etc., optam por garantir certos acessos a níveis de consciência crítica humanista cristã, pois ao passo que entendem que “empoderar” individualmente não é suficiente, escolhem chamar um sujeito coletivo para que eles busquem sua liberdade a partir de sua assessoria.

A ideologia falseada se faz presente pela crença na democracia burguesa que se expressa na relação contraditória da luta de todo cidadão para ser, de fato, um cidadão.

Mulheres trabalhadoras negras, nos serviços da política de assistência social, nos espaços de grupo de mulheres, encontram orientação quanto aos seus direitos e deveres, momentos de troca sobre o cotidiano, aprendem estratégias de sobrevivência e se fortalecem quanto à sua

beleza, seu modo de ser, suas ideias, minimamente elas se olham e bem sabemos que isso já é revolucionário no contexto de barbárie brasileiro, mas, a capacidade de luta, organização, reivindicação e conquistas dessas mulheres é muito maior que “empoderamento”.

Um caminho estratégico que passa pelo “empoderamento”, mas o supera, deve garantir espaços de formação política, social, econômica e cultural, principalmente para mulheres, mulheres trabalhadoras negras e não negras. Desde acessos a teatros, cinemas, até círculos de formação, grupos de teatro e dinâmicas, assim como o incentivo à leitura, à busca por conhecer suas histórias e as histórias de suas famílias, que possam fazer da contação de histórias momentos de encontros entre realidades de famílias racializadas, exploradas, de machismos, violências, fazendo desses enovelamentos violentos, de histórias de superações na vida cotidiana e de estratégias de sobrevivência, como também de resistência, uma mediação para a crítica às instituições, à história ocultada e ao sociometabolismo capitalista racista, classista, sexista, machista, patriarcal e LGBTQIA+fóbico.

3.1.4.2. Faleiros e o sincretismo: entre o novo estruturalismo e a ideologia “pós-moderna”

Outro autor central para entender as vinculações do “empoderamento” com o Serviço Social seria Vicente de Paula Faleiros, professor de grande reconhecimento dentro do Serviço Social brasileiro e latino-americano, militante pelas lutas que envolvem a democratização do acesso a serviços, trabalho e consumo, que inaugura essa temática em seu livro “Estratégias em Serviço Social”, compilado de produções realizadas entre 1985 e 1997, anunciando o “*empowerment*” num formato terapêutico para ser utilizado na atuação profissional da categoria para que, a partir do estabelecimento de um vínculo entre profissional e atendido, seja possível fortalecer os “oprimidos”.

Partindo do entendimento de que poder é algo relacional, Faleiros dedica-se a explicar seu “paradigma da correlação de forças”, que consiste no poder dos sujeitos atendidos em relação com o Assistente Social. Assim, o “empoderamento” é apresentado como um instrumento, que na ação profissional permite intervir nos poderes institucionais e nas relações de poder fragilizadas para resgatar a cidadania, a autonomia e a autoestima dos atendidos.

A inspiração de tal postulado está em Judith Lee, professora norte-americana de *Social Work*, e em Maurice Moreau, que teria introduzido a abordagem estrutural no *Social Work* canadense.

Lee enfatiza três dimensões: o fortalecimento do eu (positivado e poderoso), a criticidade (na apreensão da realidade sociopolítica) e a utilização de recursos (visando alcançar objetivos pessoais e coletivos). Já Moreau aborda quatro dimensões para o chamado “*empowerment*”, em suas palavras: a defesa. Definido pelo autor como uma concepção da intervenção profissional enquanto “confrontação de interesses, recursos, energias, conhecimentos, inscrita no processo de hegemonia/contra hegemonia, de dominação/resistência e conflito/consenso que grupos sociais desenvolvem a partir de seus projetos societários básicos, fundados nas relações de exploração e poder (FALEIROS, 2010, p. 44 *apud* CARVALHO, 2013, p. 167-168).

Sob tais influências, Faleiros forja suas concepções quanto ao “*empowerment*”, que o evidencia na contemporaneidade como um representante do projeto societário liberal, colocando para a/o Assistente Social a incumbência de realizar o “empoderamento” como instrumental “terapêutico”.

O autor faz uma crítica às políticas institucionais universais, por acreditar que elas são limitadas ao não considerarem inserções sociais em condições diferenciadas como classe, raça/etnia, sexo e sexualidades, embora reconheça que estas são cruciais para fortalecer a cidadania.

Por tais ressalvas, o autor refuta as políticas universais, defendendo que a desresponsabilização do Estado pode ser entendida como uma oportunidade para inovar e ampliar a cidadania, atendendo particularidades como as mencionadas acima que, em seu entendimento, não seriam contempladas pelas políticas institucionais universais.

Os neoliberais criticam as políticas universais por gerarem dependência dos benefícios, o que os faria defender a transferência das responsabilidades estatais para as famílias e os indivíduos. Faleiros salienta que tal argumentação gera a desresponsabilização estatal, mas longe de criticar ferrenhamente essa ideia, o mesmo vê neste íterim uma “oportunidade de inovação”.

Faleiros defende que o cuidado e a garantia de direitos teriam se tornado algo distante da perspectiva universalista, que ele chama de burocratismo formal. O autor defende ainda o “empoderamento” de grupos, que, no seu entender, pode ser realizado via solidariedade, autoajuda, lazer, cooperativas, empresas, passeatas, discussões e protestos. O autor parece apostar suas fichas em estratégias de socialização comunitárias e outras psicologizantes.

A “terapêutica” de “empoderamento” reforça as pautas identitárias, isolando-as em grupos, sem realizar as devidas mediações que provocariam que a luta de um fosse reconhecida como a luta do outro, bem como a compreensão da dimensão de que tais opressões podem não ter sido inventadas no capitalismo, mas foram incorporadas à sua maneira e segundo as suas necessidades de exploração do trabalho, controle e manutenção social.

Por fim, Faleiros defende que o Assistente Social, no uso do “empoderamento” em sua ação profissional, não estaria se remetendo a práticas do Serviço Social tradicional, mas caminhar no sentido oposto, ao considerar as relações sociais de poder, o contexto social, as forças existentes, as mudanças nas relações, e a necessária garantia de direitos, mediante a desigual relação entre o sujeito e os recursos disponibilizados.

Em suas pesquisas, Paula (2018) contribui ao encontrar em Faleiros traços funcionalistas, quando o mesmo entende que as instituições em que os Assistentes Sociais se inserem seriam “organismos”, termo este reconhecido por elaborações durkheimianas. Segundo a autora, Faleiros se contradiz em sua própria crítica ao funcionalismo ao incorporar conceitos como este, pois o leva a validar que a sociedade seria um organismo harmônico, formado por partes integradas e coesas. A autora capta e permite aqui explicitar o sincretismo do autor.

A partir deste arcabouço sincrético, encontra-se em Carvalho a seguinte análise:

Refletindo sobre estes elementos trazidos por Faleiros, vinculados à sua acepção de poder, observamos também no autor uma discussão do poder, tal como disse Boron (2011, p. 77), “(...) como se fosse uma essência metafísica (...)”, haja vista que não foca o debate a partir da sociedade vigente, não levando em conta suas determinações mais fundamentais. Dessa maneira, desconsidera características essenciais do capitalismo latino-americano, e inserido neste, das particularidades da formação sócio histórica brasileira para pensar as relações de poder e as correlações de força. Dentre as consequências desta leitura de Faleiros apartada da perspectiva de totalidade, destacamos o modo segmentado com que analisa a questão do poder, caindo em certa medida num essencialismo, visto que menciona a existência de um “poder profissional”, “poder do oprimido”, “poder institucional”, “poder identitário” e “poder do cidadão” (CARVALHO, 2013, p. 172).

Carvalho conclui que Faleiros faz estas defesas por representar a inserção do “pós-modernismo” no Serviço Social.

Chama a atenção, vale ressaltar, que ambas as autoras identificam Faleiros como um autor “pós-moderno”. Paula (2018), no entanto, esmiúça tais questões, identificando influências funcionalistas, foucaultianas, que ela localiza como estruturalista, como também bourdianas, o que a faz entender o autor como eclético, mas que ainda assim a faz colocar Faleiros na quadra da “pós-modernidade”.

Paula (2018), assim como Carvalho (2013), entende que o conceito de “*empowerment*” em Faleiros desconsidera o caráter classista crucial para os debates acerca da sociedade capitalista. Entendem também que esses postulados estão orientando a construção das Políticas Sociais no Brasil, tendo como maior expressão as diretrizes das Políticas de Assistência Social, influenciadas por diretivas de órgãos internacionais, o que incide de forma fulcral no exercício

profissional das/os Assistentes Sociais, independentemente da política em que as/os mesmas/os estejam inseridas/os.

Embora as autoras façam percursos distintos para chegar à conclusão de que Faleiros é “pós-moderno”, ambas não ultrapassam essa noção rotular. Ocorre que é preciso uma análise imanente¹⁰¹ para compreender a que servem tais teorias no interior do Serviço Social. Faleiros nem sempre foi fortemente influenciado pelas teorias “micro”, ou seja, que priorizam ou até desacreditam as teorias “macro” que se preocupam com a totalidade, com o universal.

O autor já contribuiu bastante com a categoria profissional¹⁰², mas na busca por construir um tipo de “saber” profissional ele peca entre os sincretismos, pois busca responder às demandas institucionais feitas às/aos trabalhadoras/es do Estado capitalista.

Diferente dessa postura, busco traduzir o que é demandado pela instituição, pelas/os trabalhadoras em atendimento por casos de violência contra a mulher trabalhadora, e como podemos contribuir com o processo de problematização e lutas em curso na história da classe trabalhadora, buscando assim subsidiá-las em suas lutas cotidianas, saindo das estratégias de sobrevivência e buscando construir espaços de resistência considerando as questões de classe, sexo, raça e sexualidades.

O guarda-chuva teórico que é nomeado como “pós-modernismo” não pode ser tratado como um monstro, todo cuidado é pouco no trato teórico para não criarmos nossos monstros. Não é de hoje que encontramos assistentes sociais em sofrimento, buscando soluções míticas para *fazer acontecer* em sua atuação profissional; tais clamores levaram a essas expressões na profissão, inclusive teóricas.

Foucault, por exemplo, possui análises bastante interessantes, como em seu estudo *Vigiar e punir*¹⁰³. O problema é o percurso teórico feito pelo autor, que nega o universal, e trata o poder como mera forma de dominação. Entre consciências falsas e verdadeiras, Foucault acabou produzindo ideologias falsas ou sendo teórico base para teorias reformistas, como a sua defesa de que é possível aumentar o poder como uma disputa de domínio.

¹⁰¹ A crítica imanente é aquela que necessita identificar histórica e concretamente aquilo que não pode ser satisfeito somente sob as bases da atualidade, mas que pela gênese e necessidade social de perpetuação pode responder as indagações que possam suscitar, corroborando com o impulso daqueles que pretendem contribuir analiticamente com uma transformação radical da sociedade (LUKÁCS, 2013; LESSA, 2007).

¹⁰² Para uma excelente contribuição do autor ancorada na teoria de Marx vide FALEIROS, V.P. O que é política social. São Paulo: Brasiliense, 2017.

¹⁰³ FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault_vigiar_punir.pdf>. Acesso em: 28 Mar. 2021.

Oportunamente, lembro das análises sobre Kant feitas por Tonet (2018), que serviram de base para que a falsa consciência da sociedade como fragmentos de fragmentos emergisse. Em Kant só seria possível conhecer a aparência e não a essência, cabendo à subjetividade a tarefa de criar o mundo na forma que o mundo é representado pelos olhos dos indivíduos. A realidade, portanto, seria produto desta representação. Tal conhecimento cinde a verdade como científica e religiosa, absoluta e não passível de explicações, fundada na construção do conhecimento, teoricamente priorizando a subjetividade de forma gnosiológica.

Considerando estes aspectos, o que seria uma proposta de pensamento “pós-moderno” senão uma radicalização do positivismo, ou seja, continuidade da modernidade e não ruptura, uma vez que se baseia no agnosticismo e no anti-historicismo para afirmar que a “realidade” seria formada por fragmentos aleatórios, por conseguinte, jamais unificáveis, contrapondo em última instância a perspectividade de totalidade.

Essas tendências são marcadas pelo sincretismo, ecletismo e relativismo, expressões deste momento histórico, próprio da chamada “pós-modernidade”, do sincretismo nas ciências sociais travestido de “pluralismo”. Por isso é tão difícil e confuso compreendê-las e refutá-las.

As heranças do estruturalismo e alguns resgates do neopositivismo corroboraram para o surgimento do que viria a se reivindicar como “pensamento pós-moderno”, marcado pelo violento giro à direita.

Em Netto (2010) se encontra a análise de que o estruturalismo teria sido mais uma preparação do que prossecução para o chamado “pensamento pós-moderno”. Reconhece, não obstante, o posicionamento radical anti-ontológico, crítico à razão ontológica e às perspectivas teóricas que se orientam pela ontologia do ser social.

Por meio da retórica da mistificada “globalização”, acentuam uma tendência à cisão entre riqueza e pauperismo no plano econômico, ou seja, uma recusa total às análises acerca da crítica da economia política marxista e das microteorias. Tal recusa nada mais é que uma resposta estratégica ideológica para as problematizações levantadas acerca das contradições da ordem capitalista (NETTO, 2010), que casam perfeitamente com a noção de política social possível, trabalho profissional possível, ou seja, sempre se sujeita aquilo que é possível como um limite intransponível, o possibilismo.

Nestes termos é que incorrem no reducionismo e/ou particularismos ao delegar à razão moderna a não efetivação das promessas da modernidade, desconhecendo — não inocentemente — que tais promessas foram feitas pela burguesia em ascensão como emancipação política, e foram realizadas pela mesma no poder por meio da outorga do título de cidadão aos

sujeitos sociais desconsiderando a desigualdade social constitutiva do capitalismo, e que só foram estendidas a toda a humanidade, incluindo a indígenas, negras e negros, por meio de muita luta de classes, e que ainda hoje são brutalmente negligenciadas, ora mais ora menos, a depender das contradições e fortalecimentos coletivos na luta de classes.

Encontra-se em Netto (2010) um melhor delineamento, que nos fez afirmar que melhor seria chamar de ideologia “pós-moderna”, visto que ela configura não “tempos pós-modernos”, mas o espírito do tempo do tardo-capitalismo.

A ideologia “pós-moderna”, como tal, não é uma mera mentira, mas uma falsa consciência ao passo que não pode reconhecer o seu próprio lastro, a sua história. Ainda assim, é consciência, pois ainda que formulem sínteses a partir de um conhecimento que se limita à aparência, ao “olhar”, ou ainda que atinjam a essência, ou seja, uma consciência verdadeira da realidade, fornecem respostas limitadas e limitantes dentro do possibilismo da vida cotidiana, de um anticapitalismo mais antineoliberal que contra o capital. Nas palavras de Netto,

Ideologia que é, o pós-modernismo *funciona* como ideologia: incide no comportamento e na vida prática daqueles que a internalizam. Ela é uma (não a única) ideologia específica da ordem do capital na quadra histórica em que este se mundializa e tem hipertrofiadas as suas dimensões especulativo-financeiras que, dado o marco institucional da sua dominação, apresentam-no imediatamente como fluido e volátil – atributos que se transferem ao complexo societário que ele matriza (NETTO, 2010, p. 266).

Face ao exposto, me permito arriscar ao inferir que dizer que está criando uma concepção de mundo, uma falsa “ontologia”, não pode ser considerado como nada além de uma expressão da falsa consciência. A ideologia “pós-moderna”, tanto de “celebração” quanto de “oposição”, é um tentáculo da razão fenomênica, com protoformas do estruturalismo e fortes traços de continuidade positivistas, do estruturalismo e do “novo estruturalismo”.

Essas ressalvas se fazem essenciais em momentos nebulosos como o atual, pois o esvaziamento do conteúdo histórico e político das afirmações tem sido um dos grandes erros no campo da esquerda radical. A esquerda racial, à qual pertenço, é radical porque vai à raiz na crítica para reivindicar a pauta máxima para a classe trabalhadora. Queremos tudo, porque se a classe trabalhadora tudo produz, a ela tudo pertence.

O delineamento aprofundado do guarda-chuva teórico “pós-modernismos”, é imprescindível, evitando confusões e não tratando os autores como uma ou duas obras, mas pela síntese de suas contribuições, ressaltando acordos e desacordos, evitando conflitos e confusões desnecessárias, como quando se diz que tudo que não é marxista não presta, ou é “pós-moderno”. A duras penas, espero que para minha maturidade intelectual, tenha aprendido que a

crítica deve ser feita, mas sem tomar o autor por uma obra, por um giro reformista. É preciso toma-lo pelo conjunto de suas obras e tentar entender quais foram os fatos históricos e pessoais que os levaram a contribuírem tanto em alguns momentos, e se perderem em outros.

A síntese dessa primeira parte do trabalho é que garante efetivamente que meus apontamentos não serão tomados como vitimismos, uma mera cobrança, ou uma mera crítica ao Estado capitalista, ou ainda a culpabilização das mulheres trabalhadoras, ou do Estado capitalista e da comunidade.

A primeira parte foi dedicada a trazer um pouco de história, tanto da história que nos foi contada quanto daquela que por muito tempo fora ocultada e que ainda persiste oculta para a maioria da humanidade, haja vista que os giros reformistas são o ápice do sonho democrático — pelos *ethos* burguês patriarcal, racista e sexista — que países como EUA e Brasil, ex-colônias, em condições bastante diversas, conseguem sonhar. Nos Estados Unidos, Joe Biden é a redenção, como retorno ao passado conhecido como “terceira via”, portanto, “menos desconfortável”; no Brasil, Lula é o velho futuro.

Na segunda parte da tese, conforme já fora anunciado, pretendo contribuir com a perspectiva de totalidade acerca das condições de violência vivenciadas por mulher trabalhadoras negras e não negras brasileiras. Faço um recorte do real em movimento, portanto, tenho ciência de que é bastante limitado, mas trabalho com as sujeites, partindo de aspectos locais, de singularidades, embebidas de elementos universais, para trazer na síntese particularidade das violências sofridas por essas mulheres e também por nós mulheres trabalhadoras assistentes sociais assalariadas negras e não negras.

Compreender a violência como categoria analítica e não como um conceito, termo, ou objeto, é o que me faz fortalecida para arriscar, por fim, tratar do trabalho profissional *da/o Assistente Social trabalhador/a assalariados/as do Estado capitalista que atuam com violência contra a mulher trabalhadora dentro das propostas, ações e políticas sociais de “empoderamento”*.

PARTE 2. A CRÍTICA ÀS LUMINÁRIAS: PARA QUE VAGALUMES, BORBOLETAS E MARIPOSAS ENCONTREM A LUZ QUE TANTO BUSCAM, A LUA E AS ESTRELAS¹⁰⁴

A mulher demais

Dizem que sou crítica demais,
 Incisiva demais,
 Radical demais,
 Dizem que sou sincera demais,
 Capaz demais ou incapaz demais,
 Dizem que a lâmpada importa para a existência dos vagalumes e que minhas verda-
 des só apagam suas luzes,
 Dizem que importa proteger, que importa garantir, que importa dirimir.
 Importa dirimir e importa proteger quando não se é o ser na condição de não ser,
 Importa salvar, importa afagar,
 O que importa é se sentir afagar no mais íntimo e obscuro sentimento de ser um
 bom ser.
 Quantos Rodolfos, Madames George e padres Laporte ainda teremos de ver recria-
 dos pelos Eugene Sue até que o todes da classe trabalhadora se reconheça, se forta-
 leça e se levante em unidade nacional, internacional e anticolonial?
 Minha crítica lhes ofende, minhas verdades lhes machucam, minhas dores lhes con-
 solam, minhas alegrias lhes consomem. Foda-se!
 Se não podes compreender a minha luta, se não te dispões a combater as sociedades
 de classes, não fale em meu nome.

Anala Negra¹⁰⁵

Como um movimento de retorno ao concreto pensado, a partir de um primeiro esboço do problema analisado, articulado às categorias analíticas que emergem da realidade, assim como de outras que foram possíveis construir a partir do processo mediativo dessa pesquisa, a segunda parte da tese pretende problematizar: afinal, quem são as/os sujeitas/es da pesquisa na particularidade brasileira. Falo das mulheres trabalhadoras negras e não negras, assim como das/os trabalhadoras/es assalariadas/os pelo Estado capitalistas e as possibilidades concretas postas na realidade destes encontros e desencontros perante a divisão sexual, social, racial, intergeracional e técnica do trabalho que coloca assistentes sociais como mediadores de direitos

¹⁰⁴ Assim como Georgy Lukács, Ana Cotrim, uma grande especialista em sua obra, e outros autores, afirmo a importância de borboletas, mariposas, libélulas e vagalumes poderem seguir a luz natural, portanto, ontológica, que tanto buscam, ao invés da luz da atraente luminária, ainda que para isso, no processo, as luzes das luminárias, lamparinas e lâmpadas tenham que se apagar.

¹⁰⁵ Como já mencionado em outro momento da tese, Anala Negra é o pseudônimo utilizado pela autora desta tese para expressar de forma poética suas inquietações durante o percurso de doutoramento. Aqui apresento epígrafes de diversas obras acadêmicas, científicas e literárias.

sociais, políticas sociais para enfrentar junto às mulheres atendidas a condição de violência doméstica.

O capítulo 1 comprovou com análises estatísticas, de pesquisas científicas, reportagens de jornal, que a violência no Brasil tem rosto de mulher negra trabalhadora. Estas são as mais desprotegidas pelas políticas públicas e sociais, também são as mais empobrecidas, mais exploradas, violentadas e esquecidas, principalmente na velhice. O debate não poderia levar a outro desfecho, senão aos limites da emancipação política e ao horizonte da emancipação humana.

O capítulo 2 contribuiu ao falar do trabalho profissional do assistente social em sua autonomia relativa colada na realidade da barbárie vivenciada pela classe trabalhadora à qual pertencemos. Para tanto, a categorias assistentes sociais trabalhadoras/es assalariadas/os pelo Estado capitalista foi elaborada e utilizada, auxiliando na compreensão de como profissionais da categoria tem seus projetos profissionais capitulados pelo projeto societário neoliberal, com traços até mesmo ultraconservadores, ou ainda como limitam suas lutas contra o neoliberalismo e não contra o capitalismo.

O capítulo 3 foi um desafio de síntese da barbárie da realidade em que ocorrem os atendimentos em Serviço Social às mulheres trabalhadoras negras e não negras em condição de violência doméstica, tratando de contribuir para a reflexão sobre os limites e as possibilidades dessas intervenções.

CAPÍTULO 1. DE OBJETO A SUJEITO: A SUPEREXPLORAÇÃO DAS FILHAS NEGRAS E NÃO NEGRAS DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL

O título deste item foi pensando justamente para explicitar que, embora no sociometabolismo capitalista do Brasil o nó da “questão social” seja a questão étnico-racial, neste estudo o enovelamento com a ideologia de gênero/sexo e a exploração de classe puxam o nó mais para a discussão no interior das relações sociais de sexo centralmente alienadas das mulheres trabalhadoras negras e não negras.

Inadmissível é a ideia de um marxismo que não responda às questões das mulheres negras e não negras. Os embriões das ideias, que agora afirmo com maior propriedade, podem ser vistos em maior medida em minha pesquisa de mestrado, de 2015, momento em que já pontuava a condição das mulheres negras e o Brasil como um país racista e controlador das sexualidades das mulheres, principalmente das negras que seriam destinadas ao sexo pelo estereótipo da “cor do pecado”, a “mulata brasileira”, e as pretas às cozinhas e aos cuidados dos filhos brancos da elite e da classe média de maiores posses.

Para aqueles que defendem que a violência contra a mulher pode ser doméstica, familiar, de rua, institucional como quanto ao trabalho, digo que o enovelamento no Brasil é ainda mais complexo, por exemplo, em tom de denúncia, lembro do genocídio da população negra, da juventude negra, da violência policial.

Temas extremamente complexos, formas violentas, mas a violência enquanto categoria analítica requer pensar em formas que talvez não possam ser reduzidas a tais categorias, ou melhor, que ao invés de serem categorizadas, deveriam ser denunciadas e refutadas, como outras que ocorrem cotidianamente e são tão negligenciadas quanto — sim, o Estado capitalista é negligente por essência, pois é capitalista com essência formal e abstrata, ou seja, apenas jurídica e civil; não se reverberam na realidade senão mediante muita luta e ainda assim, pode não se reverberar.

Refiro-me ao caso das Mirtes, mulheres trabalhadoras negras que se veem obrigadas a deixar seus/uas filhos/as sob cuidados de terceiros/as para facilitar a reprodução social de outras mulheres, em geral, não negras, trabalhadoras assalariadas com alto poder aquisitivo, e/ou mulheres da classe dominante. A figura da mucama continua intata no cenário brasileiro.

A crítica não é à terceirização do cuidado dos filhos/as feita por essas mulheres, já que prefiro falar da socialização do cuidado dos filhos/as e da supressão das classes sociais, mas sim à violência e às formas da violência que se reinventam no Brasil ao liberarem as mulheres da classe dominante das amarras do patriarcado, colocando mais peso ainda nas correntes que atrelam as mulheres trabalhadoras negras a senzalas do passado.

Mirtes Renata de Souza, mãe de Miguel Otávio¹⁰⁶, menino de 5 anos que morreu ao cair de um prédio de luxo, no Recife, em 2020. Sarí Corte Real era a contratante, patroa de Mirtes, contratada na residência como trabalhadora doméstica. Miguel ficou sob os cuidados de Sarí, sob sua responsabilidade, para que Mirtes fosse passear com a cachorra da família que a empregava. Nesse curto espaço de tempo, de passear com um cachorro, Miguel subiu sozinho até o 9º andar e caiu do prédio. Se foi um descuido, acidente ou não, não me cabe afirmar, mas cabe reivindicar justiça para Mirtes e a família de Miguel.

Além disso, esse dentre tantos outros casos de violência explicitam a complexidade do nó étnico-racial, sexista, classista e patriarcal brasileiro que atinge violentamente as mulheres negras. Assim como Mirtes, diversas mulheres trabalhadoras dependem de escola infantil para filhos/as, que não lhes atendem em feriados, períodos noturnos ou em caso de adoecimento da criança. Tal situação é totalmente contraditória desde o fato dessas mulheres terem que deixar seus/uas filhos/as para cuidar de terceiros/as, como também para os casos de acidentes e violências que podem ocorrer com essas crianças sozinhas em casa ou sob os cuidados de terceiras/os.

Isso não é culpa da genitora, não é escolha dela, afinal, ela faz suas escolhas não como quer, mas sob condições historicamente determinadas e determinantes. Se desejou ou não o/a filho/a — argumentos que em geral culpabilizam as mães de “terem aberto as pernas” — pouco importa, o que importa é que tenha condições de reprodução social de qualidade e que essa mulher trabalhadora negra tenha condições de superar tais condições. O que implica, por minha limitada possibilidade de reivindicação e denúncia, destacar que há um enovelamento de violências que atingem as mulheres trabalhadoras, com destaque, principalmente, às mulheres trabalhadoras negras no Brasil.

¹⁰⁶ G1. Pernambuco. Caso Miguel: mãe de menino que caiu de prédio diz que ex-patroa a chamou de ingrata em depoimento. *Globo.com*, publicado em 15 set. 2021. Disponível em: < <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/09/15/caso-miguel-foi-muito-bem-ensaiada-ate-o-show-que-ela-deu-no-final-chorando-diz-mae-de-menino-sobre-fala-de-sari-corte-real-em-audiencia.ghtml>>. Acesso em: 15 nov. 2021.; REDAÇÃO. Miguel Otávio: justiça por Miguel. *MRT- Movimento Revolucionário de Trabalhadores- Esquerda Diário*, publicado em 2 jun. 2021. Disponível em: < <https://www.esquerdadiario.com.br/Ato-por-Justica-por-Miguel-acontece-no-Recife-no-aniversario-de-1-ano-de-sua-morte>>. Acesso em 15 nov. 2021.

Isso me leva a endossar a postura que defende que a luta negra e a luta das mulheres trabalhadoras pouco avançam descoladas da perspectiva de luta por uma transformação radical da sociedade, haja vista que ambas não possuem projeto prático que responda objetivamente e subversivamente a essa realidade, com uma alternativa que rompa de fato com as opressões circunscritas na sociedade capitalista.

O poder não é uma categoria abstrata, atemporal e pulverizada, é concreto e construído socialmente por projetos societários que representem os interesses, as pautas coletivas. A estratégia plausível, por consequência, é a de construção de um projeto unitário entre mulheres negras, brancas, homens negros e brancos da classe trabalhadora.

O debate das identidades aqui não é de forma alguma ignorado em sua importância na construção da particularidade da população negra que fora expropriada de sua beleza, cultura, humanidade e direitos de se autodefinir, mas trata-se de superar as identidades no plano universal, central para a construção da unidade de classe que esse projeto estratégico exige.

Por sua capacidade de síntese metodológica da sociedade capitalista o marxismo se apresenta como teoria social comunista e revolucionária que pode nortear a construção deste projeto. O método materialista histórico dialético ajuda não só a traduzir essa sociedade, como também a problematizar a vida.

A questão das mulheres negras interpela o feminismo marxista por sua urgência de pauta, considerando que o patriarcado se apresenta sob novos contornos no capitalismo, mas que sua gênese data de sociedades de classes pré-capitalistas. A sua história constitutiva do que é o racismo é bastante diferente, pois surge com o capitalismo. O heterossexismo despendido a partir do patriarcado, no capitalismo, também se moderniza para submeter as sexualidades à moral da sociedade burguesa.

Essas diferenças, contudo, não fazem de uma opressão mais ou menos importante ou aviltante que a outra. Pela perspectiva de quem defende o sistema capitalista, tanto o patriarcado como o heterossexismo e o racismo têm o mesmo valor de capacidade de ampliação da exploração da classe trabalhadora. O que deve ser evidenciado pela postura marxista revolucionária é que tais opressões combinadas atingem um grau acelerado e predatório de exploração: é o caso das mulheres negras, ou ainda mulheres negras trans, mulheres negras lésbicas e mulheres negras bissexuais.

De mucama a “mulata profissional”¹⁰⁷ ou de mãe preta a doméstica, para as mulheres negras não houve e ainda não há nenhuma linha que consiga dividir o mundo do trabalho nitidamente entre a esfera do trabalho doméstico e da reprodução social e o mercado de trabalho, pelo trabalho assalariado seja ele produtivo, ou improdutivo por produzir valor de uso, tanto que esse debate permanece ainda hoje como pauta central para as mulheres negras e suas organizações coletivas.

Afinal, de quais mulheres no mercado de trabalho falo? As mulheres trabalhadoras são negras e não negras no Brasil, mas a maioria é negra, embora possam não se reconhecer como tal.

A crítica de Gonzalez à predominância do que entendo como eurocentrismo nas análises de teóricos brasileiros me parece bastante coerente pois,

Aqui e ali podemos constatar em seus discursos os efeitos do neocolonialismo cultural; desde a transposição mecânica de interpretações de realidades diferentes às mais sofisticadas articulações conceituais que se perdem no abstracionismo. Seu “distanciamento científico” quanto ao seu “objeto” (isto é, o negro e o mulato) revela, na realidade, a necessidade de tirar de cena um dado concreto fundamental: *enquanto brasileiros, não podemos negar nossa ascendência negra/indígena, isto é nossa condição de povo de cor* (GONZALEZ, 2020, p. 31).

Certa vez, em minha banca de qualificação de mestrado, uma professora me questionou quanto ao uso da primeira pessoa para falar da condição de vida das filhas da classe trabalhadora, principalmente das mulheres negras. Em um primeiro momento fiquei catatônica, pois considerava isso não apenas óbvio, já que eu falava também da minha vida, da minha condição, mas também por ser um ato ético-político marcadamente militante. Humildemente fui tentando me retirar de meu texto, mas a quem possa interessar a leitura, perceberá que nem mesmo sob essas limitações deterministas da academia eu consegui me “enquadrar”.

Por isso, abro esse item ressaltando que falo de nós, mulheres trabalhadoras negras e em dados momentos não-negras, como *sujeitos* e não como objeto de pesquisa, já que não há uma fronteira linear que as fragmente; não é possível também afastamentos pela falsa ideia de neutralidade, mas sim elementos viscerais que nos unem.

A partir das frutíferas lutas da década de 1980 no Brasil que muitas conquistas foram possíveis no campo dos direitos civis e sociais. Na CF de 1988 no artigo 226 foi prevista a

¹⁰⁷ Importante destacar que, embora autoras/es aguerridas/os do movimento negro tenham utilizado o termo mulata e que este ainda seja utilizado no senso comum de forma pejorativa contra a mulher negra, aqui não se trata meramente de um termo, mas de crítica aos usos dos corpos de mulheres negras objetificadas; conforme conceito “mulata profissional” de Lélia Gonzalez, trata-se de uma crítica. Atualmente, o termo é muito criticado pelo movimento negro, apesar de Lélia e Clóvis Moura o terem utilizado.

condição de vítima para pessoas em violência doméstica e familiar; a violência contra a mulher aparece em um conjunto com diversas outras expressões singulares de violência como as geracionais ou contra pessoas com deficiência e em situação de rua.

A violência contra a mulher de 1995 a 2006, contudo, continuava invisibilizada e relegada ao descaso. Era tratada na forma da Lei nº. 9090 como um crime de pequeno potencial ofensivo, a ser julgado em Juizados Especiais Criminais, de conciliação. Pesquisas e estudos de Heleieth Saffioti no Brasil foram cruciais para explicitar principalmente as violências de maridos, companheiros e namorados contra suas companheiras. Além do âmbito acadêmico, das pesquisas, haviam também estratégias de resistência e sobrevivência construídas por fora do Estado.

Nos municípios eram encontrados espaços e até instituições, de iniciativas feministas, para atender mulheres em condição de violência que, paulatinamente, foram adentrando os governos municipais. Em São Paulo, por exemplo, no governo de Luiza Erundina como prefeita, de 1989 a 1992, foi criada a Coordenadoria Especial da Mulher e, em 1990, a estratégia prática de atendimento da Casa Eliane de Grammont¹⁰⁸.

A estratégia das delegacias especiais ainda era bastante incipiente, tanto que diversos municípios contavam com poucas unidades, quando contavam, o que dificultava o acesso das mulheres. Quando havia a denúncia, muitas eram as desistências de dar continuidade ao processo. Estabelecia-se um ciclo de violência doméstica, familiar, um ciclo de violência contra as mulheres. Os casos quando o processo era continuado, além da burocracia do processo criminal, não tinham previsão para punição de acordo com os crimes realizados, a maioria dos casos eram resolvidos em mesas de conciliação (ACQUAVIVA, 2021). Saffioti (1999) destaca a importância de intervenções externas para a ruptura dos ciclos de violência.

Considerando a ideologia patriarcal, machista, racista, a dependência socioeconômica e afetiva que muitas vezes assola e aprisiona as mulheres a essas condições de violência, as estratégias de ruptura com os ciclos de violência e prevenção contra novas relações violentas se restringiam a discutir as relações sociais estabelecidas no âmbito privado, embora colocassem essas mulheres em contato e reivindicação direta com espaços públicos, como estratégia educativa e socializadora.

¹⁰⁸ O nome da casa é uma homenagem a Eliane de Grammont, morta a tiros pelo ex-marido em 1981. O caso serviu de fundamento para mudar o julgamento dos crimes de violência contra a mulher, hoje nomeados também como feminicídio. Para maiores informações acesse o blog online da filha da cantora. Grammont, Lili. Palestrante e ativista. Disponível em: < <https://www.lilidegrammont.com/sobre>>. Acesso em 02 Jul. 2022.

Estudos de Acquaviva indicam que,

[...] foi possível observar que essas conquistas através da constituição das cotas nos partidos políticos; do incentivo às lideranças das mulheres nos movimentos sociais, das lutas contra o Estado diante das mortes violentas (Mães de Maio/SP); de denúncias, mobilizações, ações, conquistas das mulheres negras e indígenas; das lutas contra a violência sexual, do reconhecimento do assédio sexual. Mais recentemente, os depoimentos de celebridades artísticas internacionais, nacionais e blogueiras sobre os abusos sexuais praticados por seus superiores, professores; a deflagração do movimento *Me too*; além da nova legislação sobre esse abuso nos espaços públicos, como a da importunação pública (ACQUAVIVA, 2021, p. 56-57).

Na esteira do que fora discutido em 1994 no Cairo, na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, sobre o direito das mulheres sobre seus corpos, direito ao exercício da sexualidade e vida reprodutiva, como também, no mesmo ano, a Convenção Interamericana de Belém do Pará, que tratou sobre como prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, elaborou-se a Lei Maria da Penha nº. 11.340, de 2006, na qual a violência contra a mulher é compreendida como “[...] qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (BRASIL, 2006, artigo 1º).

O texto busca estabelecer que essa violência pode se dar tanto na família quanto no âmbito doméstico, como em qualquer relação interpessoal, independentemente do compartilhamento de residência com o agressor/a, incluindo as formas de violência por estupro, maus-tratos e abuso sexual. Inclui-se também a violência ocorrida na comunidade por qualquer pessoa, incluindo além das formas de violência já citadas, também a tortura, o tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro, assédio sexual no local de trabalho, ou em instituições, contemplando também os casos que possam ser perpetrados ou tolerados pelo Estado e seus agentes (BRASIL, 2006, artigo 2º).

Com todas essas conquistas, houveram muitos avanços quanto às notificações dos casos de violência, bem como nas formas de acolher essas mulheres e orientá-las para possibilidade de superação da condição de violência, mas quando se faz a crítica a esses serviços, automaticamente se abre o discurso do possibilismo. Essas mulheres lutaram e fizeram o que foi possível realizar concretamente e continuam suas lutas, mas à crítica da crítica cabe, muitas das vezes, a tarefa não apenas de exigir a autocrítica dos movimentos, como também de apontar as lacunas.

Embora reconheça o grande potencial de fortalecimento individual do movimento “*Me too*” — Eu também —, quanto a denúncias de algumas violências vivenciadas por nós mulheres, o que por si só já teve um conteúdo revolucionário, é preciso destacar seus limites,

ainda que neste contexto de denúncias e reivindicações feministas em 2005 também tenham surgido diversas manifestações no Brasil pela descriminalização do aborto, contra o feminicídio, contra a violência contra a mulher, ficando conhecido como *Primavera das mulheres*. Não se pode negar que, ao mesmo tempo, vigorava-se e fortalecia-se o antifeminismo, o ultraconservadorismo, principalmente, mas não exclusivamente, em espaços da teologia da prosperidade¹⁰⁹, entre o empresariado com melhor poder aquisitivo e alguns extratos da classe trabalhadora capitulados pela via religiosa ou do ódio à tradição petista.

Ademais, quando apontadas as lacunas quanto à prevenção e à superação da violência contra a mulher de forma universal, em geral, ouve-se um discurso de autodefesa, como se a crítica da crítica estivesse tentando atacar as conquistas, dirimi-las ou desconsiderá-las, quando na realidade não se trata de desqualificar, mas de aprofundar, reconhecendo a importância dessa luta para que essa geração pudesse reivindicar mais. Contudo, essas estratégias, na prática, foram e estão sendo utilizadas no limite das políticas sociais, ou seja, como estratégias de sobrevivência, com algumas exceções abrindo-se à resistência coletiva. O que não quer dizer que nego a possibilidade de construção de resistência, mas que me preocupa adensar o debate por novas estratégias de resistência que batam na violência enquanto síntese da barbárie capitalista.

A “cultura da violência” aparece, por vezes, esvaziada de conteúdo político, econômico e ético, como se fosse uma abstração caótica. Nessa esteira, vem a cobrança individual da consciência humanizada que cada um deve ter para que haja uma “cultura de paz”.

Como busquei sinalizar desde o início desta tese, não há salto ontológico, salto de qualidade nas relações sociais que não remeta diretamente às formas de relações sociais dos indivíduos em sociedade, como o modo de produção capitalista, a família como espaço socioeconômico e o próprio Estado capitalista. Espaços, formas institucionais que se apresentam falsamente cindidas entre público e privado, afastando-se do embate central contra o próprio capital em unidade contra todas as formas de opressão.

Em pesquisas realizadas por Saffioti ([2004] 2015) entre 1988 e 1992, a violência doméstica no mundo atingia alarmantemente meninas, moças e mulheres, compreendendo 90% do universo de sujeitas em condição de vítima, sendo os homens apenas 10% do total, por outro lado, as mulheres agressoras sexuais estariam entre 1 e 3% da amostra, contra 97 e 99% masculina. Nas pesquisas de âmbito nacional, a autora conta não ter registrado nenhum menino

¹⁰⁹ MARTINEZ, M. Fazer o mesmo, sem ser o mesmo: feminilidades, neoliberalismo e antifeminismo no contexto Godllywood Brasil. *Ex æquo*, n.º. 42, 2020, pp. 103-118. DOI: <<https://doi.org/10.22355/exaequo.2020.42.06>>.

em condição de abuso sexual, nem mulheres como agressoras, mas considera que isto é muito mais preocupante, já que pressupõe silêncios.

Em pesquisas realizadas nos anos 2000 pela autora, publicadas pela primeira vez em 2004, Saffioti expunha que,

Os dados de campo demonstram que 19% das mulheres declararam, espontaneamente, haver sofrido algum tipo de violência por parte de homens, 16% relatando casos de violência física, 2% de violência psicológica, e 1% de assédio sexual. Quando estimuladas, no entanto, 43% das investigadas admitem ter sofrido violência sexista, um terço delas relatando ter sido vítima de violência física, 27% revelando ter vivido situação de violência psíquica, e 11% haver experimentado o sofrimento causado por assédio sexual (SAFFIOTI, 2015, p. 49-50).

Se tratava de quase a metade das brasileiras, o que levou a autora a concluir que os 57% restantes deveria ter sofrido algum tipo de violência, embora não compreendessem o fenômeno como tal.

A lei 11.340 foi nomeada, em 2006, vale sempre lembrar, em homenagem a Maria da Penha, mulher que se casou na década de 1970 no Brasil. Naquela época se divorciar acarretava um estigma patriarcal violento muito maior para as mulheres do tabu que ainda hoje resiste, considerando não apenas o fardo objetivo-subjetivo de uma total mudança de condição de vida, como também a diminuição do padrão de vida e a sobrecarga de trabalho entre venda de força de trabalho e reprodução social, no caso das filhas da classe trabalhadora.

O marido era violento tanto com ela como com as filhas, desejoso de se ver livre de Maria, atirou em suas costas quando deitada na cama. Maria foi internada e perdeu o movimento das pernas. Ao se recuperar, o agressor lhe convenceu de que os tiros teriam sido proferidos por um assaltante que havia invadido a casa.

Traço bastante característico em agressores/as é essa capacidade de ludibriar, enganar e retomar a condição que remete a mulher ao retorno da condição de vítima, pela violência psicológica. Ao colocá-la em cárcere na residência, a violência psicológica se amplia, quando o agressor conta que desejava matá-la.

No cárcere privado, com dificuldades agora inclusive de mobilidade, o agressor tentou ainda eletrocutá-la no chuveiro, mas, desta vez, Maria conseguiu fugir com suas filhas, denunciando o agressor que, ao ser interrogado, assumiu a tentativa de homicídio, hoje crime de feminicídio.

Maria da Penha ainda conviveu com a violação de seus direitos e violências próprias do sociometabolismo capitalista por mais 19 anos, quando, após inúmeras apelações a órgãos nacionais e internacionais, finalmente seu agressor foi punido por meio da prisão duas décadas depois dos crimes terem sido denunciados.

Em 2022, a Lei Maria da Penha completa 16 anos. Neste período de uma década e meia, o que mudou? Quais mulheres acessaram e puderam, em maioria, usufruir e acessar esse direito de forma efetiva?

Essa pergunta deve ser respondida considerando dados de dois momentos, analisando dados de 2006 publicados até o início de 2020, e o período da pandemia gerada pela COVID-19, que para as mulheres acirrou as condições de violência, principalmente a violência doméstica e familiar, criando o que está sendo chamado pela ONU Mulheres (2020) de Violência pandêmica contra a mulher. Essa distinção metodológica se faz necessária para compreender que quanto mais as mulheres se veem aprisionadas à esfera falsamente privada dos “lares”, mais violentas se tornam suas vidas.

O Atlas da Violência de 2019 indicou que desde 2007 houve um crescimento do número de homicídios femininos, culminando em 2017, ao todo, em 4936 mulheres mortas. Os dados sobre violência letal contra a mulher foram retirados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, embora os dados deixem a desejar, já que as estatísticas policiais e do judiciário a esse respeito não caracterizam as vítimas de forma a contribuir para o estudo mais aprofundado da questão, o que fica ainda mais complexo quando considerado que muitas mulheres em condição de violência não denunciam por medo do agressor/a, ou por saberem de uma maioria de casos de impunidade, ou ainda por serem constantemente desencorajadas.

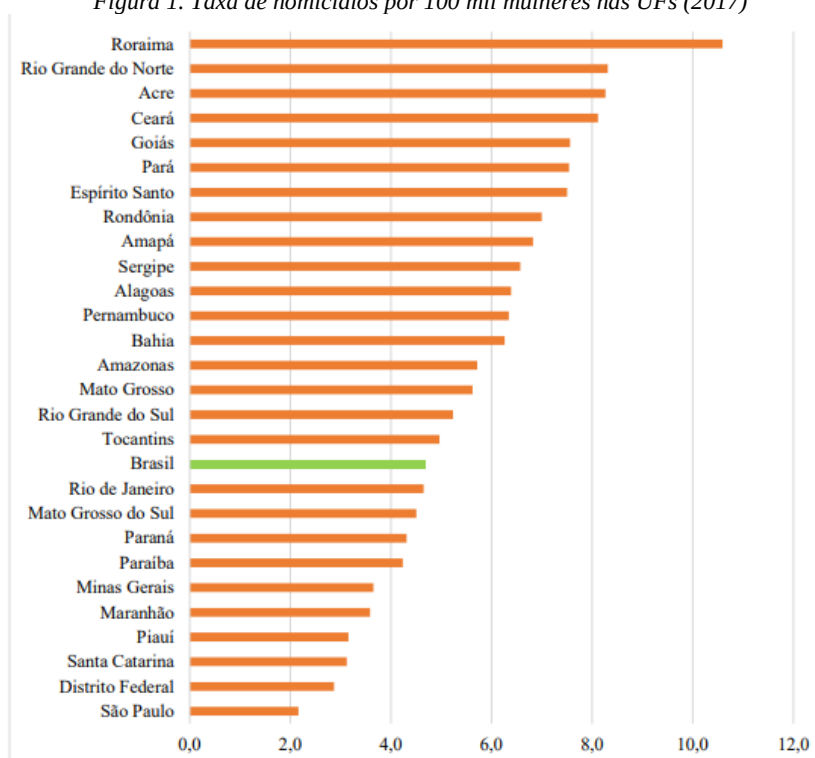
O Brasil é líder em se tratando de índice de violência contra a mulher, chegando à estimativa de que, por dia, 13 mulheres são assassinadas no país. Segundo registros do SIM entre 1980 e 2013, foram registrados 106.093 casos de mortes de mulheres por homicídio no país (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2015).

Considerando dados de 2007 a 2017, constata-se o crescimento do número de homicídios de mulheres de 30,7%. A cada 100 mil mulheres brasileiras, no mesmo período, nas diferentes unidades federativas, houve um aumento de 20,7% na taxa nacional de homicídios de mulheres, considerando que de 3,9 mulheres assassinadas, o número subiu para 4,7 — por grupo de 100 mil mulheres.

Segundo dados de denúncias feitas até 2019 através do disque 180, central de atendimento específica para denúncias de violência de gênero, 3 em cada 5 mulheres já sofreram violência doméstica, sendo que os registros giram em torno de uma violência de gênero a cada 7 minutos. Das violências contra as mulheres, estima-se que 50% das mortes violentas sejam cometidas por familiares, sendo que 33,2% foram provocadas por parceiros e ex-parceiros (FBSP, 2019).

Quando analisando graficamente a questão, dividindo o número de casos entre as unidades federativas, explicita-se que:

Figura 1. Taxa de homicídios por 100 mil mulheres nas UF's (2017)



Fonte: Atlas da violência, 2019

No Atlas publicado em 2019, os dados de 2017 indicavam que, dentre os Estados mais violentos contra as mulheres estão os Estados do norte do país. Rondônia está em primeiro lugar, seguido por Amapá, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Bahia. Longe de querer estigmatizar as regiões, pretendo pontuar que a desigualdade social entre as regiões do país que se reinventam desde o Brasil Colônia, privilegiando a região sudeste do país, tendo São Paulo como centro econômico do país aqui se explicita, ao identificar que tal cidade possui o menor índice de violência letal contra a mulher, feminicídio. As mulheres nordestinas, majoritariamente negras, que carregam o fardo de suas famílias ex-escravizadas, que mais uma vez salta aos olhos.

Em 2015, quase uma década após a conquista da Lei Maria da Penha, por conseguinte, a violência contra a mulher por homicídio continuava crescente. A crítica aos dados que não representavam a totalidade dos casos notificados pelas autoridades judiciárias levou à conquista da Lei do Feminicídio, Lei nº. 13.104, 2015.

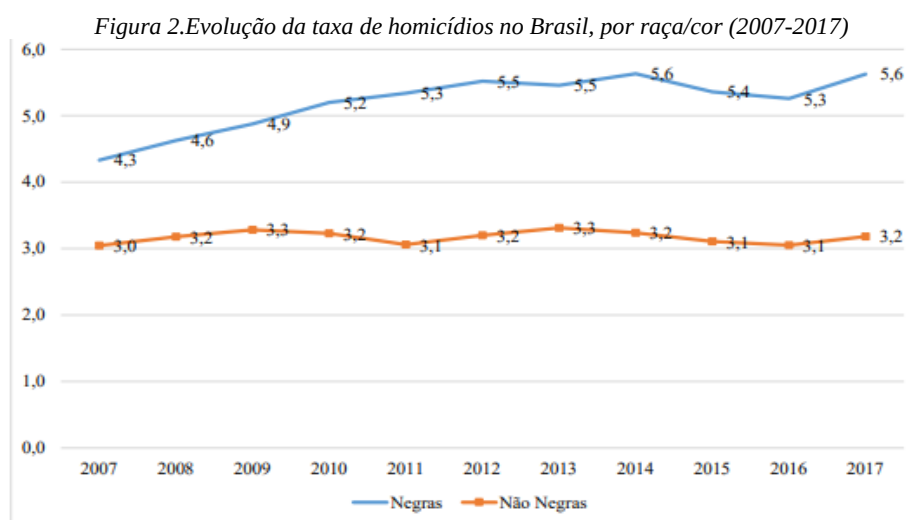
O feminicídio é o crime de homicídio que ocorre por misoginia, ou seja, pelo simples fato de ser mulher, ou ainda por quadro de violência doméstica ou familiar. Desde 2015, pela Lei 13.104, o feminicídio foi considerado crime por este enquadramento específico de homicídios de mulheres. A tentativa foi de provocar as autoridades a uma formação acerca das condições específicas a que essas mulheres são submetidas. Pretendia-se assim atingir maior veracidade dos dados.

Além disso, é também importante repensar as formas de notificação de violência contra a mulher via SIM, já que diversas subnotificações podem ocorrer, considerando que os dados correspondem a uma classificação internacional de doenças (CID), o que inviabiliza muitas das caracterizações dessas formas de violência.

De 2012 a 2017, além do aumento de 1,7% dos casos de homicídio de mulheres, dos casos registrados, a taxa de homicídios fora da residência havia diminuído em 3,3%, ao passo que dentro da residência havia aumentado em 17,1%, o que pode refletir que a Lei do Feminicídio deu resultados quanto à especificação do âmbito doméstico como um espaço de risco para as mulheres. Entre 2015 e 2017 foi identificado o maior crescimento exponencial. Quando se tratando do uso de arma de fogo para feminicídios dentro das residências, constata-se um crescimento de 29,8% dos casos (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019).

A flexibilização não apenas da posse como do porte de armas orquestrada pelo desgoverno Bolsonaro a partir de 2018, naquele momento já se mostrava alarmante pelo risco domiciliar que as mulheres corriam.

A violência, aqui, não tem apenas gênero, como está enovelada pelo racismo.



Fonte: Atlas da violência, 2019, p. 39

A questão étnico-racial é o nó da “questão social”, conforme já enfatizado acima, mas aqui se explicita que no enovelamento das violências contra a mulher, o feminicídio mata mais as mulheres negras.

De 2007 a 2017 a taxa de feminicídios de não negras teve um crescimento de 4,5% contra 29,9% para mulheres negras. Em números absolutos, ou seja, obtidos diretamente da fonte sem nenhuma manipulação, somente a contagem, as taxas são ainda mais assustadoras, já que o crescimento entre as não negras é de 1,7%, e para as negras é de 60,5%. A diferença é alarmante e brutal (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019).

A Lei Maria da Penha, por consequência, alcançou menores riscos de homicídio contra as mulheres não negras, já que se nota uma estabilização dos índices, mas para as mulheres negras o feminicídio só aumentou e tende a aumentar ainda mais.

Entre 2008 e 2018 a discrepância entre as condições de homicídio entre as mulheres não negras e negras persistiu e aumentou ainda mais, quando o homicídio de mulheres negras aumentou em 12,4%, o de mulheres não negras reduziu em 11,7%.

Somente no ano de 2018, 4.519 mulheres foram assassinadas, a cada 2 horas no Brasil 1 mulher foi assassinada naquele período. Entre 100 mil mulheres a taxa de assassinadas correspondeu a 4,3%; destas, 68% eram negras (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2020).

Segundo dados do Mapa da violência contra a mulher de 2018¹¹⁰, de janeiro a novembro de 2018, 14.796 casos de violência doméstica foram notícia na imprensa brasileira. A maioria

¹¹⁰ CM — Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. CÂMARA DOS DEPUTADOS 55ª LEGISLATURA-4ª SESSÃO LEGISLATIVA. Mapa da violência contra a mulher. 2018. Disponível em: <

das vítimas, 83,7%, tem entre 18 e 59 anos. Dos casos notificados, 58% dos agressores eram do sexo masculino, eram namorados, maridos ou ex-companheiros; os outros 42% também seriam homens, parentes, como pais e avôs. A motivação seria necessariamente por sentimento de posse sobre a vida e as escolhas das mulheres.

A violência doméstica contra a mulher se fortalece na lógica da ideologia da misoginia, reificação do feminino no capitalismo sob o uso do patriarcado estrutural. No Brasil, de acordo com dados divulgados pelo *Estudio multipais de la OMS sobre salud de la mujer y violencia doméstica contra la mujer*¹¹¹, 30% das mulheres entrevistadas afirmaram terem sido vítimas de violência física e sexual pelos parceiros; 60% contam que sofreram agressões físicas; e 10% sofreram violência sexual.

Dados¹¹² apontam que 15.925 mulheres foram assassinadas nestes termos nos últimos 5 anos. De janeiro a novembro de 2018, dos casos divulgados pela imprensa brasileira, a maioria das vítimas de feminicídio, 90,8%, tinham de 18 a 59 anos; idosas e menores de 18 anos corresponderam cada faixa etária a 6,7%. 95,2% dos assassinos eram companheiros, ex-companheiros, namorados e esposos dessas mulheres.

Importante aqui pontuar que, diante de tal contexto alarmante, no governo Temer, de 2016 a 2018, uma das primeiras medidas foi a extinção da Secretaria de Igualdade de Gênero, tendo como efeito imediato a extinção dos recursos destinados às políticas de enfrentamento da desigualdade de gênero/sexo. O golpismo deste governo ainda se fez presente no caso de Marcos Feliciano (PSC-SP), que fora liberado da acusação de assédio sexual e ainda agudizou a violência ao culpabilizar a vítima e processá-la, protegendo o agressor. Aquele mesmo, no governo de Dilma Rousseff, de deputado federal pela bancada evangélica passou a presidir a Comissão dos Direitos Humanos da Câmara, fazendo discursos racistas e LGBTQIA+fóbicos, que ainda encabeçou a ideologia da “Cura gay”.

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/MapadaViolenciaatualizado200219.pdf>>. Acesso em: 22 Out. 2020.

¹¹¹ OMS (Organização Mundial de Saúde). Estudio multipaís de la OMS sobre salud de la mujer y violencia doméstica contra la mujer : primeros resultados sobre prevalencia, eventos relativos a la salud y respuestas de las mujeres a dicha violencia : resumen del informe, 2005. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/43390/924359351X_spa.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 07 abr. 2021.

¹¹² CM- Comissão de Defesa dos direitos da Mulher. CÂMARA DOS DEPUTADOS 55ª LEGISLATURA-4ª SESSÃO LEGISLATIVA. Mapa da violência contra a mulher. 2018. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/MapadaViolenciaatualizado200219.pdf>>. Acesso em: 22 Out. 2020.

Dados do IPEA¹¹³ sobre a condição das mulheres trabalhadoras negras em 2019 também apontaram para o crescimento da feminização negra da pobreza, além do crescimento da violência letal e feminicídio.

Trabalhar assalariadamente, fora do âmbito do domicílio, que garantiria a independência financeira, se tornou mais sinônimo de (des)proteção. Segundo o IPEA (2019), 52,2% das mulheres compunham a população economicamente ativa, quase o dobro das mulheres que trabalham na reprodução social de suas casas, que são 24,5%. A análise do órgão avalia que a associação da violência doméstica e familiar contra a mulher está intimamente associada com a independência econômica, pois aumentaria o seu “poder de barganha”. Esse “empoderamento econômico” das mulheres, contudo, não é suficiente para dirimir a violência de gênero e as desigualdades de gênero.

O índice de violência doméstica com mulheres em condição de violência é três vezes maior que o registrado contra homens. Dos casos notificados, em 43,1% a violência ocorre tipicamente na residência, contra 36,7% dos casos que ocorrem nas vias públicas. Quando analisando o perfil do autor/a de agressão, 32,2% eram pessoas conhecidas, 29,1% pessoas desconhecidas e 25,9% eram parceiros ou ex-parceiros. Quanto às denúncias, 22,1% recorrem à polícia, 20,8% não chegam a registrar a queixa (IPEA, 2019).

O estudo ainda apontou para a importância de maiores investimentos para o acesso aos dados de violência contra a mulher com maior veracidade e o maior financiamento para políticas públicas dedicadas à superação de tais violências.

Em tempos de pandemia, pela disseminação do novo coronavírus, a humanidade se depara com avalanches do ecossistema, que escancaram os limites do planeta Terra ao descaso e à destruição que o capitalismo tem provocado, além de explicitar como os avanços tecnológicos estão voltados para os interesses capitalistas e não para a saúde da população, haja vista que a classe dominante se exclui em sua luxúria, realiza seu tratamento nos melhores hospitais, enquanto a classe trabalhadora tem que trabalhar para garantir seu sustento, arriscando se contaminar, além de enfrentar hospitais superlotados e morrer por falta de aparelhos de oxigênio.

Como se não bastasse vivenciar esses tempos sombrios e de barbárie, para algumas mulheres a condição de isolamento possui um agravante ainda maior pelo fato de conviverem

¹¹³ Atlas da Violência 2019. IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Org. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: (<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>). Acesso em: 16 mar. 2021.

com o agressor. As filhas da classe trabalhadora têm que trabalhar, seja o trabalho doméstico, seja este o trabalho formal ou informal, veem-se na escassez, em casas pequenas, com a família toda restrita àquele espaço. Este é o cenário em que ocorre a pandemia invisível da violência doméstica contra a mulher trabalhadora. No país com o maior índice de trabalhadoras domésticas, o patrão sai e se contamina, ou obriga a trabalhadora a cumprir seu horário em tempos de pandemia, impondo a ela o risco do uso do transporte público lotado; ela, informal, cumpre seu horário e, quando infectada, enfrenta uma realidade oposta de necropolítica.

Cabe destaque, nesse momento, à publicidade da ONU Mulheres para visibilizar o que a diretora executiva da instituição chamou de “pandemia invisível da violência contra as mulheres e meninas”¹¹⁴. A afirmação se deve ao aumento alarmante do número de notificações de casos de violência contra mulheres e meninas nos 90 países que hoje vivem em isolamento social, no âmbito doméstico, para evitar o contágio e a proliferação do COVID-19.

A organização (ONU MULHERES, 2020a) informou que antes da COVID-19 a violência doméstica já era considerada a violência mais notificada e subnotificada. Nos 12 meses anteriores ao início dos isolamentos, 243 milhões de meninas e mulheres de 15 a 49 anos do mundo todo foram alvo de violência sexual ou física por um parceiro íntimo, o que os leva a crer que, com o confinamento doméstico com os possíveis agressores, esse número tenderá a crescer.

Ainda de acordo com a ONU Mulheres:

A ampla subnotificação de formas de violência doméstica já havia tornado um desafio a coleta de dados e respostas, menos de 40% das mulheres vítimas de violência buscavam qualquer tipo de ajuda ou denunciavam o crime. Menos de 10% das mulheres que procuravam ajuda, iam à polícia. As circunstâncias atuais tornam os relatórios ainda mais difíceis, incluindo limitações no acesso de mulheres e meninas a telefones e linhas de ajuda e interrompem serviços públicos como polícia, justiça e serviços sociais. Essas interrupções também podem comprometer os cuidados e o apoio de que as sobreviventes precisam, como tratamento clínico de estupro, saúde mental e apoio psicossocial. Isso também alimenta a impunidade de agressores. Em muitos países, a lei não está do lado das mulheres; 1 em cada 4 países não possui leis que protejam especificamente as mulheres da violência doméstica.

Se não for tratada, essa pandemia invisível também aumentará o impacto econômico da Covid-19. O custo global da violência contra as mulheres já havia sido estimado em aproximadamente US\$ 1,5 trilhão. Esse número só pode aumentar à medida que a violência aumenta agora e continua após a pandemia (ONU MULHERES, 2020a, online).

¹¹⁴ ONU Mulheres. UN WOMEN — United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women. Violência contra mulheres e meninas é pandemia invisível, afirma diretora executiva da ONU Mulheres. Publicado em: 07 Abril, 2020. Disponível em: < <http://www.onumulheres.org.br/noticias/violencia-contra-as-mulheres-e-meninas-e-pandemia-invisivel-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres/>>. Acesso em: 20 Out. 2020.

Esses dados escancaram a realidade desigual e contraditória vivenciada. Sugere-se que US\$ 1,5 trilhão já estavam previstos para os gastos a nível global com a violência doméstica contra a mulher. O valor, que já não era alto, agora será irrisório pela condição acentuada na pandemia, conseqüentemente, considerando casos notificados e nas subnotificações, esse valor se torna insatisfatório, até porque são os custos de manutenção da violência doméstica contra a mulher para os cuidados paliativos.

A afirmação de Bauman, nesse sentido, parece central, quando diz que: “Em ausência de uma seguridade social de longo prazo, a ‘gratificação instantânea’ resulta ser uma estratégia razoavelmente atraente” (BAUMAN *apud* D’ATRI, p. 65). As garantias de vida para a classe trabalhadora se tornaram voláteis, já que as condições de trabalho estão cada vez mais precarizadas e a seguridade social é rotulada como artigo de museu, enquanto privilegia-se a mercantilização da saúde, da educação etc., e, no caso da previdência social, abre-se a perspectiva da financeirização da seguridade pela previdência privada.

Nesse mesmo contexto, a *ONU Mulheres* divulgou recentemente um relatório sobre o Progresso das mulheres do mundo 2019-2020 — Famílias em um mundo em mudança¹¹⁵. Apesar de o documento se propor a estar, via de regra, voltado para o progresso das mulheres de todo o mundo, nem é preciso folhear muitas páginas para constatar que está tratando do mundo das “famílias burguesas”, mais precisamente do mundo das mulheres-mães, embora o papel nuclear burguês seja constantemente retomado e expresso como importante para que a mulher não se veja na condição de pobreza.

As idealizadoras do material já imaginavam que essa questão geraria polêmica, já que dedicaram logo o primeiro capítulo do documento para justificar a escolha do tema, intitulado: Porque famílias? Porque agora?¹¹⁶.

A explicação da instituição é que estaríamos vivendo um longo período de recessão, e que as famílias estão tendo que migrar e imigrar em busca de melhores condições de vida, acesso ao emprego e renda. Indicam a redução de recursos destinados ao apoio dessas famílias. Referem, ainda, que essas famílias são obrigadas, em muitos casos, a deixar suas crianças para trás, trabalhar por longas jornadas sem descanso adequado, sem lazer e sem cuidado (ONU MULHERES, 2020).

¹¹⁵ Tradução minha, no original *Progress of the world's women 2019-2020. Families in a changing world* ONU Mulheres. UN WOMEN – United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women. Progresso of the world's women 2019-2020. Families in a changing world. Publicado em: 2020. Disponível em: <<https://in.one.un.org/un-press-release/progress-worlds-women-report-2019-2020/>>. Acesso em 20 Out. 2020.

¹¹⁶ Tradução minha, no original em inglês: “*Why families? Why now*”.

Assim, a ONU Mulheres pretende justificar a escolha do tema. A indagação que se apresenta consiste em refletir sobre qual foi o momento que esse retrato da realidade da maioria das famílias, dentro do contexto do capitalismo imperialista, foi diferente? Entre os períodos de crises cíclicas e estruturais geradas para garantir o aumento da taxa de lucro, a migração e a imigração da superpopulação latente e flutuante é regra, não é exceção desta crise.

A resposta a essas perguntas (*Why families? Why now?*) seria a comprovada necessidade de incorporar o trabalho não pago das mulheres-mães-trabalhadoras às estratégias do Estado capitalista, por isso, indicam, durante todo o estudo, a necessidade de impulsionar uma divisão mais igualitária deste trabalho não pago entre o casal. Mas, e quando não há a segunda figura? Ou ainda, onde está a responsabilidade do Estado capitalista na garantia das políticas universais? No caso das famílias da classe trabalhadora a resposta é bem óbvia, a crise estrutural do capitalismo imperialista em decomposição está sendo paga pela classe trabalhadora dos países de capitalismo periférico. O estudo se revela mais do “familismo”¹¹⁷ nosso de cada dia, que se apresenta com o peso contemporâneo neoliberal da miséria do patriarcado.

Os dados informados no estudo (ONU MULHERES, 2020) comprovam que, embora as mulheres tenham acessado mais recursos econômicos, a distribuição do trabalho não pago permanece desigual. Se compararmos com a condição dos homens nas famílias, as mulheres realizam três vezes mais trabalhos não pagos e domésticos que os homens. A condição desigual aparece ainda mais acentuada nos chamados “países em desenvolvimento” — para nós, países dependentes —, as periferias do capitalismo monopolista e imperialista neoliberal.

A responsabilização das mulheres — meninas, moças e mulheres, independentemente da idade — sobre os cuidados de crianças e idosos, na falta de serviços de atendimento acessíveis para as famílias, aparece como um fator gerador da desigualdade social entre homens e mulheres, pois prejudica o tempo de estudo das meninas, entre outras questões, prejudica o tempo para trabalho remunerado e descanso.

Dentre outras comprovações que parecem mais do mesmo, o estudo aponta para a importância de políticas universais para a superação de tais quadros a nível mundial. Mas quais

¹¹⁷ O familismo é um termo forjado para identificar as estruturas das políticas sociais que se voltam para propostas para a família trabalhadora — por depender das políticas sociais — e não para os indivíduos. Desta forma, essas políticas focam na família em detrimento dos indivíduos e suas necessidades, pautam-se por mínimos sociais, que, na verdade, seriam muito mais ínfimos recursos que mínimos, desconsiderando custos de vida para uma vivência digna, e na contrapartida exigem que a família corresponda às determinações da família nuclear burguesa. Para maiores informações: MIOTO, R.C.T. CAMPOS, M.S. CARLOTO, C.M. (Orgs.). *Familismo, direito e cidadania: contradições da política social*. São Paulo: Cortez, 2015.

são as propostas efetivamente? Como essa indicação impacta os países e suas decisões no ordenamento dos orçamentos e operacionalização das políticas sociais?

A realidade é que a ONU faz o papel do *politicamente correto* pela burguesia mundial, apresenta-se com diplomacia para indicar o que deveria ser garantido para países considerados como democracias neoliberais e socialdemocratas que visem dirimir as desigualdades sociais entre homens e mulheres. Sob o escopo da autonomia de cada país para considerar ou descartar tais indicações, a organização se coloca com pretensa neutralidade.

As relações sociais sexuais livres tão almeçadas na década de 1960 pelas lutas em prol da liberdade sexual, como lutas majoritariamente de bandeira liberal, na órbita do capital, foram atravessadas pelo individualismo e a mercantilização das relações sociais, que podem ser bem entendidas como relações sociais de sexo miojo — sim, como um macarrão instantâneo —, não necessariamente por desejo livre dos sujeitos envolvidos e, muitas vezes, muito mais por tédio, portanto, nada saudável. Envolvem a preguiça de se relacionar e, ao mesmo tempo, a ansiedade de relacionar.

A mediação das particularidades da sociedade burguesa é fundamental, já que esta, além de fundamentar a relação social, que lhe é condição *sine qua non* de existência na exploração da classe trabalhadora e violência primeira nesta ordem sociometabólica, espraia essa forma-violência pelas relações sociais como meio fundamental de manutenção das relações determinantes para sua perpetuação, tal como a família nuclear burguesa. Essas relações levadas ao extremo geraram inúmeros efeitos deletérios, tais como:

A postergação da gratificação perdeu seu encanto. (...). As precárias condições sociais e econômicas treinam os homens e mulheres [ou os obriga a aprender pelo pior caminho] para perceber o mundo como um recipiente cheio de objetos descartáveis, objetos para usar e jogar fora; o mundo em seu conjunto, incluídos os seres humanos (...). É assim que a política deliberada da ‘precarização’ levada adiante pelos operadores do mercado de trabalho se vê auxiliada e instigada [e reforçada em seus efeitos] pelas políticas da vida, sejam estas adotadas deliberadamente ou por falta de outras opções. Ambas produzem o mesmo resultado: a decomposição e o debilitamento dos vínculos humanos, das comunidades e das relações (BAUMAN *apud* D’ATRI, p. 65).

A própria *divisão sócio-técnica-sexual, racial e LGBTQIA+*¹¹⁸ do trabalho nada mais é que um conjunto de formas violentas estruturais, fundamentais à estrutura capitalista. No caso

¹¹⁹ Desde já destaco que essa conjectura se refere à sociedade capitalista compreendendo-a como uma estrutura que divide a sociedade em classes, dividindo o trabalho entre aqueles que exploram e os explorados; fundamentando-se também numa divisão sexual do trabalho que inferioriza e superexplora as filhas da classe trabalhadora, inferiorizando e sorrateiramente desconsiderando o trabalho doméstico e toda e qualquer atividade feminina; como também, é uma sociedade estruturalmente racista, que se baseia na falsa ideia de existência de

das relações sociais de sexo, mostram-se cada vez mais hostis à mulher que se vê independente economicamente, que se vale de seu corpo como deseja e que não cerceia seus desejos. A sociedade burguesa não pode ser “o fim da história”, e não pode pelo simples fato de que, se assim o for, então estaríamos decretando o fim da humanidade e da possibilidade de vida no planeta Terra.

Portanto, terminamos em uma encruzilhada: nesse fluxo incessante, onde a tecnologia possibilita uma hiper conexão global, que garante a comunicação sem travas geográficas nem temporais, *a solidão se converteu em um dos “males da época”*. E o individualismo conduz a relações efêmeras, superficiais e utilitárias, porque justamente *o que se busca no outro não é o outro, mas quem possa remediar o mal-estar do “vazio interior” ao qual conduzem os vertiginosos ritmos da vida contemporânea* (D’ATRI, 2017, p. 66, grifos meus).

Evidencia-se um tempo de decomposição do capitalismo e, se antes acreditava-se que só existiam duas possibilidades, ou socialismo ou barbárie, hoje é nítido que o que se aprofundou foi a barbárie. Todavia, longe de descrença, ao invés de mais barbárie, o socialismo, e a construção do comunismo, ainda é a estratégia exequível.

A violência que jamais deixou a cena nas sociedades de classes também se faz constante no capitalismo. Ainda que se promulguem inúmeras legislações para coibi-la, o fato é que nas relações sociais de sexo a violência continua a se materializar pela relação de posse intrínseca a essa sociabilidade que se originou na forma da acumulação de excedente, com o agravante da forma mercadoria, portanto, da alienação e reificação, mas que se aprofundou com o nítido propósito da dominação e inferiorização do feminino por existir um projeto de dominação masculina a serviço da superexploração das mulheres.

Apesar de a violência contra a mulher, inclusa aqui a violência doméstica, familiar e de rua ou comunidade contra a mulher trabalhadora, ter deixado de ser *lugar onde não se mete a colher* na forma da garantia legal de que é um crime passível de punição ao agressor ou à agressora, e ter saído do âmbito privado como elemento estrutural do capitalismo a ser coibido, a problemática continua sendo remetida às mesmas inquietações originárias a partir da década de 1970, comprovando que nessa ordem sociometabólica é impossível retirar os elementos de opressão do âmbito privado sem que, para tanto, o movimento vá contra os interesses do capital.

“raças”/etnias que beneficiam o branco, prejudicando desmedidamente a população negra, indígena e povos asiáticos; além de ser LGBTQIA+fóbica, discriminando e disseminando o preconceito por orientação sexual ou transexualidade.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua¹¹⁹, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao 2º trimestre de 2020, a taxa de informalidade — trabalho informal — reduziu para 30,8 milhões neste período, também reduziu o número de empregados no setor privado sem carteira assinada para 8,6 milhões, mas a porcentagem de trabalhadores com carteira assinada também caiu para 30,2 milhões, o que expressa o aumento alarmante das taxas de desemprego durante a pandemia. Ainda segundo a mesma fonte, 4 milhões de trabalhadoras e trabalhadores hoje se sujeitam à categoria de trabalhadores das empresas de aplicativos de serviços, como saídas para a falta de emprego.

Ainda de acordo com os dados referentes ao 2º trimestre de 2020 (PNAC, 2020), as mulheres representavam 53% da população economicamente ativa (14 anos ou mais), assim como nos resultados dos últimos trimestres observados. Neste mesmo período, 39,4% estavam ocupadas, comprovando a desigualdade de acesso e permanência no mercado de trabalho em relação aos homens, que representaram 47% da população economicamente ativa, e que, destes, 57,6% estavam ocupados no mesmo período. A taxa de desocupação dos homens neste período foi de 12% e das mulheres de 14,9%, em relação ao total de 13,3%. Nos casos das famílias monoparentais femininas ou mães com filhos, o desemprego atinge 10,2% das mulheres, sendo o dobro dos homens na mesma condição.

No que tange à aposentadoria, a contrarreforma orquestrada pelo governo Bolsonaro atingiu marcadamente a vida das idosas, já que a aposentadoria feminina por idade foi de 60 para 62 anos, devendo esta ter contribuído no mínimo 15 anos. O acesso a 100% do valor da aposentadoria será apenas para aquelas que além de terem 62 anos, tenham contribuído por 40 anos.

Apesar da conquista dos direitos democráticos no corpo jurídico capitalista dos mais diversos países, a ser aplicado pelo Estado capitalista e suas instituições aos/às agressores/as por seus crimes de atentado a esses direitos, os investimentos em políticas estruturais continuaram ínfimos, haja vista a importância de estratégias como: as de acesso a trabalho com direitos trabalhistas garantidos; renda acompanhando a inflação e que ofereça poder de compra adequado às mulheres e seus dependentes; que promovam benefícios às empresas que contratem mulheres em pé de igualdade com os contratos dos homens etc.

¹¹⁹ PNADC — Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua. 2º trimestre de 2020. Abr.-Jul. 2020. Publicado em: 28 Ago. 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_2tri.pdf>. Acesso em: 21 Out. 2020.

Este fato submete as mulheres à condição de pobreza, dependência e precarização, tanto é que nos últimos anos a categoria *feminização da pobreza* ganhou a cena como melhor delineadora da pobreza no mundo, como é o caso brasileiro, país em que a pobreza tem classe, sexo e raça. Analogamente a essa ideia, infiro junto a D'atri que:

As consequências da opressão e a existência das classes sociais não podem ser abolidas através do direito. Os novos sócios, que queiram entrar no clube, não podem evitar o exame médico, ingressarão ao mundo dos direitos, ajustando-se às regras estabelecidas para seu exercício. A milhões de seres humanos, o novo carnê da cidadania apenas lhes permite sentir-se sócio do clube, mesmo quando continue interdito para eles o uso das suas instalações (D'ATRI, 2017, p. 67).

Não se pode exigir do clube da cidadania mais do que foi especificado em contrato. Embora sua primeira versão, nos períodos das Revoluções burguesas, tenham feito promessas de contemplar a classe trabalhadora com direitos de igualdade, liberdade e fraternidade, a assinatura deste contrato só se deu no momento em que a burguesia se tornou classe dominante, momento em que as letrinhas miúdas foram adicionadas pela burguesia, limitando os direitos a garantias formais, cabendo a cada sujeito, individualmente, comprar e assim garantir o seu melhor acesso ao clube da cidadania. A burguesia está nos camarotes dos shows desse clube, enquanto a classe trabalhadora, em sua heterogeneidade, digladiava-se por melhores assentos no estádio.

Acquaviva (2021) apresenta uma postura crítica progressista sobre as propostas de atendimento a mulheres em condição de violência familiar e doméstica, diz que

As desarticulações entre as políticas sociais e o sistema de segurança e justiça, identificadas, assim como os movimentos ambíguos e contraditórios no interior de cada uma das políticas de segurança pública, da defensoria e do ministério público, mais o Judiciário, atuam como fertilizantes das resistências sociais, das burocracias e dos aprisionamentos nas formalidades e superficialidades das respostas estatais diante da realidade perversa da violência doméstica e familiares, anunciada diariamente (ACQUAVIVA, 2021, p. 63).

Dentro dessa lógica ambígua, contraditória, extremamente burocratizada é que o Estado capitalista revitimiza as mulheres trabalhadoras negras e não negras brasileiras, tanto que o Brasil é um dos líderes no ranking de países quanto à violência doméstica contra a mulher¹²⁰, o que durante a pandemia teve um aumento alarmante pelo crescente número de notificações,

¹²⁰ O Brasil, de acordo com o relatório da HumanRightsWatch (ACEBES, 2017), caminha para ocupar o primeiro lugar no ranking de violência doméstica e familiar. ACEBES, C. M. “Um dia vou te matar”: Impunidade em casos de violência doméstica no estado de Roraima. HumanRightsWatch, 21 abr. 2017. Disponível em: (<https://www.hrw.org/pt/report/2017/06/21/305134>). Acesso em: 03 ago. 2020.

bem como pela preocupação com as dificuldades de as mulheres em condição de violência poderem registrar suas denúncias.

Partindo do esclarecimento de que os valores culturais e morais centralizados na ordem patriarcal de gênero se expressam nas relações sociais, Acquaviva propõe

Adentrar nesse campo de mediações, na esfera das políticas públicas, no seu percurso de materialização e no fazer diário profissional, pode ser uma alternativa importante para se conhecer de forma mais aprofundada mecanismos de produção e de reprodução da violência, e para criar, em acordo com os princípios éticos, os canais de ruptura desse processo de violação de direitos (ACQUAVIVA, 2021, p. 64).

Os mecanismos de produção e reprodução da violência já estão vastamente pontuados na literatura que toma o sujeito como objeto de pesquisa. As violências podem se dar das mais diferentes formas, pois somos sujeitos singulares em relações sociais das mais diversas ordens.

Parece, contudo, que buscar respostas na prática profissional, a partir do fazer profissional que é enviesado pelas próprias limitações do Estado capitalista e das burocracias já citadas é como dar continuidade a um ciclo do qual dependemos para ter um tema de estudo ou uma vaga de emprego. É preciso transcender essa lógica.

Prefiro voltar para as diversas formas como essas sujeitas se veem atingidas pela violência cotidiana, ressaltando que falo das sujeitas que atendo, convivo, familiares, vizinhas. Mulheres trabalhadoras em sua maioria negras, mas também não negras em condição de violência.

No Brasil, assim como apontado pelo Instituto Patrícia Galvão (2017) quanto à condição das mulheres jovens não brancas, trata-se de *mortes anunciadas*, ciclos de violência reproduzidos sob a anuência do Estado capitalista, racista e sexista, que trata a condição como se fosse invisível, mas é bastante visível e concreta para quem vive com e nas condições de filhas da classe trabalhadora.

Em geral, os/as agressores/as aparecem como raposas à espreita, e o Estado capitalista aparece como figura de proteção, um cão de guarda, quando a ameaça já está instaurada ou quando o crime já foi cometido. A prevenção no capitalismo à opressão das mulheres é ínfima e quase nula, já que superar a miséria do patriarcado requer ir de encontro ao capitalismo e suas ideologias opressoras.

A preocupação com o provável aumento da violência doméstica contra a mulher mobilizou iniciativas como uma pesquisa baseada em dados de 20 Estados brasileiros pelo grupo de entidades como Amazônia Real, Agência Eco Nordeste, #Colabora, Portal Catarinas e Ponte

Jornalismo. De acordo com esse estudo, ainda em andamento, de março a abril de 2020 houve um aumento de 5%¹²¹ dos casos de feminicídio no país comparado ao mesmo período em 2019.

Dados de 2020 recentemente publicados no painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos¹²² junto ao Balanço do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), em 07 de março de 2021, divulgaram que, ao todo, nos canais de denúncia do governo federal — o Disque 180 que é a Central de atendimento à mulher e o Disque 100 para atendimentos sobre direitos humanos —, dos 349.850 registros, 30,2% foram denúncias de violência contra a mulher.

Os registros de violência contra a mulher totalizaram 105.671 denúncias. 72% dos casos ou 75.753 das denúncias foram sobre violência doméstica e familiar contra a mulher, como casos de violência letal, física, sexual, psicológica, moral e patrimonial. As outras 29.919 denúncias, ou 28% dos registros, foram referentes às violações de direitos civis, políticos, tais como tráfico de pessoas, cárcere privado, escravidão, discriminação por religião e/ou crença, além de casos de insuficiências em acessos a direitos sociais de saúde, educação, cultura e segurança.

Segundo a mesma fonte, o perfil autodeclaratório dessas mulheres seria de pardas, entre 35 e 39 anos, a maioria com ensino médio completo e renda de até um salário mínimo. Com relação aos autores de agressões, os registros indicaram que se trata de homens não negros de idade entre 35 e 39 anos.

O Atlas da violência de 2021 indicou a queda de registros de homicídios femininos, quando comparando que em 2018 o número chegou a 4.519, em 2019 teria caído para 3.737, uma redução de 21,5%, que também foi identificada nos casos de homicídios gerais tanto contra homens, como contra mulheres. Contudo, a análise indica que não há motivos para comemorar, já que houve um aumento expressivo dos casos de registros de Mortes Violentas por Causa Indeterminada (MVCI), que aumentou em 35,2% entre 2018 e 2019, contabilizando um total de 16.648 casos de mortes violentas sem causas determinadas (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2021).

¹²¹ PONTE. Um vírus e duas guerras: mulheres enfrentam em casa a violência doméstica e a pandemia da Covid-19, 18 jun.20. Amazônia Real, Agência Eco Nordeste, #Colabora, Portal Catarinas e Ponte Jornalismo. Disponível em: (<https://ponte.org/mulheres-enfrentam-em-casa-a-violencia-domestica-e-a-pandemia-da-covid-19/>). Acesso em: 16 mar. 2021.

¹²² Painel de Dados ONDH. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. 1º semestre de 2020 e a partir de 01 jul. 2020. Disponível em: < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/paineldedadosdaondh>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

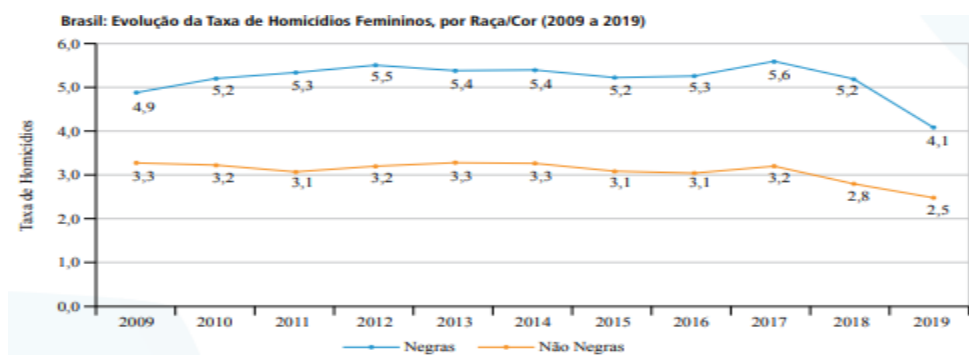
A meu ver, tratou-se de uma descaracterização das formas e motivos dos homicídios, já que dados do SIM/Datasus contabilizaram também 3.737 mulheres assassinadas em 2019, e mais 3.756 mulheres mortas de forma violenta no mesmo período, sem, contudo, caracterizar se foi por homicídio, acidente ou suicídio, o que indica na realidade um aumento de 21,6% de mortes de mulheres por causas violentas em relação aos dados de 2018.

Dos dados registrados como homicídio contra mulheres, 3.737 casos, considerando taxas por 100 mil mulheres nas Unidades Federativas, Roraima continua na liderança do ranking com 12,5% dos casos, seguido pelo Acre com 7,5%, Amazonas com 5,7%, Pará com 5,5%, Rio Grande do Norte com 5,4%, Alagoas com 5,1%, Bahia com 5,0%, Mato Grosso com 5,0%, Rondônia com 4,8%, Ceará com 4,7%; seguidos por mais 16 Estados com taxas entre 4,7% e 2,5%; em último lugar, continua aparecendo São Paulo com 1,7% (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2021).

Quedas foram detectadas em 22 das 27 Unidades da Federação, dentre elas, o Ceará com -53,8%, o Rio de Janeiro com -43,1% e Roraima com -38,7%. Esses mesmos estados, entretanto, também foram os que apresentaram maior aumento de registros de MVCI. De 2018 para 2019 o estudo ainda indicou que houve aumento das taxas de homicídio contra mulheres em Alagoas com 33,6%, Sergipe com 31,2%, Amapá com 24,3%, Santa Catarina com 23,7% e Rondônia com 1,4% (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2021).

Em 2019, o nó opressor que executa a mulher trabalhadora negra continua ainda mais atuante, registrando um aumento de 1,7% maior que o risco para as mulheres não negras. Das mulheres assassinadas no Brasil, neste ano, foram registradas que 66% dos casos eram mulheres negras. Em termos gerais, o estudo indicou que em 2009 a taxa de mortalidade de mulheres negras era de 48,5% superior às taxas das mulheres não negras. Pouco mais de uma década depois, a mortalidade de mulheres subiu para 65,8% em relação às não negras (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2021). Conforme explicitado no gráfico abaixo:

Figura 3. Evolução da Taxa de Homicídios Femininos, por Raça/Cor (2009 a 2019)



Fonte: ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2021, p.39

Dos dados registrados nos últimos onze anos é gritante que a redução da violência não letal contra mulheres, conquistada a duras penas, via legislações, mobilizações e serviços, não chegou para as filhas da classe trabalhadora negras, ou seja, mais uma vez, o nó entre classe, gênero/sexo e questão étnico-racial continua cada vez mais forte e crescente.

Com relação aos dados classificados como feminicídio, ou seja, aqueles identificados como homicídios ocorridos na residência das mulheres, sob condições de violência doméstica ou por algum motivo referente ao desprezo pelo gênero/sexo feminino, em 2019, foram registrados 1.246 casos, representando 33,3% dos casos notificados como mortes violentas (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2021).

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública¹²³, publicado em 2020, registrou entre 2018 e 2019, para uma taxa de 100 mil mulheres, um aumento de 7,1% de homicídios dolosos de mulheres, ou seja, feminicídios; contra a identificação de diminuição em 10,2% dos casos identificados pelo Atlas de 2021, o que explicita ainda mais a veracidade do argumento das subnotificações.

Para além do contexto de pandemia, tanto nos espaços públicos quanto privados, essas mulheres são acometidas pelas diferentes formas de violência, se não diretamente contra elas, por intermédio de seus parentes, como práticas de extermínio, violência policial, genocídio da população negra, a falida guerra contra as drogas; a forte presença da militarização da vida, pelas milícias, pelo crime organizado. Todas essas formas compõem ataques e violações aos direitos das mulheres trabalhadoras que dependem dos serviços do Estado capitalista, de defensores públicos, principalmente, as mulheres trabalhadoras negras.

A discriminação e o preconceito também são formas de violência, assim como o mito da democracia racial no Brasil é violento e gera violência, como a mulher negra, enquadrada

¹²³ FBSP — Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020. São Paulo: FBSP, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2021.

pelo IBGE como parda, popularmente como “morena” e pejorativamente como “mulata”, que antes era vista como prostituta, concubina, mulher para fornicar e, hoje, é “mulata profissional”.

É admirada pelos turistas por seu corpo, seu rebolado, enquanto passa pelo sambódromo, é a mulata exportação (GONZALEZ, 2020), que no dia seguinte sem maquiagem, salto alto, veste seu uniforme de trabalhadora doméstica, ou uniforme de mercados, de lojas e serviços, para voltar à vida cotidiana sem glamour. Poucas são as mulheres negras que se tornam manequins de alguma marca, que migram para outras áreas artísticas como cantoras ou atrizes, a grande maioria vê nos espetáculos sua chance da vida e encontra a sua ruína, vão para o trabalho sexual, ou quando sem outros recursos se veem obrigadas à prostituição ou ainda estrelas dos “inferninhos”. Pouco se fala, mas vale pontuar, que a velhice dessas mulheres é pouco falada, provavelmente solitária, ou marcada por um retorno sofrido para a família que havia se distanciado para trabalhar.

Sem falar nos contos de fadas e *mitos da cinderela negra*, que Gonzalez (2020) chama de *cinderela do asfalto*, quando falando das passistas carnavalescas.

Essa ideia da mulata como recurso nacional e natural para os homens, principalmente brancos, é uma das ideologias de inserção das mulheres negras pelo mito da democracia racial. Ainda surja a partir dessa “mulata profissional”, o racismo atrelado no Brasil ao *defeito de cor* atinge todas as mulheres negras brasileiras, principalmente as trabalhadoras que, de forma geral, vivem mais expostas em transportes públicos e espaços periféricos da cidade, assim como em seus trabalhos quando assediadas por homens no âmbito institucional.

Aprofundando um pouco mais a questão nas raízes da racialização das mulheres negras no Brasil, temos que relembrar que a mucama deu origem à mãe preta e introduziu a cultura afro no Brasil, mas a mucama também tinha outras funções que nem sempre são citadas, mas comprovadas a partir da origem da palavra.

Mucama é uma palavra que vem do *quimbundo* mu’kama que significa amásia escrava, implicando na função da escravizada negra jovem, como artigo de estimação, escolhida a dedo para auxiliar nos serviços domésticos, acompanhar pessoas da família, ser ama de leite. Essa é a definição que aparece nos dicionários brasileiros, como Aurélio. Mas trata-se de uma palavra dada pelos escravizados a essa função de amásia do senhor, assim como de seus filhos para inicia-los na vida sexual, que deve ser ocultada.

[...] justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra fami-

liar praticamente sozinha Isso porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte e “mãos brancas” estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país (GONZALEZ, 2020, p. 83).

Não é possível dissecar as violências, não é possível interseccioná-las, não é possível trata-las como substâncias, mas como síntese em um enovelamento. As ideologias opressoras de raça/etnia, gênero/sexo nas relações sociais de sexo, o machismo, o patriarcado, seja lá como se convencionar ser chamado estão enoveladas junto à exploração de classe, já que se dão no sociometabolismo capitalista. Assim como esse nó pode se dar das mais diversas formas ou atingir indivíduos em diferentes condições de vida, também a violência é o nó relacional das relações sociais alienadas apresentadas nas expressões das violências segmentadas.

Esses elementos comprovam a inexistência dessas cisões didáticas entre público e privado e que mantê-las nas análises e lutas anticapitalistas acaba contribuindo para a criação de mais políticas sociais e direitos sociais fragmentados, cindidos, pois estão baseados na “democracia” política que só existe no capitalismo.

Quando analisando os motivos de a democracia burguesa não conseguir garantir aquilo que propõe politicamente, Ellen Wood (2011) não apenas explica como a cisão ocorre, como acaba com qualquer ilusão politicista. Isto fica evidente quando diz que:

[...] a indiferença estrutural do capitalismo pelas identidades sociais das pessoas que explora torna-o capaz de prescindir das desigualdades e opressões extraeconômicas. Isso quer dizer que, embora o capitalismo não seja capaz de garantir a emancipação da opressão de gênero ou raça, a conquista dessa emancipação também não garante a erradicação do capitalismo. Ao mesmo tempo, essa mesma indiferença pelas identidades extraeconômicas torna particularmente eficaz e flexível o seu uso como cobertura ideológica pelo capitalismo. Enquanto nas sociedades pré-capitalistas as identidades extraeconômicas acentuavam as relações de exploração, no capitalismo elas geralmente servem para obscurecer o principal modo de opressão que lhe é específico. E, apesar de o capitalismo tornar possível uma redistribuição sem precedentes de bens extraeconômicos, ele o faz desvalorizando-os (WOOD, 2011, p. 241).

Marx e Engels, viam a limitação do acesso aos direitos garantidos somente pela emancipação política, cuja liberdade e igualdade eram limitadas no e pelo capitalismo, acreditavam, contudo, que a classe proletária conduziria sua luta social para garantir a emancipação humana. Entretanto, nos manuscritos de 1859, passam a compreender que a emancipação humana é uma possibilidade concreta que depende da organização da classe trabalhadora na defesa de seus interesses (MARX, ENGELS, 2011a).

Uma tendência que existe desde o renegado Kautsky e outros que compuseram a socialdemocracia são as lutas anticapitalistas mais favoráveis à reforma do capital que a transcendência para outra ordem societária, como as propostas antineoliberais que se unem à luta anticapitalista. É o caso, por exemplo, do chamado realizado pelo livro *Feminismo para os 99%*, que une posicionamentos antineoliberais de Fraser e anticapitalistas de Arruzza e Bhattacharya. Notadamente, na disputa do cabo de guerra Fraser ganhou, já que o sujeito revolucionário classe trabalhadora não aparece no livro, embora apareça, principalmente, nos textos de Bhattacharya.

Ocorre que, cada vez mais, o socialismo é pensado como

Uma extensão dos direitos de cidadania, ou – e isso se torna cada vez mais comum – de pensar a “democracia radical” como um *substituto* para o socialismo. Como o termo *democracia* se transformou no *slogan* de várias lutas progressistas, o único tema unificador entre os muitos projetos emancipatórios de esquerda, ele passou a representar todos os bens extraeconômicos em conjunto (WOOD, 2011, p. 232).

Novos adereços e velhas ilusões, a redemocratização no Brasil culminou nos governos de Fernando Collor de Mello e FHC, que nada mais foram do que gestores totalmente submissos aos interesses do capital internacional, iniciando aqui as investidas neoliberais. Mas a desilusão só foi completa com a entrada do Programa Democrático Popular de inserção social pelo consumo dos governos PT, com Lula de 2002 a 2010 e Dilma de 2011 a 2019, tendo seu segundo mandato interrompido via *impeachment* golpista com a ascensão de Temer.

Frente a novas eleições em 2018 se condensa a figura gestada a partir das desilusões com o petismo, o que implica reconhecer que o bolsonarismo existe muito antes de Bolsonaro condensar e ocupar a cadeira do antipetismo, assim como implica reconhecer que existe uma ala ultraconservadora, neofascista, misógina e racista no Brasil, que existe desde antes da ditadura civil militar e que se apresenta hoje atrelada à teologia da prosperidade como forte base de apoio religiosa.

Isso evidencia que até mesmo os Estados capitalistas mais democráticos podem ver suas projeções limitadas pelas exigências do capital, como no caso do Brasil e da burguesia internacional como país economicamente dependente. Isso se deve ao fato de a democracia liberal declaradamente deixar intacta a exploração capitalista, e de conjunto desvalorizar as democracias enquanto formas da antiguidade e da modernidade, ao imporem a democracia burguesa como forma de democracia universal.

1.1. Desprotegidas: Estado capitalista, direito capitalista e a emancipação política

No enovelamento das violências contra a mulher trabalhadora negra, o feminicídio e o estupro são formas em que o nó atinge o auge do enforcamento dessas mulheres, considerando todas as condições de violência contra a mulher negra trabalhadora perpetrada por parceiros/as, exs, filhos/as, casos de violência familiar e doméstica, desde a violência psicológica, moral, até a violência física e o feminicídio, orquestradas pelo nó brasileiro, que contém a invisibilidade, a desresponsabilização do Estado capitalista e suas instituições, e a própria lógica do sociometabolismo capitalista violento, ou seja, classista, racista, patriarcal, sexista e LGBTQIA+fóbico.

A violência contra as mulheres é determinante, atravessa as relações sociais por meio da dominação patriarcal. “Daí que pôr fim à violência não pode ser o produto de algumas reformas legais somadas a algum tipo de assistência e uma pitada de psicoterapia [...]” (BELLOTTI, M., FONTENLA, M. *apud* D’ATRI, 2017a, p. 83).

O canto da sereia de “enfrentamento à violência pelo “empoderamento” feminino”¹²⁴, expresso nas entrelinhas da proposta do SUAS, é necessariamente essa transferência de renda com pitadas de práticas terapêuticas e, em alguns casos, até de psicoterapias, apesar de as normativas excluírem a possibilidade da psicoterapia no SUAS, por ser um instrumento de tratamento de questões de saúde mental e não de aspectos sociais.

A luta pela emancipação humana se transformou na luta pela ampliação de certo “Estado democrático” e das garantias de cidadania nas democracias capitalistas, a partir de reformas progressivas e acumulativas de direitos. D’atri sintetiza com maestria os desfechos desses processos das lutas feministas no contexto do imperialismo e projeto neoliberal:

[...] no ato de exigir o reconhecimento dessas formas de violência por parte do sistema penal, obteve-se um resultado inverso ao que se buscava. Porque, ainda que a tipificação dessas condutas como delitos permitiu que sejam visibilizados os padecimentos das mulheres, o sistema apenas funciona mediante a atribuição de responsabilidades individuais quando se causa danos. Desde esse ponto de vista, então, a opressão sexual ou de gênero, em si, não pode constituir um dano ou delito passível de ser castigado mediante o direito penal. Judicializar a opressão patriarcal restringe sua definição, limitando os alcances da punição a uma série de condutas tipificadas das quais apenas podem ser responsáveis alguns indivíduos, isoladamente (D’ATRI, 2017a, p. 82-83).

¹²⁴ As entrelinhas que esboçam a presença da ideologia do “empoderamento” no SUAS podem ser encontradas em cartilhas que buscam traduzir a operacionalização da política e fomentar a participação social dos sujeitos atendidos. A título de exemplo vide: Conselho Nacional de Assistência Social Brasília. SUAS: Sistema Único de Assistência Social – “Modo de usar”, BRASIL: CNAS, dezembro de 2017. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2020/10/cartilha.suas_.modo_.de_.usar_.formato.normal.atualizado.pdf>. Acesso em: 27 Mar. 2021.

A judicialização da opressão patriarcal, assim como diversos outros crimes realizados por questões determinantes no capitalismo, engessam as ações, pois os cidadãos passam a denotar a responsabilidade pela decisão de aspectos de suas vidas a um ente aparentemente regulador e neutro, o que coloca as mulheres numa condição de ovelhas vivendo entre cercas, já que não há transformação, as mulheres vivem oprimidas, submetidas e com medo, lançando-se a formas de sobrevivência, de resistência e solidariedade entre si à parte das promessas infundadas do Estado capitalista.

Em um contexto como esse, ultraconservador, cheio de expressões antifeministas, muitos dirão que é loucura ou tiro no pé criticar legislações, políticas sociais e direitos sociais conquistados tão arduamente no interior da luta de classes no Brasil.

Tal lógica faz lembrar do indivíduo “esclarecido” kantiano, que atendendo a sociedade do indivíduo cunhado ao modo burguês, deve ser esclarecido e disciplinado, atendo-se a críticas no plano individual para não comprometer a sociedade burguesa (TONET, 2016).

Destarte, as formas de sociabilidade são construídas a partir das nossas relações sociais sobre bases alienadas e alienantes, visto que as possibilidades de escolha são apresentadas já tolhidas e os sujeitos não só se culpabilizam, como o fazem mutuamente quando saem do plano do sujeito esclarecido individualmente e vão para o coletivo, explicitando seus reais interesses e angústias. Oportunamente, Mascaro infere que:

A livre disposição da vontade, no plano político, constrói-se de modo similar à autonomia da vontade do sujeito de direito. Derivada da forma-mercadoria, a forma política democrática estabelece a correspondência entre sujeito de direito e cidadão. Mas, tal qual a subjetividade jurídica esconde a exploração do trabalhador pelo capitalista, também não se pode considerar que os agentes individualizados ajam com a mesma intensidade nem com as mesmas qualificações formais ou reais na dinâmica da política no capitalismo. [...]. *Embora muitas vezes assentados sobre mecanismos democráticos, os acessos das classes ao Estado e as aberturas deste a elas são distintos* (MASCARO, 2013, p. 86, grifos meus).

A forma jurídica deve ser retirada do pedestal em que foi colocada, sendo tomada como produto das relações sociais e não como algo superior, inquestionável. A partir do estranhamento expresso nas relações sociais em todas as esferas da vida é que adotamos o direito equivocadamente como criador e não como criatura.

A democracia como valor universal traz como pressuposto que os sujeitos sociais partilhem de interesses e bases comuns – que é a democracia –, independentemente dos projetos de classe existentes. Desdobramento ainda deste entendimento, encontra-se, sobretudo, na supremacia da democracia política em que “o avanço da democracia política é, ao mesmo tempo, condição e resultado nas esferas econômica e social” (Coutinho, 1979, p. 38). Novamente, (re)aparece a inversão *politicista* [...] (ABRAMIDES, 2019, p. 76, grifos da autora).

Ao tomar a criatura — forma jurídica e/ou o direito e, obviamente, as legislações — como criadora, tem-se a face da inversão acessada pela classe trabalhadora, que dissemina a ilusão de que a ampliação do Estado capitalista, por meio da democracia política e as lutas no limite da institucionalidade, poderia eliminar o Estado burguês.

A democracia política é subordinada e dependente, emana a partir do construto real da democracia econômica e social, portanto, como criatura não poderia transformar a essência do criador, já que não possui um valor em si mesma, mas é a expressão dos valores do criador.

O politicismo é a elevação da esfera política como preponderante às demais esferas, econômica e social. A inversão mencionada acima é o que gera e retroalimenta o politicismo presente nas lutas anticapitalistas.

Ao se reivindicar “anticapitalista”, muitos movimentos sociais são engolidos pela inversão politicista. Tais movimentos fazem defesas legítimas, enfrentando, por exemplo, o racismo, o patriarcado e a LGBTQIA+fobia¹²⁵. A “antipolítica de eventos”¹²⁶ se refere à política que nega o poder no agora, baseia-se na ideia de se mudar o mundo sem tomar o poder, de fazer no agora e não do ser, remetendo necessariamente ao limite de um mero evento, haja vista que,

A ordem do capital pode conviver com negações particulares, mas não pode aceitar uma alternativa global de sociabilidade que não se fundamente na propriedade privada e na acumulação privada da riqueza socialmente produzida. Sem que se quebre o Estado burguês, não podemos, de fato, transformar as relações de poder, a não ser como quistos facilmente isolados e controláveis (IASI, 2017, p. 139).

Esses movimentos, no entanto, capitulados pelo politicismo, encontram-se aprisionados teórico e politicamente, com posições fragmentadas e enfraquecidas frente às lutas sociais.

Essas lutas são tidas como imediatas para a classe trabalhadora, mas, se desvinculadas da luta histórica da classe trabalhadora, incorrem em equívocos bastante caros, já que sem a imbricação das lutas contra a opressão, o preconceito e a discriminação com o fim da exploração da classe trabalhadora, não há a possibilidade concreta de superação do capital. Neste momento, o anticapitalista de “esquerda” faz sua réplica ao dizer que defende o “Deslocar-se para uma dimensão diferente da do capital, não se comprometer com o capital em seus próprios

¹²⁵ A análise aprofundada dos setores que são capitulados com a práxis politicista está disponível com maiores contornos no primeiro capítulo desta tese, sobre a condição de vida e as lutas das mulheres trabalhadoras, bem como no segundo capítulo, sobre as defesas das “teorias do empoderamento”.

¹²⁶ Iasi discute as argumentações do anticapitalismo de Holloway, autor irlandês que defende a possibilidade de se mudar o mundo sem tomar o poder, reinventando a social-democrática e o oportunismo já vistos em Bernstein e Kautsky. Para aprofundar essas questões vide: HOLLOWAY, J. Mudar o mundo sem tomar o poder. São Paulo: Viramundo, 2003.; e IASI, M.L. A atualidade da revolução soviética e a questão do estado. In: IASI, M.L. Política, Estado e ideologia na trama conjuntural. São Paulo: Instituto Caio Prado Junior, 2017.

termos, mas avançar para modos em que o capital não possa sequer existir” (HOLLOWAY *apud* IASI, 2017, p. 138). Iasi nos auxilia nessa resposta:

O problema de certo tipo de anticapitalismo é não ter a menor ideia do que é o capitalismo. O capitalismo é uma relação social na qual o proprietário dos meios de produção, ao comprar força de trabalho, extrai mais-valor e acumula privadamente a riqueza socialmente produzida. Certo, mas *existem poros sociais, relações comunitárias, tradicionais formas de vida como entre as nações indígenas, as cooperativas, a agricultura familiar, que escapam às determinações do capital. Não, não escapam. O capital acaba por subordinar as formas não capitalistas, assim como subordina os países periféricos ao domínio do centro imperialista* (IASI, 2017, p. 138, grifos meus).

O embelezamento das ideias e lutas anticapitalistas ofusca a realidade, pois prega a possibilidade de superação de relações sociais violentas, opressoras, preconceituosas, com leis e educação. Um exemplo disso é pensar nos diversos momentos da história em que a expansão capitalista causou o genocídio da população indígena.

Afinal, o uso de armas biológicas para dizimar povos inteiros não é novidade, basta recordarmos os casos de contaminação por varíola nos indígenas do Brasil Colônia que não só se contaminavam pelo contato com os colonizadores, como quando, intencionalmente, estes deixavam roupas e objetos contaminados na mata próximo às aldeias¹²⁷.

Neste momento de pandemia causada pelo COVID-19, é possível encontrar recursos do Brasil Colônia sendo revisitados em prol do extermínio dos povos indígenas brasileiros que ainda resistem. Nos referimos às técnicas de deixar roupas contaminadas próximas às aldeias, que hoje são revisitadas a partir do momento em que são retirados os recursos de saúde pública da população indígena e são identificados diversos casos de aproximações de indivíduos não indígenas das aldeias, seja para extração de recursos ou mesmo pela falta de políticas públicas de proteção aos indígenas trabalhadoras/es das indústrias próximas de seus territórios¹²⁸.

Essas perspectivas expressam a ilusão de conquistar um capitalismo mais humanizado, desconsiderando a centralidade do trabalho como prioridade ontológica, entretanto, a história

¹²⁷ A história do Brasil Colônia acerca da contaminação por varíola e o seu papel como arma biológica dos colonizadores no genocídio da população indígena pode ser encontrado em diversas referências. O estudo aprofundado dessas questões pode ser encontrado em: RIBEIRO, B. O Índio na História do Brasil. 10ª ed., São Paulo: Global Editora, 2001.; e, RIBEIRO, D. Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹²⁸ Para maiores informações acesse: BRASIL DE FATO, RS tem 80 indígenas com coronavírus, a maioria foi contaminada em frigoríficos da JBS. Publicado em: 18 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/18/rs-tem-80-indigenas-com-coronavirus-a-maioria-foi-contaminada-em-frigorificos-da-jbs>>. Acesso em: 20 jun. 2020.; e BALDUINO, L. Contaminação em aldeia em Dourados (MS) começou na fábrica da JBS, diz cacique. Publicado em: 19 mai. 2020. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2020/05/19/contaminacao-em-aldeia-em-dourados-ms-comecou-na-fabrica-da-jbs-diz-cacique/>>. Acesso em 20 jun. 2020.

vem provar a todo momento que o capitalismo desumaniza e não o inverso. Em Abramides vemos que:

A teoria social pressupõe a prioridade ontológica da produção material como momento determinante em que ocorre a exploração da força de trabalho, como primeira mercadoria do mundo burguês, na ordem do capital. Do ponto de vista teórico, cabe explicitar que *essa determinação supõe que outras categorias analíticas a ela se vinculem, como cultura, gênero, raça e etnia*, o que significa dizer que o desconhecimento ou a negação desta construção teórica tem levado muitos movimentos reivindicatórios a um *politicismo* e, muitas vezes, a um *identitarismo* na ação que desvincula a luta (específica) particular, imediata, da luta de classes (histórica). *A luta contra qualquer tipo de opressão, preconceito e/ou discriminação articula-se à luta contra a exploração*, posto que sem sua superação não há possibilidade de superação da ordem do capital e construção do projeto de emancipação humana (ABRAMIDES, 2019, p. 74, grifos meus).

A emancipação política realizada pela burguesia e em disputa nas lutas de classes cotidianas por melhorias nos direitos sociais está assentada justamente na lógica da garantia formal das necessidades dos sujeitos, ou seja, a forma-jurídica fenomênica que notoriamente privilegia direitos civis a direitos sociais ainda hoje é interpelada como fim para muitas lutas sociais.

Na realidade, o que se evidencia é que as lutas no campo da institucionalidade não devem ser abandonadas, mas adaptadas estrategicamente como forma de manter posição contra retrocessos e espaço de luta por garantias imediatas. Não obstante, já não é possível nutrir ilusões quanto ao Estado burguês como um espaço em disputa, posto que tal instituição foi forjada ao modo burguês para atender aos interesses da burguesia. Partindo do pressuposto de que o projeto da classe trabalhadora está centrado na superação do modo de produção capitalista, cabe superar o Estado burguês no processo de transição socialista.

Destarte, não se deve ampliar, aperfeiçoar a forma-jurídica para forçar que isto se cumpra no plano das relações sociais, pois o que determina a consciência (materialista) é o ser (MARX, ENGELS, 2009), o que implica afirmar que as normas devem ser socialmente determinadas a partir dos valores construídos nas relações sociais, ou seja, a forma-jurídica deve ser fluída nas relações sociais. No capitalismo a forma-jurídica deriva da forma-mercadoria, ou ainda, de necessidades fetichizadas, correspondendo aos interesses de determinados grupos sobre outros.

O que leva ao questionamento: em quais termos se compreende o Estado capitalista?

As sociedades de classes são assim reconhecidas por serem marcadas pela contradição de classes. Isso não muda com o advento do mundo burguês, em que convivem em contradição a classe trabalhadora e a classe burguesa. Entretanto, diferente da sociedade escravista e feudal que concentrava o poder econômico e político nas mãos da classe dominante, no capitalismo o

poder político passa a ser organizado via instituição que, em tese, seria apartada da sociedade em geral, nas palavras de Mascaro (2013, p. 17) “identifica-se os contornos do fenômeno estatal”.

Estado e política aparecem em Engels no século XIX, como um aparato a ser conquistado pelos/as trabalhadores/as, uma vez que este estaria sob o domínio burguês. Lênin, por sua vez, é expoente no legado marxista, dedicou-se ao tema do Estado capitalista em seu livro *O Estado e a revolução*, momento em que travou um debate polêmico com Kautsky¹²⁹. Buscou nas obras dos fundadores do socialismo científico elementos que contribuem até a contemporaneidade para se pensar a lógica do Estado burguês.

Trilhou esse caminho retomando, no primeiro momento, a obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* de Engels, entendida por Lênin como a mais vulgar do autor, considerando os avanços de profundidade teórica do Engels maduro. Lênin ainda aprofunda a questão, depurando elementos em trechos específicos das obras de Marx e Engels, com destaque para a experiência da Comuna de Paris.

Ainda que vulgar e retomada vulgarmente por socialdemocratas, que invertem de forma oportunista a posição de Engels em relação ao Estado, ao remeter a Engels a visão do Estado capitalista como conciliador de classes, desde aquele momento, o contrário já se expressava em Engels, quando explicitou que o Estado capitalista surge a partir do momento em que os antagonismos de classes aparecem como inconciliáveis. A sua existência comprova, em última instância, a impossibilidade de conciliação das contradições de classes. Portanto, o Estado capitalista é produto e manifestação de tal relação antagônica e inconciliável.

A finalidade do Estado capitalista não é, portanto, conciliar, mas de contribuir para a submissão da classe trabalhadora à classe burguesa. Ele é a criatura da burguesia que legaliza e consolida a submissão, se propondo a amortecer colisões entre as classes.

O Estado anula à sua maneira a diferenciação por nascimento, estamento, formação e atividade laboral ao declarar nascimento, estamento, formação e atividade laboral como diferenças apolíticas, ao proclamar cada membro do povo, sem consideração dessas diferenças, como participante igualitário da soberania nacional, ao tratar todos os elementos da vida real de um povo a partir do ponto de vista do Estado. [...] Longe de anular essas diferenças fáticas, ele existe tão somente sob o pressuposto delas, ele só se percebe como Estado político e sua universalidade só torna efetiva em oposição a esses elementos próprios dele (MARX, 2010a, p. 39-40).

¹²⁹ Karl Kautsky (1854-1934) foi contemporâneo de Lênin, iniciou seus estudos a partir de Friedrich Engels. Foi economista, historiador e social-democrata alemão. Foi também dirigente da II Internacional, que historicamente ficou conhecida como fiasco, já que debandou para a social-democracia, maquiando e deturbando as obras de Marx e Engels para servir aos princípios liberais (LÊNIN, 2007; 2019). Para maiores informações sobre a vida do autor acesse: MARXISTS INTERNET ARCHIVES. Dicionário Político. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/k/kautsky.htm>>. Acesso em 16 Ago. 2020.

A burguesia apresenta a sua forma de universalizar pelo Estado burguês, limitada àquilo que lhes é possível realizar na sociedade civil burguesa. No momento em que a burguesia reduz todos os sujeitos a uma mesma condição, desconsiderando elementos centrais que determinam as condições de vida dos mesmos, cria a lógica do cidadão.

O cidadão, por sua vez, é uma abstração da ordem burguesa, que não surge na e da materialidade da vida cotidiana, mas das ideias de universalizar formalmente, ou seja, no “contrato”, por meio das garantias de igualdade entre os indivíduos. Retirando as diferenças, o cidadão tem direitos, mas como cada cidadão os acessará será disputado no jogo ético-político do Estado burguês, árbitro ávido a arbitrar o inconciliável.

O problema central aqui é que, ao apresentar sua forma de universalidade como única forma possível pela mediação do Estado, a burguesia logrou êxito em criar o fetiche do “Estado regulador”, o que desde o título deste subitem já é criticado por se tratar do estranho caso da sociedade que acredita não ser capaz de se socializar sem o Estado capitalista.

O fetiche do Estado capitalista remete à tese hobbesiana da guerra de todos contra todos como natureza humana (IASI, 2017), que consiste na crença da impossibilidade dos seres humanos se estabelecerem socialmente sem o Estado capitalista.

Tomar a aparência da sociedade como essência gera equívocos de tal natureza, uma vez que tal tese parte da análise das sociedades de classes para afirmar a natureza dos seres humanos, como se a humanidade só tivesse vivido e só pudesse viver em sociedades de classes. Nas sociedades de classes, obviamente, não se vive a guerra de todos contra todos, mas sim, no capitalismo, vive-se a guerra da classe burguesa para manter a exploração da classe trabalhadora e seus privilégios de classe dominante.

O Estado capitalista, a despeito de sua essência burguesa, se apresenta de forma apartada das classes sociais, com uma postura afastada e superior à sociedade. Divide os sujeitos por territórios — e não mais por clãs —, superando as formas de organização patriarcal pré-capitalista, cria o poder público, que não é mais a população armada — organização essa que se torna impossível com a divisão de classes —, mas sim uma parcela que servirá ao Estado capitalista, com homens armados, prisões e instituições coercivas (LÊNIN, 2007).

A justificativa corrente da existência dessa força armada, separada da sociedade e superior a ela, consiste na alegação de que a sociedade está se complexificando, e quanto mais aumenta, mais o poder público se reforça. O cerne da questão é que:

Forma-se o Estado; cria-se uma força especial, criam-se corpos armados, e cada revolução, destruindo o aparelho governamental, nos mostra uma luta de classes descoberta, põe em evidência como a classe dominante se empenha em reconstituir, a seu serviço, corpos de homens armados e como a classe oprimida se empenha em criar uma nova organização do mesmo gênero, para pô-la ao serviço, não mais dos exploradores, mas dos explorados (LÊNIN, 2007, p. 30).

Lênin (2007; 2019), indignado com as vulgarizações do marxismo orquestradas pelos “socialistas-revolucionários”, socialdemocratas e pelos Mencheviques, entra em confronto direto com Kautsky, representante da socialdemocracia, e com os anarquistas que desejam abolir o Estado do dia para a noite — sem expor a forma pela qual pretendem fazê-lo —, valendo-se às vezes de vulgarizações oportunistas a partir do marxismo, como o anarcossindicalismo¹³⁰.

Expõe que Kautsky omite o principal sobre o entendimento do Estado capitalista pelo legado marxiano, que é o seu conteúdo revolucionário pela revolução violenta para a tomada do poder do Estado capitalista pelo proletariado, momento de morte, de destruição do Estado burguês como é conhecido, e surgimento do Estado de transição aos moldes da ditadura do proletariado com vistas ao comunismo. Poderia ser cômico se não fossem trágicas as semelhanças de Kautsky com alguns representantes do mais contemporâneo do “anticapitalismo” — como vimos acima.

Explica Lênin que o Estado de transição se dilui por já não ser mais necessário, dando espaço às novas formas de regulação expressas nas relações sociais comunistas. A última ação que marcará essa morte e transição será a tomada pelo Estado dos meios de produção em nome da sociedade. Sobre o oportunismo de Kautsky e de alguns anarquistas, avalia que:

Amputar assim o marxismo é reduzi-lo ao oportunismo, pois que, depois de um tal “comentário”, não fica senão a concepção de uma transformação lenta, igual, progressiva, sem sobressalto nem tempestade, sem revolução. A “extinção” do Estado, na concepção corrente, espalhada, popular, por assim dizer, é, sem dúvida alguma, o esquecimento, senão a negação da revolução (LÊNIN, 2007, p. 36-37).

A polêmica está centrada no mesmo texto de Engels citado acima, pois falando sobre a transição e ruptura com o capitalismo, os socialdemocratas e até alguns anarquistas, que se dizem baseados em Engels e no marxismo, acreditam que, a partir da tomada do Estado burguês, ocorre um processual definimento e o surgimento do Estado socialista.

¹³⁰ Diferentemente de alguns autores, como Daniel Guérin, que defendem a necessária síntese entre marxismo e anarquismo, entendemos que a unidade na esquerda é crucial, mas também que seria importante nos desvencilharmos de certas perspectivas oportunistas que recorrem a fragmentos marxistas e os transformam em utopias sem base concreta. Para mais informações sobre o debate de Guérin, vide: GUÉRIN, D. Anarquismo e marxismo. Marxists. Texto de 06 Nov. 1973. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/guerin/1973/11/06.htm>>. Acesso em 16 Ago. 2020.

Lênin, todavia, apresenta o texto sem cortes e interpreta linha a linha, mostrando que, na realidade, Engels fala que a partir da tomada do Estado burguês pelo proletariado e da tomada dos meios de produção, em prol da sociedade, é decretada a morte deste Estado burguês. Surge um Estado de transição, momento conhecido por socialismo. Este é o devir, o Estado proletário, o Estado de transição, é ele que com o tempo se definhará, tendo em vista o surgimento de novas formas de regulação que se expressaram a partir das novas formas de relações sociais instituídas no que virá a ser o comunismo.

Marx (2012) já alertava em suas análises que o Estado capitalista seria o comitê executivo da burguesia que se apresenta como regulador dos interesses gerais. Em contrapartida, ainda hoje, muitos autores e militantes assistentes sociais de formação se empenham numa luta pela conquista da essência do Estado capitalista, não para essa morte do Estado burguês, mas pela crença de que seria possível transformar a essência capitalista em um “algo” mais justo e igualitário, “democrático”, mantendo a forma do Estado e transformando o seu conteúdo.

A maioria dessas perspectivas se encontra na luta pela via dos partidos políticos que disputam as eleições nos moldes burgueses. Essas defesas derivam da socialdemocracia que, como tratado acima, na melhor das hipóteses remeteria à experiência do “socialismo real existente” stalinista, do que ao socialismo e comunismo de Marx, Engels e Lênin, que defendem a revolução, sendo que em Lênin há o aprofundamento dos momentos de transição para chegar ao comunismo. Na pior das hipóteses, a experiência histórica mostra o fiasco da “terceira via”, propostas social-liberais (CASTELO, 2013; ANTUNES, 2018) que por essência são o projeto neoliberal sob novas vestes.

Isso remete à polêmica entre Lênin e Kautsky, agora pela obra *Democracia e luta de classe*, momento em que Lênin trata da democracia burguesa e democracia proletária, questionando a possibilidade de existir igualdade entre explorado e explorador, comprovando que a ditadura do proletariado é a igualdade para o explorado e que garantirá a igualdade para todos, portanto, é na *democracia proletária* que se encontra a superação da democracia burguesa e sua universalidade formal.

Kautsky teria criticado os bolcheviques, teria dito que os soviets (conselho, organização proletária) jamais se transformariam em organização do Estado. Kautsky, segundo Lênin (2019), fundamenta-se em Mártov, líder menchevique, para explanar sobre uma “democracia pura”, que seria supostamente neutra às classes sociais e que, como força neutra, o Estado seria um aparato protetor das minorias. Lênin analisa que:

[...] apenas um liberal pode esquecer as limitações e as condicionalidades históricas do parlamentarismo burguês, como disso se esqueceu Kautsky. Em cada passo, no Estado Burguês mais democrático, as massas oprimidas se deparam com a contradição escandalosa entre a igualdade formal e as limitações e as manobras factuais que fazem dos proletários escravos assalariados. (LÊNIN, 2019, p. 81).

Considera ainda que mesmo nos países tidos como “mais democráticos”, o aparato do Estado burguês se faz sentir negativamente na vida dos/as trabalhadores/as. A essência, o concreto pensado, não se explicita imediatamente nas instituições e no motivo de suas existências por si só, nem na necessidade do Estado capitalista no capitalismo, mas na necessidade de o capitalismo existir, ou ainda, na crítica ao modo de produção capitalista, que cria tais formas políticas, jurídicas e culturais com o intuito de controlar a sociedade segundo os interesses da burguesia.

Se a relação entre forma política estatal e instituições políticas estatais não é lógica, mas factual, é porque ela é atravessada, necessariamente, pela luta de classes, grupos e indivíduos. Por isso se explicam instituições políticas distintas em Estados que são, de modo geral, capitalistas, mas que se encontram em dinâmicas próprias de interação social. [...] Não há um conjunto institucional “padrão” para a forma política estatal. É um engano, por exemplo, associar estruturalmente capitalismo a Estado democrático de direito. Se a forma-mercadoria demanda uma forma política estatal, esta pode se consolidar em instituições estatais democráticas, conforme um tipo específico de arranjo das classes no capitalismo. Mas também pode haver graves crises na reprodução do capital, exigindo, contra a democracia, arranjos políticos ditatoriais ou mesmo fascistas (MASCARO, 2013, p. 32-33).

A recuperação da história é realmente central para as lutas da classe trabalhadora, tanto que, ao recuperar elementos dos Estados capitalistas em diversos países, é impossível se dizer perplexo com o bolsonarismo¹³¹ vivenciado pelo Brasil, que se fortaleceu e se expressou de

¹³¹ Afirmamos a impossibilidade da perplexidade com a ascensão da ultradireita, ultraconservadora e reacionária, primeiramente, por ouvirmos no Brasil correntemente expressões de culto à ditadura, aos militares. Se não o culto à doutrina em sua integralidade, temos muitas expressões de traços desta tradição, reunidos a lampejos de doutrinas mais atuais, como o “politicamente correto”, fruto do individualismo e de cunho neoliberal. Recorrendo à história podemos resgatar outras expressões de grupos que tomaram o poder do Estado em momentos considerados improváveis por alguns autores, tais como: o Bonapartismo na França em 1851, Hitler na Alemanha em 1933, Trump nos EUA em 2016. Ressaltamos que não estamos aqui igualando ou comparando estes processos históricos, muito menos minimizando as atrocidades realizadas nestes períodos, apenas estamos citando para esboçar a ideia de que a ascensão de Bolsonaro foi construída e muito esperada por seus partidários. O que aproxima as experiências citadas é a descrença de que tais personagens pudessem atingir espaços de extrema relevância para a política de seus países, seja por falta de preparo ou por suas defesas reacionárias e antidemocráticas. Vale lembrar que o Estado é burguês e, como comitê executivo da burguesia, ocupa a cadeira de maior poder político aquele que se propõe a realizar o projeto de interesse da classe dominante, ou aquele que não apresenta resistência ou risco a tal projeto. Outra recuperação importante diz respeito aos momentos de governos ditos de “esquerda”, que sofreram o “giro reformista”, a partir das desilusões provocadas pelo chamado “socialismo real” e as investidas social-democratas que com o avanço do neoliberalismo culminaram na derrocada da esquerda mundialmente. No Brasil, todo este contexto nos levou à traição dos/as trabalhadores/as, orquestrada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), de 2002 a 2010 com Lula, seguido um mandato de 2011 a 2016 de Dilma Rousseff (governo interrompido através de golpe político).

forma mais marcante a partir de 2018, com as eleições presidenciais que elegeram democraticamente o então presidente, Jair Bolsonaro¹³².

Trata-se de um governo não apenas ultraconservador, mas reacionário, que se vale de *fake news*, da defesa do armamento da população, do culto à militarização, dos supostos princípios da família e da nação para dar continuidade ao projeto neoliberal no Brasil, que em cada governo tomou contornos diferenciados devido à luta de classes, mas que em nenhum momento mudou o curso neoliberal, atendendo às exigências do imperialismo capitalista, mesmo nos governos de Lula e Dilma (2003 a 2016).

Acerca da impossibilidade de se realizar e perpetuar uma transição pelo Estado burguês, cabe reconhecer que

É impossível expropriar de vez todos os latifundiários e todos os capitalistas de qualquer país grande. Além disso, uma expropriação, como ato jurídico ou político, está muito longe de resolver a questão, pois é necessário *desalojar* factualmente os latifundiários e os capitalistas, *substituir* factualmente sua administração das fábricas e das propriedades agrícolas por outra administração, operária (LÊNIN, 2019, p. 87).

Por consequência que **“A transição do capitalismo para o comunismo constitui uma época histórica inteira.** Enquanto não estiver terminada, os exploradores mantêm a esperança da restauração, e essa *esperança* se transforma em *tentativas* de restauração” (LÊNIN, 2019, p. 89, *grifos do autor, grifos meus*).

Contrariando tal perspectiva, essas organizações embebidas de politicismo e do *anti-capitalismo romântico* ignoram tais análises que apontam para os limites do Estado capitalista, enquanto aparato burguês dedicado a realizações dentro dos limites burgueses — portanto, extremamente burocratizados, tecnificados, verdadeiro inviabilizador de acessos por sua morosidade e que, em última instância, justifica seus aportes financeiros para o grande capital para garantir “o bem estar da economia”, mais empregos, melhores salários. Interessante é que a parcela do bolo que cabe à classe trabalhadora sempre está perdida, pois nunca chega, sobrando aquelas migalhas por transferências de renda e facilitação de crédito e endividamento.

¹³² Escrevo este texto no segundo semestre de 2020 e, em meio a muitas manifestações de desacordo e desaprovação ao governo Bolsonaro, ele ainda permanece no poder. Vale aqui demarcar que as diversas expressões da ineficiência do governo são das mais distintas áreas: seja por suas inúmeras manifestações fascistas, ultraconservadoras e de descaso com a pandemia gerada pelo COVID 19, falta de suporte e gestão na área da saúde e demais políticas, bem como pelos crimes de corrupção e indícios de envolvimento da família Bolsonaro com milicianos e com a morte de Marielle Franco — socióloga, vereadora pelo PSOL, assassinada em 2018 — o crime ainda não foi totalmente solucionado. Fatos estes que nos levam a concluir que vivemos um verdadeiro desgoverno, que só tem promovido retrocessos, desserviços, reacionarismos e balbúrdia.

Alguns autores e políticos reivindicam o legado marxista para defender a permanência do Estado capitalista. “Ao contrário de outras formas de domínio político, o Estado é um fenômeno especificamente capitalista. Sobre as razões dessa especificidade, que separa a política da economia, não se pode buscar suas respostas, a princípio, na política, mas sim no capitalismo” (MASCARO, 2013, p. 18).

Marx analisa a questão judaica na Prússia e, ao fazê-lo, explica elementos centrais do Estado capitalista. No debate das polêmicas levantadas por Bruno Bauer sobre a laicização do Estado, Marx defende que se trata apenas de uma emancipação formal do Estado, ou melhor, emancipação política. O recurso às garantias restritas à esfera formal não é exceção, é regra no Estado capitalista. Convoca com veemência a superação das ilusões

[...] quanto ao limite da emancipação política. A cisão do homem em *público* e *privado*, o *deslocamento* da religião do Estado a sociedade burguesa, não constitui um estágio, e sim a *realização plena* da emancipação política, a qual, portanto, não anula nem busca anular a religiosidade *real* do homem. A dissociação do homem em judeu e cidadão, em protestante e cidadão, em homem religioso e cidadão, essa dissociação não é uma mentira frente à cidadania, não constitui uma forma de evitar a emancipação política, mas é a própria *emancipação política*; ela representa o modo político de se emancipar da religião (MARX, 2010a, p. 42).

A laicização do Estado capitalista é emancipação política, visto que, se não o fosse, como poderia ter no Estado representantes que fazem claras menções e tomam decisões adotando por base convicções unilaterais, declaradamente religiosas. No Brasil, Jair Bolsonaro se batiza¹³³ como evangélico ainda que continuasse católico — de acordo com seus assessores —, o evento foi filmado e divulgado nas redes sociais durante a votação do impeachment da Presidenta Dilma em 2016. Essa e outras ações aumentaram a base eleitoral do atual presidente do Brasil.

A garantia formal, que é a própria emancipação política, assegura que o cidadão exerça sua religiosidade em sua vida “privada”, mas na representatividade do Estado capitalista, este não poderá exercê-la. No livro *Sobre a questão judaica*, Marx (2010a) conta a contradição de seu pai que, como trabalhador do Estado da época, teve que renunciar ao judaísmo formalmente, mas que renunciar formalmente ao judaísmo não o faz menos crente na doutrina judaica.

A partir desses elementos, Marx aprofunda a noção de Estado político, compara-o à mesma forma de espiritualidade que cinde o céu e a terra. A forma é a mesma, só mudando o conteúdo.

¹³³ EXTRA. Enquanto a votação do impeachment acontecia, Bolsonaro era batizado em Israel. Globo. Notícia publicada em 12 mai. 2016. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/enquanto-votacao-do-impeachment-acontecia-bolsonaro-era-batizado-em-israel-19287802.html>>. Acesso em 16 ago. 2020.

O Estado político pleno constitui, por sua essência, *a vida do gênero humano em oposição à sua vida material*. Todos os pressupostos dessa vida egoísta continuam subsistindo fora da esfera estatal na sociedade burguesa, só que como qualidades da sociedade burguesa. *Onde o Estado político atingiu a sua verdadeira forma definitiva, o homem leva uma vida dupla não só mentalmente, na consciência, mas também na realidade, na vida concreta*; ele leva uma vida celestial e uma vida terrena, a vida na comunidade política, na qual ele se considera um ente comunitário, e a vida na sociedade burguesa, na qual ele atua como pessoa particular, encara as demais pessoas como meios, degrada a si próprio à condição de meio e se torna um joguete na mão de poderes estranhos a ele. *A relação entre o Estado político e a sociedade burguesa é tão espiritualista quanto a relação entre o céu e a terra* (MARX, 2010, p. 40, grifos meus).

Passou da hora, “[...] então, da crítica da política, do direito, do Estado, da cisão entre a sociedade civil e o Estado, do salto mortal entre o mundo do egoísmo privado e o do interesse geral ilusório” (MARX, 2010a, p. 11).

O direito burguês orquestrado a partir do arbítrio do Estado é, portanto, igual para desiguais, o que perpetua a igualdade formal e a desigualdade material — objetivo-subjetiva —, logo, mais justo seria um direito desigual para desiguais, mas essa emancipação a sociedade civil burguesa não é capaz de fazer, pois implicaria na transformação do seu modo de produção, na forma e no conteúdo do sistema capitalista.

Superar a igualdade formal é superar o capitalismo, portanto, só é possível concretamente por uma revolução. “Não é o Estado que permite a sociabilidade humana; ao contrário, é essa sociabilidade humana que, ao assumir certa forma histórica, leva a necessidade de criação do Estado e, portanto, abre-se a possibilidade de uma sociabilidade que prescindia da forma Estatal, uma sociedade sem Estado” (IASI, 2012, p. 150).

O Estado capitalista, portanto, historicamente datado, é fruto da relação social de produção capitalista que, a partir da necessidade de extração de valor e mais-valor para realizar a acumulação de capital, explora o sobretrabalho, gerando a forma-mercadoria.

Mascaro (2013) refere que essa relação social seria uma derivação gestada a partir da necessidade de conformar o contrato social entre aquele que vende a força de trabalho e aquele que compra a força de trabalho.

A troca de mercadoria é a chave para desvendar essa especificidade. No capitalismo, a apreensão do produto da força de trabalho e dos bens não é mais feita a partir de uma posse bruta ou da violência física. Há uma intermediação universal das mercadorias, garantida não por cada burguês, mas por uma instância apartada de todos eles. O Estado, assim, se revela como um aparato necessário à reprodução capitalista, assegurando a troca das mercadorias e a própria exploração da força de trabalho sob forma assalariada. As instituições jurídicas que se consolidam por meio do aparato estatal — o sujeito de direito e a garantia do contrato e da autonomia da vontade, por exemplo — possibilitam a existência de mecanismos apartados dos próprios exploradores e explorados (MASCARO, 2013, p. 18).

Considerando que somente no capitalismo o trabalho se torna abstrato, generalizando-se como mercadoria e possibilitando a forma-valor, o caráter abstrato só pode ser mantido por um poder abstrato, sendo este o Estado capitalista, que se apresenta como forma universal.

Ora, se a totalidade pudesse ser lida com maior propriedade pelo Estado capitalista, Marx teria com toda certeza voltado seus estudos centralmente para tal questão, no entanto, o autor se volta para aquilo que deveria ser orientado ontologicamente e não subsumido realmente ao capital, que é o capital que se apropria do trabalho-excedente em prol da acumulação e, para entendê-lo, o autor recorre ao fenômeno da mercadoria, que não é meramente um produto, mas uma coisa fetichizada que detém trabalho abstrato e que o obscurece, ao passo que humanizamos as mercadorias enquanto nos desumanizamos.

Emancipação política não é sinônimo de falsidade, ou de falácias, é preciso compreender que quando tomada como ideologia falsa, trata-se de remeter a relação social a uma produção, a partir de uma falsa consciência. A contradição da sociedade capitalista é explicitada somente na luta de classes, momento em que a burguesia exige a manutenção de seus privilégios e vai contra garantias de direitos sociais para a classe trabalhadora.

Alguns períodos na história do capitalismo podem se expressar como menos violentos, talvez até mais equilibrados, dando a ilusão aos socialdemocratas de que o Estado capitalista pode ter um caráter conciliador; outros ainda dando margem para que defendam que tal qual o Estado serve aos interesses de uma classe, pode vir a responder aos interesses de outra. Não obstante, a exceção não é e nem poderá ser regra.

Isto leva a recordar a experiência da Comuna de Paris a partir da interpretação de Marx, Lênin, e mais contemporaneamente, Iasi. Marx não inventa, ele simples e brilhantemente, traduz em seus escritos o movimento da história que viveu.

A Comuna de Paris¹³⁴ administrou a cidade superando a dogmática e caríssima divisão de poderes do Estado capitalista, provando a possibilidade de se fazer uma gestão barata. Entre as diversas medidas adotadas, podemos citar: o armamento de todos que estivessem aptos a usar uma arma, considerando o contexto de guerra e a necessidade de defesa contra o exército

¹³⁴ Os trabalhadores parisienses tomam o poder de uma das cidades mais importantes do mundo em meio à guerra franco-prussiana. Pressionados pelas tropas francesas a se desarmarem mesmo diante de um cerco prussiano, os/as trabalhadores/as rebelam-se e tomam a cidade no dia 26 de março de 1871. Marx, até então, se colocava contrário à tomada do governo naquelas condições. O movimento de orientação anarquista, no entanto, logrou êxito em sua revolução e permitiu o vislumbre da possibilidade concreta da revolução e de sua organização socialista. Marx reconheceu e saudou a revolução proletária, que a despeito de suas perspectivas esboçou uma experiência de suma importância, embora não tenha concretizado seu objetivo final de vencer e superar o capitalismo (LÊNIN, 2007; IASI, 2017).

do Estado burguês da França; os salários foram nivelados pelo salário operário, inclusive para os membros da comuna; a Igreja deixou de receber proventos do Estado e tem seus bens estatizados; todas as funções públicas, incluindo juízes, são definidas por eleições nos respectivos distritos e todos os cargos são revogáveis a qualquer tempo pelos mesmos que elegeram; além de desenvolverem estratégias para dar continuidade a uma grande indústria sob o controle das/os trabalhadoras/es (IASI, 2017).

Foi registrado o papel das mulheres trabalhadoras na Comuna, que aqui ganha destaque, que ficaram conhecidas como *petroleiras* por carregarem baldes de petróleo para incendiar os prédios públicos contra a invasão dos refugiados em Versalhes — ricos, políticos e exército, ou seja, o Estado capitalista. As mulheres eram vistas de saia, sapatos e fuzis, também eram vistas discutindo política em alto e bom som, fato este que assustou conservadores da época como Émile Zola, que as chama de loucas por se expressarem não só nas ruas, mas dentro de suas casas com seus maridos (IASI, 2017).

Tendo em vista que Marx e Engels reconhecem que o papel das mulheres em uma sociedade registra o nível de consciência daquela sociedade, pode-se encontrar aqui uma belíssima experiência de como a Comuna de Paris de fato apresentou as características da luta histórica da classe trabalhadora.

Tomar o Estado capitalista continua sendo o caminho para o socialismo, mas assim como Iasi (2017), é nítido que tomá-lo é insuficiente para que a classe trabalhadora guie a sociedade para uma sociedade comunista, ou seja, livre, sem classes e sem Estado.

Na crítica ao “internacionalismo” de Kautsky, Lênin (2019) ainda fala da importância de se demarcar o caráter internacionalista da revolução socialista. Identifica em Kautsky, a partir do seu giro reformista e abandono do marxismo, a defesa da guerra imperialista pelo discurso da “defesa da pátria”.

Lênin (2019), por outro lado, avalia a importância de se questionar e identificar o caráter de classe da guerra em questão, ressaltando que as/os socialistas são contra qualquer forma de violência, tanto contra e entre nações, como entre pessoas. Já a violência revolucionária se diferencia e se justifica pela tomada do poder pela classe trabalhadora revolucionária. A guerra só deixa de ser imperialista quando o proletariado toma o poder.

Diferente da violência geral, a violência revolucionária tem a conotação de resposta à violência geral e cotidiana a que a sociedade burguesa expõe a classe trabalhadora, na defesa da classe trabalhadora das investidas imperialistas e neoliberais.

Se naquela época já se explicitavam as dificuldades de se realizar e consolidar uma revolução para uma cidade, ou para um país, hoje tal feito se mostra ainda mais complexo, possível de se realizar, mas impossível de se sustentar a longo prazo sem que emergja o contexto da era das revoluções socialistas, ou seja, a dimensão da luta internacional é crucial.

As crises são meios de garantir formas de renovar ou recompor as taxas de lucro, por conseguinte, é necessário garantir a circulação de capital, uma vez que caso este ameace parar de circular — normalmente pelo excesso de acúmulo —, instaura-se o período de medidas para conter a crise.

Já as experiências da Venezuela e Bolívia, que também iniciaram por experiências populares, recolocam na pauta do dia a transformação social socialista (IASI, 2017). Embora aqui também o capitalismo permaneça, ao passo que, nacionalizar empresas não é sinônimo de socializar. Em outros termos, o que se expressa nessas experiências são muito mais formas de capitalismo de Estado que socialismo.

Por fora da estratégia da luta internacionalista, as experiências que se reivindicam revolucionárias não se sustentam, entretanto, cabe aprofundar os estudos de como se organizam esses países, pois apenas defini-los como capitalismo de Estado não dá conta de sintetizar as particularidades dessas experiências que, talvez, tenham algo a contribuir com a nossa luta.

Diferente daqueles que comemoram essas experiências como o socialismo do século XXI, e daqueles que as repudiam por não socializarem os meios de produção, nem estabelecerem um Estado proletário perfeitamente de acordo com o que se espera, caindo em certo idealismo, acredito que todas as estratégias de luta são válidas enquanto táticas para se atingir determinados níveis de consciência crítica e consciência de classe. As eleições, por exemplo, devem ser táticas e não a estratégia em si para se atingir a revolução. O partido da classe trabalhadora e sua construção sim, pode ser identificado como estratégia de luta.

Sobre isso, Iasi explica que não se trata realmente de algo simplista, cabe analisar concretamente cada processo por seu conteúdo revolucionário e não julgar meramente por sua forma.

[...] a questão não é possibilidade ou não de que, em um momento concreto da luta pela transformação, devemos ou não participar de eleições. *Uma estratégia revolucionária, por melhor que seja, não tem capacidade de definir as “possibilidades” que se abrem no desdobrar das conjunturas nas quais as lutas se dão.* A via revolucionária corresponde à forma, não ao conteúdo de um processo revolucionário. O problema reside no conteúdo. *Uma coisa é uma força revolucionária ocupar espaços institucionais, via processos eleitorais, como formas de luta no caminho da execução de uma ruptura com a ordem capitalista para estabelecer uma transição socialista; outra é*

ocupar esses espaços em vez de realizar a ruptura, acreditando que é possível iniciar a transição sem superar o Estado (IASI, 2017, p. 143, grifos meus).

A polêmica do voto deve ser pensada como tática, é uma forma da democracia burguesa, como tal, é limitada em possibilidades revolucionárias pelas limitações próprias das instituições burguesas no Estado burguês. Não há transição processual, a revolução permanente que de fato Trotsky defende é a mesma que aparece em Lênin, e se realiza pela tomada do Estado capitalista pela classe trabalhadora organizada, que se apropria dos meios de produção e socializa a riqueza socialmente produzida a partir da tomada do Estado burguês, que implica, nessas prerrogativas, já se configurar a morte do Estado burguês e o surgimento do Estado socialista, que se desdobrará em uma era de revoluções internacionais que, para além da construção de novas formas de gestão, igualitárias, também transformará o modo de produção pelo trabalho associado por trabalhadores livremente associados.

A noção da propriedade privada, já tratada em itens anteriores para concluir que as relações sociais sexuais são centralmente alienadas volta à cena, pois os bens possuem um *status* político nas sociedades de classes dentro do sistema de relações sociais de propriedades.

Em sociedades pré-capitalistas, por exemplo, no feudalismo, o camponês, como figura patriarcal da família camponesa, detinha os meios de produção, o controle da produção e a produção na família. O proprietário da terra apenas retirava sua parcela de renda e o Estado cobrava seus impostos. Essas características demonstram que tanto o poder político quanto econômico da classe trabalhadora da época ficava nas mãos de suas instituições políticas. O que, segundo Wood (2011), lhes permitia inclusive dirimir a exploração econômica a que eram submetidos, impondo suas regras locais nas aldeias.

Contudo, com exceção da democracia ateniense em que o aldeão não era excluído do Estado, nas demais sociedades feudais, os aldeões e camponeses encontravam limites para sua independência política ao serem excluídos do Estado e submetidos a ele, ou seja, não estavam inseridos na lógica da cidadania estatal feudal; os camponeses não eram iguais aos senhores. De forma declarada se oprimia em última instância o campesinato a partir do Estado como expressão do poder democrático político e econômico feudal.

No capitalismo,

[...] a desvalorização dos bens políticos [...] se baseia na separação entre o econômico e o político. O *status* dos bens políticos há de ser reduzido pela autonomia da esfera econômica, pela independência da exploração capitalista em relação à execução de funções públicas, pela existência de uma esfera separada e puramente “política” distinta da “economia”, que torna possível pela primeira vez uma “democracia” apenas

política, sem as implicações econômicas e sociais associadas à antiga democracia grega (WOOD, 2011, p. 235).

O capitalismo desvaloriza os bens políticos. Ao separar o político do econômico, ele o faz ao separar a vida comunitária da organização da produção, prioriza o aspecto econômico, porque precisa garantir que a vida política esteja aparentemente separada da organização da exploração. Assim, consegue garantir o monopólio do poder político e econômico da produção e exploração na gestão e segundo os interesses da classe dominante, relegando à classe trabalhadora apenas a gestão do político e com relação à vida política, puramente ideologia. É dessa forma que se garante legalmente que o feminicídio é crime hediondo, já que é uma morte anunciada, mas não se consegue efetivamente garantir meios para prevenção, atendimentos, já que o plano econômico não faz parte da esfera da cidadania política burguesa.

1.2. Algumas ações de “empoderamento” e enfrentamento à violência contra as mulheres

O combate à violência contra as mulheres, principalmente as mulheres trabalhadoras, mais ainda as negras, a cada ano, têm se mostrado mais urgente. As mulheres negras no Brasil são as mais exploradas, expropriadas e oprimidas, além disso, também são as que mais seguem sendo assassinadas, distantes de acessar a emancipação política, que dirá superar as condições de violência e violações — também violências — pelo Estado capitalista e direito burguês.

O combate à violência contra as mulheres é incentivado via denúncias, propagandas, publicidades e projetos que pretendem fazer com que essas mulheres não se calem e denunciem discando 180. Mas as mulheres que sofrem agressões sabem que por trás dessas propostas ainda persiste uma polícia moralista, preconceituosa, assim como um sistema jurídico extremamente burocrático, que se preocupa mais com a postura punitivista do agressor(a) do que com a segurança e garantias de proteção social para essas mulheres em condição de vítimas. Em pesquisa feita pelo próprio Senado, a consciência dessa impunidade fica explícita: 30% das mulheres disseram acreditar que as leis do país não são capazes de protegê-las da violência doméstica. Para 23,3%, muitas vítimas não denunciam os companheiros à polícia por prever que não será feita justiça. Então, frequentemente a denúncia apenas piora sua situação, pois a mulher denuncia e volta para casa e o agressor, ao saber que está sendo indiciado, tornar-se-á ainda mais agressivo. E, assim, o Estado burguês lava as mãos e deixa essas mulheres à mercê de seus agressores, o que frequentemente leva ao feminicídio.

Dentro do MMFDH foi criada a Secretaria Nacional de Políticas para as mulheres. Em 2019 Cristiane Britto foi nomeada pela Ministra Damares, que segue como Secretária até o momento. O governo federal divulgou pelo Governo Brasil, em 08 de março de 2021, que em 2020 foram liberados 123 milhões de reais para as ações de enfrentamento à violência e capacitação de mulheres em condição de “vulnerabilidade social”. Segundo eles, seria o maior valor disponibilizado nos últimos 5 anos¹³⁵. A pergunta que não quer calar é: para onde foi ou está indo esse dinheiro?

A Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio, os dados estatísticos, ainda que atingissem a veracidade dos fatos, são insuficientes para lidar com a violência de gênero/sexo no país, considerando os limites da emancipação política que, entre conquistas e retrocessos, o que persiste são os *giros reformistas* em prejuízo para a classe trabalhadora em conjunto.

É preciso ter um plano de emergência que responda à situação imediata das mulheres e que essa questão seja tomada pelos sindicatos, entidades estudantis, de direitos humanos, associações populares etc., para construirmos campanhas e ações concretas de luta contra a violência às mulheres. O Estado capitalista é responsável por perpetuar essa situação, e a luta para acabar com a violência contra as mulheres passa por lutar pelo seu fim. Esse plano emergencial passa por exigir a construção imediata de casas-abrigo emergenciais para mulheres em situação de violência, e um plano de moradias a curto prazo para que não sejam obrigadas a viver com seus agressores; por subsídio estatal e licenças trabalhistas para as mulheres vítimas de violência; pela criação e coordenação de equipes interdisciplinares para prevenção, atendimento e assistência a mulheres vítimas de violência. Tudo isso baseado na criação de impostos progressivos às grandes fortunas e fim do pagamento da dívida pública para custeio dessas medidas.

Essas constatações levam a compreender que, embora as políticas sociais, os direitos jurídicos, civis e sociais, assim como as “ações de empoderamento” sejam importantes para determinadas condições de emergência quanto à melhoria das condições imediatas da vida cotidiana das mulheres trabalhadoras negras e não negras, há um limite para essas ações muito aquém das reais aspirações de liberdade dessas mulheres.

A crítica deve ser feita não aos movimentos identitários, mas ao identitarismo, considerando a importância de superação do capital e dificuldade própria do capitalismo para a organização da classe trabalhadora. Considerando o exemplo do campesinato que se organizava de

¹³⁵ MMFDH — Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Governo do Brasil, 08 mar. 2021. *Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*. Disponível em: < <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/03/canais-registram-mais-de-105-mil-denuncias-de-violencia-contramulher-em-2020>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

forma indissociável política e economicamente, por isso, conseguia avançar um pouco mais em suas demandas, a classe trabalhadora se encontra no limite da ilusão com a gestão da vida política, da ampliação da democracia política. Isso se deve ao fato de que, “no capitalismo, muita coisa pode acontecer na política e na organização comunitária em todos os níveis sem afetar fundamentalmente os poderes de exploração do capital ou sem alterar fundamentalmente o equilíbrio decisivo do poder social” (WOOD, 2011, p. 236).

Lutas políticas são importantes, mas não somente como extraeconômicas. Há que se depurar essa noção, superar a cisão falseada para construir a unidade no interior da luta de classes entre a diversidade que é a classe trabalhadora, articulando aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. Não se trata, portanto, de absorver os movimentos identitários e conduzi-los à (re)construção da classe trabalhadora.

No caso brasileiro, arrisco a dizer que a vanguarda e o despertar da classe trabalhadora é pela luta antirracista, na mesma esteira de Trotsky (1966), quando falou sobre as ex-colônias e a questão étnico-racial. Porém, nada será superado sem a unidade de luta anticapitalista, antirracista, antissexista, antiLGBTQIA+fóbica, considerando a intergeracionalidade em sua capacidade humanizadora e não apenas pelo preconceito quanto a indivíduos que não compõem a força de trabalho economicamente ativa.

Essa cisão, contudo, não é culpa dos movimentos sociais identitários, nem de pesquisadores que se valem de noções fragmentadas da realidade, por exemplo, da violência, mas são expressão da separação capitalista entre exploração econômica, as formações e identidades falseadas pela noção de que seriam extraeconômicas.

Considerando que a violência está na base constitutiva do sociometabolismo capitalista de forma predatória, há neste ponto um nó. O enovelamento das mais diferentes formas de violência, perpetrada por agressores, pelo Estado capitalista, racista e sexista, nas instituições e também nas residências, assim como nas ruas. Trata-se de um enovelamento e não de um ciclo de violências. Os ciclos de violências, por mais que sejam pensados em espiral, ocultam a gênese da violência, assim como não indicam soluções práticas para findar a lógica da violência.

A resposta com direcionamento ético-político, prática, para essa condição, não está na luta pela via institucional, apesar de essa ser uma importante ferramenta; a luta está no interior da luta de classes, ou melhor, também está nas instituições e nas organizações, nos movimentos sociais das comunidades, nas lutas por reconhecimento das identidades, com o horizonte de que

a superação de toda essa barbárie só pode se dar pelo caminho de retorno ao encontro da humanidade, da ontologia do trabalho enquanto mediação central para a vida humana, e das relações sociais baseadas nas capacidades e necessidades humanas.

A luta negra contra o racismo no Brasil nem sempre declara diretamente, mas das mais diversas formas está sempre enovelada com a questão de classe, já que a maioria da população brasileira é negra e é da classe trabalhadora. Por isso, recuperar essa história de luta é o caminho para encontrar novas possibilidades de estratégias práticas de luta no interior da luta de classes contra o capital e suas formas de opressão e alienação.

Neste interim, interessa pensar estratégias de fortalecimento e resistência das mulheres trabalhadoras negras e não negras em condição (condições) de violência(s), que devem ser o horizonte para o trabalho profissional da/o Assistente Social, trabalhadoras/res assalariadas/os do Estado capitalista.

Para tanto, evidencia-se como central sair da perspectiva que culpabiliza trabalhadoras/es individualmente e faz um discurso mais punitivista, de formação ético-política, teórica-metodológica e técnico-operativa contínua, compreendendo quem são essas/es profissionais, e como está ocorrendo a sua inserção profissional nos espaços sócio-ocupacionais perante a divisão social, racial, sexista, LGBTQIA+fóbica do trabalho na contemporaneidade do Estado capitalista brasileiro.

Essa perspectiva pretende aproximar assistentes sociais ainda mais das/os sujeitas/os de seus atendimentos, já que as condições de trabalhadoras/es do Estado capitalista subsumem tanto trabalhadoras e trabalhadores atendidos, quanto aqueles/as que os atendem. Em alguns casos, temos um enovelamento ainda mais complexo, em que filhas/os da classe trabalhadora, já atendidas/os por assistentes sociais, hoje trabalham como assistentes sociais via acesso, ainda que precário, ao nível superior público e/ou privado, fato este que costuma assustar a academia, já que falamos em nós e não neles, em contrapartida ao rigor acadêmico que exige que falemos em terceira pessoa, de forma rebuscada e nomeada por este círculo como formal.

CAPÍTULO 2. A SUBSUNÇÃO REAL DAS/OS TRABALHADORAS/ES ASSALARIADAS/OS DO ESTADO CAPITALISTA AO CAPITAL: AS TENTATIVAS DE CAPTURA DO PROJETO PROFISSIONAL PELAS IDEOLOGIAS NEOLIBERAIS

[...] se eu deixo intacta a paz de espírito, [...] a autoridade me recompensa, me oferece o vinho que eles colheram com suor do rosto [...]. Se eu me dispusesse a calar, os motivos seriam indiscutivelmente baixos: vida fácil, nada de perseguições, etc.

Bertolt Brecht, A vida de Galileu¹³⁶

O excerto trata justamente do constante processo de suspensão da cotidianidade que deve ser realizado pela(o) Assistente Social. Essas/es trabalhadoras/es do Estado capitalista constroem estratégias de sobrevivência e até resistências junto a alguns de seus ramos de atividade ao minimamente não se permitirem deixar intacta a consciência, lutando para contribuir com os níveis de construção da consciência de classe em si e para si.

Entender a profissão e suas inserções nos espaços sócio-ocupacionais é determinante para o debate aprofundado do trabalho profissional quando realizado junto a mulheres trabalhadoras negras e não negras em condição de violência. Profissional este que, em muitos casos, lançará mão de estratégias e táticas publicizadas como receitas milagrosas para a “questão social”. Nas próximas linhas trabalho estes elementos visando expor em quais condições as teorias de enfrentamento e “empoderamento” tem encontrado as Assistentes Sociais no exercício profissional, capitulando alguns profissionais e grupos de assistentes sociais pelas expressões ideológicas do projeto societário neoliberal.

2.1. Trabalho em serviços do Estado capitalista e a dessubjetivação da classe trabalhadora

Para entender os principais entraves teóricos acerca do trabalho em serviços é preciso ter o cuidado de esclarecer em quais termos se compreende o trabalho. Partindo do postulado marxista temos: trabalho é categoria central para o ser humano, como uma relação social de

¹³⁶ BRECHT, B. A vida de galileu: teatro vivo. São Paulo: Editora Abril Cultura, 1977.

produção que permite ao sujeito transformar a natureza, sua realidade segundo a sua necessidade, moldando a natureza a sua forma de entender o mundo (MARX, 2013). Nessa relação dinâmica, estrutural e contraditória é que, ao transformar, o sujeito se transforma mutuamente.

Tal relação social de produção só é possível pela capacidade teleológica — finalidade social — que diferencia o ser humano dos demais animais, pois permite que em contato com a natureza este ser a negue idealmente, projetando algo que atenda a sua necessidade, como no ato de produzir uma canoa, em que é necessário que a árvore seja negada (superada) enquanto planta, sendo pensada como madeira, que ao ser processada pelo sujeito conterà dialética interna e externamente, já que contém a força de trabalho como trabalho abstrato, processado, necessário para sua transformação (LUKÁCS, 2013; MARX, 2013).

Acerca da capacidade teleológica, por Iasi temos que:

Esta complexidade pode ser encontrada na ação que constitui a protoforma da práxis humana: o trabalho. Pelo trabalho, o ser humano pode moldar a natureza objetiva dando-lhe formas úteis à vida humana, criando valores de uso capazes de satisfazer suas necessidades. O que é especificamente humano nesta atividade é o fato daquele que trabalha projetar em sua mente aquilo que será objetivado, desta maneira “no final do processo do trabalho aparece um resultado que já existia idealmente na imaginação do trabalhador” Marx (1867: 202). Neste sentido, e só neste sentido, estamos diante de um comportamento teleológico. A visão de uma teleologia histórica, nada mais é que a transposição desta característica, apresentada na ação singular do ser humano diante da natureza por meio do trabalho, para a ação do ser humano enquanto espécie diante de sua história, embora nada autorize esta transposição mecânica de uma esfera a outra [...] (IASI, 2005, p.186).

A capacidade teleológica da espécie humana, portanto, é histórica. Ao responder a necessidades históricas por este trabalho coletivo, o ser social se coloca a outras necessidades, que serão respondidas por outras gerações e assim sucessivamente, por consequência é socialmente determinado.

Marx (1978) esclarece que as necessidades são objetivas-subjetivas, pois se busca negar e superar pelo trabalho as necessidades, tanto as de formas mais expressas como subjetivas que objetivas, quanto as mais explicitadas como objetivas que subjetivas, por exemplo, a fome, que é uma necessidade mais objetiva por remeter diretamente a sensações físicas, mas que não deixa de causar outras expressões mais subjetivas como sentimentos de agonia, tristeza, fugas da realidade pelo uso de substâncias psicoativas, e até fantasias quanto ao que poderia vir a ser sua refeição.

Além disso, o autor ainda coloca que o trabalho pode atender as necessidades mais subjetivas que objetivas — entendida aqui também como unidade —, quando fala, por exemplo, da cantora lírica que ao cantar sana uma necessidade humana por meio de um produto imaterial

(MARX, 1978). O ato de contemplar a expressão artística traz a possibilidade de suspensão da cotidianidade (HELLER, 1985), que poderá incidir tanto em nexos subjetivos como em sensações físicas de satisfação, prazer e alívio de possíveis adoecimentos.

O trabalho, por consequência, modifica a natureza e os seres humanos direta ou indiretamente, tanto aquele que realizou a ação quanto aquele que participou e a recebeu, ocorrendo uma relação social de trabalho. A partir deste processo, Iasi (2005) expõe que temos uma síntese entre a objetividade do mundo e a ação humana, em que:

[...] este aspecto subjetivo se apresenta de maneira externada numa realidade objetiva, na forma de objetos, relações sociais, instituições que, apesar de frutos da ação humana anterior, se mostram aos seres humanos tão objetivas como os elementos da natureza. Em certas circunstâncias, esta objetividade social se apresenta além de uma forma objetiva externada, apresenta-se como forma que se volta contra o ser humano e o subjuga, como forma estranhada. Nos termos de Marx, aparece não como “voluntária”, mas como “natural” (IASI, 2005, p. 187).

O que o autor busca evidenciar é que o mundo modificado segundo a espécie humana é fruto do trabalho coletivo historicamente determinado, não devendo ser naturalizado como se sempre existisse, mas como um produto do domínio humano, não devendo, portanto, dominá-lo e sendo passível de ser não apenas reformado como transformado.

Não obstante, uma vez externado, o trabalho coletivo se apresenta como nova realidade, que só passa a ser estranha ao ser humano quando ocorre uma relação social de contradição entre os interesses dos sujeitos singulares e aquilo que seria o interesse geral (MARX, ENGELS, 1986 *apud* IASI, 2005).

A marca histórica desta contradição está na gênese das sociedades de classes, pela divisão social, sexual e racial do trabalho e o acúmulo de excedentes de produção, momento em que o trabalho paulatinamente vai deixando a centralidade de ser realizado para ser consumido como valor de uso, passando a ser exercido para ser acumulado e trocado por outros produtos.

O estranhamento ocorre justamente no momento em que o produtor deixa de ser o detentor dos meios de produção e do produto final, que será propriedade daquele que detém os meios de produção. A produção já não é mais pela necessidade social, mas passa a ser pela necessidade de acúmulo daqueles que detêm os meios de produção.

O valor dos produtos passa a ser calculado por um equivalente geral, o dinheiro, calculado pelo trabalho abstrato socialmente necessário para a produção. Para acumular mais, o proprietário vai se configurando como a figura do que conhecemos como burguês, quando passa a adotar a necessidade de aumentar o seu acúmulo como central, pagando um mínimo necessário

para a reprodução da força de trabalho, e não o valor referente ao tempo de trabalho necessário para a produção.

As tecnologias voltadas para o desenvolvimento do capitalismo, com o tempo, desdobram-se em processos de industrialização, em que o valor da força de trabalho passa a ser pago por horas de trabalho necessárias para reproduzir a força de trabalho, sendo as demais horas expropriadas, o que permite ao proprietário dos meios de produção comprar a força de trabalho por um valor, consumir tal força no processo de produção gerando um mais-valor, que será absorvido e realizado somente no momento da venda do produto, o que será revertido em uma parte para repor custos de produção e/ou para um novo ciclo de produção e a outra parte absorvida como lucro.

O produto do trabalho, seja ele material ou imaterial, no capitalismo é fetichizado, torna-se mercadoria justamente por obscurecer seu conteúdo sócio-histórico referente às relações sociais de produção do trabalho individual e coletivo, apresentando a mercadoria no imediato como relação entre coisas (MARX, 1978). Nestes termos é que fazer o debate do trabalho em serviços requer fazer um posicionamento frente à polêmica do trabalho produtivo e improdutivo.

2.2. Serviços e Serviço Social: a polêmica da produtividade e improdutividade

Degenszajn (2018) alerta para três tendências reducionistas presentes no Serviço Social: a primeira que desconsidera formas de trabalho historicamente realizadas no capitalismo, reivindicando apenas o trabalho por sua dimensão ontológica; a segunda, que reconhece como trabalho a relação social que transforma diretamente a natureza gerando um produto material, útil para a reprodução da vida material; e a terceira que reduz a reprodução social à reprodução da força de trabalho e entende trabalho enquanto produção realizada em espaço fabril.

O lugar dos profissionais como trabalhadores/as assalariados/as parte da classe trabalhadora, é central para a defesa dos projetos profissionais, como é o caso da profissão Serviço Social e seu Projeto-Ético-Político (PEP). Logo na apresentação do Código de Ética profissional já se explicita que se trata de um dos instrumentos normativos que não só pretende dar sustentação legal ao exercício profissional, mas também pretende fortalecer e respaldar “[...] as ações profissionais *na direção de um projeto em defesa dos interesses da classe trabalhadora e que se articula com outros sujeitos sociais na construção de uma sociedade anticapitalista*” (CFESS, 2012, p. 14, grifos meus).

Evidentemente, o PEP foi forjado e é hegemonicamente orientado pelo projeto societário comunista, visando a emancipação humana. Conforme podemos observar também no texto do Código de Ética vigente da profissão, desde fins da década de 70 e meados da década de 80, mais precisamente, consolidado com o Código de Ética de 1986, há a comprovação de que: “De fato, *construía-se um projeto profissional que, vinculado a um projeto social radicalmente democrático*, redimensionava a inserção do Serviço Social na vida brasileira, compromissando-o com os interesses históricos da massa da população trabalhadora” (CFESS, 2012, p. 20, grifos meus).

A vinculação do projeto profissional ao projeto social radicalmente democrático fica ainda mais evidente quando considerada no VIII Princípio Fundamental do Código de Ética de 1993, vigente, ao referir que é um princípio fundamental a “Opção por um *projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária*, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero [...]” (CFESS, 2012, p. 24, grifos meus).

Obviamente que o caráter hegemônico é central aqui, pois mesmo na academia são encontradas posturas que afirmam que o PEP visa a uma sociedade mais justa e igualitária, o que abre brecha para as mais diversas interpretações, a saber: emancipação na luta pela ampliação do Estado; emancipação por uma população “empoderada”, entre outros, como emancipação pela cidadania.

Em contato com as profissionais da “ponta”, assim como eu, ou seja, que ocupam cargos que executam ou realizam a gestão do atendimento direto à classe trabalhadora, as lacunas na formação profissional continuada e permanente podem aparecer, tanto pelas formas acima citadas, indo de progressistas a humanistas cristãs, como também por formas mais gritantes e distantes do PEP. Por estes motivos é que compreender essas categorias marxianas, o lugar de classe da profissão e as lutas históricas e sociais de forma crítica é central para discutir as inversões provocadas por propostas de enfrentamento, “empoderamento” e políticas sociais quando esvaziadas de conteúdo político e da centralidade do sujeito(es) da classe trabalhadora, via ideologia por uma falsa consciência na atuação profissional.

O cerne da polêmica do trabalho em serviços pelos estudos marxistas gira em torno da sua capacidade produtiva gerando valor e mais-valor ou improdutivo.

Mandel (*apud* COSTA, 1998) é um dos autores que influenciam o Serviço Social sobre essa discussão. Entende que os serviços, de forma geral, são improdutivos, abrindo exceção para os serviços de consumo produtivos, como transporte e serviços de crédito que se vinculam ao “setor” privado. Identifica a expansão dos serviços como uma característica do capitalismo

tardo, que ocorre a partir da disponibilidade de grandes quantidades de capital que não podem valorizar-se na indústria (momentos de superacumulação e desindustrialização fabril).

Marx (1978), no capítulo Inédito, infere que o mesmo serviço pode ser produtivo ou improdutivo, o que determina se ele gera ou não mais-valia é a forma de organização, na

[...] jardinagem, alfaiataria etc. pode ser realizado pelo mesmo trabalhador a serviço de um capitalista industrial ou de um consumidor direito. Em ambos os casos estamos ante um assalariado ou diarista, mas, num caso trata-se de trabalhador produtivo, e noutro improdutivo, porque no primeiro caso esse trabalhador produz capital, e no outro não; porque num caso seu trabalho constitui um momento do processo de auto-valorização do capital, e no outro não (MARX, 1978, p. 75-76).

Em Marx (1978), o que determina a produtividade é o modo de produção propriamente capitalista, nesse sentido, o escritor que produz um livro e recebe 10% do valor das vendas de seus livros, e o professor do ensino privado contratado por hora/aula, que tem sua força de trabalho revertida em diplomas, podem assim ser entendidos como trabalhadores(as) diretamente produtivos.

Netto e Braz (2011) se posicionaram a partir de Mandel e Lukács colocando que:

[...] é preciso não confundir os termos essenciais do problema de fundo: a *criação do valor*, operada pelo trabalho, **implica sempre a transformação material da natureza (mais exatamente: de materiais originalmente naturais)** [...]; trabalho *supõe transformação material* de um objeto. O fato de uma **série cada vez maior de atividades que rigorosamente não constituem trabalho** [...] adquirir forma mercantil [...] não deve obscurecer as fronteiras entre trabalho e modalidades de práxis sem as quais o próprio trabalho não se pode realizar. Mesmo que tais modalidades apareçam mercantilizadas, elas não produzem valor – a criação de valor só se efetiva na criação de mercadorias (NETTO, BRAZ, 2011, p. 127, *grifos do autor, grifos meus*).

No excerto acima, os autores diferenciam trabalho, que seria produtivo por excelência, das demais atividades, que para eles não são consideradas trabalho, mas práxis de segunda ordem. Nesse sentido, o trabalho é produtivo e é práxis de primeira ordem, porque transforma a natureza, embora a complexificação da sociedade e do modo de produção capitalista tenham criado a necessidade de algumas atividades, entendidas como necessárias ao processo de criação de valor. Essas atividades podem agregar valor ou não ao processo de produção de capital e adquirem a forma mercantil.

Para eles, trabalho é exclusivamente aquele que transforma a natureza, em outras palavras:

O trabalho aparece como a objetivação primária e ineliminável do ser social, a partir da qual surgem, através de mediações cada vez mais complexas, as necessidades e as possibilidades de novas objetivações. O trabalho, porém, permanece como a objetivação primária do ser social num sentido amplo: as outras formas de objetivação, que se estruturam no processo de humanização, supõem os traços fundamentais que estão

vinculados ao trabalho (vamos repeti-los: a atividade teleologicamente orientada, a tendência à universalização e a linguagem articulada) e só podem existir na medida em que os supõem; somente com eles tornam-se possíveis o pensamento religioso, a ciência, a filosofia e a arte (NETTO, BRAZ, 2011, p. 51).

Com a complexificação da sociedade, seu desenvolvimento, também ocorre o desenvolvimento do ser social que desenvolve outras formas de objetivações por meio de atividades, que, de acordo com esses autores, não seriam trabalho — práxis de primeira ordem, que transforma diretamente a natureza —, mas que por atividades que tem no trabalho seu fundamento como modelo, desenvolvem-se a partir de características do trabalho. Chamam esses meios de objetivação pelo trabalho ou por atividades de práxis. “*A práxis envolve o trabalho*, que, na verdade, é o seu modelo – mas inclui muito mais que ele: inclui todas as objetivações humanas” (NETTO, BRAZ, 2011, p. 53).

O debate sobre o sujeito revolucionário parte do consenso entre os marxistas do protagonismo na luta revolucionária do proletariado, justamente por desenvolverem na relação dos homens com a natureza o trabalho que gera valor e mais-valor, ganhando assim centralidade. Mas, na tentativa de compreender o lugar de classe das/dos assistentes sociais, há uma polêmica bastante interessante e que se faz crucial para a direção política e social das lutas da categoria, já que parece ter sido a ilusão de não pertencimento à classe trabalhadora que em dados momentos afastou muitos profissionais das lutas sociais, dos movimentos sociais da classe trabalhadora.

Para Netto e Braz (2011), atividades como de educação e arte são práxis de segunda ordem, são atividades e não trabalho. Os autores explicam que, diferente da práxis primária, que é o trabalho, que envolve a exploração da natureza pelo homem resultando em algo material, a práxis secundária é a atividade que se dá na relação entre os homens, em que o homem atua sobre si mesmo, sendo assim, ações que influenciarão no comportamento, nas escolhas, e que resultam em algo intangível que não necessita transformar uma base material.

Essa é uma polêmica bastante instigante, pois Netto e Braz, baseados no Capítulo V sobre processo de trabalho e processo de valorização d’*O capital* de Marx, livro I, afirmam que a práxis de segunda ordem não é trabalho e exemplificam a questão com a práxis educativa, o que permite inferir que, ao passo que não reconhecem a relação dos homens com outros homens — no sentido humano-genérico — como trabalho, também compreendem que Serviço Social não é trabalho, embora reconheçam a profissão como assalariada, atividade mercantilizada, inscritos na divisão sociotécnica sexual e racial do trabalho como partícipes da classe trabalhadora.

Em Lukács (2013), referência para tais autores, busco analisar de forma mais detida tal questão. O autor analisa o trabalho enquanto categoria ontológica do ser social, modelo da práxis humana, para tratar de diferenciar tanto atividades criadas para suprir necessidades de sociedades mais complexificadas, como também para aprofundar sua crítica ao estranhamento e alienação do trabalho que transforma a natureza.

Para fazê-lo, Lukács não mede esforços e parte do exemplo da caça no período paleolítico, analisando que,

As dimensões, a força e a periculosidade dos animais a serem caçados tornam necessária a cooperação de um grupo de homens. Ora, para essa cooperação funcionar eficazmente, *é preciso distribuir os participantes de acordo com funções (batedores e caçadores). Os pores teleológicos que aqui se verificam realmente têm um caráter secundário do ponto de vista do trabalho imediato; devem ter sido precedidos por um pôr teleológico que determinou o caráter, o papel, a função etc. dos pores singulares, agora concretos e reais, orientados para um objeto natural.* Desse modo, o objeto desse pôr secundário do fim já não é mais algo puramente natural, mas a consciência de um grupo humano; o pôr do fim já não visa a transformar diretamente um objeto natural, mas, em vez disso, a fazer surgir um pôr teleológico que já está, porém, orientado a objetos naturais; da mesma maneira, os meios já não são intervenções imediatas sobre objetos naturais, mas pretendem provocar essas intervenções por parte de outros homens (LUKÁCS, 2013, p. 63).

Em Lukács, o trabalho que transforma a natureza diretamente é o modo da práxis, basilar que se expressa em todas as demais formas de atividades humanas objetivas-subjetivas, ainda que se apresentem mais subjetivas. O autor enfatiza a base material que a sustenta historicamente, a partir do processo de complexificação da sociedade que surge com as formas de interação entre ser humano e natureza, que transformam a natureza para atender suas necessidades e, ao fazê-lo, se transformam, acumulam um conteúdo teórico-prático a partir dessas práxis primárias. Para o autor, as demais formas de atividades humanas não são hierarquizadas, ou inferiorizadas frente ao trabalho produtivo, a sua análise está comprometida em comprovar que esse caráter ontológico do trabalho se explicita em todas as formas complexas de inter-relações, desde as individuais, até as mais universais do ser social.

O autor vincula esses pores teleológicos secundários, atividades humanas que não transformam a natureza diretamente, a práxis sociais mais complexas e cada vez mais distanciadas do trabalho que transforma a natureza, por isso a sua insistência em diferenciar para contrapor, explicitando a contração nas relações sociais de produção das sociedades complexificadas.

Não se trata, portanto, de desconsiderar as atividades humanas voltadas para as inter-relações humanas, mas de retomar a práxis no sentido ontológico para resolver falsos problemas teórico-práticos, ou a questão da consciência de que foram criados idealmente. Lukács trabalha tanto com a crítica à Kant quanto à Hegel.

O autor pretendia, portanto, apresentar historicamente como o trabalho como modelo da práxis traduz de modo real e material as determinações ontológicas fundamentais ao gênero humano, e não às sociedades de classes, ou ao metabolismo capitalista.

Assim, o aspecto ontologicamente decisivo é a relação entre teleologia e causalidade. E constitui um ato pioneiro no desenvolvimento do pensamento humano e da imagem humana do mundo equacionar o problema pondo o trabalho no centro dessa disputa, e isso não só porque desse modo é afastada criticamente do desdobramento do ser na sua totalidade qualquer projeção, não só porque o trabalho (a práxis social) é entendido como o único complexo do ser no qual o pôr teleológico tem um papel autenticamente real e transformador da realidade, mas também porque sobre essa base – e, ademais, generalizando-a e ultrapassando, com essa generalização, a mera constatação de um fato ontológico fundamental – é evidenciada a única relação filosoficamente correta entre teleologia e causalidade. [...] quando analisamos a estrutura dinâmica do trabalho: teleologia e causalidade não são, como até agora aparecia nas análises gnosiológicas ou lógicas, princípios mutuamente excludentes no desdobramento do processo, do ser e do ser-assim das coisas, mas, ao contrário, princípios mutuamente heterogêneos, que, no entanto, apesar da sua contraditoriedade, somente em comum, numa coexistência dinâmica indissociável, podem constituir o fundamento ontológico de determinados complexos dinâmicos, complexos que só no campo do ser social são ontologicamente possíveis, cuja ação nessa coexistência dinâmica constitui a característica principal desse grau do ser (LUKÁCS, 2013, p. 66-67).

Dessa forma, o autor vai direcionando sua análise para fundamentar a prioridade ontológica do trabalho enquanto categoria, modelo da práxis humana, ponto de partida analítico e econômico para o percurso metodologicamente comprometido com a superação do metabolismo capitalista. Nesse sentido, identifica dois extremos,

[...] de um lado, uma formação dinâmica que nasceu espontaneamente, cuja reprodução todos os homens efetuam em sua práxis cotidiana, em grande medida de modo involuntário e inconsciente, e que está presente em todas as atividades humanas, tanto interiores como exteriores, enquanto meio de comunicação inevitável; do outro lado, uma área especial das atividades humanas, que pode existir, funcionar, reproduzir-se somente quando a divisão social do trabalho delega essa tarefa a um grupo humano especializado nisso, cujo pensar e agir voltado para essa especialização provê o trabalho necessário nesse caso de certa consciência (Não cabe aqui perguntar o quanto esse estado de consciência necessariamente é falso em um sentido bem determinado). Não se pode esquecer, porém, que essa rigorosa especialização é indissociavelmente acompanhada também por uma universalidade social, de tal maneira, todavia, que o movimento da sociedade como um todo não só fundamenta em última instância essa pretensão de universalidade, não só a modifica ininterruptamente, mas também, pela mediação de outros complexos, ininterruptamente lhe impõe limites. Podemos encontrar em cada complexo social essas inter-relações entre espontaneidade e participação conscientemente desejada na vida de um complexo, entre universalidade e sua limitação por outros complexos ou diretamente pela totalidade, só que essas correlações (assim como muitas outras) serão por princípio qualitativamente diferentes em cada complexo, em cada interação concreta (LUKÁCS, 2013, p. 182).

Partindo dessas análises, é possível inferir que a distinção feita entre trabalho como forma de práxis primária e secundária, ou práxis de primeira ordem e segunda ordem, na reali-

dade busca comprovar a contradição entre trabalho criador de valor de uso e as demais atividades humanas necessárias ao sociometabolismo complexificados, datados e historicamente determinados. É inquestionável, a meu ver, que o trabalho, produtivo diretamente, como aquele que transforma a natureza, se expressa em todas as formas de atividades humanas, obviamente, porque se expressa nas relações sociais de conjunto.

A partir disso, Lukács avalia que as atividades humanas podem expressar imagens desse modelo de práxis, o que deturpa algumas análises que incorrem somente na aparência fenomênica das atividades humanas. Nesse sentido, o autor enfatiza que o estranhamento deve ser entendido a partir da teoria do valor, ao esmiuçar o valor e o mais-valor, na forma do trabalho socialmente necessário para a produção, denunciando a apropriação dos meios de produção e os frutos do trabalho produtivo no metabolismo capitalista, privadamente por uma classe em detrimento das demais.

Dentre diversos aprofundamentos analíticos, o autor é certo ao problematizar como o valor de troca é funcional ao capital, é uma forma de valor socialmente determinada, que volta ao trabalho coletivo — abstração analítica — para produzir para a necessidade do sistema e não mais para a necessidade humana, o que é transformável e reversível.

Além disso, Lukács (2013) diz que entre o

[...] trabalho como modelo para toda práxis social[...] e as suas sucessivas e mais complexas variantes há uma relação de identidade e não identidade. A essência ontológica do dever-ser no trabalho dirige-se, certamente, ao sujeito que trabalha e determina não apenas seu comportamento no trabalho, mas também seu comportamento em relação a si mesmo enquanto sujeito do processo de trabalho. Este, no entanto, como já acentuamos expressamente ao fazer tais considerações, é um processo entre o homem e a natureza, é o fundamento ontológico do metabolismo entre homem e natureza. Essa constituição do fim, do objeto, dos meios, determina também a essência do comportamento subjetivo. E, sem dúvida, também do ponto de vista do sujeito um trabalho só pode ter êxito quando realizado com base numa intensa objetividade, e desse modo a subjetividade, nesse processo, tem que desempenhar um papel produtivamente auxiliar (LUKÁCS, 2013, p. 77).

Desde uma postura analítica marxiana e também ancorada em elementos da teoria lukacsiana, prefiro nomear tais atividades humanas complexas como trabalho assalariado, que não necessariamente gera valor e mais-valor diretamente, mas que possam dar conta da unidade da classe que vive do trabalho que se quer construir com vistas às lutas anticapitalistas.

Me parece central tal unidade enquanto trabalho coletivo para garantir tanto a interlocução entre a classe trabalhadora em sua heterogeneidade, quanto para garantir determinadas posturas ético-políticas contidas no PEP, como o compromisso com a classe trabalhadora, en-

tendendo-se e assumindo que somos partícipes da classe que vive do trabalho enquanto trabalhadores assalariados, reconhecendo também que não é verdade que a atividade humana não é trabalho assalariado, embora seja verdade que o trabalho produtivo, como aquele que transforma a natureza, é aquele que intimamente possui a capacidade de condensar uma mobilização que embata diretamente na essência própria do capital ao interferir diretamente na produção de valor e o mais-valor.

As atividades humanas, práxis de segunda ordem, como resultado da complexificação da práxis social, que não transformam a natureza diretamente, mesmo em Lukács (2013) não são entendidas ou tomadas isoladamente, mas como resultado do metabolismo social capitalista complexificado. Entendendo como trabalho coletivo, há uma identidade e não identidade que não são meras projeções, já que interferem visceralmente e podem vir a incidir nas formas de socialidade.

Esse sociometabolismo se reinventa, cria e amplia, por exemplo, no caso dos serviços. Em Lukács isso aparece já em sua análise sobre a coleta de frutos como um trabalho inicial, já que não transforma a natureza, mas é produto concreto do trabalho, como processo indispensável à reprodução social, e que também garantirá aos sujeitos sociais as condições necessárias para realização do trabalho que transforma diretamente a natureza.

Por outras perspectivas, também partindo do postulado marxiano, Marilda Iamamoto, Ricardo Antunes, Raquel Raichellis Degenszajn e outros, baseados no Capítulo Inédito de Marx (1978), entendem que as atividades que não transformam a natureza também são trabalho.

Embora Iamamoto (2008) também reconheça a centralidade do trabalho na relação dos homens com a natureza, diferente de Netto e Braz, entende a profissão não como uma atividade, mas como trabalho improdutivo, já que não cria valor. A autora expressa uma conquista histórica da categoria na construção de seu projeto de ruptura com o conservadorismo, o que hoje permite afirmar que a profissão está inserida na divisão sociotécnica-sexual e racial do trabalho como categoria assalariada, sendo assim, partícipe da classe trabalhadora.

Degenszajn (2018), na esteira de Iamamoto, também entende o Serviço Social como trabalho improdutivo, pelo menos majoritariamente, entendido como um serviço de valor útil. Entretanto, devido à complexificação da sociedade capitalista, a partir dos desdobramentos das formas de acumulação flexível, o trabalho poderia tanto ser trabalho produtivo, como improdutivo, a depender da inserção e das condições do trabalho realizado, compreendendo ainda trabalho como aquele que gera um produto material, como o que gera um produto imaterial.

Isso implica analisar a forma e condições de inserção do Serviço Social em cada espaço sócio-ocupacional perante a divisão social, técnica, sexual e racial do trabalho na contemporaneidade, para que se possa compreender as especificidades daquele exercício profissional.

Assim como Netto e Braz, Costa¹³⁷ se sustenta no legado marxiano e lukacsiano. Apresenta, entretanto, a profissão como ideologia. Abramides estudou suas conjecturas e expõe que a autora:

[...] sustenta, portanto, que: as atividades profissionais têm por finalidade atuar no âmbito das relações entre os homens; o Serviço Social, como práxis social, encontra-se na esfera de uma posição teleológica secundária que se refere a processos sociais estabelecidos nas relações dos homens entre si, que atuam sobre os atos de consciência dos indivíduos; *a atividade profissional deve ser compreendida como ideologia na concepção de Lukács, em um complexo que pressupõe uma função social na relação entre os homens na vida cotidiana* (ABRAMIDES, 2019, p. 244-245, grifos meus).

O Serviço Social se enquadra como atividade mercantilizada, assalariada e é práxis secundária, de modo que estou convencida de que a sua atividade profissional pode expressar formas ideológicas e não ser uma ideologia.

Por Lukács (2013), todo pôr teleológico consiste em conhecer a realidade e transformá-la como critérios inelimináveis para que se trate de uma ideologia. O postulado lukacsiano, com o qual corroboro, compreende que tanto as ideias produzidas a partir de consciências falsas quanto as verdadeiras são formas de ideologia, desde que sejam capazes de transformar o mundo vivenciado. Por consequência, a ideologia deve incidir na consciência dos sujeitos por meio de ideias que busquem explicitar aspectos da sociedade que precisem ser modificados, enfrentando-os e modificando-os segundo o projeto societário que a orienta.

As atividades das/dos assistentes sociais, nesse sentido, incidem sobre a consciência dos sujeitos, por uma ideologia produzida a partir de uma consciência verdadeira ou falsa — considerando os projetos profissionais em disputa e a existência de uma ala conservadora —, mas ela, em si, não poderia ser uma ideologia, ela transmite elementos ideológicos. Ademais, a vertente crítica e hegemônica do Serviço Social é comprometida com o conhecer e transformar a realidade, mas ultrapassar o conhecer requer elementos mais complexos. Não acreditamos, portanto, que a transformação social, a revolução, seja papel de uma profissão, mas sim da classe trabalhadora.

Em Lessa (2016) a questão se delineia de outra forma. A partir de sua leitura do livro *18 de Brumário* de Marx, conclui que existem somente duas classes fundamentais, definidas

¹³⁸ COSTA, G. M. Aproximações do Serviço Social como complexo ideológico. Temporalis II, Diretrizes curriculares: polêmicas e perspectivas, Revista da ABEPSS, p. 95-117, jul. a dez. 2000.

por um critério produtivo-econômico, sendo elas a classe que produz a riqueza versus a classe que goza de poder político e parasita, explorando essa riqueza produzida, já que é a detentora dos meios de produção. Em cada sociedade de classes existiriam duas classes fundamentais e existiria também uma terceira classe, não fundamental, que serviria às necessidades da classe dominante.

A necessidade de auxílio na organização e reprodução das relações sociais, segundo o mesmo autor, teriam feito com que os interesses das classes dominantes fossem sanados por meio da criação de diversas profissões, que contribuiriam para a continuidade da exploração dos/as trabalhadores/as.

Essa classe não fundamental, de acordo com Lessa, aparece em Marx no *18 de Brumário de Luís Bonaparte* como “classes intermediárias”, consideradas como classe de transição (MARX, 2011). Nas palavras do autor:

Como todos os assalariados não proletários vivem da riqueza que se originou da transformação da natureza pelos operários do campo e da cidade, Marx denominou todo esse conjunto de atividades como “classe de transição” (Übergangsklasse) entre as classes fundamentais, o proletariado e a burguesia (Marx, 1979:229). É o heterogêneo e bastante mutável conjunto de indivíduos ocupados nessas *profissões e atividades* que normalmente é denominada de *pequena burguesia*: tal como a burguesia, vive da riqueza produzida pelo proletariado e, portanto, faz parte da porção parasitária da sociedade; todavia, diferente da burguesia, não tem a potência para explorar diretamente o proletariado e, por isso, deve se contentar com a menor parte do que dele é extorquido (LESSA, 2016, p. 65-66).

No primeiro momento, como pesquisadora, busquei a referência de Marx, texto de uma versão publicada em 1979 e citada pelo autor, mas tal citação não consta em sua bibliografia. No curso da leitura confirmei que o autor infere tais questões a partir de sua leitura de *18 de Brumário de Luís Bonaparte*, que em sua referência consta como a versão de 1997. Recorrendo a Marx em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, texto publicado pela Boitempo em 2011, encontrei o recurso à classe de transição somente neste momento do texto, no qual o autor excursa sobre a base de apoio dos democratas da época em Paris, França:

Porém, por *representar a pequena burguesia*, ou seja, uma *classe de transição*, na qual os interesses de duas classes se embotam de uma só vez, o democrata tem a presunção de se encontrar acima de toda e qualquer contradição de classe. Os democratas admitem que o seu confronto é com uma classe privilegiada, mas pensam que eles é que constituem o povo junto com todo o entorno restante da nação, que eles representam o direito do povo, que o seu interesse é o interesse do povo (MARX, 2011, p. 67, grifos meus).

O primeiro elemento interessante é que essa categoria aparece apenas uma vez no texto. Ao falar de classe de transição, Marx em nenhum momento associa ou a define como categoria

de *profissionais* ou *assalariados* ou, ainda, categoria composta por aqueles com salários médios ou melhores salários. Afirma, no entanto, que se trata da pequena burguesia quando mais adiante no texto o autor informa quem é a pequena burguesia da época, classe de transição que também incorporaria a classe média. Diz que estava entre as pretensões de Luís Bonaparte: “[...] que *a indústria e o comércio*, ou seja, *os negócios da classe média*, floresçam sob o governo forte como se estivessem sendo cultivados em viveiros” (MARX, 2011, p. 151).

Em outra passagem do mesmo texto, Marx analisa que Luís Bonaparte, ao tentar dar suporte ao fortalecimento da classe média, pequena burguesia, consegue quebrar o poder político dessa camada intermediária. De acordo com Marx:

[...] o segmento forte dessa ordem burguesa é a *classe média*. Por conseguinte, ele se percebe como representante da classe média e promulga decretos nesse sentido. Contudo, ele só é algo por ter quebrado e por continuar quebrando diariamente o poder político dessa *camada intermediária*. Consequentemente, ele está ciente de que é adversário do poder político e literário da classe média (MARX, 2011, p. 150).

Ressalta Marx, ainda, que para a burguesia da época, Luís Bonaparte era visto como: [...] o representante dos camponeses e do povo em geral, aquele que, dentro da sociedade burguesa, quer agradar *as classes mais baixas da população*” (MARX, 2011, p. 150, grifos meus). A pequena burguesia seria uma classe mais próxima de uma possível transição, é uma classe intermediária, teria interesses compatíveis tanto com a burguesia, quanto com os/as trabalhadores/as, podendo ser facilmente capitulada pelo projeto de tentativa de conciliação de Luís Bonaparte, assim como por um projeto que representasse mais precisamente os interesses da classe dominante.

Todavia, *dentro dessas classes mais baixas, não parece que Marx compreenda somente o operariado, o campesinato e a pequena burguesia, e que entenda os assalariados como pequenos burgueses*. O fundamento desta análise está no seguinte excerto:

Ao lado da hipoteca que o capital lhe impõe, a parcela é onerada pelo imposto. O imposto é a fonte vital da burocracia, do exército, dos padrecos e da corte, em suma, de todo o aparato do Poder Executivo. Governo forte e imposto elevado são uma e a mesma coisa. Por sua própria natureza, a *propriedade parcelada* se presta bem como fundamento de *uma burocracia onipotente e incontável*. Ela cria um nível homogêneo de relações e pessoas em toda a superfície do país. Ela também permite, portanto, exercer uma *ingerência homogênea* sobre todos os pontos dessa *massa homogênea* a partir de um *centro supremo*. Ela dismantela os *níveis aristocráticos intermediários* entre a *massa da população* e o *poder estatal* (MARX, 2011, p. 147, grifos meus).

Analisando as estratégias do governo de Luís Bonaparte para aumentar a sua base de apoio nas camadas mais baixas, Marx fala sobre o acesso pela propriedade parcelada, que, por um lado, provoca uma aparente homogeneidade entre as classes, e, por outro, desmembra os

níveis intermediários privilegiados. A propriedade parcelada provoca a intervenção estatal, dando origem à superpopulação ociosa, sem lugar no campo ou na cidade, que encontra lugar nos cargos estatais. Tais cargos são chamados por Marx (2011, p. 147) de “esmolas respeitáveis”.

À parcela menos favorecida daqueles que antes eram privilegiados cabem as migalhas do Estado capitalista, que responderá em cada momento histórico segundo às necessidades do capital e não de acordo com as necessidades desses “privilegiados” por receber a esmola do Estado. Marx (2013) no capítulo 23, livro *I, d'O capital* aprofunda o estudo sobre o que seria a superpopulação ociosa quando elabora a categoria superpopulação relativa ou o exército industrial de reservas. Esses sobrantes sonham compor a pequena burguesia, mas para a maioria dos casos é mais fácil cair da corda bamba que viver e incorporar o operariado. Obviamente, valendo-se de alguma sorte de o capital ofertar um contexto de altos salários e empregos na indústria — crise para o capital e momento de perder menos para a classe trabalhadora.

Franqueando novos mercados a golpes de baioneta e pilhando o continente, Napoleão devolveu com juros o *imposto compulsório*. Este, que havia sido um estímulo à industriabilidade do camponês, agora priva a sua industriabilidade das últimas fontes de recursos e *consoma a sua incapacidade de resistir ao pauperismo*. E uma enorme burocracia, bem engalanada e bem nutrida, é de todas as “idéias napoléoniennes” a que mais agrada ao segundo Bonaparte. E nem poderia ser diferente, porque ele é obrigado a criar, *ao lado das classes reais da sociedade, uma casta artificial que possui um interesse existencial na preservação do seu regime*. Por conseguinte, as suas primeiras operações financeiras foram conceder *aumento de salário aos funcionários, restabelecendo o valor antigo, e criar novas sinecuras* (MARX, 2011, p. 147-148, grifos meus).

Assim como o camponês, a parcela da classe trabalhadora mais bem remunerada ou com salários medianos, que lhes garantam alguns acessos, também consoma a sua incapacidade de resistir ao pauperismo sem políticas públicas que a “privilegiem” (ou que lhe deem condições mínimas de trabalho para garantir a sua reprodução social). Na contramão destes argumentos, baseado no mesmo texto de Marx, Lessa sustenta que:

Podemos então perceber que os assistentes sociais em instituições públicas ou em empresas privadas, de um modo ou de outro, com uma mediação ou outra, vivem da riqueza produzida pelos operários. Por isso, tal como todas as outras “classes de transição”, os assistentes sociais são assalariados, porém não são operários. E, pela mesma razão, diferente da totalidade da “classe de transição”, o proletariado é a única classe que vive da riqueza por ela produzida. É por essa razão, e não por qualquer outra, que os operários conformam a única classe que nada tem a perder com a superação da sociedade capitalista a “não ser seus grilhões”; por isso os operários são, ao fim e ao cabo, a única classe social historicamente comprometida com a superação da propriedade privada. O assistente social, portanto, não apenas não “trabalha” como o operário, como ainda é um “trabalhador” distinto do operário. O que os aproxima é apenas a forma de sua inserção no mercado de trabalho, o fato de serem assalariados. Mas,

por baixo dessa semelhança superficial, há enormes distinções ontológicas: suas práticas são muito distintas; atendem a funções sociais muito diferenciadas e, além disso, pertencem a distintas classes sociais (LESSA, 2016, p. 85).

As/Os assistentes sociais não são operárias/os, o que não os faz menos partícipe da classe trabalhadora enquanto na condição de assalariadas/os. Na conjuntura em que foi escrita a obra sobre *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx sinaliza um processo histórico de surgimento de uma camada intermediária que se torna uma superpopulação ociosa, provocando a intervenção do Estado capitalista da época que, por interesse em aumentar o seu apoio popular, cria cargos e absorve esses sujeitos assalariadamente.

Atualmente, em muitos governos orientados pelo projeto neoliberal, é corrente a defesa da necessidade de “enxugar” o Estado, pois bem, tal “enxugamento” nunca é feito pelos salários daqueles que tem o papel de ludibriar os/as trabalhadores/as por meio da burocracia, do direito e da garantia de igualdade formal, como de juízes, militares, parlamentares, esses, privilegiados, rentistas e herdeiros.

Por outro lado, aos profissionais dos cargos que, de maneira geral, fazem esse “aparato capitalista” girar, não importa somente brigar por melhores salários — como disse Lessa —, embora este seja um problema a ser considerado, pois lhes são dedicadas somente as migalhas que se desvalorizam a cada ano que passa, preocupam-lhes as pautas imediatas e também as pautas históricas da classe trabalhadora. Lutam pelo seu atendimento enquanto atendido e enquanto profissional que atenderá.

Iasi (2012) explica que no capitalismo poucos almejam o lucro, enquanto o trabalhador necessita encontrar meios para garantir sua sobrevivência, o primeiro encontra na força de trabalho a forma de obter o que deseja, o segundo se vê obrigado a vender sua força de trabalho como único meio para garantir a compra dos produtos necessários para a sua reprodução social. Logo, para os/as trabalhadores/as não há escolha e esta é a característica central da unidade da classe trabalhadora.

No capitalismo, o salto ontológico que justamente provoca a ruptura com o feudalismo é a luta pela liberdade — obviamente que se trata da liberdade individual, a liberdade do uso daquilo que é privado —, mas acaba por garantir ao trabalhador meios para que este tenha uma ilusão de autonomia, por dar a ideia de um contrato em que o trabalhador livre “escolhe” vender a sua força de trabalho.

A questão leva a concluir, junto a Iasi (2012, p. 316), que “A imagem de um ‘ser em transição’ reflete bem o fato de o trabalhador ser, nas palavras de Marx, apenas ‘um meio de

vida’, um recurso. Não é, portanto, na identidade com o trabalho que se costura a identidade de classe”.

A percepção de Lessa de que o operariado é a única categoria que compõe a classe trabalhadora enquanto classe fundamental é equivocada, apesar de concordar que a força de trabalho que impacta o capital naquilo que lhe é mais caro está nas mãos do operariado que produz valor e mais-valor, a questão da identidade de classe não se resume ao tipo de trabalho realizado, seja o trabalho que transforma a natureza ou o trabalho que responde a necessidades ideais.

Por meio da formação de um grupo, com identidade grupal, normalmente provocada por alguma impossibilidade imediata e particular que se expressa como geral, é que, em determinadas condições, pode chegar a atingir a consciência de classe (IASI, 2012)¹³⁸.

No caso da violência doméstica e familiar ou de rua contra a mulher trabalhadora, essas circunstâncias também podem se dar entre as mulheres trabalhadoras em condição de violência, junto de mulheres que as atendem, pessoas que convivem, ou seja, não necessariamente o grupo se forma por trabalharem na mesma função, setor ou ramo, mas por um grupo dar de encontro com uma impossibilidade imediata, neste caso, a de romper com a condição de violência visceralmente social e prevenir para que outras não passem por aquela situação.

No caso das/os assistentes sociais, essas circunstâncias não só podem gerar a identidade grupal com as trabalhadoras que atendem, mas podem impulsionar para que participem de espaços de militância junto às mulheres trabalhadoras negras e não negras, podendo também levar o debate para a categoria profissional, sindicatos, partidos e organizações da classe trabalhadora, adensando-o com suas experiências e mobilizando a categoria para contribuir junto a ações de enfrentamento.

Lessa (2016) deixa passar um elemento indispensável ao método de Marx, que é a análise com perspectiva de totalidade, desconsiderando as contradições sociais de cada período por sua estrutura e dinâmica. Transporta categorias analíticas que emergiram de uma determinada conjuntura, fase de um capitalismo ainda não mundializado, e menos complexificado, sem os devidos contornos que poderiam garantir uma compreensão do que significa o trabalho assalariado em serviços na contemporaneidade.

¹³⁸ O debate da consciência de classe e o lugar das/os assistentes sociais tanto na atuação profissional como no conjunto da classe será aprofundado no terceiro capítulo na segunda parte desta tese, momento em que contaremos com o recurso da narrativa de uma assistente social para discutir a questão. Para um estudo mais aprofundado indicamos: IASI. M.L. As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Nesse sentido, não caberia recorrer a essas categorias para afirmar que as/os profissionais não são da classe trabalhadora. Na mesma linha, a outra afirmação de Lessa de que Serviço Social não é trabalho, por não trabalhar como o operariado, fica ainda mais conflituosa quando o mesmo diz que: “O assistente social, portanto, não apenas não “trabalha” como o operário, como ainda é um “trabalhador” distinto do operário” (LESSA, 2016, p. 85). Isso é óbvio, a atividade da/o assistente social não é igual à do operário, mas isso é insuficiente para provar que Serviço Social não é trabalho, ou ainda, melhor dizendo, para provar que a categoria não pertence à classe trabalhadora.

As/os assistentes sociais são da classe trabalhadora, como já inferido acima. Perante a polêmica suscitada, assim como os demais marxistas, reafirma-se que o trabalho produtivo é aquele que se dá na relação dos homens com a natureza, denotando centralidade a este trabalho e reconhecendo o papel do operariado no processo revolucionário.

Não é verdade que trabalhadores/as assalariados/as, ou trabalhadoras da reprodução social não assalariadas, não possam se organizar, se manifestar, fazerem greves, mas também não é possível impactar o sociometabolismo capitalista sem o trabalho produtivo.

Baseadas no Capítulo Inédito de Marx (1978), *a profissão é trabalho assalariado*, podendo ser produtivo ou improdutivo dependendo da inserção do profissional na divisão social-sexual-racial do trabalho, e, a partir da perspectiva também lukacsiana, *compreendo que a profissão como práxis de segunda ordem é produto do trabalho coletivo, tendo o trabalho que transforma a natureza como modelo, portanto, ainda que indiretamente, trabalho assalariado como profissões e trabalho diretamente produtivo se inter-relacionam*. Por fim, cabe pontuar que não apenas por sua dimensão educativa, mas também pelo conteúdo teórico-prático e ético-político, *entendo que a relação entre os sujeitos sociais pode se constituir como trabalho assalariado*, relação social essa que guarda a capacidade de incidir sobre a consciência dos sujeitos, como toda e qualquer atividade humana.

Portanto, o Serviço Social se insere na divisão sócio-técnica-sexual e racial do trabalho, práxis de segunda ordem em termos lukacsianos, como partícipe da classe trabalhadora. Ainda que seu trabalho se dê na esfera da relação dos sujeitos com outros sujeitos sociais e não diretamente com a natureza, a profissão realiza trabalho assalariado, na grande maioria das vezes, por meio do trabalho improdutivo — nos termos do capítulo Inédito de Marx.

Marx (2013) no capítulo 23, livro I de *O Capital* discute os *Efeitos das crises sobre a parcela mais bem remunerada da classe trabalhadora*, dizendo que:

[...] uma família trabalhadora belga, cujas despesas e ganhos são calculados segundo dados muito precisos e cujas condições nutricionais são então comparadas com as dos soldados, dos marinheiros e dos presidiários. A família “é constituída por pai, mãe e quatro filhos”. Dessas seis pessoas, “quatro podem ser ocupadas de modo útil o ano inteiro”, pressupondo-se “que entre elas não haja doentes nem incapacitados para o trabalho”, nem “despesas para finalidades religiosas, morais e intelectuais, excetuando um gasto muito módico com assentos na igreja”, nem “aportes a cadernetas de poupança ou de aposentadoria”, nem “gastos com luxo ou outras despesas supérfluas”. Contudo, ao pai e ao primogênito lhes é permitido fumar tabaco e ir à taberna aos domingos, para o que se lhes destinam nada menos que 86 cêntimos semanais (MARX, 2013, p. 744).

Ao analisar a condição de vida das famílias belgas, Marx (2013) coloca claramente a condição débil da classe trabalhadora que recebe melhores remunerações ao considerar que usufruem de uma condição aceitável se não tiverem outros gastos com saúde, educação e lazer. Ao falar da classe média baixa belga infere que seria composta por trabalhadores/as constantemente rebaixados/as ao proletariado.

Esse movimento de rebaixamento ao proletariado expressa como a condição de vida daqueles que pertencem a essa “classe média” é bastante transitória e que não se modifica segundo a sua escolha, mas responde à lógica do capital, momento em que o capital pode provocar o corte de determinadas funções, forçando esses profissionais a se submeterem a cargos com menores remunerações.

Considerando que para a época, devido à baixa quantidade de serviços existentes, tal tema não tinha a relevância que tem hoje, cabe argumentar que essa condição de classe média baixa, como também a condição do proletariado que por meio dos estudos consegue melhores cargos, muitos destes em serviços, expressa que, se em outras épocas esses sujeitos ocupavam cargos criados pelo capital para a reprodução social e por isso eram considerados como aqueles que usufruem da riqueza socialmente produzida, atualmente, é possível identificar características que englobam esses sujeitos às categorias da classe trabalhadora, que podem ou não transitar pela categoria fundamental da classe trabalhadora, o operariado.

Esses/as trabalhadores/as são de famílias sem herança — por herança me refiro a bens que não são utilizados pela família, como casas fechadas ou alugadas, mais de um carro e carros de alto padrão —, de famílias que vivem em melhores ou piores condições utilizando todo o salário que recebem para sua subsistência e garantia de acessos. O assalariamento não é a condição que define um/uma trabalhador/a como improdutivo/a, mas sim o fato de não produzir valor, haja vista os casos das/os trabalhadoras/es do Estado capitalista.

Em 2005 foi divulgado o perfil profissional das/os assistentes sociais brasileiros por amostra¹³⁹. Foram registrados 61.151 assistentes sociais com registro ativo. Embora a equipe ressalte a imprecisão deste dado devido à falta de atualização dos cadastros, naquele momento foi verificado que:

[...] prevalece na categoria o estabelecimento de um vínculo empregatício, embora a ausência de vínculos apareça em segundo lugar, o que é um indicador de não-inserção no mercado de trabalho na área do Serviço Social. [...] A pesquisa confirma a tendência histórica de inserção do Serviço Social em instituições de natureza pública estatal, seguidas pelas instituições privadas, que empregam mais as(os) assistentes sociais do que as do Terceiro Setor. O principal tipo de vínculo empregatício das(os) assistentes sociais é o estatutário, no entanto, esse índice é menor do que o relativo às instituições públicas. *Conclui-se, portanto, que nem todas(os) as(os) profissionais que atuam na esfera pública mantêm vínculos efetivos/estatutários* (CFESS, 2005, p. 52, grifos meus).

De acordo com o Relatório da Gestão “É de batalhas que se vive a vida” de 2017-2020¹⁴⁰, o número de profissionais inscritos e com registros ativos ultrapassou 190 mil. Embora os dados de 2005 sejam imprecisos, fica evidente que se naquele momento o número de assistentes sociais sem vínculos empregatícios era alto, atualmente este número também deve ser expressivo. Ainda pela pesquisa de 2005, foi constatado que:

Nas relações de trabalho das(os) assistentes sociais, prevalece a carga horária de 40 horas semanais de trabalho, seguida pela de 30 horas; as cargas horárias inferiores a 30 horas não são significativas; a carga de mais de 40 horas ocupa o terceiro lugar. As horas de trabalho das(os) assistentes sociais são remuneradas com a seguinte ordem de incidência de salários: 4 a 6 salários mínimos (SM), 7 a 9 SM, mais de 9 SM e até 3 SM. Comparando-se a renda profissional com a renda familiar, percebe-se que esta é maior que o salário profissional: mais de 9 SM (CFESS *et al*, 2005, p. 53).

Segundo o DIEESE¹⁴¹, em dezembro de 2005 o salário mínimo era de R\$ 300,00, já o salário mínimo necessário era de R\$ 1.607,11. A luta pelo piso salarial é pauta histórica da categoria. Atualmente, está em tramitação o Projeto de Lei PL 40.22/08¹⁴² que estabelece R\$

¹⁴⁰ CFESS — Conselho Federal de Serviço Social (Org.) et al. Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional. Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social; colaboradores Rosa Prêdes. [et al.]. Brasília: CFESS, 2005. Disponível em: <cfess.org.br/arquivos/perfilas_edicaovirtual2006.pdf>. Acesso em 12 Ago. 2020.

¹⁴¹ CFESS — Conselho Federal de Serviço Social (Org.) et al. Relatório final de gestão. “É de batalhas que se vive a vida” de 2017-2020. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/RelatorioFinal-GestaoEdeBatalhas2017-2020-CFESS.pdf>>. Acesso em 12 Ago. 2020.

¹⁴² DIEESE — Departamento Intersindical de estatística e estudos socioeconômicos. Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos. Salário mínimo nominal e necessário. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em 12 Ago. 2020.

¹⁴² CFESS — Conselho Federal de Serviço Social. PL Piso Salarial e PL Educação avançam no Congresso. Notícia publicada em 23 Set. 2019. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1610>>. Acesso em 12 Ago. 2020.

3.700,00 como piso salarial para 30 horas semanais. A hora técnica do profissional graduado em Serviço Social deveria ser de R\$ 138,02¹⁴³ a partir de setembro de 2019.

A discrepância fica alarmante quando considerado que o salário mínimo em vigência no ano de 2020 é de R\$ 1.045,00¹⁴⁴, em comparação com o salário mínimo necessário que, de acordo com o DIEESE¹⁴⁵, deveria ser de R\$ 4.420 em 11 de julho 2020. Indignação ainda maior é provocada quando dados do CBO¹⁴⁶ indicam que a média salarial de um profissional da área é de R\$ 2.725,58. Fica explícita a condição aviltante a que são submetidas/os as/os assistentes sociais brasileiras/os, assalariados de nível superior, que em média recebem pouco mais da metade considerada como mínima necessária para subsidiar a vida de um/uma trabalhador/a no Brasil.

O assalariamento do Serviço Social e sua posição contra-hegemônica junto à classe trabalhadora é um fato a partir da consolidação do projeto de ruptura da categoria que sinaliza a busca pela identidade da profissão e seu direcionamento social. Na busca pelo delineamento da identidade profissional e seu direcionamento social, faz-se necessário esclarecer que tipo de emancipação está sendo defendida, logo, o debate central seria sobre reconhecer o sujeito histórico revolucionário no capitalismo em sua fase superior, o imperialismo.

Para alguns essa polêmica não deveria demandar tanta atenção, mas se, de fato, o que está em jogo é entender quem é a classe trabalhadora na contemporaneidade e defender o direcionamento político e social de que as/os assistentes sociais, embora não gerem valor e mais-valor como trabalhadoras/es assalariadas/os do Estado capitalista, fazem parte da classe trabalhadora, realizam trabalho enquanto práxis de segunda ordem e que possuem a condição de assalariamento, essa polêmica se torna central.

Isto resvala necessariamente na defesa de que, como partícipes da classe trabalhadora, as/os assistentes sociais devem se organizar sindicalmente por ramo de atividade.

¹⁴³ CFESS — Conselho Federal de Serviço Social. Tabela referencial de honorários do serviço social. Vigente a partir de setembro de 2019. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/tabela-de-honorarios>>. Acesso em 12 Ago. 2020.

¹⁴⁴ DIEESE — Departamento Intersindical de estatística e estudos socioeconômicos. Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos. Salário mínimo nominal e necessário. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em 12 Ago. 2020.

¹⁴⁵ DIEESE — Departamento Intersindical de estatística e estudos socioeconômicos. Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos. Salário mínimo nominal e necessário. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em 12 Ago. 2020.

¹⁴⁶ CBO — Classificação brasileira de ocupações. CBO 2516-05. Disponível em: <<https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/251605-assistente-social>>. Acesso em 12 Ago. 2020; SALÁRIO. Assistente Social - Salário 2020 e Mercado de Trabalho em Serviço Social. Disponível em: <<https://www.salario.com.br/profissao/assistente-social-cbo-251605/#:~:text=A%20faixa%20salarial%20do%20Assistente,CLT%20de%20todo%20o%20Brasil.>>. Acesso em 12 Ago. 2020.

Essa noção foi desenvolvida no Brasil pelo “novo sindicalismo”, na luta pela construção do sindicalismo combativo e classista, fazendo oposição às organizações sindicais cooptadas pelo Estado capitalista e pelos empregadores. Essa forma sindical tem em seu conteúdo o princípio da necessidade de unificação da classe trabalhadora, logo, organizar-se por pauta única, por ramo de atividade unifica os trabalhadores por suas condições, o que possibilita a superação de níveis de consciência de classe, podendo atingir maiores níveis de organização e construção enquanto classe trabalhadora e não apenas por ramo de atividade, rompendo com as noções sindicais corporativistas que lutam pela profissão, pelo ramo, e não pelas condições e pautas gerais imediatas e mediatas da classe trabalhadora.

Contrariando essa noção, a defesa de que existem somente duas classes sociais fundamentais e uma intermediária pode provocar, portanto, uma perigosa inversão, que nos fundamentos do Serviço Social pode incorrer em defesas de articulação de sindicatos por profissão, que fragmentam as lutas da classe trabalhadora, ou ainda em posturas neoconservadoras, ou meramente antineoliberais.

Abramides (2019) destaca que o trabalho produtivo é consumido diretamente no processo de produção de valor e mais-valor (valorização), momento em que o trabalhador assalariado vende sua força de trabalho e se objetiva negativamente para valorizar o capital. O trabalhador só se objetivará positivamente, ou seja, de forma não alienada e explorada, com o fim do modo de produção capitalista (MPC). Já o trabalho improdutivo não produz valor nem mais-valor, quando trabalho realizado assalariadamente produz valor de uso, como os serviços que são consumidos, não produzindo valor de troca.

Marx (1978) afirma que todo trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo assalariado é trabalhador produtivo, debate este que nos faz adotar o cuidado de estudar minuciosamente as particularidades de cada trabalho. Essa questão recai no caso da cantora lírica, que ao cantar propriamente não gera valor e mais-valor, mas ao ser contratada para cantar em um espetáculo, atende aos requisitos propriamente capitalistas, segundo os dizeres de Marx no Capítulo Inédito (MARX, 1978). Sadi Del Rosso deixa isso explícito ao analisar o caso dos/as trabalhadores/as de teleatendimento.

A questão que interessa consiste em saber se os operadores de tele atendimento são trabalhadores que produzem valor ou não. A resposta, a partir da perspectiva do setor de atividade, seria imediatamente negativa, uma vez que estão alocados entre serviços, e serviços são, a princípio, não produtivos de valor. Entretanto, a divisão do trabalho mantém vinculações entre esses setores, mesmo que classificados separadamente por agências de coletas de dados. Nessa linha de raciocínio, os serviços específicos, como os dos tele operadores, constituem parte de um processo maior, cujas atividades “deraparam para os serviços”, [...]. Portanto, a pertença ao campo da produtividade ou da

não produtividade depende da rede de relações econômicas na qual os tele operadores estão envolvidos. Naquelas redes que se organizam como partes de um processo maior produtivo de mercadorias vinculadas à produção de valores, o conjunto desses trabalhadores faz parte do coletivo de um trabalhador geral produtivo. Diversamente, os tele trabalhadores que operam para empresas de circulação, comércio e finanças localizam-se em espaços apenas de circulação das mercadorias, não sendo possível convertê-los em trabalhadores industriais de valores imateriais, já que operam apenas no terreno da circulação de mercadorias (DEL ROSSO, 2014, p. 86).

Abramides (2019) corrobora ainda ao reconhecer que, a partir da complexificação dos processos de trabalho no capitalismo, algumas áreas novas de produção de mercadorias — que produzem mais-valor — surgem.

Com relação ao Serviço Social, concordo com a análise de que:

[...] há um consenso na tradição marxista de que o trabalho se objetiva na relação do homem com a natureza, assim como de que o trabalho possui dimensões, teleológica e ontológica, e se constitui o modelo da práxis e de que as [...] *assistentes sociais são trabalhadoras, em sua condição de assalariamento na divisão sociotécnica do trabalho*. A divergência está em se conceber a profissão como *trabalho, práxis educativas ou ideologia*; todas as análises, porém, apresentam sustentação na obra de Marx [...] (ABRAMIDES, 2019, p. 245, grifos meus).

Com o intuito de contribuir para a compreensão do impacto da complexificação do mundo do trabalho para os serviços realizados por trabalhadoras/es do Estado capitalista, mais precisamente as/os assistentes sociais, é preciso dizer que estão sendo incorporadas massivamente as tecnologias gerencialistas, a informatização e o maquinário, visando a redução dos custos de manutenção dos serviços, combinadas à falta de reposição do quadro de recursos humanos e a preferência por contratações precarizadas, portanto, garantindo mais recursos do Fundo Público para os interesses da burguesia. Tal “acúmulo” não deve ser confundido com “lucro”, pois este último é obtido a partir da realização do valor e mais-valor pela venda ao consumidor.

Por meio dos estudos marxistas do trabalho em serviços é possível afirmar a tendência ao processo de industrialização se expressando em todas as relações sociais de trabalho. Sobre isso, Santos (2013 *apud* DEGENSZAJN, 2018, p. 161) esclarece que a indústria é qualquer espaço de trabalho que esteja submetido ao modo capitalista de produção, ou seja, trabalhos que passem a ser organizados por métodos historicamente mais fabris e que tenham sido apropriados por diversas áreas para reduzir custos.

Portanto, diferentemente do que alguns autores profetizam desde a década de 50, que o trabalho deixaria de existir, esses elementos indicam que o trabalho continua central, seja ele produtivo ou improdutivo — a serviço das necessidades —, sendo o legado marxiano uma

forma de compreender o sistema capitalista e traduzir a sua base econômica contraditória e exploradora.

Netto (2011) trabalha com a ideia de hipertrofia de capital em âmbitos que não produzem mais-valia diretamente — para ele, atividades que seriam incontestavelmente produtivas, como as fabris e as indústrias clássicas. Os serviços seriam um peso econômico, o que pressupõe, assim como aponta Mauro Iasi¹⁴⁷, que se trata de um momento de desindustrialização — no sentido da queda da intensidade na produção, ou ainda diminuição da extração de mais-valia relativa — das produções diretas de mais-valia — e industrialização de todas as outras esferas da vida social.

Os serviços estão se industrializando, o que também comprova que a expansão dos empregos neste âmbito não significa o fim do trabalho, mas sim o trabalho em serviços.

A condição de industrialização é representada pela inserção de técnicas de gerencialismo e maquinário que se fazem cada vez mais presentes no cotidiano do trabalho das/os trabalhadoras/es do Estado capitalista. Se, de fato, é uma industrialização ou mera projeção a partir do trabalho produtivo de nossa época histórica é uma polêmica a ser aprofundada. Fato é que na condição de trabalhadoras/es assalariados no Estado capitalista os cortes e o acúmulo de funções adoecem e dessubjetivam.

Acerca dos serviços prestados pelo Estado capitalista, concordo com Del Rosso que:

O critério do assalariamento é insuficiente, pois, para oferecer uma resposta satisfatória à questão da produtividade ou não produtividade de valor, porque o assalariamento prevalece também em setores que não produzem mercadorias. Assim é o caso das atividades públicas, feitas para prestação de serviços pelo Estado. O Estado não assalaria indivíduos para produzir ganhos com o labor desses servidores. Contrata-os para responder por meio de prestação de serviços públicos, gratuitos em sua maior parte, às demandas populares. Tais atividades públicas não produzem mercadorias que, vendidas no mercado, geram ganhos econômicos. Se não há mercadoria, não há valor, nem mais-valor, não cabendo, portanto, a questão do labor produtivo ou não produtivo. Obviamente, esse argumento não se aplica a situações em que o Estado se reveste da persona de empresário, quando possui empreendimentos de exploração mineradora e empresas estratégicas, fabrica aviões e mísseis, circunstâncias em que produção de mercadorias, valores e mais valores encontra-se totalmente imbricada. (DEL ROSSO, 2014, p. 86-87, grifos meus).

Essas indagações remetem ao conceito de “acumulação flexível” de Harvey, pois trata-se de um momento em que o capitalismo, desenvolvido em escala global com extração de mais-valor relativo, necessita superar a rigidez do fordismo, lançando mão de inovações tecnológi-

¹⁴⁷ Iasi, Mauro. Teoria do valor em Marx. Mini-curso realizado na PUCSP oferecido pelo PEPG em Serviço Social no 2º Sem. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A_SUj0y2pLk&feature=youtu.be>.

cas, numa constante busca por novos mercados, busca por regiões em que o trabalho seja explorado com maior flexibilidade; além de diversas estratégias para aumentar o tempo de giro do capital, adiantando a realização da mais-valia na venda das mercadorias (HARVEY, 2005; ANTUNES, 2009; ANTUNES, 2018; ALVES, 2011).

Alves (2011) se refere a uma mudança na relação “tempo de vida/tempo de trabalho”, o que incide de forma desumanizadora no processo de formação dos sujeitos e a nível humano-genérico. Essas novas relações sociais de produção flexíveis colocam o trabalhador à disposição do capital em tempo integral, tanto o empregado como o desempregado vivem sob a constante necessidade de auferir mais renda ou minimamente conseguir manter seu cargo, tais relações seriam mais precisamente as jornadas flexíveis por banco de horas, remuneração flexível e contratos flexibilizados como temporários, terceirizados, intermitentes e por tempo parcial.

Nesse processo, os vencimentos passam a ser condicionados cada vez mais ao desempenho individual em atendimento aos interesses do empregador, os/as trabalhadores/as se veem enfraquecidos nas negociações dos direitos trabalhistas e, paulatinamente, começam a confundir os seus interesses com os do local de trabalho (ALVES, 2011).

Em Antunes (2009), Alves (2008) e outros autores, pode-se encontrar análises que indiquem o toyotismo como lógica manipulatória por basear-se na indução à proatividade, inovação e empreendedorismo, aspectos que teriam sido elementares para o processo de reestruturação produtiva do capital no contexto da “acumulação flexível” desde o surgimento do capitalismo monopolista à efetivação da era da financeirização.

As/os trabalhadoras/es tornam-se carrascos de si mesmos atendo-se às características da nova morfologia do trabalho no capitalismo globalizado. Esses traços “[...] constituem um processo de conformação do sujeito humano que trabalha, caracterizado pela *quebra* dos coletivos de trabalho, *captura* da subjetividade do trabalhador assalariado e redução do trabalho vivo a força de trabalho como mercadoria” (ALVES, 2011, p. 10).

Trata-se, nos termos de Marx, de um contexto de subsunção real ao capital,

A característica geral da *subsunção formal* continua sendo a direta *subordinação ao processo de trabalho* – qualquer que seja, tecnologicamente falando, a forma em que se efetue – *ao capital*. Nessa base, entretanto, se ergue um *modo de produção* tecnologicamente *específico* que *metamorfoseia* a *natureza real do processo de trabalho e suas condições reais*: o *modo capitalista de produção*. Somente quando este entra em cena, se dá a *subsunção real do trabalho ao capital*. [...] A subsunção real do trabalho ao capital se desenvolve em todas as formas que produzem mais-valia relativa, diferentemente da absoluta (MARX, 1978, p. 66).

Nesse sentido, não só pelo toyotismo, mas por todas as tecnologias incorporadas ao trabalho subsumido realmente ao modo capitalista, é que se vivencia um contexto de perda de sentido do trabalho vivo voltado para o tempo de vida e para o valor de uso, em privilégio da “redução do trabalho vivo à força de trabalho como mercadoria” (ALVES, 2011, p. 12).

O “toyotismo restrito”, característico dos anos 1980, no capitalismo tardo brasileiro, procura compreender seu caráter limitado, de incipiente inserção no capitalismo mundializado, e mescla práticas fordistas e tayloristas de produção e introdução de controle toyotista (ABRAMIDES, 2019, p. 144).

Esse movimento se torna mais crônico e permanente na cena global a partir da década de 70, e se evidencia melhor quando lembrando das crises do capital que se seguiram.

A cada crise é produzida uma resposta destrutiva para a classe trabalhadora que, em um movimento crônico e permanente, garante a recomposição das taxas de lucro. Projetos estes que incidem tanto na esfera política (representada pelo Estado capitalista), quanto na cultural, ambas subordinadas à esfera produtiva, que também é impactada e que seria como uma infraestrutura da base econômica da sociedade capitalista.

A crise estrutural do capital e do capitalismo, a partir de 1973, na esfera internacional, resulta da progressiva queda das taxas de lucro; do fenômeno do estagflação que corresponde à estagnação econômica com altas taxas de inflação; da crise de superprodução e da crise internacional do petróleo, como um dos elementos denotadores da estagnação econômica (Anderson, 1995). O conjunto dessas determinações impõe novas estratégias de recomposição orgânico-metabólica do capital (Mészáros, 2002). Sob a orientação macroeconômica internacional de financeirização da economia, realiza-se a centralização do grande capital dos monopólios e das grandes corporações internacionais, sob o jugo de hiperpotências imperialistas (ABRAMIDES, 2019, p. 116).

Ressalte-se que agências internacionais como o Banco Mundial (BM) surgem no Pós-Segunda Guerra Mundial, em 1944, orientadas por países vitoriosos, com maior ênfase norte-americana, com vistas à valorização do dólar como moeda internacional, bem como pelo domínio norte-americano do poder político e financeiro. A partir do esgotamento das medidas fordistas/keynesianas, regime que durou até o início dos anos 70, temos a ascensão de novas diretrizes pelo projeto societário neoliberal (ANTUNES, 2009; ALVES, 2011).

A crise estrutural do capital, gerada pela superprodução, teve como respostas a acumulação flexível na esfera da produção, o neoliberalismo na esfera política e a pós-modernidade na cultura. Podemos citar também a crise do capitalismo reformista, para aqueles que tentaram humanizar o capital, adotando a socialdemocracia na esfera política (Estado), culminando na crise das medidas de regulação do Estado de Bem-Estar-Social (EBES) (ABRAMIDES, 2019).

Tivemos, ainda, a crise do Leste Europeu nas sociedades pós-capitalistas. O fim do “socialismo real existente” foi marcado pela queda do Muro de Berlim, momento que foi inquietantemente confundido com o “fim da história”, fortalecendo as ideias “pós-modernas”, como se, naquele momento, uma vitória contra um tipo de projeto socialista fracassado pudesse significar a derrota irreparável do projeto da classe trabalhadora com suas pautas imediatas e históricas.

Mas o capitalismo também fracassou, considerando suas inúmeras crises e a desigualdade social que ele perpetua. Cabe ressaltar, portanto, entre outras questões, que o capitalismo não é a única saída, nem a mais “civilizada”, já que a violência gerada por sua desigualdade nos atinge feroz e cotidianamente.

Esses ataques e desilusões semearam um terreno fértil para a crise da esquerda que tem se alastrado por um longo período. A crise de superprodução na base econômica do capital, gerada pelos métodos de produção fordista e taylorista, gera respostas do capital que irrompem como uma avalanche muito bem orquestrada na cena mundial, com raras exceções de alguns países que, por seu poder econômico, conseguiram sustentar por alguns anos o EBES, mas que não tardaram muito a sofrer os efeitos do capital mundializado.

Essas expressões não só estão atreladas às ofensivas neoliberais, como surgem a partir desse projeto, que no Brasil ficou marcado pelas derrotas sindicais na década de 80 como da Frente Brasil Popular e ascensão de Fernando Collor de Melo à presidência da república. Apesar do governo Collor ter dado continuidade ao “toyotismo restrito”, ao promover a liberalização comercial, oferta as bases para a implantação do “toyotismo sistêmico”.

Na década de 1990, por meio do impulso neoliberal, inicia-se no Brasil a reestruturação produtiva advinda da “acumulação flexível” em que o toyotismo, como momento predominante, adquire uma conformação sistêmica, somada ao avanço quantitativo e qualitativo das inovações tecnológicas e pode ser identificada nos seguintes elementos: a) a indústria automobilística identifica sua reestruturação, com maior nitidez, nas montadoras e fornecedoras, b) realização de uma abertura comercial de liberalização no governo Collor; c) mundialização regionalizada de capital pelo Mercosul, em 1994, e racionalização da produção em 1995, ambas referentes ao primeiro governo de FHC; d) concorrências exacerbada da indústria automobilística, resultado das crises de superprodução de mercadorias com as corporações transnacionais; e) surgimento de novas linhas de montagem em países emergentes para novas demandas estancadas em países centrais (ALVES, 2000) (ABRAMIDES, 2019, p. 146).

Taylor já empreendia estudos sobre a importância da harmonia entre as classes e de formas de explorar a subjetividade dos/as trabalhadores/as para os fins da produção (ANTU-

NES, 2015). Essa lógica da industrialização, conforme venho enfatizando, tem dominado inclusive os serviços, de forma a propagar modelos gestoriais por um fetiche que obscurece a real intencionalidade de subsunção real do trabalho ao capital.

O gerencialismo é uma tendência de incorporação de métodos administrativos que, até então, seriam pensados para empresas, mas que atualmente são também vistos adentrando as relações sociais de trabalho no Estado capitalista.

Há ainda o modismo do “*design thinking*”, que segundo VALENTIM (2018), surge vinculado ao projeto neoliberal para propor a figura do designer, um profissional empreendedor, atento e pronto para inovar. A partir das possibilidades que encontra, o mesmo soluciona problemas que mais ninguém seria capaz. Caso o sujeito não seja capaz de trabalhar na lógica do “possibilismo”¹⁴⁸ — no sentido de fazer a política do possível, atendo-se de forma fatalista aos limites ou respondendo messianicamente às exigências —, obviamente pela perspectiva neoliberal o problema está no indivíduo que não tem as habilidades necessárias para superar tais barreiras.

Essas técnicas, por consequência, pressupõem não mais o controle somente dos corpos, como também da consciência, promovendo a captura das subjetividades e a dessubjetivação da classe trabalhadora.

O trabalho na sociedade burguesa desenvolvida não pode mais ser reduzido a características por “setores”, o que não quer dizer que devemos cair em generalizações, mas buscar compreender como tal lógica, fruto do tsunami neoliberal, vem atingindo a classe trabalhadora.

Compreender “a classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2009) é condição indispensável para construir unidade de luta coerente e coesa, com frentes de oposição anticapitalista pelo fim do capitalismo, para recuperar a luta socialista pela emancipação humana, que nada mais é que o fim dos conflitos de classes, pela liberdade em que o humano domine suas criações e não o oposto. Tanto nesse processo como após a revolução é que se abre a possibilidade de superação das ideologias opressoras.

¹⁴⁸ O possibilismo do qual falamos está relacionado com a corrente frase que ecoa nos serviços das políticas sociais “Fazemos a política possível ou fazemos o possível com o que temos”. Essas falas estão intimamente vinculadas tanto com ilusões sustentadas no politicismo, quanto desilusões provocadas por lutas que se basearam na inversão politicista. Crenças de que a democracia política poderia ampliar o Estado. “O politicismo configura-se, portanto, em um dos freios teóricos e políticos no processo das lutas sociais” (ABRAMIDES, 2019, p. 77).

Com o intuito de contribuir com o debate das condições de trabalho a que são submetidas/os as/os assistentes sociais nos serviços do Estado capitalista é que, a partir destes elementos, passo a tratar mais detidamente das características do trabalho no Estado capitalista e da figura deste/a trabalhador/a.

2.2.1. Estado capitalista e o/a trabalhador/a do Estado capitalista: o estranho caso da sociedade que pensa que não se socializa sem o Estado

Para romper com a lógica da setorização que se expressa na dicotomia entre aquilo que seria do “setor” privado e aquilo que seria do “setor” público, os/as trabalhadores/as assalariados/as pelo Estado capitalista serão aqui nomeados como *trabalhadoras e trabalhadores assalariados/os pelo Estado capitalista*, uma vez que as demais nomenclaturas levaram à fragmentação da classe trabalhadora, na qual muitos sujeitos se entendiam privilegiados pela estabilidade do “setor público”, bem como outros os consideravam até mesmo com preconceito por entendê-los como parasitas.

Anteriormente, quando falando da política social e das ilusões com um “Estado social”, já fundamentei que pressupor o “possibilismo” da existência de um “Estado democrático de Direito” pela conquista de sua essência, o que em tese transformaria a sociedade capitalista em uma sociedade mais humanizada sem a necessidade da tomada de poder pela classe trabalhadora, é um equívoco desde a II Internacional e o renegado Kautsky, assim como Proudhon.

O Estado capitalista é um instrumento da burguesia de controle, com aparatos opressores, como a violência policial, que permite a exploração da classe trabalhadora pelo capital (ENGELS, 2010; LÊNIN, 2007; IASI, 2017). Aqui a discussão de forma e conteúdo feita por Iasi, a partir de estudos dos textos de Engels, Marx e Lênin nos parece central. Por mais distintas que sejam as formas de se apresentar, o Estado é essencialmente burguês, o seu conteúdo é burguês.

As diferentes formas do Estado burguês (mais ou menos democrático, mais ou menos desenvolvido no sentido da emancipação política, inserido num certo momento e numa certa dinâmica da luta de classes) expressam, na esfera política, o conteúdo burguês que embasa e fundamenta tais formas, desde monarquias constitucionais até Repúblicas democráticas, passando por uma infinidade de variações intermediárias, como ditaduras militares, Estados teocráticos e mesmo Repúblicas populares (IASI, 2017, p. 164).

Reforça, portanto, o argumento de que não se pode transformar a essência, o conteúdo do Estado. Não cabe, porém, abandonar o Estado capitalista e as posições contra-hegemônicas que tensionam a luta de classes dentro do Estado capitalista.

Nestes termos é que afirmo que as crises estruturais do capital são constitutivas do sistema capitalista.

O avanço da ofensiva do capital, dos anos 1970, já havia colocado o movimento sindical classista na defensiva no plano internacional, embora no Brasil este recuo, pelas lutas travadas nos anos 1970 e 1980, se dará, somente, no final dos anos 1980. A crise do “socialismo real existente”, a crise e o esgotamento do capitalismo de base fordista-keynesiana e a crise da própria esquerda, com o giro ideopolítico social-democrático e neoliberal, são elementos que contribuíram para a ação defensiva dos movimentos sociais (ABRAMIDES, 2019, p. 147).

A partir do posicionamento defensivo das organizações de esquerda frente a todas essas investidas, surge um contexto de lutas que se restringem às pautas imediatas da classe trabalhadora, como acesso a empregos e aumentos salariais, desvinculadas das lutas históricas da classe que pressupõem a revolução, assim reproduzindo o ciclo do capital quando sucumbindo a “*giros reformistas*” e contos de conciliações de classe.

Por isso, é tão importante entender os limites do Estado capitalista, a necessária conquista dele pela classe trabalhadora — reforçando as lutas fora de suas instituições — e sua destruição. A ortodoxia marxiana sempre apontou para a organização das/os trabalhadoras/es em partidos e a disputa pelo poder do Estado, isso não quer dizer que a resposta esteja na via eleitoral pura e simplesmente, basta lembrar do PT no Brasil, que não logrou êxito nem em ampliar direitos, nem mesmo em romper com a burocratização.

A capacidade revolucionária do operariado reside no fato de criarem valor e mais-valor, tem “a faca e o queijo na mão” para incomodar em larga escala o capital. Mas não se deve, pura e simplesmente, denotar aos operários a função social de fazer a revolução. O conteúdo revolucionário faz toda a diferença, em que a forma é a unidade da classe trabalhadora assalariada contra o grande capital.

A profundidade analítica atingida até aqui não deve levar ao pessimismo com os trabalhos assalariados realizados no Estado capitalista, mas sim ao melhor delineamento quanto aos limites e aos desafios postos para as/os assistentes sociais trabalhadoras/os assalariadas/os em serviços do Estado capitalista.

Afinal, é neste contexto e sob essas relações sociais de trabalho limitadas que se insere o trabalho profissional das/os assistentes sociais, como as mulheres trabalhadoras em condição de violência.

Compreender essas relações sociais contraditórias, que causam a dessubjetivação das/os trabalhadoras/es do Estado capitalista, é condição *sine qua non* para sustentar que embora a revolução não seja papel de nenhuma profissão, mas da classe trabalhadora organizada, ser assistente social nos termos do PEP com o horizonte de contribuir com as lutas da classe trabalhadora e da emancipação humana adquire status de militância quando consideradas as condições de trabalho acima explicitadas. Mas, contemporaneamente, como se pode traduzir essa condição?

Em 2007, a PNAD revelou que existiam 10 milhões de trabalhadores/as do Estado brasileiro, aproximadamente 5,4% do número total de habitantes do país e 11% do total de ocupados. A ideologia corporativista apresenta os “servidores públicos”, servos invisíveis da lógica fetichizada e fetichizante do Estado político (ALVES, PALMELA, 2011).

Segundo dados do IPEA¹⁴⁹, de 1986 para 2017, o número de trabalhadores/as do Estado aumentou de 5,1 milhões para 11,4 milhões. O estudo fala em aumento do número de trabalhadores/as, desconsiderando vínculos existentes com empresas estatais. Obviamente, se esses números fossem considerados o impacto neste suposto “aumento” seria alarmante, considerando o número de privatizações que ocorreram no Brasil desde 1986, principalmente a partir da década de 90.

Não obstante, considerando somente este suposto “aumento” com os devidos contornos para uma análise com perspectiva de totalidade, teríamos que considerar o nível de complexificação dos serviços do Estado, o aumento da demanda populacional, cargos sem reposição após aposentadorias, a falta de reajuste salarial que acompanhe a valorização monetária, a falta de recursos e espaço de trabalho de acordo com as necessidades para a execução do trabalho, o aumento no número de contratos terceirizados, cargos comissionados, entre outros aspectos, que expressam a precarização, o sucateamento e a destruição da categoria de trabalhadores/as do Estado.

A dessubjetivação da classe trabalhadora (ALVES, 2011) assola também os/as trabalhadores/as do Estado capitalista que se veem no engodo do “servidor público”, isso para aqueles que são concursados e que adquirem a estabilidade, mas, ao lado destes, temos também trabalhadores/as contratados/as na lógica da flexibilização, já abordada anteriormente. Aspectos esses que fragmentam ainda mais as lutas.

¹⁴⁹ IPEA. Atlas do Estado brasileiro. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasestado/download/154/tres-decadas-de-funcionalismo-brasileiro-1986-2017>>. Acesso em 07 Ago. 2020.

O termo trabalhadoras/es assalariadas/os pelo Estado capitalista aqui é cunhado tanto para aqueles concursados como para os que estão atuando por contratos flexibilizados, diretamente nas instituições estatais, como para os que estão contratados no âmbito privado das OSCs (Organizações da Sociedade Civil) exercendo as funções estatais e com recursos estatais.

Esse debate é bastante polêmico, mas, pelo compromisso de fazer análises “coladas” na realidade, buscando registrar as reivindicações de classe, é que esse posicionamento ganha destaque, pois é um termo que está aparecendo de forma cada mais corrente entre as/os trabalhadoras/es do Estado capitalista nos municípios de Campinas e Jaguariúna, cidades em que atuo profissionalmente.

O termo mais próximo deste delineamento está presente em Alves e Palmares, com o termo “trabalhadores públicos”, quando dizem que:

A crise do “Estado desenvolvimentista”, que começa em meados da década de 1970, e prossegue na década de 1980, significa a proletarianização do corpo de “servidores públicos”. A partir do processo de sindicalização dos serviços públicos que ocorre na década de 1980, no bojo da luta contra a ditadura e pela redemocratização da sociedade civil, a categoria assalariada dos “funcionários públicos” passou a se identificar como “trabalhadores públicos”. Na verdade, ocorreu em algumas categorias assalariadas do Estado político do capital, a construção de uma nova identidade coletiva para além da consciência corporativa e em direção a uma consciência de classe “em si” e “para si” (ALVES, PALMARES, 2011).

Hoje, trabalhadores/as assalariados/as terceirizados/as vendem sua força de trabalho na lógica da “parceirização”, o que os colocaria como trabalhadores/as do “setor privado”, do direito privado, lado a lado com as/os trabalhadoras/es concursadas/os e exercendo as mesmas funções. Esses/as trabalhadores/as têm se reivindicado como trabalhadores/as do Estado capitalista, justamente por identificarem suas perdas pelas lutas corporativistas dos sindicatos estatais, bem como por fazerem a crítica ao fato de executarem as mesmas tarefas, com cargas horárias iguais ou maiores e receberem salários menores. Destaca-se a grande diferença em relação aos concursados em termos de salário, condições de trabalho e de estabilidade.

Sob tais condições é que a/o assistente social atende essas mulheres trabalhadoras e buscam atingir níveis de consciência crítica coletiva para além de orientar, informar. As desilusões históricas, contudo, afetaram a categoria profissional, que se fez presente nos principais espaços de luta da classe trabalhadora no Brasil desde os anos 1970, assim como afetaram a classe trabalhadora.

Tais desilusões provocaram o afastamento das/os assistentes sociais dos espaços de militância não institucional junto à classe trabalhadora. Assim como ocorreu com todas as categorias, o Serviço Social não é exceção. No lugar da resistência coletiva, no Serviço Social surge

a busca por responder individualmente às demandas sociais que interpelam a/o profissional diariamente, na busca por atender àquela sensação de que “pelo menos eu fiz o meu, ou fiz a minha parte”, o que leva a respostas sincréticas por estratégias de sobrevivência largamente embebidas pelas ideologias de “enfrentamento”, pelo “empoderamento” individual e grupal das mulheres trabalhadoras em condição de violência.

Nas próximas páginas o leitor acompanhará uma tentativa de síntese analítica acerca da problemática aqui levantada sobre a/o assistente social trabalhadora/or do Estado capitalista atuando entre a assistência social e a política de assistência social, visando discutir o atendimento às mulheres trabalhadoras que sofrem violência doméstica.

CAPÍTULO 3. A/O ASSISTENTE SOCIAL TRABALHADORA/OR ASSALARIADA/O PELO ESTADO CAPITALISTA NO ATENDIMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS FILHAS DA CLASSE TRABALHADORA NEGRAS E NÃO NEGRAS

Malgrado nas análises críticas aos atendimentos voltados para as mulheres na política de assistência social brasileira serem encontradas poucas produções críticas que corroborem com a perspectiva aqui adotada quando falando sobre o trabalho social destinado às mulheres trabalhadoras em condição de violência doméstica, o que se encontra é a defesa do “empoderamento” como estratégia de trabalho social, ainda que por autoras marxistas e que fazem a leitura classista da sociedade capitalista.

Isso foi identificado na pesquisa de Duque-Arrazola¹⁵⁰ (2010), que se fez notável por seu nível de acúmulo de conteúdo crítico, mas ainda assim defendendo a possibilidade de se atingir certo nível de “empoderamento” a partir de intervenções realizadas com sujeitos femininos na política de assistência social ao pesquisar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), ouvindo sujeitos que ela nomeou como mulheres-mães atendidas ao invés de famílias.

Apesar de todo o conteúdo crítico e contundente apresentado na pesquisa ao analisar tanto as perspectivas feministas, como o uso da “família” — a meu ver, mulher-trabalhadora, e, nestes casos, mãe — na política de assistência social, acaba caindo na armadilha das linhas foucaultianas sobre o poder e as relações sociais de poder. Nas palavras de Duque-Arrazola:

Relações de poder que se bem envolvem as relações interpessoais entre homens e mulheres, não se reduzem a elas. São relações sociais que atravessam toda a sociedade e concretizam outras relações, como as de classe e as raciais, as relações de trabalho e de propriedade, entre outras. Por isso mesmo, não se nega a sua materialização em outras instâncias em que se configuram e estruturam tais relações de poder, a exemplo do poder institucional da economia, da política, do Estado (DUQUE-ARRAZOLA, 2010, p. 246).

A autora identifica com maestria de qual estrutura social fala ao discorrer sobre poder institucional, todavia, bebe na fonte foucaultiana e não faz o retorno necessário, ao não sinalizar que as forma-economia, forma-política e forma-Estado capitalista são por essência burguesas e

¹⁵⁰ O artigo que utilizamos para esse trabalho foi resultado de alguns aspectos desenvolvidos na tese de doutorado em Serviço Social da autora, pela Universidade Federal de Pernambuco, Depto. De Ciências Domésticas da Universidade Federal Rural de Pernambuco. A tese foi intitulada como *O lugar das mulheres na política de assistência social*, publicada em 2004.

correspondem não à expressão da ideologia invertida da “sociedade civil”, mas da sociedade burguesa, logo, trata-se de instituições burguesas por excelência e que, no interim das lutas de classes, podem vir a ofertar apenas condições menos aviltantes para a classe trabalhadora, mas jamais garantirão a igualdade ansiada pelas trabalhadoras e trabalhadores.

Ainda segundo a mesma autora,

As mulheres têm esse poder e resistem de certa maneira à dominação masculina no seio do grupo familiar. Durante a pesquisa, assim o revelaram as mães do PETI, em seu discurso falado: exercem poder mediante um certo *jogo de estratégias* que vão desde a administração do orçamento doméstico do dia-a-dia, com o fim de assistir a uma reunião, estudar à noite ou *trabalhar fora de casa* ou, ainda, com a ameaça de não “fazer os serviços da casa”. Estratégias para evitar a relação sexual não desejada, bem como às ameaças de denúncia à polícia, ao juiz e na escola, da possibilidade ou de práticas de violência contra os filhos/filhas e a ela própria. Ameaças que, como revelam suas falas, parecem processar-se de modo mais contestatório, na medida em que se valem de argumentos, informações e conhecimentos aprendidos nas reuniões e explicações dadas por juízes e professoras, nas reuniões da Escola e do PETI (DUQUE-ARRAZOLA, 2010, p. 246, grifos da autora).

Na tentativa de buscar um sentido para o trabalho social realizado, surge a postura de defesa de estratégias de sobrevivência, ao invés de estratégias de resistência e superação da condição instaurada. A autora faz suas considerações a partir das narrativas das mulheres-trabalhadoras e mães, “famílias”, participantes do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). Por minha experiência, assim como a autora também reconhece no decorrer do artigo, as mesmas condições de vida são relatadas nos casos atendidos pela Transferência de Renda do Bolsa Família e nos casos de violência doméstica contra a mulher.

Aprofundando um pouco mais a análise, é possível inferir que: em primeiro lugar, ganha destaque a afirmação de que “*as mulheres têm esse poder*”, que no decorrer do discurso não é fundamentado, aparecendo como um poder esvaziado de conteúdo revolucionário, incorrendo apenas no campo da singularidade dessas mulheres. Em segundo lugar, a autora identifica “certo *jogo de estratégias*” como formas de resistência à dominação masculina, quando, na realidade, por fora das estratégias coletivas, no limite, essas atitudes podem ser identificadas como estratégias de sobrevivência, já que não negam, muito menos superam as condições de opressão a que elas são submetidas.

Afinal, essas mesmas estratégias podem e levam, em muitos casos, as mulheres à morte, pois negar dinheiro em prol da administração da casa a um companheiro sob efeito de substâncias ou mesmo sem essa característica, mas que já estejam em condição de violência, poderá levar, no mínimo, à violência psicológica entre o casal. Negociar para poder sair de casa, ou realizar atividades, não é prova de superação da condição, mas sim de submissão ainda que

contestatória, já que de alguma forma a mulher se vê obrigada a conseguir o aval do companheiro para realizar o que deseja.

Em outras das estratégias, o que se identifica é certa proximidade com os artifícios que uma criança ou adolescente se utilizam para conseguir o que querem de suas “instâncias superiores” aos quais estão submetidos, os pais, tais como: chantagens emocionais, ameaças de denúncias. Por fim, as “*estratégias para evitar relações sexuais não desejadas*”, ora, se um “*não quero*” não é o bastante, trata-se da existência iminente do estupro por parte do/a companheiro/a.

Afinal, pelo menos o reconhecimento de alguns direitos o feminismo logrou e muito bem conceituou, tais como:

[...] o reconhecimento de que o *estupro conjugal é violência e não um direito do cônjuge*; que o abuso sexual é violência e não um costume cultural; que a cantada é violência e não uma ofensa leve. O feminismo desnudou que *a opressão das mulheres consiste, precisamente, na naturalização dessa subordinação sexual ou de gênero*, que transcorre no âmbito da vida privada das pessoas e que por isso mesmo permanece silenciada. Que entre os sexos ou gêneros não apenas há diferença, mas há, fundamentalmente, hierarquias. Ou, mais precisamente, que a opressão das mulheres consiste na hierarquização dessa diferença (D’ATRI, 2017a, p. 82).

A necessidade de legitimação do exercício profissional dos trabalhadores sociais turva suas lentes, fazendo com que avanços mínimos sejam supervalorizados. É óbvio que o espaço de escuta qualificada faz diferença na vida de mulheres que se veem apartadas da convivência social, que palestras e conhecimento jurídico-social as façam refletir sobre diversas questões, ou minimamente ter esperança, mas nada disso, infelizmente, é sinônimo de resistência, quando muito, são estratégias de sobrevivência.

A autora ainda denota o feito à divindade errada, já que dedica aos atendimentos da política de assistência social que são constitutivamente exploradores e opressores — como a autora mesma sinaliza em seu trabalho —, o que historicamente é efeito da entrada da mulher, mulher-trabalhadora, no mercado de trabalho. Esses efeitos podem ser identificados em fins do século XIX e em maior medida no século XX, com a efervescência dos movimentos feministas de contestação da ideologia patriarcal, bem como de suas resistências construídas coletivamente nas lutas sociais.

Portanto, as estratégias de sobrevivência estão muito mais atreladas à saída das mulheres do exílio, da chamada vida privada, para atingir espaços de sociabilidade e certa independência financeira, que da oferta de políticas de assistência social que, em linhas gerais, está mais exi-

gindo individualmente dessas mulheres a realização de trabalhos não pagos para o Estado capitalista do que as fortalecendo efetivamente pela ruptura com a lógica capitalista classista, patriarcal, racista e heterossexista.

O IPEA¹⁵¹ realizou um estudo estatístico e econômico cruzando dados da PNAD de 2009, no qual garantiu um caráter inédito por tratar os dados cruzando-os e tecendo análises a partir de referências feministas como Heleieth Saffioti, bem como por buscar compreender a relação entre a Participação Feminina no Mercado de Trabalho (PFMT) e a violência doméstica contra a mulher perpetrada pelo companheiro/parceiro ou ex-companheiro/parceiro íntimo¹⁵².

De acordo com essa pesquisa, quanto maior o nível de escolaridade das mulheres, maiores são as chances de sofrerem violência doméstica quando o casal coabita. Para os casos em que não moram juntos, a violência doméstica é maior com mulheres com menores níveis de escolaridade (IPEA, 2019).

Uma possível interpretação é que as mulheres com maiores níveis de escolaridade questionam em maior medida a ideologia do patriarcado, pois além de possuírem maiores acessos a conteúdos críticos e à sociabilidade, possuem maiores chances de auferir renda e, portanto, independência financeira caso não a tenham.

A pesquisa também apontou para duas possibilidades com relação à PFMT, sinalizando que isso tanto pode diminuir a violência pelo fortalecimento da mulher quanto à independência financeira, dando a possibilidade de se separar e de possuírem acessos e espaços de sociabilidade, como também pode aumentar as tensões entre o casal, podendo gerar a violência e a separação (IPEA, 2019).

Embora as/os pesquisadoras/es se utilizem de termos como “empoderamento econômico”, o que logo de início já dá um tom diferenciado pela perspectiva aqui adotada, chegam à interessante conclusão de que a independência financeira não é suficiente para dar fim à desigualdade que gera violências por ideologia patriarcal. Entretanto, resolvem a questão sugerindo maiores investimentos em pesquisas para catalogar as características dessas violências e para ações focalizadas, assim como o aperfeiçoamento da Lei Maria da Penha e intervenções educativas.

¹⁵¹ IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. CERQUEIRA, D. MOURA, R. PASINATO, W. Participação no mercado de trabalho e violência doméstica contra a as mulheres no Brasil. 2501 Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2501.pdf>. Acesso em 21 Out. 2020. 2019.

¹⁵² Vale pontuar que quando falamos em violência doméstica contra a mulher para dados deste estudo, estamos nos referindo necessariamente a violências em que o agressor é ou foi parceiro íntimo da mulher em condição de violência.

O que leva a indagar que se este fosse realmente o caminho, a violência doméstica não seria um problema a nível mundial, preocupando até mesmo organizações como a ONU. Países como a França, que teve a oportunidade de estudar durante o mestrado (PEREIRA, 2015), que possuem diversas pesquisas pelo *Pôle Emploi*, além de um ministério voltado para estratégias de combate às desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, teriam sido felizes em exterminar os efeitos da miséria do patriarcado naquela conjuntura.

O fato é que mesmo com toda uma proteção jurídica dos direitos das mulheres e políticas de combate à desigualdade entre os sexos, além de uma proteção social que garante até dois anos de licença maternidade, podendo este período ser dividido com o genitor ou a outra genitora — políticas sociais francesas —, nada disso garante a superação do patriarcado estrutural e funcional ao capitalismo.

Segundo pesquisas que realizei (PEREIRA, 2015), as mulheres na França também empobrecem quando se separam e também são discriminadas no mercado de trabalho pelo simples fato de poderem engravidar, assim como têm dificuldade de retornar ao mercado de trabalho após gozar de sua licença maternidade; quanto maior for seu tempo de afastamento, piores são suas chances de retorno ao mercado de trabalho e menores ainda são suas condições de retornar nas mesmas funções, ou ainda em pé de igualdade a um homem com o mesmo currículo.

Duque-Arrazola defende o que aqui entendo como “mito do empoderamento” feminino, apesar disso, reconhece que:

A contestação e as transgressões das mulheres à dominação-opressão patriarcal, nas relações interpessoais no interior do grupo doméstico, podem configurar possibilidades objetivas de inflexões nas relações de gênero; de mudança; de autonomia e de *empoderamento* das mulheres. Contudo, apesar da *não-passividade* no seio do grupo familiar, esse posicionamento e resistências são individuais e isoladas. Não inflexionam nem transformam as relações que subordinam as mulheres no grupo familiar e nos espaços públicos, até porque, como dizem elas, “quem tem a voz de mando em casa é o homem-marido”. Naturalizam, assim, a divisão sexuada do trabalho e o poder masculino, bem como a ideologia que os legitima (DUQUE-ARRAZOLA, 2010, p. 247, grifos da autora).

Na continuidade, a autora reconhece ainda que essas ações não reverberam em organizações coletivas, ou mudanças pontuais ou universais na condição das mulheres nesta sociedade burguesa, nem mesmo no Estado que a reproduz e a legitima (DUQUE-ARRAZOLA, 2010).

Não obstante, retoma o espírito do mito ao considerar que “um processo participativo voltado a ‘tomar parte’ ativamente nas decisões e encaminhamentos de ações e de programas poderia propiciar” (DUQUE-ARRAZOLA, 2010, p. 248-249) o tal “empoderamento”, voltado

para dar voz à crítica coletiva. Como se a voz crítica coletiva dependesse de uma política social, ou pudesse vir de fora para dentro, ou ainda, de cima para baixo.

As mulheres trabalhadoras não precisam ser empurradas para “tomar parte” ativamente nas decisões, elas sabem que têm o direito a participação social e que, por diversas condições a que são relegadas na sociedade burguesa, essa participação social formal não se realiza. Por consequência, o limite é atingir a crítica não apenas a miséria do patriarcado estruturada, mas todas as estruturas funcionais ao capitalismo, pela superação deste sistema em prol de formas de organização voltadas para o humano — para a sociedade comunal — e não para a acumulação de capital.

Ademais, elas tomam parte todos os dias, por suas estratégias de sobrevivência e em determinadas condições sócio-históricas, elas se organizam, independentemente de sua condição de acessos nas sociedades de classes. Tanto é que o dia 8 de maio não é o dia internacional das mulheres, mas O Dia Internacional de Luta das Mulheres da Classe Trabalhadora¹⁵³.

Essa busca por fomentar o “protagonismo”, a “participação social”, é uma crença nas lutas sociais realizadas pela via institucional, que para além de propagar uma visão da necessidade de “curadoria” da classe trabalhadora, subestimando seu conteúdo revolucionário, quando descoladas dos movimento sociais por fora do Estado capitalista, são obra do petismo na cena brasileira, tanto que, atualmente, muitos ex-partidários do PT pós-derrocada dos governos Lula e Dilma de 2003 a 2018 para o projeto neoliberal, fazem a crítica ao governo, mas não conseguem vislumbrar e superar as crenças da possibilidade de existência de um “Estado social”, ou um “Estado capitalista ampliado”. A esses, vale a crítica de que o PT sai do governo, os militantes saem do PT, mas o petismo e o lulismo não saem dessas pessoas — ao falar em petismo e lulismo destaco a forma do programa democrático popular de pensar a particularidade brasileira.

Essas considerações comprovam que tais estratégias de sobrevivência são medidas paliativas orquestradas e divulgadas pelo Estado capitalista, conteúdo de um suposto enfrentamento da violência da miséria patriarcal neoliberal, machista, racista, sexista e classista, sem as

¹⁵³ Em 08/03/1917 aproximadamente 90 mil mulheres proletárias se manifestaram contra o Czar Nicolau II, lutavam contra as péssimas condições de trabalho, contra a fome e a participação russa na guerra. O protesto ficou conhecido como “Pão e Paz”, embora tenha ficado conhecido como Dia Internacional da Mulher somente em 1921. Vale citar ainda que tal data surge a partir da proposta de Clara Zetkin, membro do Partido Comunista Alemão, no II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas. É possível citar ainda a revolta das tecelãs de 1824, entre as mais diversas insurgências de movimentos contestatórios das mulheres trabalhadoras quando se colocaram no embate direto com o capitalismo e suas opressões.

quais o capitalismo não se sustenta, o que implica ainda na constituição de formas de legitimação do Estado capitalista em detrimento das formas construídas no interior das lutas de classes pela transformação social com vistas à emancipação humana.

A solução para a violência contra a mulher, assim como para as demais opressões, não está na fórmula capitalista, que transforma um problema de ordem universal, constitutivo e necessário à manutenção do capitalismo (no caso a miséria do patriarcado neoliberal) em um problema de ordem privada a ser regulado por um sistema particular, propondo-se a regular o todo por uma parte do problema (D'ATRI, 2017a).

Nesse sentido, por mais contra-hegemônicas que sejam as posturas das/os trabalhadoras/es do Estado capitalista e que reconheçam que possa existir luta de classes no interior do Estado capitalista em governos democráticos (neo)liberais (neoliberais, socialdemocratas, social-liberais), o projeto expresso no poder político da sociedade burguesa na forma-Estado capitalista não pode articular elementos que levariam a sua própria negação e superação, ou seja, os limites do Estado capitalista são as críticas reformistas; as suas estratégias enquanto Estado capitalista não podem, portanto, ir contra a sua essência, ou seja, contra o próprio capitalismo.

As inúmeras esperanças de conquista de uma “democracia radical” nos limites do sociometabolismo capitalista tanto em profissões como o Serviço Social, quanto em movimentos sociais e populares me fizeram retomar diversas vezes a crítica da crítica das ilusões, verdadeiras utopias sobre o Estado capitalista.

Nesse sentido, me parece fundamental aprofundar tal ente, tal criatura, por uma crítica mais aprofundada desse debate, demonstrando a atualidade dessa crítica analisando uma das formas de enfrentamento conquistada a duras penas pelos movimentos feministas e feministas negras nacionais.

3.1. Serviço Social no atendimento às filhas da classe trabalhadora: consciência, estratégias de sobrevivência e resistência

Não é papel de uma categoria profissional *fazer acontecer*, fazer a classe trabalhadora tomar consciência, trabalhar a consciência das mulheres trabalhadoras, organizar coletivos, mas é competência da profissão se posicionar frente às lutas sociais que interpelam seu trabalho profissional, assim como, contribuir no seu cotidiano de trabalho para com as estratégias e táticas que possibilitem acessos a problematizações que ofereçam a possibilidade de suspensão da cotidianidade às/aos trabalhadoras/es em atendimento. Mas, como fazemos isso?

Problematizar as expressões da “questão social”, da ideologia neoliberal e, de forma mais visceral, todos os elementos da crise estrutural do capitalismo, é o cerne do trabalho profissional realizado pelas/os assistentes sociais, trabalhadoras/es assalariadas/os pelo Estado capitalista, assim como também o é em outros espaços em que possam se inserir na divisão social-sexual-racial do trabalho.

Nas pesquisas de Silva (2020), as violências vivenciadas pelas mulheres negras da classe trabalhadora no Brasil não deixam dúvidas de que elas estão no centro de todas as formas de expressão da barbárie. A autora também possibilita uma tela perfeitamente delineada sobre como se dá a atuação profissional no trabalho social atualmente no Brasil. A população atendida, em conjunto com as/os profissionais, retira do “impossível”/possível chão, flores como estratégias de sobrevivência e em alguns casos até mesmo de resistência.

Considero resistência, por exemplo, quando a autora analisa o impacto da morte de uma das mulheres na vida das demais companheiras do coletivo. A revolta causada lhes fortaleceu e mobilizou para lutar pelo abolicionismo penal. Segundo a pesquisa, assim como vim delineando ao longo deste trabalho, a classe trabalhadora negra é a que mais sofre com as expressões da “questão social” e o encarceramento em massa tem classe e raça, e no caso do encarceramento feminino isso é bastante explícito, pois são as mulheres negras as mais encarceradas.

A autora não aprofunda, mas ao se deparar com inúmeras falas das participantes da pesquisa sobre a importância do “empoderamento”, cita que:

O desafio e as contradições do nosso tempo são desafios para as novas gerações que precisam se manter alertas sobre *os perigos que envolvem ficarmos presos ao debate do empoderamento sem trazer luz sobre outros tipos de relações, inclusive sobre a ideia de uma falsa liberdade [...]*. Preocupadas com as novas gerações que, mesmo tendo acesso fácil a informação, ainda se encontram diante das dificuldades de mobilidade social e projetos de vida, as mulheres entendem que, do ponto de vista individual, é preciso se ressaltar a importância das ações de autocuidado, pois isso é condição necessária para o engajamento em ações coletivas mais amplas (SILVA, 2020, p. 224-225, grifos meus).

O autocuidado é um tema extremamente relevante para as mulheres em geral, principalmente as mulheres da classe trabalhadora, ainda mais as mulheres negras da classe trabalhadora que tiveram historicamente a sua imagem tão estereotipada e que, para fugir das formas violentas com que eram retratadas, tentaram se “embranquecer” pelas formas mais violentas possíveis, como alisar os cabelos, esconder seus corpos etc.

Todavia, a autora traz um elemento expressivo para a ordem do dia, ou seja, ao tratar do autocuidado é preciso fazer uma análise crítica imanente do motivo pelo qual trabalhar esse autocuidado se faz necessário. Aqui é o momento em que as mediações postas na realidade são

apreendidas e que outras podem ser construídas para a problematização da gênese das sociedades de classes, como do classismo capitalista, do patriarcado da miséria, do racismo estrutural, e do heterossexismo, bem como do uso social e econômico feito por esses elementos no olho do furacão do capitalismo em crise estrutural e da insuficiência de suas respostas como a ideologia neoliberal — ideologia falsa.

O neoliberalismo é uma falsa ideologia, porque é resposta, no âmbito da política, a uma necessidade falsamente ontológica, visto que é uma necessidade de manutenção do capital que desumaniza, não sendo uma necessidade ontológica a manutenção do capital — que é uma ordem sociometabólica superável —, mas a constituição de uma sociedade humanamente emancipada.

A falsa consciência da sociedade e suas necessidades forjam as ideologias falsas, como a necessidade do neoliberalismo na política, do toyotismo na produção e da “pós-modernidade” na cultura.

A partir disso é preciso trabalhar *com* a classe trabalhadora, no caso, as mulheres da classe trabalhadora, *o que fazer* frente às insuficiências dessas respostas, tanto no âmbito econômico, político, social, como no cultural, quais sejam, as lutas pelas bandeiras da classe trabalhadora em sua heterogeneidade, não apenas nos limites da emancipação política nas lutas por políticas públicas e sociais estruturantes como saúde, educação, trabalho, alimentação, transporte etc., pública e equitativa¹⁵⁴ — no sentido de considerar as prioridades de acesso considerando as condições desiguais entre os atendidos —, universal e de qualidade.

Além disso, e talvez até mais importante, seja o retorno da categoria profissional a compor os espaços junto aos movimentos sociais, por fora das lutas institucionais, o que deverá garantir análises coladas com a realidade para a inserção dos debates contemporâneos de forma crítica e consubstanciada nos espaços de debate e no próprio arcabouço do projeto ético-político profissional.

¹⁵⁴ Sobre isso cabe exemplificar com a política de vacinação contra a COVID-19 que prioriza vacinar idosos e por faixa etária, ao invés de pensar nos territórios de maior vulnerabilidade ao vírus, como nos bairros com maior incidência de contaminação nos municípios, que não são os bairros ricos, mas os bairros da classe trabalhadora que não pode fazer isolamento social, porque são obrigados a trabalhar em prol de seu sustento. Segundo levantamento do município, os bairros mais afetados são: o Centro, o Jardim Chapadão, Satélite Íris, Taquaral, Cambuí e Jardim Nova Europa. O Centro lidera o ranking com 229 casos, local de maior fluxo de trabalhadores, Cambuí, Taquaral e Jardim Chapadão são de pessoas com maior poder aquisitivo, mas são bairros que também sofrem por ser trajeto de fluxo de trabalhadores que saem dos extremos da cidade. Já Satélite Íris e Jardim Nova Europa são bairros fora da região central da cidade e que são conhecidos pelo alto número de trabalhadores de baixa renda que habitam esses territórios. Dados retirados de: G1, Bom dia Cidade. Campinas faz força-tarefa em bairros mais afetados pela Covid-19. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2021/03/26/campinas-faz-forca-tarefa-em-bairros-mais-afetados-pela-covid-19.ghtml>>. Acesso em: 27 Mar. 2021.

Elementos que ganham destaque no momento nos estudos e nas pesquisas em curso no Serviço Social são as lutas antipcapitalista, antirracista, anti-heterossexista, antinormativas. Preocupações essas das quais participo e que deram origem à primeira inquietação dessa tese com a ideologia do “empoderamento”.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A luta é para que as diferenças deixem de ser justificativas para desigualdade, que o sexo e a sexualidade possam ser desenvolvidos segundo as necessidades, desejos e vontades humanas, que a cor da pele seja apenas pele, os traços étnicos sejam diferenças a serem conhecidas e aproveitadas, que as classes deixem de existir, mas o trabalho,
Ah... o trabalho! Este deverá ser meio de objetivação humana.
Anala Negra

O que me move de encontro a este objeto é a indignação que corrói as entranhas de muitas companheiras (os/es) de luta, aquelas essenciais, conforme disse Brecht, que, cansadas, dizem não aguentar mais “carregar o piano para os petistas tocarem nas eleições deles”.

Ao verem suas bandeiras de luta contempladas, ainda que minimamente ou parcialmente, pelo programa democrático popular, junto aos demais projetos de conciliação de classes, os movimentos que estão comprometidos com as lutas das trabalhadoras negras e não negras, contra todas as formas de violência a que são submetidas no sociometabolismo capitalista, são interpelados a aceitar conquistas, migalhas e ataques, perpassando por essa tríade continuamente.

O primeiro desafio desta tese foi tratar da mulher trabalhadora na sociedade de classes, chegando à particularidade brasileira. Afinal, quem é ou quem são a(s) sujeita(s) que se vêem na condição de violência doméstica no Brasil? Quem são essas sujeitas atendidas pelas/os trabalhadoras/es assalariadas/os pelo Estado capitalista?

Do patriarcado da miséria à miséria da própria ideia de patriarcado, embora a ideologia patriarcal em tempos neoliberais possa ser entendida como falida e desacreditada das mais diversas formas, a mesma sobrevive e se reinventa, confirmando a tese de Wood (2011) de que, embora para o capital pouco importe se a força de trabalho é feminina ou masculina, não lhe parece interessante liberar a mulher das amarras do patriarcado sob suas determinações.

A mulher aspira a liberdade formal abstrata no sociometabolismo capitalista, liberdade civil e jurídica na maioria dos países hoje. Não se propõe a libertar igualitariamente e concretamente todas as mulheres, pois lhe convém o uso de sua força de trabalho e trabalho assalariado como recurso natural, desvalorizado ou com rebaixamento de salários.

Para tratar da condição das mulheres trabalhadoras no Brasil, contudo, foi necessário realizar um percurso sócio-histórico em que algumas categorias analíticas postas na realidade foram interpelando esta pesquisadora, algumas caindo como uma luva para traduzir as inquietações aqui circunscritas, outras ampliadas, transformadas.

Os feminismos e movimentos feministas foram estudados com o intuito de fundamentar a afirmação de que o feminismo socialista marxista tem muito a contribuir com a luta da qual falo. Assim como as categorias analíticas desta vertente permitiram análises com profundidade e perspectiva de totalidade no conjunto desta tese.

Não havia a preocupação de tratar com profundidade os feminismos e suas contribuições, esse é um desafio para outro momento. Parece, contudo, necessária a realização de tal estudo no Brasil, atualizado a ponto de contemplar todas as formas de feminismo dentro da quadra progressista e democrática, sem fazer recortes, mas tratar historicamente das pautas de lutas e conquistas realizadas por esses movimentos.

No caso brasileiro, é preciso trazer as contribuições do feminismo negro, como também as resistências feitas ao antifeminismo proletário e ao antirracismo proletário no interior dos partidos e sindicatos em busca da autocrítica e compreensão da heterogeneidade da classe trabalhadora, bem como a importância de absorver e ressignificar as bandeiras de luta.

Outro aspecto ainda pouco debatido no Serviço Social brasileiro é a “teoria” da reprodução social (TRS) que, para alguns, é entendida como solução para a polêmica entre gênero e relações sociais de sexo (sexualidade).

Ao invés de inventar uma “teoria” da cabeça para o chão, prefiro pensar na reprodução social e no trabalho doméstico como categorias analíticas imprescindíveis ao debate do feminismo marxista socialista, bem como para o Serviço Social brasileiro, já que traz a autocrítica necessária de que, embora o trabalho doméstico e de reprodução social seja majoritariamente realizado por mulheres e que possa não estar diretamente subsumido ao capital, este sociometabolismo toca e subsume todas as formas de relações sociais, assalariadas ou não, de sexo ou de produção, de faixa etária; as relações sociais são centralmente alienadas nesta quadra sócio-histórica.

Ademais, a categoria reprodução social amplia o debate do trabalho doméstico não pago ao trabalho de reprodução social assalariado, tido como recurso natural para a sociedade devido à politização do sexo feminino, o que explicita a possibilidade de se realizar autonomamente ações contra-hegemônicas e anticapitalistas, mas que de forma alguma chegam a se contrapor

ao capital. Para isso, é necessária a organização coletiva na heterogeneidade da classe trabalhadora mobilizando trabalhadoras e trabalhadores que transformam a natureza para parar em greve geral.

Isso não faz de um tipo de trabalho mais ou menos importante para nós, precisamos superar a crítica pelo juízo de valor, a crítica moral pela crítica política que reconhece aquilo que é determinante para o capital, condição sem a qual o sociometabolismo não se perpetua, que são as mercadorias.

Sim, a força de trabalho é a mercadoria primeira, e uma greve de trabalhadoras dos Centros de Educação Infantil poderia incomodar, mas sozinhas não vão transformar, já que as/os trabalhadoras/es que transformam a natureza, por exemplo, durante a pandemia, organizavam suas famílias, vizinhas, numa rede de apoio para que continuassem a trabalhar. Ou seja, mais uma vez, explicita-se a importância de parar aquilo que é determinante para o capital, a força de trabalho que transforma produtos, insumos em mercadorias, como se ouve nos coletivos: “parar a máquina”.

Considerando essas indagações é que considero imprescindível o aprofundamento do estudo da categoria reprodução social, principalmente aquelas/es que se proponham a recuperar a discussão feita por Lise Vogel.

Na polêmica entre gênero e relações sociais de sexo (sexualidades) prefiro dizer com todas as letras que as relações sociais sexuais são centralmente alienadas, ou me referir a sexo/gênero como signo de minha quadra sócio-histórica em que sistemas não podem traduzir dialeticamente a magnitude do real, assim como gênero e seu histórico de negar os aspectos mais radicais da luta feminista pela liberdade da mulher, o direito ao seu corpo sob suas regras, como a justiça reprodutiva, o direito ao aborto, assim como nega as contribuições do feminismo socialista marxista, justamente por dar centralidade à revolução comunista como prioridade ontológica para a liberdade em prol da retomada daquilo que é necessário ao humano gênero e não à classe dominante.

Portanto, as relações sociais não estão e nem precisam ser “didaticamente” cindidas entre estrutura e superestrutura, não são substâncias diferentes que misturadas formam uma outra substância, assim como também não são sistemas coextensivos e consubstanciados, ou ainda imbricados; também não estão interseccionadas como um jogo matemático e/ou geométrico. Não são também marcadores sociais mais ou menos determinantes de forma universal.

Nem mesmo um novelo enovelado, cujo nó é frouxo para caber outras determinações e que pode ser desatado. Embora seja central considerar que o nó, ou melhor, o turbilhão do

estrondo (ou pororoca) do sociometabolismo capitalista racializado, sexualizado, normatizado, intergeracional e LGBTQIA+fóbico, na particularidade brasileira, é a questão étnico racial.

No Brasil, a “questão social” está ancorada na questão étnico-racial, que suga como um turbilhão. O ser branco ou branca se universaliza na aparência das coisas como se fosse sinônimo do gênero humano, relegando o outro, o não humano, ao negro e à negra. A classe trabalhadora é heterogênea, o que remete à compreensão de que, aqui, ela é majoritariamente negra, expressando o fenômeno da feminização da pobreza da mulher trabalhadora negra.

Esses elementos foram imprescindíveis à compreensão de que a violência contra a mulher, na particularidade brasileira, está totalmente circunscrita das mais diversas formas da barbárie, na condição de vida das filhas da classe trabalhadora negras, atingindo de diferentes formas as trabalhadoras não negras pela condição de classe e sexo/gênero.

Nesse sentido, foi pesquisada a condição de vida violenta e as formas de violência cometidas contra a maioria das mulheres brasileiras, por essa ser a população mais atingida pela barbárie capitalista aos moldes brasileiros, com vistas a expressar a totalidade da qual falo, de singularidades, atingindo o universal por meio da particularidade.

A violência mais recorrente e notificada contra essas mulheres é cometida por parceiros e ex-parceiros sexuais ou companheiros, o que expressa o nível de relação social desumanizada do sociometabolismo capitalista brasileiro, configurando a miséria do patriarcado em tempos neoliberais.

Para tal análise, a compreensão da ideologia burguesa enquanto categoria analítica foi essencial, pois espraia a consciência alienante e alienada forjada a partir das necessidades da classe dominante, apresentadas falsamente como necessidades universais. Ocorre que as necessidades da classe trabalhadora não são apenas distintas, mas opostas, sendo necessária a superação desta ordem societária por uma sociedade humanamente emancipada, a começar pelas relações sociais que servem de meio para garantir a reprodução da vida, ou seja, o trabalho.

O estrondo que configura a tormenta que atinge as filhas da classe trabalhadora negras e não-negras está expresso nas formas de opressão por classe, gênero/sexo, raça/etnia, orientação sexual, diversidade sexual e intergeracionalidade. Distante de análises economicistas, extraeconômicas, psicologizantes, culturalistas, busquei expor que a violência não é patologia, não é uma questão cultural, ou econômica, mas, é um conjunto de múltiplas expressões sociais, econômicas, políticas e culturais, histórica e socialmente construídas, cuja síntese nomeamos de violência.

A gênese e o fim da violência não podem ser remetidos ao sociometabolismo capitalista, por uma questão de classe; não pode também ser remetida ao patriarcado, ao machismo, ao sexismo ou às relações sociais de sexo/gênero, ou ainda, às relações étnico-raciais, mas a todos esses elementos e a nenhum deles, ao mesmo tempo. Por isso falo em sociometabolismo capitalista classista, patriarcal, machista, racista e LGBTQIA+fóbico, como análise complexa da situação complexa, na qual encontra-se a barbárie instaurada na contemporaneidade.

A violência mais recorrente e notificada contra essas mulheres é cometida por parceiros e ex-parceiros sexuais ou companheiros, o que expressa o nível de relação social desumanizada do sociometabolismo capitalista brasileiro, configurando a miséria do patriarcado em tempos neoliberais.

O primeiro norte a ser seguido para possíveis continuidades desta pesquisa é que, se interessa decifrar o universal, na particularidade brasileira, as sujeitas da história que devem contribuir com a pesquisa são as trabalhadoras negras, pois apresentam a síntese de múltiplas determinações e formas de expressão da “questão social”, exploração da força de trabalho, da própria heterogeneidade da classe trabalhadora deste país e as opressões que a atingem.

A partir desse momento foi abordada a questão do enfrentamento das expressões da “questão social”, dentre elas, a violências doméstica contra a mulher trabalhadora negra e não negra, chegando ao conceito de “empoderamento” e “empoderamento feminino”.

As análises das conceituações de “empoderamento”, somadas à discussão da política social brasileira neoliberal, permitiram maior profundidade quanto às propostas de enfrentamento à violência doméstica contra as trabalhadoras negras e não negras.

É notório que estão faltando elementos de realidade que melhor direcionem as lutas e conquistas sociais da classe trabalhadora por políticas públicas, sociais e direitos sociais que pretendam não apenas romper ciclos de violência, ou mudar a cultura de violência para uma suposta “cultura de paz”, ou ainda, “empoderar” mulheres genericamente, ou fazer o uso de “justiça restaurativa” para esses casos.

As confusões geradas a partir dessas análises fragmentadas, intencionais ou não, foram estudadas profundamente nesta pesquisa, justamente para contrapor, problematizar e explicitar quem são essas mulheres, alguns elementos de sua realidade cotidiana, de sua condição de vida, uma síntese possível para uma proposta não apenas exequível, mas com vistas a contribuir para a transformação social.

Ficou evidente que no Brasil a condição de vida das filhas da classe trabalhadora negras, repercutindo na classe trabalhadora como um todo, é histórica, a partir da questão étnico-racial,

composta pelo mito da democracia racial e a falta de inserção social, políticas públicas, sociais e direitos sociais para a população negra desde 1888 com a abolição da escravidão.

Em tempos de barbárie, ultraconservadorismo, necropolítica, bolsonarismos, projetos de “terceira via” orquestrados e protagonizados pelo “centrão” no âmbito político partidário, novas máscaras para velhas máscaras das diversas formas a serviço do neoliberalismo capitalista, essa pesquisa evidenciou o seguinte questionamento: até que ponto a unidade não subsume a esquerda brasileira ao projeto petista, democrático popular? Em última instância, trata-se da expressão no âmbito político das metamorfoses do projeto neoliberal para se fazer presente e ativo em momentos menos desfavoráveis para a classe trabalhadora a partir de suas reivindicações e lutas.

A síntese apresentada ponderou sobre formas progressistas e ultraconservadoras que fazem uso do conceito de “empoderar mulheres”. Contudo, as perspectivas progressistas receberam maior atenção por acreditarmos na possibilidade do estabelecimento do debate plural junto a posturas democráticas, ainda que sem ilusões de “dar as mãos” com partidos e movimentos de “terceira via” pela conciliação de interesses de classes.

Nítido está que fortalecer trabalhadoras negras para seu autocuidado, para que se sintam belas e que superem os estereótipos da ditadura do branqueamento, é de suma importância. Não obstante, o que não está evidente, e que esta pesquisa buscou evidenciar, é que “empoderamento” no tardo capitalismo neoliberal, está mais a serviço do neoliberalismo como ideologia que captura as lutas imediatas, limitando as disputas e conquistas democráticas de emancipação política, sem se comprometer com a superação do próprio capitalismo.

Por este motivo que mesmo quando se propõe o “empoderamento” em grupo, de coletivos, por mais que se objetive atingir superações concretas da realidade, a maioria das ações não ultrapassa o fortalecimento individual, caindo inclusive em psicologismos, autoajuda.

Foi questionado o uso do termo “empoderamento” por coletivos negros, como também por militantes aguerridas. Fecho este trabalho com a proposta de construir unidade, sem se permitir consumir nas primeiras investidas por alianças políticas de conciliação de classes, mas dispostas a (re)construir as organizações da classe trabalhadora por ramo de atividade, desta vez discutindo e contemplando toda a heterogeneidade da classe em suas pautas e projetos de luta.

As sujeitas desta pesquisa são atingidas pelas relações sociais nas mais diversas faces da violência, relações estas racializadas, patriarcais, classistas, LGBTQIA+fóbicas e intergeracionalmentefóbicas¹⁵⁵. A violência contra as mulheres brasileiras, das quais falo, as atingem por uma realidade bárbara que supera o machismo que vê a mulher branca como bela, recatada e do lar, estereotipando a mulher negra como forte, mãe-preta, “mulata”, “mulata-exportação”, “mulata profissional”, “mucama”, “doméstica”.

Atender essas mulheres em condição de violência não carece de uma tipologia a ser enquadrada em caixinhas, antes o problema estivesse em entender se a violência é doméstica ou intrafamiliar. As categorias analíticas servem para a síntese de múltiplas determinações, pois o fenômeno é explícito nas falas daquelas que são agredidas.

Os dados estatísticos já escancararam que, não apenas no Brasil, como no mundo, os parceiros e/ou companheiros sexuais são a maioria dos agressores de mulheres, logo, mais contribuímos quando na luta por políticas estruturantes e imediatas de acolhimento dessas mulheres reconhecemos que a violência é constitutiva do capital.

Portanto, temos uma violência particular aos moldes do capital, que se explicita de diversas formas ideológicas, que atingem por meio das opressões.

Superar o capital é condição para poder superar essa forma particular e historicamente determinada de violência, que é de classe, de sexo/gênero, raça/etnia, contra a diversidade e intergeracional.

Assistentes Sociais no uso de suas atribuições privativas e competências profissionais, orientados por seu Código de Ética Profissional e com o horizonte do Projeto Ético Político, necessariamente se chocam cotidianamente com as expressões violentas da exploração da classe trabalhadora pela classe burguesa, principalmente a partir das formas de opressão.

¹⁵⁵ Conforme mencionado logo no início desta tese o termo intergeracionalmentefóbica, apresenta uma síntese que se assemelha ao termo LGBTQIA+fóbico. No segundo caso, mais conhecido e usual, trata-se de uma tentativa de síntese de relações sociais que representam a fobia social a pessoas que vivenciam o sexo e a sexualidade fora das normatividades da sociedade classista, patriarcal, racista, sexista, misógina e idadista, etarista. No primeiro caso, a busca pela síntese de algo tão complexo se equipara à necessidade do segundo termo, principalmente quando falando sobre trabalhadoras negras idosas. Os estereótipos vão desde símbolos romantizados como a mãe preta que é só amor, acolhida e sofrimento por seus filhos/as, como também pelas mucamas e ex-trabalhadoras domésticas, que com a idade, o excesso de trabalho e inúmeras carências, vivem adoecimentos, insuficiências de políticas públicas, solidão, etarismo, racismo, sexismo, classismo. Ou seja, trata-se de algo ainda mais complexo que etarismo ou idadismo.

Neste ínterim, assim como a classe trabalhadora sofreu e sofre com os processos de flexibilização do trabalho e dessubjetivação, assistentes sociais assalariados, sendo assim, partícipes da classe trabalhadora, encontram-se com sua condição de autonomia relativa cada vez mais afunilada, reduzida.

Traduzir as angústias da maioria das Assistentes Sociais que estão na ponta das políticas sociais, nos serviços terceirizados, nos contratos precarizados, nos concursos com salários e condições defasadas, vivendo a “uberização” das profissões, foi um compromisso desde o primeiro projeto desta tese, por isso, nos encontros para pensar essa pesquisa com profissionais da área que participariam da pesquisa qualitativa, ouvi pela primeira vez a categoria analítica trabalhadoras/es sociais do Estado capitalista, o que me levou a traduzir de forma mais elaborada, como assistentes sociais trabalhadoras/es assalariadas/os que pelo Estado capitalista, ainda que terceirizadas, com contratos flexibilizados, intermitentes, executam serviços com alguma forma de subsídio do Estado, preenchendo lacunas das insuficiências das políticas sociais e públicas.

O choque provocado pelo encontro de assistentes sociais, muitas/os negras/os e as trabalhadoras negras e não negras que passam por seus atendimentos é impossível de conter, tanto quando há a compreensão de que somos classe trabalhadora, quanto quando assistentes sociais são capitulados pelas respostas imediatistas neoliberais, o que expõe a necessidade de superar os grupos de condicionalidades das políticas, artesanato, por espaços para refletir as necessidades da classe trabalhadora.

Algumas instituições são imprescindíveis para as disputas profissionais no contexto atual, como o conjunto CFESS-CRESS e a ABEPSS, mas esses espaços vivem com dificuldades financeiras e esvaziamento de espaços de discussão.

Quando questionadas, as gestões dizem que somos a organização e que é nosso também o dever de participar, contudo, se “somos CRESS e ABEPSS”, intrigante é pensar que a maioria não compreende nem se vê representada por essa hegemonia. Há um nítido afastamento também dessas entidades dos coletivos da classe trabalhadora, ainda que vários militantes destas ocupem outros espaços, façam resistência e apresentem propostas. A contradição e disputa pela hegemonia também está no Serviço Social, mesmo dentro do coletivo hegemônico existem discordâncias dentro da quadra democrática, fatos que requerem o reconhecimento de que somos partícipes da alienação da classe trabalhadora por sermos trabalhadoras/es assalariadas/os.

A ideia desta pesquisa, por conseguinte, não foi trazer perspectivas opostas, como se fossem meras expressões bestiais do neoliberalismo. Longe disso, o que pretendi foi mostrar de

que modo o projeto neoliberal se espraia pelas relações sociais contemporâneas como ideologias do capital em decomposição e produz pessoas críticas-abnegas, capazes de um imenso altruísmo e até indignação com o status quo, e que, ao mesmo tempo, recusam a postura revolucionária, preferindo contribuir abnegadamente para a reprodução do capital.

Essas inquietações implicaram em analisar de que modo as/os/es assistentes sociais podem se tornar executoras/es passivas/os/es — e até mesmo zelosas/os/es — de ações bestiais a partir de seu trabalho profissional, ou podem construir com estratégias de sobrevivência, ou até de resistência, junto aos movimentos e às organizações da classe trabalhadora.

Parti da tese de que as/os assistentes sociais possuem um projeto profissional que é construído concretamente e dialeticamente pela categoria profissional, sendo o projeto societário comunista o que orienta o projeto ético-político hegemônico na categoria.

Trata-se de algo que segue o movimento da sociedade, o que leva a considerar que o projeto profissional, a partir do contato com ideologias de fundo neoliberal, é alvo da tentativa de captura pelo projeto societário que está por trás das “teorias de empoderamento”, em outras palavras, falo das disputas entre projetos e das tentativas de captura do projeto profissional do Serviço Social pelo projeto societário neoliberal, considerando as disputas no interior da categoria.

Esse percurso possibilitou uma contribuição que destaca quais são os obstáculos para a construção de unidade crítica dentro da categoria profissional, bem como dentro dos movimentos sociais mais à esquerda e de esquerda socialista e comunista. Tais reflexões puderam, ainda, servir para análises do processo de formação de consciência de classe das categorias profissionais com vistas a atingir uma consciência crítica mais elevada no conjunto da classe trabalhadora.

Destaca-se, ainda, a importância dos estudos sobre família e política social sair da crítica ao familismo e buscar por experiências reais existentes que podem contribuir para romper com essa lógica que aparece em propostas progressistas, conservadoras, neoconservadoras e ultraconservadoras. Falo, por exemplo, das experiências das mulheres na Revolução Russa, ministras e suas contribuições com relação à educação, ao direito de família e à justiça reprodutiva.

Não para cair no engodo do “comum” ou do “bem viver”, ou ainda de diversas formas de utopias dentro do capitalismo, mas para traçar pautas e estratégias exequíveis no imediato, por políticas estruturantes e pela unidade crítica anticapitalista comunista revolucionária da classe trabalhadora contemplada em sua heterogeneidade.

Esta tese, portanto, surge de questionamentos que culminaram na elaboração de uma síntese de diversas vozes. Pretende ser produto de uma parte da esquerda radical que é composta por: assistentes sociais, outras/os/es trabalhadoras/os/es sociais, militantes organizadas/os em coletivos ou não, pedagogas/os/es e professoras/es, sujeites que me fortalecem e exigem a autocrítica sempre que necessário. Espero, por consequência, ter atingido minimamente este desafio e contribuir, ainda que singelamente para traduzir essa luta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMIDES, M. B. C. *Projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro*. São Paulo: PUCSP, 2006. 406f. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PUCSP, São Paulo, 2006.
- _____. *Memória: 80 anos do serviço social no Brasil: O III CBAS “O Congresso da Virada”* 1979, *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 128, jan. /abr., 2017, pp. 181-186.
- _____. *O projeto ético-político do serviço social brasileiro: ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2019.
- _____, DURIGUETTO, (Orgs.). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.
- ACQUAVIVA, G. Relações de gênero, moralidades e violência doméstica e familiar. In: FÁVERO, E.T. (Org.). *Famílias na cena contemporânea: (des) proteção social, (des)igualdades e judicialização*. 1ª ed. eletrônica, Uberlândia-MG: Navegando Publicações, 2020.
- ALMEIDA, L.F. R. de. Entre o nacional e o neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo. In: *Serv.Soc.Soc.*, São Paulo, n. 112, pp. 689-710, out./dez. 2012.
- ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. Pólen Produções Editoriais. São Paulo, 2018.
- ALVES, G. A.P. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório – O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. In: *Estudos do Trabalho* – Revista da RET (Rede de Estudos do Trabalho). Ano V, n. 8, 2011, pp. 1-31. Disponível em: < http://www.estudosdotrabalho.org/4_8%20Artigo%20ALVES.pdf >. Acesso em 10 jan. 2019.
- _____. A subjetividade às avessas: toyotismo e “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 11, n. 2, pp. 223-239, 2008.
- _____. PALMELA, T. Trabalhadores públicos e sindicalismo no Brasil: o caso dos trabalhadores públicos do judiciário brasileiro. In: *Mundo do Trabalho* - Revista Pegada, Vol. 12, n. 1, jun. 2011.
- ANTUNES, R. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- _____. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARANTES, P.E. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

ARRUDA, A. et al. HOLLANDA, H.B. (Org.) *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

ARRUZZA, C. *Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcios*. Portugal: Edições Combate, 2010.

_____. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, n. 23, 1º semestre de 2015. Disponível em: < http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf>. Acesso em 26 out. 2021.

_____. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. *Cadernos CEMARX*, nº 10 – 2017. pp. 39-60.

ARRUZZA, C. BHATTACHARYA, T. FRASER, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2019.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2013. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Org. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2013.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2015. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Org. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2017. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Org. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2018. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Org. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Org. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2020. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Org. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2021. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Org. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

BARROCO, M.L. S. *Ética: fundamentos sócio-históricos*. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

BARROSO, M.F. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. In: *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 133, p. 446-462, set./dez. 2018.

- BEHRING, E.R. BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica do Serviço Social, v. 2).
- BERTH, J. *Empoderamento*. São Paulo: Pólen, 2019.
- BHATTACHARYA, T. Introduction: mapping social reproduction theory. In: BHATTACHARYA, T. *Social reproduction theory: remapping class, recentring opression*. London: Pluto Press, 2017.
- _____. O que é a teoria da reprodução social? Originalmente publicado em 10 set. 2013 no periódico *Socialist Worker*. Tradução para o português publicada na *Revista Outubro*, n. 32, 1º semestre, 2019.
- BLACKBURN, R. *A construção do escravismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BORON, A. A. Hegemonía e imperialismo en el sistema internacional. In: *Nueva hegemonía mundial. Alternativas de cambio y movimientos sociales*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004.
- BOTTOMORE, T. (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: MDS, 2004.
- BRECHT, B. *A vida de Galileu*. Teatro Vivo. 1ª edição. Rio de Janeiro: Abril cultural, 1977.
- CARNEIRO, S. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, H. B. de. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- CARNEIRO, S. Identidade feminina. In: SAFFIOTI, H. I. B., VARGAS, M. M. *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: Núcleo de Estudos Interdisciplinares de Pesquisa e Ação Social (NIPAS); Brasília, D.F.: UNICEF, 1994.
- CARVALHO, I.A. de. *O fetiche do “empoderamento”*: do “conceito” ideológico ao projeto político-econômico. Rio de Janeiro, Dissertação (mestrado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2013.
- CASTELO, R. *O social liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. São Paulo: Expressão Popular, 1ª.ed., 2013.
- CFESS — Conselho Federal de Serviço Social. A definição de trabalho social da FITS: por que revisar? *Serv. Soc. Soc.* n.108. São Paulo. Oct. /Dec. 2011. Disponível em: <<https://www.sci->

elo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000400009#:~:text=A%20Fe-dera%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20de%20Trabalhadores,ser%20uma%20express%C3%A3o%20mundial%20do>. Acesso em 22 set. 2020.

CFESS — Conselho Federal de Serviço Social (Org.) *et al.* *Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional*. Brasília: CFESS, 2005.

CISNE, M. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. In: *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018.

_____. Por um feminismo antirracista e anticapitalista: o debate entre interseccionalidade e consubstancialidade-coextensividade das relações sociais de sexo, raça/etnia e classe. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13 Women's Worlds Congress*. Anais eletrônicos, Florianópolis, 2017.

_____. Relações sociais de sexo, “raça” /etnia e classe: uma análise feminista-materialista. In: *Temporalis*. Brasília (DF), ano 14, n. 28, pp. 133-149, jul./dez. 2014a.

_____. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014b.

COLETIVO COMBAHEE RIVER. Tradução: Manifesto do Coletivo Combahee River. *Revista Plural*, Revista de Ciências Social. Dossiê Gênero em perspectiva interseccional. USP, v. 26, n. 1, 2019, pp. 197-207. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/159864>>. Acesso em 16 out. 2021.

COSTA, M. D. H. da. Os serviços na contemporaneidade: notas sobre o trabalho nos serviços. In: MOTA, A. E. (Org.) *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1998.

COLETIVO CLOVIS MOURA. *Economia e ideologia - a dominação burguesa, patriarcal e da branquitude na prática científica*. Texto para discussão Nº 1. Online. Disponível em: <<https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2020/04/COLETIVO-CL%C3%93VIS-MOURA-2019.-Texto-pra-discuss%C3%A3o-n%C2%BA1-Coletivo-Cl%C3%B3vis-Moura.pdf>>. Acesso em 28 set. 2020.

COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

COTRIM, A.A. *O realismo nos escritos de Georg Lukács dos anos trinta: a centralidade da ação*. 2009. 391f. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo.

DAVIS, A. *Mulheres, cultura e política*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. *Mulheres, raça e classe*. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2016.

- D'ATRI, A. Pecados & capitais. Originalmente publicado em 2014. In: ASSUNÇÃO, D. D'ATRI, A. (Org.). *Feminismo e marxismo*. São Paulo: Edições Iskra, 2017.
- _____. Patriarcado, crime e castigo. In: ASSUNÇÃO, D. D'ATRI, A. (Org.). *Feminismo e marxismo*. São Paulo: Edições Iskra, 2017a.
- DEGENSZAJN, R. R. Polêmicas teóricas na análise marxiana do trabalho no serviço social. In: *Em Pauta*, Rio de Janeiro, 1º Sem. 2018, n. 41, v. 16, pp. 154-170.
- DEVREUX, A. M. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. In: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, set./dez. 2005.
- DÍAZ, A. Economia política da reprodução social I: trabalho e capital. *Ideias de esquerda*. Esquerda diário. jul. 2019. Disponível em: < <https://www.esquerdadiario.com.br/Economia-politica-da-reproducao-social-I-trabalho-e-capital>>. Acesso em 26 out. 2021.
- _____. Economia política da reprodução social II: patriarcado e capitalismo. *Ideias de esquerda*. Esquerda diário. jul. 2019. Disponível em: < <http://www.esquerdadiario.com.br/Economia-politica-da-reproducao-social-II-patriarcado-e-capitalismo>>. Acesso em 26 out. 2021.
- DUQUE-ARRAZOLA, L.S. O sujeito feminino nas políticas de assistências social. In: MOTA, A.E. (Org) *O mito da política de assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 4ª ed., 2010.
- ENGELS, F. *Anti-düring* [recurso eletrônico]: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Düring. São Paulo: Boitempo, 2016.
- _____. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010a.
- FALQUET, J.F. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. Tradução de Renata Gonçalves; revisão de Sávio Cavalcante. Artigo publicado em francês In: DORLIN, E. (Org.). *Sexe, classe, race*. Pour une épistémologie de la domination. Paris: PUF, 2008.
- FARIAS, M. *Uma esquerda marxista fora do lugar*: pensamento adstringido e a luta de classe e raça no Brasil. *Revista SER Social, Ensaios*, Brasília, v. 19, n. 41, p. 398-413, jul.-dez./2017.
- FBSP — Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Práticas inovadoras de enfrentamento à violência contra as mulheres: experiências desenvolvidas pelos profissionais de segurança pública – *Casoteca FBSP 2017* / Organizador: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, v. 1, 2017.

FBSP — Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Práticas de enfrentamento à violência contra as mulheres: experiências desenvolvidas pelos profissionais de segurança pública e do sistema de justiça – *Casoteca FBSP 2018* / Organizador: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, v. 2, 2019.

FBSP — Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Práticas de enfrentamento à violência contra as mulheres: experiências desenvolvidas pelos profissionais de segurança pública e do sistema de justiça – *Casoteca FBSP 2019* / Organizador: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, v. 3, 2020.

FBSP — Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Nota técnica. Violência doméstica durante a pandemia de COVID-19. 16 abr. 2020. *Casoteca FBSP 2020*. Organizador: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020a.

FBSP — Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Nota técnica. Violência doméstica durante a pandemia de COVID-19. Ed. 2, 29 mai. 2020. *Casoteca FBSP 2020*. Organizador: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020b.

FBSP — Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Nota técnica. Violência doméstica durante a pandemia de COVID-19. Ed. 3, 24 de jul. 2020. *Casoteca FBSP 2020*. Organizador: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020c.

FEDERICI, S. Notas sobre gênero em O Capital de Marx. MOVIMENTO ESQUERDA SOCIALISTA. *Movimento: crítica, teoria e ação*. Ano 4, v. 1, n. 11-12, Porto Alegre: Movimento, 2019.

_____. Social reproduction theory, History, issues and present challenges. *Radical Philosophy*, Issue 2.04, series 2, 2019a.

_____. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019b.

_____. *O Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax. SP: Elefante, 2017.

FERGUSON, S. Feminismos interseccionais e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. In: MOVIMENTO ESQUERDA SOCIALISTA. *Movimento: crítica, teoria e ação*. Ano 4, v. 1, n. 11-12, Porto Alegre: Movimento, 2019.

_____. *Women and work: feminism, labour and social reproduction*. London: Pluto Press, 2020.

_____, MCNALLY, D. Capital, força de trabalho e relações de gênero. Tradução de Maíra Silva, revisão técnica de Mariana Luppi. Artigo originalmente publicado em 2013 como introdução à reedição do livro *Marxism and the Oppression of Women*, de Lise Vogel. *Revista Outubro*. Nov. 2017, 2017. Disponível em: < <http://outubrorevista.com.br/capital-forca-de-trabalho-e-relacoes-de-genero/>>. Acesso em: 17 out. 2021.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª edição — São Paulo: Globo, 2006.

FITS — Federação Internacional de Trabalho Social. *Definição de trabalho social*, 2000. (*portuguese version*). Disponível em: <<http://www.ifsw.org/p38000411.html>>. Acesso: 8 ago. 2011.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

FREDERICO, C. *Gramsci, a cultura e as políticas identitárias*. A terra é redonda: eppur si muove... Publicado em: 24 ago. 2020. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/gramsci-a-cultura-e-as-politicas-identitarias/>>. Acesso em 20 set. 2020.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1997.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2000.

GIMÉNEZ, M. *Marx, women and capitalist social reproduction*. Leiden-Londres: Brill, 2019.

GÓES, W.L., CORREIA, R.P. Clóvis Moura: delineamentos gerais para a superação do racismo à brasileira. Marxismo e questão racial. *Revista Lutas Sociais*. V. 19. n. 34, 2015. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/issue/view/1503>>. Acesso em: 24 Mar. 2022.

GOHN, M. da G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. In: *Saúde e Sociedade*, v. 13, n. 2, pp. 20-31, maio-ago., 2004.

GOLDMAN, W. *Mulher, Estado e revolução: política familiar e vida social soviética, 1917-1936*. São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014.

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. *Revista Katályllis*, Florianópolis, v. 21, n. 3, set./dez. 2018. Serviço Social: gênero, raça/etnia, gerações e sexualidade, 2018, pp. 514-522.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs*, 1984, p. 223-244.

_____. Mulher negra. Mulher Negra – Lélia Gonzalez, versão disponível em pdf, 1984a.

- GORENDER, A *burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.
- HARTMANN, Heidi. El infeliz matrimonio entre marxismo y feminismo: hacia una unión más progressista. *Teorya y practica*, 12-13, 1983 [1975-1977], mimeo.
- HARVEY, D. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HAYEK, F.A. O caminho da servidão. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HOOKS, B. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Elefante, 2021.
- IAMAMOTO, M.V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2008.
- IANI, O. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- IASI, M. L. *Política, Estado e ideologia na trama conjuntural*. São Paulo: ICP, 2017.
- _____. Direito e emancipação. In: *Revista da Faculdade de Direito*. V. 2, n. 2, 2005, pp. 170-192. Disponível em: < <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/RFD/article/view/477>>. Acesso em: 17 jun. 2019.
- _____. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. CERQUEIRA, D. MOURA, R. PASINATO, W. Participação no mercado de trabalho e violência doméstica contra as mulheres no Brasil. *2501 Texto para discussão*. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2501.pdf>. Acesso em 21 out. 2020. 2019.
- KERGOAT, D. Operários – operárias? Proposições para uma articulação teórica e duas variáveis: sexo e classe social. In: KERGOAT, D. *Lutar, dizem elas...*, Recife: Edições SOS Corpo, 2018.
- _____. *Lutar, dizem elas...*, Recife: Edições SOS Corpo, 2018.
- _____. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. *et al.* (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. pp. 67-71. 2010.
- _____. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. In: *Novos estudos*, N. 96, mar. 2010.

LÊNIN, V.I. Democracia Burguesa e Democracia Proletária / Pode existir igualdade entre o explorado e o Explorador? In.: _____. *Democracia e luta de classes*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular*. 1ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LESSA, S. *Serviço social e trabalho: porque o serviço social não é trabalho*. 3ª ed., Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

_____. *Abaixo a família monogâmica!* São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

_____. *Para compreender a ontologia de Lukács*. 3ª ed. Revista. Ijuí: Uniu, 2007.

LIMA, P.R. de M. DAVI, J. Aproximações críticas ao conceito de equidade presente nos documentos da CEPAL e do Banco Mundial. *Temporais*, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. In: *Revista Acotule Marx*, 18, 1995. Disponível em: <<http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Lowy,%20Michael/a%20teoria%20do%20desenvolvimento%20desigual%20e%20combinado.pdf>>. Acesso em 08 ago. 2020.

LUCE, M.S. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias - uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social*, 2. [recurso eletrônico]. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Narrar ou descrever?* In: *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1965.

MARANHÃO, C.H. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, A.E. (Org) *O mito da política de assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 4ªed., 2010.

MARCELINO, G. TORRE, B. D. Por um novo casamento entre feminismo e marxismo. Entrevista com Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya. *Crítica Marxista: entrevista*. Miolo Revista

Crítica Marxista, n. 51, 2020, pp. 147-159. Disponível em: < https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/entrevista2021_06_23_17_08_06.pdf >. Acesso em: 16 out. 2021.

MARINI, R.M. *América Latina, dependência y globalização*. Bogotá: CLACSO y Sigilo de Comber Editores, 2008.

_____. Dialética da dependência. In: Marxistas, online, 1973. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>>. Consultado em nov. 2018.

MARTINELLI, M.L. O uso de abordagens qualitativas no Serviço Social. In: MARTINELLI, M.L. (Org.) *Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARTÍNEZ, J. Feminismo de lá reproducción social o feminismo socialista? A propósito de um livro de Susan Ferguson. *Contrapunto. Suplemento*. abr. 2021. Disponível em: <<https://www.izquierdadiario.es/Feminismo-de-la-reproduccion-social-o-feminismo-socialista-A-proposito-de-un-libro-de-Susan>>. Acesso em: 26 out. 2021.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro 2: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *Crítica ao programa de Gotha*. Comentários à margem do Programa do Partido Operário Alemão. In: MARX, K. ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

_____. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel: introdução*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010b.

_____. *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010c.

_____. *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2ª ed., 2008.

_____. *O capital*. Livro I. Capítulo VI (Inédito). 1ª edição. São Paulo: Livraria Editora Humanas LTDA, 1978.

MARX, K. ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

- _____. *A sagrada família, ou, A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- _____. *A ideologia alemã*. 11ª edição – São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1985.
- _____. *Introdução a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultura, 1982.
- MASCARO, A. L. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MAURIEL, A.P.O. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. In: *Rev. Katál. Florianópolis*, v. 13, n. 2, pp. 173-180 jul./dez. 2010.
- _____. *Combate à pobreza e desenvolvimento humano: impasses teóricos na construção da política social na atualidade*. Campinas-SP: [s. n.]. Tese (doutorado) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2008.
- MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder soberania estado de exceção política da morte*. In: *Arte & Ensaios*. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, pp. 123-151, dez. 2016.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Marx: A teoria da alienação*. RJ: Zahar, 1981.
- MEZZADRI, Alessandra. On the value of social reproduction: Informal labour, the majority world and the need for inclusive theories and politics. *Radical Philosophy*. Issue 2.04, pp. 33-41, 2019.
- MONTAÑO, C. *Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MOTA, A.E. (Org) *O mito da política de assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 4ª ed., 2010.
- MOURA, C. *O racismo como arma ideológica de dominação*. Edição 34. AGO/SET/OUT, 1994, pp. 28-38. Disponível em: < http://bibliopreta.com.br/wp-content/uploads/2018/01/O_racismo_como_arma_ideologica_de_dominacao_Clovis_Moura_-1.pdf >. Acesso em: 20 set. 2020.
- _____. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.
- _____. *Brasil: raízes do protesto negro*. São Paulo: Global, 1983.
- NETTO, J.P. *Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 17ª ed., 2015.

- _____. Ensaio. Capitalismo e barbárie contemporânea. *Revista Argumentum*, Vitória (ES), v. 4, n. 1, p. 202-222, jan./jun. 2012. Disponível em: < <https://www.abepss.org.br/arquivos/ane-xos/netto-jose-paulo-201608060404028661510.pdf> >. Acesso em 24 Mar. 2022.
- _____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. Posfácio. Recreio dos Bandeirantes, outubro de 2010. In: Coutinho, C.N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. Apêndice. In: *Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.
- _____. BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- NEVES, V. Estratégia Democrática em Carlos Nelson Coutinho. In: IASI, M. et al. (Org.) *A estratégia democrático-popular: um inventário crítico*. Marília: Lutas Anticapitalistas, 2019.
- NOGUEIRA, L. As determinações patriarcais-heterossexistas da sociedade capitalista. In: NOGUEIRA, L. et al (Org.). *Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil*. 1 ed., São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica da Razão Dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ONU — Organização das Nações Unidas (UN — United Nations). *Relatório Social Mundial (World Social Report)*. Publicado em 2020. Disponível em: < <https://www.un.org/development/dspd/world-social-report/2020-2.html> >. Acesso em: 10 out. 2020.
- ONU MULHERES. UN WOMEN — United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women. Progresso of the world's women 2019-2020. Families in a changing world. Publicado em: 2020. Disponível em: <<https://in.one.un.org/un-press-release/progress-worlds-women-report-2019-2020/> >. Acesso em 20 out. 2020. 2020.
- _____. Violência contra mulheres e meninas é pandemia invisível, afirma diretora executiva da ONU Mulheres. Publicado em: 07 abril, 2020. Disponível em: < <http://www.onumulheres.org.br/noticias/violencia-contra-as-mulheres-e-meninas-e-pandemia-invisivel-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres/> >. Acesso em: 20 out. 2020. 2020a.
- PARKS, L. ISHIBASHI, S. Um debate com Mbembe e a tese de necropolítica em tempos de pandemia. *Semanário do Esquerda Diário*. Publicado em 17 mai. 2020. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Um-debate-com-Mbembe-e-a-tese-de-necropolitica-em-tempos-de-pandemia>>. Acesso em: 28 set. 2020.

_____. ASSIS, O., CACAU, C. (Org.) *Mulheres negras e marxismo*. São Paulo: Associação Operário Olavo Hansen, 2021.

PAULA, L.G.P. de. *O empowerment e o serviço social: o “canto da sereia” no debate sobre as estratégias e táticas profissionais*. In: *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social 02 A 07 de dezembro de 2018*, Vitória/ES, 2018.

PEREIRA, A.A. Liberdade, ultraconservadorismo e o projeto ético-político: o horizonte para o Serviço Social. In: O projeto ético-político do Serviço Social no contexto de avanço do ultraconservadorismo: desafios e resistências. *R. Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, pp. 589-617, 2019.

_____. As relações sociais sexuais são centralmente alienadas: contribuições para o debate. In: *Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Realizado em 30 de outubro a 3 de novembro de 2019. Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”, Brasília (DF, Brasil), 2019a.

_____. *Exploração sexual: a condição de vida das filhas da classe trabalhadora*. São Paulo: PUCSP 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PEPG em Serviço Social — PUCSP, 2015, 184f.

PEREIRA, B. *A reforma do aparelho do Estado e a Constituição brasileira*. Brasília: MARE (Ministério de Administração e Reforma do Estado), 1995.

PNADC — Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua. 2º trimestre de 2020. Abr. Jul. 2020. Publicado em: 28 ago. 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_2tri.pdf>. Acesso em: 21 out. 2020.

QUERIDO, F.M. O colapso da modernização periférica: a fratura brasileira do capitalismo mundial. In: *Aurora*, ano IV, n. 6, pp. 79-88, ago. 2010.

_____. *Intelectuais, crítica e democracia: a trajetória do Cenedic (1995-2010)*. Mimeo, 2018.

QUIJANO, A. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Centro de Investigaciones Sociales (CIES), Lima, 2005.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

RAPPAPORT, J. Empowerment meets narrative: listening to stories and creating settings. *American Journal of Community Psychology*, Vol. 23, nº 5, 1995.

RIBEIRO, D. *O que é: lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SAES, D. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

- SAFFIOTI, H.I.B. *Gênero patriarcado violência*. 2ª. ed., São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- _____. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- _____. *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*. Cadernos Pagu (16) 2001: pp. 115-136.
- _____. Posfácio: conceituando o gênero. In: SAFFIOTI, H.I.B., VARGAS, M.M. *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília, D.F.: UNICEF, 1994.
- _____. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis, Vozes, 1976.
- _____, VARGAS, M.M. *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília, D.F.: UNICEF, 1994.
- SAMPAIO JR, P. de A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. In: *Serv. Soc.Soc.*, São Paulo, n. 112, pp. 672-688, out./dez. 2012.
- SANTOS, B. de S. Introdução geral. In: *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. 4ª ed., São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, D.J. dos. *Racismo e resistência à discriminação: uma contribuição ao estudo das lutas sociais das negras e dos negros da classe trabalhadora*. São Paulo: PUCSP, 2016, 166f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PUC-SP, São Paulo, 2016, 166f.
- SCHÜTZ, F. MIOTO, R.C. *O trabalho em serviços: contribuições para o debate do Serviço Social*. In: *Revista em Pauta*. Rio de Janeiro: Em Pauta, n. 30, v. 10, pp. 83-101, 2012.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Editora Schwarcz LTDA, [versão digital], 2005.
- SEN, Amartya. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- _____. *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- _____. “Prefácio”; in GREEN, Duncan. *Da pobreza ao poder: como cidadãos ativos e Estados efetivos podem mudar o mundo*. São Paulo, Cortez, 2009.
- SILVA, E.P. *A flor que nasce do impossível chão – lutas e resistências de mulheres negras na periferia da zona sul de São Paulo*. São Paulo: PUCSP, 2020.
- SILVA, J. F. S. et al. América latina, imperialismo e dependência. In: *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social 02 A 07 de dezembro de 2018*, Vitória/ES, 2018.

- SIQUEIRA, L. de S. *Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos*. Tese (Doutorado) — UERJ/ Centro de Ciências Sociais/ Faculdade de Serviço Social, 2011.
- SITCOVSKY, M. Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil. In: MOTA, A.E. (Org) *O mito da política de assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 4ª ed., 2010.
- TELES, M.A. de A. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- TONET, I. *Método científico: uma abordagem ontológica*. 2ª edição, Maceió: Coletivo Veredas, 2018.
- _____. Modernidade, pós-modernidade e razão. In: *Marxismo, Política, Educação e Emancipação Humana*. Maceió: Online, ago. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/PMJ/Downloads/tonet-modernidade-pc3b3s-mod-e-razc3a3o.pdf>. Consultado em 26 nov. 2018.
- _____. A propósito de “glosas críticas”. In: MARX, K. *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- TRISTÁN, F. *União operária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
- TRISTAN, J. Mulher negras, capitalismo e revolução. In: ASSUNÇÃO, D. D’ATRI, A. *Feminismo e marxismo*. São Paulo: Iskra, 2017.
- TROTSKY, L. O problema nacional e as tarefas do partido proletário (20 de abril de 1935). In: Marxists Internet Archives, jun. 2005. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portuguese/trotsky/1935/04/20.htm>>. Acesso em: 03 out. 2020.
- _____. *A Revolução Permanente*. 2ª ed. São Paulo: Kairós Livraria Editora LTDA., 1985.
- _____. Capítulo I. Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia. In: TROTSKY, L. *A História da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. Letter to South African Revolutionaries (April 1933). *International Socialist Review*. Vol. 27, nº. 24, pp. 157-160, 1966. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/trotsky/1933/04/safrica.html>>. Acesso em: 03 out. 2020.
- VALENTIM, M.A.G. *As origens neoliberais do design thinking: uma análise econômico-filosófica do discurso gestorial no design*. Monografia apresentada ao Curso de Design Gráfico da Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.
- VIANA, V.M.A. Diálogos freirianos sobre politicidade e empoderamento: o contexto da ocupação comuna 17 de abril em fortaleza. In: *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social 02 A 07 de dezembro de 2018*, Vitória/ES, 2018.

- VÁZQUEZ, A.S. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- VIANA, V.M.A. Diálogos freirianos sobre politicidade e empoderamento: o contexto da ocupação comuna 17 de abril em fortaleza. In: *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social 02 A 07 de dezembro de 2018*, Vitória/ES, 2018.
- VOGEL, L. *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory*. Chicago, IL: Haymarket Books, 2013.
- WEFFORT, F. C. Educação e política. Reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da liberdade. In: FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1997.
- WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- YAZBEK, M.C. Fundamentos Históricos e Teóricos-Metodológicos e as Tendências Contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Y. *et al* (Org.) *Serviço Social e seus Fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018. pp. 46- 84.
- YOUNG, Iris. Marxismo y feminismo, más allá del “matrimonio infeliz” (uma critica al sistema dual). In: *El cielo por assalto*, año II, n. 4, 1992 [1981] mimeo. Disponível em: <<https://democraciasocialista.org/wp-content/uploads/2014/03/139104361-Young-Marxismo-y-feminismo.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2021.